

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



O Castro de Segóvia.

Estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo.

Patrícia Bargão Teixeira dos Santos

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Margarida Arruda

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arqueologia

Júri: Presidente: Prof. **Doutor António Adriano da Ascensão Pires Ventura**, Professor Catedrático e Director da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor **Juan Blaquez Pérez**, Professor Catedrático do Departamento de Prehistoria y Arqueologia da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Autónoma de Madrid;
- Doutora **Raquel Maria da Rosa Vilaça**, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutora **Maria Inês Correia de Barros Vaz Pinto**, Investigadora do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra e especialista;
- Doutor **Rui Manuel Lopes de Sousa Morais**, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutora **Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves**, Investigadora Principal com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor **Carlos Jorge Soares Fabião**, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

2017

Resumo

O trabalho que agora se apresenta consiste num estudo monográfico do Castro de Segóvia, sítio arqueológico identificado na década de 70 do século XX, por Teresa Gamito e José Arnaud, localizado no Conselho de Elvas-Portugal.

O trabalho de investigação efectuado teve por base a análise tipológica de todo o espólio exumado em distintos trabalhos de escavação, realizados na década de 70, 80 do século XX e, mais recentemente, em 2009, pela signatária.

O estudo e o tratamento sistemático dos materiais permitiram estabelecer cronologias e desenvolver o respectivo faseamento da ocupação, bem como propor novas leituras interpretativas do espaço ocupado. A análise efectuada incidiu sobre um vasto conjunto cerâmico, no qual se destacam as importações, de época romana, (ânforas, cerâmica de paredes finas, cerâmica campaniense, *terra sigillata* e lucernas) e os materiais de produção local ou regional, como a cerâmica comum e a cinzenta e um considerável número de peças decoradas.

Esta dissertação visa assim identificar e melhor compreender matrizes e influências culturais vigentes ao longo da diacronia de ocupação, observáveis na região em estudo e nos territórios vizinhos, identificando as mudanças e as continuidades que caracterizaram esta região raiana do Alto Alentejo nas últimas centúrias do I milénio a.C.

Palavras chave: Arqueologia, Idade do Ferro, Romano, Povoamento, Alentejo.

Abstract

The dissertation that is now being presented is a monographic study of the Castro de Segóvia, archaeological site located in the Elvas Municipality - Portugal, identified in the 70th decade of the XX century by Teresa Gamito and José Arnaud.

The research work done has its origin in the typologic analysis of all the archaeological materials recovered within different excavation works, done in the decades of the 70th and the 80th of the 20th century and more recently, by myself in 2009.

The study and systematic treatment of the materials allowed to straitened chronologies and phases of occupation, as well as to propose new interpretative readings of the space.

This study was made over a large pottery ensemble, with roman importations such as amphorae, thin walled pottery, campanian ware, Terra sugillata and roman oil lamps, as well as local or regional productions of comun ware, grey ware and a large number of decorated vessels.

Therefore, this thesis aims to better identify and understand the cultural matrices and influences trough the diachrony of the occupation existing in the study area and in the neighbor territories, identifying changes and continuities which featured this border region of Alto Alentejo, in the last centuries of the first millennium a.C:

Key-words : Archeaology, Iron Age, Roman occuppation, Alentejo.

ÍNDICE

1. Marco geográfico e entorno arqueológico.....	17
1.1. Região de Elvas: caracterização do seu meio físico.....	17
1.2. Enquadramento geográfico do Castro de Segóvia.....	18
1.3. Enquadramento Arqueológico.....	23
2. Antecedentes historiográficos.....	25
2.1. História da investigação arqueológica no Castro de Segóvia.....	25
2.2.1. Prospecções na década de 60 do século XX.....	29
2.2.2. Resultados da 1ª campanha de escavações (1972).....	31
2.2.3. Resultados da segunda e terceira campanhas de escavações 1981/82.....	38
2.2. Intervenção arqueológica antiga: processo e resultados.....	29
2.3. Paradigmas da investigação: estado da arte.....	40
3. Projecto SEGA: o Castro de Segóvia na Antiguidade.....	44
3.1. Critérios gerais.....	44
3.2. Objectivos.....	44
3.3. Critérios metodológicos.....	46
3.4. Resultados das intervenções.....	49
3.4.1. Prospecções Arqueológicas de 2009.....	49
3.4.2. Escavação de 2009.....	50
4. A Arquitectura.....	57
4.1. Introdução.....	57
4.2. Caracterização geral: arquitectura e faseamento.....	58
4.3. A arquitectura defensiva.....	65
4.3.1. Estruturas defensivas naturais.....	66
4.3.2.1. A muralha.....	68
4.3.2.2. Campo de Pedras Fincadas.....	72
4.3.2. Estruturas defensivas antrópicas.....	67
4.3. Arquitectura doméstica.....	75
4.4.2. Estruturas “fabris” e de armazenagem.....	78
4.5. Discussão.....	81
5. Os materiais arqueológicos.....	83
5.1. Questões prévias.....	83
5.1.1. Metodologia e fontes utilizadas.....	83
5.1.2. Critérios quantitativos.....	85
5.2. As cerâmicas: metodologia e problemáticas.....	87
6. As cerâmicas de importação.....	90
6.1. Introdução.....	90
6.2. A cerâmica campaniense.....	92
6.2.1. Questões prévias.....	92
6.2.2. As formas.....	95
6.2.2.1. Forma Lamboglia 33.....	95
6.2.2.2. Forma Lamboglia 5.....	96
6.2.2.3. Forma Lamboglia 7.....	97
6.2.2.4. Forma Lamboglia 5/7.....	97
6.2.2.5. Forma Lamboglia 1.....	98
6.2.2.6. Forma Lamboglia 8.....	99
6.2.2.7. Forma Lamboglia 2.....	99
6.2.2.8. Forma Lamboglia 3.....	100

6.2.3. Comentário	102
6.3. Cerâmica de Paredes Finas	104
6.3.1. Questões prévias.....	104
6.3.2. As formas.....	106
6.3.2.1. Forma II	106
6.3.2.1. Forma II A	107
6.3.2.2. Forma III.....	107
6.3.2.3. Forma III 1	108
6.3.2.4. Forma III B.....	108
6.3.2.5. Forma III Ba de Mayet.....	109
6.3.2.6. Forma VIII. de Mayet	109
6.3.2.7. Forma VIII. B de Mayet.....	110
6.3.2.8. Forma XXXVII de Mayet.....	110
6.3.2.9. Exemplares de difícil classificação.....	111
6.3.3. Comentário	113
6.4. Lucernas.....	114
6.4.1. Questões prévias.....	114
6.4.2. As formas.....	115
6.4.2.1. Ricci E/Dressel 3	115
6.4.2.2. Dressel 9.....	117
6.4.2.3. Dressel-Lamb 30B ?.....	118
6.4.2.4. Lucernas atípicas e de difícil classificação.....	119
6.4.3. Comentário	120
6.5. Ânforas.....	122
6.5.1. Questões prévias.....	122
6.5.2. As formas.....	123
6.5.2.1. Dressel.1	123
6.5.2.2. Dr.12	124
6.5.2.3. Classe.67	125
6.5.2.4. Haltern 70.....	126
6.5.2.5. Dressel 7-11	127
6.5.2.6. Dressel 2-4	128
6.5.2.7. Dressel 20.....	129
6.5.2.8. Almagro 51 C	130
6.5.2.9. Exemplares de difícil classificação.....	131
6.5.3. Comentário	133
6.6. Terra sigillata.....	137
6.6.1. Questões Prévias	137
6.6.2.1. As formas.....	139
6.6.2.1.1. Conspectus 23	139
6.6.2. Terra Sigillata Itálica.....	138
6.6.3.1. As formas Lisas.....	140
6.6.3.1.1. Ritt 8.....	140
6.6.3.1.2. Dragendorf 15/17.....	141
6.6.3.1.3. Dragendorf 18/31.....	141
6.6.3.1.4. Dragendorf 24/25.....	142
6.6.3.1.5. Dragendorf 27	142
6.6.3.1.6. Dragendorf 33	143
6.6.3.1.7. Dragendorf 35/36.....	143
6.6.3.2.1. Dragendorf 30	144

6.6.3.2. Formas Decoradas.....	144
6.6.3.3. Fundos Indeterminados.....	144
6.6.3.4. Marcas	145
6.6.3. Terra sigillata Sud-Gálica	140
6.6.4.1. Tipo Peñaflor	146
6.6.4.2. Dragendorff 37A e B	147
6.6.4. Terra Sigilata Hispânica	145
6.6.5. Comentário	149
6.7. As cerâmicas importadas: Leituras do conjunto	151
7. Cerâmica de produção local ou regional	153
7.1. Cerâmica Comum	154
7.1.2. Síntese sobre a evolução das técnicas de conformação da cerâmica comum.	155
7.1.3. O caso de estudo do Castro de Segóvia	156
7.1.4. Técnicas de conformação da argila: um ensaio de arqueologia experimental.	158
7.1.5. Os Fabricos	168
7.1.5.1. Resultados:	170
7.1.6. As Formas	173
7.1.6.1. Questões prévias	173
7.1.6.2. Grupo das <i>Formas Abertas</i>	175
7.1.6.2.1. TIPO A.1.	175
7.1.6.2.2. TIPO A. 2.	201
7.1.6.2.3. TIPO A.3.	209
7.1.6.2.4. TIPO A.4.	217
7.1.6.2.5. TIPO A.5.	224
7.1.6.2.6. TIPO A.6.	233
7.1.6.2.7. TIPO A.7	242
7.1.6.3. -B Grupo das formas fechadas	244
7.1.6.3.1. TIPO B.1.	245
7.1.6.3.2. TIPO B.2.	265
7.1.6.3.3. TIPO B.3.	292
7.1.6.3.4. TIPO B.4.	296
7.1.6.3.5. TIPO B.5.	306
7.1.6.3.6. TIPO B.6.	310
7.1.6.4. - C. Outras peças cerâmicas	340
7.1.6.4.1. TIPO C.1.	341
7.1.6.4.2. TIPO C.2.	345
7.1.6.4.3. TIPO C.3.	355
7.1.6.4.4. TIPO C.4.	359
7.1.6.5. TIPO C.5.	363
7.1.7. Os grafitos	364
7.1.8. A cerâmica comum do Castro de Segóvia : Síntese tipológica.....	366
7.2. A cerâmica pintada em bandas.	372
7.2.1. Questões Prévias.....	372
7.2.2.1. TIPO A.1.	376
7.2.2.2. TIPO A.2.	378
7.2.2. Formas Abertas.....	376
7.2.3.1. TIPO B.1.	380
7.2.3. Formas Fechadas	380
7.3. A cerâmica cinzenta	388
7.3.1. Questões prévias.....	388

7.3.2. Grupo A	392
7.3.2.1. TIPO A.1.	392
7.3.2.2. TIPO A.2.	395
7.3.2.3. TIPO A. 3	397
7.3.2.4. TIPO A. 4	398
7.3.3. - Grupo B. Formas Fechadas	401
7.3.3.1. TIPO B.1.	402
7.3.3.2. TIPO B.2.	403
7.3.3.3. TIPO B.3.	405
8. Decorações	409
8.1. Decoração Pintada	411
8.2. Decoração estampilhada	414
8.3. Decoração excisa e "pseudoexcisa"	424
8.4. Decoração incisa	425
8.5. Decoração impressa	429
8.6. Decoração aplicada:	432
8.7. As decorações no quadro das cerâmicas de produção local ou regional no Castro de Segóvia.	436
9. Artefactos não cerâmicos	438
9.1. Líticos	438
9.1.1. Pedras de mó	439
9.1.2. Percutor	440
9.1.3. Conta de colar	441
9.2. Vidro	442
9.2.1. Taça de bordo espessado reentrante	443
9.2.2. Contas de colar de pasta vítrea	444
9.3. Artefactos de osso	446
9.3.1. Alfinete	446
9.3.2. Cabo de instrumento	447
9.3.3. Pendente	448
9.3.4. Contas de colar.	448
9.4. Metais	449
9.4. Objectos de chumbo	472
9.4.1. Glandes de Chumbo (<i>Glandes Plumbae</i>)	472
9.4.1. Questões prévias	449
9.4.2. Artefactos de Cobre/Bronze	450
9.4.2. Ponderal	474
9.4.2.1. Tipo A- Bronze figurativo	450
9.4.2.2. Tipo B Objectos de adorno	454
9.4.2.2.1. Questões prévias	454
9.4.2.2.3. Fíbula em Ómega (Ponte 51 B)	457
9.4.2.2.3. Fíbula de tipo transmontano (Shule IV h, Ponte 32)	458
9.4.2.2.4. Fíbula de tipo Nauheim (Ponte 40)	459
9.4.2.2.5. Fíbula de tipo zoomorfo (Ponte 27)	461
9.4.2.2.8. Outros objectos de adorno	463
9.4.2.2.9. Comentário	464
9.4.3. Tipo C : Miscelânea de utensílios de uso quotidiano	466
9.4.3.1. <i>Poucier</i>	466
9.4.3.3. "Limpa unhas"	470
9.4.3.4. <i>Alène</i>	470

9.4.3.5. Objectos de difícil classificação.....	471
9.5. Artefactos de Ferro.....	475
9.5.1.Artefactos Agrícolas e ferragens.....	477
9.5.2. Objectos Cortantes/perfurantes	478
9.6. O conjunto metálico do Castro de Segóvia	479
9.7. Numismas.....	482
9.7.1. Catálogo	482
9.7.2. Comentário	488
10. Releituras crono-estratigráficas do Castro e Segóvia.	490
10.1. O Bronze Final.....	491
10.2. A Idade do Ferro	493
10.3. A ocupação romana-.....	503
BIBLIOGRAFIA:.....	508
ESTAMPAS	548

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de um longo percurso que percorri com interregnos, percalços e sobretudo, com a ajuda de muitos amigos, professores, instituições e profissionais de excelência, que me ajudaram a chegar "bom porto".

Em primeiro lugar, quero deixar um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Ana Margarida Arruda, pelo seu apoio incondicional e pelo incentivo permanentes, sentidos, desde há muito anos, na continuidade e melhoria do meu trabalho de investigação, e, uma vez mais, agora materializados, desde o primeiro dia com a própria sugestão do tema até aos momentos finais deste trabalho.

Do ponto de vista institucional, quero agradecer à FCT pelo apoio financeiro prestado, sem o qual não teria sido possível concretizar este trabalho, à UNIARQ, e muito especialmente ao seu Director Professor Victor S. Gonçalves, que me acolheu como bolseira de doutoramento e que me facultou todo o apoio logístico e técnico para a realização deste estudo.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, em particular ao seu director Dr, António Carvalho e à Dr^a Ana Isabel Santos que disponibilizaram espaço e meios para acondicionamento, catalogação e estudo dos materiais em depósito, bem como abriram portas para os restantes materiais do sítio, permitindo assim reunir a colecção artefactual numa única instituição.

À Câmara Municipal de Elvas, na pessoa da Dr. Isabel Pinto, pelo acesso e cedência de espaço para estudo dos materiais em depósito nas instalações camarárias e pela integração dos trabalhos de escavação e laboratório no âmbito das actividades de Ocupação de Tempos Livres do Concelho, que permitiu a colaboração de um conjunto de jovens voluntários no tratamento de materiais e na própria escavação.

Ao Instituto Geográfico do Exército, pela disponibilização de cartografia digital sobre o sítio arqueológico. Ao CSIC de Mérida, pela disponibilização de equipamento topográfico. À Universidade do Algarve, em particular ao Doutor João Pedro Bernardes, pela cedência de materiais do sítio arqueológico que se encontravam ali depositados. Ao

Dr. Ricardo Pereira e ao Instituto Politécnico de Tomar, pela realização de análises de difração de raios X.

Aos funcionários da biblioteca do IPA/IGESPAR agradeço o auxílio no acesso e consulta de inúmeras obras, bem como do arquivo de processos e relatórios de trabalhos arqueológicos.

Aos funcionários da biblioteca do MNA, em particular à D^a Carmo, agradeço a ajuda no acesso e consulta de inúmeras obras.

Aos funcionários do Museu Nacional de Arqueologia, em particular à Luisa Guerreiro e ao Paulo, agradeço o auxílio no acesso ao espólio e catalogação dos materiais do sítio.

Aos Professores da UNIARQ, em particular à Doutora Catarina Viegas, Doutor Carlos Fabião, Doutor. Amílcar Guerra e Doutora Mariana Diniz, agradeço todo o incentivo e apoio prestado.

À Catarina Furtado e à Andreia Campôa, dou graças pela amizade, voluntarismo e trabalho efectuado nas escavações do Castro de Segóvia.

Ao José Angél Salgado, agradeço o apoio no levantamento topográfico e a ajuda desinteressada nos trabalhos de prospecção.

Ao João Almeida, à Teresa Pereira, à Ana Patrícia Magalhães, ao Carlos Pereira e à Elisa Sousa estou grata por todo o apoio prestado nos trabalhos de campo, desenhos e discussões científicas, que deram um contributo inestimável para a realização deste trabalho.

Para todos os voluntários do trabalho de laboratório, que tanto em Elvas como em Lisboa, deram o seu contributo para o tratamento de materiais do sítio vai o meu sincero reconhecimento.

À minha família e amigos agradeço a paciência, abnegação e, acima de tudo, por acreditarem no meu trabalho.

Quero agradecer e dedicar este trabalho aos meus pais, Mário e Manuela, e ao David por não julgarem, não criticarem e sobretudo por acreditarem.

" Algún día en cualquier parte, en cualquier lugar indefectiblemente te encontrarás a ti mismo, y ésa, sólo ésa, puede ser la más feliz o la más amarga de tus horas." Pablo Neruda.

Preâmbulo

A escolha do tema resultou da necessidade de caracterizar as comunidades humanas que ocuparam o NE alentejano durante a segunda metade do I milénio a.C.

O objectivo era fazê-lo através do estudo de um sítio emblemático da arqueologia portuguesa, que não obstante os dados publicados, carecia de uma análise sistemática de toda a sua ocupação.

Assim se justifica o objecto de estudo, o “Castro de Segóvia”, e também o título deste trabalho: “O Castro de Segóvia. Estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo.”. O seu carácter generalista, nomeadamente no diz respeito aos aspectos cronológicos, foi intencional, uma vez que o meu objectivo era analisar toda a ocupação do sítio sem partir de um horizonte cronológico pré-concebido.

Mas a verdade é que os dados concretos que obtive durante o trabalho de investigação que desenvolvi acabaram por me afastar das premissas e dos objectivos iniciais.

Felizmente que a ideia pré-concebida que, inicialmente, tinha sobre o sítio não toldou, pelo menos por completo, a capacidade de me distanciar das leituras efectuadas previamente, e fui capaz, creio eu, de me distanciar de elas.

De facto, o acesso aos detalhes do processo de escavação, aliado a um contacto mais detalhado com o espólio recolhido pôs em causa toda a informação publicada que consumi avidamente.

Os contornos do problema que tinha em mãos não findavam no meu próprio estudo, mas tinham inevitavelmente um espectro mais abrangente.

Foram redigidos e publicados, ao longo dos mais de 30 anos de existência arqueológica de Segóvia, um grande número de publicações que incluíam no enquadramento espacial e nos seus mapas de distribuição, um sítio, cuja realidade conhecida é bem diferente da realidade a qual tive acesso.

Se por um lado, existiu uma selecção natural de um dos temas principais a ser desenvolvido neste trabalho, a desmistificação dos pré-conceitos, por outro aduziu a responsabilidade de efectuar uma leitura objectiva dos dados (tanto quanto possível no âmbito de um estudo em ciências sociais e humanas).

Gostaria de insistir que o princípio que marcou os ritmos e as abordagens deste trabalho não pretendeu ser constituir-se como um comentário crítico à investigação efectuada anteriormente. Contudo, os dados existentes e agora tratados acabaram por contrariar alguns pressupostos adquiridos pela comunidade científica para o sítio alentejano.

Este trabalho tem um âmbito assumidamente monográfico, no qual se pretendeu “esmiuçar” a totalidade da amostra, através de análise detalhada dos materiais e estruturas edificadas, de modo a compreender devidamente o faseamento e as funcionalidades do sítio ao longo da diacronia da sua ocupação.

Foi sobre este pressuposto que foi elaborado o projecto que aqui se apresenta e que foi desenhada a estrutura de apresentação dos dados.

Este trabalho encontra-se dividido em 10 capítulos, sendo os primeiros introdutórios.

No nº 1, realizou-se uma breve apresentação do sítio, bem como a sua caracterização administrativa e geográfica, enquadramento litográfico e geológico e caracterização da orográfica.

O capítulo dois contém os antecedentes historiográficos e uma síntese de todos os trabalhos arqueológicos realizados até à presente data. O terceiro consiste na apresentação do projecto de investigação levado a efeito que teve como fim último a redacção desta dissertação.

No quarto capítulo concretizou-se a descrição, análise e interpretação dos elementos arquitetónicos, sendo o seguinte dedicado a questões técnicas e metodológicas de análise do conjunto de materiais recolhidos.

O do espólio foi dividido em quatro apartados, que foram agrupados de acordo com a matéria-prima, proveniência e funcionalidade.

O capítulo seis corresponde à análise das cerâmicas importadas (cerâmica campaniense, lucernas, cerâmica de "paredes finas", ânforas e *terra sigillata*) e o sete é dedicado às produções locais ou regionais, como a cerâmica comum, a cerâmica pintada em bandas e a cerâmica cinzenta.

Dada a profusão de decorações nas cerâmicas, optámos por dedicar o capítulo oito às cerâmicas decoradas, ficando o último reservado à análise dos materiais não cerâmicos: vidro, osso, metais e líticos.

O décimo e último capítulo consiste na análise e interpretação de contextos, propostas cronológicas, de faseamento e funcionais, bem como na leitura e interpretação global do sítio e do seu enquadramento regional.

1. Marco geográfico e entorno arqueológico.

1.1. Região de Elvas: caracterização do seu meio físico.

As principais características geomorfológicas do sul de Portugal devem-se à presença de duas extensas bacias hidrográficas, do Tejo e do Sado, e a uma vasta peniplanície que se estende para Sul, constituindo a maior unidade natural de Portugal (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987: 158).

O Alentejo, em particular, apresenta uma vasta peniplanície invadida por diversas transgressões marinhas e fossilizada por depósitos detríticos continentais que são, segundo a carta geológica, miocénicos, mas de diversas épocas. A peniplanície do Alentejo é pliocénica. Em particular no alto Alentejo as ondulações são alongadas segundo o rumo hercínico (*Ibidem*: 158).

A “Peneplanície do Alto Alentejo” é uma unidade de paisagem que consiste numa extensa peneplanície, suavemente dobrada. A paisagem é dominada pelos montados de azinho, no geral bastante abertos. Entre os montados existem, essencialmente, algumas manchas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens. O povoamento actual é concentrado em aglomerados de média dimensão, situados normalmente numa elevação (Sousa, 2009: 52).

Ao nível geomorfológico, o concelho de Elvas encontra-se entre duas expressivas elevações; a sul a Serra de Ossa (c. de 649 metros) e a Serra raiana de São Mamede (c. de 1025 metros de altitude) (Ribeiro, Lautensach e Daveau: 159-160).

O Concelho de Elvas, integrado no Alto Alentejo, apresenta relevos residuais, testemunho de um antigo relevo desgastado pela erosão e que devido ou às modificações do clima, ou a diferenças da dureza da rocha, ou a dobras menos apertadas da estrutura hercínica, se mantiveram ao longo dos tempos.

Trata-se de uma zona plana situada no andar mesomediterrânico sub-húmido. Ao nível da flora encontra-se o Tojal *Ulici eriocladi-cistetum* e giestal Retamo *spaerocarpace-Cisttetum bourgaei* que resultam da degradação dos azinhais silicícolas do *Pyro-*

Quercetum rotundifoliae. No entanto, nos solos neutros sobre carbonatos metamórficos paleozóicos com pouco calcário activo, a vegetação potencial corresponde aos azinhais do *Lonicero implaxae- Quercetum rotundifoliae*, que por destruição originaram o carrascal *Cartaego monogynae-Quercetum cocciferae* e o esteval *Lavandulo sampaionae- Cistetum albid*i (Sousa, 2009, 51)

Na região de Elvas, predominam as terras agrícolas, grandes campos de cultivo de cereais (Daveau, 1998, 138-140). No território em análise o uso florestal e agrícola é maioritário, ocupando cerca de 77% da área (Sousa, 2009: 47).

Ao nível da hidrografia, destaca-se a presença de dois rios relativamente importantes de regime torrencial, o Caia e o Xévor, ambos pertencentes à bacia hidrográfica do Guadiana (Gonçalves *et alli*, 1972: 5).

1.2. Enquadramento geográfico do Castro de Segóvia.

O Castro de Segóvia está situado no ponto mais elevado da região (314m) (Gonçalves, 1972, 6). O sítio é banhado pela ribeira do Caia que nasce na vertente sul da serra de São Mamede e corre para sul-Sudoeste na passando 5km a Oeste de Campo Maior.

«Topographia – Como em quasi todo o Alemtejo as herdades da região de Elvas abrangem vastas planícies e extensas encostas de terrenos (...) Umas são cortadas pelo rio Caya e palas ribeiras d’Algalé (...)



Figura 1 - Localização do Castro de Segóvia no mapa de Portugal (base cartográfica Victor S. Gonçalves.

*Ás planícies que ficam a Leste, entre Elvas e Badajoz e aquella cidade e Campo Maior, chamam-se-lhes **barros** em virtude da natureza do solo, em geral argiloso.»*

José da Silva Picão In Ethnografia do Alto Alentejo (concelho de Elvas) p.272.

O sítio está situado na freguesia de Caia e S. Pedro, na vertente N-NE do concelho de Elvas, no seu limite com o de Campo Maior, na margem direita do rio Caia, na estrada que liga Elvas a Campo Maior (Costa, 1938, 174).

Trata-se de um cabeço elevado, cujo topo ultrapassa os 300 metros de altitude, no qual está implantado o Castro designado por Serrinha ou Segóvia, nomes das duas herdades onde se implanta o sítio (v. fig.1).

Todos os vestígios identificados estão localizados na plataforma superior do monte, tendo sido, justamente, nesta área onde se desenvolveram todas as intervenções arqueológicas.

Presentemente, e pelo menos durante todo o século XX e XXI, esta elevação foi utilizada para o cultivo da oliveira e para a pastorícia, fazendo igualmente parte de uma reserva de caça, cuja actividade é sazonal.

Neste sentido, os potenciais impactes negativos operados, actualmente, sobre os vestígios arqueológicos são a erosão e a prolongada exposição aos agentes climatéricos, dado o elevado grau de abandono do sítio.

O acesso ao cabeço é efectuado por um caminho de terra que liga a estrada nacional ao marco geodésico que se encontra no topo, de acesso pedonal ou com o auxílio uma máquina agrícola ou veículo todo o terreno.

A implantação, a cerca de 300m em altura, no cimo de uma colina isolada com larga visibilidade sobre as planícies junto ao rio, sugere um amplo domínio sobre as áreas de solos ricos e os abundantes recursos aquíferos que circundam o sítio.

Deste modo, com uma vasta área agrícola no seu entorno e na proximidade de um afluente do Guadiana, o Castro de Segóvia apresenta excelentes condições de habitabilidade, particularmente do ponto de vista defensivo.

Segundo a Carta de Capacidade de Uso do Solo (escala 1: 50 000), os solos do cabeço propriamente dito são pouco férteis, de tipo E. Contudo, nas zonas baixas, mais próximas da ribeira e seus afluentes, encontramos solos de tipo B e C.

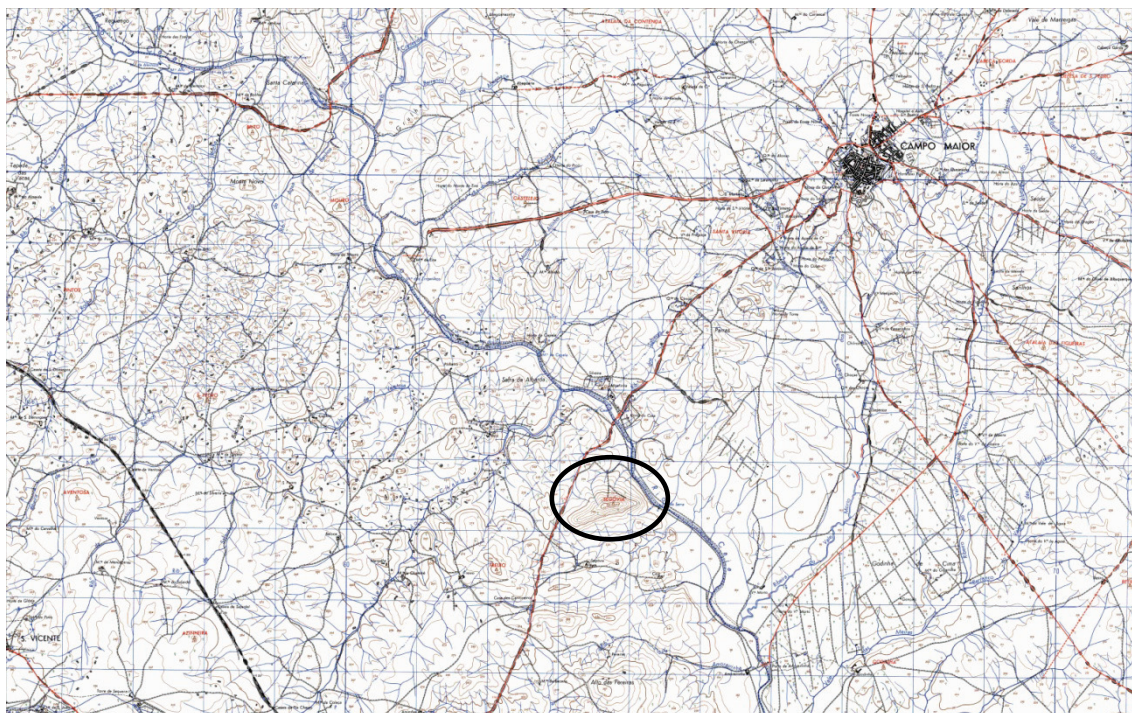


Figura 2-Localização do Sítio arqueológico na Carta militar 1/25000 folha 400.

Como se pode observar na carta militar 1/25000-folha 400, trata-se da elevação mais pronunciada de todo aquele extenso território, o que confere ao sítio um amplo domínio visual da paisagem envolvente (a 360°). Este elemento, aliado às características geomorfológicas do cabeço, muito íngreme nas encostas Norte e sul, proporcionam uma implantação óptima do ponto de vista defensivo.

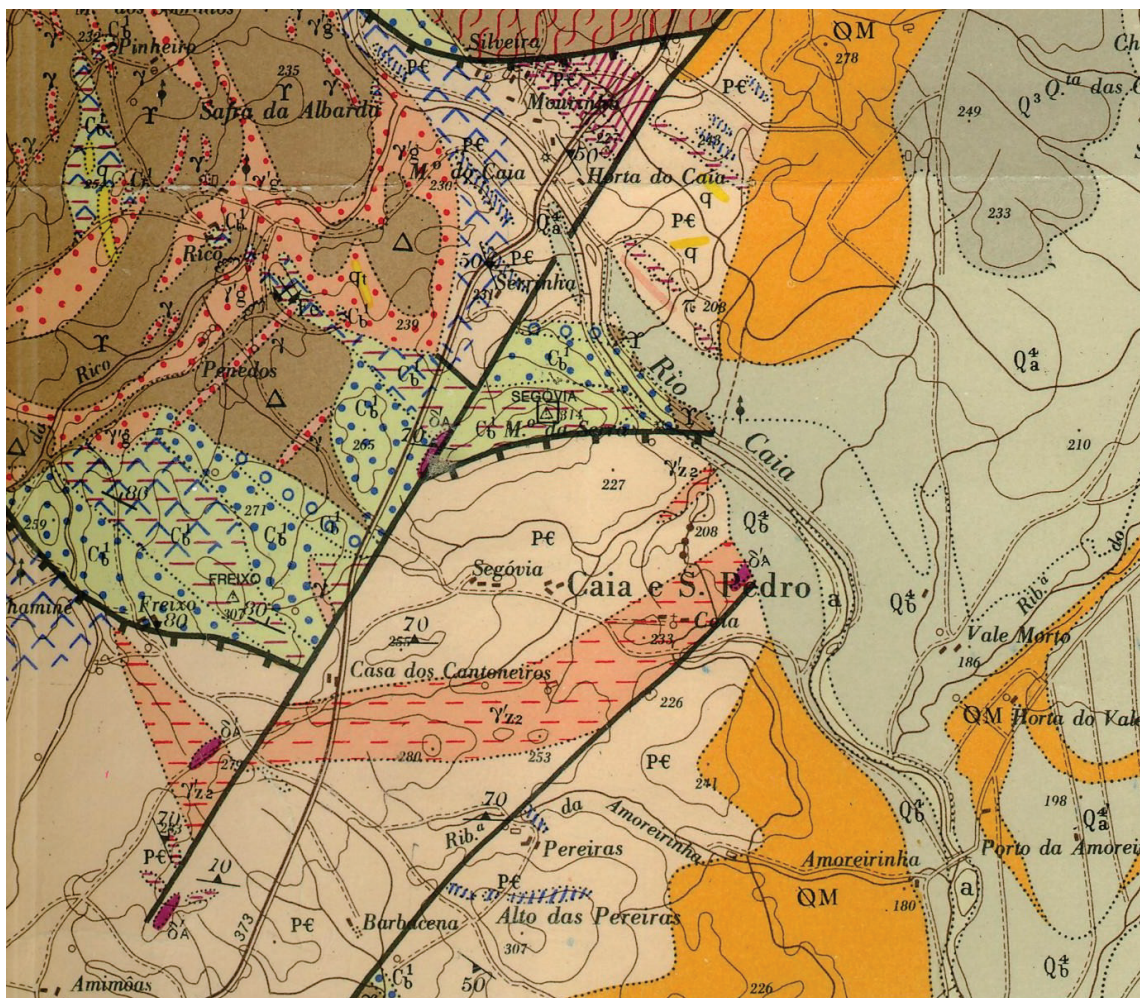


Figura 3- Carta geológica de Portugal

No que respeita ao enquadramento litográfico, o sítio está implantado numa zona de formação do pré-câmbrio superior, composta maioritariamente por xistos, quartzíticos negros e grauvaque, ortoanfibolos e gnaisses anfibólicos, intercalados.

Na área envolvente, circundando a sul, encontra-se uma faixa de rochas magmáticas e migmáticas de granitos gnaissoides; a Norte, uma mancha de calcários, dolemites, conglomerados e arcoses de base do Câmbrio; e, por último, a nordeste uma extensa área de terraços fluviais do Plistocénico, em clara associação à ribeira do Caia.

1.3. Enquadramento Arqueológico.

No concelho de Elvas, estão presentemente identificados um pouco mais de centena e meia de sítios arqueológicos.

Para além dos achados isolados, a ocupação romana é predominante no concelho, o que se torna visível através da presença de um significativo conjunto de *villae* e respectivas necrópoles.

Outro elemento de destaque na paisagem, que caracteriza a arqueologia desta região, é a existência de uma extensa ocupação do período neolítico/calcolítico, cujos elementos mais visíveis são os monumentos funerários de tipo Anta.

No que respeita ao entorno imediato, uma análise aos vestígios arqueológicos identificados na freguesia de Caia e S. Pedro mostra, uma vez mais, o predomínio da ocupação romana, com a presença de *villae*, necrópoles e achados isolados.

Deste modo, a ocupação pré-romana da freguesia resume-se ao Castro de Segóvia propriamente dito, tendo sido identificados apenas dois outros locais ocupados durante a Idade do Ferro: Herdade da Chaminé e a Horta das Pinas, respectivamente, duas necrópoles tardias¹.

Esta caracterização reflecte, em primeiro lugar, a geografia da investigação e a visibilidade arqueológica dos sítios, podendo não traduzir uma verdadeira ausência ou escassez de vestígios de outros períodos cronológicos.

Num breve olhar retrospectivo sobre a história da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas é fácil concluir a prevalência da investigação sobre época romana e

¹ http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid_formulario=SITIOS&sid=sitios.resultados&designacao=&cns=&meio=&periodohistorico=267&tipositi

monumentos megalíticos², relegando para segundo plano outras evidências, não menos importantes, que se encontram ainda por caracterizar³.

² Em 1901, no *Archeologo Portuguez*, é publicado o “Catálogo do Museu Archeologico de Elvas” (Pires 1901)

³ Émile Cartailhac, escreve sobre o megalitismo peninsular (Cartailhac 1886) e procedeu a trabalhos de exploração em algumas das antas do concelho de Elvas.

2. Antecedentes historiográficos.

2.1. História da investigação arqueológica no Castro de Segóvia.

O Castro de Segóvia é conhecido desde o final da década de 60 do século XX, momento em que foi dado a conhecer à comunidade científica no II Congresso Nacional de Arqueologia (Macartney, Macartney e Arnaud, 1971).

O processo de descoberta e de investigação do Castro de Segóvia está amplamente documentado através de cartas e relatórios, sendo “quase” possível reconstituir o extenso e sinuoso decurso da investigação através dos seus vários intervenientes.

Após consulta detalhada do processo, apercebi-me da relevância histórica do mesmo. A informação a que tive acesso tem um imediato carácter arqueológico, que se reporta aos dados de escavação, mas simultaneamente um inegável interesse historiográfico.

Curiosamente, o período em que decorrem os acontecimentos divide-se em dois momentos, entre finais da década de 60 inícios da de 70, e os inícios da década de 80, antes e pós 25 de Abril e reflectem a conjuntura política destes períodos.

O “Castro de Segóvia” foi descoberto no final da década de 60 por J. e S. Macartney, um casal inglês residente no Alentejo.

Tendo J. Macartney participado em diversas expedições arqueológicas na Síria e no Egipto, possuía alguns conhecimentos arqueológicos, o que lhe permitiu identificar diversos sítios no NE alentejano através da classificação e recolha de artefactos (v. anexo 1).

Neste âmbito, para além do reconhecimento de várias jazidas pré-históricas, destaca-se a identificação de alguns sítios arqueológicos com ocupação proto-histórica e romana, de entre os quais se salientou, pelo seu registo artefactual, o Castro de Segóvia, também conhecido por Serrinha.

Numa primeira prospecção efectuada entre os anos de 1968 e 1969, foi recolhido um conjunto cerâmico então designado de “tradição indígena”, bem como artefactos metálicos.

Na tentativa de ver reconhecida a sua descoberta, o casal Macartney entrou em contacto com vários investigadores britânicos de renome, na esperança de ser organizada uma expedição arqueológica a Portugal, com o intuito de se efectuarem escavações no sítio.

Neste sentido, foram realizadas diligências junto de H. N. Savory e de outros investigadores que, devido a motivos profissionais, se mostraram indisponíveis para realizar qualquer expedição a Portugal (*vide* anexo 1.2.).

Embora o espólio cerâmico tenha permanecido sempre em terras lusas, tendo sido dado a conhecer aos investigadores ingleses apenas por fotografia, o conjunto metálico foi enviado para Inglaterra para ser restaurado. Vários são os documentos que referem esta “transacção”, parte integrante de um extenso processo em depósito nos arquivos do actual IGESPAR. Contudo, e embora seja claro que o casal Macartney solicitou o regresso destes artefactos a Portugal, não parece existir qualquer referência relativa ao seu retorno efectivo.

Alguns meses após os primeiros contactos, as diligências do casal inglês produziram, finalmente, frutos e John Evans, um investigador britânico, mostrou-se interessado em investigar o sítio.

Por outro lado, através dos contactos estabelecidos com Savory, José Morais de Arnaud, um jovem investigador português, foi apresentado ao casal britânico, pondo em marcha o projecto de escavação do sítio.

Numa tentativa de conciliar interesses, os Macartney estabeleceram o contacto entre ambos os arqueólogos, John Evans e José Arnaud, e é criada uma equipa luso-britânica para escavar o sítio, escavação que decorreu em Julho de 1971.

Durante a escavação, surgiram conflitos entre as duas equipas que, de acordo com os relatórios, tinham, claramente, diferentes pressupostos metodológicos que pretendiam implantar.

Estes pequenos incidentes resultaram numa grande incompatibilidade entre os dois directores e as respectivas equipas, impedido o sucesso da intervenção arqueológica.

De acordo com os relatórios de escavação e dos incidentes ocorridos (*vide* anexo), a incompatibilidade ocorrida no decurso dos trabalhos de campo prendeu-se com duas opções metodológicas distintas: desmontar estruturas para escavar em profundidade com o objectivo de ter uma boa leitura sincrónica do espaço, defendida pela equipa inglesa; manter e musealizar o maior número de estruturas possível posição assumida pelo grupo português.

Na prática, parecem ter sido realizadas duas escavações individualizadas, que decorreram em simultâneo no mesmo sítio arqueológico e que originaram a redacção de dois relatórios distintos.

A incompatibilização, principalmente dos directores da intervenção, impossibilitou a realização de futuras escavações no sítio, dado que ambos os arqueólogos pretendiam continuar a escavar o Castro de Segóvia, apenas com as suas próprias equipas, o que acabaria por resultar na prática na inexistência de trabalhos posteriores, e provocou o seu abandono durante cerca de dez anos.

No início da década de 80 do século XX, foi iniciada uma obra no topo do cabeço, cuja implantação se sobrepunha, parcialmente, a estruturas arqueológicas previamente postas a descoberto.

Esta intervenção, promovida pela autarquia, visava a criação de uma rede de abastecimento de água à cidade de Elvas, através da criação de furos, bem como de diversos depósitos elevatórios.

O projecto inicial considerou apenas a morfologia do terreno e os locais preferenciais de implantação dos depósitos de um ponto de vista da engenharia hidráulica, não contemplando a avaliação de quaisquer impactos negativos o património arqueológico.

Naturalmente que o recurso a maquinaria pesada e a acção de perfuração do sub-solo para construção do referido depósito danificou estruturas e níveis arqueológicos.

A denúncia desta situação foi efectuada por uma associação local de defesa do património, tendo-se tornado pública destruição parcial de depósitos e estruturas arqueológicas ali existentes.

A tomada de conhecimento desta destruição por parte das autoridades competentes culminou numa visita ao sítio de uma comissão técnica da Universidade de Évora, cujo principal objectivo foi o de avaliar os danos e enumerar um conjunto de medidas de salvaguarda do património.

Neste âmbito, em 1981, foi realizada uma acção de arqueologia de salvamento, sob a direcção da Professora Doutora Teresa Gamito, que consistiu no alargamento de um dos sectores anteriormente escavados.

Esta intervenção permitiu delimitar melhor os contornos de um edifício, posto a descoberto na primeira campanha de escavação. Os trabalhos de campo prosseguiram, no mesmo local, durante o ano de 1982, com uma nova campanha, realizada para concluir os trabalhos iniciados no ano anterior.

Os resultados das intervenções foram alvo de uma publicação preliminar (Macartney, Macartney e Arnaud, 1971), tendo, mais tarde, integrado a dissertação de doutoramento da Doutora Teresa Gamito (1988).

As publicações existentes sobre o sítio têm um carácter restrito, incidindo apenas no estudo de alguns elementos, considerados de relevo, da sua cultura material. Esta opção parece demonstrar uma clara intenção de salientar uma matriz cultural celta.

Por outro lado, a publicação de um faseamento detalhado, documentando uma ocupação continuada desde o Bronze Final até época romana imperial, aferida por datações de C14, conferiu a este sítio uma singularidade cronológica ímpar no panorama alentejano, tendo-o tornando uma referência incontornável no enquadramento peninsular de realidades culturais de uma Idade do Ferro tardia e indígena.

A leitura atenta dos relatórios de escavação aliada a vistas ao sítio e ao estudo da totalidade dos materiais recolhidos permitiu, na medida do possível, reconstituir parte da estratigrafia e propor uma nova leitura do espaço.

Esperamos que o esforço e os resultados deste trabalho sejam lidos como uma homenagem a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a identificação, prospecção, escavação e estudo deste local, sem os quais este projecto não teria sido possível.

2.2.Intervenções arqueológicas antigas: processo e resultados.

De acordo com o registo material e os dados do processo do Castro de Segóvia foram realizadas quatro intervenções arqueológicas: uma campanha de prospecção e três de escavação, que resultaram na produção de quatro relatórios.

Pretende-se neste capítulo expor uma síntese de todos os trabalhos de escavação efectuados, sempre realizada com base nos relatórios, publicações e documentação avulsa, apenas ao processo que sobre sítio.

A caracterização e interpretação destas realidades, como estruturas, depósitos e artefactos, são aqui abordadas na perspectiva dos escavadores e autores dos cadernos de campo e relatórios, tentando expor, o mais objectivamente possível, toda a informação reunida. Qualquer carácter interpretativo restringe-se à redacção de uma síntese da própria documentação de escavação.

2.2.1. Prospecções na década de 60 do século XX.

Os primeiros materiais recolhidos são oriundos dos trabalhos de prospecção realizados no local, no final da década de 60 do século XX. Esse conjunto foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia por José Morais Arnaud. Contudo, desconhecemos qualquer outra informação relativa a estes trabalhos de prospecção.

Vários dos documentos que fazem parte integrante do processo referem a recolha de materiais por parte do casal Macarthey e por J. M. Arnaud. Desconhecemos se este conjunto corresponde à totalidade dos materiais cerâmicos recolhidos em contexto de prospecção ou qual a área exacta de recolha.

O resultado dos trabalhos de prospecção foi publicado em 1971 por Fennela e Robin Macartney e J. Morais de Arnaud. Esta pequena notícia deu conhecimento da descoberta do sítio como um “importante povoado fortificado com várias linhas de muralhas (...)” sendo os materiais recolhidos “cerâmica pintada e decorada com cordões grossos de dedadas (...) cerâmica campaniense, *terra sigillata* peninsular e itálica” (Macartney, Macartney e Arnaud, 1971; 627).

Neste mesmo trabalho, foi dado pela primeira vez a conhecer um outro sítio, o Baldio de Arronches, que apresenta igualmente uma ocupação romana e da Idade do Ferro sendo contudo, esta última ocupação designada de “feição céltica” (*Ibidem*)

No Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se, em depósito, um conjunto de materiais cujo contexto de recolha referido é o de prospecção no Castro de Segóvia. Trata-se de 84 fragmentos classificáveis de bordos, fundos e asas. No conjunto, a cerâmica comum é predominante, registando-se, contudo, alguns fragmentos de cerâmica manual. A cerâmica pintada em bandas e a cerâmica cinzenta fina polida são vestigiais.

De destacar é a presença de vários fragmentos decorados de cerâmica incisa, esgrafitada e estampilhada. A inexistência de uma referência a uma qualquer matriz cultural celta ou à presença de estampilhas na publicação sobre as prospecções do Castro de Segóvia permite colocar a hipótese de alguns, ou mesmo da totalidade, destes materiais de prospecção serem provenientes do Baldio de Arronches.

No estado actual dos conhecimentos, torna-se impossível aferir, com segurança, a proveniência destes materiais. Para além do conjunto em depósito no MNA, o da Câmara Municipal de Elvas integra também materiais de prospecção recolhidos não apenas nestes dois locais, mas em outros sítios arqueológicos da mesma região.

Deste modo, na amostra que estudámos existe um conjunto de proveniência “duvidosa”, que, apesar de tudo, optámos por analisar, não querendo descartar *à priori* uma potencial fonte de informação para o estudo do sítio.

Toda a análise artefactual realizada foi lida, com plena consciência das contingências que estiveram na base da constituição da amostra, tendo sido ensaiadas quantificações e percentagens, com a inclusão/exclusão desses elementos.

2.2.2. Resultados da 1ª campanha de escavações (1972).

A primeira intervenção arqueológica realizada com um carácter sistemático teve a duração de um mês, e decorreu no Verão de 1972. A direcção dos trabalhos ficou a cargo de John Evans e de José Morais Arnaud. Neste sentido, deslocou-se para o local uma equipa luso-britânica, constituída por estudantes de ambos os países.

Foram abertas duas áreas de escavação, que correspondem a três grupos de quadrículas, na plataforma superior do monte, perfazendo uma área total de cerca de 68m². A intervenção foi dividida em área A e B, correspondendo a primeira à intervenção da equipa britânica e a segunda à portuguesa.

Por incompatibilidades de vária ordem entre as equipas, a escavação foi realizada por áreas, tendo sido aplicada uma metodologia e nomenclatura diferenciada em cada uma delas, o que resultou na produção de relatórios de escavação independentes.

Deste modo, existe um relatório relativo aos trabalhos realizados na área A (Trench I e II), assinado por John Evans, e um outro sobre a escavação da área B, redigido por J. M. Arnaud.

Muitas questões metodológicas e interpretativas se colocaram na leitura dos relatórios. Há uma continuada repetição de designações atribuídas por mais de uma vez a diferentes áreas, sectores e quadrículas, tornando muitas das vezes o discurso e o registo de escavação imperceptível.

Esta dificuldade acentua-se quando lidamos com o registo material, dado que, por vezes, a marcação de uma peça ou a etiqueta que a acompanha pode corresponder a várias áreas distintas.

A descrição e registo estratigráfico são escassos, sendo inexistente para algumas das áreas intervencionadas, o que dificulta, e por vezes impossibilita, a associação contextual do conjunto de artefactos recolhido.

Deste modo, por falta de outros elementos de registo que afirmam a informação exposta, mantivemos as designações originais e as repetições, respeitando a exposição dos autores dos relatórios.

Área A

A área A foi implantada na parte Norte do topo do monte, a meio caminho entre o acesso Oeste e a vertente rochosa, a este.

A presença de um troço de muralha a sul direccionou a intervenção para esta área, sendo o principal objectivo identificar o seu perímetro do lado Norte, escavando os depósitos em associação à face interna desta estrutura defensiva (Evans, 1972:1).

Neste pressuposto, na designada Trench I foram implantadas quatro quadrículas de três metros quadrados, no limite do *plateau*, o mais próximo possível da encosta Norte. A implantação desta área deveu-se à tentativa de relacionar os depósitos existentes com a face interna da muralha.

O relatório de J. Evans relativo aos trabalhos de campo nesta área confere maior ênfase a elementos arquitectónicos e ao faseamento da ocupação, sendo esboçada uma proposta de sequência ocupacional de acordo com as várias fases de construção e remodelação verificadas.

Na Trench I, foram identificadas três fases de construção. O último momento corresponde a uma fase de remodelação, associada aos níveis I a III, na qual foram edificadas algumas paredes que foram interpretadas como remodelações de um edifício que teria sido construído na fase II (*Ibidem*).

Os principais vestígios do edifício original eram construídos pela fundação de uma estrutura de pedra, de bom aparelho, sem qualquer revestimento, identificada nos quadrados C e D. Esta estrutura faria parte de um compartimento rectangular com mais de 5m de comprimento.

Os elementos construtivos que foram acrescentados na fase III, foram identificados maioritariamente nos quadrados A e B, e utilizavam idêntica matéria-prima, apesar de possuírem características construtivas mais pobres do que as usadas na fase anterior (Evans, 1972:1).

Devido ao mau estado de conservação do edifício foi impossível reconstruir a sua planta, sabendo-se apenas que (devido à presença de um derrube que cobria o pavimento mais tardio) possuía uma cobertura de telhas *imbrices/tegulae*.

Os pisos identificados eram maioritariamente construídos em terra batida, à excepção de uma área onde foi reconhecido um lajeado de pedra, com cerca de 1m de comprimento. Em associação a este lajeado, registou-se a presença de algumas mós, tendo sido por este motivo colocada a hipótese de se tratar de uma área de moagem (*Ibidem*).

De acordo com o relatório de escavação, os materiais utilizados, principalmente ao nível do revestimento, bem como, as cerâmicas recolhidas nos níveis associados às fases III e II, permitem datar a ocupação deste espaço entre o final do século I a.C. e inícios da centúria seguinte. Existem, contudo, alguns materiais mais tardios, da segunda metade do século I d.C., dos quais se destacam alguns fragmentos de *terra sigillata* e duas moedas (Evans, 1972, 2).

No quadrado D, sob uma estrutura da fase II, foi encontrado um conjunto de fragmentos fracturados em conexão, que se estendia para ambos os lados da estrutura.

Trata-se de potes e recipientes de armazenamento, cálices e jarros de produção local, que se encontravam associados a um conjunto de cossoiros (Evans, 1972: 2). Estes dados são enquadráveis já no âmbito de uma ocupação pré-romana.

A escavação foi abandonada nos quadrados C e D, tendo-se atingido os níveis mais antigos apenas nos A e B, após a remoção da banquetta. Foi igualmente aberta a escavação de uma área a Norte anexa ao quadrado A designada, de novo, por Trench I.

Tanto no quadrado A como na Trench I bem como em parte do quadrado B foram identificados vestígios de estruturas mais antigas (*Ibidem*).

A principal edificação identificada nos trabalhos de alargamento foi uma estrutura defensiva, construída em pedra seca, com um pouco mais de um metro de espessura.

No lado sul desta “muralha”, registou-se a presença de uma parede adossada à estrutura defensiva que se desenvolvia no sentido N-S, que faria parte de um compartimento, cujos alicerces se encontravam cobertos por um depósito com vestígios de combustão, que incluía tijolos de adobe e escória de ferro, criando um revestimento vitrificado das paredes do compartimento.

Segundo J. Evans, este poderá ser um indício da existência de uma área de fundição tardia implantada numa das zonas limítrofes, tendo em consideração a relação de posterioridade, uma vez que cobre as paredes da estrutura defensiva e está associada a um depósito que se estende aos quadrados A e B. Contudo, não é claro se a “muralha” ainda estaria em funcionamento neste momento.

Na área A, foi intervencionada uma segunda zona designada por Trench II, implantada no sentido Norte-Sul, no mesmo eixo das quadrículas A-B da Trench I, mas no lado Sul.

Pouco se sabe sobre os resultados de escavação nesta área. Não conhecemos qualquer registo gráfico ou fotográfico desta área, planta ou corte, tendo sido apenas redigida uma breve descrição das realidades encontradas.

A escavação da designada Trench II revelou que o quadrado mais a Norte era composto exclusivamente terras e pedras resultantes de escorrências. Na base deste depósito, registou-se um outro nível, de matriz mais arenosa, no qual se encontrava a fundação de uma parede, que se desenvolvia no sentido Norte-Sul. Esta estrutura era composta por pequenas pedras e conservava apenas a última fiada (Evans, 1972: 3).

Registou-se a presença de uma outra parede, no sentido Este-Oeste, que continha algumas pedras de grande dimensão. Contudo, e segundo a opinião dos escavadores, não se trata de uma estrutura defensiva.

Lamentavelmente, entre a documentação recolhida não consta nenhuma planta destas estruturas, ou qualquer registo estratigráfico desta área. Pouco mais sabemos sobre a escavação da Trench II, dando a ideia que a intervenção foi interrompida, não tendo sido atingido o substrato rochoso.

“The results of the season’s work may be summed up as showing that the surviving fortified settlement on Segovia hill was constructed in the later Iron Age, and was abandoned early in the period of roman occupation (early 1st century A.D.). The defenses consisted of a single line of walling round the top hill, and probably fallen into decay or been abandoned before the abandonment of the site, since the latest deposits spill over the section of the perimeter wall which we cleared. “

J.D. Evans, 1972, Preliminary report on the Excavations at Segovia, Campo Maior, Portugal, 1972.

Síntese do relatório de escavação do sector B

Após identificação de uma estrutura de grande extensão, durante os trabalhos de prospecção, foi opção dos directores da intervenção abrir uma área de escavação, designada de Área B, incidindo sobre esta estrutura e a área envolvente.

Metodologicamente, preconizou-se uma escavação em quadrículas de 3 X 3m, deixando uma banqueta com 1 X 1 entre elas, tendo sido escavadas oito quadrículas (BA, BB, BC, BD, BE, BF, BG, BH).

Inicialmente, tinham sido abertas apenas quatro, mas devido, uma vez mais, a incompatibilidades entre as equipas, foi proposta a abertura de mais quatro quadrados de forma a dividir, em partes iguais, as áreas intervencionadas.

As quadrículas BA a BD foram escavadas pela equipa britânica e as BE-BH pela equipa portuguesa. Após reunião dos dois cadernos de campo da área B o Dr. José Arnaud redigiu o relatório.

Este consiste na descrição da estratigrafia, estruturas e principal espólio recolhido nas oito quadrículas intervencionadas. Deste documento constam igualmente algumas fotografias de escavação, alguns dos materiais recolhidos, bem como desenhos de perfil/corte de sete das oito quadrículas.

Todas as quadrículas apresentam estruturas, ou embasamentos de paredes, com uma altura conservada variável, entre escassos centímetros, correspondendo apenas a uma fiada de pedras, e cerca de 0,80m de altura.

As estruturas são de pedra seca, de pequena e média dimensão, ligadas com terra e edificadas sobre o afloramento rochoso.

Este conjunto arquitectónico parece pertencer a um único edifício de planta quadrangular, composto por, pelo menos, seis compartimentos. Não é clara a existência de um pátio central, nem como se desenvolveria o edifício para este.

De acordo com a planta, registaram-se zonas de derrube difuso, aparentemente sobre o afloramento, cuja leitura é difícil. Parece, contudo, bastante evidente a presença de alguns alinhamentos de pétreos, concentrados na zona Norte, junto à parede “principal”, com uma orientação diferente, desenvolvendo-se no sentido NE-SO. Esta realidade, registada em planta, não se encontra documentada no relatório de 1972.

Ao nível da estratigrafia, a potência do sítio é escassa, oscilando entre 40 cm e 80 cm entre a superfície e o afloramento rochoso.

A camada superficial, que foi designada por **nível 1**, tem uma espessura entre os 10 e os 20 cm e foi denominada húmus, apresentando um acervo material muito diversificado cronologicamente e do ponto de vista das categorias documentadas, entre as quais se destaca a presença de materiais de construção romanos.

Embora o texto do relatório não seja explícito em relação à datação deste depósito, importa referir que, para várias quadrículas, foi indicado que a cerâmica “ não se conservou (...) devido á falta de significado.”. Depreendemos desta afirmação que algumas cerâmicas não foram recolhidas por se tratar de materiais contemporâneos, sem qualquer significado histórico.

O **nível 2** corresponde a uma terra castanha com abundante material de construção romano, que, de acordo com as legendas dos perfis, corresponde a um derrube de telhas, que encostava e cobria, parcialmente, as estruturas da área B. Este depósito registou-se em todas as quadrículas, embora a documentação gráfica transmita a ideia que o derrube não é uniforme, ou seja coloca-se a possibilidade deste nível 2 corresponder, em algumas áreas, a um estrato de aterro.

Não obstante, trata-se claramente do último momento preservado no sítio, que corresponde ao seu abandono. Os materiais deste nível apontam claramente para uma cronologia romana, centrada no alto-império.

Devido à escassa potência documentada na zona SO, a escavação deu-se por terminada na quadrícula BF, tendo sido identificados apenas dois estratos, entre a superfície e o afloramento rochoso.

O **nível 3**, que corresponde a um momento de ocupação, é constituído por uma terra amarela arenosa, com uma espessura variável entre 10 e 25 cm. De acordo com os perfis, julgamos poder tratar-se de um estrato de aterro, cujo topo foi usado como piso de ocupação. Esta interpretação não se aplica às quadrículas BC e BE, uma vez que, de acordo com o registo de escavação, este depósito cobre simultaneamente as estruturas existentes nestas quadrículas e o afloramento rochoso. De facto, este nível 3 cobria o substrato rochoso em grande parte da área intervencionada, concretamente nas quadrículas BA, BC, BE.

O **nível 4** está documentado, com escassa potência estratigráfica e em reduzidas áreas, apenas nas quadrículas BD, BH, BB e BH. Trata-se de um estrato que cobre o substrato geológico, que poderá, inclusive, já ser constituído por rocha desagregada.

Não existe nenhuma descrição detalhada deste nível, sendo referido apenas a presença de materiais romanos numa das quadrículas, BB, elemento que foi igualmente documentado no actual registo de inventário.

A escavação foi dada por terminada, tendo sido atingido o substrato rochoso em todas as quadrículas.

De acordo com os escavadores, o edifício posto a descoberto seria de construção pré-romana “a julgar pelo aparelho de pedra seca e pelo espólio dos níveis inferiores, datáveis dos século IV-III a.C.”

A análise que realizei dos materiais recolhidos permitiu aferir que os fragmentos das designadas «cerâmicas de verniz negro» correspondem, na sua totalidade, a fragmentos de cerâmica campaniense, podendo com esta informação concluir-se que a construção e utilização do edifício identificado na área B foram realizadas, exclusivamente, em época romana.

Em toda a área, documentou-se apenas um nível de utilização deste espaço, e um outro associado ao seu abandono. No que respeita ao seu faseamento, existem dois momentos de ocupação, um primeiro que corresponde a uma fase de construção, ocupação e abandono de cronologia romana, seguido de um nível superficial de cronologia contemporânea.

2.2.3. Resultados da segunda e terceira campanhas de escavações 1981/82.

As escavações de 1981 foram realizadas sob a direcção da Professora Doutora Teresa Gamito e incidiram exclusivamente sobre a área anteriormente intervencionada, denominada área B.

Esta escavação decorreu entre 20 de Junho e 24 de Julho de 1981, na sequência de uma intervenção de emergência resultante da destruição parcial do cabeço, no âmbito de um projecto de abastecimento de água à cidade de Elvas (vide anexo documental).

Os principais objectivos desta intervenção consistiram em “determinar as dimensões do edifício identificado na zona B” e caracterizar o “uso e função do edifício em questão”.

Sobre a quadrícula antiga, foi implantada uma outra, com maior área e diferente orientação, sem, contudo, existir uma tabela de equivalência ou uma planta com a nova quadrícula implantada em sobreposição à antiga.

De acordo com o relatório, foi possível identificar os limites este, Oeste e Norte do edifício. Uma vez mais, confirma-se aqui a presença de materiais de cronologia romana republicana, como cerâmica campaniense e cerâmica de paredes finas.

No relatório desta intervenção, as descrições dos trabalhos são essencialmente sobre a matéria-prima utilizada na construção das estruturas, a planta e função do edificado, não existindo informações de carácter estratigráfico ou contextual.

A impossibilidade de finalizar os trabalhos de campo na primeira campanha (1981) originou a realização de uma outra, no ano seguinte (1982), com o objectivo de desmontar as banquetas deixadas nos trabalhos de 1972 e delimitar a restante área edificada.

Verificou-se que o afloramento rochoso se encontrava praticamente à superfície, na zona este. A área sul tinha apenas um nível que cobria a rocha, sendo as áreas a Norte e a Oeste as que possuem uma maior potência estratigráfica, resultando numa maior acervo de informação sobre as estruturas edificadas.

No final dos trabalhos, os muros foram consolidados com cal, cimento e areia e toda a área foi revestida com plástico e parcialmente coberta de areia.

Segundo a autora, os trabalhos de escavação possibilitaram a seguinte conclusão:

“Observou-se que o edifício assentava quase totalmente sobre o fundo rochoso, embora o lado N se apresentasse mais profundo. Deverá ter tido 3 fases de construção, destruição parcelar e reconstrução, sendo a inicial provavelmente dos finais do século IV, inícios do terceiro, pelos materiais, relativamente tardios nele encontrados.

Fases anteriores possivelmente dos séculos V/IV foram detectadas na zona W, sem que, no entanto, fosse ainda integralmente escavada”.

Gamito, T.J. 1982- As escavações no Castro de Segóvia- Relatório

2.3. Paradigmas da investigação: estado da arte.

O Castro de Segóvia é um dos sítios arqueológicos míticos do Alentejo, podendo considerar-se que a hipótese de identificação com a *Segóvia* das fontes clássicas contribuiu, em grande parte, para a importância que este local adquiriu no âmbito da arqueologia da conquista romana.

Assim, em jeito de síntese, o sítio foi alvo de intervenções arqueológicas na década de 70 e 80 do século XX, e os espólios então recolhidos foram parcialmente estudados (Gamito, 1988, Arnaud e Gamito). De acordo com os responsáveis pelos trabalhos do século passado, os dados recolhidos testemunhavam uma ocupação proto-histórica, bem como uma ocupação romana que se inicia ainda durante a República e se estende até ao Alto Império.

A escavação de duas áreas principais, tinha possibilitado, através da estratigrafia conservada e de datações de C14, a identificação de uma ocupação do Bronze Final caracterizada pela presença de cerâmicas de retícula brunida. Os primeiros momentos da Idade do Ferro estavam representados pelas grandes estampilhas geométricas, cujos principais motivos decorativos são rectângulos, círculos e cruzeiros, cordões plásticos com incisões e dedadas e decorações onduladas.

Os trabalhos dados à estampa sobre estas intervenções incluem um número muito reduzido de materiais (essencialmente cerâmica estampilhada) que documentam a ocupação durante a Idade do Ferro e época romana no sítio. Na década de 70, Teresa Gamito e José Arnaud publicaram um dos elementos mais característicos da chamada II Idade do Ferro do Sudoeste (1977), a cerâmica estampilhada, tendo mais tarde o Castro de Segóvia feito parte integrante de várias publicações no âmbito da Idade do Ferro e da sua componente céltica do território português (Gamito, 1982, 1988, 1991, 1996). Contudo, parece evidente o escasso conhecimento sobre a ocupação humana do sítio.

A problemática das comunidades da Idade do Ferro não orientalizante do sul do território português é, desde há muito, conhecida. A obra intitulada “Os povos

primitivos da Lusitania” de Mendes Correia (1924) foi um dos primeiros trabalhos dedicados ao tema, mas, o mais emblemático estudo de materiais para a caracterização desta cultura material no território português é, sem dúvida, pelas suas características singulares, o depósito votivo de Garvão (Beirão *et alii*, 1985).

Durante o século XX, é notória a pouca importância que tem sido atribuída à investigação da designada área celta da Península Ibérica, em comparação com outras, como a Galaica ou Celtibérica, como já chamou a atenção Luís Berrocal Rangel (1994)

Actualmente e nos últimos 30 anos, um vasto grupo de investigadores tem-se dedicado ao estudo da chamada II Idade do Ferro de uma área compreendida entre a alta Andaluzia, a Estremadura espanhola e o Alentejo.

Estes trabalhos têm incidido sobre diversos factores não só no âmbito da cultura material, mas também do ponto de vista da língua, território e etnicidade.

Assim, nestas últimas décadas, importantes escavações arqueológicas foram realizadas no território português, como as de Miróbriga (Silva, 1978: 117-132), Alcácer do Sal (Tavares *et alii*, 1980-81: 148-218), Garvão (Beirão *et alii*, 1985: 45-135), e do próprio Castro de Segóvia (Gamito, 1981: 32-43), bem como, no território espanhol, as da Alcáçova de Badajoz (Valdéz Fernandez, 1979: 337-352, 1980: 571-592), Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1988), Castañuelo (Del Amo, 1979: 299-340), Castrillejos de Fuente de Cantos (Fernandez Corrales *et alii*, 1988: 69-88), Sierra de la Martela (Enrique Navasques y Rodriguez Díaz, 1988: 113-128) e Castillo de Jerez (Carrasco Martín, 1991).

Neste âmbito de sítios do território espanhol, cabe destacar a obra de Luis Berrocal Rangel, que, através do seu estudo monográfico de Castrejon del Capote (1994), deu um contributo inestimável não apenas para o conhecimento das características morfo-tipológicas das cerâmicas, mas também para a leitura operativa de espaços de culto.

Ainda no que respeita a este autor, destacam-se as obras de enquadramento da cultura material, nomeadamente um levantamento exaustivo de informações sobre território espanhol e português, numa notável compilação de dados, que inclui o território português, como é o caso das obras «Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica» (1992) e «Oppida y castros de la Beturia céltica» (1994).

Particularmente para o território alentejano, destacam-se os trabalhos de Teresa Júdice Gamito, cuja activa participação em reuniões científicas e publicações internacionais contribuíram, em grande parte, para o conhecimento e divulgação de sítio e materiais, no seio da comunidade científica internacional (1988, 2006).

A obra que aborda mais aprofundadamente o Castro de Segóvia propriamente dito é talvez a sua dissertação de doutoramento de Teresa Gamito, intitulada *Social Complexity in South West Iberia 800-300 B.C. The Case of Tartessos*, na qual o sítio é utilizado como *case study* (Gamito, 1988).

Ao nível do estudo de materiais salienta-se, da mesma autora, o artigo sobre a cerâmica estampilhada que reúne, em 1996, e pela primeira vez, um *corpus* de motivos decorativos estampilhados (Gamito e Arnaud, 1977; Gamito, 1996).

Cabe aqui destacar, no âmbito das obras de síntese sobre a “cultura celta” no sudoeste peninsular, o contributo de Martin Almagro Gorbea, que, através da colaboração ou da edição de livros sobre esta temática, se tornou numa referência incontornável quando abordamos qualquer tema sobre os celtas na Península Ibérica (1992, 1994).

O enquadramento do horizonte cultural de Segóvia não estaria completo sem a referência aos estudos dos processos de romanização deste território. Neste sentido a dissertação de doutoramento de Carlos Fabião intitulada “*O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*”, opera uma análise detalhada dos materiais por classe, bem como uma leitura dos processos de romanização neste território (1998).

Neste sentido, os trabalhos de escavação deste último investigador realizados, juntamente com Amílcar Guerra, no povoado de Mesas de Castelinho, reuniram, nos últimos 20 anos um extenso acervo de informação, que foi recentemente coligido e estudado, no que respeita aos níveis da Idade do Ferro por Susana Estrela (2010), que integra alguns materiais desta mesma cronologia já publicados (Fabião, 1998; Filipe, 2010). Do mesmo sítio as importações de época romana republicana são também, em grande parte, já conhecidas (Fabião e Guerra, 1991; Parreira, 2009; Alves, 2011).

Igualmente relevante foi a publicação da monografia do Castelo da Lousa (Alarcão, 2010), pois permite, através do estudo detalhado da totalidade dos materiais, neste caso associados a uma ocupação romana tardo-republicana.

3. Projecto SEGA: o Castro de Segóvia na Antiguidade.

3.1. Critérios gerais.

Em 2007, iniciou-se um projecto de investigação que se tem vindo a desenvolver nos últimos anos, subordinado ao estudo do Castro de Segóvia.

Pretendia-se realizar um estudo detalhado de caracterização dos vestígios arqueológicos, provenientes das intervenções arqueológicas realizadas, nas décadas de 70 e 80 do século XX, no Castro de Segóvia.

A existência de um manancial informativo de considerável dimensão, resultante dos trabalhos de escavação e prospecção realizados no local, deixavam antever um significativo potencial científico.

A análise de toda a informação recolhida permitiu abordar e interpretar a ocupação de Segóvia com bases mais sólidas, que serão perspectivadas sobre dados concretos, e rastrear arqueologicamente evidências que venham clarificar a importância deste local durante a Idade do Ferro e a Época Romana.

A realização deste estudo resulta da leitura e análise de um conjunto de dados inéditos e no seu enquadramento historiográfico e arqueológico, de modo a contribuir para a caracterização da ocupação proto-histórica do Alto Alentejo, e dos processos de romanização de que este mesmo território foi alvo.

3.2. Objectivos.

O objectivo fundamental deste projecto era estudar o papel do Castro de Segóvia no quadro político, económico e social ao longo de toda a diacronia de ocupação, de forma a determinar possíveis relações entre este local e as diferentes realidades arqueológicas circundantes, efectuando um enquadramento de âmbito local e regional.

Os principais objectivos a atingir centravam-se na caracterização cronológica e funcional do Castro de Segóvia, passando pela análise das seguintes temáticas:

1. Determinar o âmbito cronológico de ocupação do sítio;
2. Determinar relações comerciais estabelecidas e as matrizes culturais dominantes;
3. Estabelecer um faseamento da ocupação e uma caracterização detalhada de cada uma das fases identificadas;
4. Determinar principais estratégias económicas desenvolvidas no povoado, ao longo da sua diacronia;
5. Definir e interpretar as estruturas habitacionais e defensivas postas a descoberto, de forma a estabelecer uma leitura da evolução urbana do sítio ao longo da diacronia de ocupação.

Pretendeu-se caracterizar as várias fases ocupação através da análise de todo o espólio recolhido. Ao nível da cerâmica, esta caracterização incidiu, não apenas sobre as produções locais, mas também na análise exaustiva dos materiais importados, estabelecendo a dinâmica funcional operada em torno deste povoado fortificado durante a Antiguidade.

A análise da “componente céltica”, referida de modo recorrente na bibliografia e na toponímia local existente foi um dos objectivos estruturais deste trabalho, patente no estudo da matriz cultural dominante no conjunto artefactual.

A análise do espólio foi efectuada, sempre que possível, em correlação directa com a proveniência estratigráfica, possibilitando atribuir cronologias e espaços funcionais, numa leitura sincrónica do sítio arqueológico. Neste âmbito, pretendeu-se efectuar uma análise cronológica, confrontando os resultados obtidos com as datações de C14 e as propostas da cronologia tradicional.

Esta caracterização faseada permitiu o estudo da sequência de ocupação do espaço, viabilizando uma leitura diacrónica do mesmo.

3.3.Critérios metodológicos.

A primeira fase do projecto consistiu na deslocação aos vários locais onde se encontram depositados materiais oriundos do sítio arqueológico, nomeadamente o Museu Nacional de Arqueologia e à Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas. Pretendeu-se reanalisar os materiais, em parte já publicados, incluí-los numa base de dados informática única, procedendo-se ao seu tratamento gráfico e fotográfico, bem como ao seu enquadramento cronológico. Foi efectuado um levantamento bibliográfico detalhado e consultou-se os relatórios das intervenções arqueológicas.

Foram realizados trabalhos de prospecção arqueológica no sítio, com o objectivo identificar e caracterizar a ocupação humana no concelho de Elvas, Freguesias do Caia e S. Pedro, tendo como local de referência o sítio arqueológico de Segóvia. Nos trabalhos de prospecção, foram considerados vários elementos patrimoniais (materiais, estruturas e sítios de interesse arqueológico e arquitectónico). Neste âmbito, pretendeu-se efectuar recolhas de materiais de superfície (cerâmicos, metálicos, etc.) que pudessem contribuir para a caracterização do sítio arqueológico, e registo gráfico e fotográfico de estruturas ou outros elementos arquitectónicos relevantes. Para a fase de trabalho de campo foi preconizada a seguinte estratégia:

- Reconhecimento das ocorrências patrimoniais identificadas ao nível da bibliografia localizadas na área de incidência do projecto;
- Reconhecimento no terreno dos indícios toponímicos e fisiográficos que apontam, ao nível da Carta Militar, para a presença de vestígios de natureza presumivelmente antrópica (arqueológicos, arquitectónicos ou etnográficos);
- Prospecção da área a ocupar pelo projecto em estudo, tendo em vista a identificação de materiais arqueológicos e estruturas de potencial interesse patrimonial e científico;
- Prospecção dirigida, a partir da observação directa da paisagem, da morfologia do terreno e da área envolvente;

De acordo com os resultados das prospecções arqueológicas, com o levantamento bibliográfico e o tratamento dos materiais recolhidos em depósito, foi avaliada a possibilidade de realizar sondagens arqueológicas de caracterização da sequência estratigráfica que permitissem documentar a diacronia de ocupação do sítio.

Nesta fase, procedeu-se também à descrição do espólio, tendo em consideração as suas características físicas e morfológicas. Para tal, foi criada uma ficha descritiva e individual realizada em suporte informático. A distribuição do espólio e o seu tratamento estatístico permitiram documentar crescimentos e decréscimos de grupos morfológicos ao longo da diacronia. Na posse destes elementos, foi então possível integrar o espólio nas respectivas categorias funcionais e proceder à sua integração nas tipologias conhecidas, o que possibilitou uma atribuição cronológica mais precisa. Os materiais mais significativos ou em melhor estado de conservação foram objecto de registo fotográfico individual, que incidiu também sobre os detalhes que algumas peças apresentam, concretamente marcas de fabrico ou de propriedade, decorações ou outras. Obtiveram-se dados referentes ao espólio arqueológico, nomeadamente a sua natureza, origem, funcionalidade e cronologia. Os seus índices de frequência são de grande utilidade para verificar como evoluíram, ao longo da diacronia, e as relações comerciais identificadas nos diferentes momentos de ocupação.

No que respeita à estrutura da dissertação pretendeu-se desenvolver as seguintes questões:

Realizou-se uma descrição do sítio e da área envolvente de um ponto de vista geográfico, ou seja, caracterização da paisagem e das suas características geo-climáticas e resumidamente descreveu-se as intervenções arqueológicas realizadas, locais e áreas escavadas e resultados dessas intervenções e apresentou-se uma síntese dos dados conhecidos, cronologias e características da evolução humana neste local.

Na segunda parte da dissertação expôs-se os resultados relativos à análise quantitativa e qualitativa do conjunto, tendo-se identificando formas, fabricos e contextos e possíveis significados.

A análise contextual consistiu na realização de uma análise qualitativa e incidiu apenas no estudo de contextos de deposição primária (eg. pisos de ocupação) ou secundária (eg.

fossas ou lixeiras), tendo em conta o conjunto de materiais recolhidos, sua origem e cronologia, a caracterização da proveniência estratigráfica (estrutura positiva, negativa, depósito, etc), e a fase de ocupação em que se insere.

A apresentação dos contextos foi efectuada por área intervencionada, partindo das intervenções mais antigas para as mais recentes, que apresentem níveis deposicionais que possuam as características *supra* referidas.

Pretendeu-se sintetizar a informação obtida através da análise contextual e efectuar uma proposta de apreciação da funcionalidade, cronologia e faseamento anteriormente propostos, à luz dos novos dados analisados.

Análise quantitativa: incidiu sobre a totalidade da amostra em estudo, incluindo os materiais recolhidos nos trabalhos de prospecção, pretendendo-se quantificar percentualmente formas, fabricos e conteúdos e funcionalidades e, posteriormente, determinar significados e cronologias.

Importa salientar que se pretendeu realizar uma análise qualitativa e quantitativa do conjunto, discutindo os seus possíveis significados e contribuindo da melhor forma para a caracterização da ocupação humana do sítio.

Efectuou-se uma análise comparativa à escala regional, avaliando a circulação de produtos alimentares, bem como o enquadramento da nossa amostra no quadro das importações do sul da Península Ibérica.

A análise da matriz cultural permitiu clarificar a existência ou inexistência de uma fase com materiais de influência orientalizante, como tem vindo a ser discutido por diferentes investigadores (Fabião, 1992, 150-163, Arruda, Guerra e Fabião, 1995, Fabião, 1998, 177)

3.4. Resultados das intervenções.

3.4.1. Prospekções Arqueológicas de 2009.

Procedeu-se a alguns trabalhos localizados de prospecção na zona superior do cabeço, cujo principal objectivo foi relocalizar estruturas identificadas e referenciadas em anteriores trabalhos, bem como reconhecer no terreno vestígios antrópicos e a sua implantação.

Neste sentido, realizou-se um varrimento de toda a parte superior do cabeço, numa área compreendida entre a cota 300 e a cota 250, tendo-se localizado e implantado as estruturas do edifício do sector B, o depósito de água. Esta prospecção permitiu igualmente a identificação, nas vertentes Norte e sul, de uma dupla linha defensiva, identificada na sondagem 2, que se estende em quase todo o “perímetro natural” do cabeço.

Fruto destes trabalhos, confirmou-se a presença de uma dupla linha de muralha que circunda os limites naturais do cabeço nas suas vertentes Norte, Oeste e sul. A vertente este apresenta uma inclinação menos abrupta do que as restantes e não evidencia conter qualquer estrutura edificada. Os trabalhos de prospecção revelaram, para além de pontuais concentrações cerâmicas ao longo da encosta, uma grande concentração de pedras de grande dimensão, aparentemente sem qualquer tipo de afeiçoamento.

Este conjunto pétreo está disposto sobre uma vasta área que corresponde ao primeiro patamar de declive do cabeço na sua vertente Este. As pedras são da mesma matéria-prima do substrato geológico local e estão dispostas de forma desordenada, sem aparente estruturação.

Dada a ausência de análogos conjuntos pétreos no restante cabeço, julgamos que a presença deste conjunto pode corresponder a uma acção antrópica de características defensivas que consiste na colocação de um campo de pedras fincadas, cujo objectivo é o de dificultar o acesso ao castro.

A recolha de informação geográfica foi realizada com o recurso a um GPS modelo Garmin Etrex 10, tendo sido os dados recolhidos posteriormente sido processados de modo a permitir a sua correcta visualização.

3.4.2.Escavação de 2009.

No âmbito do PNTA SEGA e dada a finalização do estudo de materiais das intervenções antigas, considerámos essencial a realização de sondagens de caracterização crono-estratigráfica do sítio, que permitissem responder a algumas questões fundamentais na sua análise.

Deste modo, em Setembro de 2009 realizamos a primeira campanha de escavação do projecto que teve como principal objectivo caracterizar a ocupação identificada nas intervenções antigas.

No que respeita à escavação, optámos por limitar a intervenção a duas áreas, Sondagens 1 e 2, a primeira anexa à área A, intervencionada pela equipa luso-britânica em 1972, e a restante localizada no topo do cabeço onde a dupla estrutura defensiva se encontrava praticamente à superfície.

Sondagem 1

A sondagem 1 foi implantada numa zona contígua à área A, intervencionada em 1972.

Optámos por implantar uma sondagem paralela a esta, no sentido N-S, com um total de 8 m de comprimento por 3 m de largura. Corresponde a uma área de 24m², com uma significativa concentração de materiais romanos à superfície.

Após a marcação da sondagem, limpeza do terreno e registo, deu-se início à escavação com a remoção da UE 00, que corresponde à camada humosa de superfície. Este depósito de sedimento castanho seco e granuloso apresentava uma pequena potência estratigráfica, sendo visível a escassos centímetros da superfície uma concentração de *tegulae* que designamos de UE 01.

A existência de materiais de cronologia contemporânea em ambas as UE s (como cartuxos de bala) faz supor que esta concentração de materiais de construção romanos era fruto do processo de escavação que decorreu na década de 70, em área anexa, tendo sido este o espaço eleito para depósito de alguns materiais de construção que não foram recolhidos.

Sob as UE s 00 e 01, encontrava-se, em toda a área de escavação, um depósito compacto areno-argiloso de cor castanha amarelada. Trata-se de um estrado de aterro com uma potência variável entre os 20 e os 40 cm. Esta UE apresenta essencialmente materiais de cronologia romana, apesar de ainda se documentar a presença de alguns materiais contemporâneos junto ao topo do depósito.

Este elemento indicia que este depósito teve um longo período de formação, podendo possivelmente corresponder a uma antiga superfície do terreno e a uma acumulação sedimentar que ocorreu ao longo dos séculos.

A escavação deste depósito revelou as primeiras realidades conservadas deste espaço. Assim, sob a U.E. 02 identificámos duas estruturas, que designámos de U.E. 03 e 04.

A U.E. 03 corresponde a uma estrutura de pedra seca, com 60 cm de largura e 4 m de comprimento, que se desenvolve no sentido Norte-Sul. A Norte, esta estrutura termina numa esquina, imbricando com a U.E. 04, que se desenvolve para Oeste estendendo-se pela área antiga de escavação. Estas duas estruturas desenhavam as paredes Norte e Este de um compartimento que designamos por **Compartimento 1**.

Ainda sob a U.E. 02, na esquina interna das U.E. s 03 e 04, identificámos a primeira deposição de material *in situ*, que designámos por U.E. 05. Trata-se de um pote e de um unguentário depositados sobre uma telha, cuja funcionalidade é, para já, indeterminada.

Dentro do compartimento 1, sob as U.E. s 02 e 05 foi escavado um novo estrato de aterro castanho-escuro, idêntico à U.E. 02, que designámos por U.E. 06. A escavação deste depósito revelou os derrubes correspondentes ao momento de abandono do espaço, a U.E. 10, derrube de telha, que corresponde à queda do telhado, e a U.E. 11, derrube de pedra, que corresponde à queda da parede 03.

Estes derrubes abrangiam toda a área correspondente ao **compartimento 1** «selando» as realidades que cobriam. O momento de ocupação deste espaço corresponde a uma grande concentração de cerâmicas fragmentadas *in situ*, U.E. 14.

É desta U.E. que provém a maior parte do material recolhido na escavação, constituído maioritariamente por grandes recipientes de armazenagem.

Sob esta U.E. foi apenas escavada uma pequena concentração de carvão e cerâmicas, U.E. 22, que poderá corresponder a uma área de combustão do piso U.E. 21 (não escavado). Refira-se ainda que no canto Sul da sondagem, sob a U.E.14, identificou-se uma pequena concentração pétrea que se estende para Oeste e para Sul, à qual ue, por este motivo, não foi possível atribuir uma qualquer funcionalidade.

No compartimento a Este da U.E. 03, e sob a U.E. 02, foi identificado um piso de cerâmica, U.E. 08, que devido à exiguidade da área não foi escavado.

A Norte do compartimento 1, delimitado pela parede U.E. 04 encontra-se o **compartimento 2**, do qual embora só conheçamos uma parede, configura um ambiente morfológicamente e funcionalmente distinto do 1.

Deste modo, sob a U.E. 02, a Norte da estrutura U.E. 04, foi identificado e escavado um estrato de aterro composto por um sedimento argiloso castanho-escuro, U.E 07.

Este aterro cobria uma concentração de mós, U.E. 20, que se encontravam sobre uma vala de fundação circular, U.E. 13, e sobre os enchimentos U.E. s 12 e 15 e um embasamento pétreo, também circular, a U.E. 19.

A esta realidade estava ainda associada a um aterro, cujo topo foi usado como piso de ocupação, U.E. 09, que foi cortado para a implantação da vala de fundação U.E. 13.

A remoção da U.E. 09 pôs a descoberto um novo aterro, U.E. 18, e novos elementos arquitectónicos associados a um momento mais antigo, cronologicamente ainda indeterminado, composto pelas estruturas U.E. 16 e 17, que delimitam parte dos contornos de um novo compartimento.

Neste momento os trabalhos arqueológicos foram dados por terminados não tendo sido possível terminar a escavação nesta sondagem.

Sondagem 2

A sondagem 2 corresponde a uma área de 5x3 metros, tendo sido implantada na zona mais elevada do cabeço. A escavação iniciou-se com a o registo das unidades de superfície, tendo sido identificadas três realidades distintas U.E. 00, 01 e 02, correspondendo a U.E. 00 à camada humosa de superfície e as U.E. s 01 e 02 a estruturas pétreas paralelas que se desenvolvem no sentido E-O.

As estruturas encontravam-se parcialmente cobertas pela U.E. 00, sendo que a remoção desta última permitiu reconhecer a face da U.E. 01.

Após a escavação deste depósito superficial, e devido ao acentuado desnível do terreno, a área ficou naturalmente dividida em três: A, a Norte da U.E. 02 e delimitada pela estrutura e pelos limites da escavação; B, entre a U.E. 01 e a U.E. 02, e uma última, C, entre U.E. 01 e o limite Sul da sondagem.

Após a remoção da camada de superfície apenas foram intervencionadas as áreas A e B, dado que a área C era demasiado exígua.

Deste modo, na área A foi escavada uma sequência de dois estratos, U.E. s 03 e 06, que correspondem a escorrências, que cobrem parcialmente o afloramento rochoso. A U.E. 03 apresenta um sedimento castanho-claro, com escassos materiais arqueológicos, salientando-se apenas a presença de escória.

Sob este depósito atingiu-se o afloramento rochoso em praticamente toda a área, com excepção de algumas depressões naturais que se encontravam preenchidas por rocha desagregada, com algumas inclusões de escória, U.E. 06.

A área B é aquela que apresentava maior complexidade estratigráfica. Sob o depósito de superfície, registou-se a presença de uma camada de cascalho de pequena dimensão, designada por U.E. 04. Este nível apresentava escassos materiais cerâmicos, sob o qual se identificou um depósito de sedimento castanho U.E.04, com algum material cerâmico de cronologia romana, destacando-se aqui a presença de *tegulae*.

Sob este depósito eram já visíveis três realidades: o afloramento rochoso U.E. 09; o enrocamento pétreo da estrutura 02, U.E. 08, e bem como rocha desagregada, que cobria parcialmente estas duas realidades.

A U.E. 08 foi removida, não tendo sido possível obter elementos cronológicos precisos através da cultura material, registando-se apenas a presença de cerâmica produzida a torno, com formas inclassificáveis.

A escavação desta sondagem deu-se por terminada tendo sido atingido o substrato geológico em toda a área com excepção das áreas ocupadas pelas estruturas defensivas.

Leitura e interpretação estratigráfica

A intervenção arqueológica permitiu aferir a existência de distintas realidades que importa referir. Na **sondagem 1** identificaram-se dois compartimentos parte integrante

de um único edifício que se estende, seguramente, para Oeste. Um dos compartimentos parece corresponder a uma área de transformação de produtos alimentares e o outro dedicado ao armazenamento, ambos associados, muito possivelmente, à exploração agrícola.

O **compartimento 1** é composto por duas estruturas pétreas, cobertas com *tegulae*. Verificou-se que se conservou a totalidade do derrube que revestia o telhado, mas apenas parte de um pétreo, este localizado apenas numa área central do compartimento, área que foi interpretada como entrada. Tais evidências permitem admitir que a construção das paredes em altura fosse realizada com recurso a materiais perecíveis, como taipa, adobe ou madeira.

Este compartimento estava repleto de materiais cerâmicos partidos em conexão, cuja principal característica é serem recipientes de armazenagem de grande capacidade, de tipo *dolia*. Trata-se maioritariamente de cerâmica comum de produção local, sendo o principal elemento datante um fragmento de ânfora do tipo Haltern 70, que surge associado ao derrube de *tegulae*, e que permite localizar a ocupação até à primeira metade século I d.C.

O compartimento anexo, que designámos por **2**, está ligado a este espaço através de uma porta e contém um espaço destinado à moagem, composto por uma estrutura fixa circular e um conjunto de moventes de granito. Neste espaço os materiais recolhidos estão mais fragmentados e são em muito menor número, o que julgamos poder estar associado à sua funcionalidade, a moagem, visto que esta não requer um grande número de recipientes para ser executada.

Estes dois compartimentos complementam-se claramente, não sendo possível para já determinar se todo o espaço deste edifício possuía idêntica funcionalidade ou se as outras divisões estariam destinadas a outros fins.

Nestas áreas, não existem quaisquer indícios de combustão ou abandono violento, como poderia, numa primeira análise, ser deduzido pela quantidade de materiais fragmentados *in situ*. Não é possível, neste momento, determinar se houve ou não um abandono programado, visto que os materiais deixados *in situ* são os menos nobres e mais difíceis

de movimentar. Ou seja, tendo existido um abandono programado torna-se difícil o transporte destes materiais, sendo provável o seu abandono no local.

Por imperativos de tempo, não foi possível terminar a escavação desta área. Contudo, quando os trabalhos de campo foram finalizados era visível, sob os compartimentos acima descritos, a existência de uma outra fase construtiva, cuja cronologia é impossível de precisar.

A escavação da sondagem 2 permitiu caracterizar do ponto de vista arquitectónico uma estrutura defensiva, constituída por blocos de pequena e média dimensão, em que a inclinação do afloramento rochoso é aproveitada nessa construção, sendo a muralha construída de forma escalonada.

A escassa potência estratigráfica aliada á morfologia do terreno dificultou a recolha de elementos cronológicos seguros, não tendo sido possível estabelecer a cronologia da sua construção e utilização.

4. A Arquitectura

4.1.Introdução.

A arquitectura da Idade do Ferro na Península Ibérica não responde a um modelo comum, caracterizando-se em primeiro lugar por uma forte diversidade regional.

Deste modo, a historiografia definiu cinco áreas distintas que apresentam cadências de matizes regionais próprias: o mundo celtibérico, o mundo Vetão, o ocidente e centro da Meseta, os Castros do Nordeste e a área da Betúria Céltica (Martin Bravo, 2004). A implantação geográfica do Castro de Segóvia posiciona-o neste último grupo.

Trata-se de uma região situada entre os estuários do Guadiana e do Guadalquivir. A partir do século IV a.C., encontramos aqui uma rede de povoamento que se caracteriza pela presença de pequenos povoados fortificados, com dimensões compreendidas entre 1 e 3 ha (Martin Bravo, 2004: 132).

As características, muito distintas, do “urbanismo” desta região são passíveis de agrupar em dois tipos distintos. Um deles caracteriza-se pela ausência de um ordenamento urbano, no qual a construção ocorre de forma desordenada, aproveitando todo o espaço útil, sem qualquer ordenamento prévio, com estruturas de planta quadrangular ou trapezoidal, também eles pouco uniformes (*Ibidem*). De acordo com os dados de escavação conhecidos, este tipo de urbanismo está associado a uma fase relativamente antiga, datada dos séculos IV a.C. e III a.C.

Num momento mais tardio, as casas surgem ordenadas ao longo de ruas paralelas e perpendiculares, desenhando uma planta ortogonal. As habitações são quadrangulares e adquirem maiores dimensões.

Há, portanto, uma crescente complexificação das estruturas domésticas, aumentando de tamanho as habitações, que apresentam agora vários compartimentos, que podem ter com funcionalidades diversas. Assim, num momento compreendido entre o século II a.C. e o século I a.C., foram documentadas distintas actividades, realizadas nos compartimentos de menores dimensões, nomeadamente a moagem e a metalurgia.

Importa sublinhar que estas comunidades se desenvolveram ao seu próprio ritmo, à margem das influências litorais e estuarinas, que se documentam na costa da Andaluzia e no Algarve português.

O modelo urbanístico de feição mediterrânea não penetrou no interior do território, tendo-se mantido uma certa unidade nos padrões arquitectónicos nas regiões do interior peninsular, até ao final da república romana, no caso da Betúria Céltica, ou mesmo até ao alto império no Noroeste.

Deste modo, o conceito de cidade está ausente, sendo os povoados dotados de um certo isolamento que acentua as suas características regionais e locais visíveis através da sua cultura material.

Assim, embora seja perceptível uma raiz comum a nível regional, visível, principalmente, através das estruturas defensivas e das técnicas decorativas aplicadas nos recipientes cerâmicos, existem variações locais, que conferem extrema importância aos estudos de carácter monográfico.

4.2.Caracterização geral: arquitectura e faseamento.

No que respeita aos elementos arquitectónicos identificados em Segóvia, o tratamento dos dados relativos aos relatórios, publicações e processo de escavação permitiu, em primeiro lugar, elaborar uma planta das estruturas identificadas no sítio.

Foram documentadas duas fases arquitectónicas distintas, encontradas em sobreposição na “Trench” I da área A (escavações de 1972) e na sondagem 1 (escavações de 2009). Os depósitos associados à ocupação mais antiga apenas foram escavados na intervenção de 1972.

Deste modo, tal como se verifica noutros pólos de povoamento da região, como em Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994), existem duas fase construtivas com

características e cronologias distintas, inserindo-se claramente dentro do modelo de povoamento identificado na Betúria Céltica.

As construções mais antigas, doravante designadas de **fase 1**, são compostas por um conjunto de estruturas de pedra seca. O aparelho é muito irregular, tendo sido utilizadas pedras de pequena, média e grande dimensão. Na maioria das paredes, as faces estão pouco definidas. Característica singular é a espessura destas paredes, apresentando duas delas uma largura superior a um metro. Esta evidência permitiu considerar a hipótese de se tratar de um troço de muralha (Evans, 1972).

A reduzida área onde estas edificações foram identificadas não permite quantificar as áreas dos compartimentos nem o seu número, parecendo óbvio que seria necessária a realização de uma escavação mais ampla neste local para efectuar essa caracterização.

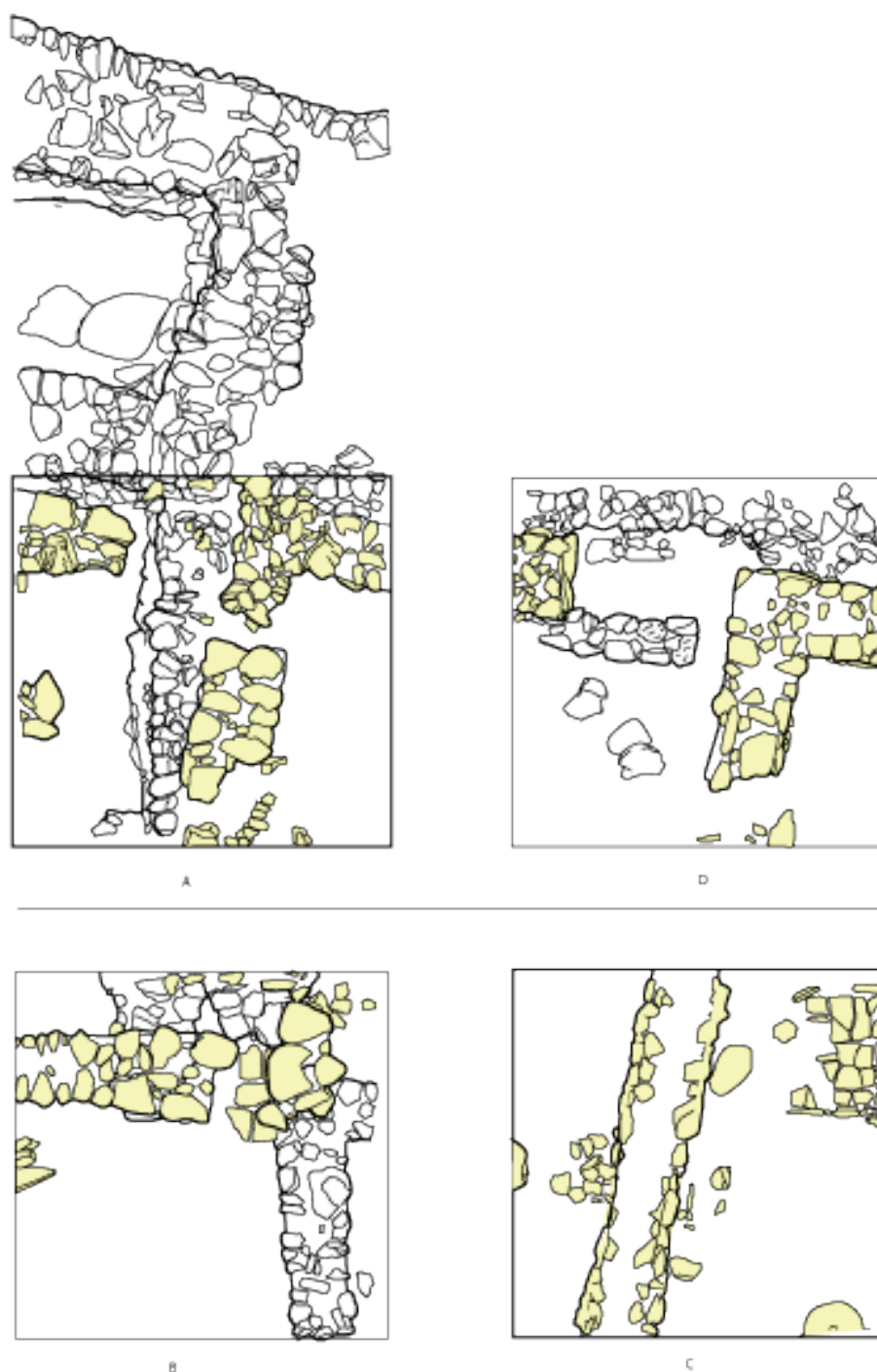


Figura 4- Planta das estruturas identificadas na Trench I- 1972

A montagem em planta das estruturas desta fase permite ver o desenho de um edifício com orientação NO-SE com, pelo menos, quatro compartimentos. A parede Norte (interpretada pelos escavadores como muralha, Evans, 1972), encontra-se no limite do *plateau* e segue, *grosso modo*, os limites do topo do cabeço.

Adossada ou embricada a esta estrutura desenvolve-se outra, no sentido NE-SO, com idêntica espessura, e que, juntamente com outro muro paralelo à muralha, desenha um compartimento.

Deste modo, embora não tenhamos dados de escavação recentes sobre este faseamento mais antigo, as habitações parecem surgir adossadas à muralha, desenvolvendo-se no seu perímetro.

Sobre esta fase mais antiga, a informação disponível é reduzida e resume-se ao relatório de escavação relativo às quatro quadriculas escavadas nos anos 70 do século XX.

A quantidade de materiais que lhe está associada é escassa e pouco característica numa perspectiva cronológica. O principal elemento é a ausência de materiais romanos.

Contudo, alguns dados sugerem tratar-se de um âmbito cronológico em torno ao século III a.C. Considerando a ausência de cerâmica ática como um indicador cronológico, estaríamos perante uma ocupação iniciada a partir de finais do século IV inícios do século III a.C. Por outro lado, a inexistência de materiais romanos associados a estes contextos coloca o fim desta fase num momento anterior às primeiras importações romanas no território.

Outro elemento relevante é a presença de um recipiente de cerâmica cinzenta “krateriforme” que possui grandes afinidades formais com os Cratera gregos. Esta forma está presente nas tipologias de cerâmica celtibérica a partir do século III a.C. e poderá estar inspirada em recipientes metálicos do mesmo período.

Em qualquer uma das hipóteses, a presença deste recipiente em contexto é de extrema importância, pois permite confirmar uma cronologia relativamente tardia para a Idade do Ferro, posterior ao século IV a.C.

Deste modo, a confirmar-se a cronologia fundacional, o Castro de Segóvia torna-se singular na região, pois os restantes locais apresentam datações do século IV a.C., tendo sido recolhidos um ou vários fragmentos de cerâmica ática, como por exemplo em Badajoz ou no Capote (Berrocal, 1989).

Neste sentido, o paralelo contextual mais aproximado recai sobre o conjunto de Garvão, cujo âmbito cronológico está centrado em torno ao século III/II a.C.

A **Fase 2** corresponde ao momento construtivo mais recente, tendo sido documentado nas áreas A e B, nas intervenções antigas, e nas sondagens 1 e 2 das intervenções de 2009.

Foi identificado um conjunto abundante de estruturas com características homogêneas. Trata-se de estruturas positivas, construídas em pedra seca, cujo topo conservado se encontra à superfície ou imediatamente sob a camada humosa.

Estas “paredes” apresentam uma espessura média de 60 cm e uma altura conservada variável entre os 20 e os 50 cm. São muros de pedra seca compostos por pedras de pequena e média dimensão, de forma sub-angulosa e sub arredondada.

A matéria-prima é idêntica à utilizada nas restantes estruturas identificadas no sítio. Independentemente da sua funcionalidade, todas estas estruturas são de planta ortogonal, desenhando vários compartimentos de pequena dimensão.



Figura 5- Compartimento e respectivo derrube de *tegulae*, sondagem 1 (2009)

A orientação das estruturas é idêntica à da Fase 1, tendo sido identificado, inclusivamente, uma sobreposição parcial de alguns muros (vide fig. 11). Os principais elementos arquitectónicos que as distinguem são as dimensões dos compartimentos e o aparelho de construção. Na última fase, correspondem a áreas de maiores dimensões, e embora a técnica construtiva seja idêntica, são utilizadas pedras de diferentes tamanhos, o que resulta num aparelho de aspecto mais irregular.

As estruturas desta última fase de ocupação não possuem uma relação estratigráfica directa com a muralha. Associado a esta fase 2 estão diversos derrubes de *tegulae* que, de acordo com os relatórios de escavação, não se documentam na fase anterior.

Estes elementos vêm confirmar que se trata de dois períodos distintos que, embora possuam traços comuns, têm evidentes diferenças culturais, e diferentes técnicas construtivas, sendo a utilização de coberturas compostas exclusivamente por *tegulae* o principal elemento diferenciador entre a fase 2 e a fase 1. Deste modo, num contexto do extremo ocidente peninsular a presença de *tegulae* é sinónimo de uma ocupação romana do território.

A associação de materiais nesta última fase é muito mais diversificada e simultaneamente mais característica, estando presentes, para além das *tegulae* romanas, um conjunto de espólios romanos de importação que importa referir. Cerâmica de paredes finas, cerâmica campaniense, ânforas, *terra sigillata* e lucernas, são alguns dos materiais que surgem em associação a este urbanismo.

Assim, embora seja claro estarmos perante uma cronologia de ocupação romana, passível de balizar *grosso modo*, entre o século I a.C e o I d.C., desconhecemos a existência de novos momentos construtivos ou de remodelação do espaço associados a esta última fase.

Ainda no âmbito da análise das coberturas de revestimento, importa salientar a ausência de outros materiais de construção, típicos de época romana, como os *imbrices*.

A presença de *tegulae* pressupõe o domínio de uma técnica de impermeabilização de coberturas de origem grega e romana, que se baseia no revestimento total dos telhados

de *tegulae* com *imbrices* sobrepostos nas junções entre *tegulae*, garantindo a assim a impermeabilização, através do correcto escoamento da água.

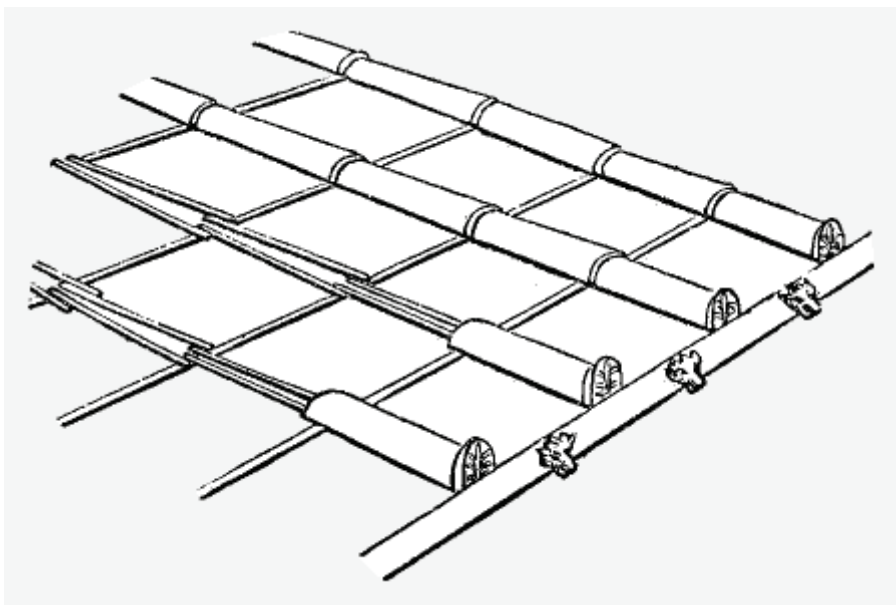


Figura 6- Desenho esquemático do modo clássico de colocar o revestimento cerâmico em telhados.

(http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA*/Tegula.html)

Embora tenha existido alguma evolução formal e aperfeiçoamento da técnica, particularmente ao nível da forma das *tegulae*, não se conhecem diferentes usos.

Naturalmente, a utilização de grandes quantidades de *tegulae* pressupõe a presença idêntica quantidade de *imbrices*. A ausência destes últimos não é um fenómeno inédito, pois foi já identificado no estuário do Tejo, no Monte dos Castelinhos, Castanheira do Ribatejo, (Pimenta, 2013: 35), e nos Chões de Alpompe (Santarém) (Diogo e Trindade 1993/94), sítios de cronologia republicana. Aliás a presença de telhados de *tegulae* foi também verificada na Citerior em momentos enquadráveis numa ocupação romana republicana (Rodrigo; Carreras e Pera, 2014:199)

Embora se trate de paralelos relativamente distantes, esta informação fornecer elementos sobre o âmbito cronológico fundacional desta fase, pois corresponde à cronologia dos materiais republicanos mais antigos identificados no sítio.

Assim, a utilização de um outro material para cobrir a junção das *tegulae*, ou a colocação de *tegulae* de uma forma “não convencional” que permitisse substituir os *imbrices*, tem que ser forçosamente hipótese colocada. Recorde-se, a propósito que no

derrube identificado na escavação de 2009, encontrava-se juntamente com as *tegulae* uma grande quantidade de fragmentos de grandes recipientes de tipo *dolium*, que, dada a sua concavidade, podem ter sido reutilizados para cobrir as *tegulae*.

4.3. A arquitectura defensiva.

A evolução arquitectónica ao longo da Idade do Ferro foi rápida, o que resultou numa utilização generalizada da pedra, fenómeno que ocorre em regiões do interior peninsular (Berrocal Rangel, 2001: 13).

Entre os séculos VI e V a.C. surgem, em várias áreas os grandes povoados de altura, com vários hectares de extensão, muitas vezes fortificados. Segundo Romero Carnicero (1984, :10), tal fenómeno prende-se com a ocupação do sistema ibérico pelas populações que habitaram, em período tardio, na área conhecida pelos “campos de urnas”, penetraram na Meseta. Contudo, esta hipótese deve ser, em nossos entender, devidamente matizada dado que estas fortificações são conhecidas pelo menos desde o Calcolítico, sendo particularmente evidentes durante o final da Idade do Bronze, pelo que relacionar os sistemas defensivos deste tipo com migrações populacionais parece, pouco fundamentado.

De qualquer forma, importa chamar a atenção para o facto de, a partir de meados do I milénio a. C., ser evidente, também no interior do território actualmente português, que a par da edificação de estruturas habitacionais se torna recorrente a existência de vastos complexos de estruturas defensivas, compostas por estruturas positivas (muralha e pedras fincadas) e negativas (fosso), cuja principal função é a de aumentar as características naturais defensivas dos castros e *oppida*.

Cada local apresenta uma solução defensiva distinta que, embora se baseie num *know how* comum, apresenta soluções específicas adaptadas à geografia e recursos existentes, como por exemplo o número de portas da muralha e a sua implantação. As áreas onde se localizavam os campos de pedras fincadas, estão associadas, mais do que a qualquer regra construtiva, à morfologia do terreno e acessibilidades.

De acordo com as estruturas defensivas existentes, Berrocal Rangel definiu três níveis defensivos: primário, complementar e de reforço, com uma progressiva dificuldade de acesso ao sítio (Berrocal Rangel, 1992, 186).

Nesta escala, o autor classificou os sítios pelas suas características, tendo incluído o Castro de Segóvia na variante D dos níveis defensivos primários, que se caracteriza por um difícil acesso ao sítio em todo o seu perímetro e localizações em enclaves centrais, pontos estratégicos (*Ibidem*: 187).

De acordo com a nossa análise do sítio, não obstante as considerações tecidas por este investigador, se incluirmos o Castro de Segóvia nesta classificação, ele fará parte do último nível, defensivo de reforço.

Este último, caracteriza-se pela presença, não apenas de condições de defensivas naturais, mas também de uma estrutura de muralha e de outros elementos, que funcionam apenas como complemento de todo um complexo de defesa, como é o caso dos fossos ou dos campos de pedras fincadas.

4.3.1. Estruturas defensivas naturais.

Trata-se de um elemento de base na implantação de um sítio, pois é na orografia que se torna essencial ter em consideração na concepção de quaisquer construções defensivas. No caso particular de Segóvia, a implantação em altura, destacando-o na paisagem, gera um efeito defensivo dissuasor, pela sua localização imponente. Por outro lado, esta implantação confere um amplo domínio visual e um controle efectivo de toda a área circundante.

Para além da altitude, a morfologia do terreno é fundamental, pois pode permitir ou dificultar o acesso à área fortificada, no topo. Assim, o monte onde se implantou o Castro de Segóvia possui pendentes acentuadas e escarpadas em todo o seu perímetro, dificultando o acesso. A estas características, alia-se a existência de uma vertente mais suave (a Oeste) que é utilizada como via de comunicação e de acesso ao povoado.



Figura 7 –Vista NE do topo do Castro de Segóvia.

4.3.2.Estruturas defensivas antrópicas.

Na arquitectura defensiva existem três tipos de estruturas antrópicas: as muralhas, os fossos, e as pedras fincadas.

Naturalmente, que o elemento defensivo principal é a muralha, surgindo os restantes em associação a esta, colmatando ou aumentando o potencial defensivo do sítio.

Deste modo, a muralha salienta e amplia as características defensivas naturais do sítio, e os restantes equipamentos surgem em articulação directa com esta estrutura.

No caso do Castro de Segóvia, foram identificadas três estruturas defensivas artificiais, duas linhas de muralha e um campo de pedras fincadas.

4.3.2.1. A muralha.

Habitualmente, os castros da Extremadura possuem boas defesas naturais e artificiais, como muralhas e barreiras de pedras fincadas (Romero Carnicero, 1984, 10). Por norma, têm pequenas dimensões entre 1 e 3 ha (Rodríguez Díaz, 2001: 270) e apenas um recinto. Neste sentido, importa referir que o Castro de Segóvia se enquadra nesta definição apresentando apenas um recinto com um perímetro muralhado de aproximadamente 1ha.

As muralhas constituem a defesa principal, sendo muitas vezes a única defesa. São habitualmente de pedra seca, de média dimensão, de estrutura simples, com paramentos verticais ou em talude (*Ibidem*:13).

A muralha do Castro de Segóvia é uma extensa estrutura pétrea, constituída por blocos de pedra de pequena e média dimensão. Através de uma intensa batida de campo, bem como, de uma sondagem realizada em 2009, foi possível caracterizar a forma e a técnica construtiva desta estrutura.



Figura 8– Alçado da muralha na sondagem 2.

A técnica construtiva é relativamente comum em estruturas defensivas identificadas em Castros Vetões (Álvarez Sanchez, 2008: 45-71). São formadas por pedras de média dimensão e edificadas com recurso à técnica da pedra seca, em talude.

Os blocos têm uma forma e dimensão muito irregular, utilizando diferentes matérias-primas, como xisto, calcário e pedras granitóides.

A sua estrutura é simples, constituindo o principal elemento defensivo artificial edificado no sítio. A planta da muralha corresponde ao desenho natural da parte superior do cabeço, nos seus contornos Norte e sul.

Na escavação de 2009 no Castro de Segóvia, foi possível efectuar uma sondagem de caracterização de uma muralha, tendo ficado perceptível que era composta por duas estruturas escalonadas e paralelas, implantadas no declive, directamente sobre a rocha. Estas estruturas distam entre si cerca de um metro e apresentam uma face visível do lado Norte e Sul do cabeço. O espaço entre estruturas foi preenchido por um enchimento de pedras de modo a consolidar as estruturas.

Existem várias problemáticas que importa discutir em torno à arquitectura defensiva, uma das quais é a identificação das portas de acesso ao interior dos castros.

No Castro de Segóvia, a informação disponível é pouco esclarecedora. Sabemos apenas que a muralha não está presente nas vertentes Este e Oeste. A vertente Este apresenta uma escarpa mais suave e uma plataforma inferior onde se encontra o campo de pedras fincadas.



Figura 9 Identificação da muralha no decurso dos trabalhos de prospecção.

A vertente Oeste foi alvo de sucessivas destruições, sendo o local com maior probabilidade de ter existido uma porta. Contudo, a estrada de acesso ao marco geodésico, construída nos anos 50, e a construção de um reservatório de água, nos anos 80, destruíram todos os vestígios arqueológicos que pudessem ter existido desse lado do cabeço, tendo cortado, inclusive, o substrato rochoso.

Uma questão amplamente discutida é o âmbito cronológico destas estruturas, pois os elementos tipológicos com um carácter cronológico mais estrito das muralhas encontram-se nas suas portas. Na ausência destes elementos a sequência estratigráfica e o faseamento do sítio permitem esclarecer esta questão.

A associação deste elemento defensivo à primeira fase de ocupação parece inequívoca, pois as estruturas domésticas da fase 1 foram adossadas a esta estrutura, presumindo-se assim a sua anterioridade.

Tornando-se a muralha uma das primeiras, senão a primeira, estrutura edificada no sítio, torna-se evidente uma intencionalidade defensiva e uma delimitação do espaço habitado, pois não foram encontradas estruturas fora do perímetro da muralha.

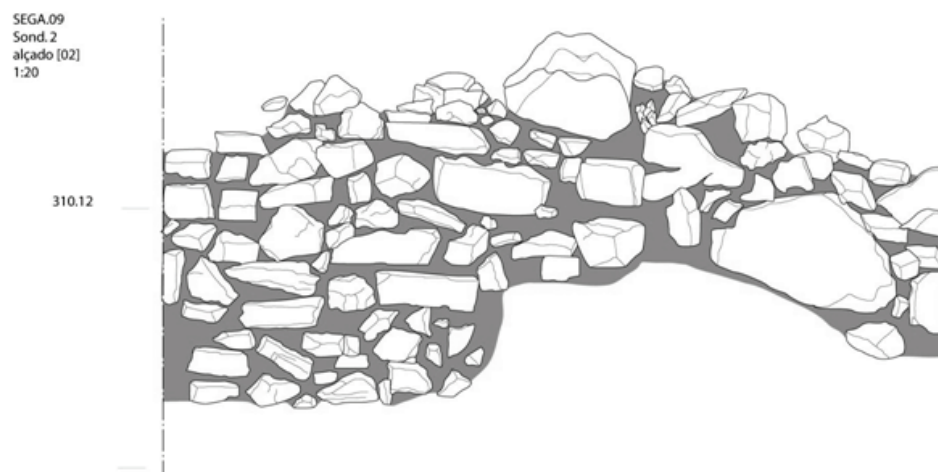


Figura 9 Alçado exterior da muralha.



Figura 10- Planta da muralha SO_NE, Sondagem 2 , 2009.

4.3.2.2.Campo de Pedras Fincadas.

Pedras fincadas ou "*cheavaux-de-frise*" são um conjunto de pedras dispersas por uma ou várias áreas, em torno a um castro ou *oppidum*, que amplia as características defensivas naturais ou edificadas do sítio. Surgem habitualmente dispostas em redor da muralha.

Relativamente à sua origem, uma síntese dos locais onde se regista este tipo de equipamentos foi apresentada no colóquio "*Cheveaux de frise i fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea* (Alonso *et alii*, 2003).

No que respeita ao território peninsular, a dispersão dos sítios arqueológicos da Idade do Ferro que apresentam campos de pedras fincadas foi publicada por Berrocal Rangel (2004 e Berrocal Rangel e Moret, 2007: 22), sendo evidente uma concentração a Norte e Nordeste da Península Ibérica.

Pese embora as estruturas de pedras fincadas estejam documentadas num vasto território europeu, tendo chegado até às ilhas britânicas (Alonso *et alii*, 2003), são escassos os exemplos conhecidos a Norte dos Pirinéus (Moret, 1991:11), parecendo ter existido um desenvolvimento regional autóctone da utilização destas estruturas no noroeste peninsular (Berrocal Rangel e Moret, 2007: 22).

Na área entre o interior alentejano e a Estremadura espanhola há um conjunto de sítios que apresentam estruturas de pedras fincadas como o Passo Alto (Soares, 2003), Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994) ou o próprio Castro de Segóvia.

Neste sentido, importa referir a longa diacronia de construção e utilização destas estruturas que na Península Ibérica estão documentadas desde o Bronze Final até um período tardio da Idade do Ferro (Berrocal Rangel, 2004). Entre os sítios arqueológicos fortificados do interior Sul do território português com ocupação da Idade do Ferro, conta-se, por exemplo, o Passo Alto (Soares, 2003), o Alto do Castelinho (Gibson *et al.*, 1998; Correia e Burgess, 2004), Mértola (Hourcade, Lopes e Labarthe, 2003), Mesas do Castelinho (Fabião, 1998; Estrela, 2010) e Garvão (Correia, 1996; Ponte, 2012: 24),

entre outros. Contudo, apenas os dois primeiros sítios possuem espaços com “pedras fincadas”, não podendo perder-se de vista que as referidas estruturas podem, objectivamente, datar do Bronze Final, cronologia das suas muralhas.

De acordo com a realidade arqueológica conhecida, todas estas estruturas de pedras fincadas estão implantadas em sítios interiores, a uma distância de, pelo menos, 50km da costa (Moret e Berrocal Rangel, 2007: 23).

Um campo de pedras fincadas pode apresentar uma disposição e extensão variável, consoante as características topográficas da sua implantação. Contudo encontra-se sempre associado a outros aparelhos defensivos, como muralhas e fossos.

A sua implantação surge normalmente em zonas mais débeis do ponto de vista da defensibilidade, que habitualmente correspondem a áreas de pendente menos escarpada e de mais fácil acesso.

Embora se possa pressupor uma acumulação de estruturas defensivas, utilizadas como sucessivas barreiras a transpor para aceder aos sítios, situação que se verifica nos Castros do NO (Fonte, 2008, 22), em alguns locais, como Segóvia, a presença desta estrutura vem substituir a muralha, ou seja, o campo de pedras fincadas surge apenas numa zona onde a muralha é inexistente.

Esta estrutura possui um carácter multi-funcional defensivo e monumental. A sua distribuição ao nível peninsular centra-se em três regiões com escassa ou nula relação espacial entre elas.

O principal elemento comum entre estas regiões onde se verifica uma concentração de sítios com fortificações com pedras fincadas é possivelmente a abundância de matéria-prima na sua envolvente (Moret e Berrocal Rangel, 2007).



Figura 11 –Pendente Este do Castro de Segóvia

No caso particular de Segóvia, a matéria-prima empregue da edificação das estruturas defensivas, muralha e pedras fincadas, corresponde ao substrato geológico local.

As pedras fincadas não possuem um ordenamento ou dimensão pré-definida, parecendo ter sido colocadas aleatoriamente no terreno, dispersas por toda a plataforma inferior do lado Este.

Dado que o afloramento rochoso apenas está visível na parte mais alta do cabeço e que os elementos pétreos perceptíveis na restante área correspondem a estruturas edificadas, consideramos ter existido uma acção antrópica com uma intencionalidade defensiva. Lamentavelmente por imperativos de tempo os trabalhos de campo realizados em 2009 não puderam contemplar, devido à dimensão da área a limpeza e registo detalhado desta realidade, ficando, deste modo e aberto a caracterização pormenorizada desta estruturação.

4.3.Arquitectura doméstica.

Após caracterizar as estruturas defensivas naturais e artificiais do Castro de Segóvia, é necessário analisar as estruturas identificadas intra muros.

A arquitectura doméstica está associada às duas fases de ocupação, existindo muros e compartimentos em ambas as fases. Contudo, apenas a mais recente foi alvo de escavação integral, tendo-se reunido uma quantidade de informação apreciável para análise.

As estruturas habitacionais são talvez o elemento arquitectónico mais difícil de interpretar, dadas as suas características, concretamente a simplicidade de uma construção eminentemente utilitária, sem características monumentais.

A fase 1 caracteriza-se pela presença de estruturas pétreas de tendência rectangular ou trapezoidal de pequenas dimensões. Trata-se de pequenos compartimentos adossados à muralha, ligados entre si por muros de separação, perpendiculares a esta estrutura defensiva.

Dada a pequena área escavada, não é claro determinar se estamos perante uma ou várias casas, nem saber quantos compartimentos as compõem. Sabemos apenas que algumas das paredes perpendiculares adossadas à muralha têm uma espessura considerável e poderão, por esta razão, ser muros delimitadores de diferentes residências.

Ao nível da técnica construtiva, importa referir que, embora estejamos perante compartimentos de planta ortogonal, essa planta não é uniforme, e não tem uma ordenação aparente.

Este tipo de urbanismo é característico do povoamento do Sudoeste peninsular entre os séculos IV e III a.C., momento em que os povoados ainda não alcançaram um grande desenvolvimento urbanístico (Martin Bravo, 2001, 132).

Deste modo, as estruturas edificadas nesta fase têm um aspecto tosco e pouco ordenado em relação ao espaço em que se inserem.

O que caracteriza e diferencia as estruturas domésticas de outras é a sua funcionalidade, sendo essa diferenciação difícil de estabelecer, com base no registo arqueológico, não sendo sempre clara.

A área escavada onde foram identificados os ambientes da fase 1 é de reduzidas dimensões, pois corresponde a quatro quadrículas intervencionadas em 1972, nas quais se preservaram grande parte das estruturas de cronologia posterior.

Contudo, o espólio aqui recolhido revela uma eventual utilização votiva de âmbito doméstico. Nos níveis 8, 7 e 6 do quadrado D foi recolhido um conjunto de materiais significativos quanto ao seu estado de conservação e singularidade. Associado a esta primeira fase estão: o único elemento coroplástico (nível 8) e o único recipiente krateriforme (nível 6) recolhido no sítio, associados a outras formas inteiras ou de perfil completo.

A ausência de escórias, cossoiros e pesos, bem como de recipientes de armazenagem, permite descartar outras funcionalidades para estes espaços.

A última fase de ocupação (fase 2) encontra-se bem melhor documentada, estando as estruturas associadas a esta fase presentes em todas as áreas escavadas. Na de maiores dimensões, designada por sector B, foi identificado um edifício com vários compartimentos. Aqui é visível tratar-se de um mesmo edifício e não de várias pequenas habitações pois uma parede longitudinal delimita o espaço, na sua integralidade.

Para além das diferenças na técnica de construção, de um aparelho mais robusto e uniforme, a planta ortogonal é bem mais evidente, desenhando os compartimentos rectângulos ou quadrados, que possuem áreas distintas, muito possivelmente associadas à funcionalidade diferenciadas.



Figura 12 Planta do edifício da área B registada por Teresa Gamito .

Nesta fase, já se documenta alguma organização espacial, embora fosse necessária uma maior área escavada para melhor compreender os seus contornos.



Figura 13 Proposta de reconstituição do edifício da área B proposta por Teresa Gamito .

Relativamente a este último momento de ocupação, importa salientar que as estruturas identificadas nas escavações antigas, bem como as estruturas associadas às sondagens 1 e 2 de 2009 encontram-se a uma cota superior à própria muralha, nomeadamente o muro

identificado na sondagem 2 de 2009 (v. fig. 11). Assim, embora a muralha continue a estabelecer os contornos da área edificada parece ter perdido a sua funcionalidade eminentemente defensiva, pois todas as estruturas no seu interior apresentam uma cota de fundação igual ou superior ao topo preservado da muralha.

Assim, embora não tenhamos identificado uma sobreposição estratigráfica directa entre a muralha e estruturas posteriores, este abandono da funcionalidade defensiva, associado a uma fase de ocupação de época romana, está bem documentado no Castro da vizinha província de Cáceres de Villasviejas del Tamuja (Hernandez Hernandez, Martin-Bravo e Galén, 2009: 123).

4.4.2. Estruturas “fabris” e de armazenagem.

Embora nalguns castros a coexistência de áreas “fabris” e de espaços residenciais, num mesmo edifício não permita estabelecer essa separação (Almagro Gorbea, 1994: 28-30), no Castro de Segóvia lográmos identificar alguns espaços com determinadas funcionalidades.

No edifício do sector B, a Oeste dos compartimentos, foi identificada uma área com grande concentração de pedras no centro da qual estava embutida uma talha. Pensamos, por esta razão que se trata de uma área de armazenamento de cereais ou de azeite.

Ainda relativamente à área B, e para além destes elementos, a recolha de um significativo número de talha e de elementos de mó remete para a existência de actividades de moagem e de armazenagem do produto que resultava dessa actividade.

Cerca de 70 metros mais a Oeste, na sondagem 1, foram identificados dois compartimentos, igualmente associados à fase 1, interpretados como espaços laborais. O compartimento 1 corresponde a uma área de armazenagem composta quase exclusivamente por grandes recipientes, de tipo *dolia*, que se encontravam fragmentados *in situ*, e o compartimento 2, composto por uma área dedicada à moagem.

No centro deste último compartimento, registou-se uma estrutura negativa de forma circular, cheia por pedras de média e grande dimensão, que se encontravam em associação a um conjunto de mós. Este espaço foi interpretado como uma área de moagem, fazendo sentido defender que a estrutura negativa e o enchimento pétreo serviram de base de apoio para a colocação de uma mó rotativa.



Figura 14- Interface negativa da área de moagem no compartimento 2, sondagem 1 de 2009.



Figura 15 Pormenor do compartimento 2, da sondagem 1 de 2009.

Este espaço dedicado à moagem encontrava-se praticamente desprovido de materiais, constituindo os fragmentos de mó a principal componente artefactual recolhida.

A interface da estrutura de moagem rompe com o urbanismo da fase 1, destruindo parcialmente uma das estruturas identificadas.

Apesar da idêntica orientação das estruturas das fases 1 e 2, a parcial sobreposição e destruição das primeiras, marcam claramente uma ruptura.

Documentou-se uma entrada que ligava os dois compartimentos, tornando-se evidente a associação entre o espaço de moagem e o de armazenagem.

Neste espaço, a maior área é dedicada à armazenagem de excedentes, e o compartimento de menores dimensões a actividades de moagem. Embora exista um paralelo desta compartimentação na área edificada de Castrejon del Capote, a divisão mais pequena é dedicada à armazenagem e a maior à moagem (Rodríguez Díaz, 2001: 271), podendo assim concluir-se que a dimensão, por si só, não deve ser entendida como um indicador de funcionalidade.

Na sondagem 2, junto à muralha, foi recolhido um conjunto de escórias de fundição de ferro que documentam esta actividade no local. Contudo, para além destes restos de fundição e da presença de artefactos de ferro, não existem outros indícios da realização de actividades metalúrgicas.

4.5. Discussão.

Após a exposição dos elementos arquitecturais patentes no Castro de Segóvia importa discutir o seu significado, tornando-se para tal imperativo a comparação com outros lugares com análogas tipologias do ponto de vista do equipamento defensivo e das estruturas associadas.

Em síntese, o Castro de Segóvia apresenta-se como um núcleo de povoamento implantado em altura, com excelentes condições naturais de defesa e amplo domínio visual da paisagem envolvente.

A aduzir a estes elementos, há todo um pesado equipamento defensivo, composto por uma dupla muralha perimetral, aliada a um campo de pedras fincadas, visível na vertente Este do cabeço.

No topo, regista-se um claro urbanismo de planta ortogonal, cuja principal característica é a sua localização intra muros e a sua utilização como local de processamento e armazenamento de cereais.

A plena adopção da planta ortogonal, aliada à inexistência de estruturas anteriores de planta circular, vem deste modo consolidar a hipótese de uma fundação *ex-novo* do sítio durante a chamada II Idade do Ferro.

Este padrão de implantação apresenta uma elevada afinidade com outros Castros, estudados no território espanhol, na zona de Ávila, Salamanca e Cáceres. Esta região vizinha, também conhecida por Estrabão como o território dos Vetões (Ciprés, 1993: fig. 2), é rica em exemplos de povoamento em altura, fortificado, cujo expoente

máximo talvez seja o Castro de Yecla la Vieja, por exemplo. Segundo Sanchez-Moreno (2009: 67), estas comunidades organizaram-se em territórios políticos, de dimensões distintas, articulados por um Castro ou por um *Oppidum*.

Não pretendendo enveredar por questões de etnia, etnicidade ou territorialidade, constato que é indissociável o ar de família entre a implantação e estruturas defensivas características dos vetões e a realidade apresentada em Segóvia.

Neste sentido, uma proposta de implantação *ex-novo*, de ruptura com os padrões de assentamento anteriores, parece fazer algum sentido. A interpretação proposta por Hernandez Hernandez, Martin-Bravo e Galén (2009) para Villasviejas del Tamuja (Cáceres) de uma fundação de raiz no século IV a.C. em associação a uma muralha, parece corresponder a um padrão de utilização de novas técnicas defensivas, que abandona o povoamento a meia encosta ou de planície, optimizando lugares altos, com características naturais defensivas.

Não obstante tratar-se de uma divisão tribal do território, ou de um domínio administrativo, este modelo de ocupação identificado no território espanhol em regiões associadas aos vetões e à própria área céltica, está também patente no território português no Castro de Segóvia.

Numa primeira análise, face aos dados reunidos, o domínio sobre um curso de água e o território na envolvente directa do Castro de Segóvia parecem-me elementos fulcrais na escolha do local, dado que garantem as condições de subsistência e de desenvolvimento de actividades agrícolas, das quais temos registo através do conjunto artefactual recolhido.

5. Os materiais arqueológicos

5.1. Questões Prévias

5.1.1. Metodologia e fontes utilizadas

Por materiais arqueológicos entende-se todos os objectos que, independentemente da matéria-prima em que são construídos, façam parte integrante de determinada cultura. A análise quantitativa sistemática que agora se apresenta reporta-se à totalidade da amostra recolhida nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no sítio.

Relativamente aos materiais recolhidos, não foram incluídos neste estudo restos faunísticos por já terem sido anteriormente estudados e alvo de publicação (Gamito, 1988) e os materiais de construção. Esta opção está relacionada com os critérios de recolha da amostra, relativo aos trabalhos realizados nos anos 70 e 80 do século XX, que não privilegiou a recolha destes materiais de tijolos e *tegulae*.

Assim, embora exista um conjunto de materiais de construção recolhidos na campanha de 2009, considerámos que os resultados de uma análise tipológica e quantitativa dessa amostra seria inválida quando aplicada a toda a área escavada.

A amostra estudada é então constituída por artefactos de osso, pedra, vidro, cerâmica, ferro, cobre/bronze, e perfaz um total de mais de cinco milhares de fragmentos classificáveis.

Neste sentido, resultante das intervenções arqueológicas no Castro de Segóvia, foi recolhida uma amostra significativa de material testemunho das populações que ocuparam este local entre o final do primeiro milénio a.C. e inícios do seguinte.

A análise dos materiais arqueológicos que aqui se apresenta está dividida em três grandes apartados: cerâmica de importação, cerâmica de produção local/regional, metais, líticos e artefactos em osso.

O processo de tratamento dos materiais foi realizado nos seus distintos locais de depósito ⁴, e consistiu na lavagem, triagem, marcação e inventariação de todo o conjunto.

A triagem foi realizada com base num critério qualitativo, privilegiando-se a recolha de bordos, fundos, asas e fragmentos decorados, tendo sido incluídos apenas fragmentos de bojo quando continham alguma informação relevante para a caracterização do conjunto, como uma marca ou decoração.

Todo o espólio foi identificado com a indicação de sítio arqueológico, ano da intervenção, designação da sondagem/área/sector e da U.E. [] /camada. A cada fragmento foi atribuído um número de inventário diferenciado, salvo quando foram realizadas colagens ou quando se trata, inequivocamente, de vários elementos do mesmo recipiente.



Nº Inv.	Nº Comp.	MNA	Ano	Sector	Quad.	Banq	UE	Tipo	Cronologia	Forma	Fragmento	Marca	Decoração	Observações	Nº ant.	EST.
2007.51.937	72	B	B			07	C. Polida man.	Indet.		Tampa	bordo					
2007.51.938	72	B	B			07	C. Polida man.	Indet.		Forma aberta	bordo					
2007.51.942	72	B	B			07	C. Polida man.	Indet.		afim de Hemisfé	bordo					
2007.51.991	72	B	B			07	C. Manual	Indet.		Copo	bordo				265	
2007.51.1087	72	B	D			07	C. Comum	Indet.		Gd. recipiente fo	bordo				141	
2007.51.1088	72	B	D			07	C. Comum	Indet.		Gd. recipiente fo	bordo				6	
2007.51.1089	72	B	D			07	C. Comum	Indet.		Gd. recipiente fo	bordo				6	
2007.51.1090	72	B	D			07	C. Comum	Indet.		Gd. recipiente fo	bordo				2	
2007.51.1091	72	B	D			07	C. Comum	Indet.		Pote/Panela	bordo				4	
2880	2007.50.0385	72	A	AI		07	C. Comum	Indet.		Indet.	fundo				1	
	2007.51.1735	72	D	----		07	C. Manual	Indet.		Forma fechada	fundo					
0150	2007.52.0033	82	B	C3		07?	C. Manual	Indet.		gr. recipiente	fundo					
	2007.51.728	72	B	D		07	C. Manual	Indet.		Indet.	fundo				6	
	2007.51.727	72	B	D		07	C. Comum	Indet.		Indet.	fundo				6	
	2007.51.939	72	B	B		07	C. Comum	Indet.		Indet.	fundo					
	2007.51.940	72	B	B		07	C. Manual	Indet.		Indet.	fundo					
	2007.51.941	72	B	B		07	C. Manual	Indet.		Indet.	fundo					
0382	2007.51.0198	82	BII	B		07	Ferro	Indet.		Indet.	indet.					
0021	2004.48.0001	72	D			07	C. Comum	Idade do Ferro		Tigela	perf.comp.		2 perfurações no bordo		L04	
0018	2004.48.0004	72	D			07	C. Comum	Idade do Ferro		afim de pithos	perf.comp.		pintada	Bandas	42	

Figura 16 Informatização do inventário do sítio arqueológico.

Os materiais classificáveis foram desenhados de forma representativa por tipo identificado, à escala 1/1, e tintados à mesma escala, tendo sido agrupados em estampas de acordo, com a sua forma e/ou proveniência. A representação gráfica foi efectuada, para a generalidade dos materiais, à escala 1/3, sendo os elementos de pormenor representados à escala 1/1 e os recipientes de maior dimensão reproduzidos à escala 1/5.

Para uma melhor ilustração do espólio em estudo é apresentada a fotografia de alguns dos materiais, nomeadamente cerâmicas com decoração, metais e numismas.

Foram realizadas algumas reconstituições 3D, apenas realizadas sobre peças inteiras ou perfis completos colmatando a necessidade de apresentar de uma ilustração complementar à própria fotografia.

5.1.2.Critérios quantitativos

As opções metodológicas utilizadas foram amplamente estudadas e discutidas ao longo da execução deste trabalho. O principal objectivo na escolha de um ou vários métodos de tratamento e exposição da amostra é a busca de um modo de representação do conjunto que ilustre, o que julgo ser uma realidade complexa.

Os métodos quantitativos utilizados visam, em primeiro lugar, possibilitar uma leitura clara dos dados. O objectivo é o de eliminar o ruído provocado por um volume de informação disforme que poderá condicionar os resultados de um estudo de materiais.

Neste âmbito, procedemos ao tratamento de um extenso conjunto de materiais recolhidos nas várias intervenções arqueológicas, realizadas no Castro de Segóvia, perfazendo um volume de materiais total de cerca de 100 contentores.

Não obstante o livre acesso à totalidade do conjunto cerâmico, optei por quantificar, através da inventariação, apenas os fragmentos que considere possuir alguma informação formal, decorativa ou funcional relevante, ou seja, fragmentos de bordo, fundo, asa e bojos que apresentem algum tipo de grafito, marca ou decoração.

Embora fosse possível a aplicação, ao conjunto de materiais que designámos de inclassificáveis, de vários métodos quantitativos (já ensaiados anteriormente em outros estudos), considerámos um esforço infrutífero, dadas as características do conjunto.

O número elevado de produções locais ou regionais, executadas de modo “tosco” ou rudimentar, aliado ao grande número de fragmentos sem proveniência estratigráfica ou

recolhidos em níveis superficiais, retiram operatividade a uma leitura quantitativa válida através de pesagem ou contagem do conjunto de fragmentos inclassificáveis.

Por este motivo, privilegiámos uma abordagem qualitativa incidindo o estudo sobre materiais que possuem informação de carácter funcional, cronológico e/ou contextual válido.

Não obstante, salientamos a quantificação como única forma de comparação de distintos universos através da avaliação da importância relativa que determinado elemento tem no conjunto (Pinto, 2003, 13).

Deste modo sempre que possível, procedeu-se á reconstituição de recipientes através de colagem dos bojos, tentando triar ao máximo o conjunto de inclassificáveis.

Este método foi aplicado a todo o conjunto à excepção dos designados fragmentos de cerâmica fina, como cerâmica de paredes finas, cerâmica campaniense e *terra sigillata*, que pela sua raridade e singularidade foram integralmente inventariados.

O conjunto estudado apresenta um total de 5318 registos entre materiais cerâmicos, líticos, vítreos e metálicos. Numa óptica quantitativa e dada a ausência de contexto estratigráfico seguro de mais de um terço da amostra, este será invariavelmente o *número máximo de indivíduos* (nmi).

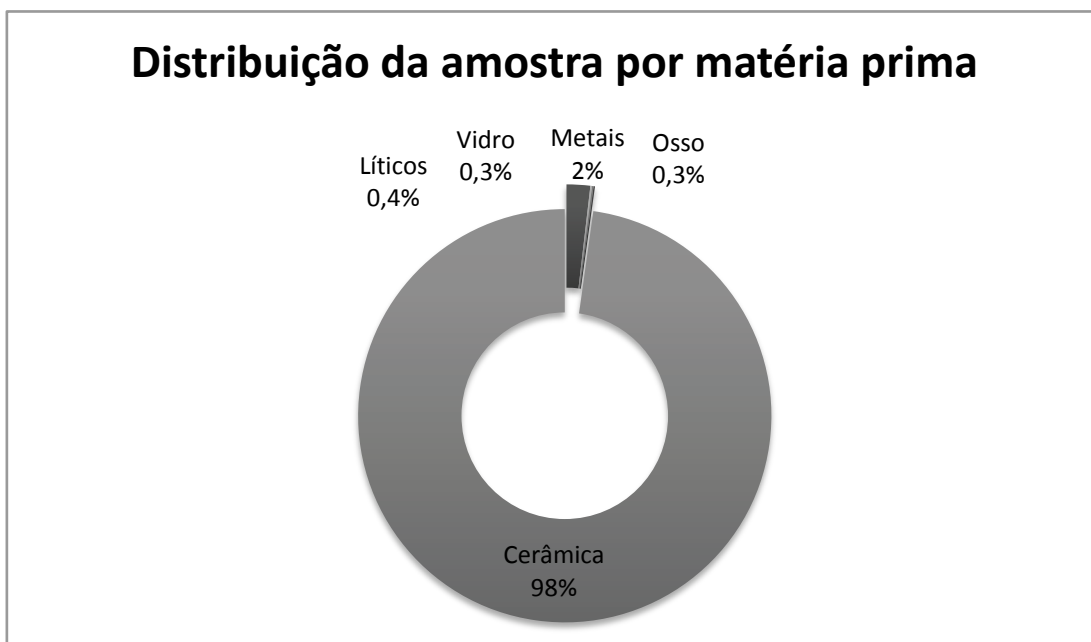


Figura 17- Gráfico de distribuição dos materiais arqueológicos do Castro de Segóvia de acordo com a matéria prima.

5.2. As cerâmicas: metodologia e problemáticas.

O critério utilizado para a inventariação do conjunto cerâmico foi o protocolo estabelecido pelo Museu do Homem em Paris. (Balfet; Fauvet-Berthelot; Monzón, 1983). Deste modo, o conjunto foi formalmente agrupado em forma

s abertas, fechadas e outras. Neste sentido, foram consideradas as dimensões gerais das peças, nomeadamente diâmetro de bordo, diâmetro de fundo e diâmetro máximo da peça.

Aliado a este critério e com o objectivo de evitar o estabelecimento de categorias dúbias como formas Abertas-Fechadas ou Fechadas-Abertas ou mesmo a duplicação das categorias morfo-funcionais, optei por considerar o critério altura conservada na diferenciação entre formas abertas e fechadas, dado que a relação entre altura e largura de recipientes um dos principais critérios diferenciadores na separação de categorias morfo-funcionais como o prato e a tigela, ou prato-prato covado, por exemplo. Assim,

parti do pressuposto que uma forma aberta apresenta menor altura que largura e uma forma fechada apresenta maior altura que largura.

O estudo dos fabricos ou pastas é sempre um trabalho ingrato no âmbito dos estudos de materiais. Trata-se, de facto, de tentar determinar com a maior objectividade possível a proveniência dos materiais cerâmicos existentes num sítio arqueológico, estabelecendo, a partir daí, o universo de relações comerciais e de intercâmbio existentes de e para o sítio.

Em primeiro lugar, sublinho que é indiscutível a importância desta informação e por essa mesma razão deverá ser parte integrante de qualquer estudo de materiais. Contudo, os mecanismos de aferição dessa mesma proveniência são muito subjectivos e, em grande parte, discutíveis.

A análise fragmento a fragmento de um conjunto cerâmico do ponto de vista macroscópico visando reunir um conjunto de descritores comuns aos designados grupos de fabrico, cujo objectivo último é o de determinar a origem, é uma tarefa hercúlea, quando realizada sobre grandes conjuntos e com pouca aplicabilidade.

Para além do evidente carácter subjectivo inerente à observação macroscópica, cuja avaliação difere de indivíduo para indivíduo, um dos principais problemas deste exercício é o universo de comparação, que permitirá alcançar resultados mais ou menos pertinentes e seguros.

Deste modo, quando determinamos num conjunto uma percentagem de produções importadas e uma outra de produções locais, essa avaliação é realizada com base no nosso conhecimento empírico das mesmas.

Ou seja, produtos importados apresentam características singulares forma/fabrico/acabamento que permitem separá-los das restantes produções. Uma vez apartadas as importações, há que processar um grupo dominante de produções desconhecidas, incaracterísticas, habitualmente com acabamentos menos cuidados que designamos de produções locais.

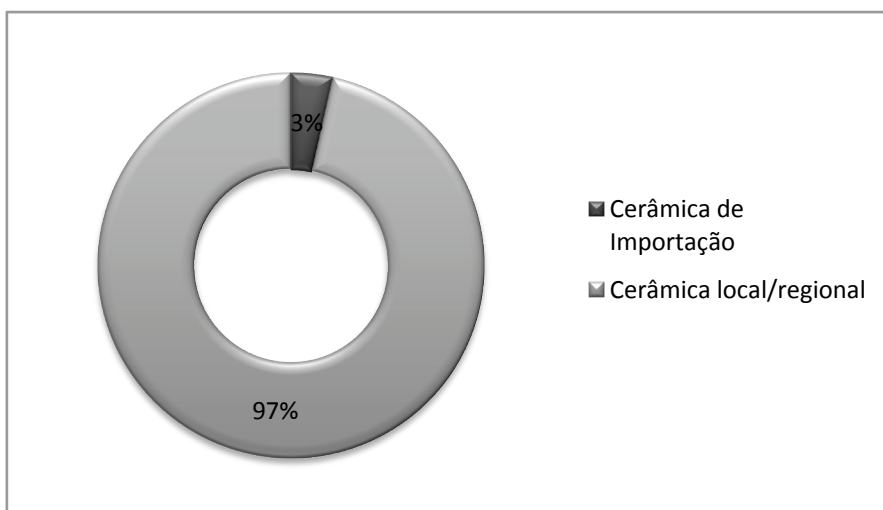


Figura 18- Gráfico percentual dos materiais importados e das produções locais

6. As cerâmicas de importação.

6.1.Introdução.

Do conjunto dos materiais cerâmicos recolhidos no Castro de Segóvia, cerca de 3% corresponde a cerâmicas de importação. Trata-se de produções oriundas de grandes centros oleiros, com uma difusão a larga escala, nomeadamente as cerâmicas ditas finas e materiais de transporte, a longa distância, de bens alimentares.

As primeiras apresentam habitualmente pastas bem depuradas, com acabamentos cuidados, e formas standardizadas. Foram produzidas em olarias especializadas, que tinham cujo principal objectivo a comercialização, por via marítima, como se verifica na área gaditana.

Deste modo, o que designamos por cerâmicas importadas diz respeito a produções de diferentes regiões, difundidas a larga escala. Neste âmbito, inserem-se as produções emeritenses presentes ao nível das cerâmicas de paredes finas. De facto, muito embora seja correcto considerar que em época romana Mérida e Elvas se encontravam na mesma região, trata-se claramente de uma distinta dinâmica de produção, de carácter massificado.

Por este motivo as produções emeritenses de cerâmica de paredes finas foram incluídas no apartado sobre as cerâmicas de importação.

Os locais de proveniência são diversos, desde a baía de Cádiz ao Mediterrâneo ocidental, mas estes materiais possuem um conjunto de factores em comum: são artefactos que foram produzidos e difundidos em larga escala, eram destinados ao consumo sumptuário e, pelo seu enquadramento formal, bem como através do estabelecimento de paralelos, funcionam como “fósseis directores”, embora sejam sempre minoritários nos inventários.

Por se tratar de materiais amplamente estudados, existem uma ou várias tipologias de referência que permitem realizar o enquadramento de formas e de fabricos. Deste modo,

na análise de cada tipo cerâmico serão expostas e justificadas as opções metodológicas realizadas e as tipologias empregues.

No Castro de Segóvia, não se regista a presença de materiais importados num período anterior à presença romana. Identificamos cinco categorias cerâmicas distintas: ânforas, cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas, *Terra sigillata* e lucernas, todas enquadráveis num período compreendido entre o século II/I a.C. e o século I d.C.

Embora, numa óptica cronológica pareça não fazer sentido apresentar primeiramente as cerâmicas finas e as ânforas, uma vez que existem produções locais ou regionais com uma cronologia de produção mais antigas, esta tornou-se a única opção viável dado que muitas das formas de cerâmica comum são inspiradas em morfologias de cerâmica fina romana, como é o caso de alguns pratos e tigelas, não fazendo sentido a análise tipológica dessas formas sem um primeiro enquadramento das produções exógenas que chegaram ao sítio.

Apresentar em primeiro lugar as cerâmicas finas prendeu-se, assim, com uma opção metodológica de análise que privilegiou as formas e os fabricos, dando posteriormente lugar a uma análise detalhada da cronologia, funcionalidade e significado.

Cada um dos sub-capítulos subsequentes é dedicado a uma categoria distinta, onde são analisados formas e fabricos.

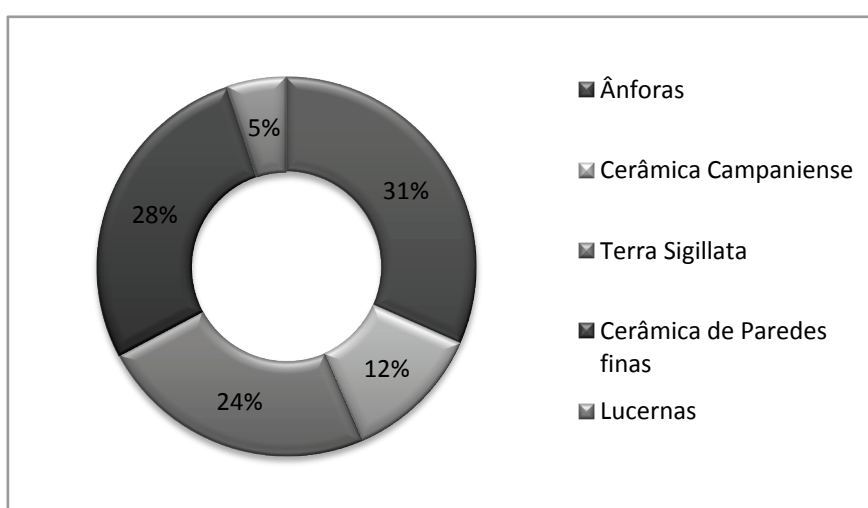


Figura 19 Distribuição da cerâmica importada no Castro de Segóvia.

6.2. A cerâmica campaniense

6.2.1. Questões prévias

Cerâmica oriunda do mediterrâneo ocidental, feita a torno e revestida total ou parcialmente por um verniz negro. Trata-se de uma “cerâmica fina”, utilizada no serviço de mesa, para servir, comer ou beber.

O seu nome deve-se em parte à sua origem, embora nem toda a cerâmica campaniense seja proveniente da Campânia, assim ficou conhecida devido ao trabalho de Nino Lamboglia (1952) “Per una classificazione preliminare de la ceramica campana”.

As primeiras campanienses surgem em finais do século IV a.C. a imitar formas áticas verniz negro. Embora a maioria dos exemplares não possuam decoração, nalgumas formas é aplicada pintura a branco e noutras estampilhas (rosetas e palmetas).

A cerâmica campaniense é produzida durante todo o período republicano até finais do século I a.C. No actual território português os contextos de consumo revelam cronologias mais tardias da segunda metade do século II a.C. e do século I a.C.

Deste modo, os locais com importação de cerâmica ática, com ocupação continuada entre a II Idade do Ferro e o Alto império, não registam uma continuidade na importação de cerâmica de verniz negro, no período de transição entre o final da Idade do Ferro e o início da ocupação romana (Luís, 2003).

Não obstante, parece existir uma clara tradição na utilização de recipientes de verniz negro, pois muitos dos locais que receberam cerâmicas áticas recebem mais tarde estas produções da Campânia (Fabião, 1999: 311)

À luz dos dados actualmente conhecidos, a presença de cerâmica campaniense no extremo ocidente peninsular acompanha os ritmos de conquista romana, surgindo apenas com a presença efectiva de populações itálicas no território, pois verifica-se um claro domínio das produções da segunda metade do século II a.C. e do século I a.C. (*Ibidem*).

O estudo das formas e produções deste tipo cerâmico iniciou-se ainda no século XIX (Gamurrini, 1979). Contudo a primeira tipologia de referência que sintetiza formas e produções foi publicada em meados do século XX por Nino Lamboglia (1952).

Este investigador dividiu a campaniense, de acordo com a sua origem, em A, B e C, e reconheceu 63 formas distintas.

A proliferação de formas e a variedade de fabricos levou a que outro investigador, Jean Paul Morel, desenvolvesse uma tipologia de carácter taxonómico, estabelecendo grupos, séries e tipos (1981).

Deve ter-se em consideração que a tipologia de Nino Lamboglia, pelo seu carácter preliminar e esquemático, não englobava todas as formas conhecidas, não sendo possível estabelecer, de forma liminar, uma equivalência entre as 63 formas apresentadas e o universo formal conhecido à data da publicação da tipologia (Alves, 2010, 20).

Por outro lado, a multiplicação de formas e variantes estabelecida com base em exemplares inteiros é demasiado detalhada, perdendo-se a aplicabilidade quando utilizada em pequenos conjuntos fragmentários, provenientes de uma qualquer escavação arqueológica.

A diversificação das produções, e a tentativa de definição do que é original da imitação, gerou alguns problemas de aplicabilidade.

Assim, a definição de um centro produtor, realizada através da análise de pasta e verniz, é difícil e duvidosa, quando aplicada a centros de consumo, cuja amostra corresponde a materiais muito fragmentados e erusionados.

As variações de temperatura no processo de cozedura e a acidez dos terrenos resultam na recolha de peças que, embora possuam pastas e vernizes com características distintas, podem ter a mesma origem. Fenómenos que ficaram provados através de análises químicas (Picon *et alii.*, 1971).

No que respeita às produções, hoje em dia reconhecem-se quatro grandes grupos de fabrico que englobam, *grosso modo*, toda a cerâmica campaniense.

A **Campaniense A**, assim designada por ser a mais antiga, é originária do Golfo de Nápoles e foi produzida entre os finais do século IV a.C. e a segunda metade do século I a.C.

Estas produções são fáceis de identificar, apresentando pastas rosadas ou avermelhadas e um verniz negro muito brilhante, que pode possuir reflexos metálicos.

A **Campaniense B** é proveniente da Etrúria e caracteriza-se por uma pasta calcária, depurada, de cor de camurça e um verniz espesso azulado, sem reflexos. A sua produção inicia-se no segundo quartel do século II a.C., desaparecendo, progressivamente, a partir da segunda metade do século I a.C.

A proliferação de produções com estas características levou ao surgimento de um fenómeno de imitação, ocorrido em outros centros produtores da Península Itálica, que fabricaram vasos com formas e decorações semelhantes aos das oficinas da Etrúria, que J. P. Morel designou por Campaniense B-oide.

Na Península Ibérica, estas produções B-oides são identificadas em muito maior número do que as campanienses B. Actualmente, considera-se que a maioria destas produções afins da B são oriundas da zona de Cales. Este centro produtor tem como principais características pastas calcárias, em tons bege claro e bege rosado. As produções de Cales iniciam-se ainda no último terço do século IV a.C., terminando a produção com Augusto.

Importa ainda referir a existência de uma produção de campaniense de pasta cinzenta e verniz negro aplicado apenas na superfície interna, designada por **Campaniense C**. Tem origem na Sicília, num período compreendido entre 150 e 50 a.C. (Morel, 1980:104), e teve uma escassa difusão, sendo muito rara no extremo ocidente peninsular.

Para além desta produção, verifica-se um fenómeno disseminado de produções de pasta cinzenta, que reproduzem os repertórios formais da campaniense B e C, estando concentrada a sua produção no século I a.C.

No actual território português, o primeiro estudo de referência de sistematização desta cerâmica surge pela mão de Manuela Delgado (Delgado, 1971), ao qual se seguirem

várias sistematizações e revisões tipológicas (Fabião, Guerra, 1996), (Luís, 2003) e mais recentemente (Dias, 2010).

6.2.2. As formas

O conjunto de cerâmicas campanienses do Castro de Segóvia é composto por 21 fragmentos, que se dividem em três produções, A, de Cales e de pasta cinzenta.

Os fragmentos correspondem a bordos, fundos e bojos, perfazendo um total de 20 fragmentos classificáveis.

Formas/Fabrics	Camp. A	Cales	Pasta cinzenta	Imitações
Lamboglia 1		1		1
Lamboglia 2		1	1	
Lamboglia 3		2		
Lamboglia 5		3		
Lamboglia 7		3		
Lamboglia 5/7		1	3	
Lamboglia 8			3	1
Lamboglia 33	2			
Total	2	11	7	2

Figura 20 - Distribuição de forma e fabricos da cerâmica campaniense no Castro de Segóvia.

6.2.2.1. Forma Lamboglia 33.

Identificaram-se apenas duas peças de cerâmica campaniense A, ambas da forma Lamboglia 33.

A primeira, é um fragmento de bordo rectilíneo e oblíquo (v. estampa 1, n.º1) que foi integrado, com algumas reservas, na forma Lamb.33 (1952, 181-182). Corresponde à F-2152-2154 de Morel (1981). O exemplar de Segóvia, embora apresente o perfil típico da forma, corresponde a um recipiente de menores dimensões, cujo melhor paralelo se encontra em um exemplar de Mesas de Castelinho, que possui idêntico diâmetro (Alves, 2010: est IV-3445).

Trata-se de uma taça funda de parede oblíqua, que está sub-dividida em duas variantes: a variante A, que apresenta uma decoração pintada idêntica à que se regista na forma Lamb.33 A; a variante B, caracterizada por um pequeno espessamento interno ao nível do bordo (Py, 1993:148).

A n. 2, um fragmento de bordo oblíquo e ligeiramente espessado, foi integrada na variante B (Morel F. 2973-2974) (v. estampa 1, n.º2)

A cronologia de produção desta forma é bastante lata, estando balizada entre 225 e 50 a.C. (*Ibidem*). No actual território português a forma surge em contextos mais tardios, nomeadamente de meados do século I a.C. como se verificou em em Santarém (Bargão, 2006: 83) ou em Mesas do Castelinho (Alves, 2010: 59).

6.2.2.2. Forma Lamboglia 5.

Ao nível formal, o conjunto divide-se essencialmente em pratos/páteras e taças/tigelas sendo que o primeiro, que corresponde às formas 5, 7, e 5/7 de Lamboglia, o mais numeroso.

Os pratos/páteras, a forma de cerâmica campaniense mais bem documentada no sítio, divide-se formalmente pela morfologia e dimensões, de acordo com a tipologia de Nino Lamboglia, em, 5, 7 e 5/7.

À forma **Lamboglia. 5** correspondem quatro exemplares de pequena dimensão de um prato de bordo vertical, não carenado recolhidos (v.est. 1 n.ºs 6 a 8).

Estas páteras, que apresentam um diâmetro variável entre os 16 e os 18 cm, correspondem à forma à F 2250/60 (Lamboglia, 1952 e Morel, 1981). Todos os exemplares se integram na produção calena. Uma das peças foi associada a esta forma apenas pelo seu perfil de bordo, tendo sido impossível determinar o seu diâmetro, devido às suas reduzidas dimensões.

Esta forma é produzida em cerâmica campaniense A a partir do segundo quartel do século II a.C., tendo sido igualmente fabricada em B, a partir de meados dessa centúria. Esta pátera está documentada em produções de A, B e C, e de pasta cinzenta e foi fabricada até 25 a.C.(Py, 1993:147-154).

6.2.2.3. Forma Lamboglia 7.

Ainda no âmbito dos pratos, foram recolhidos três bordos de maiores dimensões e de paredes mais espessas, enquadráveis na forma **Lamboglia 7** (Estampa 1, n.ºs 3, 4 e 5).

Trata-se de um prato amplo, de bordo vertical, separado da parede por uma carena bem marcada (Lamboglia, 1952: 147-148), e corresponde à F2280 de Morel (1981), sendo aliás esta uma das principais características que o distingue da forma anterior.

A produção desta forma inicia-se na Etrúria em meados do século II a.C., sendo a sua produção em campaniense C mais tardia, de finais da mesma centúria. O seu fabrico perdurou até ao final da República, início do principado de Augusto (Py, 1993: 152).

6.2.2.4. Forma Lamboglia 5/7.

No universo das páteras, classificámos alguns exemplares como pertencentes à **Forma 5/7 de Lamboglia**. Identificaram-se três fragmentos (v.est 1, n.ºs 9 a 11), cujas reduzidas dimensões não permitiram diferenciar se estamos perante uma forma 5 ou 7

de Lamboglia. Trata-se de do fragmento nº 8 da estampa 1, bordo de cerâmica campaniense de produção de Cales, e dos fragmentos n.ºs 9 e 10, que correspondem a exemplares de pasta cinzenta, que foram classificados genericamente como Lamboglia 5/7.

No actual território português, as páteras de cerâmica campaniense estão bem documentada em locais com ocupação republicana, como *Scalabis* (Bargão: 2007), Mértola (Luis, 2003), Faro, Castro Marim (Viegas, 2011), Mesas do Castelinho (Alves, 2009) e Monte Molião (Dias, 2010).

6.2.2.5. Forma Lamboglia 1.

As taças estão representadas em menor número, num total de seis fragmentos (v. Estampa 2). Em termos tipológicos, um fragmento de bordo (estampa 2 nºs 14) enquadra-se na forma 1 de Lamboglia e nas séries F2320/30/50 de Morel (1981 e Lamboglia, 1952, 143-144), taças baixas, de parede e bordo rectilíneo, que habitualmente apresentam um perfil de bordo e um diâmetro variável, com uma, duas ou três caneluras, sulcos incisos sob o bordo paralelos a este.

Trata-se de uma forma produzida ao longo da segunda metade do século II a.C. e de em todo o século I a.C., até ao principado de Augusto, (Ibidem e Py, 1993: 151).

Tal como as restantes taças de idêntica capacidade, trata-se de um recipiente multifuncional, pois permite conter líquidos e sólidos.

Esta é uma das formas mais frequentes em contextos peninsulares, estando normalmente associada a contextos do século I a.C., como se verifica em Castro Marim, Faro (Viegas, 2011: 127), Monte Molião (Dias, 2010: 62), Santarém e Mértola (Luis, 2003). No território alentejano, importa referir a sua presença expressiva em termos quantitativos no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: 320), onde foi exumado um significativo número de exemplares inteiros, contrastando com o panorama de Segóvia, onde esta forma está parcamente representada.

6.2.2.6. Forma Lamboglia 8.

Ainda no que concerne às taças de cerâmica campaniense, identificámos um fragmento de bordo e dois fragmentos de fundo enquadráveis na forma Lamboglia 8 (estampa 2, nº 17). Trata-se de uma taça pouco profunda, de bordo rectilíneo, que apresenta uma cronologia de produção de 150-100 a. C. (Py, 1993: 147). Esta forma é diferenciável da Lamboglia 1 pela ausência de molduras no bordo.

Por último, dois fragmentos de taça de pasta cinzenta, passíveis de integração no tipo Lamboglia 1/8, que apresentam características atípicas no que respeita às dimensões e fabrico. Possuem um diâmetro máximo de bordo de 18,4 cm, apresentam paredes um pouco espessadas e uma pasta pouco depurada, sem verniz (estampa 2 nº 18 e 19). Consideramos tratar-se de uma imitação de cerâmica campaniense e optámos, com algumas reservas pela sua inclusão neste apartado, por se tratar de dois fragmentos com características diferenciadas da restante cerâmica comum e das outras imitações formais de cerâmica fina, correspondendo a cerâmica importada de proveniência desconhecida.

6.2.2.7. Forma Lamboglia 2

Pequena taça de bordo extrovertido e paredes côncavas, rematada por um fundo de pé anelar e que corresponde à forma F 1141, 1222, 1226, 1251 e 2622 de Morel (Lamboglia, 1952: 144-145 e Morel 1981). No Castro de Segóvia, identificámos dois exemplares enquadráveis neste tipo (v.Est.2. 12-13).

A cronologia de produção desta forma está balizada entre o último quartel do século II a.C. e o principado de augusto (Py, 1993, 151). No território português, esta forma está documentada em locais como Santarém (Bargão, 2006: 80), Castro Marim (Viegas, 2010) e Mesas de Castelinho (Alves, 2010).

6.2.2.8. Forma Lamboglia 3.

No que concerne a recipientes fechados, identificámos dois fragmentos de bordo que correspondem a um copo sem carena, de parede esvaziada e fundo anelar, enquadrável na forma Lamboglia 3 (estampa 2- nºs 14 a 15). Trata-se de um pequeno copo, também designado por *pyxis*, que corresponde à série F7540/7550 de Morel (1981 e Lamboglia, 1952: 158).

De acordo com as cronologias propostas por Py (1993), esta forma está documentada em produções B, de Cales e de pastas cinzentas, com um horizonte cronológico entre 150 e 25 a.C para as produções de campaniense B e entre 100 e 1 a.C. para as de C.

Esta forma, embora presente no actual território português, revela-se pouco expressiva em sítios como Santarém (Bargão, 2006: 80) e Castro Marim (Viegas, 2010), estando ausente de alguns conjuntos, como é o caso de Faro e de Tavira (Viegas, 2010).

Catálogo das peças ilustradas:

- 1- [2007.51.1949] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.33 . Campaniense A.Diâmetro 115 mm.
- 2.- [4109](Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.33 . Campaniense A.Diâmetro 90 mm.
- 3- [2007.51.1193] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.7 . Pasta cinzenta.Diâmetro 296 mm.
4. [2007.51.1533] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.7 . Cales.Diâmetro 222 mm.
- 5- [2007.51.1532] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.7 . Pasta cinzenta.Diâmetro 264 mm.
6. [2007.51.33] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.5 . Cales Diâmetro 222 mm.
7. [2007.51.57] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.5 . Cales . Diâmetro 210 mm.
8. [1644] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.5 . Cales.Diâmetro 236 mm.
- 9 [1762] Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.5/7 . Cales.Diâmetro indeterminado.

- 10 [1761] (Estampa 1) Fragmento de bordo. Forma Lamb.5/7 . Pasta cinzenta. Diâmetro indeterminado.
11. [2007.51.796] (Estampa 1) Fragmento de fundo/pé. Forma Lamb.5/7 . Pasta cinzenta. Diâmetro 60mm.
- 12 [2007.51.879] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.2 . Pasta cinzenta. Diâmetro 138mm
- 13 [2007.51.123] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.2 . Pasta cinzenta. Diâmetro indeterminado.
- 14 [2007.51.1252] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.3 . Cales. Diâmetro 80mm
- 15 [2007.51.61] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.3 . Cales. Diâmetro 82mm
- 16 [2007.51.150] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.1 . Cales. Diâmetro 154mm
- 17 [2007.51.1501] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Forma Lamb.8 . Pasta cinzenta. Diâmetro 162 mm
- 18 [2007.51.879] (Estampa 2) Fragmento de bordo. Imitação da Forma Lamb.1/8 . Produção indeterminada . Diâmetro 280 mm.
- 19 [2007.51.1796] (Estampa 2) Fragmento de fundo/pé. Forma Lamb.8 . Pasta cinzenta. Diâmetro 60mm
- 20 [2010] (Estampa 2) Fragmento de fundo/pé. Forma Lamb.1/8 . Produção indeterminada. Diâmetro 88mm
- 21.[2007.51.1957] (Estampa 2) Fragmento de fundo. Forma Lamb.5/7 . Pasta cinzenta. Diâmetro 118mm
- 22 [2007.51.1691] (Estampa 2) Fragmento de fundo/pé. Forma Lamb.8 . Pasta cinzenta. Diâmetro indeterminado

6.2.3. Comentário

O conjunto de cerâmica campaniense do Castro de Segóvia é de pequena dimensão, estando os exemplares muito fragmentados. A variação formal é reduzida e as formas abertas dominam. Os tipos documentados correspondem aos mais bem representados no actual território português, nomeadamente no que respeita aos pratos das formas Lamb. 5, Lamb 7 e Lamb 5/7, de produções de pasta cinzenta e de Cales. Deste modo, o Castro de Segóvia espelha a realidade do extremo ocidente peninsular no I a.C., sendo as formas mais difundidas as taças Lamb. 1, os copos Lamb. 2 e o prato Lamb 5/7 (Fabião, Guerra, 1996: 122; Viegas, 2009: .420).

A presença de páteras no acervo cerâmico do Castro de Segóvia pode ser lida como a introdução de uma nova forma no sítio. De acordo com a análise tipológica das cerâmicas comuns a adoção de formas abertas, de tipo prato ou pátera, está associada a uma ocupação romana do sítio.

Assim, embora diferentes tipo de pratos e de páteras estejam atestados através da cerâmica de engobe vermelho, pintada em bandas, ática e de Kuass, em contextos de habitat da Idade do Ferro em localizações mais meridionais, como Mértola (Rego, Guerrero e Gomez, 1996) Castro Marim (Arruda, 1997; 1999/2000; Freitas, 2005; Gomes e Arruda, 2013), Faro (Sousa, 2007) ou Monte Molião (Bargão, 2008; Arruda *et alii* 2011), esta tendência só chega ao Castro de Segóvia séculos mais tarde, junto com os primeiros contactos com o mundo romano.

Esta evidência coloca uma questão subjacente relacionada com a utilização destes recipientes, concretamente a hipótese de associação do consumo de preparados de peixe a estas formas, já anteriormente discutida no âmbito das cerâmicas de tipo Kuass (Niveau de Vilerday y Marinas, 1999, 2000; Sousa, 2007) ou para as cerâmicas de verniz negro (Arruda, 1997).

A adopção de novos hábitos de consumo atestada pela presença de ânforas de preparados de peixe das formas Classe 67, Dressel 12, Haltern 70 e, posteriormente

Dressel 7-11 e Dressel 14 devem ser analisadas em conjunto com as restantes importações.

Neste sentido, é tentador defender o estabelecimento de uma associação funcional de tipos cerâmicos introduzidos *ex-novo*, que atestam a presença de um produto alimentar até então desconhecido, os preparados de peixe, e de um recipiente adaptado ao seu consumo, as páteras Lamb. 5/7.

Embora a presença de cerâmica campaniense ateste, indiscutivelmente, contactos com o mundo romano, o seu número e variedade formal são claramente insuficientes para se assumir que ela serviu como principal serviço de mesa (Fabião, Guerra, 1996, p.122). A amostra estudada reflete, parece-nos, a sua dimensão e a sua geografia, no que respeita, à interioridade e a uma acessibilidade reduzida.

Assim, a cerâmica campaniense parece surgir como um complemento à baixela cerâmica pré-existente, com a introdução de novas formas associadas a contactos com o mundo romano, não sendo possível avançar, de forma categórica, de que modo foram operados esses contactos.

6.3. Cerâmica de Paredes Finas

6.3.1. Questões prévias

A cerâmica de paredes finas corresponde a recipientes de beber, produzidos a torno, como cálices, taças e copos, de utilização exclusiva de mesa. Os vasos desta categoria possuem pastas muito depuradas, acabamentos cuidados, aguadas ou engobes. O principal elemento que caracteriza este tipo cerâmico é a espessura das paredes dos recipientes, muito fina, que normalmente não ultrapassa os 2 ou 3 mm ao nível do bordo.

Esta cerâmica é exclusivamente de cronologia romana e cronologicamente estabelece o processo de transição entre os recipientes metálicos com a mesma finalidade e a invenção e vulgarização da produção de vidro soprado.

Para além deste elemento de precisão técnica, muitos dos exemplares, particularmente na fase mais tardia da produção, apresentam um acabamento cuidado e uma decoração complexa.

Durante o período republicano, encontramos, de um modo geral, exemplares com superfícies polidas, sem engobe, com alguns elementos incisos ou decorados com recurso à técnica da barbotina. A partir de Tibério o acabamento dos vasos é conseguido através da aplicação de um engobe espesso, por vezes com reflexos metálicos e verifica-se um aumento da complexidade das decorações (Arruda e Sousa, 2003: 238-239)

O estudo da cerâmica de parede finas iniciou-se ainda no século XIX, mas apenas a partir da segunda metade do século XX encontramos esta categoria cerâmica tratada de forma individualizada.

Neste sentido, foram redigidas algumas obras de referência para o seu estudo, destacando-se o trabalho de Mercedes Vegas, que, embora inserido numa mais vasta tipologia de cerâmica comum, apresenta a primeira sistematização de formas desta categoria (1973).

A individualização do estudo da cerâmica de paredes finas numa tipologia própria surge através do estudo monográfico das paredes finas de Cosa (Moevs, 1973).

Na mesma década, uma outra classificação formal dedicada exclusivamente à Península Ibérica foi publicada (Mayet, 1975).

Esta tipologia foi mais tarde alargada através do contributo de Lopez Mullor (1981), que lhe adicionou novas formas.

Cabe ainda referir uma outra obra, concretamente a de Ricci, incluída no 2º volume do *Atlante delle forme ceramiche* (1985), que utiliza uma nova estrutura de classificação taxonómica de sub-divisão, idêntica à utilizada por Morell para as cerâmicas campanienses (1981).

No estudo dos exemplares do Castro de Segóvia, o enquadramento formal efectuado baseou-se na tipologia de Françoise Mayet (1975). Tal como se verifica na maioria dos centros de consumo do extremo ocidente peninsular, trata-se de um pequeno conjunto de 21 fragmentos, com um elevado grau de fragmentação, o que dificulta o seu correcto enquadramento tipológico.

Quanto aos fabricos, em primeiro lugar, e após análise macroscópica das pastas, realizámos uma classificação sumária, dividindo o conjunto entre produções republicanas-augustanas e imperiais, através da identificação das técnicas de acabamento.

Posteriormente, efectuámos uma descrição das pastas e, sempre que possível a sua associação a áreas de fabrico ou centros produtores.

Neste sentido, importa destacar que, para além das produções itálicas identificadas, foi possível associar alguns fragmentos, pelas suas características e raio de proximidade, ao centro produtor de Mérida.

6.3.2. As formas

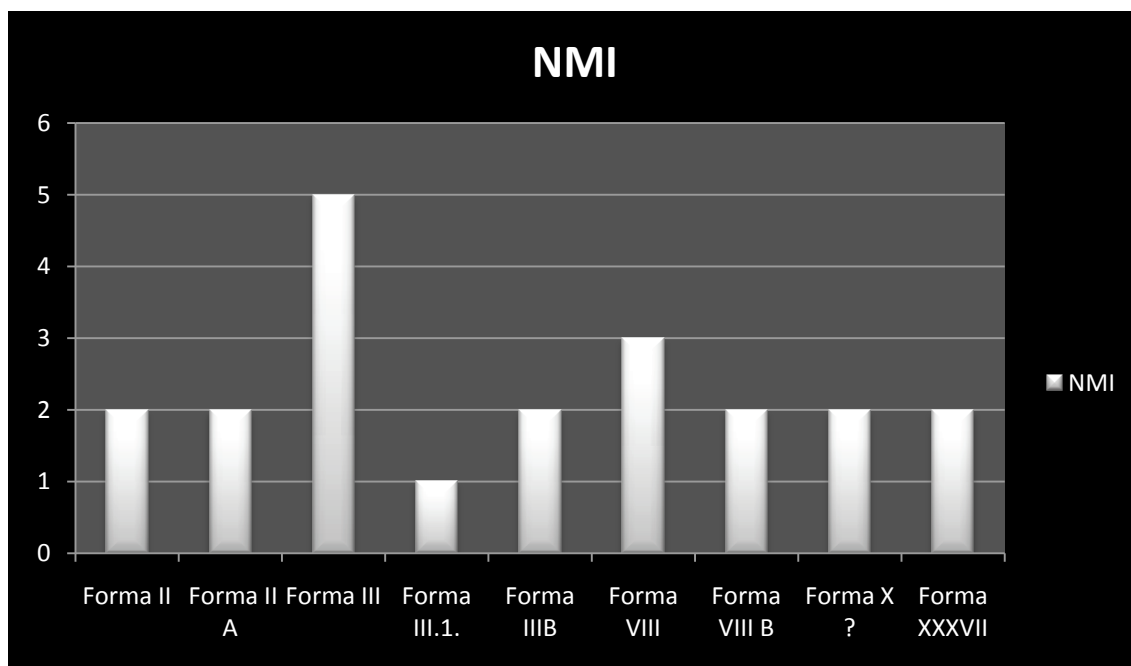


Figura 21- Gráfico de percentagem das formas de cerâmica de paredes finas no Castro de Segóvia.

No conjunto foram identificadas cinco formas em variantes distintas, de acordo com a tipologia de Françoise Mayet,

6.3.2.1. Forma II

A forma II engloba um conjunto de cinco variantes de copo alto, de perfil oval ou fusiforme, de bordo esvazado e colo estrangulado. As variantes distinguem-se essencialmente pelo perfil do bordo e pela presença de caneluras sob o bordo e no colo.

De acordo com os dados de Ampúrias, esta forma está datada entre o último quartel do século II a.C. e o primeiro quartel do século I a.C. (Mayet, 1975: 26-27).

Integramos nesta forma dois fragmentos de fundo (v. est. 3 n.ºs 3 e 4). Por se tratar de fragmentos de pequena dimensão não foi possível associá-los a uma variante específica.

6.3.2.1. Forma II A

A forma IIA deriva directamente da Forma I sua antecessora, surge em contextos ao longo do século I a.C., não estando documentada, em épocas mais recuadas, no extremo ocidente peninsular.

Um fragmento, tem bordo fino e oblíquo, voltado para o exterior, com um estrangulamento ao nível do colo, corresponde a um copo fusiforme ou ovóide enquadável na **forma II A** (estampa 3, nº 1).

De acordo com Francoise Mayet, não se conhecem exemplares decorados da forma II (Mayet, 1976; 26), sendo a variantes B e D as únicas que exibem decoração. Contudo, lográmos em identificar um exemplar com decorações oblíquas incisas, cujo perfil é passível de enquadramento na variante IIA (estampa 4, nº 21).

Esta variante está documentada na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa 2003: 247), em Mesas do Castelinho (Fabião, 1998: 335), no Cabeço de Vaiamonte (Ibidem, p. 337) e em Chibanes (Silva e Soares, 1997, p. 58).

6.3.2.2. Forma III

A forma III corresponde a um copo de perfil ovóide, bordo alto, vertical, côncavo e fundo ligeiramente côncavo (Mayet, 1975: 29).

Cronologicamente, podemos situar a produção desta forma entre o segundo quartel do século I a.C. e o principado de augusto, sendo típica do século I a.C. (Arruda e Sousa, 2003).

No Castro de Segóvia, foram recolhidos cinco fragmentos de fundo passíveis de integração na forma III correspondendo a fragmentos de fundo de pequena dimensão, não foi possível associar a uma variante específica.

6.3.2.3. Forma III 1

De acordo com a tipologia de F. Mayet, a forma III foi dividida em seis variantes, segundo as variações de forma e decoração (MAYET, 1975: 29-30)

Esta proposta tipológica é reavaliada por Py, Adroher e Sánchez confirmando estas variantes, de acordo com os dados de Lattes. Deste modo, este tipo de 3.1 encontraram-se em níveis datados do segundo, terceiro e quarto quartéis do século I a.C. (Py, Adroher Auroux e Sánchez, 2001, p. 1553).

A forma 3.1, possui um copo ovóide, de altura variável, com um bordo alto, vertical e encurvado. No Castro de Segóvia identificámos dois exemplares desta forma.

6.3.2.4. Forma III B

Ainda no que respeita à forma III, classificámos dois fragmentos de bordo na sua variante B.

Trata-se de copos de perfil toneliforme, com um fundo largo e sem pé. As características do bordo são também distintas das demais variantes, correspondendo a um bordo mais curto e menos encurvados (Mayet, 1975:30).

Esta forma apresenta um curto período de produção, centrado no último terço do século I a.C. de acordo com a proposta cronológica de Lattes (Py, Adroher Auroux e Sánchez, 2001: 1553). Relativamente à sua difusão no actual território português, registe-se a sua

presença em Santarém (Arruda e Sousa, 2003: 256), Mesas do Castelinho (*Ibidem* e Fabião, 1998: n.º 7 da Estampa 99).

6.3.2.5. Forma III Ba de Mayet

Corresponde a um recipiente pequeno, ovóide, sendo que o que o distingue da variante B é possuir um bordo bastante mais curto e de tendência vertical (v. est.3 n.10)

De acordo com a cronologia proposta para Lattes, esta variante é maioritariamente associada a exemplares com decoração a guilhoché, e apresenta uma datação mais tardia, entre 30 a.C. e 1 a.C. (Py, Adroher Auroux e Sánchez, 2001, p. 1553).

6.3.2.6. Forma VIII. de Mayet

A forma VIII foi subdividida em três variantes, que têm por base sobretudo variações formais ao nível do bordo. Não obstante, todas as variantes apresentam análoga cronologia, grosso modo, a segunda metade do século I a.C.

De entre as variantes existentes, importa referir que a VIIC, corresponde à forma mais bem documentada no actual território português, tendo sido identificados fragmentos em Braga (Morais, 1997: Est XXV, Moraes 2005: 294), Torre de Ares (Nolen, 1993, est 8), Castro Marim e Santarém (Arruda e Sousa, 2001:262)

Da forma VIII, classificámos dois fragmentos de fundo, embora com algumas reservas, por se tratar de fundos largos, com um arranque de parede esvasado e côncavo enquadrável no perfil globular, típico da forma VIII.

6.3.2.7. Forma VIII. B de Mayet

Corresponde a um recipiente de bordo estreito e alto, corpo baixo e globular rematado por um pé. Trata-se de uma forma característica da Península Ibérica, datável da segunda metade do século I a.C: (Mayet, 1975: 39).

No Castro de Segóvia, identificámos dois fragmentos de bordo da forma VIIIb, correspondendo a bordos curtos, oblíquos e rectilíneos. No actual território português, a forma VIIIb encontra-se pouco documentada, existindo alguns fragmentos na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2003: 261) e em Braga (Morais 2005: 294).

6.3.2.8. Forma XXXVII de Mayet

Integramos dois fragmentos de bordo na forma XXXVII de Mayet (nºs 19 e 20), que corresponde a um vaso hemisférico de parede vertical ou ligeiramente reentrante, de bordo arredondado, com uma moldura bem marcada a separar o bordo da pança (Mayet, 197: 73).

Trata-se de uma produção com origem oriental, largamente difundida e produzida na Bética e na Gália (Arruda e Sousa, 2003: 279)

Os exemplares do Castro de Segóvia apresentam pastas claras, de tom bege-amarelado, textura arenosa e uma aguada exterior com a mesma cor da pasta. Um dos fragmentos (nº 20) apresenta uma canelura sob o bordo e uma decoração a guilhoché.

Trata-se de uma produção centrada no período tibero-claudiano. Contudo o seu fabrico estendeu-se até aos Flávios (Mayet, 197: 73).

A dispersão desta forma é significativa, estando documentada de Norte a Sul do território peninsular, estando presente em Braga (Morais, 2005:302- 65 a 69), Santarém (Arruda e Sousa , 2003: 279) ou na Ammaia (Quaresma, 2010-2011: 48).

6.3.2.9. Exemplos de difícil classificação.

No conjunto de fundos recolhidos, identificamos três que considerámos poder pertencer indistintamente às formas II e III. Trata-se de fundos de pequena dimensão, alguns dos quais com pé destacado, cujo arranque da pança não permite distinguir se estamos perante exemplares de paredes mais rectas e verticais ou se apresentam uma significativa côncavidade. A própria autora da tipologia associou alguns exemplares indistintamente à forma II/III (Mayet, 1975: PL.VII), pelo que me parece mais sensato propôr uma classificação formal mais lata.

De entre o conjunto de cerâmica de paredes finas, classificámos com muitas reservas dois fragmentos de pé/fundo com 7,8 cm de diâmetro máximo, sem qualquer aguada ou engobe, (v. estampa 4), como pertencente à forma X. de Mayet.

Esta classificação surge da proximidade formal entre os exemplares de Segóvia e os pés/fundos apresentados na tipologia de Francoise Mayet (1975:45 e EST XVI).

De acordo com a caracterização tipológica, trata-se de uma taça com duas asas, inspirada em protótipos metálicos, e produzida desde a primeira metade do século I a.C. até ao principado de Augusto (Arruda e Sousa, 2003: 270). Esta forma está documentada na Alcáçova de Santarém, com nove exemplares (*Ibidem*) e em Braga com 10 (Morais 2005: 299 n.ºs 15 a 20).

Catálogo das formas ilustradas:

- 1 [1039] (Estampa 3) Fragmento de bordo. Forma IIA . Produção itálica. Diâmetro 90mm.
- 2 [2105] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma III. . Produção itálica. Diâmetro 46 mm.
- 3 [2007.51.243] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma II . Produção itálica. Diâmetro 79mm.
- 4 [2007.51.378] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma II . Produção itálica. Diâmetro 54mm.
- 5 [2515] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma III. . Produção itálica. Diâmetro 44 mm.
- 6 [2007.51.130] (Estampa 3) Fragmento de bordo. Forma III.1. Produção itálica. Diâmetro 78 mm.

- 7 [2007.51.1353] (Estampa 3) Fragmento de bordo. Forma III.1. Produção itálica. Diâmetro 62 mm.
- 8 [2007.51.1642] (Estampa 3) Fragmento de bordo. Forma III.B. Produção itálica. Diâmetro 64 mm.
- 9 [2007.51.1460] (Estampa 3) Fragmento de bordo. Forma III.B. Produção itálica. Diâmetro 78 mm.
- 10 [2007.51.1952] (Estampa.3.) Fragmento de bordo. Forma III.Ba. Produção itálica. Diâmetro 68 mm.
- 11 [2007.51.432] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma III. . Produção itálica. Diâmetro 64 mm.
- 12 [2007.51.1310] (Estampa.3.) - [Fragmento de fundo. Forma III. . Produção itálica. Diâmetro 64 mm.
- 13 [2007.51.131] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma VIII. Produção itálica. Diâmetro 63 mm.
- 14 [2007.51.35] (Estampa 3) Fragmento de fundo. Forma VIII. Produção itálica. Diâmetro 64 mm.
- 15 [2007.52.35] (Estampa 4) Fragmento de fundo. Forma III. Produção itálica. Diâmetro 40 mm.
- 16 [2007.51.1536] (Estampa 4) Fragmento de fundo. Forma III. Produção itálica. Diâmetro 44 mm.
- 17 [2007.51.236] (Estampa 4) Fragmento de bordo. Forma VIII B. Produção itálica. Diâmetro 100 mm.
- 18 [2007.51.810] (Estampa 4) Fragmento de bordo. Forma VIII B. . Produção itálica. Diâmetro 80 mm.
- 19 [1023] (Estampa 4) Fragmento de bordo. Forma XXXVII. . Produção hispânica. Diâmetro 82 mm.
- 20 [1044] (Estampa 4) Fragmento de bordo e bojo com guiloché. Forma XXXVII. . Produção hispânica. Diâmetro 86 mm.
- 21 [2007.51.1023] (Estampa 4) Fragmento de bordo com decoração incisa. Forma II?. . Produção Indeterminada. Diâmetro 62 mm.
- 22 [2007.51.204] (Estampa 4) Fragmento de fundo. Forma II/III. . Produção itálica. Diâmetro 49 mm.
- 23 [2007.51.1235] (Estampa 4) Fragmento de fundo. Forma II/III. . Produção itálica. Diâmetro 38 mm.
- 24 [849] (Estampa 4) Fragmento de fundo. Forma II/III. . Produção itálica. Diâmetro 38 mm.
- 25 [2007.51.1147] (Estampa 4) Fragmento de pé. Forma X?. Produção hispânica. Diâmetro 98 mm.
- 26 [2007.51.360] (Estampa 4) Fragmento de pé. Forma X?. Produção hispânica. Diâmetro 102 mm
- 27 [2007.51.960] (Estampa 4) Fragmento de asa. Forma indeterminada . Produção hispânica.

6.3.3. Comentário

O conjunto de cerâmica de paredes finas do Castro de Segóvia é bastante expressivo em termos cronológicos, sendo predominantes as formas de cronologia republicana.

Assim, embora ausente a forma mais arcaica (Forma I), característica de contextos romanos da segunda metade do século II a.C., as importações de cerâmica de paredes finas parecem ter acompanhado a presença de cerâmica campaniense, a partir do primeiro quartel do século I a.C.

O número de fragmentos recolhidos é expressivo, quando comparado com as restantes importações, uma vez que surgem em maior quantidade do que as lucernas e em igual percentagem que a cerâmica campaniense.

Este elemento confere ao conjunto singularidade, dado que nos locais onde esta categoria cerâmica foi amplamente estudada, a percentagem de paredes finas é sempre menor que as restantes cerâmicas finas ou mesmo que as ânforas.

Creio que um dos elementos que facilitou a adopção destes recipientes de beber no repertório formal do Castro de Segóvia foi a pré-existência de um leque de recipientes destinados ao mesmo fim, enquadráveis na categoria de copos e púcaros.

Assim, as gentes de Segóvia já utilizavam recipientes específicos para ingestão de líquidos num momento prévio aos primeiros contactos com a civilização romana.

Uma fase mais tardia da produção, em período imperial, está parcamente documentada no sítio, resumindo -se a dois exemplares da forma XXXVII de Mayet, parecendo não haver uma continuidade na importação e consumo destes recipientes, a partir do principado do período claudiano.

Esta ilação acaba por também se espelhar ao nível dos recipientes de vidro, tendo sido apenas identificado um fragmento de bordo, de cronologia tardia.

Importa ainda referir que esta ausência se torna ainda mais notória, dada a localização geográfica do sítio. A proximidade de Emérita Augusta faria supor que a partir da mudança da Era, o Castro de Segóvia espelhasse parte das produções emeritenses. Contudo é justamente a partir deste período cronológico que se verifica a sua escassez.

6.4.Lucernas

6.4.1.Questões prévias

As lucernas são pequenas taças fechada de tendência circular ou oval, com um bico numa extremidade e uma asa na outra. Normalmente apresentam dois orifícios, um central, designado por bocal ou orifício de enchimento, que alimentava o recipiente de combustível (azeite), e um outro, situado no bico, designado orifício de mecha ou combustão.

São objectos utilizados para a iluminação, bastante comuns em todo o mundo romano. A maioria dos exemplares é de cerâmica, embora existam outros produzidos em materiais mais nobres, como o vidro, o bronze ou a pedra (Morillo Cerdán, 1999:162).

São objectos frágeis e possuem um curto período de vida. Deste modo, a sua constante produção implica uma rápida transformação dos modelos que acompanham a modificação dos gostos e mentalidades.

As formas das lucernas têm uma vida limitada e definem uma determinada época. As contínuas alterações estilísticas permitem, por vezes, através de um fragmento, atribuir uma datação precisa, sendo por esta razão um excelente elemento datante em qualquer sítio arqueológico.

No que respeita às tipologias, as lucernas encontram-se divididas em grupos: lucernas tardo republicanas, de volutas, cuoriformes, de canal e de terra sigillata africana. O enquadramento tipológico geral foi realizado por Dressel, que pode ser completado com a tipologia de Ricci e de Deneauve (Mínguez Morales, 2005: 416).

No Castro de Segóveis, salienta-se, em primeiro lugar, para além das reduzidas dimensões do conjunto, a ausência de contentores de iluminação de época pré-romana, sendo claro que a adopção destes objectos utilitários ocorreu apenas após os primeiros contactos com a civilização romana.

O conjunto de lucernas do Castro de Segóvia é composto por nove fragmentos, um bico, um fundo, um bojo, uma asa, quatro fragmentos de orla/disco e uma peça inteira.

A maioria dos exemplares é de proveniência incerta. Existem dois fragmentos que foram seguramente recolhidos em Segóvia (nºs 1 e 2). Os restantes, porém, pertencem a um conjunto de cerâmicas que se encontrava em depósito junto dos restantes materiais do sítio, sem contudo ter indicação de proveniência.

6.4.2.As formas

6.4.2.1.Ricci E/Dressel 3

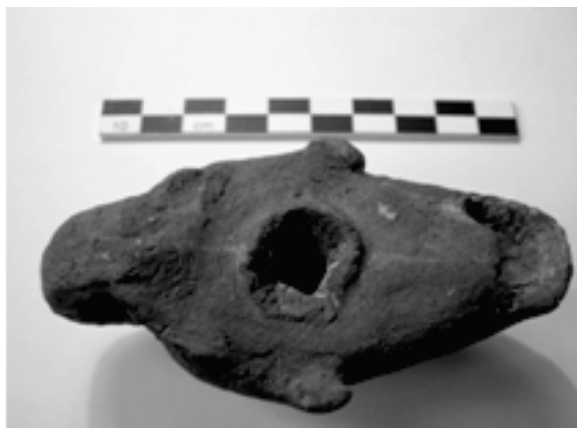


Figura 23- Lucerna Ricci E/Dressel 3 do Castro de Segóvia

Lucerna inteira de produção indeterminada. Corpo troncocónico, disco de forma circular é ocupado na sua totalidade pelo orifício de alimentação. Asa em forma de anel com bandas laterais. Bico largo e achatado. Base circular com rebordo espessado. Duas pequenas aletas laterais simétricas (v. est.5 n.1).

Sobre as superfícies do recipiente são visíveis dedadas, deste modo, as características forma e pasta sugerem uma produção manual para este exemplar. A pasta é grosseira, de

cozedura média, com abundantes elementos não plásticos (mica branca e calcite), com distintas características das produções locais de Segóvia. Os acabamentos são pouco cuidados, alisamento tosco das superfícies externas.

Quanto ao enquadramento formal, não logramos na identificação de um paralelo exacto para o exemplar segobrigense, contudo, esta forma apresenta grande proximidade ao tipo Ricci E , forma de tradição helénica, datável entre meados do século II e o século I a.C. (Ricci, 1974: 173).

Esta forma está documentada no território português por alguns exemplares no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: 432) e por dois fragmentos em Santarém (Pereira, 2009: 48).

Não obstante a semelhança evidente entre o corpo, disco e asa, há elementos diferenciadores inequívocos entre estas duas formas. A presença de duas aletas laterais e o estreitamento do bico da lucerna de Segóvia não deixam margem para duvidar que se trata de uma forma mais evolucionada, pois a presença de duas aletas laterais em exemplares não decorados está associada à forma Dressel 3. O âmbito cronológico abrange o século II a.C., mas também todo o século I a.C., tendo esta lucerna sido documentada em diversos naufrágios Fos 2, Titan e Valle Ponti (Ricci, 2002) que confirmam uma cronologia do século I a.C.

No que respeita ao território português, a cronologia do século I a.C. parece enquadrar-se para os exemplares da Lomba do Canho (Nunes *et al.* 1990: 78) e de Santarém (Pereira, 2009: 45)

Assim, parece estarmos perante um exemplar de transição que apresenta, em simultâneo, os principais elementos caracterizadores das lucernas republicanas: asa de anel e aletas laterais.

6.4.2.2.Dressel 9.

Identificámos dois fragmentos enquadráveis neste tipo (v. est.5 n.3 e 4). Um deles é um fragmento de orla horizontal, separada do disco por três volutas (Deneauve IV, Loeschke I).

Trata-se de uma lucerna de volutas de bico triangular e orla horizontal, sem asa. Este é um tipo de grande difusão na Península Ibérica, que apresenta um âmbito cronológico alto-imperial, balizado entre o século I d. C. e o século II d.C.

A forma surge habitualmente dividida em três variantes A-C, que correspondem a variações no bico e nas volutas, de acordo com a proposta de Deneauve.

Foi recolhido um outro fragmento de disco com o orifício de alimentação, que apresenta uma decoração com um cão virado para a direita, do qual são visíveis as patas traseiras, representadas de forma assimétrica, dando a ilusão de movimento.

Esta representação tem paralelo num exemplar recolhido na Alcáçova de Santarém (Pereira, 2009: anexo XI, est. IV nº 48), bem como em vários sítios do território espanhol (Morillo Cerdán, 1999).

De acordo com estes autores esta é uma cena de caça, na qual o cão persegue outro animal, sendo frequentes estas representações neste tipo de recipientes.

Associámos este fragmento à Dressel 9, mais especificamente à variante 9 A, por apresentar um vasto repertório iconográfico, onde estas representações surgem habitualmente (Pereira, 2009: 89), e cujo âmbito cronológico é a primeira metade do século I d.C.

6.4.2.3.Dressel-Lamb 30B ?

Integrámos, com algumas reservas, um fragmento de orla e disco, de reduzidas dimensões, na forma Dressel-Lamboglia 30 B (Celtis Betru, 2005: 430, Caetano, 2001: 96). Trata-se de um fragmento de disco, côncavo, que apresenta três fiadas de óvulos ou pérolas dispostas, sobre a orla (v. est. 5 n.5). O fragmento apresenta uma espessa moldura de separação entre a orla e o disco, pouco regular.

Cronologicamente, podemos situar esta produção entre a segunda metade do século III d.C e o século IV d.C., o que corresponde a uma fase de decadência da produção, em que os recipientes se tornam mais grosseiros e as decorações menos detalhadas (Belchior, 1969: 68).

Um fragmento de asa, orla e disco de forma atípica faz também parte do conjunto. Pertence a uma lucerna de forma circular, com um grande orifício central de alimentação, com asa espessa, de perfil triangular, com uma pequena perfuração, do tipo Ponsich 8/9. A orla é larga com decoração perolada irregular, disposta ao acaso, separada do disco por quatro caneluras, e a parede é espessa, ligeiramente côncava, apresentando o disco incisões raiadas (v. est. 5 n.6). A pasta é rugosa, a cozedura é oxidante, com abundantes e.n.p., possui aguada espessa, de cor bege.

Relativamente aos motivos decorativos, lográmos identificar um paralelo aproximado (de decoração raiada e orla perolada) em exemplares Bracarences (Morais, 2006: vol II 440, nº 187-189). Pese embora não tenhamos chegado a uma classificação tácita para este exemplar, certo é que apresenta uma grande afinidade tipológica com a forma **Dressel-Lamb 30B** (Celtis Betru, 2005: 430, Caetano, 2001: 96).

Cronologicamente podemos situar esta produção entre a segunda metade do século III d.C e o século IV d.C., correspondendo a uma fase de decadência, em que os recipientes se tornam mais grosseiros, tendência documentada pelo progressivo espessamento das

paredes e das asas, que se manifesta na redução do diâmetro dos orifícios destes elementos de preensão.

6.4.2.4. Lucernas atípicas e de difícil classificação.

Alguns fragmentos de lucerna, devido às suas pequenas dimensões, não conservam nenhum dos elementos indicadores que permitam efectuar um seguro enquadramento tipológico.

Um fragmento de fundo e parede e reservatório de uma lucerna de disco, com cerca de 6 cm de diâmetro máximo, base plana circular, com um pequeno círculo no centro, parede do reservatório côncava e espessa com 1,5 cm de altura conservada é datável entre o século I d.C. e inícios da centúria seguinte (v. est.5 n.8).

A pequena asa perfurada de secção sub-circular, de tipo Ponsich 7, de acordo com a tipologia de asas realizada por Ponsich, possui um horizonte cronológico alto imperial (v. est. 5 n.7).

Um fragmento de bico de uma lucerna de disco apresenta uma perfuração ovalada, tem um acentuado desgaste, não sendo possível o seu enquadramento tipológico seguro. Contudo a dimensão do bico e a ausência de volutas ou de qualquer delimitação entre o bico e a orla permite o seu enquadramento nas lucernas de bico redondo (v.est.5. n.2).

Catálogo das peças ilustradas:

- 1 [2008.61.25] (Estampa 5) Lucerna inteira. Forma Ricci E. . Produção hispânica.
- 2 [2007.51.1975] (Estampa 5) Fragmento de bico. Forma atípica. . Produção hispânica.
- 3 [1093] (Estampa 5) Fragmento de orla e disco. Forma Dressel 9. . Produção Mérida.
- 4 [1049] (Estampa 5) Fragmento de disco decorado com canideo. Forma Dressel 9 ?. . Produção Mérida.
- 5 [1072] (Estampa 5) Fragmento de orla com decoração perolada e disco liso. Forma Dressel 30B?. . Produção hispânica.

6 [1097] (Estampa 5) Orla, disco e asa. Decoração perolada sobre a orla e raiada sobre o disco. Forma atípica. . Produção hispânica.

7 [1022] (Estampa 5) Fragmento de asa. Forma Ponsisch 7. . Produção hispânica.

8 [1046] (Estampa 5) Fragmento de fundo e reservatório. Forma indeterminada. . Produção indeterminada.

6.4.3. Comentário

Em primeiro lugar importa referir que apenas dois fragmentos apresentam um contexto seguro de recolha e correspondem à lucerna inteira da forma Ricci 3/Dressel 3 e a um fragmento de bico de uma lucerna de disco de classificação indeterminada.

A adopção de contentores de iluminação ocorre já sobre a influência romana, em época republicana, não havendo evidências da utilização de contentores de iluminação da primeira fase de ocupação do Castro.

Os restantes exemplares de lucerna encontravam-se sem qualquer marcação ou etiqueta em depósito na Camara Municipal de Elvas junto aos materiais do Castro de Segóvia. A questão da sua proveniência coloca-se dado existirem outros materiais provenientes de recolhas de superfície de sítios arqueológicos da mesma região.

Alguns desses materiais apresentavam marcação sobre a peça, e foi possível, através da correspondência entre o acrónimo de marcação e a base de dados Endovélico, chegar à conclusão que se trata de sítios romanos de tipo *villa*, localizados no Alto Alentejo.

Uma parte significativa da cerâmica importada, lucernas, paredes finas, *terra sigillata* e ânforas, apresenta um contexto de recolha dúbio, não sendo possível determinar com certeza se terão efectivamente feito parte do reportório do sítio.

A opção de incluir estes materiais prende-se com a tentativa de análise da totalidade do conjunto, assim de acordo com os dados da escavação foram recolhidos exemplares de "cerâmica campaniense, *terra sigillata* peninsular e itálica" (Macartney, Macartney e Arnaud, 1971).

Como veremos mais adiante, todos os fragmentos de terra sigillata itálica identificados pertencem a este contexto de recolha duvidoso, pelo que considerámos mais prudente incluir este conjunto, embora com muitas reservas. Dada a informação existente não quisemos à priori truncar informação artefactual do sítio, excluindo estes materiais.

A inclusão destes materiais na análise artefactual colocou questões de coerência cronológica que se materializam também na análise das lucernas, pois constatámos que a maioria dos materiais com cronologia mais tardia, nomeadamente materiais baixo imperiais apresentam este contexto de recolha.

No que respeita às lucernas as formas Dressel 9, Dressel 30 b e a asa Ponsich 7 com cronologias entre o século I d.C. e o século III/IV d.C. são de proveniência duvidosa.

A análise do conjunto permitiu documentar a presença de contentores de iluminação de época republicana, e época romana imperial, relativamente a este último período importa referir que existem dois momentos distintos documentados, num primeiro momento associado ao alto império através da presença de exemplares de Dressel 9, e um momento tardio (século III ou posterior) caracterizado pela presença de Dressel 30 B.

6.5.Ânforas

6.5.1.Questões prévias

O estudo das ânforas foi efectuado a partir da tipificação dos fragmentos classificáveis do conjunto, tendo sido identificados um total de 59 fragmentos distribuídos por bordos, fundos e asas.

De um modo geral o conjunto anfórico está muito fragmentado e erudido, correspondendo maioritariamente a fragmentos de pequena dimensão, tendo sido apenas possível propôr uma classificação formal para cerca de metade.

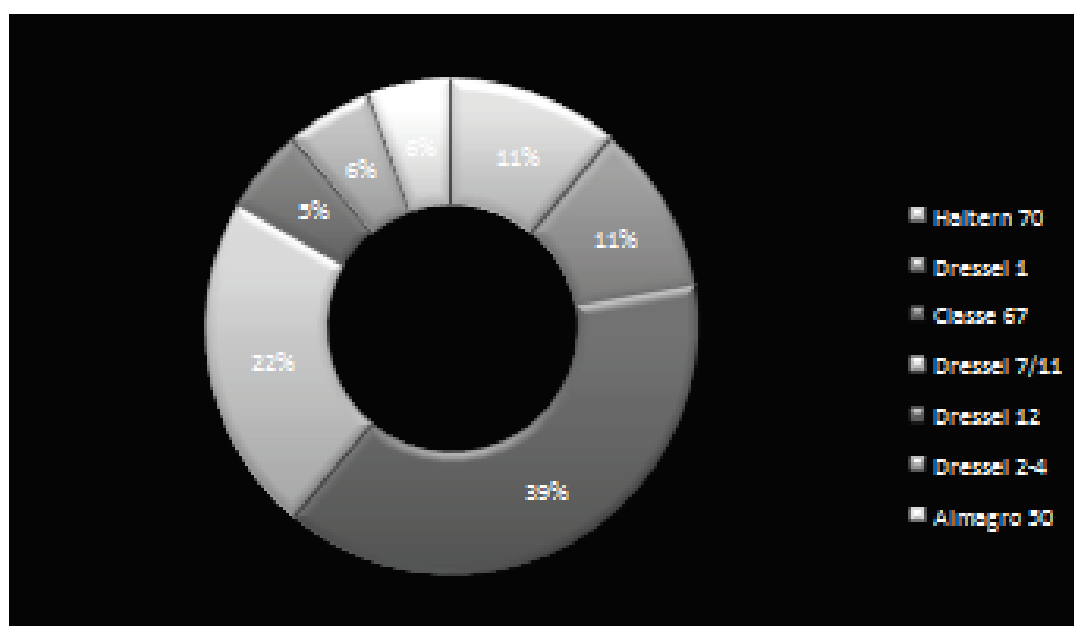


Figura 22- Gráfico percentual das formas representadas no Castro de Segóvia.

6.5.2.As formas

6.5.2.1. Dressel.1

Um fragmento de bordo de ânfora Dressel 1, de fabrico itálico, foi recolhido (v. est. 6 n.1). Este tipo, produzido entre a segunda metade do século II a.C. e o final do século I. a.C., substitui directamente das ânforas vinárias greco-itálicas. A peça de Segóvia apresenta um bordo curto, enquadrável na variante A desta forma.

Tendo sido inicialmente agrupada no número 1 da tabela de Dressel (CIL XV, 2), foi posteriormente subdividida em variantes por vários investigadores, Mas foi a subdivisão formal de Nino Lamboglia (1955) e de Benoit (1957), em três variantes, que vigorou nas classificações posteriormente publicadas, tendo sido inclusive esta divisão formal em Dressel 1 A, B e C a apreendida, três décadas depois, por Peacock e Williams (1986: 86-91), nas Classes 3,4 e 5.

Embora a operacionalidade desta subdivisão formal seja, em grande parte, discutível (Manacorda e Panella/ Benquet e Olmer,2002: 297) subsistiu até aos dias de hoje (Arruda e Almeida 1999; Pimenta 2005, Luís, 2005). Assim, a partir da segunda metade do século II a.C. e até ao seu final, assiste-se à coexistência de ânforas greco-itálicas e de Dressel 1 A, comercializadas nos mesmos circuitos, como se verifica no naufrágio do Grand Congloué, e documentadas em diferentes locais de consumo, como Cartago e Numância (Tchernia, 1986:42). Mantém-se portanto a indicação cronológica proposta por A.Tchernia, que colocou o início de produção da variante 1B (Classe 4), num momento posterior a 97 a.C. (1987).

As mais recentes propostas tipológicas retomam a designação inicialmente proposta por Dressel, não diferenciando qualquer variante (Fabião 1998; Olmer, 1998,467, Benquet e Olmer, 2002, Pimenta, 2004).

No que respeita à difusão deste tipo, a produção itálica está documentada em grande quantidade, particularmente no sul do território (Bargão, 2006: 40), destacando-se alguns locais do vale do Tejo, como Lisboa (Pimenta , 2005), Santarém (Bargão, 2006), Chões de Alpompe (Diogo, 1993), do território alentejano, como o Cabeço de

Vaiamonte (Fabião, 1998: 375), e do Castelo da Lousa (Morais, 2010), e do Território algarvio, como Castro Marim (Arruda *et al*, 2005), Faro (Viegas, 2011), Cerro do Cavaco ou Monte Molião (Arruda e Sousa, 2012)

6.5.2.2.Dr.12

Integramos um fragmento de bordo na forma Dressel 12 (Estampa 6- nº 2). Trata-se de um bordo de secção triangular, com uma moldura sob o bordo. Embora a moldura seja um elemento de identificação da forma Classe 67 e os exemplares típicos da forma Dressel 12 não apresentem moldura sob o bordo, certo é que esta característica já foi associada à Dressel 12 em dois fragmentos de ânfora da Lomba do Canho (Fabião, 1989: 71).

Deste modo, pelas mesmas razões, enumeradas por Carlos Fabião para os exemplares da Lomba do Canho (*Ibidem*), optei por incluir este fragmento no universo das Dressel 12, pois corresponde a um exemplar de grande dimensão, colo alto e bordo exvertido integrável no âmbito das produções fusiformes.

A forma Dressel 12 parece ter evoluído a partir da Dressel 1C de produção hispânica (García Vargas, 2000). De qualquer modo, a contemporaneidade de ambas, em momentos muito recuados (século I a.C.), está demonstrada. Tratar-se de uma produção hispânica, quer do vale do Guadalquivir, quer da Baía Gaditana, produção essa que, tendo sido iniciada em meados do século I a.C., é ainda uma realidade nos meados da centúria seguinte.

A evidência dos centros de consumo permite constatar a existência de duas áreas de produção Bética, concretamente o Vale do Guadalquivir e a Baía Gaditana, a última das quais também demonstrada nos fornos de Puerto de Santa Maria, e Puerto Real (Garcia Vargas, 1998: p, 95).

Quanto ao conteúdo, os *tituli picti* publicados por Gottwalles (*apud* in Garcia Vargas, 2000: p. 64) não deixam dúvidas: trata-se de preparados de peixe.

Não são muitos os sítios portugueses onde foram recolhidos fragmentos destas ânforas, havendo que citar o acampamento militar da Lomba do Canho (Fabião, 1989: 71) e Monte Mozinho (Soeiro, 1984), mas aqui as características das pastas fazem supor uma área produtiva localizada no vale do Guadalquivir.

6.5.2.3. Classe.67

A Classe 67 corresponde a uma das primeiras ânforas, tipicamente ocidentais, de inspiração romana, também conhecida na bibliografia espanhola por Lomba do Canho 67 ou ainda por Sala 1.

No Castro de Segóvia, foi identificado um conjunto de quatro exemplares que, pela morfologia do bordo e particularmente do colo, não deixam margem para dúvida quanto à sua classificação.

São contentores de morfologia ovóide, cuja particular característica é a existência de uma moldura ou ressalto, bem marcado e saliente, que estabelece a separação entre o lábio e o colo (Fabião, 1989:65). Os bicos fundeiros são pequenos e cónicos (*ibid.*: p. 398), podendo existir exemplares ocos e maciços.

O início da sua produção está situado na primeira metade do século I a.C. ainda que esta perdure até ao reinado de Augusto.

Existem evidências do fabrico deste tipo de ânforas quer no Norte de África (Sala) quer no sul da Península Ibérica (Baía de Cádiz e Algeciras), sendo, actualmente, consensual alguma variabilidade do conteúdo transportado (preparados de peixe, azeite, vinho ou *defrutum*).

No Castro de Segóvia, identificamos quatro fragmentos de bordo e um fragmento de colo que classificámos como pertencentes à Classe 67/Lomba do Canho 67, sendo as principais características que possuem os bordos arredondados e a moldura bem marcada sobre o colo (v.est. 6 nºs. 4 a 8).

Esta forma encontra-se largamente difundida desde a Península Itálica até ao Norte de Portugal, existindo mais de uma dezena de sítios no nosso território onde está documentada, ainda que os locais que possuem quantidades significativas de ânforas desta classe sejam escassos. Significativo é o conjunto da Lomba do Canho (Fabião, 1989) e o de Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006). No Norte de África, Lixus (Arangui, 2001) e Thamusida (Callu *et al.*, 1965) são os lugares que se destacam como centros consumidores do produto transportado neste tipo anfórico.

6.5.2.4. Haltern 70

Foram recolhidos três fragmentos de bordo e dois fragmentos de asa de ânfora passíveis de enquadramento na forma Haltern 70/Classe 15 de Peacock e Williams (1986, p.115-116).

A atribuição do número 70 do acampamento romano de Haltern foi realizada em 1909 por Loeschcke. Contudo a vinculação desta classificação decorre do estudo do naufrágio de Port Vendres II (Coll *et alli*, 1977), no qual esta forma é definitivamente apartada do grande grupo de ânforas piscícolas classificadas na tabela de Dressel com os números 7 a 11 (1889).

Trata-se de lábios de fita, de tendência vertical, ligeiramente esvazados, com um ligeiro espessamento interno. Esta forma tem a peculiaridade de ser possível de identificar com alguma segurança através de fragmentos de asa e fundo. As asas possuem um sulco central, assimétrico, bem marcado, e os fundos são cónicos e maciços.

É uma forma amplamente difundida em todo o império romano do mediterrâneo à Bretanha, particularmente nos últimos 50 anos da sua produção. Esta ânfora, a par da sua congénere Dressel 20, foi produzida exclusivamente no território espanhol, no vale do Guadalquivir, origem atestada através a epigrafia anfórica (Milet, 2008).

Quanto à dispersão deste tipo no território português, remetemos para trabalhos recentes, que realizaram um levantamento exaustivo desta realidade (Almeida, 2007; Moraes

2005). No que respeita ao seu conteúdo, há alguma discussão sobre a hipótese de um conteúdo vinário, ou de derivados oleícolas como azeitonas em vinho, pelo considere mais prudente não adscriver a forma a nenhum conteúdo específico

Dada a escassez de elementos datantes no sítio arqueológico, importa discutir o âmbito cronológico deste tipo. A associação de um bordo de Haltern 70 a contextos preservados, identificados na última campanha de escavação (2009), sugere a sua recolha em deposição primária, sendo este fragmento o melhor elemento datante recolhido (v. est. 7 n.16).

Deste modo, a associação desta forma a um grande conjunto de *dolia* recolhido no mesmo compartimento, aliada à ausência de materiais de cronologia romana republicana, indiciam tratar-se de uma ânfora produzida durante o alto império.

6.5.2.5.Dressel 7-11

No Castro de Segóvia, foram identificados quatro fragmentos de bordo da forma Dressel 7-11, de produção gaditana, forma que engloba, genericamente, os tipos 7, 9, 10 e 11 da tabela de Dressel (v. est 7 n.10, 11, 12 e 13).

Trata-se de um contentor que evoluiu morfológicamente a partir da Dressel 1, e que apresenta bordos esvazados de secção triangular ou quadrangular, com múltiplas variantes, e um corpo ovoíde.

Como já tivemos oportunidade de referir noutro contexto (Arruda, Viegas e Bargão, 2005), a utilização e a aplicação individualizada da tabela de Dressel a este conjunto de formas 7, 8, 9, 10 e 11 não é praticável quando se está perante fragmentos de bordo, o que corresponde à realidade mais recorrente no espólio arqueológico do extremo ocidente peninsular. Desta feita, o mesmo pressuposto se aplica às variantes de bordo definidas por Garcias Vargas (1998), pelo que não se afigura pertinente a sua utilização.

Os fragmentos identificados no Castro de Segóvia são passíveis de integração no Grupo 1 estabelecido para a Alcáçova de Santarém, de colos esvazados e bordos verticais de secção triangular, que correspondem às variantes mais arcaicas desta forma.

No que respeita à cronologia, trata-se de uma forma produzida entre o final da república, meados/finais do século I a.C., e o terceiro quartel do século I d.C. (Garcia Vargas, 1998: 87).

A variação formal que as Dressel 7-11 apresentam, aliada à cronologia de produção, originou a criação de propostas de evolução morfológica através do estabelecimento de tipos e de variantes. De um modo geral, as variantes mais arcaicas apresentam bordos mais curtos, de tendência vertical, correspondendo a recipientes ovóides de menores dimensões, nos quais se integram as variantes A da Dressel 7 e 10. No alto império, a forma evoluiu, ganhando dimensão e capacidade, e os bordos tornam-se mais grosseiros, moldurados e pendentes.

Esta forma foi amplamente difundida e encontra-se bem documentada no actual território português em sítios como Braga (Morais, 2005: 169-232), Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1976), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2005), Tróia (Étienne, Makaroun, Mayet, 1994), S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), Castro Marim (Arruda *et al.*, 2005 e Viegas, 2011), Faro (Viegas, 2011) e Torre d' Ares (Fabião, 1993).

6.5.2.6.Dressel 2-4

Foi recolhido um fragmento de asa de dupla secção circular (v. est 8 n.22), enquadrável na forma Dressel 2-4 (Peacock, Williams 1991:105).

Corresponde a uma ânfora fusiforme de ombro carenado, colo curto e cilíndrico e bordo curto arredondado. É de produção itálica, tendo sido fabricada entre 30 a.C. e 150 d.C., destinando-se ao transporte de vinho (*Ibidem*). No actual território português, os contextos de Conímbriga, com uma datação entre primeira metade do século I d.C. e inícios do século II (Alarcão, 1976: 82), de Setúbal, datados de meados do século II d.C.

(Silva, 1986: 157) e na *villa* de Povos (Vila Franca de Xira), em contextos da primeira metade do século I d.C. (Banha, 1993: 55) vêm confirmar que este tipo anfórico se documenta no extremo ocidente peninsular ao longo de toda a sua cronologia de produção.

Esta ânfora, embora presente nos inventários dos sítios arqueológicos portugueses, corresponde invariavelmente a uma representação numérica pouco expressiva, tendo a importação de vinho itálico em contextos imperiais um carácter de excepção, podendo-se afirmar que se trata de um produto de luxo associado a elites romanas.

O exemplar Segobrigense apresenta um fabrico sem minerais negros, correspondendo a uma produção adriática, e poderá ser encarado como um claro indicador da existência de contactos entre o sítio e a sede do *conventus Emeritense*, localizada a apenas 60 km de distância.

6.5.2.7. Dressel 20

Um fragmento de bordo arredondado de produção Bética (v. est.8 n.18) enquadra-se na morfologia de contentores de tipo Dressel 20 (CIL, XV). Trata-se de uma ânfora esferoidal com um conteúdo oleícola de produção do Guadalquivir, que apresenta uma larga difusão e longa cronologia de produção, entre Augusto e a segunda metade do século III d.C. (Zevi, 1967, Blázquez Martínez & Remesal Rodríguez, 1999; 2001; 2003)

Dada a sua longa vida, apresenta uma significativa variação ao nível dos bordos, bem como da capacidade do contentor. Deste modo, verifica-se uma tendência para um espessamento dos bordos, que adquirem uma secção triangular ou amendoada nas fases mais tardias da sua produção. Esta tipificação foi realizada por Berni Millet através da divisão das Dressel 20 em sub-tipos, de acordo com aspetos formais e cronológicos (1998 e 2007). O exemplar de Segóvia apresenta as típicas características de uma fase inicial da produção, datável do século I d.C.. É enquadrável no tipo II deste último autor, datado entre 50 a 80 d.C.. Trata-se do único exemplar destinado ao transporte de

azeite identificado no sítio, com paralelos em alguns exemplares de Braga (Morais, 2005: nº139-144)

6.5.2.8. Almagro 51 C

Identificámos um fragmento de bordo e arranque de asa de uma ânfora Almagro 51 C (v.est.7 n.17) . Trata-se de um bordo de secção triangular com 10, 8 cm de diâmetro máximo, asa achatada, de secção ovalada.

A estas forma pode corresponder um corpo piriforme ou fusiforme, este último associado a um alongamento da forma identificado em variantes mais tardias. O exemplar de Segóvia, embora não possua contexto de recolha, é passível de associação, através da observação do estreitamento do colo, à Almagro 51c clássica, piriforme.

Trata-se de uma ânfora lusitana, produzida no vale do Tejo, Sado e Algarve entre finais do século II d.C./inícios do século III d.C. (Soares e Silva, 1986; Mayet e Silva, 1998 e 2001) e os finais do século IV d.C. (Viegas, 2003: 213-214).

O fabrico do exemplar de Segóvia corresponde a um grupo de produção Sado-Jusante-Tejo. No que respeita à distribuição desta forma deve referir-se que está presente em Braga (Morais, 2006, 295-312), Conímbriga (Alarcão, 1976, 79-91; Buraca, 2005), Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006: 264-247, Fig. 6, n.ºs 51-55), Faro e Torre de Ares (Viegas, 2011)

No território alentejano, esta forma está documentada em Tróia (Pinto, Magalhães e Brum, 2012), em S. Cucufate e no Monte da Cegonha (Pinto e Lopes, 2006: 219-221), e ainda, em área mais próxima, na Quinta das Longas (Almeida e Carvalho, 1998: Fig.6).

No que respeita ao contexto de recolha, trata-se de um exemplar de proveniência duvidosa, que foi associado ao conjunto pelas razões já enumeradas no ponto 6.4.3. deste capítulo.

6.5.2.9. Exemplos de difícil classificação.

Integramos neste apartado um fragmento de bordo curto e arredondado com 15 cm de diâmetro (v. est. 6 n.9). Trata-se de um fragmento de produção Bética do Guadalquivir de pequena dimensão, podendo corresponder a uma "oleária antiga" tipo Oberaden 83 ou Dressel 2.

O fragmento é de pequena dimensão, não preserva o colo e o bordo de secção quadrangular apresenta semelhanças formais com exemplares da Classe 67 (Fabião, 2000:est 5 n.1). Como já foi referido este último tipo é caracterizado por uma significativa diversidade morfológica ao nível dos bordos. Deste modo, a ausência de colo não permite determinar se esta peça possuía uma moldura sobre o bordo deixando em aberto a classificação formal desta peça podendo corresponder a uma ânfora oleária arcaica ou de um exemplar da Classe 67. Em todo o caso, o enquadramento cronológico de qualquer uma destas formas permite afirmar tratar-se de uma ânfora no século I a.C.

Catálogo das peças ilustradas:

- 1 [1016] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 1. Diâmetro 180mm.. Produção itálica.
- 2 [2007.51.538] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 12. Diâmetro 192mm.. Produção Bética costeira.
- 3 [2341] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67. Diâmetro 172mm.. Produção Bética Guadalquivir.
- 4 [2486] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67. Diâmetro 150mm.. Produção Bética costeira.
- 5 [2007.51.1634] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67. . Produção Bética Guadalquivir.
- 6 [2007.51.1631] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67. Diâmetro indeterminado Produção Bética Guadalquivir.
- 7 [2368] (Estampa 6) Fragmento de colo de ânfora. Forma Classe 67. .Diâmetro indeterminado Produção Bética Guadalquivir.

- 8 [2007.51.445] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67..Diâmetro indeterminado. Produção Bética Guadalquivir.
- 9 [2007.50.227] (Estampa 6) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Classe 67/oleária antiga..Diâmetro 150mm.. Produção Bética Guadalquivir.
- 10 [2007.51.444] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 7/11 Diâmetro 242mm. Produção Bética costeira.
- 11 [2007.51.630] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 7/11 Diâmetro 198mm. Produção Bética costeira.
- 12 [1560] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 7/11 Diâmetro 182mm. Produção Bética costeira.
- 13 [2007.51.36] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Dressel 7/11 11 Diâmetro 186mm.. Produção Bética costeira.
- 14 [1319] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Haltern 70 Diâmetro 165 mm.Produção Bética Guadalquivir
- 15 [890] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. Forma Haltern 70 Diâmetro 162mm. Produção Bética Guadalquivir.
- 16 [5026] (Estampa 7) Fragmento de bordo de ânfora. de ânfora. Forma Haltern 70 . Diâmetro 170 mm. Produção Bética Guadalquivir
- 17 [1238] (Estampa 7) Fragmento de bordo e asa de ânfora. Forma Almagro 51C . Diâmetro 1000 mm. Produção Lusitana.
- 18 [2007.51.1941] (Estampa 8) Fragmento de bordo de ânfora. Forma 20 . Diâmetro 85 mm. Produção Bética.
- 19 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de colo e asa de ânfora. Forma indeterminada . Produção Bética.
- 20 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de asa de ânfora.. Forma Dressel 1 . Produção itálica.
- 21 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de asa de ânfora.. Forma Haltern 70. Produção Bética Guadalquivir.
- 22 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de asa de ânfora.. Forma Dressel 2-4 . Produção itálica.
- 23 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de asa de ânfora.. Forma indeterminada. Produção hispânica.
- 24 [2007.51.444] (Estampa 8) Fragmento de arranque de asa de ânfora.. Forma indeterminada . Produção Bética Guadalquivir..
- 25 [2007.51.1169] (Estampa 8) Fragmento fundo de ânfora.. Forma indeterminada . Produção Bética Guadalquivir..

26 [1322] (Estampa 8) Fragmento fundo de ânfora.. Forma indeterminada . Produção Bética Guadalquivir..

27 [2007.51.137] (Estampa 8) Fragmento fundo de ânfora.. Forma indeterminada . Produção Bética Guadalquivir..

6.5.3.Comentário

Os contentores de transporte de alimentos a longa distância são raros no Castro de Segóvia, e encontram-se já claramente associados à ocupação romana do sítio.

A presença de contentores destinados ao transporte e armazenamento de produtos alimentares de produção local está, como veremos mais adiante, documentada para a Idade do Ferro, quando também se destaca a ausência de ânforas pré-romanas importadas, fenómeno que, aliás não é inédito na região, como se constatou na Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (Fabião, 1998: 157) ou em Garvão (Ourique) (Beirão *et al.*, 1985), e ainda, em território espanhol, da qual Castrejon del Capote (Berrocal, 1994: Fig. 9).

O comércio e o consumo de produtos alimentares envasados em ânforas está amplamente enraizada nas regiões mais litorais do sul da Península Ibérica, desde o século VIII/VII a.C., e a sua ausência, no interior alentejano, pode ficar a dever-se a diversos factores.

A localização interior do sítio e a morfologia do terreno tornam-no de difícil acessibilidade para receber produções anfóricas oriundas da costa atlântica ou mediterrânea. A inexistência de rios de grande caudal que permitam o acesso directo de embarcações ao mar é mais um elemento que vem confirmar a impossibilidade de um abastecimento fluvio-marítimo.

Outro elemento, em meu entender, fundamental para a justificação deste fenómeno é o espectro cronológico do sítio. De acordo com dados que apurámos, a nossa proposta cronológica para o faseamento da Idade do Ferro em Segóvia é tardia, em torno ao século III a.C.

Neste momento, a produção de ânforas na Península Ibérica está bem documentada, fundamentalmente na área de Cádiz, na Campiña, não se conhecendo qualquer centro produtor na Extremadura espanhola ou na região do Alto Alentejo.

Deste modo, as ânforas de tipo Cancho Roano que estão documentadas na Herdade da Sapatoa (Matoloto, 2004) ou mesmo na Azougada (Antunes, 2009), num âmbito cronológico balizado entre o século VI a.C. e o século V. a.C., estão claramente ausentes em Segóvia.

Numa primeira análise, verifica-se que durante a Idade do Ferro o âmbito de difusão dos contentores anfóricos no Alto Alentejo é claramente regional, sendo Cancho Roano o principal centro abastecedor.

Naturalmente, que só é possível documentar estes contentores em contextos coevos da produção de Cancho Roano, até ao século V a.C.. Esta realidade vem confirmar o espectro cronológico de Segóvia, tardio mesmo dentro da denominada II Idade do Ferro, com a ausência de contextos mais antigos a ser também fundamentada pela inexistência de cerâmica grega e de ânforas de tipo Cancho Roano.

Em contextos da chamada II Idade do Ferro no território português, as ânforas estão presentes nos inventários de sítios com uma implantação costeira, com é o caso de Castro Marim (Arruda *et al.* 2005), Faro (Arruda, Sousa e Bargão, 2005) ou Monte Molião, ou estuarinos, como Mértola (Rego *et al.*, 1996: 132) ou Santarém (Bargão, 2006), implantados nas margens de rios de grande caudal o Tejo e o Guadiana, respectivamente.

O número de grandes recipientes documentado em Segóvia poderá ser usado como indicador de uma multi-funcionalidade destes recipientes no armazenamento e no transporte de alimentos.

A presença dominante de produções locais/regionais é um elemento a avaliar nesta análise uma vez que é indicador de uma dinâmica económica à escala local, baseada na exploração de recursos locais e comércio de pequena escala, neste sentido a presença de contentores de armazenamento/transporte como as ânforas e barris surgem numa ótica de suprir localmente essa ausência de produtos forâneos que ocorres durante a Idade do Ferro.

A ocupação romana rompe com este padrão de uma economia quase de subsistência, através da presença clara das primeiras importações de origem itálica, de cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas e de ânforas.

Não obstante a presença de cerâmicas importadas de cronologia romana republicana, estes materiais continuam percentualmente a ser vestigiais, realidade que é particularmente evidente no conjunto anfórico.

Os tipos documentados em Segóvia no período republicano e imperial correspondem a formas amplamente difundidas em todo o extremo ocidente peninsular.

Não obstante existirem produções de Cádis e da Campina Gaditana, não se documentou a presença de tipos punicizantes (Mañá C; Carmona; Acampamentos Numantinos; D), sendo todas as formas de inspiração exclusivamente romana.

Para além de um conjunto de formas tardo republicanas, recolheram-se ânforas de cronologia augustana e do alto-império. Podendo desde já concluir-se que a importação destes contentores acompanhou toda a diacronia da última fase de ocupação do sítio.

As formas identificadas nesta última fase são, à excepção de um fragmento de Dressel 2-4, exclusivamente de produção Bética e enquadram-se nos tipos mais difundidos, no âmbito do comércio de preparados de peixe e de azeite.

A importação de ânforas vinárias representada apenas por dois exemplares é claramente minoritária e corresponde à presença de uma ânfora Dressel 1 durante o período republicano e uma ânfora Dressel 2-4-durante o alto império.

Embora, alguns dos restantes tipos documentados possam transportar múltiplos conteúdos, pressuposto que se aplica às formas de transição inspiradas em protótipos itálicos, o vinho é comumente transportado em contentores com um revestimento resinado no interior, de modo a preservar as suas propriedades. No conjunto analisado, não lográmos identificar vestígios de resina nos fragmentos de produção Bética, pelo que presumimos que o mais provável é um conteúdo oleícola ou de preparados de peixe para estas produções.

Neste sentido, importa referir que o consumo de vinho importado é um dos principais indicadores de alteração de hábitos alimentares associado à presença de populações itálicas. O consumo de ânforas vinárias itálicas em período republicano está particularmente associado à presença de contingentes militares em acampamentos ou aglomerados urbanos como Lisboa (Pimenta, 2004) ou Santarém (Bargão, 2006).

Assim, a quase total ausência de vinho itálico pode ser entendida como um elemento caracterizador da população que habitou o Castro de Segóvia durante o período romano republicano, prevalecendo hábitos alimentares pré-existentes, da cultura indígena.

6.6. Terra sigillata

6.6.1. Questões Prévias

No Castro de Segóvia, foram recolhidos pouco mais de quatro dezenas de fragmentos de *Terra sigillata*. Foi desde logo possível identificar a presença de três áreas de produção distintas. Embora os exemplares de *terra sigillata* sud-gálica dominem, estão presentes vestigialmente produções itálicas e hispânicas. O conjunto é composto por 42 fragmentos, 30 bordos, sete fundos e cinco bojos, tendo-se privilegiado o número de bordos na contagem de indivíduos.

O enquadramento tipológico do conjunto foi realizado através da consulta de diversas tipologias, de acordo com os fabricos já enunciados. Para a classificação da *sigillata* de tipo itálico adoptou-se a tipologia de *Conspectus Formarum Terrae Sigillata Italico*. Na classificação da *sigillata* de produção sud-gálica de la Gaufsanke foi utilizada a tipologia de Dragendorf, com as respectivas actualizações do nº 6 dos Dossier d' Archeologie Française. As produções hispânicas que permitiram classificação enquadram-se no âmbito dos trabalhos de Mezquiriz (1985) e de F. Mayet (1984).

As condições de depósito destes materiais, aliadas a um longo período de armazenamento “avulso”, não permitiram preservar a referência de proveniência estratigráfica da grande maioria deste conjunto, existindo apenas contexto para dois dos fragmentos.

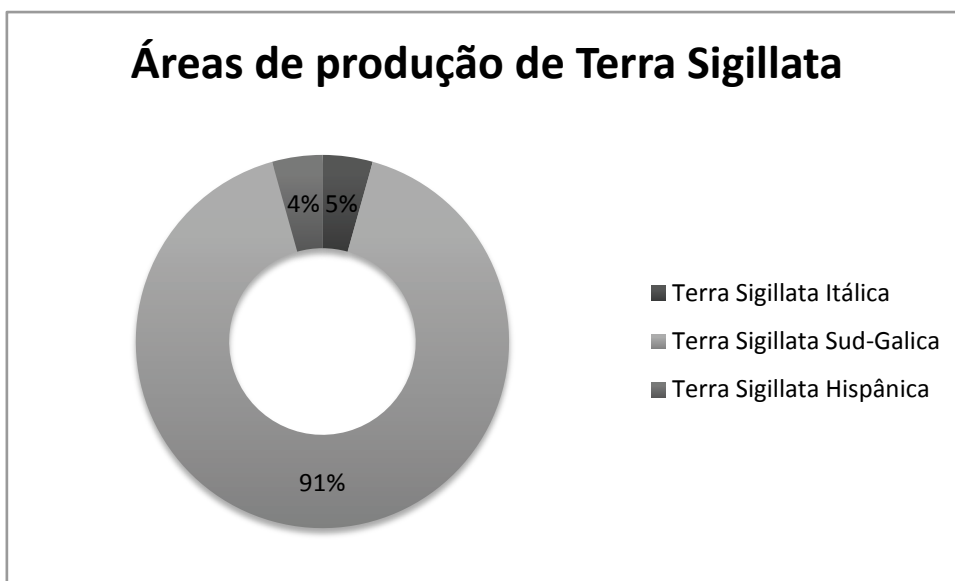


Figura 23 Distribuição percentual da *Terra Sigillata* por áreas de produção.

6.6.2. Terra Sigillata Itálica

A *terra sigillata* itálica designa os recipientes de mesa produzidos na Península Itálica entre os últimos decénios do século I a.C. e o reinado dos Flávios, trata-se da produção mais antiga de *Terra sigillata* documentada no sítio e, talvez por esse motivo, a sua presença é vestigial.

Regista-se apenas dois fragmentos de *Terra Sigillata Itálica*, lamentavelmente, e como já foi referido, nenhum deles apresenta contexto de recolha. Foi possível classificar um fragmento de bordo e parede, sendo o outro um fundo de tipologia indeterminada.

6.6.2.1. As formas

6.6.2.1.1. Conspectus 23

O exemplar nº 1 corresponde a um bordo vertical, ligeiramente côncavo, delimitado em cima e em baixo por uma moldura simples, convexa. Apresenta, n aparte superior, uma decoração aplicada de dupla espiral (Estampa 9).

Enquadramos este exemplar no âmbito das taças tronco-cónicas de bordo vertical, que correspondem aos tipos Conspectus 22 e 23 (1990: 90-92). Estas formas apresentam habitualmente bordos moldurados, decoração em guilhoché ou aplicada, com golfinhos ou espirais duplas (*Ibidem*).

A distinção entre as formas 22 e 23 nem sempre é clara ou fácil de estabelecer. A última deriva da sua precedente, e possui uma cronologia um pouco mais tardia, mas tem características análogas à forma 22. O que as distingue é sobretudo uma simplificação do bordo, que resulta na existência de um menor número de caneluras no interior do recipiente.

Julgamos poder classificar o fragmento Segobrigense da forma **Conspectus 23**, cujo enquadramento cronológico está centrado no 3º quartel do século I d.C.. Trata-se já de uma fase tardia da produção, quando o comércio da baixela de mesa itálica é realizado em simultâneo com as produções do sul da Gália.

No que ao actual território português diz respeito, esta forma (Conspectus 23) encontra-se documentada em Santarém (Viegas, 2003: 63 e 67), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 15-16, Est. V-VI), Lisboa (Silva, 2005: 110, Fig.3, nº8), Balsa (Viegas, 2006: 23, Estampa 1) e Braga (Morais, 2004: II, 64-66, nºs138-171). Contudo, este tipo de taças encontra-se melhor documentado na forma 22 (*Idem*,1990: 90), sendo possível enunciar a sua presença em Castro Marim (Viegas, 2005: 259, nº1675) e em Faro (Viegas, 2004: 224, nº70560) bem como em todos os outros locais *supra* referidos.

6.6.3.Terra sigillata Sud-Gálica

Entende-se por *terra sigillata* sud-gálica toda a produção de *terra sigillata* oriunda do sul da Gália. Esta área produtora terá começado a laborar nos primeiros decénios do século I d.C., numa óptica de proximidade ao abastecimento do *limes* germânico, tendo atingido o pico de produção em meados da mesma centúria (Viegas, 2006 :29).

Em Segóvia, trata-se claramente da produção dominante em número de fragmentos e em diversidade de formas.

A análise dos fragmentos apenas permitiu identificar um fabrico de pasta rosada, com pequenos e.n.p., de cor branca, que correspondem a fragmentos de calcite integráveis nas produções de La Gouffes-enque .

A maioria dos exemplares recuperados corresponde ao que se designa por formas lisas. Não obstante a ausência de enquadramento estratigráfico, a importação de *terra sigillata* sud-galica ocorre maioritariamente ao longo do século I d.C.

6.6.3.1. As formas Lisas

6.6.3.1.1.Ritt 8

A peça n.º2 corresponde a uma pequena taça hemisférica da forma Ritt 8. Trata-se de uma forma que deriva directamente de protótipos itálicos, tendo sido produzida entre 40 e 70 d.C. A forma inclui uma variante grande e uma variante pequena, que, contudo, não parece corresponder a uma evolução, pois ambas variantes apresentam a mesma cronologia de produção. O exemplar Segobrigence tem um diâmetro de 72 mm e integra a variante mais pequena deste tipo.

Esta forma tem uma difusão considerável de Norte a Sul do país, estando presente em alguns centro de consumo como Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 91-92),

Santarém (Viegas , 2003: 105), Tróia (Fonseca, 2004: 427), Faro, Torre de Ares e Castro Marim (Viegas, 2010: 512). Contudo a sua expressão percentual nos conjuntos de *terra sigillata* sud-gálica é sempre reduzida.

6.6.3.1.2.Dragendorf 15/17

Documentou-se um fragmento de um prato de bordo vertical com dupla canelura (Estampa 8, nº 3) atribuível à forma **Drag. 15/17**. Este prato deriva directamente da forma Conspectus 21 (1990: 88) e é datável entre 30 d.C. e o final do século I.

Esta forma é recorrente nos repertórios peninsulares, estando presente em locais, de que são exemplo Santarém (Viegas, 2003:110), Faro (Viegas, 2006: 155), Braga (Morais, 2005: 191) e Conímbriga, sítio em que se contaram mais de 300 exemplares (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 73).

6.6.3.1.3.Dragendorf 18/31

Registam-se seis exemplares do prato perfil simples, parede côncava e bordo de perfil semi-circular da forma **Drag. 18/31**. O início de produção deste tipo ocorreu no reinado de Cláudio. Porém, o seu fabrico está documentado até inícios ou meados da centúria seguinte. Esta é claramente a forma mais abundante no conjunto, fenómeno recorrente, já documentado em Conímbriga, Santarém e Balsa (Viegas, 2006: 32), no fundeadouro de Tróia (Fonseca, 2004: 427-428) ou em Miróbriga (Chãos de Salgados), onde foram identificados 243 exemplares desta forma (Quaresma, 2012: 91)

6.6.3.1.4.Dragendorf 24/25

A presença de um bordo com decoração em guilhoché de uma taça hemisférica é passível de integração na forma **Dragendorf 24/25** (estampa 9, nº 4). O único exemplar desta forma, existente no conjunto, não conserva a característica moldura externa bem marcada, mas a presença de guilhoché, aliada ao perfil do fragmento parece não deixar margem para dúvida quanto à sua classificação. A estreita baliza de produção deste tipo, entre 30 e 60 d.C., permite admitir uma clara convivência entre estas taças e os tipos de *sigillata* itálicos encontrados no sítio.

A partir de meados do século I d.C., o repertório formal diversificou-se, estando representado um maior número de variações, podendo o exemplar de Segóvia integrar-se na fase final de produção destes recipientes.

Trata-se de uma das formas mais comuns, com grande representação e alargada distribuição no território português ,nomeadamente em Braga (Morais, 2005: 194), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 92,), Santarém (Viegas, 2003: 106), Troia (Fonseca, 2004: 427), Faro, Balsa, Castro Marim (Viegas, 2010: 512).

6.6.3.1.5.Dragendorf 27

Uma cronologia claudiana é atribuível ao início da produção desta taça de parede biconvexa de lábio semi-circular da forma **Drag 27** representada em Segóvia por um exemplar de bordo (v.estampa 10). Esta forma, produzida até finais do século I d.C., está presente em Santarém (Viegas, 2003:116), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975:92 Est. XXIII), Tróia (Fonseca, 2004: 427), Faro (Viegas, 2008: 224, fig 5), Braga (Morais, 2004: 275, nº178-194), Balsa (Viegas, 2006, :est.32) e Castro Marim (Viegas, 2005: 253, fig. 5).

6.6.3.1.6. .Dragendorf 33

Foram recolhidos dois exemplares de bordo classificados, com algumas reservas, na forma **Drag. 33** (estampa 10, nº 12 e 13). Trata-se de uma taça de bordo liso, de perfil troncocónico sem qualquer separação entre o bordo e a parede do recipiente. Em termos cronológicos, trata-se de uma forma produzida entre o segundo quartel do século I d.C. e o primeiro quartel do século II d.C. (Viegas, 2003: 118). A forma está representada timidamente no território português em Braga (Morais, 2005: 196), Conímbriga, (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 92) e Santarém (Viegas, 2003: 118).

6.6.3.1.7.Dragendorf 35/36

Um exemplar inteiro e um outro que conserva o perfil quase completo de taças de bordo em aba com decoração sobre o bordo de folhas de água em barbotina, corresponde à típica forma Dragendorf 35/36.

A diferenciação entre ambas baseia-se na variação das dimensões do recipiente, sendo a variante 35 de menor diâmetro, com uma acentuada concavidade na parede, correspondendo a um recipiente mais fundo. No Castro de Segóvia, estão documentados os dois tipos correspondendo o exemplar nº 14 a uma Dragendorf 35 e o nº 15 a uma Dragendorf 36 (v. estampa 10).

Trata-se de uma forma produzida a partir da época flávia, estando genericamente datada entre 60 e 160 d.C.. Todavia, a decoração presente no exemplar de Segóvia, folhas de água em barbotina, aponta para uma cronologia de produção mais estreita, entre 60 e 120 d.C. (Vernhet, 1976: 15; Passelac; Vernhet, 1993: 578).

6.6.3.2. Formas Decoradas

6.6.3.2.1. Dragendorf 30

No conjunto da *terra sigillata* sud-gálica do Castro de Segóvia, identificamos um fragmento de bordo da forma Drag. 30, correspondendo a uma taça de bordo moldurado e perfil cilíndrico (v. estampa 11, nº 16).

Trata-se de uma das formas decoradas mais comuns, que inicia a sua produção em 40 d.C., estando documentada até ao final do século Id.C.. Através das decorações é possível afinar a cronologia destes recipientes, mas o exemplar de Segóvia apenas preserva o típico bordo pequeno, bem marcado com múltiplas caneluras. Ao nível dos bordos, esta forma é bastante homogénea ao longo da sua cronologia de produção, não permitindo estreitar a cronologia deste exemplar.

Esta forma apresenta uma difusão expressiva, estando documentada em Santarém (Viegas, 2003: 123), Braga (Morais, 2005: 184), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 73), Troia (Fonseca, 2004: 434), Faro (Viegas, 2010: 155) e Balsa (*Ibidem*: 315)

6.6.3.3. Fundos Indeterminados

No conjunto da *terra sigillata* Sud Gálica, foram recolhidos seis fragmentos de fundo de forma indeterminada. As suas reduzidas dimensões só permitiram proceder ao registo gráfico de três deles (v. Estampa 11).

O fundo n.º 17 apresenta uma parede espessa, pé curto de secção quadrangular e parece corresponder a um pé de uma taça hemisférica; o n.º 18 corresponde a um prato de forma indeterminada, apresentando na parede interna uma decoração roletada; o n.º 19, de

forma indeterminada, apresenta uma marca com cartela rectangular, de cantos arredondados (*vide 6.6.3.4.Marcas*).

6.6.3.4.Marcas

De todo o conjunto de *terra sigillata* apenas foi identificada uma marca na parede interna de um fundo de um exemplar sud-gálico de forma indeterminada. A marca encontra-se numa cartela rectangular de cantos arredondados e está truncada sendo apenas legível (...)M.OF. Embora não tenhamos encontrado nenhuma marca exactamente igual, julgamos tratar-se de [MOM]M.OF e relacionar-se com a oficina de MOMMO, de La Graufesenque, que produziu no período entre 40 a 80 d.C. -Cláudio-Vespasiano (Oswald, 1964b, p. 208).

No actual território português, existem marcas deste oleiro em Braga (Delgado e Santos, 1984: 57, n.o 12), na citânia de Briteiros (Pinto, 1929: 39, n.o 12; Oleiro, 1951: 21, n.o 38; Diogo, 1980 a: n.o 153), na citânia de Sanfins, (Oleiro, 1951: 21, n.o 38; Diogo, 1980 a: n.o 154), cinco exemplares em Conímbriga (Oleiro: 21, n.o 38; Delgado, Mayet e Alarcão, 1975: 120, n.os 298- -301; Diogo, 1980 a: n.os 155 e 158-159), um exemplar na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003: 130), em Lisboa (Banha, 2012: 257), no sítio de Represas (Ribeiro, 1958: 81, n.os 41 e 42, est. V; Diogo, 1980 a; Lopes, 1994, n.o 1931), em Miróbriga/Chãos Salgados, (Pereira, 1971: 436, est. I, 5; Diogo, 1980 a, n.o 160; Quaresma, 2010: 182), Egitânia, Torre de Palma e Vaiamonte, (Ferreira, 1969: 171; Diogo, 1980 a, n.os 161-163).

6.6.4.Terra Sigilata Hispânica

Do conjunto de *terra sigillata* apenas dois fragmentos são passíveis de integração em fabricos hispânicos. Estas produções correspondem a uma imitação dos tipos sud-

gálicos, produzidos a partir do século I, em centros oleiros da Península Ibérica (Viegas, 2003: 139)

No que respeita aos fabricos, o exemplar n.20 apresenta uma pasta bege-rosada e um verniz vermelho acastanhado, enquanto os restantes exemplares (n.s21 e 22) apresentam um fabrico mais grosseiro, com pasta de cor bege acastanhada e um verniz mais escuro.

6.6.4.1. Tipo Peñaflor

Conhecida por *sigillata* hispânica de tipo Peñaflor, antecede as produções de Tricio e Andújar (Viegas, 2011), correspondendo a uma produção fabricada entre a primeira metade do séc. I o final dessa centúria ou inícios do séc. II d.C.. A classificação tipológica para estas produções foi desenvolvida na tipologia de Martínez Rodríguez (1989) e na de S. Keay, Creighton e Remesal Rodríguez, baseada nos trabalhos desenvolvidos em Celti (Peñaflor).

No Castro de Segóvia, identificamos um bordo liso de um prato de perfil côncavo que parece integrar-se na forma Martinez III/Celti 7. No que respeita às características desta forma, o enquadramento tipológico de Martinez propõe tratar-se de uma imitação do prato itálico de engobe vermelho pompeiano da forma Luni 5 (forma 6 de Aguard). A semelhança entre os dois tipos está espelhada através da ausência de engobe na parede interna e na presença das típicas estrias no fundo, características dos pratos de engobe vermelho pompeiano. Este parece ser o caso dos exemplares de Faro e de Balsa que, segundo a autora, são passíveis de integração na forma III de Martinez (Viegas, 2011: 148, 310).

Relativamente ao exemplar do Segóvia, este não apresenta vestígios de exposição ao fogo, possui 16,2 cm de diâmetro, engobe escuro nas duas faces, parecendo mais plausível a sua integração tipo Celti 7 de Keay, correspondendo a uma imitação da forma itálica Consp. 36. Segundo Keay, um dos principais argumentos para associar os exemplares de Peñaflor a esta forma itálica seria a presença de engobe nas duas faces,

que o afastaria da imitação de um prato de “engobe vermelho pompeiano” (Keay, 2001, p. 4).

6.6.4.2. Dragendorff 37A e B

Identificámos um fragmento de bordo de pequena dimensão que corresponde a uma tigela hemisférica do tipo Drag.37 A (v.Estampa 11-n.º21). Esta forma corresponde a uma das produções hispânicas com maior difusão e está, por isso mesmo, muito bem representada na grande maioria dos sítios peninsulares. Morfologicamente, a forma encontra-se sub-dividida em duas variantes, de acordo com o diâmetro de bordo. O exemplar Segobrigense apresenta um bordo de 21 cm e parece integrar a variante mais antiga com uma cronologia balizável entre os finais do século I e o século II d.C. (Mezquíriz, 1985: 169).

Trata-se de uma taça que habitualmente se apresenta profusamente decorada na parede externa. O exemplar estudado contém apenas uma primeira linha de círculos concêntricos pequenos, não se preservando o resto da decoração. Contudo lográmos a identificação de exemplares de produção de Andújar, com idêntica decoração na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003: 156).

Um outro fragmento de pequena dimensão, que corresponde a um bordo de uma tigela hemisférica do tipo Drag.37B. (v.estampa 11-n.º22) foi recolhido. O fragmento apresenta um bordo de secção amendoada, com 20 cm de diâmetro, sob o qual há um friso que indicia a presença de uma decoração de motivos de aspás, decoração que está presente em Braga (Morais, 2005: 230, nºs 83). A forma 37, embora apresente uma cronologia entre 60 e 100 d.C. para a variante A e 100 e 150 d.C., para a b (Passelac e Vernhet, 1993; p.574), encontra-se habitualmente associada a contextos entre meados do século I e o início da centúria seguinte.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1 [1021] (Estampa 9) Bordo TSI Forma Conspectus 23. Diâmetro 94 mm.
- 2 [1062] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Ritt 8. Diâmetro 72 mm.
- 3 [1068] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 15-17. Diâmetro 162 mm.
- 4 [1065] (Estampa 9) Bordo TSS Forma .Drag. 24-25. Diâmetro 160 mm.
- 5 [1064] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31. Diâmetro 181 mm.
- 6 [1054] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31 Diâmetro 141 mm.
- 7 [1058] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31. Diâmetro 122 mm.
- 8 [1056] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31. Diâmetro 120 mm.
- 9 [1059] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31. Diâmetro 162 mm.
- 10 [2007.51.56] (Estampa 9) Bordo TSS Forma Drag. 18-31 Diâmetro indeterminado.
- 11 [1051] (Estampa 10) Bordo TSS Forma Drag. 27 Diâmetro 90mm.
- 12 [2007.51.56] (Estampa 10) Bordo TSS Forma Drag. 33 Diâmetro indeterminado 185mm.
- 13 [1064] (Estampa 10) Bordo TSS Forma Drag. 33 Diâmetro 160mm
- 14 [1067] (Estampa 10) Bordo com folha de água em barbotina TSS Forma Drag. 35 Diâmetro 13mm.
- 15 [956] (Estampa 10) Peça inteira TSS Forma Drag. 36 Diâmetro 178mm.
- 16 [1062] (Estampa 11) Bordo TSS Forma Drag. 30 Diâmetro 260mm.
- 17 [1005] (Estampa 11) Fundo TSS Forma taça indeterminada Diâmetro 92mm.
- 18 [1027] (Estampa 11) Fundo TSS Forma prato indeterminada Diâmetro indeterminado
- 19 [1035] (Estampa 11) Fundo om marca TSS Forma indeterminada Diâmetro indeterminado
- 20 [1063] (Estampa 11) Bordo TSH Forma Martinez III/Celti 7 Diâmetro 162mm.
- 21 [1069] (Estampa 11) Bordo TSH FormaDrag.37 A Diâmetro 224mm.
- 22 [1070] (Estampa 11) Bordo TSH FormaDrag.37 B Diâmetro 220mm.

6.6.5.Comentário

O conjunto de *Terra Sigillata* do Castro de Segóvia documenta a importação de recipientes de mesa de proveniência itálica, gálica e hispânica ao longo do século I d.C.. Foi identificado um total de 12 formas de pratos e taças, onde predominam as formas lisas, de proveniência sud-gálica.

Produção	Forma	n.m.i.
Terra Sigillata Itálica	Conspectus 23	1
Terra Sigillata Sud-Galica	Ritt 8	1
	Drag. 15/17	2
	Drag. 18/31	6
	Drag. 24/25	1
	Drag. 27	1
	Drag.33	1
	Drag.35/36	2
	Drag. 30	1
	Martinez III/Celti 7	1
Terra Sigillata Hispânica	Drag. 37	2

Figura 24- Quadro das formas de Terra Sigillata identificadas no Castro de Segóvia.

Atendendo ao conjunto em análise, importa referir, em primeiro lugar, que o início das importações de *terra sigillata* ocorreu durante o segundo quartel do século I d.C., não estando documentadas produções mais antigas. Deste modo, as formas mais arcaicas correspondem já a recipientes de *terra sigillata* sud-gálica que terão chegado ao Castro entre o reinado de Tibério e o período Nero-Vespasiano.

A este primeiro momento de importação, associamos as formas sud gálicas Ritt 8, Drag. 15-17 e Drag. 24-25, bem como a única marca recolhida no sítio. Neste sentido, importa referir que o fragmento de *terra sigillata* itálica corresponde a uma forma tardia, produzida no último quartel do século I d.C., convivendo plenamente com as produções importações sud-gálicas e hispânicas.

A presença de *terra sigillata* hispânica é escassa, e está representada apenas por um fragmento de Peñaflor e pela forma Drag. 37. Em termos cronológicos, as importações de *terra sigillata* não terão ido além dos finais do século I / inícios do II d.C., estando ausente o repertório hispânico mais tardio, bem como as produções africanas.

Por último, importa ainda referir que os motivos decorativos estão mal representados, registando-se apenas três fragmentos de formas decoradas. A predominância de formas lisas, inspiradas em protótipos itálicos, face à ausência de produções tardias poderá ser lida como um indicador de antiguidade do conjunto cronológico, centrando as importações em torno a meados do século I d.C.

6.7. As cerâmicas importadas: Leituras do conjunto

Em primeiro lugar importa salientar que as primeiras importações no Castro de Segóvia correspondem à chegada dos produtos de origem itálica ao território local e ocorreram num momento tardio do século II a.C. ou de inícios do seguinte.

Assim, os contactos com a cultura material forânea anteriores a este período parecem ter decorrido de forma indirecta, através da circulação de produções regionais.

As formas identificadas neste primeiro momento correspondem exclusivamente a recipientes de origem itálica como um fragmento de ânfora Dressel 1 A e cerâmica campaniense A estando presente a forma Lamb. 33. A falta de contexto estratigráfico impossibilita determinar se a lucerna da forma Ricci E surge associada a estas primeiras importações.

Foi no século I a.C. que se registaram as primeiras importações de ânforas Béticas, como a Classe 67 e eventualmente a Dressel 12 e Haltern 70, bem como a presença de exemplares de cerâmica de paredes finas das formas II.A, III.1. e III.B.. A par dos contentores de transporte béticos e dos vasos de beber itálicos chegavam ao sítio páteras, taças e copos de cerâmica campaniense de pasta cinzenta (produções sud-hispânicas?) e com origem em Cales, das formas Lam.1,3, 5 e 7.

O final do século I a.C. caracteriza-se pela presença das formas IIIa e VIII b, de cerâmica de paredes finas, das ânforas da Baía de Cádiz, da forma Dressel 7-11.

Já no período alto imperial as primeiras importações correspondem ao período de Tibério-Claúdio, onde ainda se documenta a presença de paredes finas da forma XXXVII de Mayet, mas também novas formas do serviço de mesa de verniz vermelho (*Terra Sigillata*), de produção sug-gálica, das formas Ritt 8, Drag. 15-17 e Drag. 24-25

Entre a segunda metade do século I d.C. e inícios do século II d.C., assiste-se ao fim da importação da cerâmica de paredes finas e à continuidade de importação de *Terra Sigillata* sug-gálica das formas lisas Drag 33, Drag 35/36, a par de produções hispânicas Celti 7 e Itálicas, forma Conspectus 23. Este momento é também caracterizado pela

chegada das primeiras formas decoradas de *terra sigillata*, das formas Drag 30 e Drag 37A e B.

Importa ainda referir que associado a este momento regista-se a presença de ânforas Dressel 2-4 e Dressel 20.

De acordo com a análise dos materiais importados, a ocupação do sítio parece cessar neste período alto imperial entre finais do século I d.C. e inícios da centúria seguinte.

A ausência de materiais típicos do século II d.C. do serviço de mesa, como *terra sigillata* clara, cerâmica de cozinha africana ou de transporte, como ânforas Dressel 14, Beltran II, Dressel 20 tardias, vem corroborar esta hipótese, à qual se pode juntar outros elementos fora da esfera dos materiais importados, como inexistência de vidros, numismas ou outros fragmentos metálicos deste período.

Não obstante esta conclusão, há um pequeno conjunto de importações tardias que importa referir. Trata-se de fragmentos de lucerna Dressel 30 B, e de formas atípicas de lucerna tardias, datáveis entre século III d.C. e inícios do IV d.C., bem como um fragmento de ânfora Almagro 51 C, piriforme com idêntica cronologia. Estes materiais e a presença de uma moeda de Teodósio I e de um fragmento de uma taça de vidro da forma Isings 117 (v. est. 109 n.3), sugerem uma possível reocupação do espaço no Baixo Império.

Naturalmente que o termo reocupação é aqui empregue no seu sentido lato, pois não existem quaisquer evidências que a zona intra-muralhas, que compreende a área mais alta do Cabeço do Castro de Segóvia, tenha sido reocupada. Contudo, o desconhecimento das realidades existentes na área envolvente, nomeadamente a meia encosta a na pene planície circundante, deixam em aberto a da existência de uma ocupação Baixo imperial nesta área, para a qual apenas possuímos indícios materializáveis no escasso conjunto artefactual já referido.

7. Cerâmica de produção local ou regional

Este capítulo diz respeito a todo o espólio cerâmico que, de acordo com a análise tipológica, de pastas e de acabamentos foi excluído do universo das cerâmicas importadas.

No conjunto das produções locais e regionais, identificámos três categorias cerâmicas distintas: a cerâmica comum, a cerâmica cinzenta fina polida e a cerâmica pintada em bandas, tendo para cada uma sido desenhado um esboço tipológico.

Importa referir que as cerâmicas comuns são a categoria mais bem representada ao nível da variedade de formas, expressão percentual de fabricos e diacronia da produção, representando 96% da cerâmica de produção local/regional no sítio.



Figura 25- Percentagem de cerâmica de produção local de acordo com a categoria cerâmica.

7.1. Cerâmica Comum

Designa-se por cerâmica comum, aquela, que pelas suas características vulgares, não se enquadra nas restantes categorias. Dentro do conjunto das cerâmicas, é sempre a mais numerosa e a menos estudada (Sanchez 1992:5).

A cerâmica comum, tal como as restantes, é eminentemente funcional, sendo o termo comum sinónimo de vulgar ou usual, visto que é uma cerâmica produzida exclusivamente para a satisfação de necessidades básicas e não requer a utilização de centros especializados para a sua produção (Pinto, 1999).

Deste modo, encontramos fabricos de cerâmica comum em diversos tipos de olarias especializadas na produção de outros tipos de cerâmica de grande circulação e consumo, como por exemplo ânforas, materiais de construção ou mesmo cerâmicas finas.

A cerâmica comum possui grande simplicidade ao nível da produção e dos acabamentos, não exigindo uma técnica especializada. Apesar desse facto, os recipientes podem atingir algum requinte, através da depuração das pastas ou da aplicação de aguadas ou engobes.

A principal especificidade deste tipo de cerâmica regista-se ao nível funcional. Um recipiente é concebido para uma ou mais funções e possui as características necessárias de acordo com a sua funcionalidade para que foi concebido. Assim, é possível dividir a cerâmica comum em vários tipos através da análise morfo-funcional dos recipientes.

No que respeita ao território português foi Jorge de Alarcão (1974) que deu o primeiro passo no estudo das cerâmicas comuns, definindo o conceito de cerâmica comum local e regional e separando-o da cerâmica importada.

Consideramos que essa separação é pertinente e aplicável ao acervo cerâmico do Castro de Segóvia no âmbito das produções locais ou regionais.

7.1.2. Síntese sobre a evolução das técnicas de conformação da cerâmica comum.

A chegada de populações do próximo Oriente ao território sul peninsular, durante a primeira metade do primeiro milénio a. C., deu origem a um rápido processo de aculturação. A principal característica ao nível das técnicas de produção cerâmica foi a introdução de novas tecnologias, novas formas de trabalhar a argila, entre as quais se destaca a roda de oleiro (Arruda, 1993: 17-44).

Este *know how*, trazido pelos colonizadores fenícios, rapidamente se difundiu e foi assimilado pelas populações autóctones, tornando-se o principal modo de produção cerâmica.

As evidentes vantagens do torno, ao nível da rapidez de execução e da qualidade dos acabamentos, alteraram toda a dinâmica da produção cerâmica, passando assim a ser produzida em grandes quantidades e difundida em larga escala.

O reflexo directo deste novo modo de fazer revela-se ao nível da standardização da produção, quando comparada com o período precedente, o que se manifesta ao nível das formas, variantes e acabamentos.

Naturalmente que este fenómeno originou uma redução na percentagem de produções manuais, cujo fabrico diminui progressivamente durante toda a Idade do Ferro, tornando-se inexpressiva entre o final da ocupação sidérica e inícios da época romana.

Este fenómeno está quantitativamente documentado em vários sítios litorais ou estuarinos, nomeadamente no território algarvio onde sítios como o Castelo de Castro Marim (Oliveira, 2007: 109), Faro (Sousa, 2009) ou o Monte Molião (Arruda *et al.*, 2011), são bons exemplos.

O que acabei de descrever é a habitual leitura que se desenha para a evolução das técnicas de produção cerâmica, que se resume a uma abordagem linear na qual a técnica de modelagem a torno se assume como tecnologicamente mais avançada e substitui,

num curto espaço de tempo, a moldagem manual, tornando-se rapidamente na produção dominante.

Na prática, assiste-se a uma produção de trabalhos científicos sobre cerâmica da Idade do Ferro, na qual se diferencia em distintas categorias, produções manuais e a torno. Contudo, nos estudos de materiais cerâmicos de época romana, todo o material surge habitualmente aglutinado numa vasta categoria designada por «cerâmica comum» ou simplesmente não é alvo de publicação (Nolen, 1985, Pinto, 2003).

No âmbito da conquista romana do actual território português, os ritmos de colonização do território ocorrem com apreciáveis descontinuidades, dependendo da geografia (Fabião, 1989). Pretende-se assim sublinhar que, embora os pressupostos sobre o estudo da cerâmica comum sejam facilmente aplicáveis a sítios da fachada atlântica portuguesa onde a chegada de ideias e produtos é realizada de forma rápida e directa, o mesmo não se verifica para locais com uma implantação interior, sem acesso directo ao mar ou a rios navegáveis.

Em localizações mais interiores, parece que todo este processo é operado de forma mais lenta, e, como consequência, as “pervivências” são mais marcadas, existindo uma clara continuidade das técnicas de produção oleiras desde a Pré-história, algumas das quais terão sobrevivido até aos dias de hoje.

7.1.3. O caso de estudo do Castro de Segóvia

No âmbito do presente estudo, tive a oportunidade de analisar um vasto conjunto cerâmico proveniente de intervenções arqueológicas realizadas no Castro de Segóvia.

O conjunto cerâmico do Castro de Segóvia é extenso e variado sendo naturalmente a cerâmica comum a categoria dominante no acervo recolhido.

A cerâmica comum do Castro, no seu sentido mais lato, corresponde a diferentes técnicas de conformação cerâmica, tendo sido identificado após análise macroscópica

das peças uma significativa percentagem de produções manuais, bem como, um conjunto de cerâmicas que, numa primeira análise, foram classificadas como produções a torno grosseiras ou toscas.

No grupo das produções manuais, estão representadas diferentes técnicas decorativas e de acabamento das peças. O extenso conjunto conta com mais de seiscentos elementos classificáveis. Contudo, o estudo das cerâmicas a torno colocou *à priori* alguns problemas de âmbito metodológico.

Quando analisamos produções toscas de âmbito local ou regional, é difícil identificar, com segurança, os modos de produção utilizados. Talvez por este mesmo motivo, encontramos com frequência na bibliografia de referência de âmbito regional, a descrição de grupos tecnológicos de produção grosseira, tosca ou mesmo indeterminados (Berrocal Rangel, 1994).

No conjunto em estudo, observámos que, para além das produções claramente manuais com acabamentos polidos ou simplesmente alisados, existia um outro grande grupo de cerâmicas comuns com acabamentos grosseiros, cuja técnica de fabrico nos era difícil de caracterizar.

Neste sentido, hesitámos em incluir estas peças no conjunto das cerâmicas comuns produzidas a torno ou nas produções manuais, tendo ainda sido colocada uma terceira hipótese de as separar numa categoria distinta.

Independentemente da pasta grosseira e de algumas irregularidades de acabamento, estes recipientes apresentam uma ondulação interna semelhante à registada nas produções a torno.

Aliado a este facto, coloca-se a questão de se tratar de materiais recolhidos em elevado número, em contextos de época romana imperial, e de corresponderem, tipologicamente, a formas vulgares de cerâmica comum romana, como *alguidares* e *dolia*, *potes*, *panelas* entre outros.

A ausência de paralelos de produções manuais com tais características suscitou dúvidas quanto à sua inclusão no mundo das produções manuais. Neste sentido, considerámos que uma incursão no mundo da arqueologia experimental poderia contribuir para

clarificar, ou pelo menos equacionar, novas hipóteses, quanto aos processos de manufactura.

7.1.4. Técnicas de conformação da argila: um ensaio de arqueologia experimental.

Na tentativa de melhor caracterizar as técnicas de moldagem utilizadas por estas comunidades rurais que habitaram o interior sul do actual território português no início da nossa Era, tornou-se necessário analisar os procedimentos manuais actuais para conformação⁴ da argila.

Alguns dos vestígios indicadores do modo de fabrico são muitas vezes esquecidos, até serem identificados através de uma observação de carácter etnográfico.

Embora a informação sobre conformação cerâmica não seja essencial para o desenvolvimento e operatividade das categorias taxonómicas, a validade científica desta informação parece-me inquestionável na sua análise. De facto, o enquadramento tecnológico de toda e qualquer produção é fundamental para chegar a uma aproximação da matriz cultural do objecto de estudo.

De acordo com a recolha de informação que realizei ao nível da bibliografia especializada, bem como de algum trabalho de investigação no âmbito da ceramologia, importa salientar, em primeiro lugar, que as peças de argila modeladas à mão se caracterizam por apresentarem irregularidades na forma, superfície e secção (Hamilton, 1982: 53).

Apesar deste facto, os recipientes construídos com recurso a técnicas manuais podem apresentar um grau de perfeição semelhante aos exemplares desenvolvidos por processos mecânicos, como o torno (*Ibidem*).

⁴ O termo conformação, de uso corrente em engenharia, deve ser utilizado preferencialmente aos termos modelagem ou formação (Norton, 1986)

A primeira diferença observável na produção manual de recipientes regista-se ao nível das argilas. O barro destinado a ser modelado à mão deve incluir alguns elementos não plásticos grosseiros, como grãos de areia, de forma a obter-se um grau médio de plasticidade (Hamilton, 1982: 53).

No tratamento das argilas, é importante que a porosidade seja suficientemente grande, de modo a permitir a fácil evaporação da água durante o processo de secagem, dado que as peças modeladas à mão possuem uma secção de espessura variável e nas zonas mais espessas o processo de secagem pode ocorrer apenas junto às superfícies, criando no interior bolsas de água (Shepard, 1971, 72-74). O resultado deste defeito de fabrico é visível através da presença de rachas podendo, inclusive, a peça partir-se quando levada ao forno (*Ibidem*). A presença de rachas em fragmentos de cerâmica manual é um fenómeno frequente no espólio arqueológico do Castro de Segóvia.

Após o tratamento da argila, pode-se proceder à modelação com os dedos, da mesma, ainda húmida e, portanto, em estado plástico.

Neste apartado, abordámos apenas na análise das técnicas de modelação designadas “à mão livre”, na tentativa de identificar descritores que permitam a sua classificação no estudo de um qualquer conjunto cerâmico (Massara, 1980: 167).

Na produção cerâmica à mão livre existem três técnicas principais de modelação.

A primeira consiste na conformação com os dedos, técnica bem conhecida. Aplica-se apenas à modelação de pequenos recipientes. Consiste em formar uma pequena bola de argila e sustê-la sobre uma mão, fazendo-a girar e simultaneamente fazendo pressão no seu interior com a outra mão. No início obtém-se uma forma tosca, que pode ser refinada, modelando e adelgçando as paredes.

Pelo que foi macroscopicamente observável nos materiais do Castro de Segóvia, os exemplares produzidos com o recurso a esta técnica correspondem, na sua maioria, a pequenos recipientes de beber, como copos, que apresentam um acabamento cuidado, polido ou alisado, com uma elevada percentagem de recipientes decorados com cordões plásticos, incisões e dedadas.

Uma outra técnica é a das placas de argila, que consiste numa das formas mais simples de modelação. Trata-se da obtenção, com recurso a um rolo de madeira, de uma placa de argila uniforme, de espessura variável, consoante as dimensões do vaso que se pretende fabricar. O primeiro momento corresponde à modelação da forma maciça do objecto e antes de a argila ter endurecido completamente, elimina-se a massa supérflua até obter a morfologia desejada (Massara, 1980: 168).

Trata-se de um método pouco utilizado, que tecnicamente implica a existência de uma utensilagem de suporte à produção da própria placa e à sua posterior conformação, não sendo esta a forma mais rápida ou eficaz de produção cerâmica.

Ao nível da sua aplicação no universo em estudo, as cerâmicas comuns do Castro de Segóvia, não identificámos descritores fiáveis deste método que permitam o seu reconhecimento na amostra.

Por último, a técnica dos rolos consiste na criação de uma placa de argila circular, que corresponde ao diâmetro do fundo da peça, sobre a qual se sobrepõem rolos de argila previamente amassados, permitindo que o vaso se desenvolva em altura.

As peças produzidas com recurso a esta técnica podem apresentar um aspecto final muito variável, dependendo do tratamento de finalização que é dado, ao nível de alisamento e de regularização.

Um melhor conhecimento dos processos de fabrico deu uma nova orientação ao estudo do conjunto cerâmico.

Neste sentido, o processo de modelação com os dedos através da técnica da bola é bastante visível nalguns dos exemplares recolhidos no Castro de Segóvia, sendo provável ter sido este o modo de produção dos pequenos recipientes com superfícies polidas ou simplesmente alisadas.

Por outro lado, a comparação entre as técnicas do torno e mão livre, através da análise macroscópica dos fragmentos, permitiu identificar as irregularidades existentes nos médios e grandes recipientes, e descartar a hipótese da sua produção a torno.

Importa referir que a observação macroscópica de superfícies e fracturas para determinar as técnicas de produção não é inovadora, sendo actualmente sustentável defender a possibilidade de identificação de técnicas de manufactura através de estudos de lâmina delgada (Capel *et al.*, 1995: 315)

Neste sentido, a recente intervenção arqueológica realizada no sítio⁵ revelou importantes dados que vieram clarificar esta questão da técnica empregue na produção das cerâmicas grosseiras.

Assim, a recolha de um conjunto de fragmentos de grandes recipientes de tipo *dolia* em contexto de deposição primária com marcas de dedadas nas fracturas revelaram o elemento que faltava para a confirmação da técnica de produção.

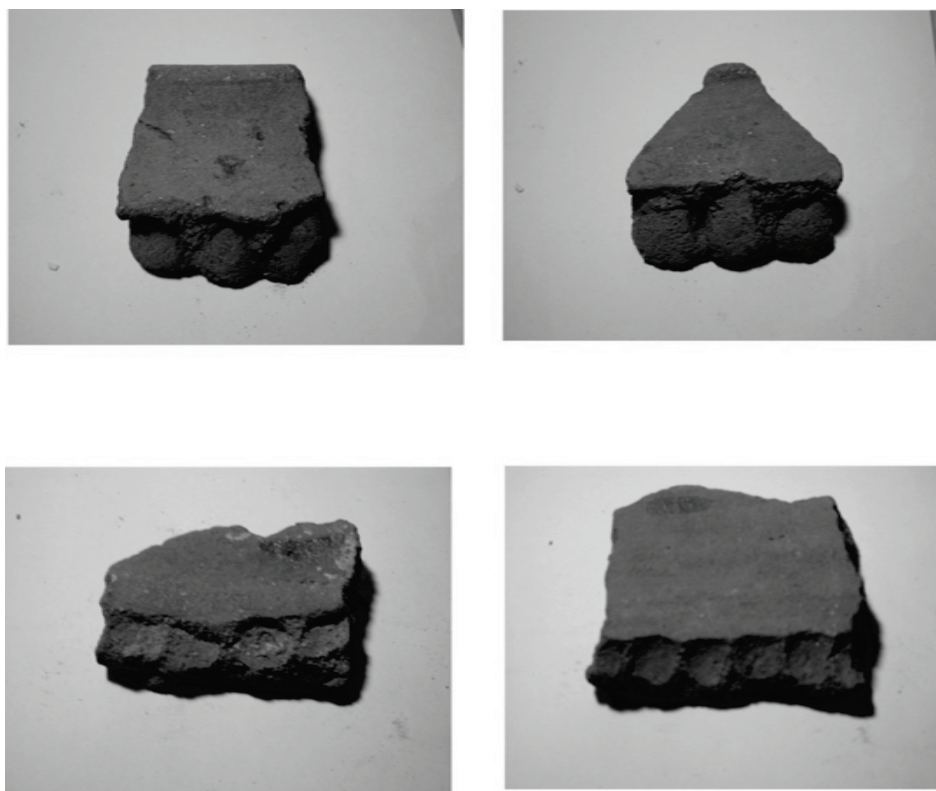


Figura 26-- Fragmentos recolhidos nas intervenções de 2009 com marcas digitadas na fractura⁵.

Estas dedadas surgem em negativo ou positivo nas fracturas, em fiadas paralelas ao bordo, dando a ideia de uma superfície rematada com os dedos, sobre a qual foi aplicada uma argila mais fresca do que a anterior, preenchendo as impressões deixadas

⁵ Escavações realizadas em Setembro de 2009 no âmbito do PNTA A Ocupação humana no Castro de Segóvia.

anteriormente. Assim, através da pressão, desenha-se na argila fresca sobreposta, uma espécie de molde positivo das dedadas da parte inferior.

A identificação destas marcas colocou de novo a questão de se tratar de produções a rolo. O que seria justificado pela pasta grosseira e pela presença de ondulações, bem como, de dedadas na fractura.

O estudo das cerâmicas proto-históricas e romanas pode, naturalmente, ser abordado segundo diferentes perspectivas. Ao nível das técnicas de fabrico, um dos métodos de análise consiste na aferição dos actuais processos de conformação cerâmica, através da experimentação. Para melhor compreender esta dinâmica procurámos responder a estas questões, dirigindo-nos a uma olaria tradicional para documentar as características e as diferentes técnicas. Assim, através da experimentação podemos controlar os vários factores que inferem no aspecto final dos recipientes cerâmicos e determinar quais são os elementos reveladores de diferentes métodos de produção.



Figura 27- Registo fotográfico da experimentação das técnicas de modelação cerâmica.

A raridade com que os vestígios de moldagem são reportados está muitas vezes associada não à sua ausência, mas ao desconhecimento dos arqueólogos dos indicadores que revelam o uso de determinadas técnicas de conformação (Shepard, 1971, 186).

Deste modo, apurámos um conjunto de características que vieram clarificar os modos de produção cerâmica, bem como a sua aplicabilidade a conjuntos arqueológicos.

Em primeiro lugar, importa destacar a facilidade de execução da técnica a rolo, que, ao contrário do torno, não implica uma especialização. Uma pessoa sem experiência alguma consegue, com maior ou menor grau de perfeição, produzir um recipiente através desta técnica.

Por outro lado, a inexistência de uma rotação mecânica permite a utilização de argilas pouco depuradas, podendo inclusive criar uma peça a partir de um bloco de argila, realizando a modelação directa do rolo sobre a peça.

Verificámos também que um dos principais factores a ter em consideração no processo de produção cerâmica são os tempos de secagem da argila.

Neste sentido, um elemento fundamental no processo de execução é o faseamento. O peso da argila sobre a pasta fresca não permite uma rápida execução ou desenvolvimento da peça em altura.

Assim, quando estamos perante recipientes de média e grande dimensão a produção é faseada, existindo intervalos de tempo entre cada aplicação de argila, dedicados ao processo de secagem. Naturalmente, que quanto maior for o recipiente maior é o tempo de secagem e mais longo se torna todo o processo de execução. Apenas a título de exemplo, o oleiro que visitámos demora em média dois dias a conformar uma talha completa.

Consequentemente, este longo processo de secagem origina que a ligação entre rolos seja feita com argilas com diferentes graus de plasticidade, sendo visíveis, após o acabamento, saliências que correspondem a cada uma destas ligações.

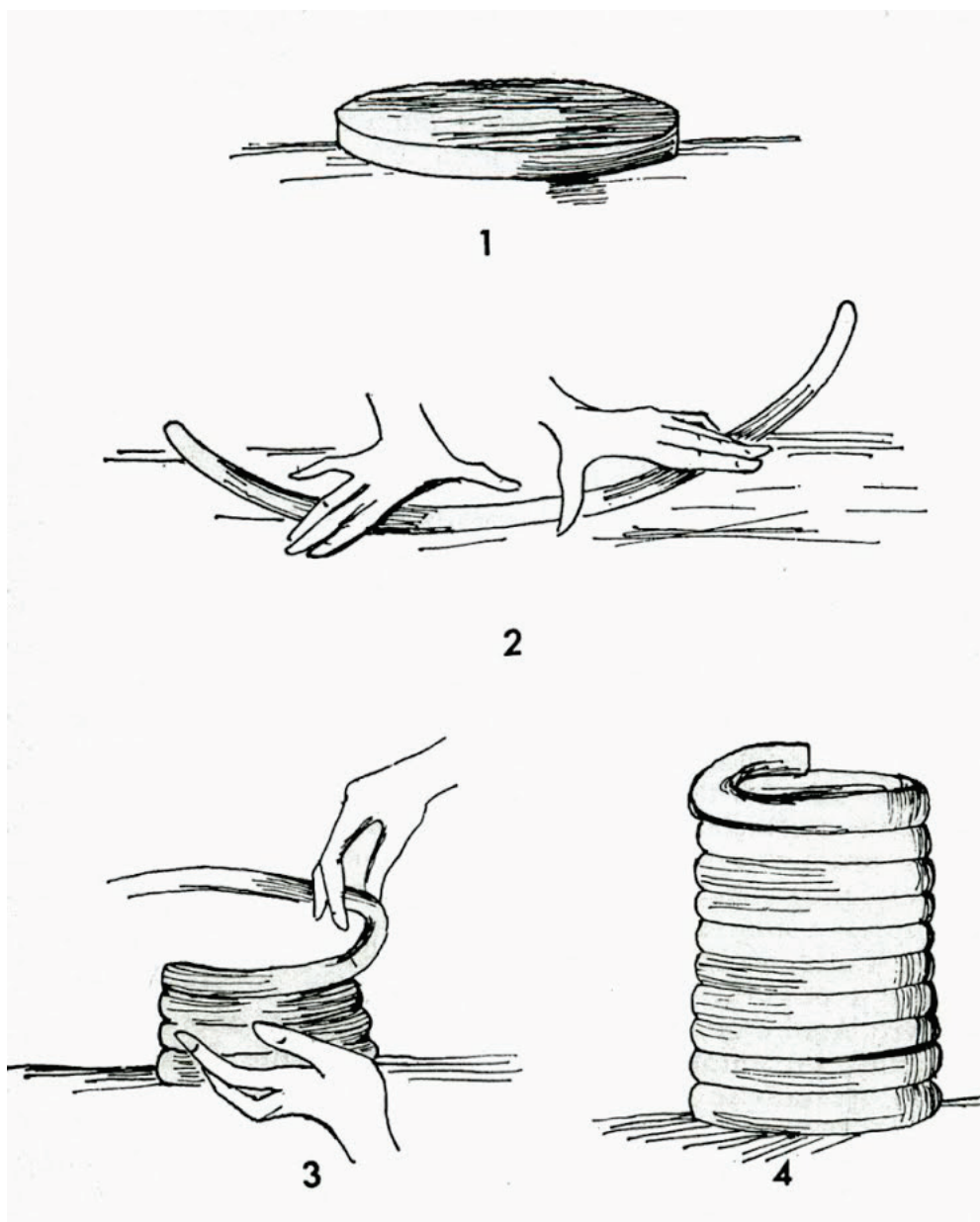


Figura 28 Técnica dos rolos: 1 placa de argila circular que corresponde ao fundo do recipiente, 2 conformação de um rolo de argila fresca, 3 aplicação de rolos sobrepostos, 4 rolos sobrepostos, resultado final (Bargão, no prelo) Imagem (Massara, 1980, 170).

Este processo cria fragilidades nas peças produzidas em zonas padrão, que dependendo do tamanho da peça, resulta numa junção cada vez que se atinge o limite de peso que a argila fresca permite suportar.

As ligações entre os rolos de argilas com diferentes tempos de secagem são imperfeitas, dado que forçam a ligação entre argilas com diferente grau de dureza, existindo uma maior probabilidade que uma fractura possa ocorrer numa dessas junções.

Ao partir-se tornam-se visíveis as dedadas decorrentes da conformação manual dos rolos sobrepostos, sobre a forma de digitações e é esta a principal evidência de produção que chega até nós, através do registo arqueológico. Neste sentido é importante a observação cuidada não apenas dos fragmentos classificáveis mas também dos bojos de cerâmica.

A documentação deste processo produtivo não é inovadora e está de facto bem atestada no Alentejo (Parvaux, 1968: 106), a sobreposição de rolos parece ser, senão o único, pelo menos o processo mais utilizado na produção de talhas. Embora exista a possibilidade de conjugação da técnica de rolos com a de produção de placas, em relação aos materiais do Castro de Segóvia, a inexistência de junções verticais parece descartar essa hipótese.

A confirmação de que os grandes recipientes de pasta grosseira exumados no Castro de Segóvia foram produzidos exclusivamente com recurso a técnicas manuais permitiu analisar todo o espólio cerâmico sobre outra perspetiva.

Em primeiro lugar, tornou-se claro que através de uma atenta observação macroscópica é possível, não apenas identificar as fracturas de junção, mas também concentrações de argila escalonadas, tendencialmente concoidais, visíveis nas fracturas longitudinais dos recipientes.

Esta evidência permitiu juntar a este grupo de produções a rolo, um largo conjunto de fragmentos cerâmicos, correspondentes a recipientes de média dimensão de tipo pote/panela que apresentam estas características.

Podemos assim concluir que todos os recipientes de pasta grosseira de produção local ou regional correspondem a uma produção exclusivamente manual, realizada através da técnica dos rolos. Assim, a possibilidade de uma produção a torno lento, proposta para outros locais (Fabião, 1998: 65; Estrela, 2010: 42) carece de fundamentação e confirmação arqueológica, pois as marcas onduladas aliadas ao aspecto grosseiro das argilas e acabamentos são, de acordo com o ensaio exposto, evidências de uma produção a rolo.

Neste sentido, cabe agora analisar qual o verdadeiro significado desta descoberta do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico regional, que tem óbvias implicações ao

nível dos processos de aculturação sofridos por estas comunidades. Poderá o nível de desenvolvimento tecnológico ser utilizado para aferir o índice de romanização destas comunidades?

Uma das resposta a esta questão poderá estar relacionada com a caracterização dos próprios processos de manufactura.

De acordo com alguns estudos de carácter etno-arqueológico realizados sobre a produção cerâmica, a técnica de produção de *dolia* implica um elevado grau de especialização. Neste sentido, alguns autores defendem que, para além da existência de uma produção sazonal mais rentável (Parvaux, 1968: 106), estes recipientes tivessem sido produzidos em *ateliers* especializados (Pinto, 1997: 149).

A aplicação deste pressuposto à cultura material do Castro de Segóvia, é plausível na medida em que os recipientes que designamos de média dimensão atingem consideráveis proporções, podendo ser enquadrados na categoria de recipientes de armazenamento. As formas fechadas de pequena/média dimensão (com uma altura máxima inferior a 30 cm) apresentam morfologias globulares ou hemisféricas e acabamentos polidos, enquadrando-se no universo tradicional das cerâmicas manuais polidas.

Assim, parecem ter existido dois tipos dominantes de manufactura durante a ocupação do Castro: uma produção de cerâmicas manuais polidas de características indígenas, de origem pré-romana ao nível das formas e acabamentos; e uma produção manual a rolo, grosseira, aplicada a materiais de tipologia romana como *dolia* ou pots.

Naturalmente que esta definição não se afigura tão rigorosa relativamente a recipientes fechados, de grandes dimensões e de perfil em S, ou a alguidares, cuja morfologia de bordo é pré-romana.

No que respeita às produções a rolo, o conjunto evidencia que se trata de uma técnica já utilizada em época pré-romana, talvez com baixos padrões de standardização, nomeadamente ao nível dos acabamentos.

Em relação a um suposto desenvolvimento tecnológico das técnicas de fabrico, importa referir a abundante presença de materiais de construção de cronologia romana, como

tegulae, cuja pasta apresenta idênticas características mineralógicas e de tratamento que as restantes produções grosseiras (v.ponto 7.5.).

Aliado a este facto, a presença de *dolia* com revestimentos diferenciados sugere uma produção e utilização tipicamente romana destes recipientes, que em nada difere de uma *villa* romana no Alentejo.

Por este motivo, consideramos que a quantificação dos fragmentos produzidos a torno não é determinante para avaliar o desenvolvimento tecnológico ou o índice de romanização de determinado sítio, sendo necessário equacionar outros factores para estabelecer uma cronologia ou uma matriz cultural, particularmente no que respeita a áreas geográficas mais desfavorecidas do ponto de vista da acessibilidade a produções exógenas.

Estamos conscientes que os estudos etnográficos revelam possibilidades de trabalho que são muitas vezes negligenciadas pelos arqueólogos, dado ser extremamente difícil estabelecer critérios rígidos de tipificação e classificação da informação.

Contudo, no estudo de conjuntos cerâmicos cujas produções locais e/ou regionais são dominantes e cuja percentagem de produções toscas ou grosseiras é significativa, e que apresentam uma depuração da argila e uma técnica de produção de qualidade inferior quando comparada com as típicas importações produzidas a torno, torna-se essencial uma abordagem de cariz etnográfico, que permita compreender os processos de produção destes conjuntos e o seu significado. O ideal seria naturalmente proceder à inclusão das diversas técnicas de conformação cerâmica na sua classificação.

Foi esta necessidade verificada no decurso neste projecto de investigação, que suscitou a elaboração de uma análise de cariz etnográfico e experimental, cujo principal objectivo foi o de tentar encontrar respostas na caracterização de modos de produção cerâmica nas actuais técnicas de produção oleira.

7.1.5. Os Fabricos

A partir do vasto conjunto da cerâmica comum foram criados grupos de fabrico que abarcam, de forma mais ou menos subjectiva, características semelhantes. Importa salientar que esse grande grupo local/regional foi estabelecido não por opção, mas por ausência de alternativas, ou seja, decorreu da impossibilidade de especificar a sua origem dentro de um contexto, já por si restrito, das cerâmicas de produção local e/ou regional.

O universo de referência de um centro de consumo é demasiado restrito para estabelecer critérios comparativos que permitam diferenciar o que é o local daquilo que é regional e mais concretamente de que local se trata, visto não estarmos a estudar um centro produtor. Além deste facto, a análise macroscópica engloba critérios como a cor ou a dureza, cujas variações podem ser fruto de uma cozedura não uniforme ou de uma modelação deficiente, característica que predomina em produções toscas ou grosseiras.

Assim, do ponto de vista de leitura da comunidade ou comunidades que habitaram o Castro de Segóvia, importa estabelecer a capacidade aquisitiva, de importações, e produtiva, de materiais locais/regionais, de forma a compreender eventuais alterações desse registo ao longo da diacronia de ocupação.

Na impossibilidade de determinar centros produtores (oleiros) ou fontes de matéria-prima (barreiros), uma descrição exaustiva do conjunto cerâmico, para além do dispêndio de tempo/trabalho, parece infrutífera por carecer de um universo de comparação válido.

Não obstante, a realização da descrição das pastas locais foi, em primeiro lugar, realizada através de uma análise macroscópica, que visou determinar se o grupo apresenta características petrográficas comuns ao nível regional, seguido de uma posterior análise química e de difracção de raios X de uma amostra que permitiu identificar, com precisão, esses mesmos minerais, possibilitando assim uma futura base de comparação com outros locais.

Ao nível metodológico mais estrito, a descrição macroscópica foi realizada com uma lupa de 15 aumentos e incidiu sobre uma selecção da amostra. A descrição dos grupos de fabrico foi feita com base no seguinte conjunto de critérios descritores: tipo de argila; natureza; forma e frequência de e.n.p²; textura; dureza; cor; engobe e cozedura (outros critérios, como o tipo de fractura, a sonoridade da pasta e a aderência do engobe foram também tidos em consideração).

Deste modo, a análise macroscópica dos elementos petrográficos foi efectuada tendo em consideração as características da pasta/engobe, tendo sido criados grupos sempre que existissem elementos diferenciadores que o justificassem. A caracterização das pastas baseou-se genericamente nos descritores propostos por Stienstra (1986).

Terminado este processo, seleccionámos um conjunto de fragmentos tipo que foram alvo de análise química e de difracção de raios X, no IPT (Instituto Politécnico de Tomar)de acordo com a seguinte metodologia:

A análise química, realizada pelo Dr Ricardo Pereira, foi determinada por espectrometria de fluorescência de Raios-X em comprimento de onda (FRX). Os elementos maiores foram determinados após a redução das amostras a pó que foram fundidas com o auxílio do fundente “Spectromelt A12” na razão de 1:9 e a preparação das amostras para a determinação dos elementos menores foi, após redução a pó, prensada. As amostras foram analisadas num espectrómetro Philips PW 1410/00, usando radiação de CrK α . A perda ao rubro foi obtida através do cozimento das amostras a 1000 °C, durante 3 horas.

A composição mineralógica foi determinada por difracção de raios -X (DRX), após redução das amostras a pó, usando um equipamento Philips com um controlador PW 1710, giniómetro PW 1050/81 e radiação de CuK α . As definições operacionais usadas foram 45 kV e 40 mA. A composição mineralógica das amostras foi determinada no intervalo de 4-60 ° 2 θ .

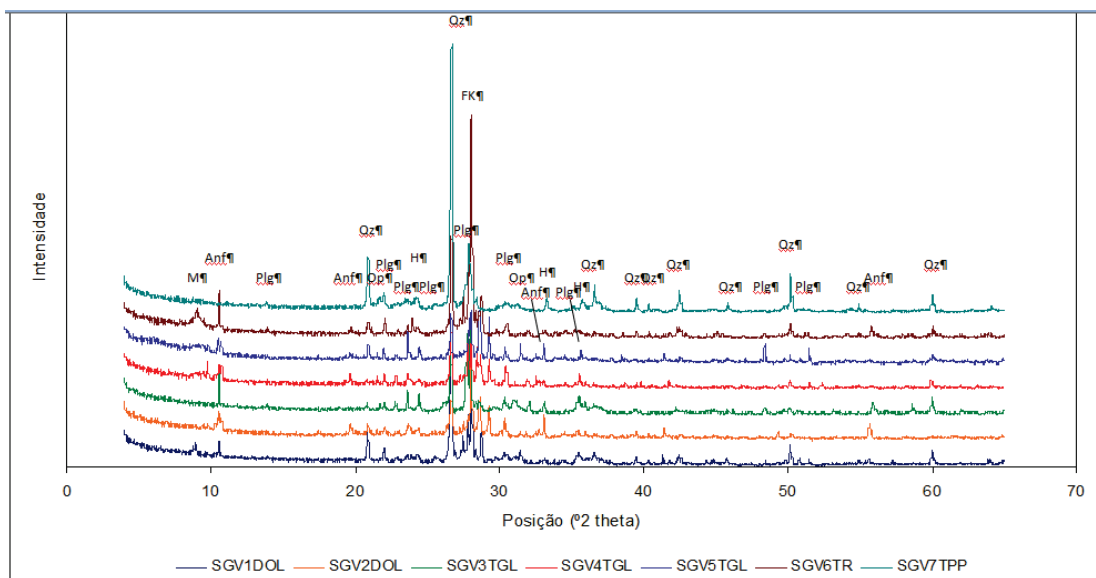
A escolha de analisar materiais de construção e de cerâmicas comuns, prendeu-se com a caracterização de um universo de características mineralógicas comuns de modo a estabelecer uma caracterização de referência das produções locais.

7.1.5.1.Resultados:

Do conjunto de cerâmicas recolhidas no sítio arqueológico em estudo (Castro de Segóvia), foi seleccionada uma amostra composta por sete fragmentos de cerâmica, constituída por fragmentos de *dolia* (2), *tegulae* (3), tijolo rectangular e tijolo paralelepipedico. Foi atribuída a referência do local (SGV) e um número de ordem (1 a 7) assim como uma referência tipológica (Dol=Dolium; TGL=Tegula; TR=Tijolo Rectangular; TPP=Tijolo Paralelepipedico), de modo a permitir uma melhor identificação do tipo de fragmento analisado.

Os difractogramas evidenciam a mineralogia presente em cada um dos sete fragmentos. De um modo geral, as amostras apresentam uma composição bastante semelhante, à excepção da amostra SGV7, que é mais quartzo feldspática e onde não se observam fases anfibolíticas, apresenta ainda hematite e opala, que não foram identificadas nas restantes amostras.

O contexto da amostra SGV – 7 é mais ácido, diferente dos restantes que têm um contexto mais básico.



M (Micas); Anf. (Anfibolite); Plg. (Plagioclase); Qz (Quartzo); Op. (Opala); H (Hematite); FK (Feldspato K).

Figura 29 Gráfico Difractograma da mineralogia da amostra.

	SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	MgO	CaO	Na ₂ O	K ₂ O	TiO ₂	P ₂ O ₅	LOI
SGV 1DOL	57,71	19,36	9,78	4,15	3,20	1,55	2,30	1,10	0,27	0,21
SGV 2DOL	52,77	24,38	8,34	4,53	4,01	0,94	1,23	0,55	0,40	2,54
SGV 3TGL	53,77	20,78	11,00	6,19	4,56	1,18	0,73	1,09	0,26	0,03
SGV 4TGL	52,54	20,36	11,25	6,69	4,43	0,81	0,95	1,02	0,28	1,23
SGV 5TGL	52,38	19,81	10,41	6,76	4,60	0,76	1,08	1,16	0,24	2,37
SGV 6TR	53,49	19,78	9,19	4,97	4,71	1,61	2,81	1,11	0,31	1,49
SGV7TPP	67,27	17,99	5,55	1,53	1,45	1,88	2,35	0,65	0,20	0,91

Figura 30 - Tabela 1 - Teores dos elementos químicos maiores, expressos em %, determinados por FRX, correspondente aos materiais cerâmicos do Castro de Segóvia.

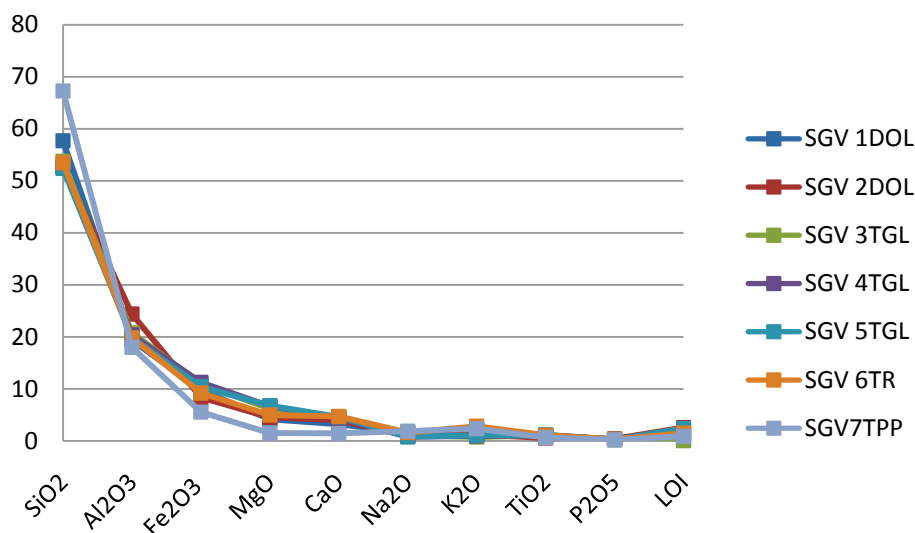


Figura 31- Gráfico - Teores dos elementos químicos maiores, expressos em %, determinados por FRX, correspondente aos materiais cerâmicos do Castro de Segóvia.

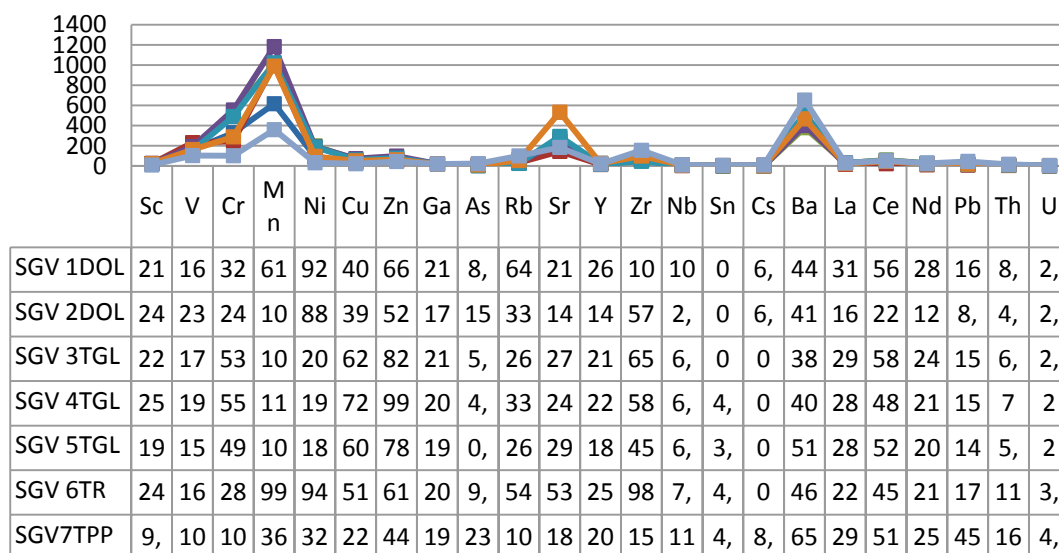


Figura 32- Tabela 2 - Teores dos elementos químicos menores, expressos em ppm, determinados por FRX, correspondente aos materiais cerâmicos do Castro de Segóvia.

A amostra estudada evidencia um elevado grau de semelhança entre as características de distintos fragmentos que correspondem a recipientes de armazenagem e materiais de construção, provenientes de uma mesma região.

7.1.6. As Formas

7.1.6.1. Questões prévias

Um enquadramento tipológico coeso é algo que qualquer investigador almeja, sendo contudo extremamente difícil de conseguir. Dado o carácter local e regional dos fabricos identificados em Segóvia, tornou-se imperativo desenhar um quadro tipológico das produções locais e regionais executadas manualmente e a torno. O objectivo é criar uma dinâmica de leitura intrínseca do conjunto através das suas características morfo-funcionais.

Entendemos por tipologia o estudo científico e sistemático dos tipos. A criação de um tipo consiste na reunião de um conjunto de elementos essenciais que distinguem uma classe ou categoria, estabelecendo estas a ordem sobre a qual se dividem os elementos do conjunto.

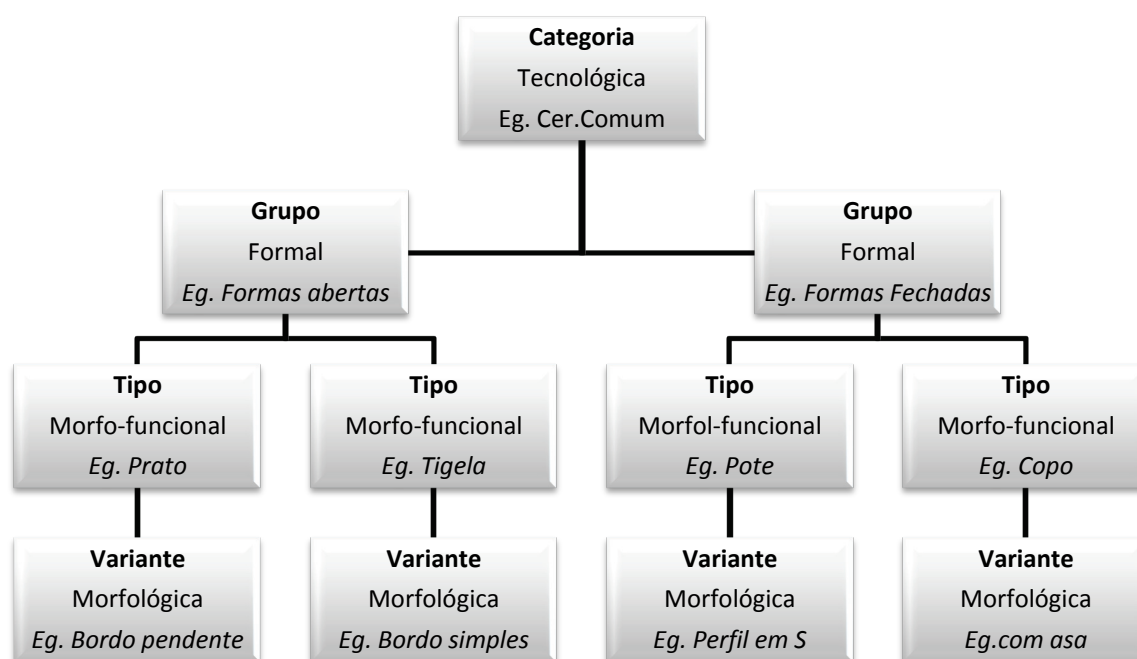


Figura 33 – Esquema simplificado da proposta tipológica apresentada.

Em algumas categorias, surgiu a necessidade de criação de sub-categorias de modo a agrupar diferentes técnicas de produção aplicadas, essencialmente ao nível do

acabamento. Deste modo, o primeiro critério de selecção e seriação está implicitamente ligado às características da pasta e aos modos de produção.

O segundo grande critério tipológico está relacionado com a morfologia dos recipientes. Assim dentro de cada categoria e subcategoria (se for o caso), os fragmentos foram separados em formas abertas, formas fechadas e outras.

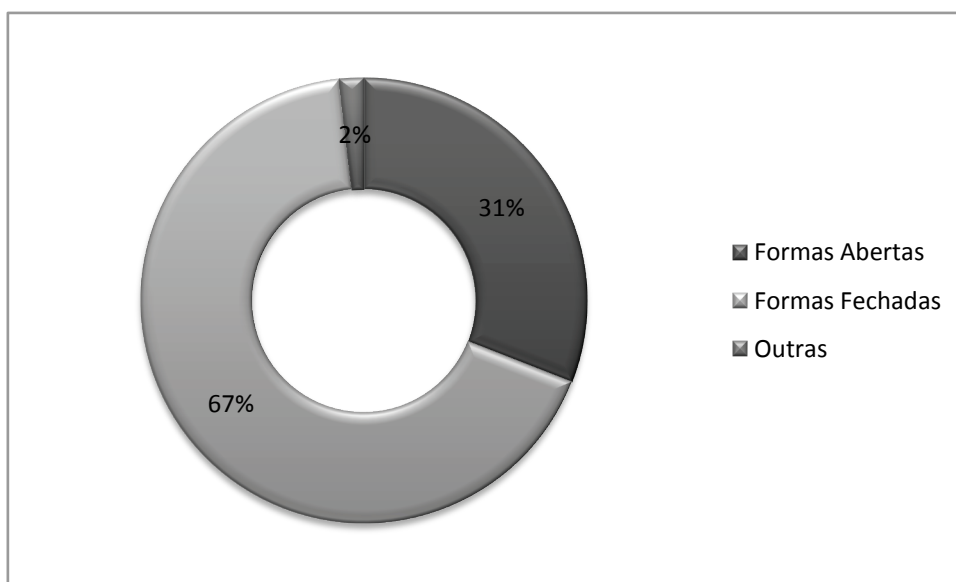


Figura 34- Gráfico de distribuição percentual das cerâmicas comuns

Trata-se de um critério morfológico amplo que permite estabelecer um esboço de grupos funcionais alargados, através da separação dos recipientes e tampas do restante conjunto. Dentro dos recipientes cerâmicos, a designação de formas abertas e fechadas permite separar vasos utilizados primordialmente para líquidos das restantes.

Por vezes, o critério grupo torna-se demasiado abrangente e, por uma questão de organização de formas, foi criado um sub-grupo, onde são incluídos diferentes tipos, por exemplo grupo das taças/tigelas e sub-grupo das taças/tigelas de bordo direito.

Dentro de cada grupo, os fragmentos são separados por tipos, correspondendo cada um deles a uma ou a um conjunto de funcionalidades específicas. A eventual criação de tipos mais alargados, como por exemplo potes/panelas, resulta da impossibilidade de especificar funcionalidades dentro de um grupo morfológico específico.

Por último, a alguns tipos foram atribuídas variantes com base em características decorativas e pormenores formais considerados relevantes.

7.1.6.2. Grupo das *Formas Abertas*

Entendemos por forma aberta um recipiente cujo diâmetro máximo se encontra ao nível do bordo e por forma fechada um recipiente cujo diâmetro máximo se encontra no corpo da peça, podendo ser, ou não, coincidente com o diâmetro de bordo, ou quando a altura do recipiente é superior à largura.

Esta classificação, embora discutível, parece ser a mais consensual e explícita, passível de ser aplicada ao conjunto cerâmico do Castro de Segóvia.

No conjunto dos vasos de produção local ou regional, cerca de 31% dos fragmentos passíveis de classificação correspondem a formas abertas.

Do ponto de vista tipológico, estes recipientes foram inseridos em seis grupos, com distintos tipos, diferentes formas e respectivas variantes.

7.1.6.2.1. TIPO A.1.

Taças/ tigelas

Esta forma corresponde a um recipiente aberto de média dimensão, com um diâmetro médio de bordo inferior aos 25cm. Está abundantemente documentada no Castro de Segóvia.

A sua multifuncionalidade, aliada à simplicidade formal e produtiva, contribui para que este recipiente seja uma das formas mais bem representadas em contextos da Idade do Ferro e de época romana, na Península Ibérica.

Ao nível formal, a questão coloca-se ao nível da diferenciação de duas formas distintas: a taça e a tigela. De acordo com o protocolo estabelecido com o Museu do Homem, trata-se da proporção entre o diâmetro máximo de boca e altura máxima, sendo as tigelas mais profundas do que as taças.

Neste sentido, a classificação de cada um destes tipos parte do pressuposto de estarmos perante exemplares inteiros ou pelo menos de perfis completos de modo a poder obter um rácio altura/largura, como se verifica recorrentemente em contextos funerários (Nolen, 1995).

Em contextos de habitat, como é o caso do Castro de Segóvia, não obstante ter sido recolhido um acervo cerâmico em excelente estado de conservação, a maioria dos exemplares encontra-se fragmentado e não reúne a informação necessária para estabelecer a correcta diferenciação entre ambas formas.

Ao nível conceptual, embora se considere que uma taça é um recipiente de mesa, utilizado para conter líquidos, e uma tigela é um recipiente multiusos, que poderá ser empregue na preparação e confecção de alimentos, ou como recipiente de mesa, certo é que a distinção entre estas duas formas não é simples nem clara quando aplicada a um conjunto cerâmico específico.

Ao possuírem funcionalidades e técnicas de fabrico idênticas, consideramos que a sua junção num só tipo permite operar uma classificação formal mais objectiva e segura, sem comprometer qualquer leitura funcional, económica ou outra.

Neste sentido, salienta-se que no Castro de Segóvia se regista um conjunto significativo de formas fechadas de pequena dimensão destinadas ao consumo de líquidos, que seriam, por excelência, em nosso entender, os recipientes para beber. Assim, nas taças/tigelas esta funcionalidade é secundária ou inexistente.

Quanto ao modo de produção, embora existam exemplares de cerâmica manual cuidada, a maioria dos fragmentos deste tipo corresponde a produções a torno de âmbito local ou regional, sendo esta uma das formas a torno mais bem documentadas no conjunto.

Ao nível da análise formal, foi possível identificar no conjunto de taças-tigelas a existência de distintas variantes ao nível da morfologia do bordo, bem como a imitação de formas de *terra sigillata* sud-gálica.

Por uma questão prática e de lógica associação formal, optámos por, primeiramente, dividir estes recipientes em três grandes grupos de acordo com a morfologia geral do contentor. Neste sentido, optámos por individualizar as taças carenadas num sub-grupo distinto, pois apresentam um desenvolvimento formal próprio que não é passível de integração em nenhum dos restante sub-grupos.

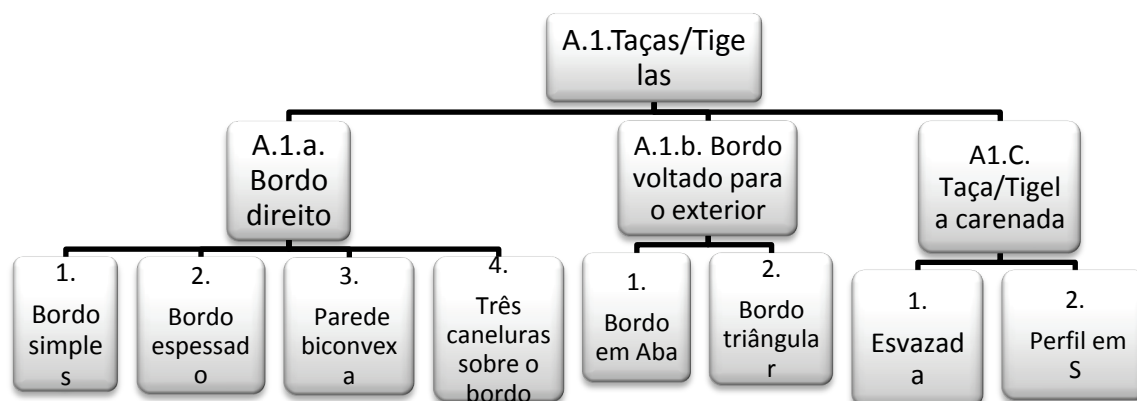


Figura 35 Quadro tipológico da forma 1 Taças/tigelas

Deste modo, no Castro de Segóvia existem taças/tigelas de parede de tendência vertical ou esvertida e reentrantes, sendo o primeiro grupo, claramente mais numeroso.

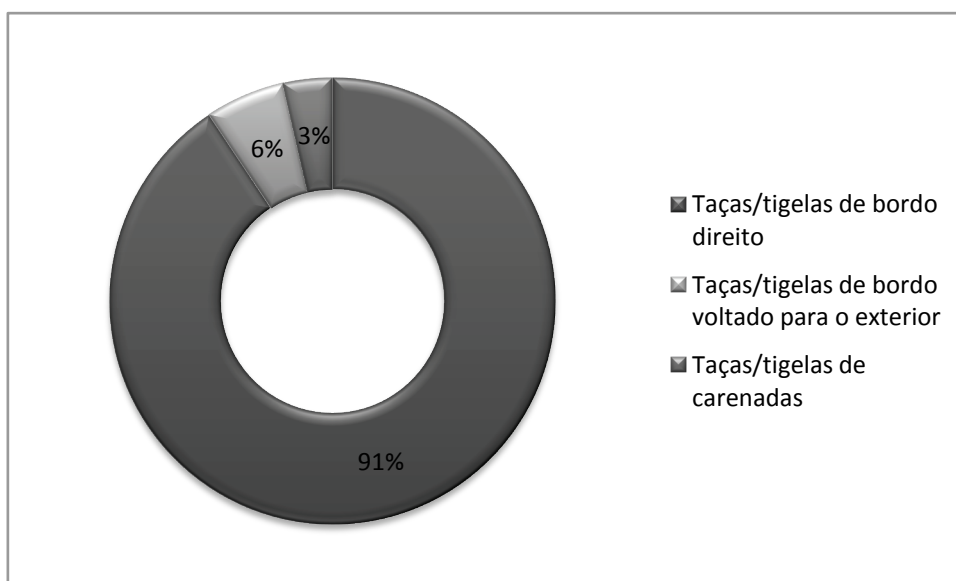


Figura 36- Grupos formais das taças/tigelas de do Castro de Segóvia

Forma A.1.A.

Taças/tigelas de bordo direito

Trata-se de uma forma hemisférica, simples de profundidade variável e corresponde à maioria das taças/tigelas exumadas no sítio. Neste grupo, é observável a existência de três variantes, que designamos por 1, 2 e 3, de bordo simples, de bordo espessado e biconvexas, respectivamente.

Variante A.1.A.1.

Taças-tigelas de bordo simples

Forma aberta, pouco profunda de secção côncava, rematada por um fundo plano ou anelar. Os bordos são uma continuidade da parede do recipiente, e apresentam um remate simples de morfologia variável. A maioria dos bordos possui um remate arredondado. Contudo existem exemplares de secção oval e quadrangular. As peças que integram esta variante não apresentam qualquer decoração.

O diâmetro destas taças é muito variável, podendo oscilar entre os 15 cm e os 24cm. Apresentam uma altura máxima de 10 cm, embora se documentem alguns exemplares de menores dimensões.

Trata-se de um recipiente de pequena capacidade, que seria utilizado, muito possivelmente, na preparação de alimentos e no serviço de mesa. A maioria dos exemplares foi produzida a torno, mas esta forma também foi reconhecida em cerâmica manual polida (12 fragmentos de bordo).

Ao nível da morfologia da peça, a única diferença observável entre as produções a torno e as manuais é a inexistência de exemplares de menor diâmetro nas últimas, que não

ultrapassa os 18 cm, com um pequeno espessamento das paredes. Consideramos que este fenómeno está relacionado com as técnicas de modelação destes recipientes e não com alguma funcionalidade específica dos mesmos, dado que existem exemplares a torno com idêntica forma e dimensão.

Esta é uma forma muito comum em contextos da Idade do Ferro, bem como em época romana. No território português, são abundantes os sítios onde as taças de bordo simples estão documentadas, tanto com exemplares de produção local ou regional como em materiais de importação da área Gaditana.

No Castro de Segóvia, as taças de bordo simples pertencem ao universo das cerâmicas comuns de cozedura oxidante. Contudo, cerca de 10% dos exemplares apresenta características de fabrico local ou regional, idênticas às observadas nos recipientes de cozinha (eg panelas) e de armazenamento (*dolia*).

Neste sentido, parece-me pertinente esboçar um enquadramento ao nível regional, dado que numa forma tão comum, um espectro mais alargado de paralelos deixaria de fazer sentido.

Deste modo, esta forma está documentada na Extremadura desde a Idade do Bronze, (Pavón Soldevilla, 1994), podendo-se encontrar estas taças em todos os povoados da chamada "II Idade do Ferro" do Alentejo e Extremadura espanhola, com a Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998: fig.35-36), Mesas de Castelinho (Fabião, 1998: est.64-2; Estrela, 2010: est.2 a 6) e Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994: lám.43-44), sendo também uma forma vulgar nas necrópoles romanas do alto Alentejo, nomeadamente as da área de Vila Viçosa e de Elvas (Nolen, 1995: est.XXXIII-XXXVI).

A grande questão que se coloca relativamente ao estudo desta forma é de âmbito cronológico. Embora seja um tipo muito difundido e numericamente bem documentado no território português, a simplicidade formal não permite traçar qualquer evolução cronológica, dado que as pequenas variações de bordo e fundo parecem conviver ao longo de toda a cronologia de produção.

Deste modo, embora em termos absolutos esta forma esteja bem representada no Castro de Segóvia, a sua incidência por fase de ocupação é difícil de determinar, dado que, a

existência de materiais residuais, aliada à presença de outros descontextualizados, não permite uma clara leitura da amostra. Podendo apenas concluir-se que se trata de uma forma constante ao longo de toda a diacronia da ocupação.

Esta forma está bem representada nos inventários do Castro de Segóvia com um total de 449 exemplares, dos quais se destaca a presença de oito perfis completos (v. estampa 12 e 14).

Tendo por base o conjunto de exemplares mais bem preservados, foi possível distinguir variações formais, que designámos por variante A, Aa, B e Bb de acordo com a morfologia dos recipientes:

Sub-Variante A



Figura 37- Projecção 3D da Sub-variante A

As taças-tigelas de bordo simples da variante A apresentam um pé anelar ou em forma de bolacha, bem destacado com o diâmetro de fundo entre 51mm e os 60 mm. Correspondem a exemplares de secção hemisférica e paredes curvas e bordos arredondados. Foram identificados 18 exemplares desta variante (v. estampa 12 e 13).

Corresponde à variante mais bem documentada no Castro de Segóvia. Os fundos de pé moldurado são característicos da Idade do Ferro, parecendo estar ausentes em momentos anteriores, nomeadamente em contextos do Bronze Final do sul do actual território português, como é o caso do Passo Alto (Soares, 2003), dos níveis do Bronze Final do Castelo de Castro Marim (Oliveira, 2006, Est 1) ou de Lisboa (Banha, 2013: Fig. 8), apenas para citar alguns exemplos.

Cabe ainda discutir a hipótese de uma filiação cultural distinta entre os fundos de pé anelar e os fundos de pé de bolacha (Fabião, 1998: 42), ambos produzidos em horizontes da Idade do Ferro. Numa plena analogia formal, os pés anelares remetem para um universo de cerâmicas finas da área mediterrânea (*Ibidem*). A realidade de Segóvia expressa um predomínio dos pé de bolacha, não se enquadrando, por esta razão, na geografia da distribuição deste tipo de pés, proposta por Carlos Fabião, que os associou a paragens mais meridionais, nomeadamente Azougada, Garvão e Castrejon del Capote (Fabião, 1998: 42). Por esta razão, parece-me que a geografia da distribuição deste tipo de pés é, por ora, fruto da geografia da investigação, parecendo-me prematuro atribuir-lhe outro significado.

A presença de pés moldurados, anelares ou de bolacha, naturalmente acompanha a introdução e difusão das produções a torno, que é por si só uma influência externa (Fabião, 1998: 39), sendo um indicador cronológico claro de contextos da Idade do Ferro ou posteriores.

No Castro de Segóvia, ambas variantes de pé (anelar e de bolacha) correspondem a recolhas de superfície resultantes de trabalhos de prospecção do sítio realizados em 1969, não sendo, por isso, possível estabelecer uma diferenciação cronológica com base na morfologia do pé.

Sub-Variante AA



Figura 38- Projecção 3D da Sub-variante AA

No conjunto de taças de pé anelar, foram identificados dois exemplares de pequena altura e diâmetro reduzido, entre 8 a 10 cm, que correspondem a uma pequena taça.

Esta forma foi igualmente documentada em Castrejon del Capote e associada ao tipo Xf do sítio (Berrocal Rangel, 1994:169). Trata-se de um tipo escassamente documentado

em contextos da Idade do Ferro, no Alentejo e Extremadura espanhola (Beirão *et alii*, 1985: 67). A ausência de lucernas na fase mais antiga de Segóvia e a presença desta variante sugerem uma eventual integração destes recipientes no universo dos contentores de iluminação. Neste sentido, em Pajar del Artillo, esta forma surge denominada como Forma 2: lucerna (Luzón, 1973), mas os exemplares de Segóvia não apresentam vestígios de fogo no interior, situação análoga à verificada nos de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994: 171).

O evidente ar de família entre estes exemplares e as produções de verniz negro ou mesmo da cerâmicas de tipo Kouass perspectiva uma eventual inspiração desta variante em protótipos greco-italicos, produzidos a partir do século III a. C., como é o caso da F2737 de Morel (1981: pl 68) ou das formas IX a XI de Ana Maria Niveau (2008: fig2.3). Deste modo, parece tratar-se de uma forma produzida a partir dos finais do século IV a. C. ou no século III a. C., datação já anteriormente proposta para os exemplares de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994:171)

Sub-Variante B



Figura 39- Projecção 3D da Sub-variante B

Identificámos três exemplares de perfil completo, de fundo plano, que se distinguem dos restantes, de pé anelar (v. Estampa 14). Estes exemplares possuem um diâmetro de bordo entre os 230 mm e os 250 mm e pelas suas características parecem corresponder a uma variante das taças-tigela de perfil simples que integra o Tipo II A de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994: 146). Classificámos um total de cinco fragmentos nesta

sub-variante que correspondem a três perfis completos, um fundo e um bordo (v. estampa 13 e 14, n.ºs 30 a 34).

Não obstante a individualização desta forma, parece-me que não é possível distinguir os bordos entre os exemplares de pé moldurado e os de fundo plano. Deste modo, embora as taças de fundo plano apresentem diâmetros maiores, as dimensões das restantes peças podem atingir os 220 mm, tornando-se impossível de diferenciar apenas através da forma ou dimensões do bordo, se estamos perante uma ou outra variante. Os exemplares desta forma não possuem contexto de recolha.

As taças de fundo plano são raras no Alentejo e Extremadura espanhola, estando presentes em Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994: 147), no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: est.35, n.º8) e na necrópole da Chaminé (Nolen, 1985) e no Castelo da Lousa (Alarcão *et alii*, 2010: 472-fig50), integrados na categoria de tigelas.

Deste modo, a cronologia proposta para Castrejon del Capote, entre o século V a.C. e o século II a. C. (Berrocal Rangel, 1994: 148), defendida com base numa tradição de produção manual e num arcaísmo formal que se manifesta em fundos planos, perde operacionalidade, dada a existência de exemplares a torno no Castro de Segóvia (v. Estampa 14), situação igualmente documentada na *villa* de S. Cucufate (Pinto, 1999, fig.107) e na necrópole da Chaminé (Fabião, 1998: 42), ambos sítios de cronologia claramente romana.

Assim, esta variante parece apresentar uma funcionalidade e cronologia análoga à variante A. Importa ainda referir que foi identificado um fundo esgrafitado integrável nesta sub-variante que corresponde ao único exemplar com um grafito inciso, do conjunto das taças tigelas (v. estampa 13, n.º30).

Sub. Variante Bb



Figura 40- Projecção 3D da Sub-variante Bb

Um exemplar de perfil completo de uma taça de bordo simples e fundo plano integra a variante Bb. Distingue-se das restantes variantes pelas suas reduzidas dimensões. Possui um bordo arredondado e paredes de tendência vertical. Esta pequena taça poderá ter sido usada como recipiente de beber ou contentor de iluminação. Tal como se verifica na variante Aa, o exemplar não apresenta vestígios de exposição ao fogo. Trata-se de uma forma rara para a qual não identificámos paralelos exactos, embora as variantes mais pequenas da forma IIA de Castrejon del Capote tenham semelhantes com o exemplar de Segóvia (Berrocal Rangel, 1994:147).

Catálogo de peças ilustradas:

- 1- (Estampa 12) - Perfil completo da forma A.1.A.1. - sub-variante Aa. Diâmetro de bordo 120mm
- 2- [846] (Estampa 12) - Perfil completo da forma A. 1.A.1. variante Aa. Diâmetro de bordo 150 mm
- 3- [2004.48.1] (Estampa 12) - Perfil completo da forma A. 1.A.1.variante A com duas perfurações sobre o bordo, Diâmetro de bordo 180 mm.
- 4- [948] (Estampa 12) Perfil completo da forma A.1.A.1.sub-variante A. Diâmetro de bordo 216 mm
- 5- [947] (Estampa 12) Perfil completo da forma A. 1.A.1.sub-variante A. Diâmetro de bordo 213 mm
- 6- [2007.51.1387] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 63 mm
- 7- [2007.162.60] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 48 mm.
- 8- [2007.162.59] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 66 mm.

- 9- [2007.162.70] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 38 mm.
- 10- [2007.162.67] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A. 1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 57 mm.
- 11- [2007.162.53] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A. 1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 54 mm.
- 12- [2007.162.70] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 66 mm.
- 13- [2007.62.74] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 54 mm.
- 14- [2007.62.72] (Estampa 12) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 66 mm.
- 15- [2007.162.67] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 48 mm.
- 16- [2007.162.60] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 57 mm.
- 17- [2007.162.71] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 81 mm.
- 18- [2007.162.67] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 72 mm.
- 19- [2007.51.80] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 69 mm.
- 20- [2007.51.952] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 78 mm.
- 21- [855] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 52 mm.
- 22- [860] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 48 mm.
- 23- [2007.162.61] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 79 mm.
- 24- [1106] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 76 mm.
- 25- [2007.162.25] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 55 mm.
- 26- [2007.51.46] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 70 mm.
- 27- [2007.52?] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante Aa. Diâmetro de fundo 49 mm.

- 28-[2007.51.63] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante B.Diâmetro de fundo 58 mm.
- 29-[2007.51.475] (Estampa 13) Fragmento de fundo da forma A.1.A.1.variante B.Diâmetro de fundo 65 mm.
- 30-[2007.51.478] (Estampa 13) Fragmento de fundo com grafito da forma 1.A.1.variante B.Diâmetro de fundo 78 mm.
- 31- [946] (Estampa 14) Perfil completo da forma A.1.A.1. sub-variante B. Diâmetro de bordo 240 mm.
- 32- [1398] (Estampa 14)Perfil completo da forma A.1.A.1.variante B. Diâmetro de bordo 243 mm.
- 33- [2007.162.9] (Estampa 14).Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.variante B?. Diâmetro de bordo 180mm
- 34- [] (Estampa 14)Perfil completo da forma A.1.A.1.variante B. Diâmetro de bordo 183 mm.
- 35- [2007.52.02] (Estampa 14)Perfil completo da forma A.1.A.1.variante Bb. Diâmetro de bordo 105mm.
- 36- [2007.51.24] (Estampa 14) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 194mm.
- 37- [2007.51.24] (Estampa 14) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 144mm.
- 38- [2007.51.54] (Estampa 14) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 150mm
- 39- [2007.50.44] (Estampa 14) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 198mm
- 40- [2007.51.1784] (Estampa 14).Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 165mm
- 41- [2007.51.126] (Estampa 15).Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 150mm
- 42- [2007.51.1851] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 171mm.
- 43- [2007.51.851] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 182mm.
- 44- [1576] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 96mm
- 45- [2007.51.58] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 174mm
- 46- [2007.51.?] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 270mm
- 47- [2007.50.445] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 201mm
- 48- [2007.51.331] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 219mm
- 49- [2007.162.13] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 162mm
- 50- [935] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.Diâmetro de bordo 186mm
- 51- [2007.50.139] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 152mm

- 52- [2007.51.940] (Estampa 15) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 159mm
- 53- [2007.162.11] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A. 1.A.1..Diâmetro de bordo 152mm
- 54- [2007.51.82] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 171mm
- 55- [1264] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 174mm
- 56- [2007.51.451] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 147mm
- 57- [2007.162.14] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 150 mm
- 58- [2007.51.1732] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 150mm
- 59- [2007.51.358] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 26mm
- 60- [2007.52.512] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 159mm
- 61- [2007.51.343] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 249mm
- 62- [2007.51.242] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 147 mm
- 63- [2007.162.12] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 153mm
- 64- [2007.51.324] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 152mm
- 65- [2007.50.215] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 162mm
- 66- [2007.51.1886] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 198mm
- 67- [2007.51.89] (Estampa 16) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 150mm
- 68- [2007.51.283] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 149mm
- 69- [2007.51.1886/2] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 165mm
- 70- [2007.52.36] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 189mm
- 71- [2007.51.365] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 198mm
- 72- [2007.51.92] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 150mm
- 73- [2007.51.1277] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 210mm
- 74- [2053] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 192mm
- 75- [2007.50.159] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 159mm
- 76- [2007.51.116] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 165mm
- 77- [2007.51.303] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro de bordo 180mm
- 78- [2007-51.223] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro indeterminado.

- 79- [2007-51.306] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro indeterminado.
- 80- [2007-50.62] (Estampa 17) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1..Diâmetro indeterminado.
- 81- [2007-51.1881] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A.1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 96mm
- 82- [2007-51.1767] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A..1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 106mm
- 83- [2007-51.1100] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A.A1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 125mm
- 84- [2007-51.930] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A..1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 153mm
- 85- [2007-51.1543] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A..1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 159mm
- 86- [2007-51.1793] (Estampa 18) .Fragmento de bordo da forma A..1.A.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo de 195mm

Variante A.1.A.2.

Taças-tigelas de bordo espessado

Forma idêntica às tigelas de bordo simples, que apresenta uma clara separação entre o bordo e a parede. Os bordos desta variante são ligeiramente espessados, de secção circular ou arredondada.

O espessamento ao nível do bordo é bem conhecido no âmbito da cerâmica de mesa de época romana republicana e imperial, em que formas de cerâmica campaniense dos tipo Lamboglia 1, 8 e 1/8 (Lamboglia, 1952: 143-144) e formas de *terra sigillata* sud-gálica dos tipos Dragendorff 18/31 apresentam idênticas características (Viegas, 2003: 112).

Trata-se de uma variante pouco expressiva no conjunto, representada apenas por seis exemplares.

Esta variante é mais próxima das tampas do tipo A.2.B., e o que as distingue é o desenho da parede côncava no caso das taças/tigelas e recta ou convexa no caso das tampas.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1- [2007.51.340](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 123mm
- 2- [2007.51.328](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 183mm
- 3- [1202](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 147mm
- 4- [2007.162.6](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 168mm
- 5- [2007.51.312](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 30mm
- 6- [2007.51.200](Estampa 19) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 208mm

Variante A.1.A.3.

Taças/tigelas com parede biconvexa.

Corresponde apenas a um exemplar recolhido no Castro de Segóvia, e trata-se, claramente, de uma imitação de uma tigela de *terra sigillata* do tipo Dragendorf 27, forma bem documentada em sítios arqueológicos do actual território português num período compreendido entre a viragem da Era e inícios do século II d. C.(Viegas, 2003: 147), existindo exemplares com distintas produções nomeadamente, *terra sigillata* sud-gálica, nomeadamente marmoreada e hispânica.

A produção local ou regional desta forma em cerâmica comum encontra-se bem documentada. Particularmente no que respeita ao Alentejo, podemos encontrar alguns exemplares em contextos funerários alto imperiais, como a necrópole de Valdoca (Aljustrel) (Alarcão e Alarcão, 1966: 15, estampa II), Monte Sardinha (Dias e Viegas, 1976-77: 355-356, est. I), S. Cucufate (Pinto, 2003: 230), Santo André (Nolen e Dias, 1998: 141, estampa VIII) ou ainda nas necrópoles da região de Elvas (Nolen, 1985: 102 est. XXXVIII).

A sua utilização encontra-se também documentada em contextos de habitat, como S. Cucufate (Pinto, 2003: 231 fig.119), ou fabris como a Olaria do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, 86 e 110).

Catálogo de peças ilustradas:

7- [952](Estampa 19) - Fragmento de bordo e parede da forma A.1.A.3. Diâmetro de bordo 195 mm

Forma A.1.B.

Taças-tigelas de bordo voltado para o exterior.

Nesta variante, incluímos todas as taças/tigelas de tendência exvertida ao nível do bordo. Correspondem, habitualmente, a recipientes de menor profundidade do que as restantes taças/tigelas, podendo apresentar dimensões muito variáveis.

Trata-se de formas minoritárias no contexto das taças/tigelas identificadas no sítio, tanto no que respeita ao seu número, bem como ao seu estado de conservação.

Ainda assim, não podemos deixar de salientar a presença de duas sub-variantes, que apresentam distintas características ao nível da morfologia do bordo: tigela de bordo em aba, tigela de bordo triangular.

Variante A.1.B.1.

Taça/tigela de bordo em aba.

Caracteriza-se pela presença de um bordo exvertido, horizontal, de espessura variável, de produção a torno. A forma inspira-se nos protótipos de pratos e taças de *terra sigillata* sud-gálica da forma Dragendorf 35/36, também presentes no sítio. O facto de se tratar de uma imitação poderá justificar a escassa presença desta forma em fabricos de cerâmica comum local ou regional.

Este fenómeno é recorrente no Alto Alentejo, tendo sido identificados tipos idênticos em contextos funerários (Nolen, 1995: 105-106), como é o caso da Necrópole de Valdoca em Aljustrel (Alarcão e Alarcão, 1966: 68), ou de habitat, por exemplo na *villa* romana de S. Cucufate (Pinto, 2003: 250). Através destes paralelos é possível balizar uma cronologia para estas taças, balizada entre meados do século I e o século II d.C.

Ao nível morfo-funcional parece-me claro que a presença de uma aba permite manusear o recipiente com maior facilidade, podendo por este motivo ser interpretado como um elemento de preensão.

Variante A.1.B.2.

Taça/tigela de bordo triangular.

Esta é uma variante das taças/tigelas que se caracteriza por apresentar um bordo saliente, de secção triangular, voltado para o exterior. É semelhante às tigelas de bordo em aba, e o que as diferencia é fundamentalmente a zona mais saliente do bordo se encontrar na separação entre a parede e o bordo e não no topo do recipiente. Esta saliência pode ter uma funcionalidade de preensão, análoga à que foi proposta para a variante anterior.

Formalmente, encontramos algumas semelhanças entre esta variante e os almofarizes itálicos do tipo Dramont D2, cujo âmbito cronológico é de meados do século I d.C. (Aguarod Ota, 1991, 141). Embora essa forma de almofariz esteja bem documentada no território português (Quaresma, 2008: 151) e seja plausível a sua associação aos contextos do Castro de Segóvia, trata-se de fragmentos de pequenas dimensões, com paredes pouco espessas, claramente inadequados para a moagem de alimentos, o que levou à sua inclusão numa variante da categoria das taças/tigelas.

Catálogo de peças ilustradas:

- 8- [2007.52.5](Estampa 18) - Fragmento de bordo da forma A.1.B.1.. Diâmetro de bordo 165mm
- 9- [1080](Estampa 18) - Fragmento de bordo da forma A.1.B.1.. Diâmetro indeterminado.
- 10- [2007.51.110](Estampa 18) - Fragmento de bordo da forma A.1.B.1.. Diâmetro indeterminado
- 11- [2007.51.49](Estampa 18) - Fragmento de bordo da forma A.1.B.2.. Diâmetro de bordo 261mm
- 12- [1090](Estampa 18) - Fragmento de bordo da forma A.1.A.2.. Diâmetro de bordo 237mm

Forma A.1.C.

Taças-tigelas carenadas

No âmbito das formas abertas, há que destacar a presença de um pequeno conjunto de 16 taças de média dimensão, cuja principal característica é a existência de uma carena, bem marcada, implantada a meio do recipiente.

Estas taças apresentam variações morfológicas significativas ao nível do bordo e da parede do recipiente, pelo que optámos por uma sub-divisão formal em três sub-variantes.

Variante A.1.C.1

Taças-tigelas carenadas exvazadas.

Trata-se de uma forma muito esvazada com diâmetros entre os 18 cm e os 24 cm, em cerâmica manual polida. A parte superior do recipiente apresenta um bordo esvazado separado do corpo do recipiente por uma carena suave, apresentando, habitualmente, a parte inferior uma tendência baixa e hemisférica. No Castro de Segóvia, foram integrados dez fragmentos neste forma.

Devido à presença de um acabamento polido e às suas dimensões, consideramos que esta variante corresponde a um recipiente de mesa, eventualmente utilizado na preparação e/ou consumo de alimentos, descartando-se *á priori* uma utilização na armazenagem ou na cozinha.

Trata-se de uma forma amplamente difundida em contextos pré e proto-históricos, Calcolíticos e do Bronze Final, na região de Alange (Hurtado Perez Enrique Navasquez, 1991), surgindo também associada à fase III de El Risco (Enrique Navasquez et alii, 2001: 66 fig.20), e mesmo na margem esquerda do Guadiana, como o Passo Alto (Soares, 2003).

A presença de taças carenadas em contextos peninsulares da Pré-história recente é relativamente frequente, apesar de a sua associação a contextos orientalizantes da primeira metade do I milénio a.C. estar igualmente documentada. Assim, podemos encontrá-las em contextos crono-culturais orientalizantes e pós-orientalizantes, como Medellín (Almagro Gorbea, 1977), Cancho Roano (Celestino Perez e Jimenez Avila, 1993) e Aliseda (Rodriguez Dias e Pavón Soldevila, 1999), apenas para citar alguns exemplos na Extremadura espanhola.

No que respeita ao território português, esta forma encontra-se documentada na maioria dos sítios com uma ocupação entre o Bronze Final e a Idade do Ferro orientalizante, nomeadamente em Castro Marim (Oliveira, 2007) e na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002: fig.114).

Nestes últimos locais, de clara feição orientalizante, esta forma surge representada em múltiplos tipos cerâmicos que transcendem claramente o universo das produções manuais, como a cerâmica cinzenta fina polida e a cerâmica de engobe vermelho (Freitas, 2006).

Assim, as taças carenadas apresentam um desenvolvimento formal longo e lento correspondendo, em contextos do Bronze Final, a taças baixas com bordos muito exvertidos e carenas quase molduradas, (Ruiz-Mata 1995: 268 e 290, fig.7, Oliveira, 2006: 46), características que se assemelham a alguns dos exemplares de Segóvia (v. estampa 18).

No que respeita aos contextos de recolha, os dados estratigráficos não são claros, pois muitos dos exemplares não possuem contexto de recolha, tendo sido recuperados em trabalhos de prospecção ou em níveis superficiais.

Destaca-se apenas um contexto escavado em 1972, na Trench I, e que corresponde a um alargamento do quadrado A, no sector A. Esta área corresponde à face interna da muralha, onde foi recolhido um conjunto de cerâmica a torno e manual nos níveis 4 e 6. Assim, as taças carenadas, todas de fabrico manual, surgem associadas a potes de perfil em S, um dos quais com asa de cesta. Contudo, nesta área a escavação não foi concluída, não tendo sido atingido o substrato rochoso. Por outro lado, a presença nos mesmos níveis de materiais enquadráveis em horizontes tardios da Idade do Ferro não pode ignorar-se, parecendo impossível, tendo em consideração estes dados, que possam estar em posição primária de deposição.

Por esta razão, é difícil determinar uma origem para esta forma, podendo apenas afirmar-se que se trata de uma pré-existência indígena, que remonta, pelo menos, ao Bronze Final.

Este tipo parece estar ausente de outros sítios da “área céltica” do território português, como o Cabeço de Vaiamonte, e do território espanhol, como o Castrejon del Capote ou a Ermida de Belén, registando-se neste último local alguns potes carenados que aparentam ter um ar de família com alguns dos exemplares de Segóvia (Rodríguez Díaz, 1991: 42, forma II-C).

No Castro de Segóvia, a associação desta forma às suas congêneres pré e proto-históricas não é linear, dado que não se registaram níveis de ocupação da Idade do Bronze ou qualquer associação a um horizonte cultural pós-orientalizante (Evans, 1972), podendo apenas indicar que as taças carenadas de fabrico manual desta variante correspondem aos materiais mais antigos identificados no sítio arqueológico, que evidenciam uma provável filiação no Bronze Final.

A única exceção corresponde ao exemplar a torno (n.º10), que parece ser a uma versão bem mais evolucionada da mesma forma, associada contextualmente a outros fragmentos de cerâmica comum, como potes/panelas, e grandes recipientes de armazenagem.

Variante A.1.C.2

Taças carenadas de perfil em S

Esta forma está representada por cinco exemplares de bordo e parede, todos fabricados manualmente. Corresponde a bordos curtos, esvasados ou de tendência vertical, com uma carena na zona central do corpo, que o separa da parte superior.

Tal como a forma anterior, este tipo de taça carenada também surge habitualmente associada a contextos de Bronze Final (fase III de El Risco -Enrique Navasquez *et alii*, 2001: 66 fig.20), mas está igualmente documentada em contextos da Idade do Ferro (*Ibidem*: 269 e 293, fig.9; Oliveira, 2006: 46).

Esta forma apresenta dimensões variadas, entre os 120mm e os 260mm de bordo. Os exemplares do Castro de Segóvia evidenciam alguma diversidade ao nível dos perfis, registando-se alguns exemplares de parede vertical e menores dimensões (n.ºs 9, 12 e 14).

Esta variedade parece ter um significado cronológico mais estrito, sendo os exemplares com características mais arcaizantes associados a uma fase de ocupação mais antiga do sítio.

Três foram recolhidos em contextos de cronologia romana, em associação a estruturas da fase II (n.ºs 10, 12 e 14). Dois registaram-se em contextos da Idade do Ferro (n.ºs 9 e 11), um dos quais surgiu no contexto de recolha de idêntica cronologia, em área anexa ao apresentado para a variante anterior (n.º 9).

Face ao exposto, o contexto de recolha vem por um lado corroborar a presença de variantes mais antigas associadas a formas do Bronze Final e por outro documentar variantes evolucionadas, uma de bordo esvazado e outra de pequena dimensão, que parecem indiciar uma evolução autóctone.

Contudo, o número de exemplares recolhidos e o seu estado de fragmentação é claramente insuficiente para realizar um estudo aprofundado sobre esta variante, faltando elementos essenciais para caracterização da forma, nomeadamente as morfologias dos fundos e a sua evolução.

Sub-Variante A

Integrámos três exemplares de bordo vertical ou ligeiramente esvazado e de parede hemisférica nesta sub-variante. Os recipientes apresentam uma carena pouco marcada, correspondendo a uma pequena inflexão que separa o bordo da parede do vaso.

Esta variante corresponde ao tipo A.I.f de Ruiz-Mata (*Ibidem*: 269 e 293, fig.9), ou ao tipo 8.C.3. de Castro Marim (Oliveira, 2006: 46).

Os contextos de recolha sugerem tratar-se de uma forma de cronologia romana, em associação a estruturas da fase II (estampa 20, n.ºs 9, 11 e 13)

Sub-Variante B

Taças de pequeno diâmetro com a separação entre o bordo e a parede marcada por um ligeiro esvasamento do bordo, possuindo paredes finas e verticais e uma canelura bem marcada na parte baixa do recipiente.

Os contextos de recolha sugerem tratar-se de uma forma de cronologia romana, em associação a estruturas da fase II (estampa 20, nºs 12 e 14).

Forma A.1. Quadro Síntese

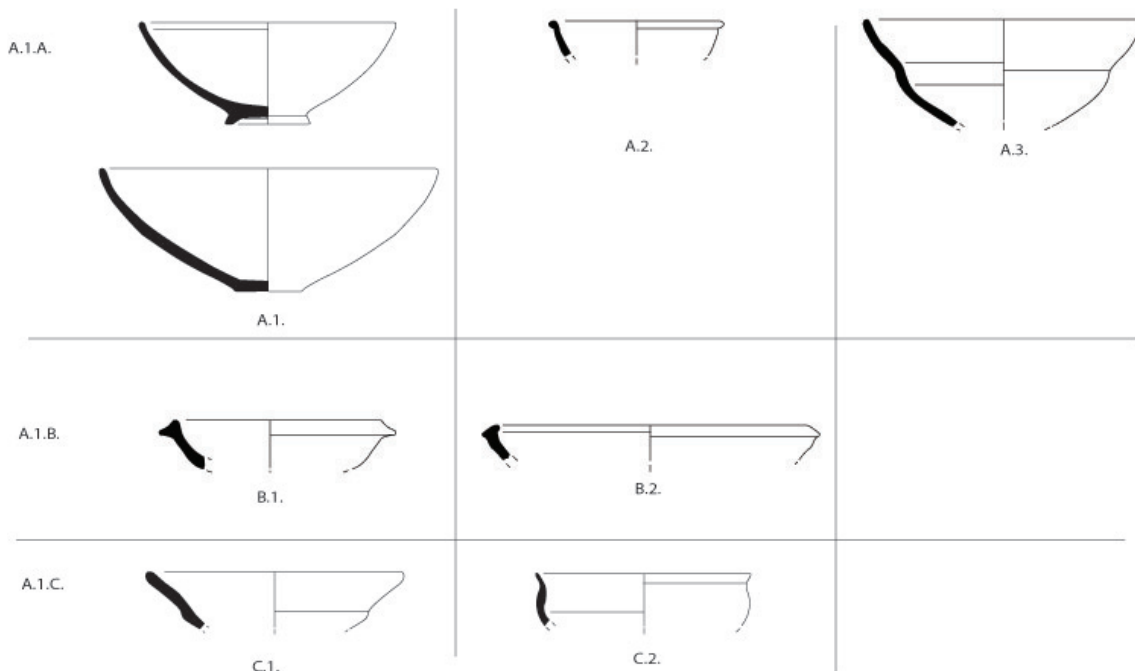


Figura 41- Quadro síntese de formas do grupo A.1.

Catálogo de peças ilustradas:

1- [2007.50.24]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1.. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 180mm

2- [2007.50.29]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 240mm

- 3- [E179]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 192mm
- 4- [2007.50.26]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 219mm
- 5- [2007.50.30]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro indeterminado.
- 6- [2007.50.25]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro indeterminado.
- 7- [2007.50.23]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro indeterminado.
- 8- [2007.04.733]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1. Cer. manual polida. Diâmetro indeterminado
- 9- [2007.51.65]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.2.. Sub-Variante A Cer. manual polida Diâmetro de bordo 120mm
- 10- [2007.50.28]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.1.. Diâmetro de bordo 221mm
- 11- [2007.50.24]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.2. Sub-Variante A. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 150mm
- 12- [2007.51.1892]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.2. Sub-Variante A. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 9mm
- 13- [2007.50.24]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.2. Sub-Variante A. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 264mm
- 14- [2007.51.739]](Estampa 20) - Fragmento de bordo da forma A.1.C.2. Sub-Variante B. Cer. manual polida Diâmetro de bordo 99mm

Comentário

Um elemento de características eminentemente funcionais, que se regista num número significativo de recipientes de Taça-Tigela A.1.A.1., é a presença de uma dupla perfuração, de pequeno diâmetro (inferior a 4mm), aplicada paralelamente ao bordo.

Embora estas perfurações se registem com alguma frequência nos mais variados tipos de recipientes cerâmicos e habitualmente correspondam a uma reparação, neste caso

consideramos existirem evidências para afirmar que foram concretizados com outra finalidade.

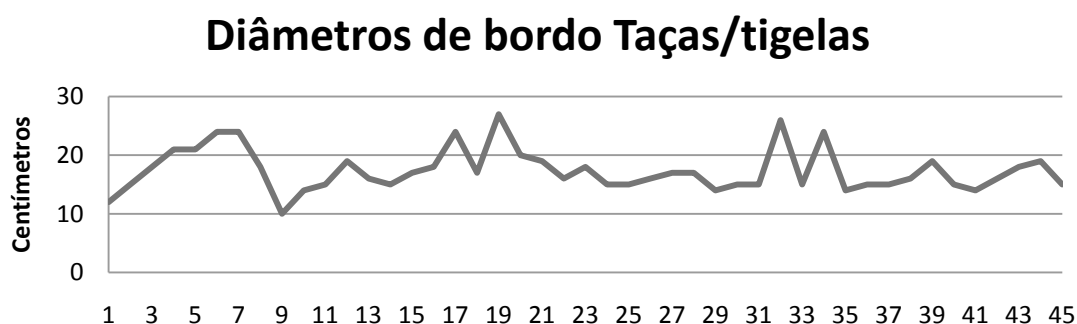


Figura 42- Gráfico com os diâmetros de bordo das taças/tigelas de bordo liso

Em primeiro lugar, parece claro que as perfurações registadas nas taças foram executadas *ante* cozedura. Por outro lado, a simetria e a distância do bordo são uma constante, o que não faria sentido caso se tratasse de remendos. Por último, alguns destes exemplares encontram-se inteiros, não existindo indícios de qualquer fractura, pelo que os “gatos” não se justificam.

Neste sentido, equacionamos uma funcionalidade de preensão do recipiente, permitindo a sua suspensão através de um fio. Esta funcionalidade, há muito reportada por outros investigadores (Beirão e Gomes, 1985: 477, Fabião, 1998: 38) está também documentada no Castro de Segóvia.

A morfologia das taças A.1.A.1. permite sempre equacionar uma dupla funcionalidade, podendo ter sido utilizadas igualmente como tampas de recipientes de forma fechada, como os potes, por exemplo, hipótese defendida por diversos investigadores para recipientes análogos (Nolen, 1986; Berrocal Rangel, 1994; Fabião, 1998).

A corroborar esta hipótese, no espólio cerâmico do Castro de Segóvia apenas foi recolhida uma pequena percentagem de recipientes classificados (1% <) formalmente como tampas, tratando-se, na sua maioria, de recipientes de pequeno ou médio diâmetro. Alguns são produções de cerâmica manual polida, não existindo exemplares de maiores dimensões.

As taças apresentam uma produção mais uniforme, quando comparada com as tampas, tendo a maioria dos exemplares sido produzida a torno, existindo contudo uma

produção manual polida associada às taças de bordo direito A.1.A, variante 1, bem como às taças-tigelas carenadas A.1.C., variantes 1 e 2.

Em termos absolutos, a percentagem de produção manual polida é reduzida e a sua presença poderá estar relacionada com dois factores que, de qualquer modo, não se contradizem: a presença de materiais de cronologia mais recuada associados ao Bronze final, documentada através das taças-tigelas carenadas A.1.C., variantes 1 e 2; uma eventual associação a contextos rituais de um conjunto de taças-tigelas de menores dimensões que integram a variante A da forma A.1.A., que pelas suas menores dimensões e revestimento interior e exterior polido, poderiam destinar-se a outro tipo de actividades, para além do consumo de produtos alimentares. Naturalmente que esta são apenas meras hipóteses interpretativas que, por ora, carecem de confirmação arqueológica.

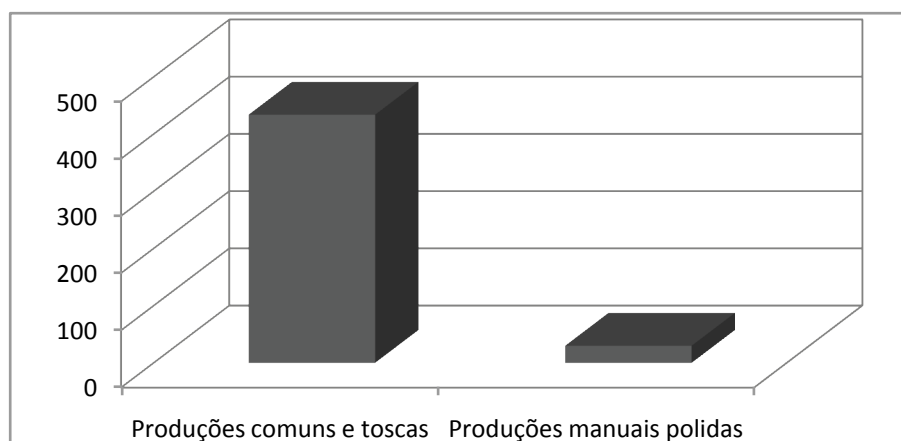


Figura 43 - Distribuição de produções identificadas no grupo A.1.

Por último, ainda no que concerne à funcionalidade das taças, parece tratar-se de recipientes multiusos que seriam utilizados quer como tampa, quer no serviço de mesa quer mesmo na preparação e alimentos. Deste modo, advoga-se a função de "prato" já amplamente discutida por outros investigadores, que, no Castro de Segóvia, se torna uma evidência arqueológica, dado o número reduzido de pratos identificados no sítio.

Importa referir que foram identificados pratos/páteras de cerâmica campaniense, com cronologia em torno ao século I a.C., um prato de *terra sigillata* sud-gálica e pratos de

cerâmica comum de imitação de formas itálicas com cronologias entre o século I e inícios do século II d.C., parecendo claro que a forma de prato apenas chegou ao sítio na última fase da sua ocupação. Assim, durante a Idade do Ferro o "prato" seria por excelência a taça-tigela, cuja utilização se manteve até ao abandono do sítio, ainda que se tenham reconhecido escassos fragmentos de pratos de cerâmica cinzenta fina e pintados em bandas (*infra* 7.2. e 7.3).

7.1.6.2.2. TIPO A. 2.

Tampas

Tampas, testos ou *opercula* são uma designação genérica de um objecto cerâmico utilizado para tapar recipientes.

O seu uso mais comum circunscreve-se ao âmbito culinário, no qual tampas são utilizadas para tapar tachos e panelas. Existem contudo tampas de maiores dimensões destinadas a cobrir recipientes de armazenagem, como talhas, por exemplo.

As características morfo-funcionais deste tipo são bastante simples. Trata-se de uma base de forma circular que se desenvolve num corpo de tendência troco-cónica, que é rematado na parte superior por um elemento de preensão pé/pega.

As variações desta forma, para além da espessura das paredes e do diâmetro máximo, encontram-se ao nível do bordo e da pega. Os bordos possuem por vezes espessamentos, saliências ou reentrâncias, internas e externas, de modo a melhor encaixar nos recipientes a que se destinam. Quanto aos elementos de preensão, podem ter características muito distintas, desde um remate tosco com marcas digitadas, até um pé anelar, semelhante ao de uma taça/tigela.

Uma das principais características que originou a classificação individualizada como tampa é a presença de paredes rectas, muito abertas e de fundos toscos, pouco estáveis

se utilizados como taça-tigela (v. estampa 21 e 22), não restando assim outra classificação que não a de tampa.

No Castro de Segóvia os fragmentos cerâmicos passíveis de serem integrados neste tipo não são abundantes, tendo sido classificados um total de 85 tampas.

Apesar de esta classificação ter sido operada sem reservas, o número total de tampas poderá ser muito mais elevado. Não podemos, neste sentido deixar de referir que muitas das taças/tigelas de bordo simples (v. forma 1.A) existentes no sítio, poderão corresponder a tampas.

A semelhança formal entre estes dois tipos é grande, sendo por vezes impossível determinar de qual das formas se trata. Por outro lado, alguns investigadores advogam em defesa da multi-funcionalidade cerâmica, tendo neste sentido estabelecido uma categoria bi-funcional de tigelas/tampa, propondo a sua utilização invertida.

Sem ter como propósito esgotar esta questão, optámos por efectuar uma classificação segura dos exemplares que funcionalmente se destinam apenas a tapar recipientes, associando os restantes à categoria de taça/tigela, que é por si só multi-funcional, assegurando assim a correcta classificação de recipientes com dupla funcionalidade.

Trata-se exclusivamente de tampas de pequeno e médio diâmetro, passíveis, de acordo com a sua variação morfológica, de serem divididas em três variantes.

A ausência de tampas de grandes dimensões, aliada à grande quantidade de recipientes de armazenagem, de tipo talha, exumados no local, coloca claramente uma questão sobre o modo de cobrir estes contentores.

Em primeiro lugar importa destacar que não foi recolhida nenhuma tampa com diâmetro superior a 24 cm, o que indicia não terem sido utilizados recipientes cerâmicos com estas características para cobrir grandes recipientes de forma fechada.

Dada a necessidade de tapar os recipientes de grande dimensão, regista-se noutros locais, tipos específicos para esse efeito (Pinto, 2003: 474; Arruda, Viegas e Bargão, 2010: 296), colocando-se a hipótese de utilização de tampas feitas em materiais perecíveis, como por exemplo a madeira, que não subsistiram até aos dias de hoje.

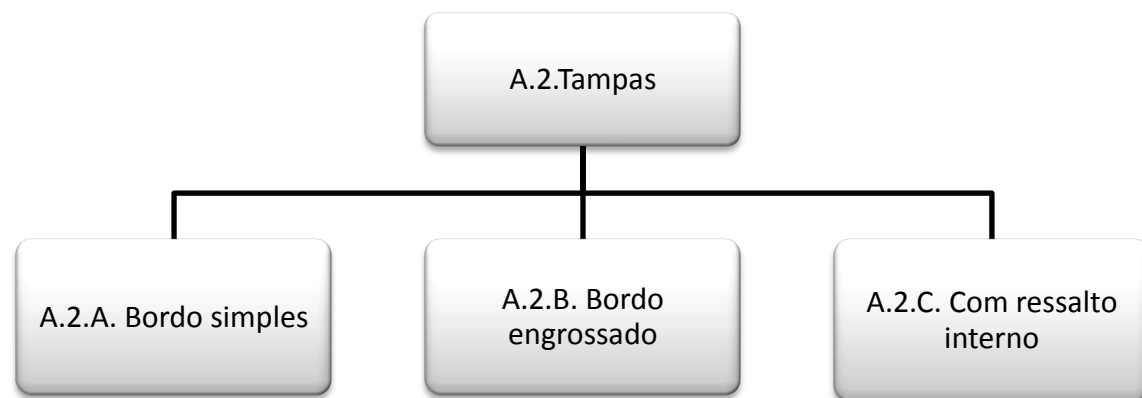


Figura 44- Quadro tipológico da forma A.2. Tampas.

Forma A.2.A.

Tampas de bordo Simples

Trata-se de tampas de paredes rectas, ou ligeiramente convexas, rematadas por um bordo arredondado ou biselado. A principal característica desta forma é terem a parede e o bordo lisos, não existindo qualquer separação entre eles, correspondendo o último apenas a uma continuação natural da parede.



Figura 45 - Exemplar completo de Tampa A.2.A.

Esta variante é, por vezes, rematada por um pequeno pé destacado em forma de bolacha, existindo exemplares em cerâmica manual polida e em cerâmica produzida a torno.

Esta é a variante com maior expressão numérica no conjunto, estando representada por 32 exemplares, com diâmetros de bordo que variam entre os 10,5 cm e os 20 cm (estampa 21).

Estas tampas são as mais comuns e talvez por essa razão, apresentem uma grande diversidade de técnicas de fabrico e de acabamento, estando documentadas em produções a torno, manuais grosseiras e polidas.

No Alentejo podemos encontrar esta variante em locais de habitat, romanos ou da Idade do Ferro, como S. Cucufate (Pinto, 2003: 468-fig.551) ou Mesas do Castelinho (Estrela, 2010: est.8, nº4077), repectivamente.

Forma A.2.B.

Tampas de bordo engrossado

Esta variante é muito semelhante à anterior. Tem paredes lisas, rectas ou ligeiramente convexas. Os bordos são engrossados e arredondados e destacam-se da parede oblíqua por se desenvolverem na horizontal.

No Castro de Segóvia, foi possível identificar 12 fragmentos de bordo com estas características, que apresentam diâmetros compreendidos entre os 14 cm e os 24 cm (v.estampa 22).

Esta forma possui elementos que estão intrinsecamente ligados à sua funcionalidade, assemelhando-se à forma actual das tampas de tachos.

O bordo destacado corresponde ao encaixe positivo das panelas, púcaros e mesmo de alguns pratos com ressalto interior. Por esta razão, consideramos que esta variante se destinava a tapar esses recipientes.

Tal como sucede na variante anterior, trata-se de uma forma de ampla difusão geográfica e espectro cronológico, abrangendo níveis da Idade do Ferro e de época romana um pouco por toda a Península Ibérica. Neste sentido, remetemos por razões de proximidade geográfica, para os exemplares do Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 392, Est XCV) e de S. Cucufate (Pinto, 2003: 466-fig.545) .

Forma A.2.C.

Tampas com ressalto interno

Trata-se de tampas de pequena e média dimensão, que apresentam uma parede ligeiramente côncava, rematada por um bordo com um ressalto interno.

Ao nível da funcionalidade, este ressalto permite o encaixe num pote de perfil em S de bordo arredondado, por exemplo. Trata-se de um encaixe semelhante ao identificado na variante anterior A.2.b., distinguindo-se dela pela posição do ressalto, que neste caso se encontra na tampa propriamente dita e não no recipiente a ser tapado (v.estampa 23).

Esta variante está representada apenas por três exemplares, de produção a torno.

Ao nível dos paralelos, parece existir pelo menos um fragmento em Cabeça de Vaiamonte, embora tenha sido incluído pelo autor que estudou o sítio no grupo de formas abertas de tradição pré-romana (Fabião, 1998: volIII, Est 41, nº2)

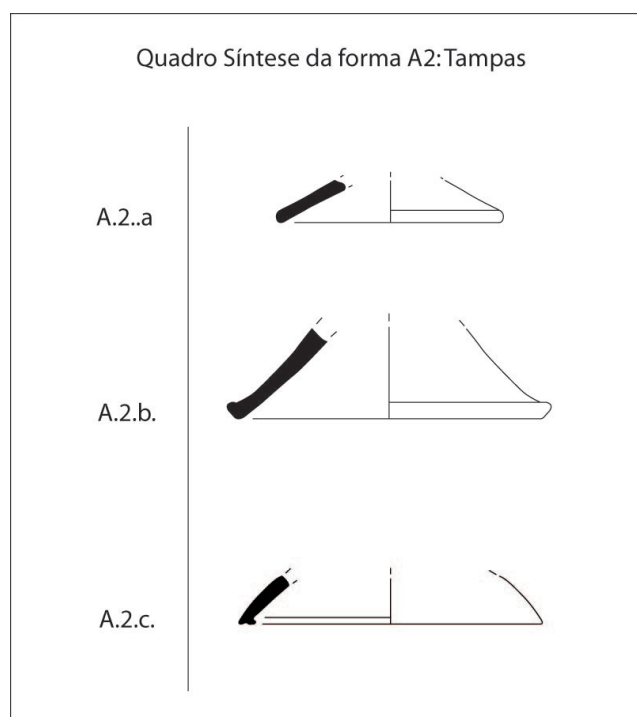


Figura 46 - Quadro síntese de formas do tipo A2.

Catálogo das peças ilustradas:

- 1- [2007.51.80] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 300mm
- 2- [2007.51.1374] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 174mm
- 3- [997] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 171mm

- 4- [2007.51.48] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 115mm
- 5- [2007.51.167] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 141mm
- 6- [2007.51.292] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 144mm
- 7- [2007.51.1101] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 192mm
- 8- [2007.50.325] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 150mm
- 9- [2007.51.815] (Estampa 21) - Fragmento de bordo. Forma A.2.A. Diâmetro de bordo 149mm
- 10- [952] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 153mm
- 11- [2007.50.382] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 151mm
- 12- [2007.50.283] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 186mm
- 13- [1223] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 237mm
- 14- [2007.51.289] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 246mm
- 15- [E179] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 144mm
- 16- [2007.50.15] (Estampa 22) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 210mm
- 17- [1295] (Estampa 23) - Fragmento de bordo. Forma A.2.C. Diâmetro de bordo 147mm
- 18- [2498] (Estampa 23) - Fragmento de bordo. Forma A.2.C. Diâmetro de bordo 150 mm
- 19- [2007.51.225] (Estampa 23) - Fragmento de bordo. Forma A.2.C. Diâmetro de bordo 90mm
- 20- [2007.50.450] (Estampa 23) - Fragmento de fundo. Forma A.2. Cer. manual polida. Diâmetro de fundo 45mm
- 21- [1025] (Estampa 23) - Fragmento de fundo Forma A.2.? Diâmetro de fundo 66 mm
- 22- [22] (Estampa 23) - Perfil completo Forma A.2.A Diâmetro de bordo 156 mm

Comentário

Os exemplares classificados como tampa correspondem a recipientes de dimensões variadas, podendo os bordos apresentar dimensões entre os 9cm e os 30 cm. Apenas alguns fragmentos apresentam vestígios de exposição ao fogo, tendo estes sido certamente utilizados como tampas de potes ou panelas. Não obstante, a discrepância numérica existente entre taças e tampas e o número de potes panelas, em Segóvia a proporção é de 1/3, sendo as formas fechadas de recipientes de cozinha dominantes no conjunto.

Por outro lado, a presença de taças e tampas de cerâmica manual, que correspondem a exemplares de menor diâmetro, sugere a sua utilização não apenas em época romana, mas também durante a Idade do Ferro. Neste sentido, importa referir que as tampas da forma A.2.C. correspondem exclusivamente a produções a torno, sendo possível associar as produções manuais à forma A.2.A. e B (v.estampa 20-22) e a um primeiro momento de produção.

Habitualmente, as tampas apresentam uma baixa qualidade de acabamento, resultando em produções toscas, pouco estandartizadas. Porém, em Segóvia identificámos um significativo número de produções manuais com acabamento polido, o que parece evidenciar a convivência de uma produção mais cuidada. A ausência de relação estratigráfica directa entre estas tampas e outros recipientes que as mesmas cobririam inviabiliza a percepção de uma eventual funcionalidade específica para estes exemplares polidos.

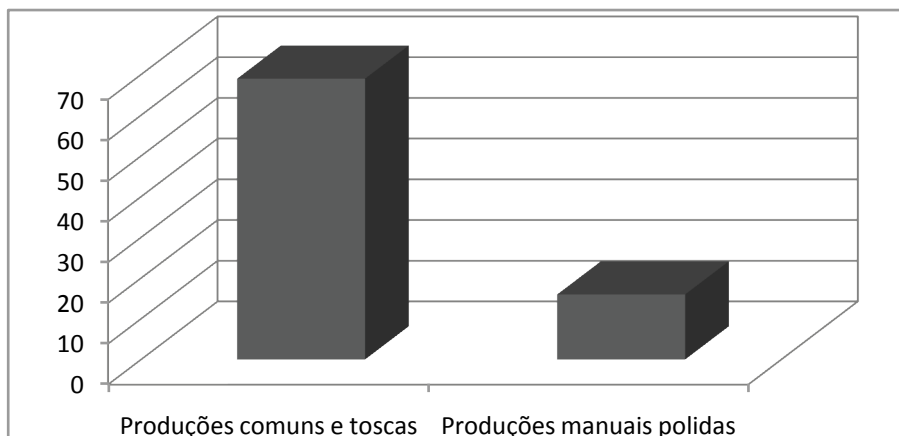


Figura 47 Gráfico das produções identificadas no grupo das tampas.

Parece evidente, pela contabilização de fragmentos classificáveis por forma, que não existia uma tampa para cada pote ou panela, tal como a ausência de marcas de fogo, na maioria dos exemplares, sugere que alguns recipientes que seriam cobertos por tampas se destinavam ao armazenamento. Com os elementos que dispomos, não é possível uma caracterização mais detalhada, dado que o registo dos contextos deposicionais primários é fundamental na associação de formas e funcionalidades e o registo de escavação do Castro de Segóvia é omissivo quanto a essa informação.

7.1.6.2.3. TIPO A.3.

Pratos

Recipiente côncavo e circular, usado para o consumo de alimentos. Os pratos destinavam-se a um uso exclusivo à mesa, serviam para conter sólidos ou semi-líquidos e era deles que directamente se comia (Alarcão, 1974: 33). Habitualmente, possuem um fundo raso ou ligeiramente côncavo e paredes curvas e baixas.

Ao nível das proporções da forma, considera-se prato recipientes cujo diâmetro seja superior a quatro vezes a altura (Balfet, Fauvet-Berthelot e Monzon, 1983).

Esta é uma forma com escassa representação no Castro de Segóvia. De entre todas as formas abertas é aquela que apresenta um menor número de indivíduos. Esta expressão reduzida deve-se provavelmente à sua funcionalidade específica, ou seja, existindo no sítio grande quantidade de recipientes multiusos, que podem ter sido usados para comer à mesa alimentos sólidos, não seria necessário que um grande número de pratos integrasse a baixela cerâmica.

A forma de prato apresenta-se em quatro variantes, todas de filiação romana, correspondendo a um total de 17 fragmentos:

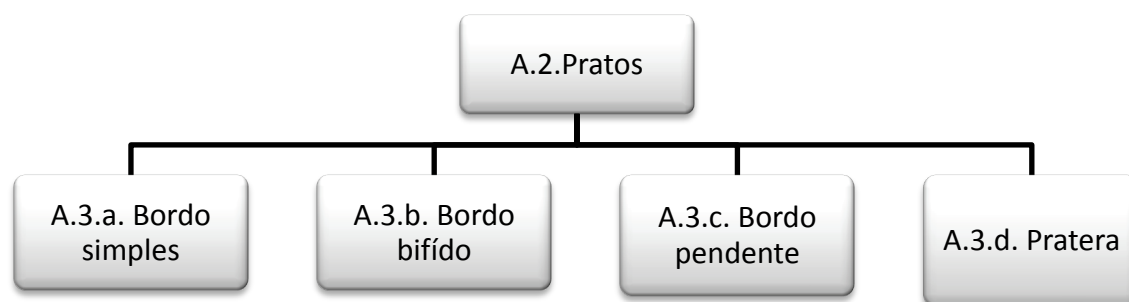


Figura 48- Quadro tipológico da forma A.3. Pratos.

Forma A.3.A.

Prato de bordo simples (Aguarod 6)



Figura 49- Projeção 3D do Prato A.,3.a.

Prato de bordo recto, ligeiramente reentrante, sem separação entre o bordo e a parede. Fundo totalmente plano. No Castro de Segóvia existe um exemplar com estas características.

Forma inspirada nos pratos de engobe vermelho pompeiano, corresponde ao tipo Luni 5/Aguarod 6 (Aguarod Ota, 1991: 74). No caso dos pratos itálicos, é frequente a presença de marcas de fogo nas paredes exteriores. Contudo, o fragmento recolhido não apresenta quaisquer marcas, estando a sua funcionalidade associada ao serviço de mesa.

No que respeita à cronologia, trata-se de uma forma com uma longa vida, produzida, sem alterações significativas, desde Augusto até aos últimos decénios do século I a.C. (*Ibidem*: 77).

Deste modo, as variações formais identificadas ao nível da altura e do diâmetro de bordo não possuem qualquer significado cronológico, convivendo exemplares mais pequenos, como é o caso de Segóvia, com outros de maiores dimensões (Aguarod Ota, 1991: 74).

No actual território português, esta forma é frequente em contextos alto imperiais, onde muitas das vezes convive com os seus protótipos itálicos, sendo abundante em S. Cucufate (Pinto, 2003: 185), e Conímbriga (Alarcão, 1974: 95), estando bem representada em Monte Molião (Arruda, Viegas e Bargão, 2010: 292).

A sua produção na olaria do Pinheiro, entre o final da época Flávia e o século II d.C. (Mayet e Silva, 1998: 68), vem confirmar a contemporaneidade das produções locais com a fase final das produções itálicas.

Elemento a destacar são os exemplares exumados no Castelo da Lousa, que, sendo formalmente associados a tipos análogos à forma Aguarod 6, de produção local, possuem, contudo, um espectro cronológico mais arcaico, associado à fase republicana no sítio (Alarcão *et alii*, 2010: 258).

Forma A.3.B.

Prato de bordo bífido (cerâmica de cozinha itálica)



Figura 50- Projecção 3D do Prato A.,3.B.

No Castro de Segóvia, foi identificado um prato de bordo bífido do tipo tipo Aguarod 3 (Celsa Vel.8/Vegas 14), forma pertencente à baixela da cerâmica de cozinha itálica. Possui bordo arredondado e uma ranhura na parte superior do bordo, paredes ligeiramente côncavas e fundo plano (Mercedes Vegas, 1973: 43-44).

Trata-se de pratos de grandes dimensões, com diâmetros superiores aos 20 cm. Ao nível da funcionalidade, é idêntico à variante anterior.

O sulco sobre o bordo funciona, tal como nas panelas, como um encaixe para uma tampa de idênticas dimensões.

Ao nível da cronologia, trata-se de uma forma tipicamente republicana. Os contextos mais antigos registam-se em Sevilha onde estes pratos estão datados da segunda metade do século II a.C., em produções itálicas (Campos Carrasco, 1986: 71, fig.58). A forma, está igualmente bem documentada em contextos do século I a.C., como La Madrague de Giens (Tcherniá *et alii*, 1978).

No que respeita ao extremo ocidente peninsular esta forma está presente nos inventários do Castelo da Lousa, forma 1 (Pinto, 2010: 258) e em contextos tardo-republicanos e em Castro Marim (*Ibidem*).

Forma A.3.C.

Prato de bordo pendente

Forma que pertence à família dos pratos de bordo bífido, cuja principal característica é o desenvolvimento do bordo na horizontal, em direcção ao exterior. As paredes são rectas e esvasadas e o fundo é plano. No Castro de Segóvia, foi identificado um fragmento de produção local desta forma.

Trata-se da primeira forma de pratos de bordo bífido, cuja produção em Itália se iniciou ainda durante o século III a.C., tendo perdurado durante os séculos II e I a.C. (Aguarod Otal, 1991: 89-90).

Não existindo paralelos desta forma no actual território português, e tratando-se de uma produção local, o âmbito cronológico é impreciso, mas claramente dentro do período romano republicano.

O contexto de recolha do fragmento não permite afinar a cronologia dado que se trata de um nível de época romana imperial, com *Terra Sigillata* sud-gálica.

Forma A.3.D.

Pátera imitação de Cerâmica Campaniense

Nas intervenções arqueológicas de Segóvia, foi exumado um bordo curto de tendência vertical de um prato de grande diâmetro, produzido em pasta cinzenta, depurada, com acabamento externo e interno polido.

Coloca-se a hipótese de esta forma se ter inspirado numa pátera da forma Lamboglia 7.

Neste contexto, deve recordar-se que no Castro de Segóvia, para além de um extenso conjunto de cerâmicas comuns, identificou-se, no âmbito das de importação, um conjunto de taças e páteras de cerâmica campaniense, do qual importa sublinhar a presença de páteras das formas Lamboglia 5, 7 e 5/7, pelo que a “cópia” parece explicável.

Esta forma de prato apresenta uma ampla cronologia de produção dentro do período republicano. Não obstante a presença de produções de cerâmica campaniense estas formas de imitação sugerem um carácter tardio para esta forma.

Embora não exista nenhuma tipologia ou cronologia estrita para classificar imitações de campaniense, é possível efectuar o enquadramento tipológico desta pátera no tipo de 7 Lamboglia e de F2280 de Morel (1981).

Catálogo de peças ilustradas:

- 1- [2007.51.04] (Estampa 24) - Fragmento de bordo. Forma A.3.A. Diâmetro de bordo 150mm
- 2- [972] (Estampa 24) - Fragmento de bordo. Forma A.2.B. Diâmetro de bordo 272mm
- 3- [1177] (Estampa 24) - Fragmento de bordo. Forma A.2.C. Diâmetro de bordo 320mm
- 4- [2007.51.235] (Estampa 24) - Fragmento de bordo. Forma A.2.C. Diâmetro de bordo 240mm
- 5- [1089] (Estampa 24) - Fragmento de bordo. Forma A.2.D. Diâmetro de bordo 270 mm
- 6- [2007.51.292] (Estampa 24) - Fragmento de fundo. Forma A.2. Diâmetro de fundo 178mm

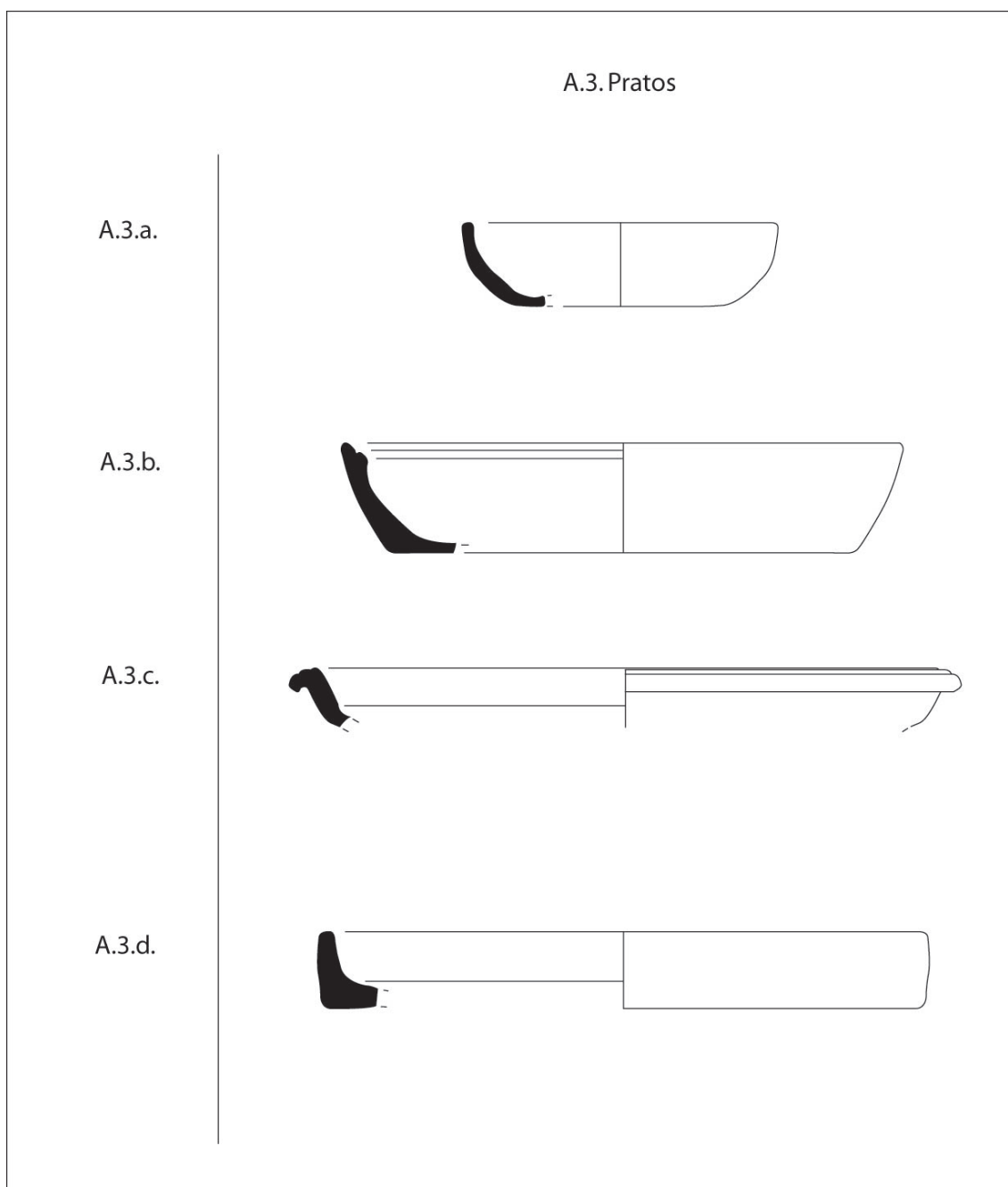


Figura 51-Quadro síntese do Tipo A.3.

Comentário

Importa aqui discutir o espectro cronológico dos pratos identificados em Segóvia. Os bordos simples ou ligeiramente reentrantes e as paredes arqueadas sugerem a sua integração dentro da designação genérica de pratos covos.

O prato não é um recipiente típico do repertório indígena. A sua presença em contextos peninsulares pré-romanos surge pela primeira vez associada a influências orientalizantes e ao seu reflexo na cultura material indígena. Neste sentido, importa referir a presença de pratos de engobe vermelho, na primeira metade do I milénio a.C., em contextos da chamada I Idade do Ferro no sul da Península Ibérica, cujas distintas características formais os separam dos protótipos romanos.

Os pratos covos correspondem a um tipo ausente dos repertórios formais da Idade do Ferro, mesmo os que apresentam uma cronologia tardia como em Castrejon del Capote (Berrocal, Rangel, 1994: 141) ou a Ermida de Belen (Rodriguez Díaz, 1991: 44-fig.14, 56-fig.22).

Trata-se de formas inspiradas em modelos itálicos de cerâmica comum e de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, que chegaram à Península Ibérica em momentos republicanos tardios, não anteriores ao século I a.C.

Estas balizas permitem afirmar que os pratos de cerâmica comum exumados no Castro de Segóvia são exclusivamente de tradição romana, não existindo qualquer evidência da sua utilização em momentos anteriores.

7.1.6.2.4.TIPO A.4.

Malgas/Tigelas

Este talvez tenha sido o grupo mais complexo de tipificar no conjunto dos recipientes abertos. Trata-se de uma forma de dimensão intermédia entre as taças/tigelas e os alguidares, cujas especificidades são complexas e altamente discutíveis.

O tipo A.4. corresponde a um grupo de formas abertas, de bordo simples, de tendência hemisférica ou trocónica e de média dimensão. De acordo com as variações formais identificadas, estabelecemos três formas dentro deste tipo.

O tipo A.4. engloba recipientes de produção manual polida e a torno, correspondendo a um recipiente multifuncional que poderia ser utilizado na preparação de alimentos ou no serviço de mesa. Dada a sua profundidade, este recipiente apresenta uma capacidade muito superior ao tipo A.1. podendo conter sólidos, líquidos ou semi-líquidos.

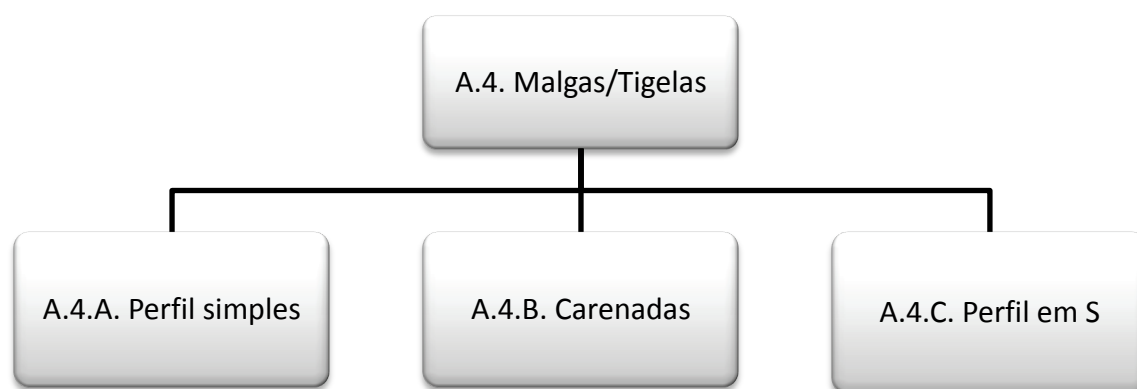


Figura 52- Quadro tipológico da forma A.4. Malgas/Tigelas

Forma A.4.A

Malgas de perfil simples.

Os recipientes simples, de perfil hemisférico ou toncocónico, remetem para uma tradição oleira pré-histórica. Neste sentido, os exemplares do Castro de Segóvia parecem enquadrar-se numa tradição indígena de produções de cerâmica manual polida, tendo-se contabilizado dez fragmentos (n.m.i. 9).

Embora no âmbito do estudo das produções locais de Segóvia a caracterização tipológica desta forma seja inequívoca, no sentido em que estes exemplares apresentam um perfil individualizado, facilmente identificável e devem por essa razão integrar uma variante própria, importa discutir algumas questões terminológicas e formais que se criaram em torno destes recipientes.

Alguns autores optaram por criar uma categoria mista de bacias/alguidares que por vezes apresenta uma inflexão angulosa na parte superior do corpo, idêntica a algumas variantes de alguidares identificadas em contextos da Idade do Ferro (Fabião, 1999: II-48), podendo inclusive tratar-se de um protótipo de alguns almofarizes romanos (*Ibidem*, 49).

Contudo, no conjunto cerâmico do Castro de Segóvia esta indefinição formal parece estar ausente. A simplicidade dos perfis aliada ao acabamento cuidado de todos os exemplares, deste tipo não deixa grande margem para dúvida quanto à sua separação numa categoria individualizada.

Os exemplares de Segóvia apresentam paredes finas e superfícies polidas, que os diferenciam dos recipientes de maiores dimensões exumados no sítio (almofarizes e alguidares). Deste modo, embora a sua individualização tipológica não suscite dúvidas, trata-se de uma forma pouco expressiva no conjunto (inferior a 1%), tendo sido recolhidos um total de dez fragmentos.

Relativamente à terminologia, a designação de bacia tão pouco parece correcta quando aplicada a este conjunto, dado que as dimensões dos recipientes deste tipo são demasiado pequenas para que os possamos enquadrar na categoria dos grandes vasos.

O próprio tipo designado por bacia carece de definição tipológica, pois está documentado em vários sítios da Idade do Ferro do Alentejo português e da Extremadura espanhola. Funcionalmente, trata-se de um recipiente destinado à preparação/armazenagem de alimentos, mas a designação de alguns autores espanhóis de “cazuela” implicaria uma distinta função culinária (Rodriguez Díaz, 1991: 43).

Deste modo, embora esta morfologia possa surgir designada por bacias/alguidares (Fabião, 1999), taças(Alarcão, 1974) ou mesmo "cazuelas" (Rodrigues Díaz, 1991), esta forma é passível de ser individualizada pelas suas dimensões e capacidade.

No Castro de Segóvia, optámos pela designação de malga e remetemos para a definição de Jorge de Alarcão, que descreve tigelas ou malgas como vasos dos quais se come ou bebe (Alarcão, 1974: 34). A esta funcionalidade temos sempre que aduzir a hipótese da sua utilização na preparação de alimentos.

Ao nível formal, é igualmente possível associar os perfis de Segóvia a alguns dos apresentados em Conímbriga, em particular dos vasos mais profundos de perfil simples (*Ibidem*; est. X 201-205), mas também à variante 8.a. de cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (Oliveira, 2006: 45).

Com estes paralelos formais, pretende-se sublinhar que se trata de uma forma produzida desde a pré-história, que não apresenta nenhuma particular incidência geográfica, estando presente em todo o território, sendo produzida através de diversas técnicas (manuais e a torno), consoante o contexto e cronologia em que se insere.

No caso do conjunto de Segóvia, um exemplar está associado, contextualmente, a taças carenadas da forma A.1.C.1. (v. estampa 25 n.º5), remetendo para uma eventual cronologia do Bronze Final para esta forma. Contudo, o restante conjunto foi recolhido em níveis superficiais, ou em depósitos com cerâmica de cronologia romana, carecendo de dados estratigráficos seguros.

Forma A.4.B.

Malgas carenadas troncocónicas

Produzidas a torno, apresentam um bordo de tendência vertical ou ligeiramente invertido, carena saliente muito marcada e fundo hemisférico. No Castro de Segóvia, foram recolhidos um total de cinco fragmentos integráveis nesta forma.

Esta variante resulta exclusivamente da produção a torno, e corresponde a pastas escuras com fabrico e acabamento grosseiro. A acentuada concavidade do recipiente permite integra-lo em formas bi-troncocónicas, mais profundas que qualquer outra variante de taça identificada no sítio.

Esta distinta caracterização formal, embora não suscite dúvidas quanto à sua integração no universo das malgas-tigelas, coloca algumas questões do ponto de vista funcional e cronológico que importa discutir.

Relativamente às variantes anteriores parece tratar-se de uma forma mais tardia, exclusivamente produzida a torno com acabamentos grosseiros. Lográmos identificar exemplares com características análogas nas cerâmicas comuns de S. Cucufate, nomeadamente na forma III-A.4 (Pinto, 1999: fig.140). De acordo com a cronologia de S. Cucufate esta forma surge nos horizontes 5 e 6, os mais tardios da *villa*, motivo pelo qual a autora sugere uma eventual filiação à forma Hayes 14, produzida a partir de finais do século II d.C.(Ibidem:274).

Especificamente em relação aos materiais do Castro de Segóvia esta filiação nas produções de *terra Sigillata* Clara A deve ser descartada, dado terem sido recolhidos exemplares em contextos do século I d.C. Neste sentido importa referir que a *terra sigillata* africana está ausente do conjunto das cerâmicas importadas. Por esta razão é possível uma filiação destas malgas no repertório indígena, nomeadamente relacionada com formas evolucionadas de taças ou tigelas carenadas.

Forma A.4.C.

Malgas de perfil em S



Figura 53 - Projecção 3D de malga de perfil em S

A última variante deste grupo é representada apenas por quatro fragmentos de bordos e fundos de uma malga de bordo esvazado, constituindo a única variante de perfil em S desta forma.

Estas malgas apresentam um ar de família com outros recipientes de perfil em S exumados no sítio, como os potes e panelas. Contudo, por razões de vária ordem descartámos a sua inclusão nessa categoria.

Em primeiro lugar, importa referir que os exemplares da forma 4.C. foram todos recolhidos em contextos da Fase 2 , identificados na campanha de escavação realizada de 2009.

Os exemplares desta forma são exclusivamente produzidos a torno e não apresentam quaisquer marcas de fogo. Por outro lado, estas malgas foram recolhidas num compartimento destinado a armazenamento de produtos alimentares, não estando funcionalmente associadas a recipientes de cozinha.

Por último, a forma do vaso, no que respeita a abertura e dimensões, é análoga às variantes 4.A. e 4.B já atrás apresentadas e discutidas, tendo sido identificado um exemplar com decoração incisa sobre a pança, descartando assim por completo a hipótese de se tratar de uma panela.

Quanto à cronologia desta forma, a associação contextual permite admitir uma datação em torno à última fase de ocupação do sítio. No Castelo da Lousa, identificámos um exemplar semelhante com cerca de 18 cm de diâmetro, classificado como terrina (Pinto, 2010: 266, n.º16).

Catálogo das peças ilustradas:

- 1- [2007.51.245] (Estampa 25) - Fragmento de bordo da forma A.4.A..Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 189mm
- 2- [2007.51.245] (Estampa 25) - Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 165 mm
- 3- [2007.51.1326](Estampa 25)- Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 222 mm
- 4-[2007.51.959](Estampa 25) - Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 183 mm
- 5- [2007.51.1812](Estampa 25)- Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 240 mm
- 6- [2007.50.017](Estampa 25) - Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 265 mm
- 7- [891](Estampa 25) - Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida.Diâmetro de bordo 303 mm
- 8- [2007.51.2] (Estampa 25) -Fragmento de bordo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 255 mm
- 9- [2007.51.13] (Estampa 25) - Fragmento de fundo da forma A.4.A. Cer. manual polida. Diâmetro de fundo 186 mm
- 10-[974] (Estampa 26) -Fragmento de bordo da forma A.4.B. Diâmetro de bordo 234 mm
- 11-[5180](Estampa 26) - Fragmento de bordo da forma A.4.B. Diâmetro de bordo 249 mm
- 12- [2007.51.494](Estampa 26)-Fragmento de fundo da forma A.4.B. Diâmetro de fundo 159 mm
- 13- [975](Estampa 26)-Fragmento de fundo da forma A.4.B. Diâmetro de fundo 152 mm
- 14- [4725](Estampa 27)- Fragmento de bordo da forma A.4.C. Diâmetro de bordo 219 mm
- 15- [4750](Estampa 27)- Fragmento de bordo da forma A.4.C. Diâmetro de bordo 224 mm
- 16- [4738](Estampa 27)- Fragmento de bordo da forma A.4.C.Diâmetro de bordo 228 mm

17- [4751](Estampa 27)- Fragmento de fundo da forma A.4.C. Diâmetro de fundo 117 mm

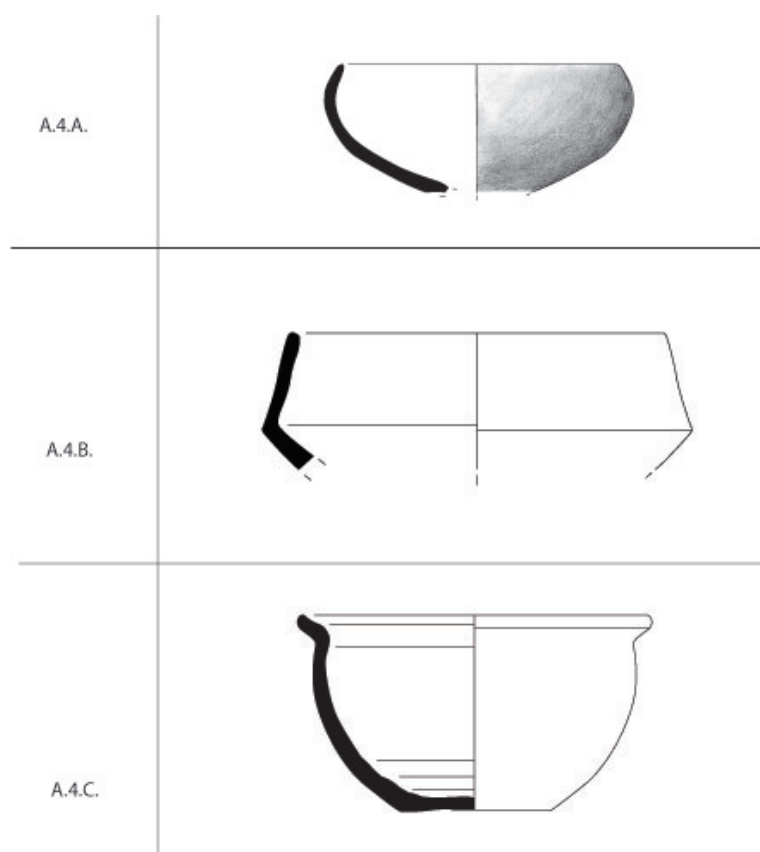


Figura 54- Quadro síntese de formas do grupo A.4.

Comentário

Relativamente ao estabelecimento do tipo Malga/Tigela, importa em primeiro lugar discutir conceitos de pequeno e grande, pois um dos critérios habitualmente utilizado para a definição de distintas formas é, para além da divisão genérica em recipientes abertos e fechados, o agrupamento por dimensão.

Deste modo, ao longo do estudo do conjunto cerâmico do Castro de Segóvia verificámos que os critérios de grande e pequeno são, para além de subjectivos, ajustáveis a cada conjunto em estudo. No caso do acervo em análise, verificámos que, de um modo geral, as dimensões dos recipientes são exageradamente grandes quando comparados com conjuntos de cerâmicas comuns provenientes de outros sítios arqueológicos.

Pelo que, a título de exemplo, em Segóvia, as taças de perfis simples podem atingir diâmetros de 24-25 cm, as malgas apresentam diâmetros entre os 17cm e os 30 cm e os alguidares apresentam diâmetros entre os 29 e os 50 cm. A mesma situação se verifica para as formas fechadas, existindo um enquadramento tipológico de acordo com a morfologia dos contentores e dimensões.

Esta situação pode gerar alguma discrepância no estabelecimento de paralelos, pois as malgas podem corresponder a alguidares, noutra tipologia, tal como grandes recipientes de armazenamento identificados noutros locais podem corresponder a potes de média dimensão, tratando-se de uma questão de escala.

Deste modo, à escala das dimensões dos recipientes de Segóvia não faz sentido classificar como grande recipiente um vaso aberto de 25 cm, pois os grandes recipientes abertos exumados no sítios apresentam dimensões que chegam a atingir o dobro desse diâmetro, ostentando, naturalmente, morfologias de bordo e espessura de parede, muito distintas.

Assim, estas características próprias do conjunto vêm, uma vez mais, reafirmar o carácter regional que uma tipologia de cerâmica comum deve ter, bem como a singularidade das produções identificadas no sítio, que devem ser lidas como matizes ou nuances locais, desenvolvidas pela população que habitou o Castro, e cuja eventual difusão é, por ora, desconhecida.

7.1.6.2.5. TIPO A.5.

Alguidares

Recipientes abertos e fundos de grandes dimensões, correspondem às maiores formas abertas documentados no sítio. São troncocónicos, com a base mais estreita que a abertura (Alarcão, 1974: 33).

Eram utilizados na preparação de alimentos e em tarefas utilitárias. Dada a sua morfologia considera-se que não seriam expostos ao lume ou usados para servir à mesa (Pinto, 2003: 632). Como recipientes de armazenagem, estariam provavelmente destinados a conter sólidos e semi-líquidos, tendo em consideração a sua abertura (Antunes, 2005: 68).

As suas grandes dimensões sugerem uma produção manual, executada, muito provavelmente, através da técnica dos rolos, o que confere um aspecto ondulado às paredes.

Esta forma está documentada no extremo ocidente peninsular desde época pré-romana. No actual território espanhol parece surgir a partir do século VI a.C. (Niveau de Villedary y Marinas, 2003: 114).

Não obstante existir uma clara continuidade na utilização destes recipientes entre período pré-romano e a ocupação romana da Península Ibérica, certo é que a morfologia dos contentores se altera significativamente, aproximando-se dos protótipos itálicos a partir de um momento tardio da República.

Deste modo, os alguidares pré-romanos correspondem a recipientes de amplos diâmetros e corpos hemisféricos, por vezes carenados. Em locais como Castillo Dona Blanca, Castelo de Castro Marim ou Faro foram identificados vários exemplares com estas características em cronologias balizadas entre o século V e o século III a.C. (Sousa, 2009: 83).

No que respeita à “área céltica”, este tipo parece estar ausente de sítios como Mesas do Castelinho (Estrela, 2010) ou Garvão (1986), sendo raro no Capote (Berrocal Rangel, 1994: 366-367) ou na Ermida de Belén (Rodríguez Díaz, 1991).

No Castro de Segóvia, foram identificado 65 recipientes deste tipo que se subdividem em três variantes, de acordo com a sua morfologia de bordo:

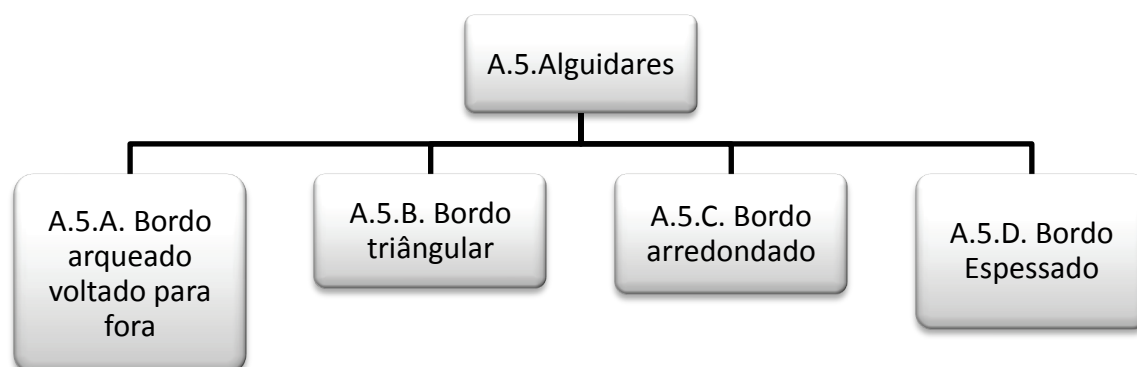


Figura 55- Quadro tipológico da forma A.5.

Forma A.5.A.

Alguidares de bordo arqueado voltado para fora

É a forma de alguidar mais arcaica e mais rara do Castro de Segóvia, tendo sido identificados apenas três exemplares, dos quais apenas um permitiu a sua representação gráfica.

Trata-se de recipientes de grande diâmetro cuja principal característica é a presença de um bordo exvertido, separado da parede por uma carena mais ou menos acentuada.

Esta forma de alguidar profundo de perfil em S parece desenvolver-se de uma forma fechada tipo pote/talha, adquirindo, progressivamente, um maior diâmetro de bordo.

Este é a forma de alguidar pré-romano por excelência. Contudo parece ter as suas origens no universo peninsular do Bronze Final, como está documentado na Beira Interior (Vilaça, 1995: 202)

Não obstante, o tipo parece estar mal representado em áreas mais setentrionais da Península Ibérica, em cronologias da II Idade do Ferro, bem como na região onde se localiza o Castro de Segóvia.

A variante 5.a de alguidar está presente em contextos balizados entre os séculos IVa.C. e III a.C., como parece ser o caso dos alguidares de Castro Marim que surgem associados contextualmente a cerâmica de tipo Kouass (Sousa, 2009, 83-84), ou ainda no Castro da Azougada, com cronologia dos século V e IV a. C. (Antunes, 2005: 68-69).

Sublinha-se ainda, ao nível dos paralelos formais, que a forma XI da tabela tipológica das cerâmicas do depósito A do Capote corresponde a uma forma de transição aberta/fechada de idênticas características (Berrocal Rangel, 1992, 99, fig-12).

Forma A.5.B.

Alguidares de bordo triangular



Figura 56 - Projecção 3D de alguidar da forma A.5.B.

Trata-se da variante mais frequente de alguidar identificada no sítio. Apresenta bordos triangulares espessos, paredes côncavas e grandes diâmetros de bordo.

Os bordos são ligeiramente pendentes e, por vezes, apresentam uma pequena depressão sobre a parede externa, tendo sido identificados 32 fragmentos desta forma.

Existem pequenas variações identificadas ao nível da forma do bordo, que decorrem do processo manual de dobragem. Estas variações conferem ao recipiente um lábio mais ou menos pendente, bem como um espessamento variável.

Não obstante, consideramos que não se justifica a criação de sub-variantes, por se tratar de um mesmo modelo de alguidar.

No que respeita ao âmbito cronológico, embora existam bacias/alguidares com estas características no extremo ocidente peninsular em época pré-romana, a sua utilização só se vulgarizou em plena romanidade.

Por este motivo, esta variante de alguidar é rara em locais com um horizonte cronológico centrado na II Idade do Ferro, como é o caso do Capote (Berrocal, Rangel, 1994,367). No Cabeço de Vaiamonte, um exemplar que corresponde a um recipientes aberto de tradição "pré-romana" (Fabião, 1998: fig 40, nº 1) é um possível alguidar que, embora corresponda a um peça de bordo triangular, possui uma morfologia de corpo muito distinta dos alguidares identificados em Segóvia.

O paralelo mais antigo que lográmos identificar está associado aos materiais de cronologia romana republicana do Castelo da Lousa (Pinto, 2010: Est LVII 10 a 12).

Assim, os alguidares nos quais esta variante se insere correspondem a uma difusão de época romana que parece ter sido assimilada, de forma mais consistente, apenas a partir do alto império.

A variante A.5.b. de Segóvia corresponde *grosso modo* as formas V-A-2- e V-A-3 de S. Cucufate. De acordo com a proposta tipológica realizada para a cerâmica comum deste local, e embora estas variantes sejam produzidas no sítio desde o século I d.C., são formas típicas do baixo-império (Pinto, 2003: 291-292), como parece verificar-se na Herdade da Comenda no caso da primeira variante (Diogo *et al.* 1987: 105 e 108) e no Creiro para a segunda (Silva e Soares, 1987: 234).

Trata-se de uma variante com uma ampla diacronia de produção. A morfologia dos alguidares, talvez dado o seu carácter utilitário multi-funcional, altera-se pouco com o passar do tempo, não estando sujeita a uma rápida substituição, nem à introdução de novas variantes por questões funcionais ou de gosto. Trata-se de uma forma

exclusivamente utilitária, que não sofre as constantes mutações inerentes da introdução de novos hábitos de consumo, como se verifica noutras formas cerâmicas de cozinha e de mesa.

Neste sentido, não é descabido pensar que uma mesma forma tenha perdurado vários séculos ao longo da ocupação romana da Península Ibérica, como parece verificar-se nesta variante de alguidar.

Forma A.5.C.

Alguidares de bordo arredondado

Dois exemplares de bordo integram esta forma um pouco atípica de alguidares. Possui bordo arredondado, curto e destacado e parede com ligeira concavidade.

Esta forma escassamente documentada no sítio e é composta por exemplares morfologias um pouco distintas.

Uma das peças apresenta paralelo nos recipientes aberto de tradição "pré-romana" de Mesas do Castelinho (Fabião, 1998: fig 40-n.º2), sendo possível integrar o exemplar n.2 deste sítio na forma A.5.C. de Segóvia.

Por outro lado, surge parcamente representada em S. Cucufate em associação a contextos do Baixo império (Pinto, 1999: 350).

Relativamente ao conjunto de Segóvia, ambos exemplares correspondem a recolhas nos níveis superficiais do sector B, podendo por esta razão ser associados ao último momento de ocupação do sítio.

Forma A.5.D.

Alguidares de bordo espessado

Trata-se de uma variante mais funda que a anterior, de paredes rectas e bordo arredondado, de secção quadrangular.

No Castro de Segóvia, foram identificados dois exemplares de bordo e um possível fundo, o n.ºs 13, 14 e 15, que apresentam grandes semelhanças com um contentor aberto do Castelo da Lousa (Pinto, 2010, Est. LXXXVII, nº5), estando assim atestada esta variante em contextos republicanos do século I a.C.

A forma está igualmente documentada em contextos pré-romanos em Castejon del Capote, sítio onde lográmos identificar outro paralelo relevante, embora este apresente paredes mais côncavas do que as peças de Segóvia (Berrocal Rangel, 1994, 366)

O exemplar n.º 14 de Segóvia (v.est 30) possui maiores dimensões, um bordo reentrante e paredes muito espessas, sendo o único com estas características.

A forma D, tal como a anterior, é muito rara nos inventários pré-romanos dos sítios do extremo ocidente peninsular, sendo uma vez mais no Castrejon del Capote que existe o paralelo conhecido mais aproximado para a área de estudo (*Ibidem*).

Forma A.5.E.

Alguidares de forma rara

No conjunto dos alguidares, identificámos ainda um fragmento raro de cerâmica manual que apresenta características distintas do restante conjunto.

O exemplar n.16 corresponde a uma produção de cerâmica manual alisada, com um ligeiro polimento. O exemplar apresenta um bordo revirado para fora, com 35 cm de diâmetro, e cuja principal característica é a aplicação de uma fiada de estampilhas quadrangulares sob o bordo. Esta forma parece corresponder às variantes de bordo espessado do tipo II do Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 51). Contudo não lográmos em identificar paralelos de outros exemplares estampilhados, pois esta técnica é aplicada maioritariamente sobre grandes recipientes de forma fechada.

Esta alguidar foi integrado na publicação de cerâmicas estampilhadas de Teresa Gamito, (1983), surgindo, contudo, representado como uma forma fechada de um grande recipiente. No desenho que se apresenta propomos uma orientação distinta, que permite a sua inclusão na esfera dos alguidares.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1-[957] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.A. Diâmetro de bordo 498 mm
- 2-[2007.52.100] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 519 mm
- 3-[2007.52.39] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 480mm
- 4-[2007.52.132] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 297mm
- 5-[1130-1157] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 396mm
- 6-[2007.51.231] (Estampa 28) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 336mm
- 7-[2007.51.99] (Estampa 29) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 570mm
- 8-[958] (Estampa 29) - Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 435mm
- 9-[2007.45.30] (Estampa 29) - Peça inteira da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 390mm
- 10-[5150] (Estampa 29)--Fragmento de bordo da forma A.5.B. Diâmetro de bordo 560mm
- 11-[2007.51.1235] (Estampa 29)--Fragmento de bordo da forma A.5.C. Diâmetro de bordo 501mm
- 12-[845] (Estampa 29) - Fragmento de bordo da forma A.5.C. Diâmetro de bordo 480mm
- 13-[2007.51.1835] (Estampa 30) - Fragmento de bordo da forma A.5.D. Diâmetro de bordo 300mm
- 14-[2007.52.106] (Estampa 30) - Fragmento de bordo da forma A.5.D. Diâmetro de bordo 246mm

15-[2007.50.406] (Estampa 30) - Fragmento de bordo da forma A.5.D. Diâmetro de bordo 454mm

16 [2007.50.28](Estampa 31) Fragmento de bordo da forma A.5.E. Diâmetro de bordo 350mm

17-[2007.51.1032] (Estampa 31) - Fragmento de fundo da forma A.5. Diâmetro de fundo 165mm

18-[2007.51.467] (Estampa 31) - Fragmento de fundo da forma A.5. Diâmetro de fundo 180mm

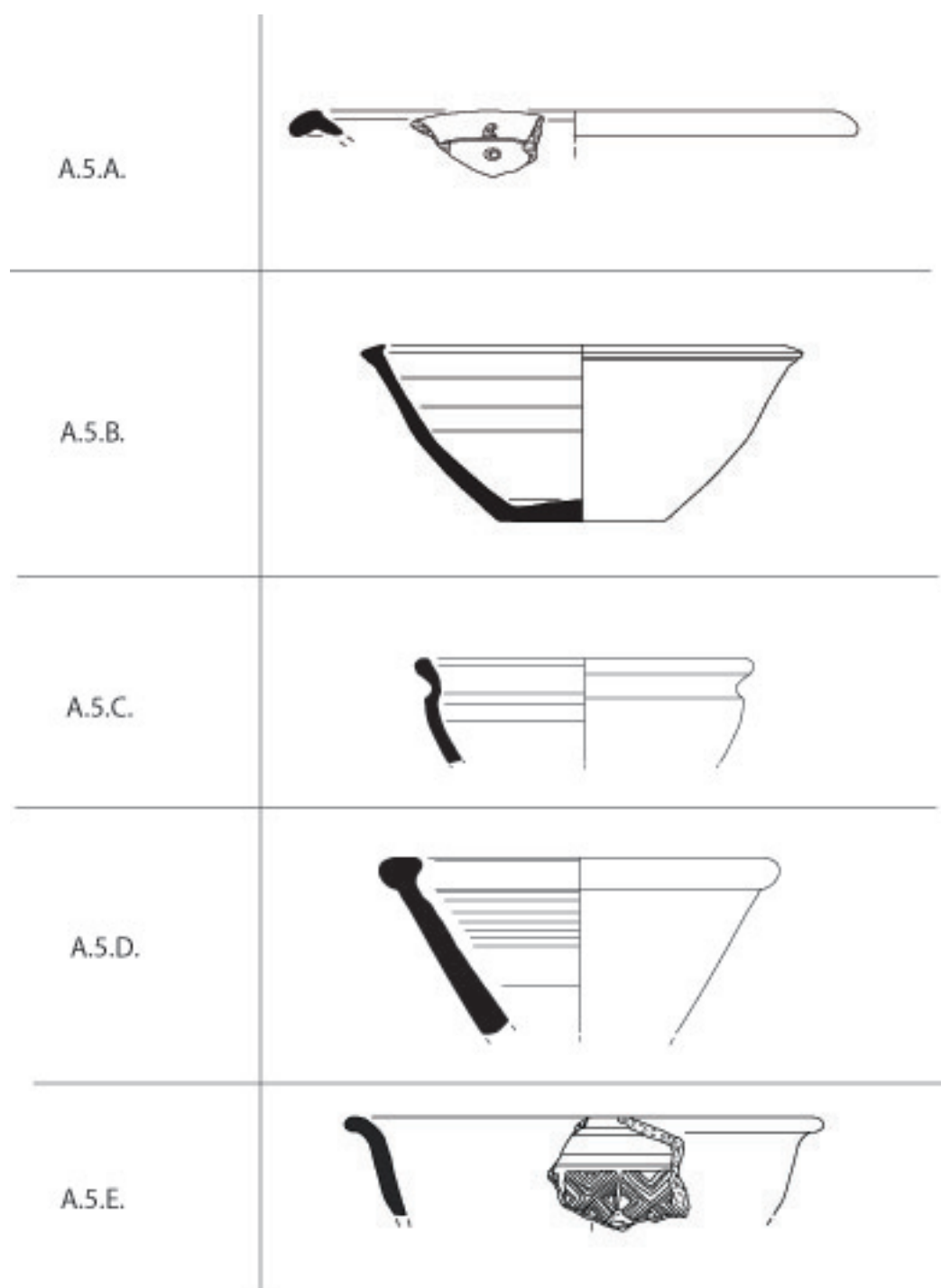


Figura 57- Quadro síntese das formas do grupo A.5.

Comentário

Em primeiro lugar, importa referir que na variante A.5.A o exemplar apresenta duas perfurações sobre o bordo, documentado assim uma utilização análoga à identificada nas taças tigelas.

Outro elemento de destaque neste conjunto é a presença de peças de grandes dimensões, com diâmetros de bordo que atingem os 57cm. Este facto, aliado à presença de espessas paredes e fundos planos maciços, confere a estes recipientes um peso considerável. A ausência de elementos de preensão, como pegas ou asas, torna este tipo de recipientes difíceis de transportar, pelo que é possível supor uma mobilidade reduzida ou inexistente, análoga a alguns recipientes de armazenamento de grandes dimensões identificados no sítios.

Por último, importa ainda referir a presença de um grafito sobre a face externa de um dos fundo, realizado *ante* cozedura, que parece corresponder a uma marca de produção.

7.1.6.2.6. TIPO A.6.

Almofarizes

O almofariz é uma forma cerâmica presente na cozinha pré-romana e romana, também conhecida por *mortarium*.

De um modo geral, trata-se de recipientes de paredes grossas e abertas, directamente inspirados em protótipos de pedra. Possuem um bordo marcado de forma variada e um bico vertedor, saliente para o exterior utilizado para verter líquidos colóides.

Esta funcionalidade específica originou a classificação de outros recipientes análogos designados por vasos-almofarizes. Trata-se fundamentalmente de um recipiente de cozinha, usado na preparação de alimentos, diferenciando-se dos almofarizes pela

ausência de estrias, ou de qualquer outro acabamento, directamente associado à função de moagem. Contudo as restantes características são praticamente as mesmas (Serrano, 1995: 231).

O almofariz é uma forma conhecida na Grécia desde o século VII a.C. e o seu uso estende-se durante a colonização grega à Ásia Menor. Estes recipientes surgem no mundo romano no século IV/III a.C. (Aguarod,1991:121), sendo, no entanto, só a partir do século II a.C. que os encontramos com frequência nas cozinhas romanas, tornando-se um utensílio indispensável (Serrano,1995:231).

A utilização destas cerâmicas foi progredindo pelo império a partir da Península Itálica⁸, estando as datações mais antigas relacionadas com acampamentos militares. Em locais civis, encontramos estes recipientes associados a pratos de engobe vermelho pompeiano. A comercialização dos almofarizes era realizada do mesmo modo que a as ânforas, isto é, em primeiro lugar o comércio fluvio-marítimo e o comércio terrestre (Quaresma,1995-97: 29).

Na Península Ibérica, a presença de almofarizes no registo arqueológico poderá ser interpretada como uma forma de romanização, visto que demonstra uma alteração nos hábitos alimentares. Há uma aculturação progressiva, das populações peninsulares. Os almofarizes são utensílios que possibilitam a adopção de hábitos alimentares forâneos, anteriormente desconhecidos (Pascual, 2002). Ainda assim, convém recordar que recipientes destinados à trituração são já conhecidos em ambientes meridionais (Sousa e Arruda, 2010) desde o século III a.C., estando atestado o seu fabrico na área de Cádiz nessa mesma cronologia (Saez Romero, 2005).

As primeiras imitações na Hispânia de almofarizes tipicamente romanas surgem sob a forma de *dediles* e registam-se primeiramente em Azaila. De um modo geral, a produção de almofarizes decresceu, em todo o império romano, na segunda metade do séc. II d.C., apesar, de na Grã Bretanha terem perdurado até 300 d.C. (Beltran,1996: 216-217).

Segundo as fontes clássicas, os almofarizes podem ser feitos de madeira, pedra ou cerâmica, existindo uma directa proporcionalidade entre a resistência do material e a sua utilização (Aguarod,1991:122).

Deste modo, no que respeita aos almofarizes cerâmicos, podemos afirmar que estamos perante uma adaptação funcional de tigelas ou vasos pouco profundos para uma função de moagem de alimentos e preparação de molhos, ou seja, triturar e misturar os molhos com especiarias. Com este objectivo, os almofarizes possuíam uma superfície de atrito na parede interna, especialmente concebida para essa função.

Nas formas mais arcaicas, de produção itálica, a superfície interna encontra-se revestida de pequenas pedras (Pascual, 2002), enquanto nas posteriores, já de produção Bética, a superfície interna é composta por finas e pouco espassadas estrias concêntricas. A partir do séc. I d.C, surgem, com a mesma finalidade, almofarizes cujo fundo é coberto por pedras incrustadas na argila fresca (Quaresma, 1995-97:28).

Trata-se de um recipiente característico da culinária romana, indispensável na execução da maioria dos pratos (Sanchez, 1993:265)

No Castro de Segóvia, o número de almofarizes identificados é pouco expressivo no conjunto cerâmico. Dos cinco fragmentos identificados, apenas em quatro foi possível efectuar a sua classificação formal:

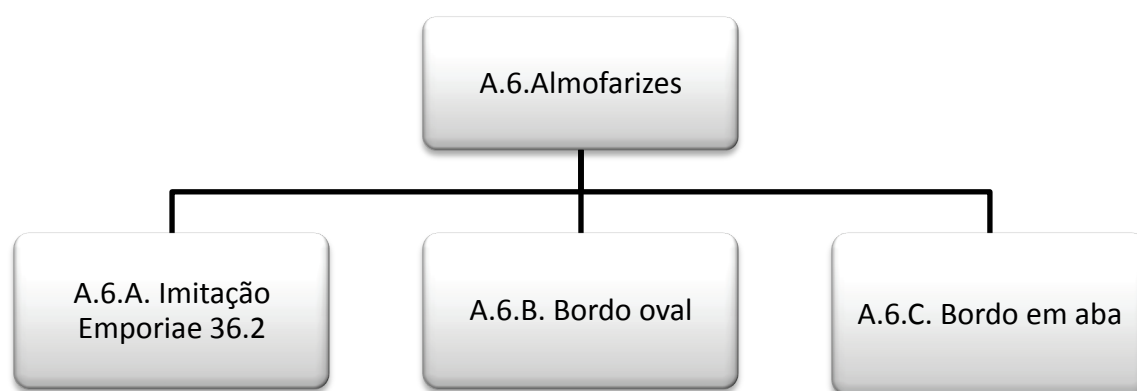


Figura 58- Quadro tipológico da forma A.6.

Forma A.6.A.

Imitação da forma Emporiae 36.2

Corresponde a um bordo de tendência vertical e espessado, de secção triangular, que apresenta uma suave depressão central no lado exterior, bem como um remate superior reentrante. Trata-se de produções peninsulares inspiradas em protótipos itálicos: os *dedilhes*. Tal como nos exemplares itálicos, os bicos vertedores são muito salientes em direcção ao exterior. O que difere estes recipientes da forma Emporiae 36,2 (Forma 7a de Mercedes Vegas) são as digitações pré-cozedura, marcadas no bordo, com o objectivo de facilitar a sua preensão. Estas marcas surgem em grupos de duas ou três dedadas, habitualmente colocadas no lado oposto ao bico ou em ambos os lados.

A presença desta forma permitiu o estabelecimento de paralelos com alguns sítios localizados no actual território português, nomeadamente Conímbriga (Alarção *et alli*, 1976), Santarém (Arruda e Viegas, 2004), Castro Marim e Lomba do Canho (Fabião e Guerra, 1987).

No que respeita ao âmbito cronológico, trata-se de imitações, que surgem num momento tardio da República, de protótipos itálicos conhecidos como *dediles*, produzidos até meados do século I a.C. (Aguarod, 1991). Estas imitações peninsulares documentadas em Castro Marim, Lomba do Canho e Conímbriga apontam para uma cronologia mais tardia.

Tendo em conta este apontamento cronológico e a presença de um bordo reentrante, é possível estabelecer um paralelo entre o exemplar do Castro de Segóvia e os almofarizes de bordo reentrante da fase 1.a. identificados por José Carlos Quaresma (2006). Assim, admitindo tratar-se de uma imitação tardia da forma Emporiae 36,2 podemos falar de uma cronologia entre o final do século I a.C. e o início dos Flávios (*Ibidem*: 154).

Forma A.6.B.

Almofarizes de bordo oval

Trata-se de almofarizes de secção semi-oval ou semi-elíptica, de paredes rectas, com estrias concêntricas pronunciadas na parede interna. No castro de Segóvia, identificámos dois exemplares desta variante, que, contudo, não conservam as estrias internas.

Segundo Quaresma (1995-97), esta forma é datável da segunda metade do séc. I d.C., e é uma produção característica da área da Bética. Na *villa* de Povos existem cinco exemplares desta forma (*Ibidem*).

Mais recentemente, a investigadora Inês Vaz Pinto, classificou esta forma dentro do conjunto da cerâmica comum de S.Cucufate, como tipo IV A (variantes 1 e 2), que fez corresponder cronologicamente aos Horizontes I e II, fases de ocupação e abandono da *villa* I, balizadas entre a segunda metade do séc. I d.C. e o início do séc. II d.C.(Pinto, 1999: 309-310, fig.163-164.)

Estão documentados exemplares desta forma na Ilha do Pessegueiro (Silva *et al.*, 1984), em Balsa (1994: Estampa 26), em Conímbriga (Alarcão, 1974), na *villa* de Povos (1995-97) e em S.Cucufate (1999). Para além dos locais mencionados, Vaz Pinto faz corresponder a forma IV-A 1 de S.Cucufate com um almofariz exumado no Alto da Cidreira (Cascais) (Nolen,1988:nº34), e a forma IV-A 2 a alguns exemplares da Casa do Procurador (Aljustrel), de Pisões (Beja) e do Monte da Cegonha (Vidigueira). Porém, os almofarizes encontrados em alguns destes locais ainda não foram alvo de publicação, motivo pelo qual nos limitamos a referi-los e a citar a obra de onde obtivemos essa informação (Pinto, 1999:309-311).

No que respeita à cronologia, em sítios como Conímbriga ou S.Cucufate os almofarizes desta forma apresentam uma cronologia do século I d.C. Contudo, consideramos válida a hipótese colocada por Fabião e Guerra (1987) e Quaresma (1995-97), no que respeita à possibilidade de fazer recuar as datações que marcam o início das importações cerâmicas de formas romanizadas provenientes da Andaluzia.

Esta forma está documentada em locais de consumo do actual território português, entre a segunda metade do séc. I a.C. e inícios do século II d.C. (Quaresma, 2006:158), o que não significa que seja esta a data de início da sua produção.

Forma A.6. C.

Almofariz de bordo em aba

A esta variante corresponde apenas um exemplar recolhido no Castro de Segóvia. Trata-se de um bico vertedor, ao qual está associado um bordo horizontal curto e exvertido (v.estampa 32).

Não lográmos identificar um paralelo para esta forma, mas as características do bordo sugerem tratar-se de um fragmento de produção local, com paralelo em modelos de cerâmica comum púnica, com cronologias entre 400 e 100 a.C. (Py, 1993: 375). Os almofarizes de bordo horizontal são conhecidos em contextos pré-romanos e romanos republicanos antigos da área ebusitana (Conde *et al.*, 1995: 14-15), bem como na zona em torno a Valência (Escrivá, 1995: 189), embora sejam desconhecidos no extremo ocidente peninsular.

Contudo, não obstante as semelhanças ao nível do bordo, desconhece-se a utilização de bicos vertedores em almofarizes em época pré-romana, sendo os recipientes cerâmicos abertos mais antigos com bico vertedor datados do período republicano.

Neste sentido, em época romana os almofarizes de bordo horizontal surgem em meados do século I d.C., através das formas Dramont D1 e D2 e são comuns apenas a partir do século II d.C.

As produções peninsulares de almofarizes de bordo em aba estão documentadas no século II d.C., situando-se os paralelos mais aproximados no território alentejano, destacando-se o exemplar nº25 de Miróbriga (Quaresma, 2006: 158) ou o fragmento 83

199-2B da forma IV-C-1. de cerâmica comum de S. Cucufate (Pinto, 2003: 166-167, fig.173).

A inexistência de um paralelo exacto, aliada à cronologia tardia destes materiais alentejanos, sugere prudência quanto à classificação do fragmento de Segóvia, realizando esta proposta classificativa com algumas reservas.

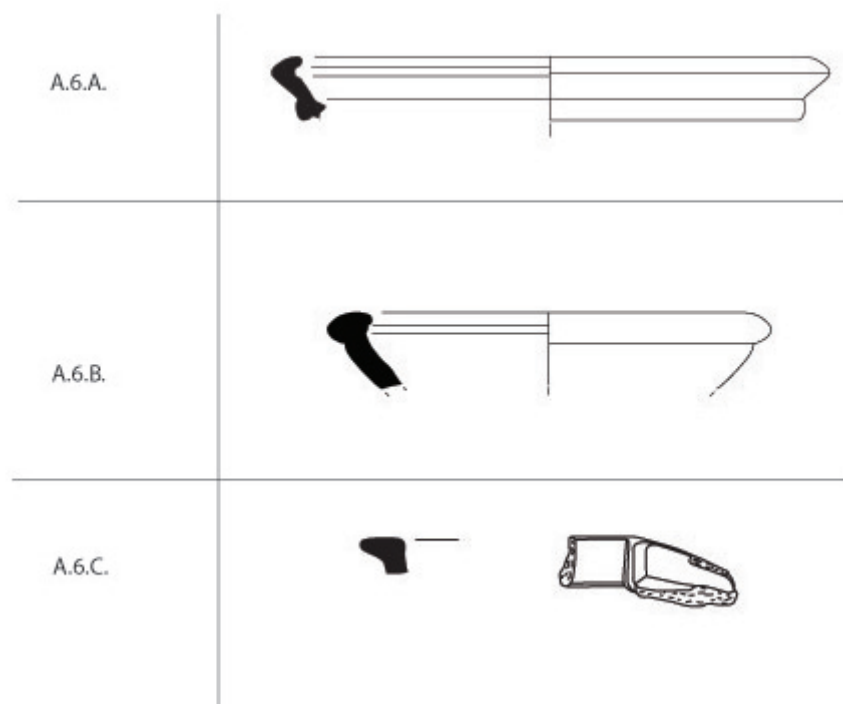


Figura 59- Quadro síntese dos Almofarizes.

Sítios	Núm. Exe.	Origem	Datações
Abul (Alcacer do Sal)	8	Produções béticas	Augusto-Tibério (Mayet,2002:46)
Alcacer do Sal (Castelo)	1	Imitação Bética	(Silva et al, 1984)
Alto da Cidreira (Cascais)	27	Indeterminada	Séc. I d.C. (Nolen,1988:107-110)
Balsa (Tavira)	6	Produção Bética	Séc.I d.C(Nolen,1994)
Casa do Procurador(Aljustrel)	Indet.	Produção Bética	(Pinto, 2002:312)
Castelo da Lousa (Mourão)	2	Produção Itálica	60-30 a.c.
Castro Marim	46	Produção Bética e Itálica	Entre o sec. I a.C. até aos Flavios
Conimbriga (Condeixa)	39	Imitações itálicas (4),	Níveis flavianos e

		sud.galicas(1), Prod.Béticas (19), prod.locais/regionais(15)	trajanos (Alarcão et alii,1976)
Courela dos Chãos (Sines)	Indet		(Pinto, 2002:315)
Ilha do Pessegueiro (Sines)	1	Produção Bética	(Coelho-Soares,1987)
Lisboa			(Amaro et alii,1996)
Lomba do Canho (Arganil)	2	Produção Itálica	(recolha de superfície) (Fabião, Guerra,1987)
Mesas de Castelhinho (Almodovar)	1	Produção Bética	Sec. I a.c. (Fabião, Guerra,1994)
Monte da Cegonha	Indet	Produção Bética	Séc. I/II d.C. (Pinto, 2002:312)
Pendão (Setubal)	1	Produção Itálica	Sem contexto (Soares e Silva,1972)
Pinheiro (Alcacer do Sal)			(Mayet e Silva,1998)
Pisões	Indet	Produção Bética	Séc. I/II d.C. (Pinto, 2002:312)
Povos	5	Produção Bética	Sem contexto (Quaresma,1995-7)
S,Cucufate (Vidigueira)	242	Várias	Desde o séc. I d.c. ao séc. IV d.C.
Santarém	56	Produção Itálica e Bética	(Arruda e Viegas, 2008)
Vale da Cepa (Alcacer do Sal)	1?	Produção local (Almofariz-alguidar.	(Diogo,1983:17 est.II,nº4)
Vila Cardilio (Torres Novas)	1	Produção sudgalica	(Alarcão,Alarcão,1966-67)

Figura 60 - Quadro Síntese distribuição de almofarizes no actual território português

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2007.51.50] (Estampa 32) - Fragmento de bordo da forma A.6.A. Diâmetro de bordo 300 mm

2-[2012] (Estampa 32) - Fragmento de bordo da forma A.6.B. Diâmetro de bordo 232 mm

3-[2007.51.49] (Estampa 32) - Fragmento de bordo da forma A.6.C. Diâmetro indeterminado.

Comentário

No que respeita aos almofarizes identificados no Castro de Segóvia, importa em primeiro lugar referir que são produções locais ou regionais, que imitam formas itálicas e béticas, sem contudo se verificar a presença de peças importadas.

Embora existam, na Península Ibérica, vasos almofarizes de época pré-romana, caracterizados pela ausência bico vertedor criadas exclusivamente para a moagem, essa variante mais arcaica parece estar ausente do Castro alentejano

A única forma cujas características morfométricas permitiriam uma utilização na moagem de alimentos seriam os alguidares de menores dimensões e profundidade, que correspondem à forma A.5.. Contudo, a maioria dos fragmentos corresponde a produção manual e pastas com elevada plasticidade e baixo grau de dureza, inadequada à função de trituração.

Por esta razão, tornou-se claro que a adopção deste tipo cerâmico ocorreu apenas com a romanização do território, num momento já tardio da República. De acordo com a diversidade de formas identificadas, podemos concluir que foram documentados exemplares de almofarizes em Segóvia, entre meados do século I a.C.e inícios do século II d.C.

A fraca representação percentual desta forma pode ser justificada por um variado número de factores, nomeadamente os que se prendem com os critérios de recolha da amostra, que poderão não ter privilegiado a recolha de bojos com estrias ou pedras incrustadas, factor determinante na identificação da forma.

Por outro lado, importa equacionar que a adopção de novos hábitos de consumo não se pode aferir pela simples presença de uma determinada forma. Neste sentido, o número

de almofarizes é inexpressivo, ainda mais quando repartido pelo período de produção das formas identificadas.

Assim, embora esta "nova" forma tenha, de facto chegado ao sítio no período tardo republicano, nada indicia que tenha sido adoptada pela população que aí viveu.

A não integração desta forma poderá relacionar-se com a dieta alimentar da população, bem como, com a existência de áreas de moagem de sólidos com recurso a mós rotativas de pedra.

Por outro lado, a chegada exclusiva de imitações de carácter local ou regional e não dos "originais" béticos e itálicos poderá ter tido um papel relevante nesta escolha pois, de certo modo, esta forma, quando produzida com argilas da região, perde o seu carácter exótico.

7.1.6.2.7. TIPO A.7

Formas atípicas

Neste apartado integrámos dois fragmentos atípicos que pelas suas características não integram nenhum dos grupos de formas abertas apresentado. Trata-se de duas peças produzidas em cerâmica manual polida com uma evidente filiação indígena.

Forma A.7.1.

Forma aberta com aleta sobre o bordo

Recipiente aberto de parede pouco espessa e ligeiramente esvazada; bordo arredondado sobre o qual foi aplicado, , um elemento de prensão maciço horizontal.

O fragmento apresenta 21cm de diâmetro, podendo tratar-se de uma malga ou pequeno alguidar, e a ausência de marcas de fogo e as suas superfícies polidas sugerem a sua inclusão no serviço de mesa. O contexto de recolha não é claro, devido à sobreposição de designação de sectores e quadrículas das escavações antigas, parecendo contudo corresponder a um nível da Idade do Ferro associado à escavação na área A, no qual foram recolhidos outros fragmentos de cerâmica manual polida, como copos, e de cerâmica a torno, como potes.

Forma A.7.2.

Grande recipiente com asa cega sobre o bordo

Bordo de perfil simples, de remate arredondado, parede recta e esvazada. Corresponde a uma forma aberta de grandes dimensões, apresentando um diâmetro de 40,8 cm. A peça possui uma asa cega de forma sub-arredondada, aplicada sobre o bordo, e apresenta pouca robustez e um acabamento muito cuidado, tendo sido por esta razão descartada a sua utilização como alguidar. Poderá corresponder a um recipiente de mesa de tipo terrina de grandes dimensões.

Esta forma surge contextualmente associada a um conjunto de cerâmica comum, com taças de perfil simples A.1.A. e potes/panelas B.2. exumado no sector B.

Catálogo de peças ilustradas:

3-[2007.51.942] (Estampa 32) - Fragmento de bordo da forma A.7.A. Diâmetro de bordo 210 mm

4-[2007.51.646] (Estampa 32) - Fragmento de bordo da forma A.7.B. Diâmetro de bordo 408 mm

7.1.6.3. -B Grupo das formas fechadas

As formas fechadas, por oposição às formas abertas, correspondem a recipientes cuja largura máxima se encontra ao nível da pança da peça e cuja altura máxima é superior ao diâmetro máximo.

No Castro de Segóvia, as formas fechadas são claramente predominantes, correspondendo a cerca de 69% do conjunto.

Funcionalmente, nas formas fechadas, dominam os recipientes de cozinha e armazenamento.

Trata-se de formas destinadas preferencialmente a conter líquidos, podendo, contudo, e particularmente no que respeita às formas de armazenamento conter sólidos e semi-líquidos.

Agrupámos os exemplares classificáveis em sete formas distintas e respectivas variantes, que serão apresentadas por escala de grandeza, da mais pequena para a maior:

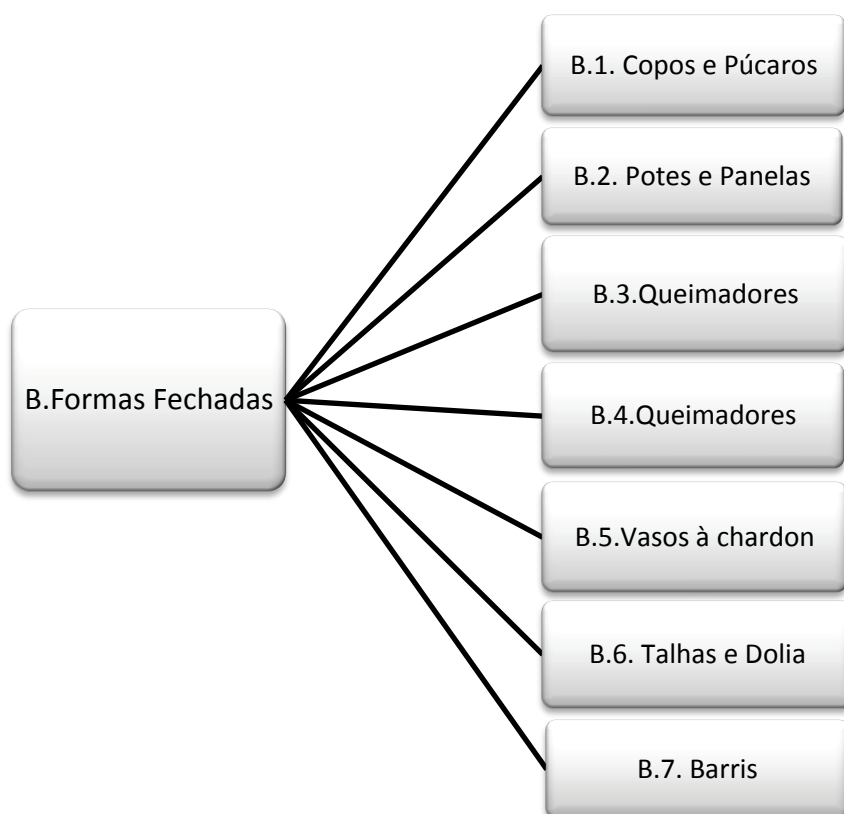


Figura 61- Divisão das formas fechadas em grupos formais.

7.1.6.3.1. TIPO B.1.

Copos, Púcaros/potinhos

Neste apartado, incluímos todas as formas fechadas de pequena dimensão, de fabrico local/regional, vulgo recipiente de beber ou de armazenamento de pequena dimensão como mel ou sal, entre outros produtos.

A indefinição morfo funcional materializa-se na classificação destes vasos, muitas vezes enquadrados na categoria de potes ou pequenos potes (Alarcão, 1975).

Designamos por copos, púcaros e potinhos recipientes de pequena capacidade, de morfologia variável, cuja principal função é conter líquidos ou colóides. Ao nível morfo-funcional, estes recipientes fazem parte do serviço de mesa, mesmo que,

eventualmente, possam ter sido usados no armazenamento. São utilizados em articulação com outros recipientes de forma fechada, como jarros ou bilhas.

Deste modo, optámos por uma terminologia mais ampla dada a dificuldade de distinção funcional, entre cada uma destas formas.

De acordo com a terminologia definida para a cerâmica comum local e regional de Conímbriga, um copo corresponde a um vaso de beber, cilíndrico ou bojudo, e um púcaro serviria, tal como os jarros, para transportar líquidos, podendo ter uma ou duas asas e um perfil em S (Alarcão, 1974: 34), ficando os potinhos, numa primeira análise, excluídos desta terminologia.

Na prática, estas definições/categorias funcionais carecem de operacionalidade, pois existem copos de perfil em S, púcaros que não preservam a asa e são passíveis de enquadramento formal como pequenos potes, como verificamos na própria classificação formal das cerâmicas comuns de Conímbriga na qual se verificou a necessidade de classificar exemplares de pequenas dimensões como potinhos. embora essa designação não conste terminologia apresentada (*Ibidem*: 69).

No Castro de Segóvia, esta forma está bem documentada, com exemplares a torno e de produção manual, que apresentam um acabamento polido. Foi associado a este grupo um total de 70 fragmento que corresponde a um n.m.i. de 40.

Este modo de produção é compatível com as dimensões destes recipientes pois permite, de um modo fácil, utilizar técnicas rudimentares de produção cerâmica à mão, como por exemplo a técnica da “bola”.

Para além de um acabamento polido, alguns exemplares apresentam aplicações de cordões plásticos com incisões e mamilos. Este fenómeno contém um duplo significado, pois estas aplicações têm um carácter decorativo, adequado aos recipientes de mesa, e, simultaneamente, funcional pois trata-se de elementos de preensão, que facilitam o manuseamento destes contentores.

A utilização destes recipientes, embora remonte ao universo de tradição indígena, está presente ao longo de toda a ocupação do sítio, mas a sua representação percentual é sempre pouco expressiva.

Existem, além destas formas mais rudimentares hemisféricas ou globulares, outras que podem ser designadas por potinhos ou púcaros que correspondem a um conjunto de produções manuais e a torno, cuja principal característica é a presença de perfis em S.

Nestas últimas há uma maior permeabilidade ao nível da atribuição funcional, dado que todos estes pequenos recipientes de perfil em S poderão ter sido usadas no pequeno armazenamento. Contudo, algumas morfologias de bordo e a presença de asas parecem indiciar a sua utilização como recipiente de beber. Através das variações formais observadas nestes recipientes foi possível determinar a existência de seis variantes de perfil em S.

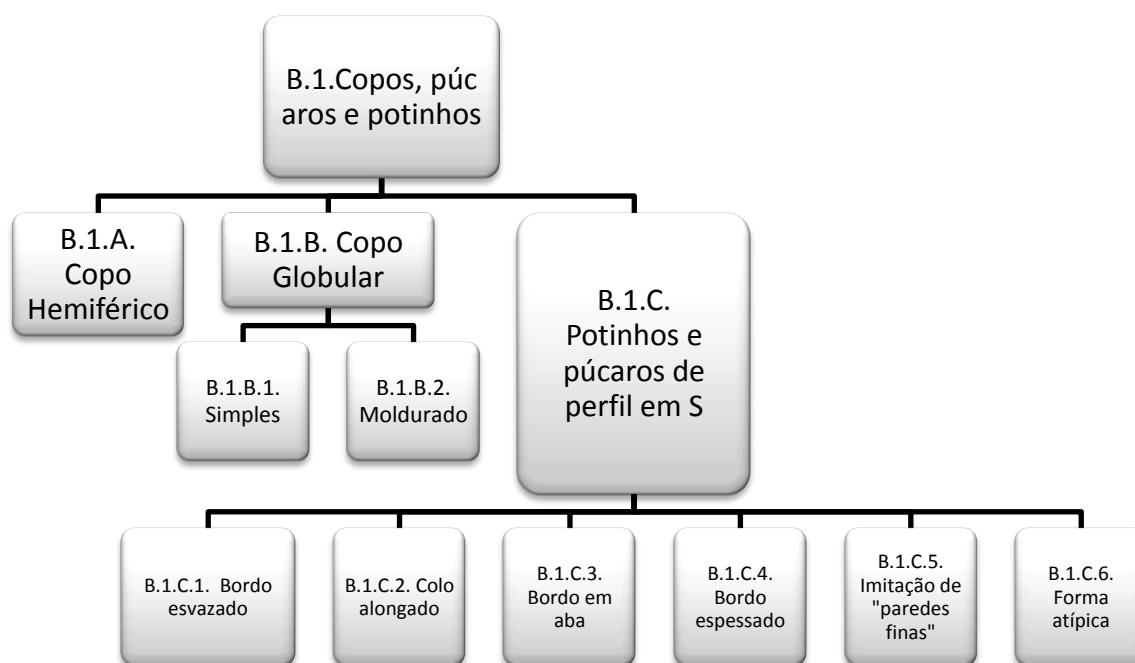


Figura 62 Quadro síntese de forma e variantes do grupo B.1.

Forma B.1.A.

Copo hemisférico

Trata-se de pequenos recipientes de beber, de secção hemisférica simples, na qual o bordo é uma mera continuidade da parede do recipiente. As paredes são de tendência vertical, apresentando, contudo, sempre uma concavidade considerável. O único fundo identificado no conjunto corresponde a um fundo em ônfalo.

Embora esta forma se inscreva no universo das formas fechadas, há dois fragmentos que pela altura conservada, diâmetros e curvatura das paredes poderiam incorporar o grupo das formas abertas (v. est. 33. 1 e 3). Contudo, a ausência do fundo não permite determinar, com certeza, a proporção entre diâmetro e altura do recipiente (v. fragmento n.1). Por outro lado, a presença de paredes reentrantes (v. fragmento n.2) insere estes exemplares, embora com algumas reservas, na esfera das formas fechadas.

No Castro de Segóvia, identificámos quatro exemplares desta forma, entre os quais um recipiente completo, correspondendo a uma produção exclusiva de cerâmica manual polida (v.estampa 33).

São copos de muito pequena capacidade, com um diâmetro de bordo variável entre 9,3 cm os 11,7 cm., destacando-se a presença de um exemplar mamilado (v. estampa 13, n.º1)

Os vasos hemisféricos são formas bem conhecidos desde a pré-história, estando bem documentados em horizontes do Bronze Final. Contudo estas variantes de pequenas dimensões parecem corresponder a uma forma evolucionada dos vasos hemisféricos, passível de associação a contextos sidéricos de distintos períodos como a Necrópole de Pajares (Cáceres), em níveis datados entre o final do século VI a.C. e o século IV a.C.(Celestino Perez, 1999: 67 n.º19), ou na necrópole de Mercadillo (Hernandez Hernandez e Galán Domingo, 1996: fig 30 n.º2) com conjuntos funerários datados do século IV a.C.

Em Garvão, esta forma surge frequentemente com um pé destacado, anelar ou em forma de bolacha, com decorações aplicadas e incisas e está contextualmente associada a jarros e potes de perfil e S (Beirão et alii, 1985), datáveis do século III a.C. (Berrocal, 1994: 307)

Em Mesas de Castelinho, esta forma surge associada à fase II, datada entre a segunda metade do século IV a.C. e os finais do III a.C., existindo exemplares de perfil simples e com decoração mamilada (Estrela, 2010: vol II p.40, n.1107), idênticos aos exemplares exumados em Segóvia. Outro paralelo formal foi estabelecido com o fragmento mamilado 2716 de de Capote (Berrocal, 1994: lam. 71), onde a forma surge associada à forma III, na qual se integram um conjunto de vasos calados, vasos de bordo reentrante e de perfil em S e, talvez por essa razão, a proposta cronológica para estes materiais é alargada e genérica, posterior ao século V a.C., não alcançando datas avançadas no século II a.C. (*Ibidem*: 148)

Na área imediata envolvente ao Castro de Segóvia, esta forma surge no Cabeço de Vaiamonte (Monforte), onde identificamos três exemplares passíveis de integração na forma B.1.A. de Segóvia (Fabião, 1998: est.37 1,2 e 6). A semelhança com os exemplares de Segóvia é considerável, nomeadamente ao nível de aplicações de mamilos, sob o bordo (*Ibidem*: est.37 1 e 6).

Com base nos perfis completos de Vaiamonte apresentados por Carlos Fabião (1998), podemos concluir a existência de pelo menos dois tipos de fundo para esta forma: planos (atestados pelos exemplares de Vaiamonte) e em ônfalo (documentados em Segóvia). Não obstante a robustez dos fundos dos exemplares identificados em Vaiamonte, funcionalmente, ao contrário da opinião do autor sobre este tema (Fabião, 1998: 46), não me parece ser um impedimento à sua utilização como copos, pois julgo que é exactamente essa característica dos fundos pesados que lhe confere estabilidade para o transporte de líquidos, um pouco à imagem das actuais canecas, cujo peso adicional no fundo é claramente funcional e permite a estabilidade do recipiente.

No Castro de Segóvia, esta forma surge associada a um conjunto de cerâmica manual e de cerâmica cinzenta do sector A, onde se destaca a presença de um jarro em cerâmica cinzenta e de copos da variante B.1.B.2. pelo que é possível propor uma cronologia balizada no século III a.C. para esta forma.

Forma B.1.B.

Copos globulares

Os copos globulares correspondem a pequenos recipientes de perfil globular, com paredes côncavas e bordos ligeiramente reentrantes, produzidos exclusivamente em cerâmica manual polida.

Tal como a forma anterior, os bordos são uma mera continuidade da parede. Embora não tenhamos recuperado nenhum exemplar completo a forma globular destes copos pressupõe uma maior profundidade relativamente à forma B.1.A.

As paredes reentrantes resultam em recipientes com diâmetros de bordo mais pequenos que os da forma anterior entre os 6,6 cm e os 9,9 cm.

Foram associados cinco fragmentos de bordo a esta forma, nenhum dos quais apresenta decoração. Importa apenas referir que a peça n.º 5 apresenta uma pequena asa, de secção ovalada que vem reafirmar a funcionalidade destes recipientes como vasos de beber.

Relativamente à origem destes recipientes, parece inequívoca a sua inspiração em protótipos globulares de maiores dimensões documentados em contextos do Bronze final, como é o caso dos materiais do Passo Alto (Soares, 2003: fig.15 n.º13 e 14).

Aplica-se aqui o mesmo pressuposto de evolução formal apresentado para a forma B.1.A., propondo-se para os exemplares B.1.B uma cronologia tardia dentro da Idade do Ferro.

Assim, tal como o tipo anterior, esta forma surge documentada na fase II de Mesas do Castelinho (Estrela, 2010: est. 8 e 9), em associação a taças de bordo simples com dupla perfuração sobre o bordo (forma A.1.A. de Segóvia), tampas de bordo simples (forma A.2.A. de Segóvia) e potes de perfil em S e de colo estrangulado. A datação proposta para estes materiais é segunda metade do século IV a.C. e os finais do século III a.C. (*Ibidem*).

Formas de copo mais altas e estreitas também estão documentadas no depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.*, 1985) datáveis do século III a.C. (Berrocal Rangel, 1994: 307), bem como no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 37). Neste último caso, os exemplares aparentam um acabamento mais grosseiro do que as peças de Segóvia. Lamentavelmente, a ausência de contexto estratigráfico para os materiais de Vaiamonte não permite aferir cronologias para este local.

No Castro de Segóvia, verifica-se uma situação idêntica relativa aos contextos de recolha. Todos os exemplares provêm de níveis superficiais do Sector B, não sendo passível de aferir para estes materiais uma cronologia por associação estratigráfica.

Em todo o caso, parece consensual uma datação em torno ao século III a.C. para esta forma, podendo, naturalmente, tanto o início como final da produção serem estendidos à centúria seguinte.

Importa ainda referir que esta forma está ausente de sítios fundados em época romana republicana, como o Castelo da Lousa, no qual apenas se registam recipientes de beber da forma B.1.C. correspondendo já a formas romanizadas (Pinto, 2010).

Variante B.1.B.1.

Copo globular moldurado



Figura 63- Projecção 3d Copo B.B1.

No âmbito da forma B.1.B., optámos por separar na variante 1, um conjunto de exemplares que ostentam uma decoração aplicada na parte superior da pança.

Esta decoração apresenta uma significativa diversidade podendo consistir numa simples moldura, em elementos de preensão quadrangulares ou mesmo em cordões com dedadas ou com decoração incisa.

No total, integrámos cinco exemplares nesta variante, que ostentam diâmetros entre 9 cm e 12,6 cm e pés destacados em forma de bolacha.

Há um elemento comum em todas as peças que incorporam esta variante, concretamente o elemento aplicado abaixo do bordo ou sobre a área mesial do corpo, que pode ser interpretado com tendo um carácter funcional, uma vez que, como elemento de preensão, ainda que estilizado, permite segurar o copo na mão.

Naturalmente que a presença destas aplicações, para além de um evidente carácter funcional denota opções decorativas várias que refletem gostos e influências culturais.

Neste sentido, importa analisar a área de dispersão destes materiais, para melhor entendermos o universo de referência destas formas.

Assim, no que respeita a elementos de preensão quadrangulares identificámos um paralelo com a peça n.4.10, copo com mamilo quadrangular associado à fase de apogeu do povoado de Pomar do século IV/III a.C., associada a outros exemplares análogos com cordões impressos (Parreira e Berrocal, 1991: 36-39) (Berrocal, 1994: 313)

Esta variante está bem documentada na fase II das Mesas de Castelinho, com vários exemplares moldurados, com decoração incisa sobre a moldura (Estrela, 2010: est 9,1, 12 3 15).

Esta decoração também está presente numa peça do Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 37 n.º4), mas o exemplar apresenta uma dimensão considerável, excluindo-o da esfera dos copos.

Em Castrejon del Capote, esta variante surge associada à forma III d. em recipientes moldurados com decoração incisa e digitada (Berrocal Rangel, 1994: 148-151), com uma datação posterior ao século V a.C. não alcançando datas avançadas no século II a.C. (*Ibidem*: 148).

Ainda relativamente aos motivos decorativos, importa referir as decorações sobre as molduras, digitadas ou incisas, com um padrão geométrico em forma de "X", para o qual não identificámos paralelo no âmbito dos recipientes de beber.

Três dos exemplares foram recolhidos em associação a cerâmica cinzenta e cerâmica manual polida, parecendo corresponder níveis sidéricos, embora a ausência de confirmação estratigráfica mais precisa não permita fechar uma datação. Contudo, face paralelos apresentados, esta variante parece remontar a um período cronológico compreendido entre os finais do século IV a.C. e o século III a.C.

Forma B.1.A/B.

Fundos de copos hemisféricos ou globulares

Quatro dos fragmentos apresentados correspondem a fundos de copo de cerâmica manual polida que, pelas suas dimensões e acabamento, são passíveis de integração formal no universo dos copos hemisféricos ou globulares (v-estampa 34).

Estes fundos apresentam um pé maciço, com diâmetro compreendido 3,3 cm e 6 cm, para os quais, devido às suas reduzidas dimensões, não foi possível estabelecer uma distinção formal entre copos hemisféricos ou copos globulares.

Os exemplares apresentam um fundo plano ou com uma ligeira concavidade, sendo que apenas um regista um motivo decorativo espatulado, sobre o pé (v. estampa 34, n.º16).

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2007.51.114] (Estampa 33) - Fragmento de bordo e parede com aplicação mamilada da forma B.1.A. Diâmetro de bordo 114 mm

2-[2007.51.406] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.A. Diâmetro de bordo 105 mm

- 3-[2004.42.3] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.A. Diâmetro de bordo 96 mm
- 4-[2007.51.127] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.B. Diâmetro de bordo 60 mm
- 5-[2007.51.45] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e arranque de asas da forma B.1.B. Diâmetro de bordo 66 mm
- 6-[2007.51.624] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.B. Diâmetro de bordo 99 mm
- 7-[2007.51.65] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.B. Diâmetro de bordo 104 mm
- 8-[2007.51.624B] (Estampa 33)-Fragmento de bordo e parede da forma B.1.B. Diâmetro de bordo 93 mm
- 9-[2007.51.409] (Estampa 34)-Fragmento de bordo e parede com moldura e deoração incisa da forma B.1.B. var.1. Diâmetro de bordo 132mm
- 10-[2700] (Estampa 34)-Fragmento de bordo e parede com moldura e deoração com dedadas da forma B.1.B. var.1. Diâmetro indeterminado
- 11-[1738] (Estampa 34)-Fragmento de bordo e parede com moldura e deoração incisa da forma B.1.B. var.1. Diâmetro de bordo 114 mm
- 12-[2004.42.2] (Estampa 34)-Fragmento de bordo e parede com moldura e deoração incisa da forma B.1.B. var.1. Diâmetro de bordo 104 mm
- 13-[ant. 28] (Estampa 34)-Fragmento de bordo e parede com moldura e deoração incisa da forma B.1.B. var.1. Diâmetro de bordo 108 mm
- 14-[2007.51.377] (Estampa 34)-Fragmento de fundo da forma B.1.A/B. Diâmetro de fundo 60 mm
- 15-[2007.162.75] (Estampa 34)-Fragmento de fundo da forma B.1.A/B. Diâmetro de fundo 54 mm
- 16-[2007.162.80] (Estampa 34)-Fragmento de fundo da forma B.1.A/B. Diâmetro de fundo 45 mm
- 17-[2007.162.82] (Estampa 34)-Fragmento de fundo da forma B.1.A/B. Diâmetro de fundo 36 mm

Forma B.1.C.

Potinhos e púcaros de perfil em S

Trata-se da forma mais expressiva do conjunto tendo sido identificados 23 fragmentos de bordo. Correspondem, de um modo geral, a formas constituídas por bordo, colo,

pança e fundo bem diferenciados, distanciando-se do arcaísmo identificado nas formas B.1.A e B.

No que respeita ao modo de produção, há uma clara ruptura com os tipos anteriores, estando ausente a cerâmica manual polida, tendo sido documentado apenas um fragmentos que correspondem a uma produção manual. Outro elemento diferenciador é a quase total ausência de elementos decorativos, uma vez que apenas um fragmento ostenta decoração (v. estampa 35 n.24).

Naturalmente que potes e púcaros de perfil em S abarcam uma significativa variação formal que carece de tipificação, tendo sido identificadas seis variantes no conjunto.

Variante B.1.C.1

Bordo esvazado

Esta variante corresponde a potes de bordo fino esvazado, com remate arredondado. Esta forma conta com quatro exemplares de bordo de produção a torno.

Os três exemplares de Segóvia apresentam diâmetros máximos compreendidos entre os 10,5 cm e os 11,4 cm sendo a principal característica destes recipientes a ausência de qualquer quebra ou inflexão entre o bordo e o colo.

Todos os exemplares foram recolhidos em níveis superficiais atribuídos à fase II do sítio, em associação a cerâmicas comuns.

Morfologicamente, esta variante não apresenta características funcionais específicas, podendo fazer parte do conjunto de mesa ou de armazenamento de pequena dimensão.

Recipientes análogos foram documentados em Cabeço de Vaiamonte e classificados como de tradição pré-romana, apesar de não apresentam um contexto estratigráfico de recolha (Fabião, 1998: est.42 n.1 a 10)

Variante B.1.C.2.

Colo alongado

A variante de colo alongado corresponde a recipientes de beber de bordo arredondado com um ligeiro espessamento e colo alongado, cónico, sem estrangulamento, ou com um estrangulamento suave.

Em Segóvia, esta variante está representada por oito exemplares, sendo a mais bem documentada no conjunto. Apresentam diâmetros variáveis, entre os 6,6, cm e os 12,3 cm, salientando-se que um deles possui uma pasta manual grosseira com decoração digitada sobre o bordo (v.estampa 35 n.24).

Identificámos perfis análogos nas formas dos níveis pré-romanos de Conímbriga (Alarcão, 1975: est I n.1 e 2), existindo igualmente exemplares com decoração incisa sobre o bordo com idêntica cronologia (*Ibidem*: est. III. n..52-54).

Relativamente ao Alentejo, esta forma está documentada em contextos funerários, registando-se na necrópole de Valdoca e na necrópole de S. André, ambas com uma cronologia alto imperial (Alarcão e Alarcão, 1966; Nolen e Dias, 1981). Em contextos de habitat, esta forma está bem representada em S. Cucufate, integrando o tipo X-A (Pinto, 1999: 477).

No Castro de Segóvia, os contextos de recolha não são muito esclarecedores, pois os materiais estão associados a níveis superficiais, podendo naturalmente relacionar-se com a fase II de ocupação do sítio.

Variante B.1.C.3.

Em aba com canelura sobre o bordo

Dois fragmentos de bordo integram esta variante, correspondendo a bordos horizontais, com cerca de 1,2 cm de largura, que apresentam dois sulcos na parte superior do bordo, parecendo corresponder a um encaixe para uma pequena tampa.

Trata-se de uma variante de potinho, destinado seguramente ao armazenamento, dado que a morfologia do bordo permite descartar, completamente, a sua utilização como recipiente de beber.

Os bordos apresentam diâmetros entre os 10,8 cm e os 12 cm e não lográmos identificar qualquer paralelo para esta variante.

Variante B.1.C.4.

Colo curto e bordo espessado

Esta é talvez a variante mais bem representada no conjunto, e que, simultaneamente, apresenta maior diversidade formal. Corresponde a seis fragmentos de bordo de perfil arredondado ou quadrangular, cuja principal característica é a presença de um colo muito curto e um bordo espessado.

Os bordos apresentam um diâmetro máximo variável entre os 9,3 e os 10,8 cm., e, de um modo geral, a morfologia desta variante insere-se no universo dos potes de pequena dimensão. As suas características morfométricas, nomeadamente a espessura dos bordos, não parecem adequar-se à função de beber, podendo estar relacionadas com o armazenamento.

Variante B.1.C.5.

Imitação de paredes finas

Dois fragmentos de bordo de produção a torno, que correspondem a bordos curtos e côncavos, colos bem marcados e arranque de pança de perfil ovóide, parecem corresponder a imitações de cerâmica de paredes finas (v.est.36).

Deste modo, um dos bordos apresenta características formais análogas à forma III A Mayet. e o segundo é idêntico aos dos exemplares da forma IV da mesma tipologia. Ambas formas apresentam uma cronologia de produção em cerâmica de paredes finas entre 75 a.C. e 1 a.C. (Mayet, 1975), sendo possível supor uma produção augustana ou posterior para estes exemplares de imitação.

Este fenómeno de imitação de cerâmica de paredes finas está documentado em várias produções locais ou regionais, como é o caso das cerâmicas Bracarenses (Morais, 2005:316) ou das cerâmicas de produção local de pasta caulínica de Conímbriga (Alarcão, 1975: est XIX), sendo os paralelos mais próximos os exemplares identificado no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 125).

Estas produções vêm atestar uma plena introdução das novas formas romanas e a adopção de novos hábitos de consumo.

Deste modo, nos repertórios de cerâmica comum do Alentejo encontramos um conjunto de pequenas formas fechadas com "paredes mais finas" de cronologia alto imperial, que podem corresponder a formas inspiradas ou de imitação desta cerâmica, nomeadamente necrópole de Santo André (Nolen e Dias, 1981), na Herdade do Reguengo (Caeiro, 1974: est LIII) ou em S. Cucufate (Pinto, 1999: fig. 443 e 444).

Variante B.1.C.6.

Forma rara

De entre o conjunto de potinhos e púcaros de perfil em S, identificamos um fragmento de bordo de cerâmica manual grosseira com decoração incisa no colo, com motivos em forma de S.

O fragmento apresenta um diâmetro de 10,8 cm, e ostenta um arranque de asa de secção circular, parecendo corresponder a um pequeno púcaro.

Identificámos perfis semelhantes de tradição pré-romana no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: est.38) ou no Castrejón del Capote podendo associar este exemplar de Segóvia à forma VII deste último sítio (Berrocal Rangel , 1994: 166).

Formas idênticas foram exumadas no depósito votivo de Garvão, (Beirão *et al.*, 1985: 101-103, fig. 39, nº 139) e em Castro Marim, onde foi designada por forma 3. D., surgindo em contextos de finais do séc. IV a.C. (Oliveira, 2006: 43)

Parece pois legítimo assumir uma cronologia entre o século IV a.C. e o século III a.C. para esta forma.

Catálogo de peças ilustradas:

18-[1272] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.1. Diâmetro de bordo 117 mm

19-[2007.51.427] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.1. Diâmetro de bordo 90 mm

20-[2007.51.141] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.1. Diâmetro de bordo 96 mm

21-[2007.51.425] (Estampa 35)-Fragmento de bordo e arranque de asa da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 114 mm

22-[2007.51.737] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro indeterminado.

23-[2007.51.103] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro indeterminado

- 24-[894?] (Estampa 35)-Fragmento de bordo com decoração impressa da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 93 mm
- 25-[1427] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 93 mm
- 26-[1418] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 90 mm
- 27-[1419] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 89 mm
- 28-[1318] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 123 mm
- 29-[1420] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.2. Diâmetro de bordo 63 mm
- 30-[936] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.3. Diâmetro de bordo 120 mm
- 31-[2007.51.364] (Estampa 35)-Fragmento de bordo da forma B.1B.3. Diâmetro de bordo 99 mm
- 32-[2007.51.505] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 99 mm
- 33-[2007.51.80] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 105 mm
- 34-[2007.51.454] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 114 mm
- 35-[2007.51.454B] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 120 mm
- 36-[est149] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 99 mm
- 37-[1239] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 105 mm
- 38-[2007.52.36] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.4. Diâmetro de bordo 99 mm
- 39-[2007.51.205] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.5. Diâmetro de bordo 108 mm
- 40-[874] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.5. Diâmetro de bordo 111 mm
- 41-[2007.162.33] (Estampa 36)-Fragmento de bordo da forma B.1B.5. Diâmetro de bordo 108 mm
- 42-[2007.51.48] (Estampa 37)-Fragmento de fundo com grafito da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 39 mm
- 43-[2173] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 45 mm
- 44-[2004.45.2] (Estampa 37)-Fragmento de fundo e pança da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 39 mm
- 45-[2007.51.1140] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 52 mm
- 46-[851] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 54 mm
- 47-[2007.51.1388] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 60 mm
- 48-[2007.50.159] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B. Diâmetro de fundo 72 mm

- 49-[2007.51.1310] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.5.Diâmetro de fundo 57 mm
- 50-[856] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.5, Diâmetro de fundo 48 mm
- 51-[2007.51.35] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.Diâmetro de fundo 69 mm
- 52-[2007.162.6] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.Diâmetro de fundo 48 mm
- 53-[942] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.Diâmetro indeterminado
- 54-[2007.51.1256] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.Diâmetro de fundo 42 mm
- 55-[2007.51.349] (Estampa 37)-Fragmento de fundo da forma B.1.B.Diâmetro de fundo 51 mm

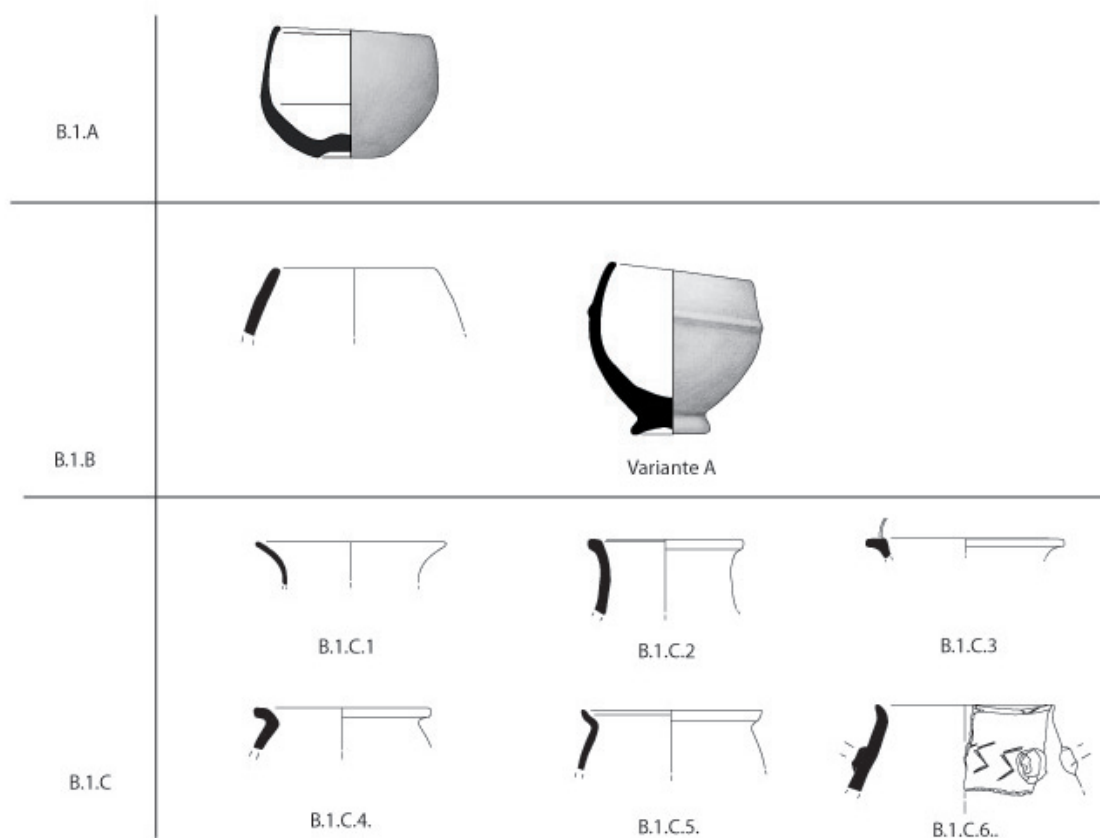


Figura 64 -Quadro síntese das formas do grupo B.1.

Comentário

No que respeita aos recipientes de beber, importa salientar a diversidade de formas identificadas em Segóvia, que remetem para uma longa tradição de consumo de líquidos nestes pequenos vasos.

A importância da classificação formal deste tipo reside não apenas na sua separação, pela suas características morfométricas, do grupo pote/panela, mas na individualização de um conjunto de vasos destinados ao consumo de líquidos, associados ao serviço de mesa e ao pequeno armazenamento.

O grande número de recipientes de forma fechada identificado no sítio, com um largo espectro de formas e tamanhos, contribuiu de forma determinante para o estabelecimento de categorias morfo-funcionais, sendo claro que a forma de copo foi parte integrante do repertório cerâmico do sítio em ambas fases de ocupação.

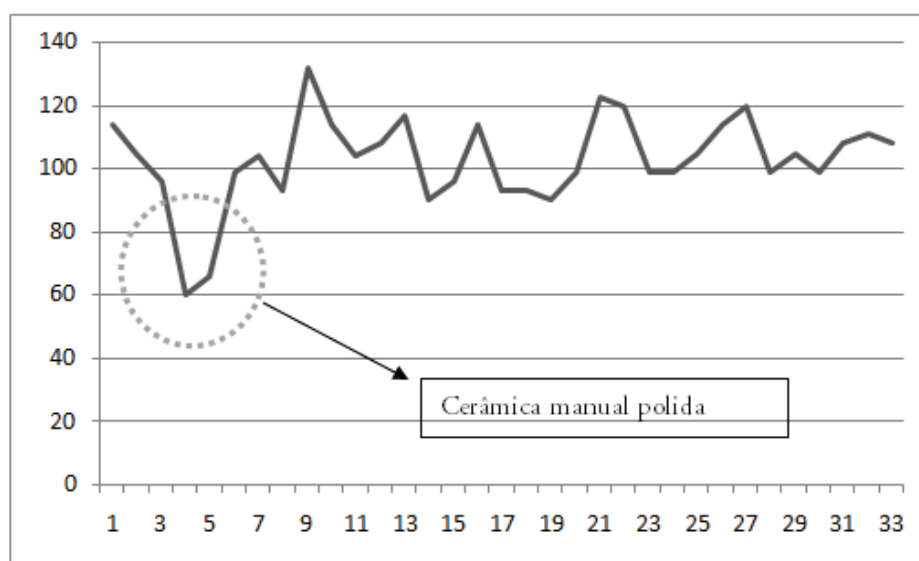


Figura 65 Gráfico dos diâmetros de bordos (em mm) do grupo B.1.

Assim após realizado o enquadramento formal, foi possível definir o grupo B.1 como um conjunto de pequenos recipientes, com diâmetros médios entre os 9 e os 12 cm, de perfis hemisféricos, globulares ou ovóides, com pés em ônfalo ou destacados, com eventuais elementos de apreensão, como asas, mamilos, molduras ou pegas.

Esta definição é naturalmente genérica, pois abarca distintas tradições e um considerável período cronológico.

Deste modo, pela sub-divisão formal efectuada, foi possível observar a existência de produções de tradição pré-histórica, formas B.1.A. e B.1.B., que remetem exclusivamente para o universo das produções manuais polidas, apresentando formas hemisféricas e globulares com um acabamento cuidado e com elevada presença de peças decoradas, molduras e outros elementos de preensão, como mamilos, asas ou pequenas pegas.

Estas formas apresentam paralelo em vários sítios do Alentejo (v. B.1.A. e B.1.B.), sendo possível situar estas produções num horizonte tardio da Idade do Ferro, datado dos séculos IV e III a.C. Contudo, a aproximação formal dos materiais de Segóvia aos materiais de Garvão e a ausência no Castro das produções de referência do século IV a.C., como cerâmicas áticas e certos tipos de ânfora, permitem estreitar esta baliza cronológica, em torno ao século III a.C.

Para além destas morfologias mais arcaizantes, foi identificado um grande conjunto de perfis em S, que resulta da introdução de novas formas de origem mediterrânea no extremo ocidente peninsular durante a Idade do Ferro e época romana.

Estas produções são maioritariamente realizadas a torno, apresentam perfis de tendência ovóide, com pés por vezes destacados, anelares ou em forma de bolacha, sendo o número de exemplares decorados reduzido, estando associado, exclusivamente, às produções manuais.

A cronologia de difusão destas formas é difícil de precisar, mas parece estar associada à difusão da utilização da roda de oleiro, que se efectua de forma lenta e assimétrica, pelo território.

Deste modo, no que respeita ao conjunto de variantes identificadas no sítio, verifica-se que há um conjunto de tradição "indígena", caracterizado por perfis em S mais arcaicos, associado, por diversos autores, à Idade do Ferro ou a uma tradição pré-romana (Alarcão, 1975 e Fabião 1998). Por outro lado, há um conjunto de outros perfis de bordo bem marcados e moldurados e de formas que reproduzem protótipos de vasos de

beber romanos, como as cerâmicas de "paredes finas", que se inserem claramente no último horizonte de ocupação do sítio, pautado pela presença de importações romanas.

7.1.6.3.2. TIPO B.2.

Potes/Panelas

Designamos por potes/panelas todas as formas fechadas de média dimensão, destinadas ao armazenamento e/ou à confecção e preparação de alimentos ou ainda a uma eventual inclusão no serviço de mesa.

Trata-se de uma forma multi-funcional, que permite a contenção de líquidos, semi-líquidos e sólidos, embora se adegue preferencialmente aos primeiros.

A capacidade destes recipientes é muito variável, sendo possível encontrar exemplares de pequena-média, média e grande dimensão, maiores que os copos, púcaros e potinhos e de capacidade inferior aos grandes recipientes.

No que respeita a esta forma cerâmica, mais do que elementos técnicos ou cronológicos, importa discutir aspectos morfo-funcionais.

Qual o critério de separação entre um grande pote e um grande recipiente ou entre um pequeno pote e um copo? É possível estabelecer um critério de classificação aplicável à amostra estudada?

Como já foi discutido por outros investigadores (Fabião, 1998: 46), as fronteiras são ténues e o ajuste tipológico tem de ser efectuado de acordo com a amostra, ou seja, aquilo que se consideram potes no Castro de Segóvia podem ser considerados grandes recipientes noutro lugar, dependendo do quadro de referência.

Importa salientar as características morfo-funcionais que distinguem este tipo de outros de maiores dimensões, destinados exclusivamente à armazenagem ou que possuam elementos associados estritamente à confecção de alimentos, como por exemplo as marcas de fogo.

Deste modo, neste tipo cerâmico descartamos a possibilidade de estarmos perante tachos ou panelas ou qualquer recipiente a ser utilizado exclusivamente na cozinha, tendo em consideração que as marcas de fogo estão ausentes.

A ausência destas características não permite eliminar liminarmente a hipótese da sua utilização ao fogo, mas, importa aqui sublinhar a multi-funcionalidade destes recipientes.

A existência de alguns exemplares de potes com as típicas saliências no bordo, destinadas ao encaixe de um tampa, aliado ao facto de não se terem identificado recipientes de tipo tacho/panela que possam ter sido utilizados, categoricamente, na confecção de alimentos, levou-nos a considerar a multi-funcionalidade dos potes, como recipiente de cozinha e de armazenamento.

No que respeita à forma panela, trata-se de uma classificação funcional, difícil de materializar através das características morfométricas, pois as mesmas formas e os mesmos elementos decorativos surgem em recipientes com distintas dimensões. Assim, um maior diâmetro de bordo poderá corresponder a um recipiente maior e mais profundo e a um outro funcionalmente distinto.

É talvez por esta razão que esta forma apresenta um número tão expressivo de exemplares, cerca de 20% de toda a cerâmica recolhida no sítio.

Outro elemento importante a aduzir nesta análise funcional é a questão dos elementos decorativos. Embora no sítio os materiais decorados sejam abundantes, apenas 16 fragmentos decorados foram recolhidos, o que representa uma percentagem inferior a 2%. Parecendo assim ressaltar uma funcionalidade de cozinha, pelo menos para uma boa parte destes recipientes, visto que a presença de decorações, embora não impossibilite esta utilização na cozinha, não se adequa a uma exposição continuada ao fogo.

Uma vez mais, este elemento pode ser tido em consideração no que respeita à bivalência funcional deste grupo e a opção pela designação genérica de pote/panela.

Neste conjunto, foi possível identificar a presença de diferentes variantes de bordo, que correspondem a variações em recipientes de perfil globular ou ovoide.

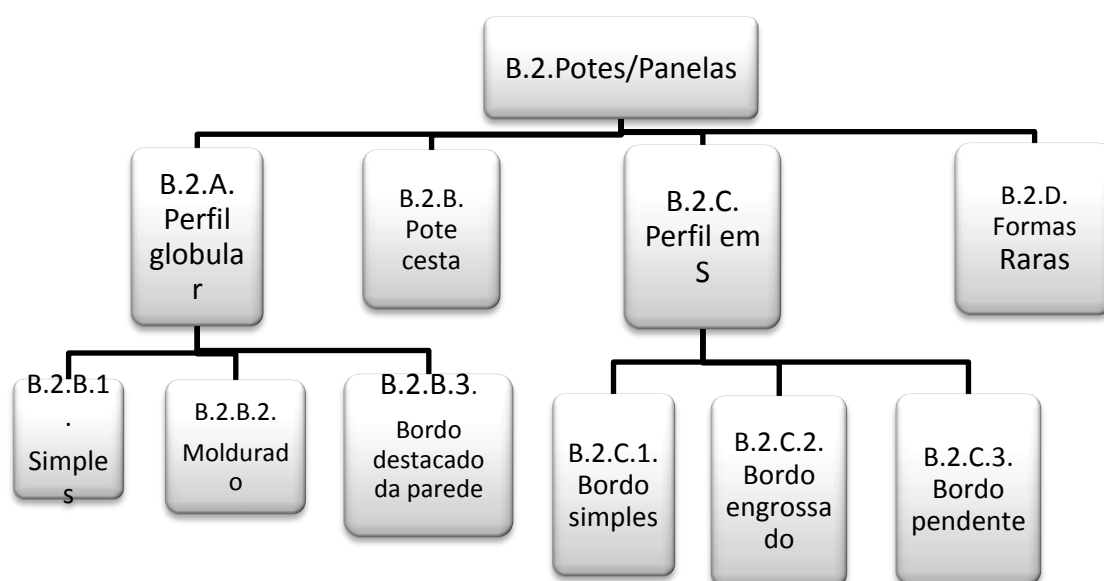


Figura 66 - Quadro Tipológico do grupo B.2.

Deste modo, a primeira sub-divisão formal que realizámos foi uma separação entre os perfis em S, que dividimos em verticais ou esvazados, e que correspondem a recipientes de perfil ovoide, e de bordo invertido, estes correspondendo a recipientes de corpo globular.

Esta divisão formal corresponde a uma tendência nas técnicas de acabamento e nas dimensões dos próprios recipientes, verificando-se que os do grupo B.2.C. apresentam maiores dimensões e acabamentos mais toscos, alisados e com aguadas, e que os do grupo B.2.A. correspondem a potes de pequena e média dimensão, com acabamentos polidos, existindo alguns exemplares com aplicação de cordões plásticos e decorações incisas.

Numa análise estritamente funcional, parece evidente que o polimento e aplicação de cordões e incisões não se adequa ao serviço de cozinha e à exposição ao fogo, sendo mais provável que os recipientes com acabamentos mais toscos fossem empregues para estes fins, ficando reservada a utilização de recipientes polidos e decorados ao serviço de mesa e armazenamento.

Formas B.2.A.

Potes de perfil globular

Nesta forma enquadrámos um grupo de recipientes de armazenamento que têm como característica principal o seu perfil globular. Correspondem a formas fechadas, de paredes encurvadas, e bordos ligeiramente reentrantes, produzidas em cerâmica manual polida.

Estas formas são claramente de tradição indígena e remontam à produção de recipientes da Pré-História . Deste modo, em contextos do Bronze final do Alentejo é frequente a presença de recipientes globulares com superfícies polidas ou brunidas, como é o caso do Paso Alto (Soares,2003: fig 15 13-14).

Os potes de perfil globular aqui apresentados inserem-se num conjunto de produções mais tardias, tendencialmente de menores dimensões, que apresentam características próprias dos horizontes tardios da Idade do Ferro. Assim, os exemplares apresentam-se moldurados, com decorações digitadas e incisas, ostentando fundos com pé em bolacha.

A análise do conjunto de um total de 46 fragmentos permitiu identificar três variantes distintas designadas por 1,2 3.

Variante B 2.A. 1

Bordo Simples

Trata-se de fragmentos lisos com bordos ligeiramente reentrantes, sem qualquer separação entre o bordo e a pança. Correspondem a pequenos-médios potes, de cerâmica manual polida, com diâmetros variáveis, entre os 13 cm e os 21 cm.

No Castro de Segóvia, identificamos um total de 34 fragmentos de bordo desta forma, um dos quais apresenta imediatamente a seguir ao bordo duas fiadas de decoração incisa desenhando motivos ziguezagueantes, e uma terceira com decoração estampilhada de motivos circulares (v.est 38, n.8). Lográmos identificar um paralelo exacto para esta conjugação de gramáticas decorativas no Capote, na variante 6.11.10 de cerâmicas estampilhadas com motivos circulares inferiores a 5mm (Berrocal Rangel, 1994: 108).

Estes recipientes apresentam paralelo na forma III no Capote, correspondendo aos perfis de bordo B31 do sítio (Berrocal Rangel, 1994: 70 e 148). Estes vasos, de tradição indígena datados entre o século IV e o século II a.C. (*Ibidem*: 148), estão também documentados no depósito votivo de Garvão (Beirão et alii, 1986).

Variante B.2.A.2.

Bordo ligeiramente destacado.

Esta variante corresponde a recipientes de perfil globular, com uma ligeira inflexão ou espessamento do bordo. De um modo geral, esta variante apresenta um corpo idêntico à forma B.2.A. Contudo na variante B.2.A.2. há uma clara separação entre o bordo e a pança do recipiente. No Castro de Segóvia, esta variante contempla sete exemplares de bordo que apresentam diâmetros variáveis, entre os 15cm e os 30 cm.

Esta forma está escassamente documentada no Castelo de Castro Marim, onde integra a variante 6 dos potes de cerâmica manual do sítio.(Oliveira, 2006: 40-fig 11). No Capote, esta variante de bordo corresponde à forma B.31 b, c e d, sub-tipos que poderão relacionar-se igualmente com uma evolução de bordos dos recipientes globulares designados por B31-a (Berrocal Rangel, 1994: 70).

Variante B.2.A.3.

Pote com moldura sob o bordo

Corresponde a uma forma globular, com parede ligeiramente oblíqua e reentrante, apresentando uma moldura saliente sob o bordo, que ostenta decoração incisa de linhas oblíquas e paralelas entre si, ou que desenha motivos ziguezagueantes. No Castro de Segóvia, foram identificados três fragmentos de bordo que integram esta variante, que apresentam diâmetros entre os 15,9 cm e os 18,6 cm.

Esta forma foi identificada em Mesas do Castelinho em associação à fase I e II, correspondente a níveis de ocupação datados entre os finais do século IV a.C. e o século II a.C., tendo sido classificada como pote e como panela (Estrela, 2010: est 9, 11, 13, 14 e 15), não sendo clara a distinção morfométrica utilizada entre os dois tipos.

Esta variante surge ainda associada a contextos funerários do alto Alentejo estando atestada na Necrópole da Chaminé, onde foi classificada como urna (Nollen, 1985).

Também no altar pré-romano do Capote a forma está presente, integrando o tipo III Bc datado entre o século IV a.C. e a segunda metade do século II a.C. (Berrocal Rangel, 1994: 148)

Catálogo de peças ilustradas:

- 1-[2007.50.735] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 135 mm
- 2-[2007.51.1767] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 174 mm
- 3-[2007.51.226] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 132 mm
- 4-[2007.51.1] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 198 mm

- 5-[2007.51.2269] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 135 mm
- 6-[2007.50.407] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 198 mm
- 7-[2007.53.04] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 132mm
- 8-[2007.47.1] (Estampa 38)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 152 mm
- 9-[2007.51.406] (Estampa 38)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 180 mm
- 10-[2007.51.301] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 198 mm
- 11-[2007.51.386] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 141 mm
- 12-[2007.51.05] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 210 mm
- 13-[2007.51.105] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 150 mm
- 14-[2007.50.37] (Estampa 38)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 141 mm
- 15 [2007.51.387](Estampa 39).Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 174 mm
- 16-[913] (Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 156 mm
- 17-[2007.51.393] (Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 153 mm
- 18-[2007.51.510] (Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 128 mm
- 19-[2007.51.147] (Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 126 mm
- 20-[2007.51.64] (Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 134 mm
- 21-[2007.51.1772](Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 243 mm
- 22-[2007.51.1757](Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 183 mm
- 23-[2007.51.892](Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 186 mm
- 24-[2007.51.017](Estampa 39)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 216 mm
- 25-[2007.51.4](Estampa 40)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro indeterminado.
- 26-[2343](Estampa 40)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro indeterminado.
- 27-[2007.51.43](Estampa 40)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro indeterminado.
- 28-[2007.51.260](Estampa 40)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro indeterminado.
- 29-[2007.51.263](Estampa 40)-Fragmento de bordo da forma B.2.A. Diâmetro indeterminado.

- 30-[2007.51.18](Estampa 40)-Fragmento de bordo e pança com decoração incisa. da forma B.2.A 2..Diâmetro de bordo 183 mm
- 31-[2007.51.16](Estampa 40)-Fragmento de bordo e pança com decoração incisa. da forma B.2.A 2..Diâmetro de bordo 159 mm
- 32-[2007.51.17](Estampa 40)-Fragmento de bordo e pança com decoração incisa da forma B.2.A 2..Diâmetro de bordo 189 mm
- 33-[2007.51.405](Estampa 40)-Fragmento de bordo com decoração mamilada forma B.2.A 2.Diâmetro indeterminado.
- 34-[2007.51.115](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A..Diâmetro indeterminado.
- 35-[2007.50.32](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A..Diâmetro indeterminado.
- 36-[2007.51.342](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A..Diâmetro indeterminado.
- 37-[2007.51.307](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A..Diâmetro indeterminado.
- 38-[798](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 243 mm
- 39-[2007.51.876](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 147 mm
- 40-[2007.51.1627](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 216 mm
- 41-[847](Estampa 41)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 231 mm
- 42-[2007.51.957](Estampa 41)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 150 mm
- 43-[2007.50.22](Estampa 42)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 300 mm
- 44-[2007.51.221](Estampa 42)-Fragmento de bordo da forma B.2.A.1..Diâmetro de bordo 192 mm
- 45-[2007.52.21](Estampa 42)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.2.A. Diâmetro de bordo 159 mm
- 46-[2007.50.319](Estampa 42)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.2.A. Diâmetro de bordo

Forma B.2.B.

Potes-cesta

Os potes/cesta ou potes com asa de cesta caracterizam-se, genericamente, por possuir uma única asa aplicada sobre dois pontos do bordo do recipiente, diametralmente opostos. Este elemento de preensão é habitualmente de secção circular e desenha um arco semi-elíptico ou semi-circular, que atravessa, em suspensão, a boca do pote.

Esta forma é conhecida exclusivamente em recipientes fechados de pequena ou média dimensão de tipo pote/panela, com perfis de bordo variáveis. Não existe uma única técnica de fabrico estando documentados exemplares de cerâmica manual, de cerâmica comum, de cerâmica cinzenta fina polida e de cerâmica de engobe vermelho.

Em Segóvia, registaram-se dois exemplares passíveis de se enquadrar nesta forma. São ambos de reduzida dimensão, sendo que apenas um permitiu a sua representação gráfica.

O estado de preservação das peças não permitiu caracterizar detalhadamente o corpo destes recipientes. Refira-se apenas que estamos perante potes de perfil em S, de pequenas dimensões, com cerca de 9 cm de diâmetro (v. est. 47).

A análise da cronologia, origem, difusão e funcionalidade desta forma é complexa. A lista de locais onde este tipo foi documentado é extensa, mas, numa escala de proximidade com Segóvia, torna-se claro que a sua maior concentração se regista, à luz dos dados conhecidos, na Extremadura espanhola.

Através do enquadramento cronológico dos materiais de Cancho Roano, de La Mata ou de El Chaparral (RodríguezDíaz e Ortiz Romero, 2004, p. 246, forma D.3.c e Jiménez Ávila, Ortega Blanco e López-Guerra, 2007: 472), é vulgarmente aceite uma datação do século V a.C. para o início da sua produção. Na região extremeña, este tipo parece estar documentado por um exemplar proveniente da ladeira Norte do cerro do Castelo de

Medellin datado entre 500-450 a.C. (Almagro Gorbea e Martin Bravo, 1994: fig 14-n.6), e na fase III de Cancho Roano datada do século V a.C. No que respeita ao actual território português, esta cronologia documenta-se apenas na Herdade da Sapatoa, final do século VI a.C. primeira metade do Va.C. (Mataloto, 2004: Est. XXI e XXIV).

Numa cronologia um pouco mais tardia, centrada entre a segunda metade do século V e o século IV a.C., podemos enquadrar os exemplares de El Risco, (Enrique Navasques, Rodriguez Dias, Pavon Soldevilla, 2001), Tejada la Vieja (Fernandez Jurado, 1987, fig LXII. N°23) e da Ermida de Belén (Rodriguez Díaz, 1991).

É neste âmbito que surgem, para o actual território português, com uma cronologia do século V/IV a.C., os exemplares do Castro da Azougada (Antunes, 2005, p.71-72, 85-86), bem como de outros pequenos sítios, como a Malhada das Taliscas 4 (Calado e Mataloto, 2008: 208, fig.11, peça 6), Malhada dos Gagos (Calado *et al.*, 1999, 383, fig 3, n°1), Nossa Senhora de Machede -Évora (Mataloto, 2000, Est.LXII – n.º 2), Castelão das Nogueiras, Borba (Mataloto, 2000, Est. LXIII – n.º 38 e 46). Ainda no que respeita ao território português destaca-se a presença de um exemplar bem conservado recolhido na necrópole da Fonte Santa (Beirão, 1986:fig 19).

Embora vários autores refiram que os potes cesta são amplamente difundidos entre os séculos V e III a.C. (Antunes, 2005, p.71, Jara Lázon et alii, 2006: 207; Enríque Navascués et alii, 2001) na Meseta e na Extremadura espanhola, não existem, na realidade, elementos que caracterizem o momento mais tardio dessa difusão.

A presença destes materiais em contextos do século IV a.C. foi documentada em Castañuelo (Jimenez Ávila, 2009: fig.9-3) e em Huelva, associados a um fragmento de cerâmica ática do pintor de Viena 116, o que permitiu efectuar uma datação centrada na primeira metade do século IV a.C. (Rufete Tomico, 2004: 136). Para o exemplar recolhido em El Risco, a associação contextual à cerâmica ática vem confirmar e existência de continuidade na manufactura destes vasos ao longo do século IV a.C., na Extremadura espanhola.

No estuário do Tejo, a associação contextual na Quinta do Almaraz (Henriques, 2006, 59) de um pote-cesta de cerâmica cinzenta com fragmentos de cerâmica ática, a par com

os exemplares de Lisboa (Sousa, 2011: 267), coincide com as propostas cronológicas mais recuadas de utilização destes recipientes existentes para o território espanhol.

A publicação dos materiais de Badajoz não é esclarecedora quanto à fase em que se insere o pote-cesta ali recolhido (Enríquez Navascués *et al.*, 1998: 182). No que respeita ao Castrejón del Capote, a proposta cronológica de existência de um horizonte tardio é baseada na caracterização cronológica do conjunto (Berrocal Rangen 1994: 174). Por último, mais recentemente, o exemplar recolhido no Chaparral (Jara Lázon *et al.*, 2006: 207) não é esclarecedor quando à cronologia do contexto de recolha.

Este acervo informativo coloca alguma controvérsia no que respeita a propostas tardias, entenda-se do século III a.C., de manufactura destes recipientes no extremo ocidente peninsular, bem como na Extremadura espanhola e na Andaluzia.

Embora seja pouco claro o enquadramento cronológico de alguns exemplares, como os potes-cesta recolhidos na necrópole da Fonte Santa ou mesmo os materiais de Castrejón del Capote ou de Badajoz, parece claro que não se conhecem exemplares desta forma em contextos do século III a.C.

Deste modo, à luz dos dados conhecidos, podemos afirmar que os materiais mais tardios, associados, contextualmente, a cerâmicas áticas, como se verifica com os exemplares de Huelva, de El Risco, da Ermida de Belén ou mesmo de um oriundo de um contexto mais oriental, de Cástulo (Del Amo, 1972: Lam. VIII), não devem ser posteriores à segunda metade do século IV a.C.

Neste sentido, parece importante sublinhar a ausência destes materiais em horizontes cronológicos mais tardios, como Garvão (Beirão, 1985), bem como a sua escassez em contextos datáveis entre inícios do século IV a.C. e o a primeira metade do século II a.C. como se verifica no Capote (Berrocal Ragel, 1994: 261).

Assim, importa referir o contexto de recolha desta peça no Castro de Segóvia (AI nível 5) que corresponde a um dos depósitos mais antigos do sítio, relacionável com uma primeira fase de ocupação do espaço.

Estes depósitos mais antigos, designados por níveis 4, 5 e 6 da Trench I, foram identificados junto à muralha, não sendo claro a existência de outro urbanismo

associado, ou se correspondem aos níveis fundacionais desta estrutura defensiva. Não obstante, parece evidente tratar-se do momento mais antigo documentado no sítio. Deste modo, de acordo os paralelos formais e cronológicos apresentados, a produção dos potes-cesta, datável entre os séculos V e IV a.C., aliada à ausência de cerâmica ática no Castro, permite propor uma cronologia para esta peça em torno à segunda metade do século IV a.C.

A presença de um novo tipo nos repertórios formais do Alentejo, na segunda metade do primeiro milénio a.C., coloca a hipótese de introdução de novos hábitos do quotidiano.

A clara distinção entre estes potes-cesta e os restantes recipientes vulgarmente designados de pote/panela reside, sem dúvida, na sua funcionalidade. São vasos de pequena ou média dimensão, de capacidade reduzida, com bordos estreitos, colos estrangulados e com uma asa de cesta aplicada sobre o bordo.

A sua pequena capacidade torna pouco útil a sua utilização como recipiente de armazenamento. Por outro lado, a presença de uma asa “de cesta”, embora não invalide uma utilização ao fogo, faz, em nosso entender, descartar a hipótese de se tratar de um qualquer recipiente de cozinha, e a ausência de marcas de fogo e os acabamentos polidos, principalmente ao nível das asas, parecem corroborar esta impossibilidade. O enquadramento deste recipiente na baixela de mesa parece possível, mas pouco viável, dada a inexistência de um bico vertedor em qualquer dos exemplares conhecidos.

Parece-nos verosímil equacionar uma funcionalidade no âmbito do transporte de pequenas quantidades e a curtas distâncias de líquidos, sendo tentador propor uma função ritual para estes recipientes, função para a qual estaria este pote estaria perfeitamente adaptado.

Em relação à morfologia destes contentores, o local no território português com maior número de recipientes em excelente estado de conservação é o Castro da Azougada. Aqui, embora tenham sido identificadas duas formas distintas, vasos ovóides de colo largo (Antunes, 2005, est LXXXVII- VI.4.B) e vasos globulares (*Ibidem*, Est. XCV-VI.5), apenas a última variante está bem documentada em Segóvia, bem como, aliás, na grande maioria dos locais onde estes potes foram identificados. Lamentavelmente, a falta de contexto estratigráfico seguro dos materiais da Azougada não permite aferir se

esta variação possuiu algum significado cronológico. De qualquer modo, é quase certo que não podem avançar para momentos posteriores aos meados do século IV a.C.

Forma B.2.C.

Pote-panela de perfil em S

É a forma de pote/panela mais bem documentada no sítio, apresentando três variantes principais: perfil simples, espessado e pendente.

As variações formais são o resultado da próprio processo de manufatura e das formas de acabamento da peça, que podem variar de oleiro para oleiro, não sendo possível atribuir um significado cronológico, funcional ou outro, razão pela qual alguns autores optaram pelo agrupamento desta variantes num único tipo, assumindo a sua grande variedade formal (Vegas, 1964).

Outros autores apresentam uma complexa sub-divisão formal aplicável ao seu universo de estudo, que é, contudo, difícil de equiparar, numa análise comparativa, a uma variante específica de um outro local.

Deste modo, as variantes da forma B.1.A correspondem grosso modo ao tipo 1 de Mercedes Vegas , e correspondem às formas de *olla* e/ou *orza* (Encanación Serrano 1995: 228-229) ou ainda a tachos, panelas (Pinto, 1999) e potes (Alarcão, 1974), apenas para citar alguns exemplos.

Variante B.2.C.1.

Pote-panela de Perfil em S de bordo simples

Trata-se da forma mais vulgar de pote-panela. Apresenta um corpo globular e um bordo habitualmente arredondado, de perfil em S, mais ou menos pronunciado. Trata-se de recipientes de colo curto, em que o bordo constitui um prolongamento natural da peça. Existem exemplares com um remate arredondado e biselado.

De um modo geral, os exemplares apresentam pastas escuras e grosseiras, com acabamentos, na maioria dos casos, pouco cuidados, tratando-se de um mero alisamento das paredes, com recurso a uma aguada ou engobe pouco espesso.

Trata-se de uma forma com tradição indígena. A multi funcionalidade e a longa diacronia de produção desta forma não permite uma aferição da cronologia, existindo, no extremo ocidente peninsular, exemplares em fases arcaicas da ocupação sidérica até à plena romanização do território, correspondendo, por exemplo aos tipos VII.B 2,3, 5, 7 e 8, de S. Cucufate, acompanhando toda a cronologia de ocupação do sítio (Pinto: 1999). No Castro de Segóvia, surge associada a ambas as fases de ocupação (1 e 2).

Esta forma é comum no Alentejo e Extremadura espanhola, estando presente em sítios como Mesas de Castelinho (Fabião, 1998: est.48) Vaiamonte (*Ibidem*: est. 38 e 44), Herdade da Chaminé (Elvas) (Nollen, 1985), Garvão (Beirão *et al.*,1985), Cantamiento de la Pepina (Badajoz) (Rodriguez Díaz e Berrocal Rangel, 1988: 216-252) e Capote, integrando, neste último sítio, a variante B.35 (Berrocal Rangel, 1994: 69 e 70), que está bem documentada em horizontes tardios da Idade do Ferro.

Sub-Variante A

Corresponde a um pequeno conjunto de bordos finos e arqueados, por vezes separados do colo por um pequeno ressalto ou espessamento. Esta variante apresenta diâmetros compreendidos entre 15,9 cm e os 19,8 cm.

Três dos fragmentos recolhidos estão associados ao quadrado B1 nível 3, no qual se destaca a presença de uma pátera de cerâmica campaniense de Cales e cerâmica de "paredes finas" inclassificável. Também no nível 5 do mesmo quadrado foi recolhido outro fragmento também associado a cerâmica campaniense de pasta cinzenta da forma Lamboglia 5 e a grandes recipientes de armazenamento (v.grupo B.5.).

Esta forma está presente no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 378), o que vem confirmar os dados da estratigrafia de Segóvia, que apontam para uma cronologia romana republicana.

Outros exemplares análogos foram recolhidos na Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998: est.43), onde o seu excelente estado de preservação permitiu o registo gráfico de três exemplares completos, dando a conhecer a forma total do recipiente, com um colo pouco estrangulado e um corpo bojudo, quase de tendência piriforme. Pelo menos a três dos exemplares de Vaiamonte foi associado um fundo em ônfalo, do qual arranca uma parede bastante esvazada.

No Castro de Segóvia, foram exumados cinco fragmentos de fundo em ônfalo com estas características passíveis de associar, embora com algumas reservas, a esta sub-variante A (v.est 54 n.s 153-157).

Variante B.2.C.2.

Pote-panela de Perfil em S de bordo espessado

É uma variante dos potes de perfil em S que se caracteriza pelo espessamento do bordo. Os potes desta variante apresentam um secção arredondada, bem mais espessa que a variante anterior, com corpos circulares ou ovalados, e colos mais curtos.

As dimensões dos recipientes são muito variáveis, podendo oscilar entre os 16.6 cm e os 30 cm de bordo. Contudo, trata-se de uma variante que corresponde a um pote de média grande dimensão, distinto das variantes anteriores.

Esta é uma das variantes mais bem representadas, 25 exemplares, e parece corresponder a um recipiente com uma utilização estrita de armazenamento.

A forma é análoga à algumas urnas da Necrópole da Chaminé (Nolen, 1985), correspondendo a alguns potes e panelas de "tradição indígena" de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 44, 3), algumas com estampilhas sobre a pança (*Ibidem*: est 56). Por último, esta forma está representada nas cerâmicas torneadas de tradição indígena de Conímbriga (Alarção, 1975: est 5).

No Castro de Segóvia, esta forma surge na fase mais antiga do sítio, bem como em recolhas de superfície e níveis superficiais associados à fase II, não sendo possível determinar se até quando perdurou a utilização desta forma.

Variante B.2.C.3.

Bordo esvertido

Corresponde a um pote de bordo revirado para o exterior, com dimensões médias e grandes entre os 15 e os 30 cm de diâmetro. Os exemplares desta forma apresentam um

lábio pendente de secção, circular, arredondado ou em aba, sendo esta variação formal ao nível do bordo decorrente do próprio processo de manufactura. Esta forma está representada por 350 exemplares produzidos a torno.

O perfil do corpo é desconhecido pois os fragmentos são de pequena dimensão, mas através do fragmento n.136 (v.est 51) é possível observar um colo alto e largo, parecendo ser esta uma das características da variante.

Formas análogas com estampilhas foram identificadas em Mesas de Castelinho, associadas à fase III do sítio (Estrela, 2010: est 19 e 21 e Fabião, 1998: est 61). No Castelo da Lousa, esta forma também está registada em associação aos níveis republicanos (Pinto, 2010: 340-341) Alguns perfis de grandes recipientes fechados com estampilhas de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 56 e 58) apresentam morfologias aproximadas aos exemplares de maior diâmetro de Segóvia.

Deste modo, esta forma de tradição indígena apresenta um amplo espectro cronológico, datável entre os século IV a.C. e I a.C.. pelos paralelos estabelecidos podemos supor tratar-se de uma forma recorrentemente decorada com a aplicação de estampilhas e de cordões digitados, embora os exemplares de Segóvia, devido às suas reduzidas dimensões não permitam confirmar esta hipótese.

Forma B.2.D.

Formas raras

As formas raras são compostas por peças que não foram incluídas em nenhum dos tipos anteriores, por apresentarem características morfométricas singulares. Assim, no conjunto dos potes identificámos duas formas distintas, aqui apresentadas nas variantes 1 a 5.

Variante 1

Pote de bordo esvertido

Corresponde a um bordo esvertido e pendente, bilobado com 17,1 cm de bordo.

Trata-se de uma produção a torno para a qual não logramos em identificar paralelos. Poderá corresponder a um recipiente de transporte de líquidos de maiores dimensões de tipo cântaro ou bilha.

Variante 2

Pote de bordo reentrante

Esta é uma forma rara no universo dos potes/panelas de Segóvia. Identificamos apenas um fragmento de bordo reentrante com espessamento com cerca de 24,3 cm de diâmetro.

Trata-se de uma forma tipicamente romana. A morfologia geral do recipiente corresponde à de um *dolium* embora de reduzidas dimensões, correspondendo ao tipo III de Mercedes Vegas (1973) ou ao tipo IX B de Inês Vaz Pinto (1999: 470-471) e possui uma ampla cronologia de produção que se estende até ao baixo império. No Castro de Segóvia, está associada à fase II.

Variante 3

Pote de colo estrangulado.

Corresponde a um fragmento de bordo de produção a torno, com 11 cm de diâmetro. Apresenta um bordo simples espessado, um colo estrangulado, parecendo pertencer à esfera dos recipientes de armazenagem.

Variante 4

Pote-Panela com bordo revirado para fora.

Trata-se de um único exemplar que morfologicamente se enquadra nas formas de cozinha. Corresponde a uma produção a torno e apresenta um diâmetro de 15 cm e inscreve-se nas formas VII-B -3 ou VIII - A I da cerâmica comum de S. Cucufate (Pinto, 1999: 394-402), não sendo para nós clara a diferenciação morfológica entre estas variantes de tacho e panela, Ambas formas estão presentes em todos os horizontes da *villa*, (*Ibidem*). O exemplar de Segóvia foi recolhido na área A, em associação à última fase de ocupação do sítio de cronologia alto imperial.

Variante 5

Panela de bordo voltado para o exterior

Corresponde a três fragmentos de bordo de produção a torno, com diâmetros compreendidos entre os 15 cm e os 18 cm, que correspondem a recipientes de cozinha com um ressalto no bordo para encaixe de uma tampa.

O exemplar n.136 apresenta paralelo com potes panelas do Castelo da Lousa (Pinto, 2010, 373-374), parecendo corresponder a um exemplar de cronologia republicana.

As peças 137 e 138 estão documentadas em S. Cucufate e correspondem às formas VIII B 1, típicas do alto império, tendo sido também recolhidas em vários outros locais do Alentejo como as necrópoles de Aljustrel ou de Santo André ou ainda na Herdade do Reguengo em Vaiamonte(Pinto, 1999: 412-424).

Catálogo de peças ilustradas:

- 47-[4725](Estampa 43)-Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 198mm.
- 48-[2007.51.1890](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 150 mm.
- 49-[2007.51.477](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 171mm..
- 50-[1399](Estampa 43)-Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 153mm.
- 51-[2007.51.460](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 174mm.
- 52-[2007.51.1086](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 147 mm.
- 53-[2007.50.163](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro indeterminado.
- 54-[2007.51.502](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 204 mm.
- 55-[2007.51.500](Estampa 43)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 177mm.
- 56-[2007.51.355](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 156mm.

57-[2007.52.109](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 183mm.

58-[2007.50.71](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 145mm.

59-[2007.52.137](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 148mm.

60-[2007.51.426](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 141mm.

61-[2007.58.11](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 118mm.

62-[2007.51.338](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 145mm.

63-[2007.51.1332](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 144mm.

64-[2007.51.781](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 135mm.

65-[2007.51.453](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 150mm.

66-[782](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 186mm.

67-[2007.51.81](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 125mm.

68-[2007.51.504](Estampa 44)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 144mm.

69-[2007.50.417](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 150mm.

70-[2007.52.138](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 183mm.

71-[2007.51.1306](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 224mm.

72-[876](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 192mm.

73-[2007.51.953](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 126mm.

74-[2007.51.963](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 126mm.

75-[2007.51.1399](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 132mm.

76-[2007.54.114](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 177mm.

77-[2007.51.1251](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 153mm.

78-[2007.51.323](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 153mm.

79-[2007.50.70](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 147mm.

80-[2007.51.1330](Estampa 45)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 142mm.

81-[2007.51.149](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 126mm.

82-[825](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 174mm.

- 83-[2007.51.80](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 123mm.
- 84-[2007.51.1364](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro de bordo 102mm.
- 85-[2007.51.132](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro indeterminado.
- 86-[2007.52.6](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1.Diâmetro indeterminado.
- 87-[2007.51.428](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 159mm.
- 88-[2007.162.216](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 165mm.
- 89-[2007.51.390](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 159mm.
- 90-[2007.51.497](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 198mm.
- 91-[2007.51.503](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 163mm.
- 92-[2007.51.513](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 162mm.
- 93-[2007.51.1163](Estampa 46)Fragmento de bordo da forma B.2.C.1. Var.A Diâmetro de bordo 168mm
- 94-[2007.50.115](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.B.Diâmetro de bordo 90mm..
- 95-[E001](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 315mm.
- 96-[2007.51.319](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 231mm.
- 97-[2007.51.1187](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 291mm.
- 98-[2007.50.400](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 249mm.
- 99-[844](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 243mm.
- 100-[1525](Estampa 47)Fragmento de bordo da forma B.2.C.2.Diâmetro de bordo 261mm.
- 101-[2007.51.363](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 300mm.
- 102-[E002](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 240mm.
- 103-[2007.51.1582](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 243mm.
- 104-[2007.51.222](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 186mm.
- 105-[2007.51.249](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 246mm.
- 106-[2007.51.25](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 30mm.
- 107-[2007.51.58](Estampa 48)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 303mm.
- 108-[2007.51.257](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 300mm.

109-[803](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 240mm.

110-[2007.51.297](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 156mm.

111-[929](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 210mm.

112-[1220](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 192mm.

113-[921](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 150mm.

114-[2007.51.72](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 134mm.

115-[2007.51.73](Estampa 49)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 156mm.

116-[2007.51.368](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 159mm.

117-[E003](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 147mm.

118-[2007.51.E004](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 180mm.

119-[2007.51.1365](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 201mm.

120-[2007.51-340](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 165mm.

121-[2007.51.473](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 141mm.

122-[875](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 195mm.

123-[2007.51.184](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 333mm.

124-[2007.51.357](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 192mm.

125-[2007.51.224](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 1186mm.

126-[2007.51.1622](Estampa 50)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 246mm.

127-[826](Estampa 51)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 171mm.

128-[2007.51.339](Estampa 51)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 279mm.

129-[2007.51.1319](Estampa 51)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 270mm.

130-[2007.162.4](Estampa 51)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 243mm.

131-[2007.51.1535](Estampa 51)Fragmento de bordo da forma B.2.C.3.Diâmetro de bordo 168mm.

132-[2007.51.137](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D. Var 1.Diâmetro de bordo 171mm.

133-[2007.51.547](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D. Var 2.Diâmetro de bordo 243mm.

134-[2007.51.1262](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D. Var 3.Diâmetro de bordo 119mm.

135-[2007.50.336](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D. Var 4.Diâmetro de bordo 150mm.

136-[2007.51.109](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D Var 5.Diâmetro de bordo 153mm.

137-[2007.51.79](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.DVar 5.Diâmetro de bordo 189mm.

138-[2007.51.37](Estampa 52)Fragmento de bordo da forma B.2.D.Var 5.Diâmetro de bordo 162mm.

139-[1237](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 93mm.

140-[1511](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

141-[2007.162.58](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 75mm.

142-[2007.51.145](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 120mm.

143-[772](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

144-[2007.51.408](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

145-[773](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 89mm.

146-[1524](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 108mm.

147-[2007.51.1143](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 96mm.

148-[2007.51.101](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 93mm.

149-[2007.51.1142](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 80 mm.

150-[2007.51.05](Estampa 53)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 80mm.

151-[2007.51.470](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 117mm.

152-[2007.51.70](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 93mm.

153-[2007.50.165](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

154-[2007.50.152](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 168mm.

155-[2007.51.362](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

156-[2007.51.65](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 90mm.

157-[2007.51.790](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 99mm.

158-[2007.51.53](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 132mm.

159-[2007.51.329](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 131mm.

160-[2007.51.352](Estampa 54)Fragmento de fundo da forma B.2.Diâmetro de fundo 87mm.

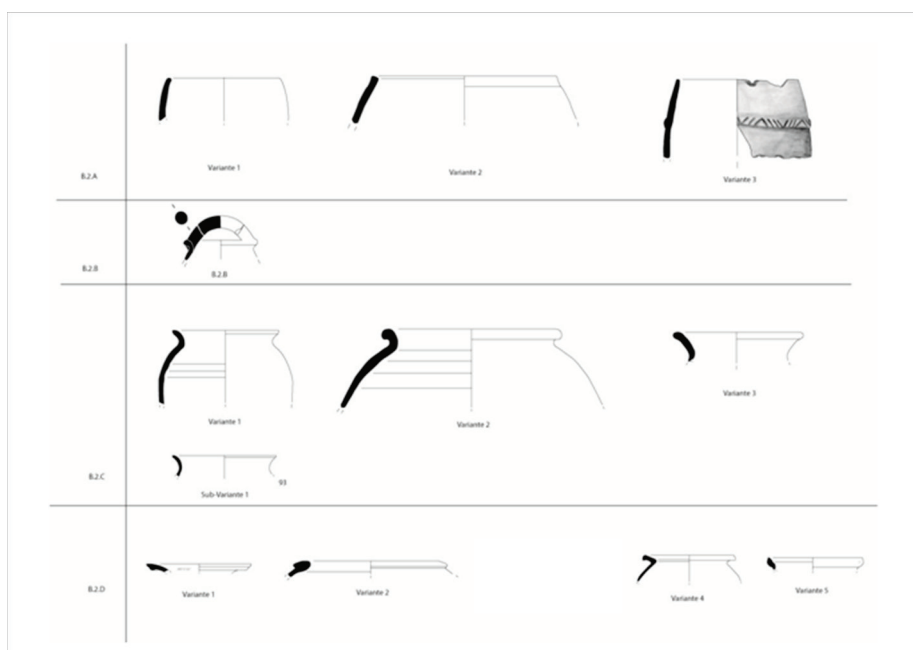


Figura 67-Quadro síntese do grupo B2.

Comentário

No que respeita à caracterização da categoria de pote-panela, importa em primeiro lugar salientar a sua expressão numérica no conjunto, sendo esta a forma mais representada do sítio, que conta com mais de 1000 fragmentos de bordo.

As formas manifestam uma filiação em duas morfologias de tradição distinta, uma primeira forma mais arcaica que corresponde às variantes B.2.A. integra formas exclusivas de produção manual polida.

Estes perfis globulares inscrevem-se nos repertório indígena, desenvolvidos a partir de formas de cronologia do Bronze Final. Estas formas surgem associadas aos contextos tardios da Idade do Ferro, identificados maioritariamente no Sector A, quadrados A e B, níveis 5 e 6, em associação a outras formas de cerâmica manual polida, cerâmica pintada em bandas e cerâmica cinzenta, parecendo fiável uma proposta cronológica

entre finais do século IV a.C. e inícios do século II a.C. para a utilização destes recipientes no sítio, tanto pelos paralelos já estabelecidos bem como pela sua associação contextual.

No que respeita às típicas formas de perfil em S (forma B.2.C), trata-se do conjunto mais numeroso no universo dos potes panelas e, neste sentido, podemos afirmar que a variedade formal identificada não é grande, existindo claramente uma padronização de formas, que certamente é reflexo de hábitos, gostos e necessidades de consumo.

Talvez por essa razão se verifica uma longa cronologia de utilização das formas registadas, pois estão timidamente associadas aos contextos tardios da Idade do Ferro e surgem de forma mais expressiva em níveis associados à última fase construtiva, sem que esteja patente qualquer ruptura entre fases de ocupação do sítio.

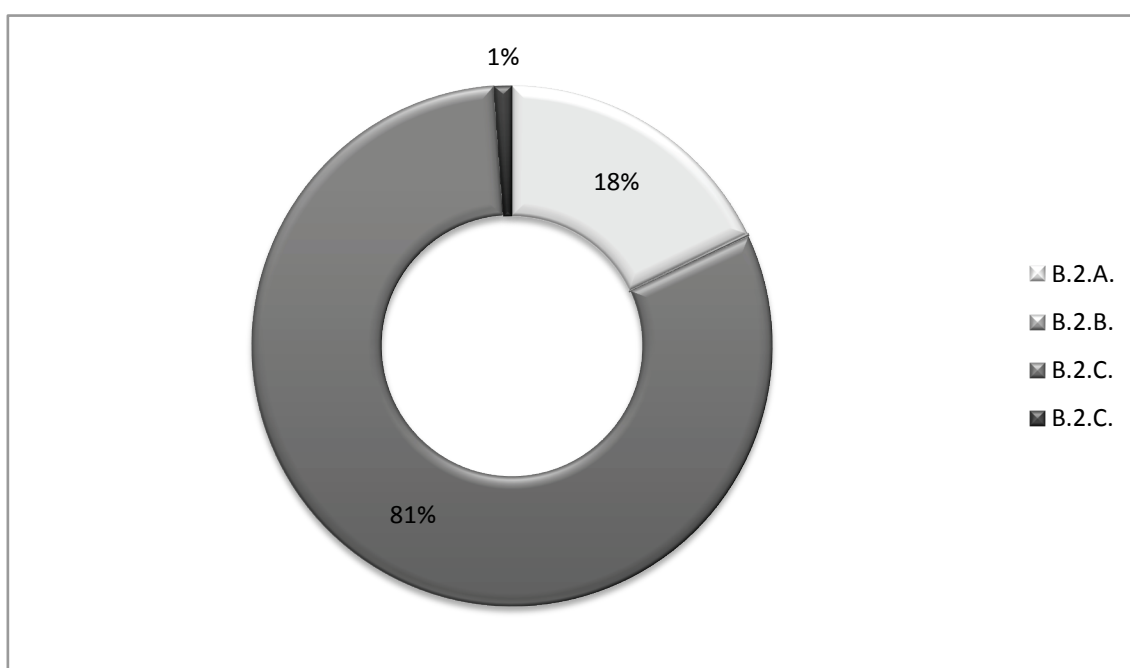


Figura 68 Gráfico de distribuição das formas do Grupo B.2.

Pretender-se assim sublinhar que os potes de perfil em S, dominantes no conjunto, são utilizados em toda a diacronia de ocupação do sítio, registando-se quantidades consideráveis na última fase de ocupação. Deste modo, as típicas formas romanas de panelas e tachos de bordo, revirado com encaixes para tampas que apresentam cronologias tardo republicanas e alto imperiais, são inexpressivas no conjunto.

Neste sentido, cabe referir que, apesar da inexistência de dados estratigráficos seguros para parte da amostra, na área escavada, por razões de diversa ordem, apenas foi identificado numa pequena zona com níveis mais antigos de ocupação, facto que condiciona a expressão percentual apresentada, visto que em níveis mais superficiais as formas B.2.A. são pouco expressivas.

Na prática resulta que mais de 50% do conjunto dos potes-panels da forma B2.C. provem dos depósitos 1 e 2 de distintas quadrículas e áreas de escavação incorporando os últimos níveis de ocupação do sítio. Naturalmente que alguns destes materiais poderão ter um carácter residual e estar associados a cronologias mais antigas. Contudo a indiferenciação de formas com distintas cronologias no grupo B.2.C não permite uma separação de eventuais materiais mais arcaicos.

Refira-se, neste sentido, que os potes e demais recipientes de armazenagem devem ter operado um papel importante na economia do sítio, estando relacionados com o armazenamento de produtos alimentares resultantes de actividades agrícolas, dado que em todos os trabalhos de escavação foi destacada a presença de contentores e áreas destinadas à armazenagem.

7.1.6.3.3. TIPO B.3.

Vasos Caliciforme ou “a Chardon” evolucionado?

Vaso acampanado, de corpo globular ou semi-esférico, colo cilíndrico esvazado em direcção ao bordo e fundo plano.

Trata-se de um recipiente globular, com uma boca muito exvazada, e assim, embora seja um recipiente cuja forma de corpo é claramente fechada, a sua análise em dimensões absolutas obrigaria ao seu enquadramento nas formas abertas, pois a parte de maior diâmetro do recipiente encontra-se ao nível do bordo.

Contudo, por se tratar de uma forma evolucionada, cujo enquadramento morfo-funcional é análogo ao dos potes, considerámos descabido a sua inserção no universo das formas abertas, pois seria a única forma de armazenamento com este enquadramento tipológico.

Para além disso, se analisarmos a forma do ponto de vista estritamente morfológico, trata-se de um recipiente cuja altura máxima é maior que o seu diâmetro máximo, e, neste sentido, cabe no universo das formas fechadas.

Ainda no que respeita às formas fechadas, julgo que é necessário avaliar não apenas se o diâmetro máximo da peça se regista ao nível da pança, mas também a altura máxima dos vasos e a relativa proporção de altura que deverá ser superior à largura de boca, no caso dos recipientes fechados. Neste particular, os vasos "*à chardon*" de Segóvia constituem um bom exemplo de como um recipiente ovóide de profundidade considerável, com uma boca acampanada não pode ser classificado quanto à morfometria aberta ou fechada apenas pelo diâmetro de bordo.

No Castro de Segóvia, foram recolhidos cinco exemplares passíveis de integração na forma genérica de caliciforme ou evolucionada de "*à Chardon*". Como o próprio nome indica, trata-se de uma forma semelhante à de um cálice ou cardo caracterizada por ter um corpo globular ou esférico e um colo desenvolvido, de forma troncocónica, com um bocal exvertido. No Castro de Segóvia, esta forma está presente em recipientes de produção a torno e manual.

No que respeita à sua origem os vasos *à chardon* correspondem a uma forma típica de cronologias mais recuadas em torno ao século VIII a.C. associada a uma ocupação da Idade do Ferro, de cariz orientalizante, como é o caso dos contextos funerários de Las Cumbres (Ruiz Mata e Pérez 1989: 291) Setefilla (Aubert 1975: 91-92), Cruz del Negro (Maier 1992: 99, 104) e Medellín (Torres Ortiz, 2008: 660), locais onde são utilizados como urnas cinerárias.

Entre os séculos VII e VI a.C. a utilização de vasos *à Chardon* está igualmente documentada em contextos do extremo ocidente peninsular como Castro Marim datada do século VI a.C. (Oliveira, 2006:107), Santarém com uma cronologia da segunda metade do século VII a.C. (Arruda 2002:fig. 119,6, 121,1 y 129), na necrópole de

Palhais num momento datável entre os século VII/VI a.C. (Santos et al. 2009) ou ainda Herdade do Pego (Dias, Beirão e Coelho, 1970, 205).

Contudo na Extremadura espanhola, na Andaluzia e também na área Ibérica documentam-se vasos acampanados de menores dimensões em associação a contextos mais tardios, habitualmente designados por "Caliciformes" Tratando-se, nestes casos, de recipientes, habitualmente, mais pequenos com bocais menos exvertidos, de produção a torno (Gonzelés-Alcalde, 2009: 83-84). Esta forma apresenta uma significativa variedade formal e cronológica estando documentada na área ibérica entre os século V/IV e I a.C. (Page, 1984: 143) e na Andaluzia-Cástulo no século III a.C. (Canto, 1979:77).

Não estando claramente definida a filiação formal destes recipientes caliciformes, existem várias propostas de filiação exógena associada a vasos de prata (Luzón, 1973), a influências gregas (Olmos, 1982) , bem como outras propostas de inspiração nos vasos à *chardon* característicos do mundo orientalizante (Arenigui e Pla, 1981).

Independentemente da sua origem, importa salientar que em contextos da chamada "II Idade do Ferro" já não regista a presença de grandes potes acampanados de superfícies polidas, mas apenas de recipientes de menores dimensões e com um acabamento menos cuidado, passíveis de integração no mesmo modelo de carena baixa, colo alto e exvertido, contudo apresentando características muito distintas dos vasos "à *Chardon* clássicos".

Assim, não obstante a nomenclatura deste tipo, os exemplares de Segóvia apresentam morfologias que permitem a sua integração neste grupo formal mais tardio, com paralelos em alguns exemplares de Pajar del Artillo (Lúzon, 1973), bem como em recipientes identificados no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1999, est.42, nº7), ou mesmo em alguns dos vasos que integram o Tipo VII de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 58).

Trata-se de uma forma minoritária em qualquer um dos conjuntos, que para além de corresponder a recipientes de pequenas dimensões e apresentar um acabamento comum, correspondem formalmente a bocais menos pronunciados e menos exvertidos que os vasos à *chardon*, numa clara evolução formal e aproximação tipológica a outros

recipientes de cerâmica comum, como os potes de perfil em S, visível em alguns exemplares do castro de Segóvia (v. est.55 n.3).

No Castro de Segóvia, identificámos cinco vasos desta forma, quatro dos quais produzidos a torno. que apresentam um diâmetro máximo de 30,3 cm. Os contextos de recolha destes fragmentos não permitem clarificar a sua cronologia, pois três deles são de recolhas de superfície e outros dois correspondem a níveis com materiais romanos vários.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2007.51.1650](Estampa 55)-Fragmento de bordo da forma B.3..Diâmetro de bordo 30,3mm.

2-[2007.54.1351](Estampa 55)Fragmento de bordo da forma B.3..Diâmetro de bordo 204 mm.

3-[953](Estampa 55)Fragmento de bordo da forma B.3.Diâmetro de bordo 168mm..

4-[1938](Estampa 55)-Fragmento de bordo da forma B.3.Diâmetro de bordo 186mm.

5-[2634](Estampa 55)Fragmento de bordo da forma B.3.Diâmetro indeterminado.

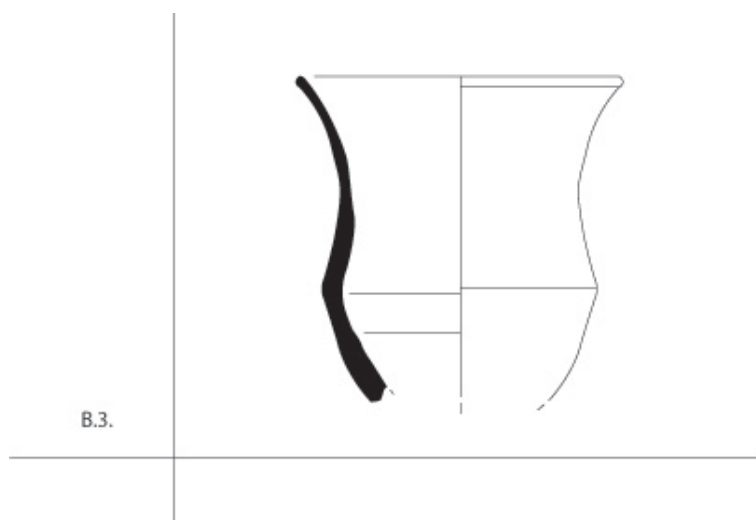


Figura 69 Quadro síntese forma B.3.

Comentário

Esta forma *sui generis* surge no Castro de Segóvia dissociada de qualquer estratigrafia, pois três dos fragmentos melhor preservados, que permitem a caracterização morfológica, não apresentam marcação, sendo difícil supor-se que se trata de uma recolha de superfície, dada a sua dimensão e estado de preservação.

Deste modo, tratando-se de peças de origem incerta, muito provavelmente de recolhas realizadas na mesma região. cabe aqui questionar a pertinência do seu enquadramento no conjunto estudado, pois, embora existam exemplares noutros locais com um inegável ar de família, o enquadramento cronológico proposto com base em sítios da mesma região e territórios vizinhos carece de confirmação arqueológica.

Assim, só com a realização de futuros trabalhos de campo no sítio e eventual recolha de outros exemplares análogos poderá provar, irrefutavelmente, o facto de estes vasos integrarem o conjunto em apreço.

7.1.6.3.4. TIPO B.4.

Jarros, bilhas e afins

Optámos por intencionalmente designar este grupo formal por “jarros, bilhas e afins” utilizando a mesma terminologia adoptada por Jeannette Nolen para o espólio das necrópoles do Alto Alentejo (1985, 35), por considerar existir uma grande afinidade formal e, naturalmente, geográfica entre estes materiais e os de Segóvia.

Deste modo, no Castro de Segóvia foi recolhido um conjunto de gargalos, bordos trilobados e bordos com arranque de asas passíveis de integração neste grupo formal.

Trata-se de recipientes para conter, transportar e servir líquidos (água ou vinho) (Alarcão, 1974, 34), com o auxílio de uma ou duas asas e de um bico vertedor.

O jarro tem uma forma aproximada a um pote, com uma asa, e é utilizado para servir líquidos, e uma bilha tem um colo mais estreito, bojo largo e uma ou duas asas, sendo usada para transportar e servir líquidos (Pinto, 2003, 92).

Apesar desta definição concisa, a distinção entre jarro e bilha nem sempre é clara ou fácil de estabelecer, particularmente quando apenas se conservam fragmentos de bordo, pois existem jarros de colo estrangulado e bilhas com bico vertedor, sendo ténues as características morfológicas que os separam.

Em Segóvia, embora o número de exemplares seja percentualmente reduzido, no âmbito das cerâmicas de produção local, existe grande variedade formal. Por este motivo, optámos por efectuar um enquadramento à escala regional, tendo como base a tipologia de exemplares inteiros recolhidos nas necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985).

Assim, os paralelos formais permitiram uma divisão em:

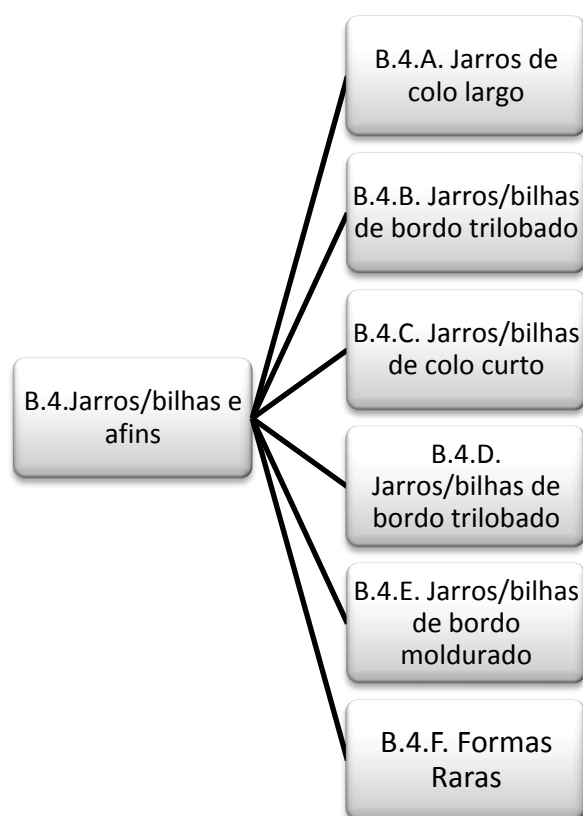


Figura 70 - Quadro Tipológico do grupo B.4.

Forma B.4.A.

Jarros de colo largo (Urceus)

Correspondem formas ovóides de colo pouco marcado, rematadas por um bordo simples e uma asa.

A principal característica desta forma é a ausência de um estreitamento ao nível do colo ou do bordo, podendo este último atingir um diâmetro igual ou superior ao diâmetro do fundo.

Esta forma é também designada por Urceus, e é bem conhecida das fontes clássicas, surgindo associada ao transporte e serviço de água, embora possa ter sido utilizada para conservar mel, frutas ou outros alimentos. (Escrivá Torres, 1995, 172).

De um modo geral, esta forma tem paralelo na 6 de Nolen (1984, 56), sendo que dois dos exemplares são passíveis de integração na variante 6-a, designada por “bordo envasado”. Este tipo de vaso está representada em Conímbriga (Alarcão, 1974, nº569), no Monte Mózinho, na necrópole de Valdoca e em Santo André (Nolen, 1984, 56).

Os contextos de recolha do extremo ocidente peninsular apontam para uma cronologia alto imperial, datável entre finais do século I e inícios do II d.C.. Contudo, trata-se de uma forma banal, cujas balizas cronológicas poderão ser mais latas (*Ibidem*).

No Castro de Segóvia, identificámos seis exemplares deste tipo (v. est.56), mas apenas um apresenta um bordo trilobado. Poderíamos remeter este fragmento para o tipo *Jarros/ bilhas de bordo trilobado* (vide *infra*), mas o diâmetro de bordo e as características do colo remetem-nos para uma forma larga, de colo pouco desenvolvido, idêntica às restantes deste tipo.

Os outros exemplares que integrámos nesta forma apresentam bordos verticais arredondados, tratando-se de um mero prolongamento do colo. A sua morfologia simples aproxima formalmente estes exemplares de vulgares potes, e talvez seja por esta

razão que não lográmos a identificação de paralelos formais dentro da categoria de jarro.

Contudo, no conjunto Segobrigense, um exemplar desta variante mais simples apresenta um bico vertedor não deixando, assim, margem para dúvida quanto à sua funcionalidade e correcto enquadramento morfológico.

Forma B.4.B.

Jarros/bilhas de bordo trilobado

Dois fragmentos de colo estrangulado, bordo oblíquo e arredondado, um dos quais com uma asa que arranca do bordo, correspondem a jarros ou bilhas, de bordo trilobado.

Esta forma de bordo pode pertencer tanto a jarros como a bilhas, embora seja mais frequente nos jarros. Trata-se de uma forma bastante comum, que se regista em fabricos locais e importados em contextos alto-imperiais no extremo ocidente peninsular.

Para citar alguns exemplos, a produção local destes exemplares parece estar atestada no Monte Molião (Arruda *et al.* 2010: 300), em S. Cucufate (Pinto, 2003: 422), na olaria do Pinheiro (Mayet, Tavares e Silva, 1998) e em Conímbriga (Alarcão, 1974: nº505).

No que respeita ao Alto Alentejo, os exemplares de Vila Viçosa (Nolen, 1984: nº119-122) ou os jarros do Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1999: est.46) são bons exemplos de produções locais.

De acordo com os materiais do Cabeço de Vaiamonte, trata-se de formas de tradição indígena, também produzidas em cerâmica cinzenta fina polida, como aliás também se documenta em Segóvia (v. 7.4), ou em cerâmica de “verniz vermelho tardio”, como é relatado para os jarros de Garvão (Beirão, *et al.* 1985).

Em todo o caso, as produções locais em cerâmica comum de jarros e bilhas parecem remontar a um horizonte claramente romano (Fabião, 1999: 58), com paralelos bem documentados em contextos alto imperiais.

B.4.C.

Jarros/bilhas de bordo curto arredondado

Incluímos nesta forma quatro exemplares de bordo arredondado, um dos quais apresenta um arranque de asa.

Identificámos exemplares formalmente análogos na *villa* romana de S.Cucufate, classificados como jarros de forma rara IX A 5 (Pinto, 2003: 510 e 511).

A cronologia parece ser ampla em S. Cucufate, surgindo associada ao Horizonte 2 da *villa* e na Olaia do Pinheiro a um nível do século IV (*Ibidem*).

Forma B.4.D.

Bilhas de gargalo alto e estreito

Correspondem a dois fragmentos do conjunto, e caracterizam-se por um estreitamento acentuado no colo e por um bordo de tendência cilíndrica, com um diâmetro máximo inferior aos 8 cm.

Os bordos são verticais e moldurados, o corpo do é ovóide e possui duas asas.

Poderíamos propor a existência de variantes distintas para este tipo, pois existem distintas características ao nível da morfologia dos bordos e dos colos. Contudo, a todos os fragmentos faltam elementos caracterizadores da forma, o que não permite realizar

uma descrição detalhada da mesma. Ou seja existem fragmentos de colo sem bordo e vice versa, que impossibilitam balizar a variação formal de sub-tipos.

Forma B.4.E.

Bilhas de colo com dobra

Classificámos quatro bordos de tendência vertical ou ligeiramente extervida, com uma ou várias molduras, na variante *Bilha de colo com dobra*, que corresponde à forma XII B-1 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 523).

A principal característica é a presença de bordos destacados com molduras bem marcadas. Esta forma está bem documentada em âmbito funerário, na Necrópole de Santo André (Nolen e Dias, 1981) e em várias necrópoles na região de Elvas (Nolen, 1985: 55-56). Está também presente em Vaiamonte, enquadrada na categoria de jarros (Fabião, 1998: fig 111)

Nos contextos funerários referidos, esta forma está datada entre os finais do século I d.C. inícios do II d.C. Os materiais de S. Cucufate surgem em contextos mais tardios, associados ao Horizonte 4 da *villa* (Pinto, 2003, 523).

Recipientes idênticos classificados como “Jarras de borde moldurado” foram identificados em *Caesaraugusta*, em níveis de meados do século I d.C. (Beltran Lloria et alii, 1980), sendo possível estabelecer balizas amplas de produção desta forma, concretamente entre meados do século I d.C. e inícios ou meados do século II d.C.

Forma B.4.F.

Formas Raras

Do conjunto de jarros e bilhas há um grupo de formas atípicas (v.est.58) para algumas das quais lográmos identificar paralelo. Assim o n-27 de Segóvia apresenta semelhanças à forma rara XI A fr 4 de S. Cucufate (Pinto, 1999: 511). A peça n. 26 aproxima-se formalmente à bilha de forma rara XII-A fr 18 de S. Cucufate (*Ibidem*: 520), a bilha n.28 tem paralelo com o "jarros" n.582 da cerâmica comum de produção local de Conímbriga (Alarcão, 1975: est XXVII), as peças 24 e 25 aproximam-se formalmente da forma 3 do Castelo da Lousa (Pinto, 2010) e o exemplar n. 29 parece corresponder a uma bilha da forma rara XII-A fr 13 (Pinto, 1999: 519).

Os restantes exemplares correspondem a peças únicas de produção a torno que não apresentam qualquer paralelo.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2007.51.1880](Estampa 56)-Fragmento de bordo, bico e pançada forma B.3.A. Diâmetro de bordo 120mm.

2-[2007.51.1373](Estampa 56)-Fragmento de bordo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 99mm.

3-[2007.51.466](Estampa 56)-Fragmento de bordo e fundo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 120mm.

4-[2007.51.232](Estampa 56)-Fragmento de bordo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 105mm.

5-[2007.51.237](Estampa 56)-Fragmento de bordo e asa da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 135mm.

6-[2007.51.869](Estampa 56)-Fragmento de bordo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 123mm.

7-[4748](Estampa 56)-Fragmento de bordo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 105mm.

8-[4720](Estampa 56)-Fragmento de bordo da forma B.3.A. Diâmetro de bordo 105mm.

9-[2007.51.1304](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.B. Diâmetro de bordo 123mm.

- 10-[2007.52.104](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.B. Diâmetro de bordo 75mm.
- 11-[1312](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.C. Diâmetro de bordo 90mm.
- 12-[1238](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.C. Diâmetro de bordo 99mm.
- 13-[2007.51.1356](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.C. Diâmetro de bordo 87mm.
- 14-[1093](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.D. Diâmetro de bordo 36mm.
- 15-[1085](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.D. Diâmetro de bordo 39mm.
- 16-[4746](Estampa 57)-Fragmento de bordo da forma B.3.D. Diâmetro de bordo 42mm.
- 17-[874](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 81mm.
- 18-[2007.51.518](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 104mm.
- 19-[2007.52.12](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 102mm.
- 20-[2007.50.130](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 83mm.
- 21-[5139](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 111mm.
- 22-[2007.51.74](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 180mm.
- 23-[2162](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.E. Diâmetro de bordo 144mm.
- 24-[2007.51.673](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 96mm.
- 25-[2007.51.55](Estampa 58)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 81mm.
- 26-[2007.51.1263](Estampa 59)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 90mm.
- 27-[4711](Estampa 59)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 45mm.
- 28-[1629](Estampa 59)-Fragmento de colo e pança da forma B.3.F. Diâmetro de bordo indeterminado
- 29-[1148](Estampa 59)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 96mm.
- 30-[2007.52.32](Estampa 59)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo indeterminado
- 31-[2007.51.164](Estampa 59)-Fragmento colo e pança da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 51mm.
- 32-[2007.51.1526](Estampa 59)-Fragmento de bordo da forma B.3.F. Diâmetro de bordo 54mm.
- 33-[2007.51.526](Estampa 59)-Fragmento de colo forma B.3.F. Diâmetro de bordo indeterminado.

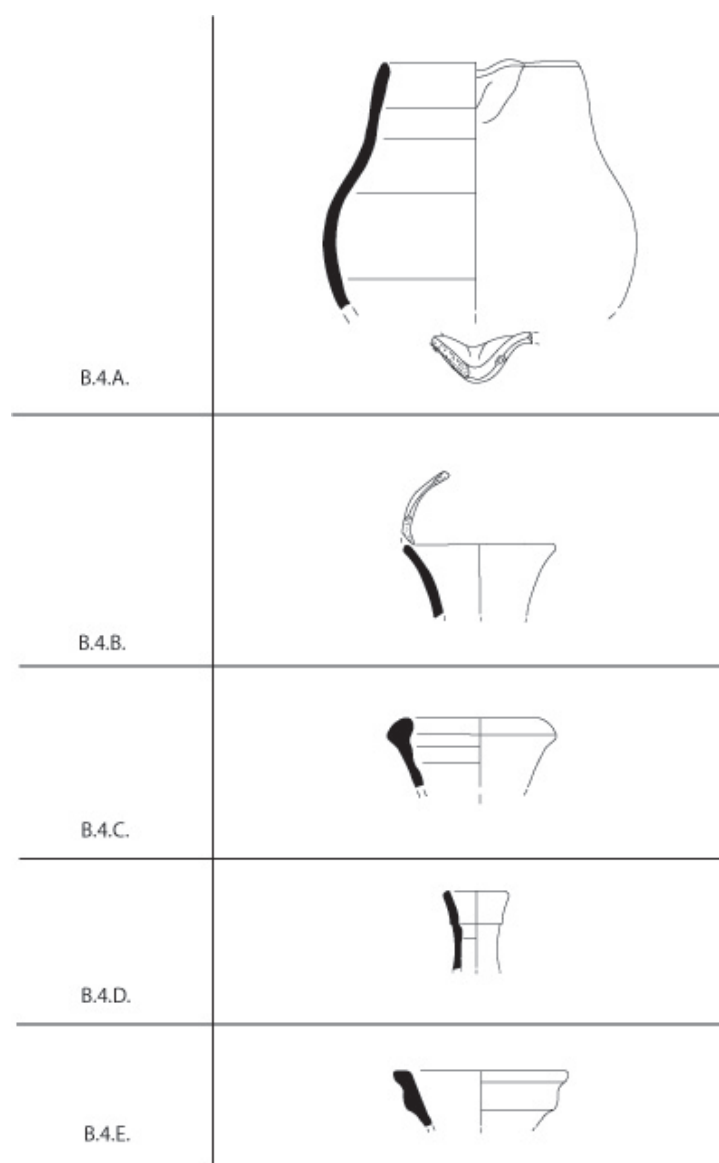


Figura 71 Quadro síntese do grupo B.4.

Comentário

Neste apartado, incluíram-se jarros e bilhas de distintas tradições, que importa referir. As formas B.4.A- e B.4.B parecem correspondem a simples vasos de perfil em S e e a jarros com bordos trilobados, de colos mais altos, com asas e bicos vertedores, que auxiliam a funcionalidade de conter e servir líquidos, respectivamente.

Trata-se de produções locais/regionais, a torno, que estão presentes no sítio desde a sua fase de construção mais antiga, situada num momento tardio da Idade do Ferro.

A confirmação arqueológica desta cronologia é atestada pela presença de um jarro de cerâmica cinzenta fina polida, associado à Fase I de ocupação do sítio.

Curiosamente os fragmentos de cerâmica comum que se inscrevem neste tipo apresentam contextos de recolha mais tardios, não estando documentada a associação contextual desta forma aos níveis mais antigos do sítio.

Por um lado, coloca-se a questão dos contextos estratigráficos não serem fiáveis, nomeadamente no que respeita às recolhas do Sector B, cuja sobreposição de quadrículas e duplicação do registo não permitem aferir cronologias⁹.

Não obstante, por vezes foi possível, através da identificação do nível em que foram recolhidos os materiais, ou da designação de Trench, clarificar que se trata de recolhas do sector A, e efectuar assim algumas associações contextuais, válidas apenas para os níveis mais antigos, que foram escavados pela equipa inglesa.

Por outro lado, importa referir que foram recolhidos vários fragmentos de jarros e bilhas durante a escavação de 2009, em contexto na [14], que permite de balizar o início de produção destas formas, em cerâmica comum, dado que os jarros e bilhas estão presentes nos contextos romanos do sítio.

Embora o número total de fragmentos não seja exuberante, é significativo, pois encontra-se melhor representado que outros tipo de uso comum, como os pratos por exemplo, pelo que se depreende que os jarros e bilhas pela sua antiguidade e frequência no sítio estariam plenamente incorporados no repertório cerâmico de Segóvia.

7.1.6.3.5. TIPO B.5.

Queimadores ou Vasos fenestrados

No Castro de Segóvia, foi identificado um pequeno recipiente de forma fechada, globular, de cerâmica manual polida, que apresenta conjuntos de quatro aberturas triangulares dispostas em quadrado (v. est 60).



Figura 72- Fragmento de queimador exumado em Segóvia.

As excisões são efectuadas *ante* cozedura e as aberturas que perfuram integralmente a peça são dispostas de forma simétrica e em todo o diâmetro do recipiente.

Queimador ou vaso calado são designações genéricas para recipientes fenestrados, habitualmente de forma fechada. Trata-se do único exemplar com decoração excisa recolhido no sítio.

O perfil do corpo pode variar entre o ovalado, o circular e o semi-elíptico, com ou sem asa, podendo apresentar um pé ou um fundo plano. Trata-se de uma classificação morfológica com um enquadramento eminentemente funcional, visto que a existência

de áreas perfuradas nas paredes do recipiente condicionam a sua utilização para qualquer outro fim.

Não obstante, não existe uma morfologia particular associada a estes recipientes, tratando-se de facto de uma apropriação de formas vulgares de cerâmica comum às quais são aplicadas “janelas”, permitindo-lhes desempenhar uma função específica (Fabião, 1999: vol II , 74). Por esta razão alguns investigadores optaram pela inclusão destes vasos em grupos formais cerâmicos, pela morfologia de perfis (Berrocal Rangel, 1994:,157). O exemplar de Segóvia é passível de integração na forma III de Castrejon del Capote (*Ibidem*: 193).

No caso da cerâmica comum do Castro de Segóvia, a opção assumida pelo estabelecimento de categorias morfo-funcionais originou a individualização desta forma, pois a sua inserção na categoria de potes/panelas, onde existem recipientes de perfil análogo pareceu-nos funcionalmente descabida.

A técnica de execução destes recipientes consiste na produção de um vaso cerâmico com recurso à roda de oleiro, ou exclusivamente através de técnicas manuais, e na posterior remoção de partes da parede do recipiente, de acordo com uma ou várias formas geométricas pré-definidas. Todo este processo é realizado *ante* cozedura, e os motivos recortados na argila variam de sítio para sítio e de recipiente para recipiente, sendo os triângulos, losangos e quadrados os mais frequentes. Podem também surgir motivos circulares ou a conjugação de diferentes excisões (Berrocal, 1994: 193).

Esta é uma forma conhecida no território português e espanhol sendo o Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: 68) ou o conjunto votivo de Garvão (Beirão *et al.*, 1985) bons exemplos da presença destes recipientes.

Se as características da peça-função são inalienáveis, parece-me importante discutir a questão da decoração. O abundante registo de diferentes padrões de janelas, que podem ter diferentes dimensões, frequência e forma parece-me por si só um elemento decorativo que varia consoante os gostos.

Mesmo a aplicação de um padrão linear é naturalmente uma opção decorativa, uma vez que nuns casos temos «uma forma triangular simples» (Fabião, 1989: 69), como em

Vaiamonte, e noutros verifica-se o mesmo padrão simplificado, mas com quadrados, por exemplo.

A escolha da composição não é estandardizada, e aparentemente não é funcional, o que implica uma intenção e opção decorativas. A corroborar esta hipótese surgem as decorações sobre o pé destes recipientes, que aparentemente já não possuem qualquer funcionalidade para além da decoração do próprio recipiente, como é o caso dos exemplares de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1992: lam 11 e 12).

O barroquismo das decorações, cujo expoente máximo poderá ser encontrado nalguns exemplares do Capote (*Ibidem*) e de Garvão (Beirão *et al.*, 1985), atribui um carácter excepcional a estes vasos, destacando-os no âmbito da cultura material das comunidades humanas que habitavam no SO peninsular.

Em relação à funcionalidade, embora a utilização destes recipientes como “queimadores” não seja posta em causa, torna-se difícil idealizar um modelo mais específico de utilização aplicável à realidade arqueológica existente.

Deste modo, se por um lado são abundantes os contextos votivos que contam com a presença destes vasos, por outro a sua associação a contextos habitacionais ou “fabris”, o que deixa em aberto várias hipóteses de utilização.

Neste sentido, a possibilidade de associação a algum tipo de libações votivas, explicação apontada para os exemplares de Garvão e de Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1992: 109), não descartou a formulação de outras hipóteses de utilização como o seu uso como elementos da coloração das fibras têxteis, recentemente proposta para os exemplares de Mesas de Castelinho (Estela, 2010: 71).

No actual território português, esta forma surge em diversos locais do interior alentejano, como Mesas do Castelinho (Estrela, 2010: 70) com 9 fragmentos Fase II datada entre a segunda metade do século IV a.C. e o final do século III (*Ibidem*: 71); o Castelo Velho de Safara (Costa, 2010: 27), o Castelo de Serpa (Braga e Soares, 1981: 116-123), Cerro Furado de Baleizão (Ribeiro/Ferreira, 1971: 255-259), na Necrópole da Atafona (Gomes, 1992: fig 61), Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998: 66-68) e em Garvão (Beirão *et al.*, 1985: 63-65, *Idem*, 1985-86: 218-219).

No vizinho território espanhol, os vasos calados estão igualmente bem documentados em locais como Villasviejas de Tamuja – Necrópole del Mercadillo – séc. IV a.C. (Hernandez e Galán, 1996: 42), Cantamento de la Pepina (Rodríguez Díaz, Berrocal Rangel, 1988; fig 10), Ermida de Belén (Rodríguez Díaz, 1991: fig.84 e 85) - 9 fragmentos de pleno século III a.C. inícios do II a.C. (*Ibidem* p.71), ou ainda em Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1989: 254; 1992: 107-109, 1994: 91-92).

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2004.45.4](Estampa 60)-Fragmento de bordo da forma B.5..Diâmetro de bordo 144mm.

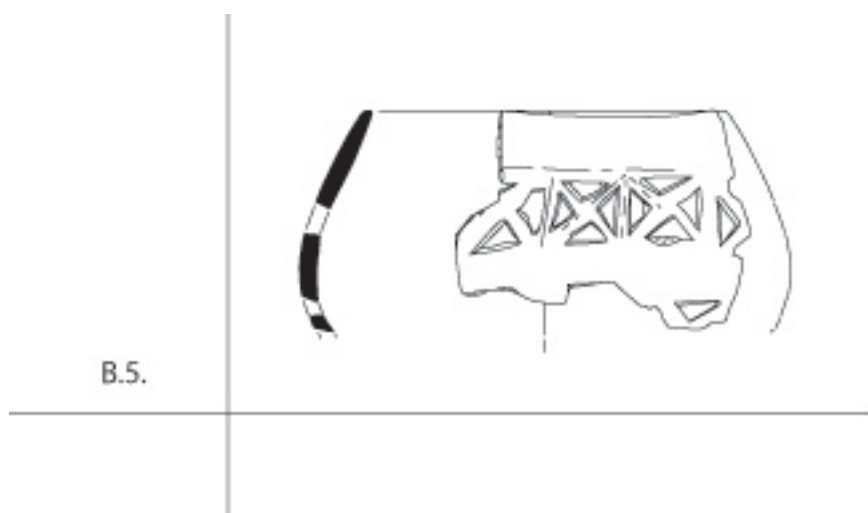


Figura 73 - Quadro síntese da forma B.5.

Comentário

Importante contributo para a discussão da funcionalidade será debater qual a possível origem destes recipientes, bem como o respectivo horizonte cronológico e cultural em que se inserem.

Deste modo, para além de um evidente carácter regional, cujos contornos parecem confinar-se ao Alentejo português e Extremadura espanhola, esta forma tem um período de utilização bem definido balizado entre os séculos IV e II a.C.

Esta constatação pode ser interpretada em prol de um eventual carácter ritual do conjunto, que se dissipou com a chegada dos primeiros romanos ao território.

A inexistência destes recipientes em contexto romano poderá significar uma evidência da sua utilização em contextos votivos ou rituais pré-romanos, pois as restantes actividades desenvolvidas nos povoados em época pré-romana, que se materializam pela presença de determinadas formas cerâmicas, como os potes-cesta ou os grandes recipientes de perfil em S com aplicações estampilhadas, não deixam de existir com a ocupação republicana dos sítios, como se verifica no Castelo da Lousa (Pinto, 2010).

A ausência de lucernas pré-romanas ou de outros recipientes a que se possa atribuir a mesma funcionalidade coloca a hipótese de os vasos calados terem sido também utilizados como recipientes de iluminação, estes substituídos pelas lucernas durante a ocupação romana.

No Castro de Segóvia, o número de exemplares recolhidos resume-se a um. O seu contexto de recolha permite, como se verá adiante, avançar com uma utilização de carácter votivo, não tendo ficado contudo esclarecido um uso na iluminação.

7.1.6.3.6. TIPO B.6.

Talhas/dolia

Os grandes recipientes de forma fechada são dominantes no conjunto das cerâmicas comuns do Castro de Segóvia, representando 997 fragmentos no conjunto das cerâmicas de produção local ou regional. Esse conjunto é composto por um considerável número asas, fundos e bojos decorados tipologicamente indeterminados (26,6%), bem como bordos, bordos com arranques de asas e um perfil completo, que permitiram classificação e enquadramento tipológico mais restrito.

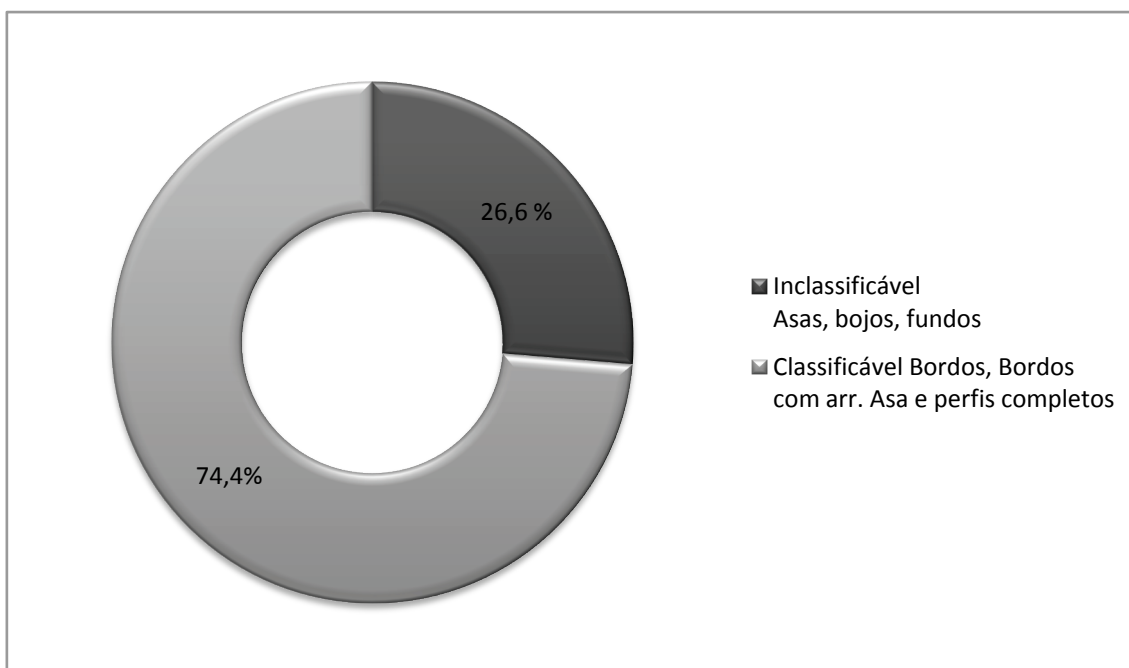


Figura 74 Universo dos Grandes recipientes de forma fechada, divisão entre fragmentos classificáveis e inclassificáveis.

Estes recipientes, vulgarmente designados por talhas até à actualidade, são um contentor de armazenamento por excelência, estando, contudo, atestado, para época romana, o seu transporte marítimo (Py, 1993: 402), sendo que o seu peso e dimensões dificilmente permitem qualquer outra funcionalidade corrente, que não a de armazenamento.

Por esta mesma razão, a sua produção tem sempre um carácter local ou regional e as pastas tem um aspecto grosseiro, por vezes tosco, com grandes elementos não plásticos, cozeduras irregulares e fracturas bi-colores.

Assim, por definição os *dolia* ou talhas são grandes recipientes de paredes espessas que são desconhecidos das populações do Bronze Final e do início da Idade do Ferro. Alguns autores atribuem a sua origem aos gregos (Py, 1993: 402). Em todo o caso, no século VI a.C., esta forma já se encontra bem documentada em contextos indígenas peninsulares, através da presença de uma forma exógena, o *pithos*.

A sedentarização das populações e o aumento da produção cerealífera é tido como o principal factor para o sucesso destes recipientes, permitindo o armazenamento por longo tempo de bens alimentares.

Deste modo, também no actual território português a utilização de contentores de armazenagem é anterior à ocupação romana no território e está relacionada com a produção e armazenamento de excedentes agrícolas e com o domínio de técnicas de preservação de alimentos (azeite e vinho).

Dado o seu carácter eminentemente funcional, estes contentores perduram no tempo desde a Idade do Ferro até aos nossos dias.

As talhas sofrem poucas variações formais ao longo do tempo, tratando-se, sobretudo, de alterações na morfologia do bordo e nas dimensões gerais do recipiente, permitindo armazenar diferentes capacidades. Há uma tendência para um progressivo aumento da capacidade de armazenagem, atingindo o expoente máximo em época moderna.

No Castro de Segóvia, para além dos grandes recipientes de armazenamento que foram documentados na Fase 1, e que aqui designamos por talhas, existem outros associados à Fase 2, com características tipicamente romanas, que designamos por *dolia*.

Os *dolia* são contentores de grande capacidade, destinados à armazenagem de alimentos, utilizados, preferencialmente, durante toda a ocupação romana.

No Castro de Segóvia no que respeita à escavação de 2009, estes grandes recipientes são a forma mais bem documentada no conjunto da cerâmica comum, tanto ao nível do número de indivíduos como no que se refere ao seu estado de conservação.

Assim, foi possível agrupar através das variantes de bordo as talhas/*dolia* em dois grandes grupos e respectivas variantes:

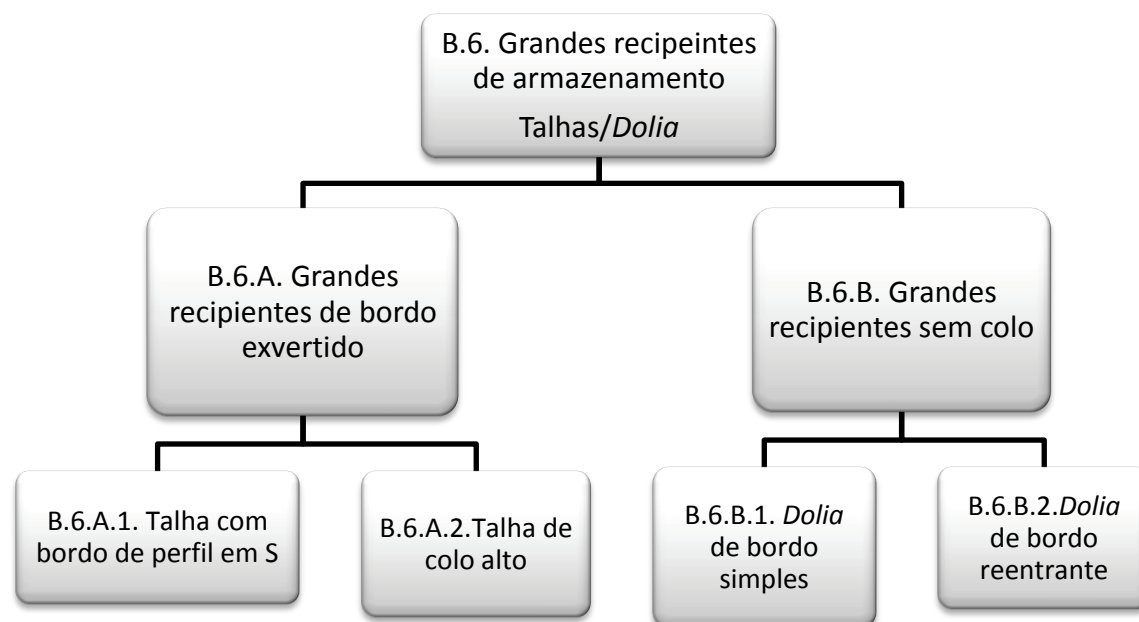


Figura 75- Quadro tipológico do grupo B.6.

Forma B.6.A.

Grandes recipientes de bordo exvertido

A forma 6.A. corresponde a potes de perfil e S de grandes dimensões que apresentam lábios engrossados, paredes espessas e um colo bem marcado. No universo dos grandes recipientes de forma fechada, esta forma representa 49% do conjunto classificável de talhas/*dolia*.

De acordo com a análise morfológica realizada, identificámos dois perfis de recipientes disitintos aqui designados por variante B.6.A.1. e B.6.A.2.

Variante B.6.A.1.

Talha com bordo de perfil em S

Correspondem a bordos de perfil em S, idênticos aos dos potes, apresentando, contudo, maiores dimensões e paredes mais espessas. Esta variante representa 44% do conjunto classificável de talhas/*dolia*.

Dadas as próprias características da manufactura, o perfil de bordo apresenta uma considerável variação formal (v. est 61 a 68). No castro de Segóvia, identificámos exemplares de bordo circular, ovalado e amendoado, sem que essa variação reflita uma alteração na forma ou dimensões gerais do recipiente.

Deste modo, não se pode deduzir um significado funcional ou cronológico na variedade morfológica encontrada, e considerámos que todas as múltiplas pequenas variações formais, que resultam em bordos esvazados ou pendentes, com secções com espessura e morfologia variável, correspondem a uma forma única, comum, de bordos arredondados de tendência esvertida, de perfil em S.

Esta opção prende-se igualmente com a impossibilidade de estabelecer variantes formais a partir deste conjunto de perfis em S, sem incorrer no estabelecimento de um sem número de formas raras, que correspondem, em nosso entender, a variações resultantes do próprio processo de manufactura. Os grandes recipientes, ao contrários do que se verifica com os potes-panels, apresentam uma funcionalidade de armazenamento inquestionável, e uma excessiva sub divisão morfológica não parece, por essa mesma razão, ser pertinente. Assim, é possível estabelecer uma correspondência directa entre a variante B.6.A.1. de Segóvia e a variante A estabelecida por Carlos Fabião para a “área céltica” do território hoje português (Fabião, 1998: 61).

A principal dificuldade de classificação desta variante é a distinção entre potes de perfil em S e grandes recipientes de perfil em S, pois o único elemento que os diferencia é a dimensão e a espessura das paredes, e, no que respeita a fragmentos de bordo, esta classificação foi estabelecida através do seu diâmetro.

Deste modo, as talhas de perfil em S apresentam diâmetros superiores a 30 cm, podendo atingir os 67,5 cm, e surgem em ambas fases de ocupação do sítio.

Importa salientar a presença de um exemplar que apresenta uma decoração estampilhada (v. est. 68, n.39), de matriz quadrangular, de cantos arredondados que corresponde ao único exemplar do grupo B.6. em que foi possível associar uma forma de bordo à utilização da técnica estampilhada.

Estas formas surgem documentadas num conjunto alargado de sítios do Alentejo português e da Extremadura espanhola, como no Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1998), Mesas de Castelinho (Arnaud e Gamito, 1972 e 1977, Fabião 1998), Pedra da Atalaia (Silva, 1978: fig V) , Chibanes (Silva e Soares, 1997: 62), Ermida de Belén (Rodriguez Díaz, 1991: fig.42) ou Castelo da Lousa (Pinto, 2010), com horizontes cronológicos tardios da Idade do Ferro entre finais do século IVa.C. e meados do século II a.C., ou de cronologia romana republicana (séculos II e I a.C.).

Catálogo de peças ilustradas:

- 1-[2007.51.557](Estampa 61)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 664mm.
- 2-[2007.51.527](Estampa 61)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 642mm.
- 3-[2007.51.287](Estampa 62)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 603mm.
- 4-[2007.51.356](Estampa 62)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 780mm.
- 5-[2007.51.334/337](Estampa 62)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 504mm.
- 6-[2007.51.313](Estampa 62)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 513mm.
- 7-[2007.50.377/378](Estampa 63)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 342mm.
- 8-[2007.51.385](Estampa 63)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 595mm.
- 9-[1661](Estampa 63)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 510mm.
- 10-[2007.51.462](Estampa 63)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 390mm.
- 11-[2007.50.311](Estampa 63)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 441mm.
- 12-[2007.51.1033](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 402mm.

- 13-[2007.51.481](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 540mm.
- 14-[2007.51.517](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 402mm.
- 15-[2007.52.52](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 420mm.
- 16-[2007.51.78](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 309mm.
- 17-[49](Estampa 64)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 516mm.
- 18-[2007.51.336](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 396mm.
- 19-[2007.51.345](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 402mm.
- 20-[2007.51.317](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 386mm.
- 21-[2007.51.346](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 282mm.
- 22-[2007.51.316](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 360mm.
- 23-[2007.51.302](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 300mm.
- 24-[2007.51.83](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 285mm.
- 25-[2007.51.129](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo indet.
- 26-[2007.51.113](Estampa 65)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo indet.
- 27-[2007.51.312](Estampa 66)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo indeterminado
- 28-[2007.51.617](Estampa 66)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 342mm
- 29-[2007.52.54](Estampa 66)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 281mm
- 30-[2007.51.501](Estampa 66)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 270mm
- 31-[2007.51.1400](Estampa 66)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 300mm
- 32-[2007.51.1227](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 300mm
- 33-[907](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 504mm
- 34-[2007.51.383](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 360mm
- 35-[2007.51.384](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 522mm
- 36-[843](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 384mm
- 37-[2007.51.355](Estampa 67)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo indeterminado

38-[2007.161.2](Estampa 68)-Fragmento de bordo e parede estampilhada da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 462mm

39-[2007.52.103](Estampa 68)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 282mm

40-[2007.51.413](Estampa 68)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 312mm

41-[2007.51.78](Estampa 68)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 318mm

42-[2007.51.107](Estampa 68)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 318mm

43-[2007.51.104](Estampa 68)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1.Diâmetro de bordo 282mm

Variante B.6.A.2.

Talha de colo alto

Trata-se de uma forma bem caracterizada no sítio por 5% do conjunto classificável de talhas/*dolia*. Corresponde a grandes recipientes de bordo triangular, paredes muito espessas, colo alto e cilíndrico e poderão possuir duas asas de secção oval que ligam o bordo à pança.

Os exemplares desta variante apresentam diâmetros de bordo entre os 20 e os 30 cm, parecendo ser esta, a par do colo, parte mais estreita deste recipiente.

Embora os diâmetros sejam relativamente reduzidos se comparada com o grupo B.6.A., a espessura dos bordos e das paredes revelam que no encontramos, sem dúvida, na presença de grandes recipientes de armazenamento.

Estas formas não apresentam paralelo conhecido, o que dificulta o seu enquadramento cronológico, dado que o contexto de recolha exclusivo nos níveis 1 e 2 de várias quadrículas do Sector B não é esclarecedor quanto à sua cronologia, podendo apenas referir-se que esta forma parece estar associada aos níveis mais superficiais, relacionados com o abandono do sítio.

Neste sentido, importa destacar que no compartimento dedicado à armazenagem, identificado nas escavações de 2009, esta forma está ausente, não existindo uma associação contextual segura para estes recipientes.

Sub-variante A

Três dos fragmentos de bordo de grande recipiente de colo alto apresentam características atípicas, distintas dos restantes. Correspondem a peças de produção “tosca”, com acabamentos irregulares e pastas menos depuradas.

Os fragmentos apresentam um colo alto e bordo espessado, característico da variante B.6.A.2.. Contudo, nesta sub-variante, todos os fragmentos apresentam decoração sobre o bordo, incisa ou digitada, e os recipientes parecem corresponder a uma forma mais alongada, de características desconhecidas, pois nenhum dos fragmentos apresenta o arranque da pança, não sendo possível caracterizar a sua forma exacta. Pelo registo dos trabalhos publicados sobre o sítio, duas destas peças já foram alvo de publicação, tendo sido associadas à fase 5 (Gamito, 1983).

As formas que lográmos inventariar nessa "fase 5" correspondem exclusivamente a fragmentos de cerâmica comum, concretamente malgas da forma A.4.A. e potes-panelas da forma B.2.C.1., um barril da forma B.7.1., bem como fragmentos de bojo com asas cegas, decoração incisa e moldada.

Estes elementos indiciam tratar-se de um nível da Idade do Ferro, não sendo, contudo, não possível confirmar se está associado à área A quadrado B ou à área B quadrado B ou BB.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2007.51.483](Estampa 69)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 186mm.

- 2-[2007.51.529](Estampa 69)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 219mm.
- 3-[1457](Estampa 69)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 189mm.
- 4-[2007.51.101](Estampa 69)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 279mm.
- 5-[2007.51.110](Estampa 70)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 300mm.
- 6-[2007.51.522](Estampa 70)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 227mm.
- 7-[2007.51.866](Estampa 70)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 225mm.
- 8-[2007.51.515](Estampa 70)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.2.Diâmetro de bordo 294mm.
- 9-[2007.50.187](Estampa 71)-Fragmento de bordo com decoração incisa da forma B.6.A.2. Sub Var. A Diâmetro de bordo 265mm.
- 10-[2007.51.950](Estampa 71)-Fragmento de bordo com decoração digitada da forma B.6.A.2.Sub-Var. A Diâmetro de bordo 272mm.
- 11-[2007.51.952](Estampa 71)-Fragmento de bordo com decoração digitada da forma B.6.A.2. Sub-Var-A Diâmetro de bordo 303mm.

Forma B.6.B.

Grandes recipiente sem colo (Dolia)

Trata-se de formas ovóides, de grandes dimensões, destinadas à armazenagem, e cuja principal característica é a inexistência de colo.

Os recipientes sem colo representam 51% do grupo B.6. Esta elevada percentagem deve-se sem dúvida à presença destes recipientes nos níveis associados à última fase de ocupação e de abandono do sítio. Neste sentido, importa referir que apenas na campanha de 2009 foram recolhidos 160 fragmentos em associação à sondagem 1.A, na qual a identificação de áreas destinadas à armazenagem teve um papel preponderante sobre a amostra recolhida.

Esta forma, claramente distinta da anterior, regista-se em Segóvia com três variantes.

Variante B.6.B.1

***Dolia* de bordo simples**

Corresponde a um grande recipiente fechado, de bordo simples, reentrante, sem colo, que se insere em formas ovóides ou globulares, de grande dimensão. Trata-se da variante menos representada, com apenas três fragmentos de bordo (0,6% do conjunto classificável de talhas/*dolia*).

Não obstante a associação destes materiais à fase 2, de acordo parece tratar-se de uma forma indígena, que se insere no universo das forma fechadas globulares e reentrantes, como os potes B.2.A. e os copos B.1.A e B1.B.

Esta forma surge representada no Castelo da Lousa, em associação aos níveis republicanos, onde constitui a forma rara 6 das Talhas (Pinto, 2010), e em Mesas de Castelinho está associada a decorações impressas (Fabião, 1998: est 60).

De um modo geral, os *dolia* sem colo são produzidos já em âmbito romano republicano (Py, 1993: 402), não sendo, contudo, clara a sua cronologia de produção, dada a sua filiação nas formas cerâmicas de tradição indígena.

Em todo o caso, no Castro Segóvia esta é uma forma minoritária e a sua representação é inexpressiva no universo das formas de armazenamento. Situação análoga parece verificar-se no Castelo da Lousa, onde apenas se registaram 13 fragmentos de tendência reentrante, não sendo claro se correspondem todos à forma rara 6 (Pinto, 2010).

Esta poderá corresponder a uma forma arcaica de *dolium*, forma de transição para as variantes típicas, sem colo, de bordo espessado e reentrante do alto-império, que correspondem à Variante B.6.B.2.

Variante B.6.B.2.

***Dolia* de bordo espessado.**



Figura 76 - Projectão 3D da variante B.6.B.2.

Trata-se de *dolia* latinos variante mais comum no Castro de Segóvia, correspondendo a grandes contentores de armazenagem, de forma piriforme e fundo plano, cuja principal característica é apresentarem um bordo reentrante e espessado externamente, sendo este um prolongamento natural da parede, mas estando rematado por uma dobra horizontal.

A largura máxima destes contentores encontra-se ao nível do ombro, para permitir a expansão do conteúdo, é também à altura dos ombros que surgem as asas, duas ou três ou mesmo quatro, de secção circular, que auxiliavam o manuseamento do recipiente (Luezas Pascoal, 2002: 136).

No Castro de Segóvia, recolhemos um conjunto significativo de bordos e um exemplar inteiro (num total de 50.4% do conjunto classificável de talhas/dolia). Neste último, pudemos observar, para além das características gerais do contentor, a presença de duas pequenas asas de rolo, de secção circular, aplicadas às paredes, na parte superior.

Estas asas de pequena dimensão não permitem transportar o contentor cheio em suspensão, em primeiro lugar porque a área suporte é muito pequena e porque são demasiado frágeis para suportar o peso.

Deste modo, a aplicação de asas nestes recipientes teria uma função ornamental pois a sua utilização como elementos de preensão de tão grandes recipientes dificilmente se faria.

De acordo com a evolução destes recipientes as influências itálicas marcaram profundamente a morfologia destes contentores, deste modo, os primeiros modelos, de pequena capacidade, sem colo estão associados a importações itálicas do século II/I a.C. e os modelos de bordo reentrante surgem em época romana imperial, e correspondem a uma produção mais standarizada (Py, 1993, 402).

Deste modo, de acordo com a tipologia de Beltran (1990) sintetizada por Py (1993, 402-409) esta forma corresponde à forma 22, cujo âmbito cronológico é balizado entre o século I e o século II d.C.

Os bordos apresentam alguma variação formal podendo ser de secção quadrangular, triangular ou arredondada, sem aparente significado cronológico.

No Castro de Segóvia estes contentores surgem em associação à fase 2, sendo a principal componente artefactual do compartimento 1 da sondagem 1, dedicado à armazenagem.

Não podemos descurar na interpretação desta forma, a sua funcionalidade, a grande quantidade de recipientes de armazenamento identificados é indissociável de uma significativa capacidade de armazenamento e produção de bens destinados à alimentação.

A análise do conjunto permitiu identificar duas sub-variantes desta forma que apresentam

análoga cronologia.

Sub-Variante A

Bordo horizontal muito reentrante

Um conjunto de 11 fragmentos de dolia apresentam bordos rectos e horizontais muito reentrantes passíveis de enquadramento nas talhas de bordo horizontal da forma XIII-A-1 de S. Cucufate (Pinto, 2010). Esta sub-variante corresponde a bordos de secção arredondada ou triangular e está documentada em contextos imperiais de variados sítios do Alentejo como Alcácer do Sal, Abul e Pinheiro (Tavares e Silva et. al. 1980; Diogo e Faria, 1990; Mayet e Silva, 1998) em horizontes cronológicos do alto e baixo império datáveis entre o século I e o século IV d.C..

Sub-Variante B

Bordo moldurado

Três dos exemplares de dolia sem colo distinguem-se dos restantes pela presença de um bordo saliente e moldurado. Um dos exemplares apresenta uma decoração incisa sobre o bordo com motivos cruciformes.

Esta variante está documentada no Castelo da Lousa (Pinto, 2010) em associação aos níveis republicanos do sítio., bem como em S. Cucufate em associação à forma XIII-A-A- a ou à forma XIII-A-1-b (Pinto, 1999: fig.527 e 534). Trata-se de uma forma de longa duração bem documentada sobretudo no alto império.

Fundos e asas do Grupo B.6.

No conjunto cerâmico do Castro de Segóvia identificámos um conjunto de fundos de grande dimensão passíveis de integração no grupo dos grandes recipientes de forma fechada.

Trata-se de fundos com diâmetros compreendidos entre os 13,5 cm e os 33 cm, com paredes espessas e oblíquas, parecendo corresponder a recipientes de forma ovoíde.

Lamentavelmente, os de perfis completos existentes resumem-se a um único exemplar da forma B.6.B., sendo possível associar alguns dos fundos de maior diâmetro às formas B.6.B. (v. est. 77 n.s 29 e 30), mas a ausência de outros perfis completos não permite fazer corresponder os restantes a uma ou outra forma, por falta de dados. Em todo o caso, importa referir que algumas das peças apresentam formas muito afuniladas, de base plana, com pequeno diâmetro quando comparadas com as dimensões dos bordos (v. est.79)

Alguns dos exemplares apresentam remates quase fusiformes passíveis de integração do universo dos contentores de transporte, faltando contudo outras que permitam confirmar esta hipótese, nomeadamente a presença de perfis completos com fundo estreito ou afunilado.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1-[1523](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.1.Diâmetro de bordo 252mm.
- 2-[1455](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.1.Diâmetro de bordo 288mm.
- 3-[2007.51.498](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 228mm.
- 4-[2007.51.464](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 186mm.
- 5-[2007.51.74](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 300mm.

- 6-[2007.51.658](Estampa 72)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 243mm.
- 7-[2007.50.404](Estampa 73)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 161mm.
- 8-[2007.51.12](Estampa 73)-Fragmento de bordo e arranque de asa da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 180mm.
- 9-[1514](Estampa 73)-Fragmento de bordo da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 294mm.
- 10-[1637](Estampa 73)-Peça inteira da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 168mm.
- 11-[2007.51.44](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 420mm.
- 12-[2007.51.68](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 324mm.
- 13-[2007.52.144](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 300mm.
- 14-[2007.50.320](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2.Diâmetro de bordo 324mm.
- 15-[2007.51.1249](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A Diâmetro de bordo 270mm.
- 16-[1475](Estampa 74)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 270mm.
- 17-[2007.51.531](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 366mm.
- 18-[2007.51.369](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 240mm.
- 19-[2007.51.1311](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 180mm.
- 20-[2007.51.402](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 240mm.
- 21-[E005](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var A. Diâmetro de bordo 216mm.
- 22-[1414](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var B. Diâmetro de bordo 276mm.
- 23-[2007.51.1603](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var B. Diâmetro de bordo 240mm.
- 24-[2007.51.278](Estampa 75)-Peça inteira da forma B.6.B.2. Sub-var B. Diâmetro de bordo 240mm.
- 26-[2007.51.1032](Estampa 76)-Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 162mm.
- 26-[2007.54.374](Estampa 76)- Fragmento de fundo da forma B.6. Diâmetro de fundo 151mm.
- 27-[2007.50.374](Estampa 76)- Fragmento de fundo da forma B.6. Diâmetro de fundo 159mm.
- 28-[2007.50.314](Estampa 76)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 165mm.
- 29-[2007.51.269](Estampa 77)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 255mm.
- 30-[2007.51.67](Estampa 77)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 330mm.

- 31-[2007.51.238](Estampa 77)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 155mm.
- 32-[2007.51.234](Estampa 77)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo indeterminado.
- 33-[2007.51.467](Estampa 77)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 177mm.
- 34-[1567](Estampa 77)- Fragmento de fundo com grafito da forma B.6.Diâmetro de fundo indeterminado
- 35-[2007.51.330](Estampa 78)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 210mm.
- 36-[1005](Estampa 78)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 201mm.
- 37-[1146](Estampa 78)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 156mm.
- 38-[1147](Estampa 78)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 183mm.
- 39-[2007.50,203](Estampa 79)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 132mm.
- 40-[955](Estampa 79)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 80mm.
- 41-[954](Estampa 79)- Fragmento de fundo da forma B.6.Diâmetro de fundo 132mm.

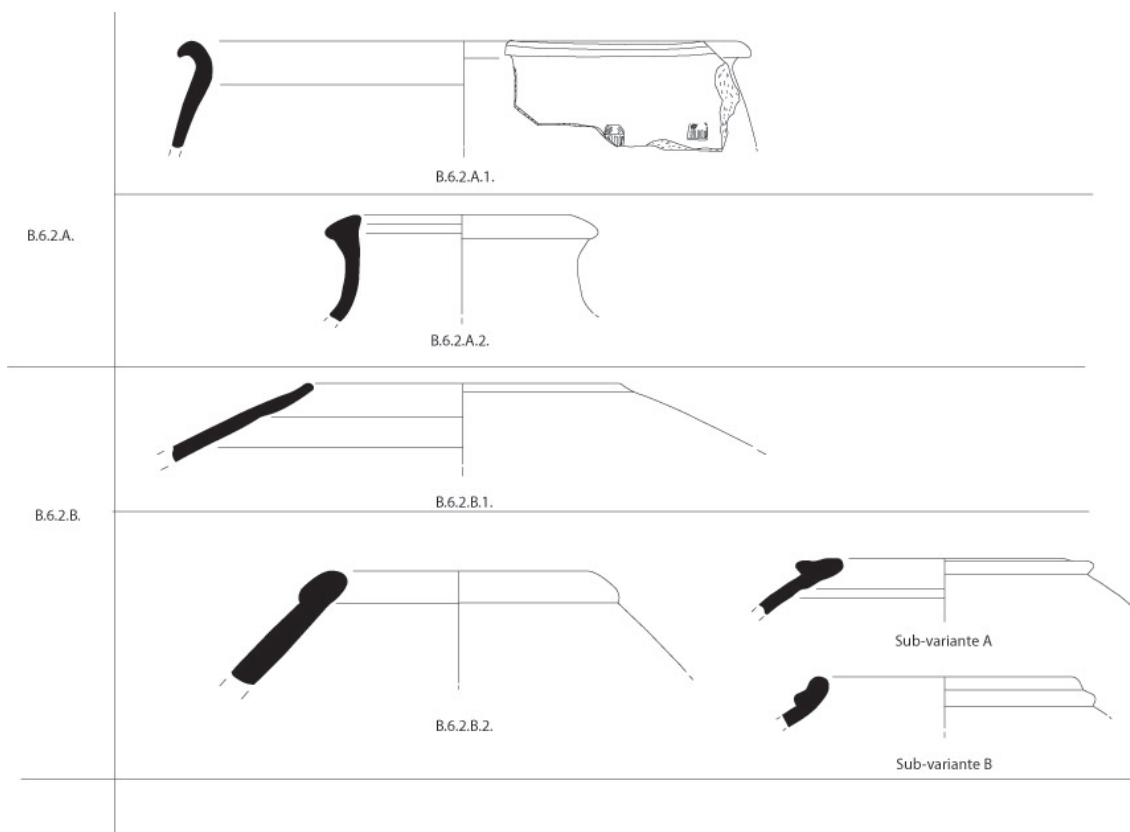


Figura 77 Quadro síntese do grupo B.6..

Comentário

Os grandes recipientes de armazenagem são desconhecidos em contextos do Bronze Final, período em que são utilizados silos para essa funcionalidade, existindo inúmeras evidências, um pouco por todo o Alentejo, dessa prática, podendo inclusive citar alguns sítios inéditos como Pisões, Torre do Carril 1 e 2, intervencionados pela signatária.

Deste modo, os primeiros grandes contentores de armazenamento surgem em contextos da Idade do Ferro orientalizante atestados em sítios do centro e sul de Portugal, como Castro Marim ou Santarém, associados primordialmente a formas características de cerâmica pintada em bandas, como *pithoi*, mas também a outros recipientes de armazenamento como barris e ânforas R1 (Arruda, 2000).

Estes recipientes de armazenamento destinavam-se a condicionar alimentos, como cereais e talvez vinho (Py, 1993), funcionalidade bem atestada em período romano através das instalações vinícolas associadas a *villae*, nas quais foram recuperados muitos *dolia* (Dechandol 1983; Brown 1986).

Parece ter existido uma evolução formal rápida destes recipientes, associada ao sedentarismo das populações e ao desenvolvimento da exploração agrícola, justificando assim, com o aumento de *stock*, a necessidade de maior volumetria de armazenagem, o que resultou no aparecimento de contentores de maiores dimensões e mais robustos (Py, 1993).

No que respeita às formas sem colo de Segóvia, parece claro estes contentores surgem timidamente representados em níveis da Idade do Ferro e vão ganhando uma expressão mais significativa nos contextos romanos. Neste sentido, importa referir os dados de Vaiamonte, que revelam um predomínio dos perfis em S (Fabião, 1998: 62), bem como os materiais do Castelo da Lousa, onde se registou apenas 13 fragmentos de recipientes de armazenamento sem colo (Pinto, 2010).

De acordo com Inês Vaz Pinto, o predomínio das forma sem colo em contextos romanos verifica-se entre o período Augustano e a segunda metade do século I d.C. (*Ibidem*),

pelo que parece que a presença desta forma é em primeiro lugar um claro indicador cronológico.

No Castro de Segóvia, não foi possível aferir se a utilização destes recipientes sem colo é análoga à dos restantes vasos de armazenamento, no que respeita ao conteúdo armazenado. Deste modo, a hipótese colocada por Carlos Fabião de contentores formalmente distintos serem destinados a um tipo armazenamento específico carece de confirmação. (Fabião, 1998: 62). A este respeito julgo que faltam dados arqueológicos para explorar esta hipótese que quiçá poderá ser esclarecida com realização de análises aos conteúdos destes recipientes.

Não obstante, através dos dados do Castro de Segóvia é possível afirmar que existiu uma progressiva substituição das forma em S por formas sem colo, sendo as últimas predominantes na fase final de ocupação.

Fica contudo em aberto se essa substituição é, para além de um reflexo da romanização do sítio, indicadora de alterações das actividades agrícolas, podendo estas formas mais tardias estarem associadas um eventual conteúdo vinícola.

7.1.6.3.7. TIPO B.7

Formas destinadas ao transporte e armazenamento.

No âmbito das formas fechadas, optámos por estabelecer um último grupo morfo-funcional dedicado aos recipientes de transporte e armazenamento.

Em primeiro lugar, justifica-se a necessidade da criação deste grupo dado que, no âmbito da cerâmica de produção local ou regional do Castro de Segóvia, identificámos um conjunto de formas que não se enquadra nos restantes já estabelecidos.

As distintas características formais das peças que integram o grupo B.7. colocam a hipótese de estas formas terem sido utilizadas em funcionalidades diferentes das cerâmicas ditas de mesa, cozinha e armazenamento.

Assim, o tipo B.7. contempla formas cuja morfologia parece adequada e destinada ao transporte de alimentos, e que se caracteriza pela ausência de fundos planos e pela semelhança formal com exemplares anfóricos, de produção peninsular de tradição fenício-púnica.

Naturalmente, que a presença de contentores de transporte em paragens tão distantes do litoral coloca de imediato questões de ordem prática relativas à sua utilização. Deste modo, e numa primeira abordagem ao tema, consideramos tratar-se de contentores de transporte terrestre ou fluvial, ou, mais provavelmente, de ambos; que poderão ter sido, secundariamente, utilizados como recipientes de armazenagem, pese embora a sua morfologia dificulte esta última utilização sem o auxílio de um suporte.

No grupo B.7. identificámos três formas distintas relacionadas com esta funcionalidade designadas por B.7.1., B.7.2. e B.7.3.:

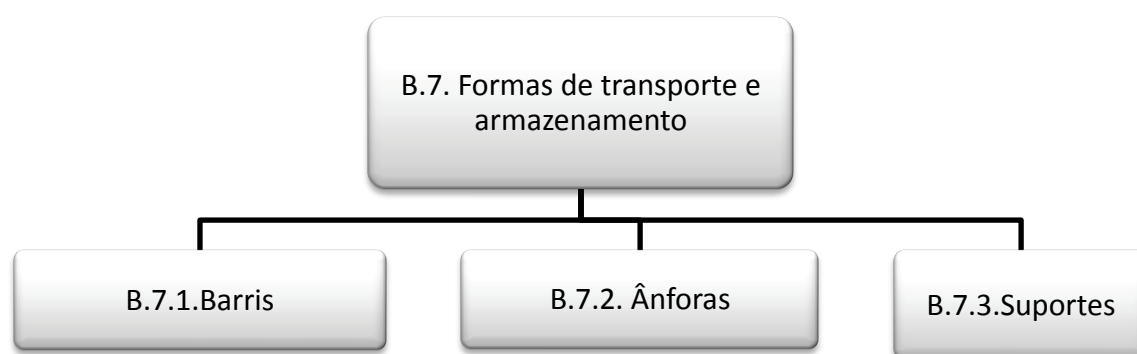


Figura 78- Formas do Tipo B.7.

Forma B.7.1.

Barris

Um barril é um recipiente baixo e alongado de grandes dimensões, de perfil elíptico, com um bocal central e duas asas simétricas, de secção circular, implantadas sobre a parte superior da parede do recipiente.

Os bordos possuem pequenos diâmetros, entre 12 a 14 cm, e apresentam um desenho idêntico às típicas formas de “saco” documentadas nas ânforas R1, com particular semelhança às variantes mais evolucionadas enquadráveis no tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995).

As extremidades do corpo do recipiente apresentam um remate côncavo, assemelhando-se, uma vez mais, aos fundos de ânforas pré-romanas de tradição fenícia.

A morfologia invulgar destes recipientes inviabiliza, em muitos dos casos, uma classificação segura de fragmentos de menores dimensões, uma vez que tanto os bordos, como os fundos ou as asas podem ser integrados numa qualquer categoria anfórica.

Este fenómeno condiciona *a priori* a leitura da distribuição desta forma, dado que se encontram maioritariamente publicados exemplares inteiros ou de perfil completo, sendo rara a sua associação a fragmentos de menor dimensão.

Em Segóvia, regista-se dois exemplares desta forma, um dos quais se encontra em excelente estado de conservação. Trata-se de um pequeno recipiente cilíndrico, que não conserva o bordo, apresenta uma asa de forma semi-circular, de secção circular e que tem corpo cilíndrico, com paredes pouco espessas. Este exemplar foi alvo de publicação conjunta, com os barris de Santa Olaia, Azougada e Vaiamonte (Gamito, 1983: fig.4).

Uma outra peça corresponde a um fragmento de bordo de tendência vertical, com 12 cm de diâmetro, sendo o bordo separado do recipiente por um ângulo de 90°. Para além destes fragmentos, foi possível associar uma asa de rolo que poderá também

corresponder a um elemento de preensão de barril, embora esta classificação seja feita com algumas reservas.

Os barris são relativamente abundantes nos contextos sidéricos do vizinho território espanhol como: Cancho Roano (Celestino, 1996, 246), Alcazaba de Badajoz, Castejon del Capote (Berrocal Rangel 1994), La Mata (Rodriguez Diaz, 2004, 230) e Vilas Viejas de Tamuja (Francisca Hernandez 1979). Também no território português, esta forma está bem documentada no Alentejo, em locais como o Castelo das Juntas (Albergaria e tal.2000, 48 Revista da era 1), Vaiamonte (Fabião, 1998), Azougada (Antunes, 2005), Espinhaço de Cão (Calado e Mataloto, 2008, 200, fig. 8 EC [161] 1690), apesar de, no último caso, os próprios autores não estarem seguros quanto à classificação.

A hipótese colocada por Antunes (2005) da difusão do modelo barril via Guadiana tem necessariamente de ser dissecada à luz dos dados conhecidos. Esta teoria parte do pressuposto da existência de alguma afinidade entre os recipientes documentados em Castro Marim (Arruda e Freitas, 2008) e os da Azougada ou mesmo do Espinhaço de Cão.

Contudo, uma análise morfológica dos barris documentados nestes locais lança alguma dúvida no que respeita à existência de qualquer afinidade formal e mesmo cronológica entre os barris da Azougada e os seus congéneres algarvios.

Os barris de Castro Marim a par dos recolhidos em Santa Olaia aparentam possuir uma clara afinidade com formas típicas de cariz orientalizante como as ânforas de saco R1 em particular com os bordos das variantes mais tardias, enquadráveis no tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres, ou mesmo com urnas de tipo cruz del Negro, tornando-se impossível de diferenciar quando estamos perante pequenos fragmentos de bordo. Ao nível do bordo esta forma não possui um carácter próprio, sendo uma assimilação de outros tipos cerâmicos produzidos entre os séculos VII e VI a.C.

Não obstante a distância entre estes dois sítios arqueológicos, no que respeita a Castro Marim e Santa Olaia, há alguns factores de paralelismo nomeadamente a cronologia, a matriz cultural dominante e implantação geográfica dos locais Simultaneamente ao paralelo formal, trata-se dos exemplares mais antigos documentados no actual território português, sendo alguns dos barris de Castro Marim passíveis de integração na fase IV

datada do século VI a.C. e outros enquadráveis na fase V datada do séc. V a.C. (Arruda e Freitas, 2008).

No que respeita a Santa Olaia, existem várias propostas de enquadramento cronológico, uma das quais apresenta uma datação mais recuada, em torno a finais do século VI a.C. (Arruda, 1999-2000, p. 227). Contudo a possibilidade de pertencer a um momento de ocupação mais recente não é descartada por Isabel Pereira, que associa a presença desta forma aos momentos finais de ocupação do sítio entre o séc. V e o séc. IV a.C. (AAVV, 1994, p. 42).

Esta última baliza cronológica é proposta para o exemplar de Vilasviejas (Hernández Hernández, 1979), e para os de Cancho Roano (Celestino Pérez, 1996).

As semelhanças morfológicas, creio, não deixam margem para duvidar que estes barris têm a sua origem na cultura material mediterrânea, associada a uma ocupação fenícia do território litoral, surgindo apenas no interior do território em cronologias mais tardias, a partir do século V a.C., podendo ser alargados os horizontes cronológicos até ao século III a.C., de acordo com a cronologia do Capote (Berrocal, Rangel, 1994).

Assim, parece verificar-se um claro desfasamento cronológico entre estes primeiros momentos e tipos, documentados em regiões costeiras, e os exemplares provenientes de sítios interiores do Alentejo e Extremadura espanhola, cuja produção, de carácter local ou regional, parece iniciar-se apenas no século V. a.C., correspondendo este início de produção ao último período de vida desta forma documentada em sítios litorais.

A complementar esta leitura, importa referir o carácter local ou regional das produções documentadas em sítios como Vaimonte (Fabião, 1998:61) ou Segóvia, o que não permite supor uma difusão a larga escala para estes contentores.

Este elemento poderá justificar a variação formal identificada entre exemplares de distintas regiões, como por exemplo entre Azougada e Castro Marim, bem como a sua presença tardia em contextos mais meridionais, reflexo de uma difusão lenta e pontual.

Assim, tanto no Alto Alentejo como na Extremadura espanhola a presença destes exemplares está atestada em sítios relativamente próximos, como Vaiamonte e Segóvia,

no território português, e Valdegamas, Vilasviejas de Tamuja e Las Dehensillas, na zona de Badajoz.

Um dos fragmentos de Segóvia corresponde a recolhas de superfície realizadas em 1969, sendo que o recipiente inteiro é proveniente do nível B5, que, como já houve oportunidade de discutir, ofereceu um conjunto cerâmico de produção local/regional, que engloba as formas B.6.A.2., A.4.A. e potes-panels B.2.C.1, bem como fragmentos inclassificáveis com decoração digitada e incisa, sendo plausível uma proposta cronológica aproximada à do Capote para a presença desta forma no sítio.

Forma B.7.2.

Ânforas

No conjunto dos recipientes de forma fechadas, foram identificados três bordos espessados de perfil em S, com diâmetros compreendidos entre os 15,6 cm e os 18,6 cm, que são aqui classificados, com muitas reservas, como possíveis fragmentos anfóricos.

Em primeiro lugar, importa referir as razões que originaram o afastamento destes fragmentos da categoria de pote-panela. Trata-se de bordos e paredes mais espessas, que embora apresentem diâmetros enquadráveis no universo das forma B.3., se destacam pela morfometria própria destes recipientes.

Aliado a este facto, está a presença de um bico fundeiro, que parece corresponder às morfologias de contentores de transporte pré-romanos, bem como dois fragmentos de asa que não parecem integrar-se no grupo dos grandes recipientes.

Por outro lado, a presença de exemplares semelhantes no conjunto cerâmico do Capote, cuja classificação proposta também se enquadra no universo das produções anfóricas (Berrocal- Rangel, 1994) vem confirmar a existência de contentores de transporte de

produção de local ou regional em contextos tardios da Idade do Ferro relacionados com zonas interiores do Alentejo e Extremadura espanhola.

Formalmente, estas formas parecem filiar-se no universo das produções peninsulares documentadas no Cerro Macareno (Pellicer, 1978), nomeadamente no que respeita a um amplo conjunto de variantes que caracteriza as primeiras formas próprias de produção peninsular derivadas dos protótipos das ânforas de Saco fenícias (Tipo R1, T. 10.1.1.1. e 10.1.2.1. de Ramon Torres e Variante A do Cerro Macareno).

Essas formas, designadas no Cerro Macareno por B e C , de acordo com o perfil do corpo do contentor, sendo a forma B troncocónica e a C fusiforme, apresentam uma longa cronologia de produção, que se reflecte em múltiplas variantes de bordo.

A impossibilidade de determinar se os pequenos fragmentos de bordo correspondem a formas B ou C vulgarizou a utilização da terminologia B/C, à qual se associou a variante específica de bordo definida pelo autor da tipologia: B/C 1 bordos trapezoidais, B/C 2 bordos circulares, B/C 3 bordos amendoados e ovais e B/C evolucionadas, formas derivadas da variante B/C 3.

Estas ânforas são produzidas a partir de finais do século VI a.C. e apresentam um longo período de produção estando documentadas até ao século III a.C. (Pellicer Catalán, 1978: 377).

Numa primeira análise os exemplares de Segóvia parecem corresponder à forma Pellicer B2 ou B/C2. A proposta cronológica das variantes das ânforas B/C centra a produção da variante 2 entre finais do século VI a.C. e finais do século IV a.C. (*Ibidem*)

A proposta formal de Pellicer Catalán é evolutiva e tem por base a estratigrafia do Cerro Macareno, e parte do princípio que as variantes derivam de um protótipo mais antigo e sucedem-se no tempo, acabando por se substituir. Deste modo, a variante B/C1 é datada entre meados do século VI a.C. até finais do século V a.C., a B/C2 é considerada uma variante intermédia, produzida entre finais do século VI a.C. e finais do século IV a.C., e a variante B/C 3 entre finais do século V e finais do século IV a.C.

Actualmente, torna-se incontornável questionar esta tipologia perante um conjunto de dados do extremo ocidente peninsular, que revelam outras variantes e novas cronologias

para estas ânforas, acima de tudo através do registo de produções locais identificadas em distintos sítios como Faro (Arruda, Sousa e Bargão, 2005), Lisboa (Sousa, 2010), Santarém (Bargão, 2012), mas também em sítios do interior como Capote (Berrocal Rangel, 1994), Cancho Roano (Guerrero, 1991, p. 56) ou Mesas de Castelinho (Estrela, 2010, est.1.n.51).

Todos estes locais revelam a presença de formas afins das tipologias anfóricas conhecidas enquadráveis entre os tipo B/C e D de Pellicer Catalán (T.4.2.2.5. de Ramón Torres), de produção local ou regional, balizadas entre finais do século VI a.C. e os finais do século III a.C. ou inícios do século II a.C.

Deste modo, está documentado um fenómeno de imitação ou de produções formais de ânforas que não parece cumprir a principal funcionalidade a que estes recipientes se destinavam, o transporte de produtos a longa distância.

Neste sentido, estas ânforas de produção local não podem ser tidas como indicador de trocas comerciais, de capacidade aquisitiva ou económica, pois trata-se de produções locais ou regionais, que por ora apenas estão documentadas na própria área de produção. Assim, a característica eminentemente funcional destas peças perde significado no conjunto.

Esta ilacção coloca novas questões sobre a funcionalidade destes recipientes, importando agora discutir para que serviam estes contentores, dada a inexistência de evidências claras da sua comercialização a média ou larga escala. Em primeiro lugar, cabe referir que a ausência ou a fraca representação de ânforas importadas pré-romanas no Castro de Segóvia apresenta paralelismo com outros sítios com produções locais ou regionais de ânforas na chamada II Idade do Ferro, como Lisboa, Santarém ou o Capote, sendo Mesas de Castelinho, a única excepção no actual território português que regista a presença de produções gaditanas em percentagens significativa.

Assim, parece que a região do actual Alto Alentejo e Estremadura portuguesa se caracteriza pela escassez e, nalguns casos, pela ausência de ânforas de importação, num período compreendido entre o século V a.C. e a ocupação romana deste território. Pelo que alguns dos exemplares importados, documentados nestas áreas, surgem já em

contexto claro de romanização como é o caso dos materiais do Castelo de S. Jorge (Pimenta, 2005).

Esta situação parece ser distinta da identificada no Baixo Alentejo, onde se destaca a presença de ânforas pré-romanas de importação, inclusive em localizações interiores como Mesas de Castelinho (Estrela, 2010) ou Pisões 5, Beja (Bargão e Soares, 2014), fruto da penetração no território de produtos que chegavam à costa algarvia.

Parece assim evidente que a produção de ânforas em locais do Alto Alentejo e Estremadura portuguesa visa em primeiro lugar suprir uma necessidade de consumo local, reflexo directo da ausência de produtos de proveniência exógena.

A confirmar-se este pressuposto, importaria determinar se a estas ânforas se pode também associar o fabrico de um produto alimentar, ou se se trata apenas da produção de um contentor/recipiente para envase de mercadorias.

Em todo o caso, parece que esta forma foi utilizada primeiramente como recipiente de envase e armazenamento de produtos alimentares que, junto com os potes e talhas, constituíam as reservas de alimentos destas populações.

Neste sentido, é fundamental referir a presença de suportes cerâmicos, bem documentados em sítios como Lisboa (Sousa, 2011: 256-257), Santarém (Arruda, 2000, Est. 41 – n.º 3) ou Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 197 – n.º 2; Celestino Pérez, 1996, p. 214 – n.º 8), que seriam utilizados para apoiar recipientes de fundo côncavo como as ânforas.

Curiosamente, estes materiais sugerem uma utilização de armazenamento e consumo de ânforas fora do seu universo de produção, transporte ou comercialização, e surgem associados a sítios onde se documenta uma produção local ou regional de ânforas. Reafirmando assim o carácter secundário destas produções locais como contentor de transporte.

Por último, cabe referir aspectos cronológicos da produção destes contentores. O fabrico local ou regional de ânforas está ainda mal caracterizado do ponto de vista cronológico, existindo, por falta de dados e contextos estratigráficos seguros, alguma indefinição dos tipos produzidos, bem como das suas balizas cronológicas.

Neste aspecto, embora os dados de Segóvia pareçam indiciar a presença de uma única forma/variante, os materiais são provenientes de recolhas de superfície, ou de níveis superficiais do sítio, não apresentando contexto relevante para o estabelecimento de cronologias.

Em todo o caso, face ao conjunto cerâmico apresentado, parece viável considerar estas ânforas como um tipo regional de produção tardia, estabelecendo-se assim um paralelo com a proposta interpretativa de Berrocal Rangel para conjunto análogo do Capote (1994).

Forma B.7.3.

Suporte

No conjunto de cerâmicas de produção local ou regional, destaca-se um fragmento de bordo espessado, com 18 cm de diâmetro, passível de integração no universo dos suportes cerâmicos.

Esta classificação é operada com algumas reservas, dado que não possuímos o perfil completo da peça. Contudo o espessamento das paredes bem como a presença de uma grossa moldura ao nível do colo permitiu, em primeiro lugar, separar esta forma do grupo dos potes e panelas e propor uma possível classificação de suporte para esta peça.

Trata-se de formas bitroncocónicas que servem de pé a vasos de fundo convexo, que apresentam múltiplas designações como "soportes carrete", ou "pedestales abocinados" (Caro Bellido, 1989:25-26). Assim, os suportes cerâmicos tinham como principal funcionalidade apoiar recipientes de fundo cónico, mantendo-os numa posição vertical, existindo exemplares em cerâmica manual, cerâmica pintada policroma, cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta polida, documentados em cronologias diversas da ocupação sidérica na Península Ibérica (*Ibidem*:27).

Trata-se de uma forma rara, e única na região do Alto Alentejo, não sendo, contudo, inédita no território português, tendo sido documentados exemplares em Santarém (Arruda, 2000, Est. 41 – n.º 3) e em várias escavações arqueológicas de Lisboa, como as da Rua dos Correeiros ou da Travessa do Chafariz d’ El Rei (Sousa, 2011: 257). Aos exemplares portugueses, somam-se alguns outros em território espanhol, como os de Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 197 – n.º 2), Camposoto, Cádiz (Ramon Torres, et al., 2007) ou Huelva (Rufete Tomico, 2002, p. 147 – n.º 9).

Nas fases mais tardias de produção, para além da raridade destas peças, verifica-se o fabrico desta forma em diferentes categorias cerâmicas, como cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta ou cerâmica comum, em horizontes cronológicos balizados entre o século VI a.C. e o século IV a.c. (*Ibidem* , Aubet *et al.*, 1999).

O fragmento de Segóvia apresenta um contexto de recolha superficial, não permitindo aferir cronologia. Contudo, a presença de um suporte no sítio permite equacionar um novo mapa de difusão desta forma bem como a sua presença em cronologias mais tardias, contemporâneas de formas evolucionadas de ânforas B/C de produção local.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1-[2004.43.13](Estampa 80)-Fragmento de barril da forma B.7.1..Diâmetro de bordo indeterminado.
- 2-[2007.51.1921](Estampa 80)-Fragmento de bordo da forma B.7.1.Diâmetro de bordo 120mm.
- 3-[2007.162.17](Estampa 80)-Fragmento de asa da forma B.7.1.?
- 4-[2007.51.13](Estampa 81)-Fragmento de bordo da forma B.7.2.Diâmetro de bordo 186mm.
- 5-[2007.162.1.](Estampa 81)-Fragmento de bordo da forma B.7.2.Diâmetro de bordo 156mm.
- 6-[2007.51.423](Estampa 81)-Fragmento de bordo da forma B.7.2.Diâmetro de bordo 159mm.
- 7-[2007.162.52](Estampa 81)-Fragmento de fundo da forma B.7.2.Diâmetro de fundo 30mm.
- 8-[2007.51.616](Estampa 81)-Fragmento de asa da forma B.7.2.
- 9-[2007.51.373](Estampa 81)-Fragmento de asa da forma B.7.2.
- 10-[2007.51.472](Estampa 81)-Fragmento de suporte da forma B.7.3.Diâmetro de bordo 180mm.

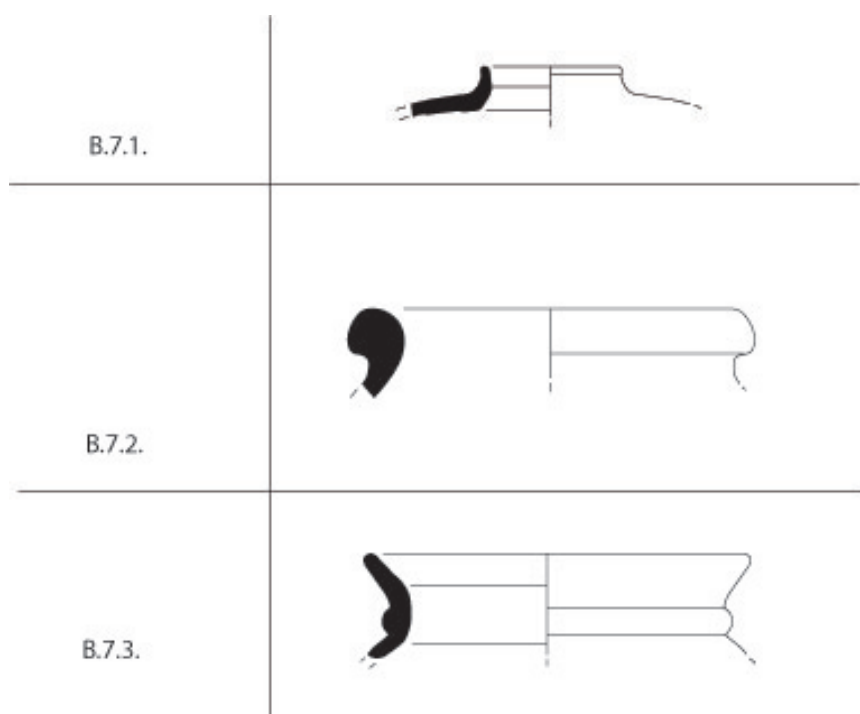


Figura 79 Quadro Síntese Grupo B.7.

7.1.6.4. - C. Outras peças cerâmicas

Coroplastia, Cossoiros, pesos e marcas de jogo.

Neste apartado cabem todos os artefactos de produção local e/ou regional, que não estando integrados no universo da cerâmica comum, fazem parte do conjunto cerâmico do Castro.

Na maioria dos casos, trata-se de exemplares inteiros cuja análise do fabrico é difícil de realizar, tendo apenas por base as características exteriores da peça. Contudo, à excepção das marcas de jogo, correspondem a produções manuais ou a molde, passíveis de integração no universo de produções locais ou regionais de Segóvia.

Optámos por dividir este capítulo em pontos distintos, correspondendo cada um deles a um tipo, grupo formal com funcionalidade individualizada.

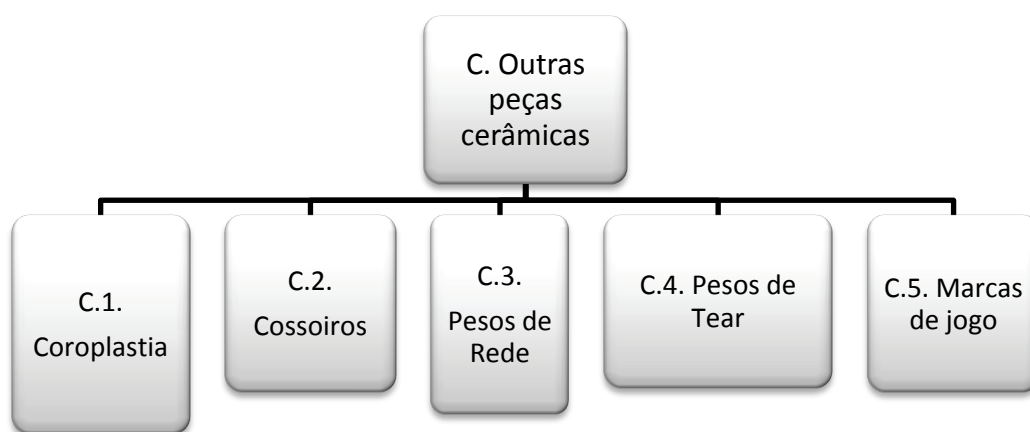


Figura 80- Quadro tipológico do grupo C

7.1.6.4.1. TIPO C.1.

Coroplastia

Entende-se por coroplastia a arte de modelar pequenas figuras de barro. Neste sentido, podemos incluir neste apartado um pequeno fragmento cerâmico de uma figura zoomorfa, recolhido no âmbito dos antigos trabalhos de escavação no Castro de Segóvia.

Trata-se de um fragmento de uma figura ornitomorfa, de produção manual, com cerca de 6 cm de altura conservada, que parece corresponder à cabeça e pescoço de um anatídeo (v. estampa 81).

As reduzidas dimensões do fragmento e a inexistência de paralelos com iguais características não permitiram determinar se estamos perante um vaso, um fragmento de tampa ou outro objecto cerâmico.

A presença de anatídeos na Península Ibérica está documentada desde época pré-histórica, sendo uma espécie selvagem indígena que foi consecutivamente caçada até à sua tardia domesticação em época moderna.

Tendo em consideração que existem várias espécies da mesma família, com características idênticas, é impossível determinar se estamos perante um pato ou um ganso, por exemplo.

O fragmento cerâmico apresenta uma pasta negra, depurada, com um acabamento cuidado, superfícies polidas e decoração incisa. Deste modo, as características da espécie animal são atribuídas não apenas através da modelação da forma, mas também pela decoração incisa que representa as penas, os olhos e o bico da ave.

O aparecimento de iconografia ornitomorfa em contextos da Idade do Ferro, no actual território português, não é muito frequente. Todos os exemplares recolhidos e já alvo de publicação correspondem a contextos funerários associados à I Idade do Ferro, cujo

âmbito cronológico se pode situar entre o século VII a.C. e VI a.C. (Beirão e Gomes, 1984).

Neste sentido, as peças recolhidas em Corte Margarida (Deus e Correia, 2005, 617, fig 3), na necrópole da Chada (Beirão e Gomes, 1984, 440) ou no Cerro do Ouro (*Ibidem*, 436), encontram-se em contextos funerários orientalizantes e são, naturalmente, considerados votivos.

Para além destes exemplares, existe um outro de classificação duvidosa recolhido na necrópole de Neves I. Esta figura de barro foi classificada como uma representação de um suíno, contudo, o único paralelo formal referido pela autora foi o de uma pomba recolhida no Carambolo (Maia, 2008, 358).

As semelhanças entre o perfil desta forma e os restantes ornitomorfos identificados no sul do actual território português leva-nos a considerar esta última hipótese como a mais plausível.

Mais recentemente, os estudos de materiais provenientes de contextos funerários da Idade do Ferro no Alentejo, como as necrópoles de Palhais (Santos *et al.*, 2009), de Cinco Reis 8 ou da Vinha das Calças (Arruda, 2016) ou ainda da Necrópole da Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2012) contribuíram significativamente para uma melhor documentação de exemplares com ornitomorfos, sobretudo pequenos pássaros. Deste modo, em todos estes contextos funerários foram recolhidos fragmentos de recipientes cerâmicos, cuja particularidade é apresentarem coroplastia ornitomórfica como elemento decorativo.

No caso das necrópoles do Baixo Alentejo parece recorrente a associação destas representações ornitomorfas a taças de pé alto, sendo os exemplares da necrópole de Palhais os mais bem preservados, permitindo uma clara associação do recipiente a este tipo de elementos coroplásticos. Assim, estes novos dados vêm confirmar as leituras anteriormente propostas, que associam claramente estas presenças a rituais funerários da Idade do Ferro no Sul do território português.

Num contexto peninsular, o panorama não é muito distinto, sendo pouco frequentes as representações de aves e rara a sua associação a contextos de *habitat*.

Na área "céltica hispana", conhecem-se sete exemplares de ornitomorfos cerâmicos, a maioria dos quais corresponde a representações de pombas. Neste conjunto, torna-se uma vez mais evidente o recorrente uso funerário, tendo sido apenas documentados dois exemplares em contexto de *habitat*. Em Sepulveda (Segóvia) foi recolhido um fragmento de um galo e em Numância o de uma pomba, com decoração incisa na qual estão representadas figuras de patos estilizadas (Alfaye, 2007, 88-90, n.ºs 6 e 12).

Importa ainda discutir o âmbito cronológico ao qual estão associadas estas representações. Trata-se de um espectro cronológico alargado centrado na Idade do Ferro, com exemplares recolhidos em contextos datados entre o século VII a.C. e o século I a.C.

No que respeita ao fragmento do Castro de Segóvia, foi recolhido num nível da Idade do Ferro que assenta directamente sobre o substrato rochoso, que corresponde à fase mais antiga de ocupação.

Não descartando a estratigrafia relativa, é certo que no nível D 8, contexto de recolha da peça, foi apenas exumado um outro fragmento de cerâmica manual com decoração incisa que não permite afinar a cronologia. A proposta cronológica para a datação deste fragmento é, *grosso modo*, a atribuída à primeira fase de construção e utilização do sítio, balizada entre a segunda metade do século IV e século III a.C.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[2004.54.1](Estampa 82)-Fragmento de elemento coroplástico da forma C.1.

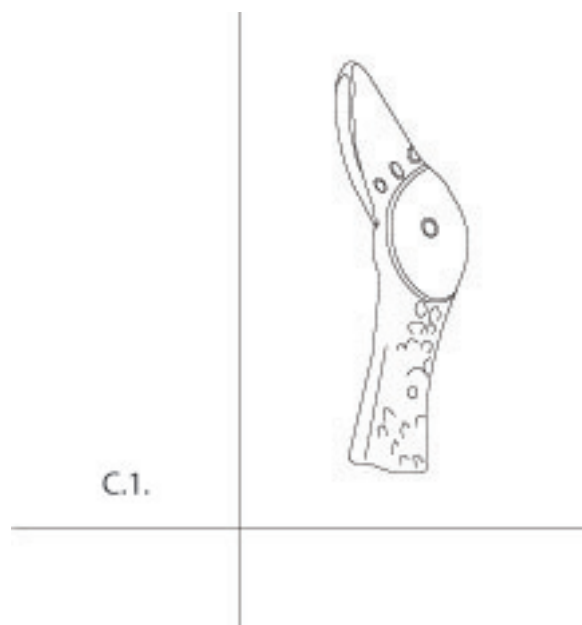


Figura 81 - Quadro síntese dos elementos coroplásticos (forma C.1.).

Comentário

No que respeita ao significado da presença deste elemento coroplástico no Castro de Segóvia, todas as interpretações tendem a atribuir um contexto religioso de cariz votivo, dado que as representações de aves, em particular de pombas, são, com frequência, relacionadas com o conceito de deusas-mãe, paralelo identificado em âmbito cultural púnico e ibérico (*Ibidem*: 83) Nesta linha de interpretação, a presença de objectos rituais móveis como os Askoi pode ser interpretada no quadro da sua utilização em libações a uma divindade feminina como Afrodite/Astarté (Perez Ballester e Gomez Bellard, 2004).

Existem porém outras hipóteses explicativas, mais literais, que associam as aves a um símbolo de caça (Alfaye, 2007,82), leitura que é passível de ser aplicada a contextos tanto funerários como de *habitat*. Resta ainda referir a tradicional interpretação das representações de pombas como elementos psicopompos, em nosso entender apenas válida para contextos funerários.

Talvez seja um elemento relevante diferenciar as espécies representadas, visto que as pombas e pequenos pássaros são os mais frequentes no território português e parecem ter uma associação clara a contextos funerários, enquanto outros ornitomorfos, como os anatídeos, embora mais raros, poderão associar-se a contextos de *habitat* e relacionar-se com outras actividades, como a caça.

Neste sentido, importa referir as figuras ornitomórficas de bronze do vizinho sítio de Turuñuelo, em Badajoz, que parecem reproduzir a silhueta de um pássaro e que foram interpretadas como oferendas votivas, associadas a divindades femininas, (Jimenez Ávila e Coroada Dominguez, 1995: 3-5). Esta associação é feita recorrendo aos paralelos de Cancho Roano e às representações de pássaros, concretamente pombas (Maluquer 1983: 55), que surgem também no timiatério de Quéjola (Olmos y Fernández 1987: 211-219), sempre associadas a divindades femininas, relacionando a figura da mulher portadora de oferendas ao mundo grego (Jimenez Ávila e Coroada Dominguez, 1995: 3-5).

Esta interpretação parece-me particularmente interessante, em primeiro lugar pela proximidade do paralelo formal (embora o exemplar de Badajoz apresente uma cronologia distinta do fragmento de Segóvia), e, por outro lado, porque se trata de uma proposta interpretativa esboçada para um contexto carácter votivo, sendo esta uma explicação plausível para a peça de Segóvia que não está relacionada com contextos funerários. embora o exemplar de Badajoz apresente uma cronologia distinta do fragmento de Segóvia, trata-se de uma proposta interpretativa esboçada para um contexto de habitat, de carácter votivo, sendo esta uma explicação plausível para a peça de Segóvia que não está relacionada com contextos funerários.

7.1.6.4.2. TIPO C.2.

Cossoiros

Trata-se de artefactos cerâmicos de tendência circular com uma perfuração central, utilizados no processo de manufactura da lã e do linho.

Os cossoiros, *verticili* ou fusaiolas, são discos de argila ou de pedra de espessura variável que fazem parte integrante do processo de fiação; ao serem colocados no remate inferior dos fusos conferem-lhes estabilidade (haste alongada, geralmente de madeira, com uma extremidade pontiaguda, rematada por um pequeno volante: designado por cossoiro (Silba e Oliveira, 1999: 633-659).

No Castro de Segóvia, foram recolhidos 27 exemplares de cossoiros de argila, que apresentam morfologias distintas ao nível da secção, bem como a aplicação de diferentes motivos decorativos.

O estudo tipológico dos cossoiros de Segóvia teve por base a classificação por formas geométricas já desenvolvida e adaptada por vários investigadores como Castro Curel (1980: 138), ou De Sus (1986), Silva e Oliveira (1999) entre outros, e mais recentemente Pereira (2013: 682).

Devido ao reduzido número de exemplares, bem como à simplicidade formal identificada, optámos pelo estabelecimento de cinco variantes geométricas que permitem enquadrar o conjunto em estudo.

Neste sentido, os exemplares recolhidos correspondem a peças com diâmetros máximos entre os 3 e os 5 cm, com uma perfuração central com um diâmetro médio de 0,4mm.

Embora a sua funcionalidade não seja questionada, a sua presença em contextos votivos, como o altar pré-romano do Capote (Berrocal Rangel, 1992, 118), ou a presença de exemplares de reduzidas dimensões (com perfurações inferiores a 0,2mm), ou mesmo

sem perfuração (Silva e Oliveira, 1999, 4), sugerem a existência de um outro significado, simbólico ou funcional, cujos contornos transcendem o actual estado dos conhecimentos (Pinto, 2010,324).

Não obstante esta realidade, os exemplares de Segóvia possuem perfurações centrais completas, aparentando ter um uso primário, como peso de fuso.

Quanto à variedade formal, existem cinco formas nas quais se inserem todos os exemplares do nosso conjunto: tronco-cónica, bitronco-cónica, esférica, hemisférica e oval.

Para além da forma e das dimensões outro elemento importante na análise dos cossoiros é o peso. Todos os exemplares foram pesados e o seu peso varia entre as 7 e as 42 gramas, sendo que parece existir três grupos de pesos, um com 34 a 42 gramas, com setes exemplares, um segundo com 22 a 26 gramas, com 8 exemplares, e um terceiro grupo entre os 28 e os 31 gramas, com 9 exemplares, existindo apenas três exemplares com peso inferior a 20 gramas. O intervalo de peso entre os 22 e 26 gramas também foi observado em conjuntos de cossoiros de outro sítios, como Capote (Berrocal Rangel 1994, 209) ou Vaiamonte (Pereira, 2013: 683, podendo indiciar uma característica mais standartizada de fiação.

Em relação ao modo de produção, importa referir que os cossoiros se inserem em produções grosseiras, toscas de âmbito local ou regional, tendo sido possível aferir que alguns exemplares são de produção a molde.

A caracterização da evolução morfológica ou decorativa ao longo da sua produção é difícil de descrever devido à sua longa diacronia, sendo facilmente comparáveis conjuntos de âmbitos cronológicos e culturais distintos, que ainda assim, possuem paralelos formais e decorativos relevantes, como é o caso do Castrejon del Capote (Berrocal Rangel, 1994, 225) e do Castelo da Lousa (Pinto, 2010, 325) ou Vaiamonte (Pereira, 2013), apresentando este último sítio um conjunto muito numeroso, sendo possível estabelecer um paralelo entre as formas de Segóvia e as formas A, C, D, E e H (*Ibidem*: 688-fig, 2).

No Castro de Segóvia, grande parte do conjunto não apresenta qualquer decoração, existindo, contudo, alguns exemplares com decoração incisa, com motivos raiados ou

concêntricos, todos eles com paralelos nos materiais do Capote (Berrocal Rangel, 1994, 438-444).

Nº inventário	Peso 1 (gr)	Peso 2 (gr)	Peso 3 (gr)	Variante	Decoração
2008.61.22	12.37	12	12	Bitroncocónico	Não
2008.61.23	06.54	7	14	Oval	Não
2008.61.13	15.65	16	16	Oval	Não
2008.61.7	21.78	22	22	Hemisférico	Não
2008.61.14	21.80	22	22	Esférico	Não
2008.61.19	21.95	22	22	Hemisférico	Não
2008.61.1	22.30	22	22	Troncocónico	Não
2008.61.21	12.46	12	25	Bitroncocónico	Sim
2008.61.12	25.22	25	25	Oval	Não
2008.61.5	25.23	25	25	Troncocónico	Não
2008.61.2	25.37	25	25	Oval	Não
2008.61.10	26.30	26	26	Troncocónico	Sim
2008.61.16	28.01	28	28	Troncocónico	Não
2008.61.18	28.10	28	28	Troncocónico	Não
2008.61.24	14.53	15	29	Oval	Não
2008.61.20	14.97	15	30	Oval	Não
2008.61.5	29.89	30	30	Oval	Não
2008.61.15	31.13	31	31	Hemisférico	Não
2008.61.6	17.16	17	34	Esférico	Não
2008.61.17	36.64	37	37	Oval	Não
2008.61.8	36.70	37	37	Bitroncoconico	Não
2008.61.9	37.35	37	37	Bitroncoconico	Não
2008.61.13	36.09	36	39	Oval	Não
2008.61.4	38.98	39	39	Oval	Não
2008.61.11	41.57	42	42	Hemisférico	Não
2007.162.23	14	14	28t	Oval	Não
2007.51.402	25	25	25	Hemisférico	Não

Figura 82-Tabela de Pesos e secções dos cossoiros do Castro de Segóvia. Peso 1- peso real da peça em gramas, peso 2 peso estimado e arredondado à grama das peças completas.

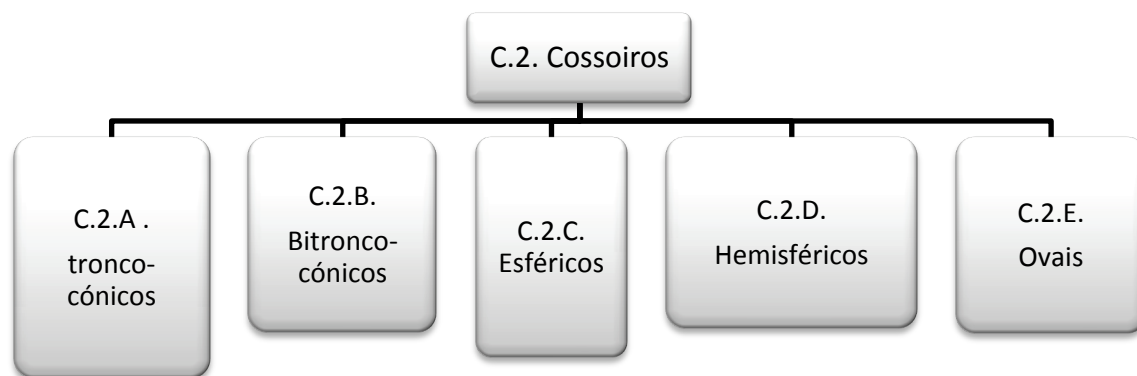


Figura 83-Quadro tipológico do tipo C.2.

Forma C.2.A.

Cossoiros de secção troncocónica

Os cossoiros de secção trococónica estão documentados por cinco exemplares com este perfil. Este tipo apresenta dimensões e peso mediano no conjunto dos cossoiros, sendo de um modo geral mais pequeno e leve que as variantes bitroncocónicas.

Os exemplares do Castro de Segóvia são lisos, com excepção de dois fragmentos (v. Estampa 82-n.3 e est 86-I) com decoração incisa. A decoração da peça n.3 parece ter sido aplicada com um punção de bico. A disposição da decoração é um pouco caótica, sendo apenas identificável o desenho de uma fiada de incisões dispostas na diagonal, aplicadas na base da peça.

O exemplar 9 da estampa 86 apresenta uma decoração com pequenos círculos para a qual lográmos em identificar paralelos muito aproximados nos exemplares do Castelo da Lousa n.20, 23 e 24 (Pinto, 2010) bem como nos do Capote com decorações orladas e estreladas (Berrocal Rangel, 1994,225).

Os perfis são assimétricos, podendo ser arredondados, achatados no topo e base ou apenas no topo.

Os cossoiros troncocónicos são uma forma comum, que corresponde ao tipo C de Vaiamonte (Pereira, 2013: 688) ou ao tipo P1, P2 e K2 do Capote (Berrocal Rangel, 1994: 207).

Forma C.2.B.

Cossoiros de secção bitroncocónica.

Esta forma está representada por cinco exemplares. Três não apresentam qualquer decoração. Uma das peças (v. n.8, estampa 86) contém uma decoração incisa que parece ter sido realizada com um punção de bico. O exemplar n. 6 (v. est 83) corresponde um cossoiro produzido a molde que apresenta uma decoração raiada simples. Trata-se de um motivo decorativo raiado com paralelos nos materiais do Capote (Berrocal Rangel, 1994, 438-444).

Forma C.2.C.

Cossoiros de secção esférica

No Castro de Segóvia, foram identificados apenas dois cossoiros que pertencem a esta variante (v. estampa 83). Trata-se da forma mais rara de todo o conjunto. O exemplar n.9, com perfil completo, não aparenta ter qualquer decoração, embora se encontre fragmentado.

Os paralelos de cossoiros esféricos são igualmente pouco frequentes, tendo sido identificados exemplares na colecção de casa Martins Sarmiento (Silva e Oliveira, 1999:

20), parecendo corresponder ao tipo K1-K3 do Capote (Berrocal, 1994) ou ainda ao tipo A de Vaiamonte (Pereira, 2013: fig.2).

Forma C.2.D.

Cossoiros de secção hemisférica

Os exemplares de secção hemisférica estão mais bem representados do que os da variante anterior, tendo sido contabilizados cinco.

Todas as peças apresentam fracturas e ausência de decoração. Importa aqui sublinhar a proximidade formal existente entre esta variante e a variante C2.A. troncocónica, cuja secção facilmente se pode circunscrever a um semicírculo, tendo em consideração que se trata de peças de produção manual, de pasta grosseira, onde a criação de círculos perfeitos é difícil de conceber sem recurso a um molde.

Assim, as variantes esféricas estão documentadas em Vaiamonte na variante H (Pereira, 2013: fig.2) e na variante K1-K1 do Capote (Berrocal, 1994).

Forma C.2.E.

Cossoiros de secção oval

Os cossoiros de secção oval ou elíptica são os mais frequentes do conjunto, tendo sido identificados 11 exemplares.

Trata-se das peças menos espessas e habitualmente não apresentam qualquer tipo de decoração. Identificámos apenas um exemplar decorado, com uma decoração ponteadada que desenha um círculo incompleto de pontos em torno do orifício central (v. estampa 85 n.15). Corresponde a um dos exemplares mais assimétrico de todo o conjunto, cuja produção manual é bem evidente.

Lográmos identificar um paralelo com um cossoiro decorado do Castelo da Lousa (Pinto, 2010, n.22)

É nos exemplares ovais que se documenta um grande número de peças fragmentadas, o que se deve a uma forma em geral mais fina e menos robusta do que as restantes variantes.

É possível encontrar paralelos desta variante nos mesmos conjuntos das variantes anteriores, sendo que, uma vez mais, se destacam os materiais da variante B de Vaiamonte (Pereira, 2013) e da variante K2 do Capote (1994).

Catálogo de peças ilustradas:

- 2-[2008.61.18](Estampa 82)-Cossoiro da forma C.2.A. Diâmetro máximo 29mm
- 3-[2008.61.10](Estampa 82)-Cossoiro da forma C.2.A. Diâmetro máximo 38mm
- 4-[2008.61.16](Estampa 82)-Cossoiro da forma C.2.A. Diâmetro máximo 40mm
- 5-[2008.61.8](Estampa 83)-Cossoiro da forma C.2.B. Diâmetro máximo 38mm
- 6-[2008.61.21](Estampa 83)-Fragmento de cossoiro da forma C.2.B. Diâmetro máximo 36mm
- 7-[2008.61.22](Estampa 83)- Cossoiro da forma C.2.B. Diâmetro máximo 28mm
- 8-[2008.61.9](Estampa 83)- Cossoiro da forma C.2.B. Diâmetro máximo 41mm
- 9-[2008.61.6](Estampa 83)- Fragmento de cossoiro da forma C.2.C. Diâmetro máximo 35mm
- 10-[2008.61.19](Estampa 84)- Cossoiro da forma C.2.D. Diâmetro máximo 35mm
- 11-[2008.51.414](Estampa 84)- Fragmento de cossoiro da forma C.2.D. Diâmetro máximo indeterminado.
- 12-[1790](Estampa 84)- Fragmento de cossoiro da forma C.2.D. Diâmetro máximo indeterminado
- 13-[2008.61.2](Estampa 84)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 38mm
- 14-[2008.61.12](Estampa 84)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 38mm
- 15-[2008.61.3](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 336mm
- 16-[2008.61.17](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 45mm
- 17-[2008.61.9](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 41mm
- 18-[2008.61.24](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 40mm
- 19-[2008.162.23](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo 44mm
- 20-[2008.61.23](Estampa 85)- Cossoiro da forma C.2.E. Diâmetro máximo indeterminado

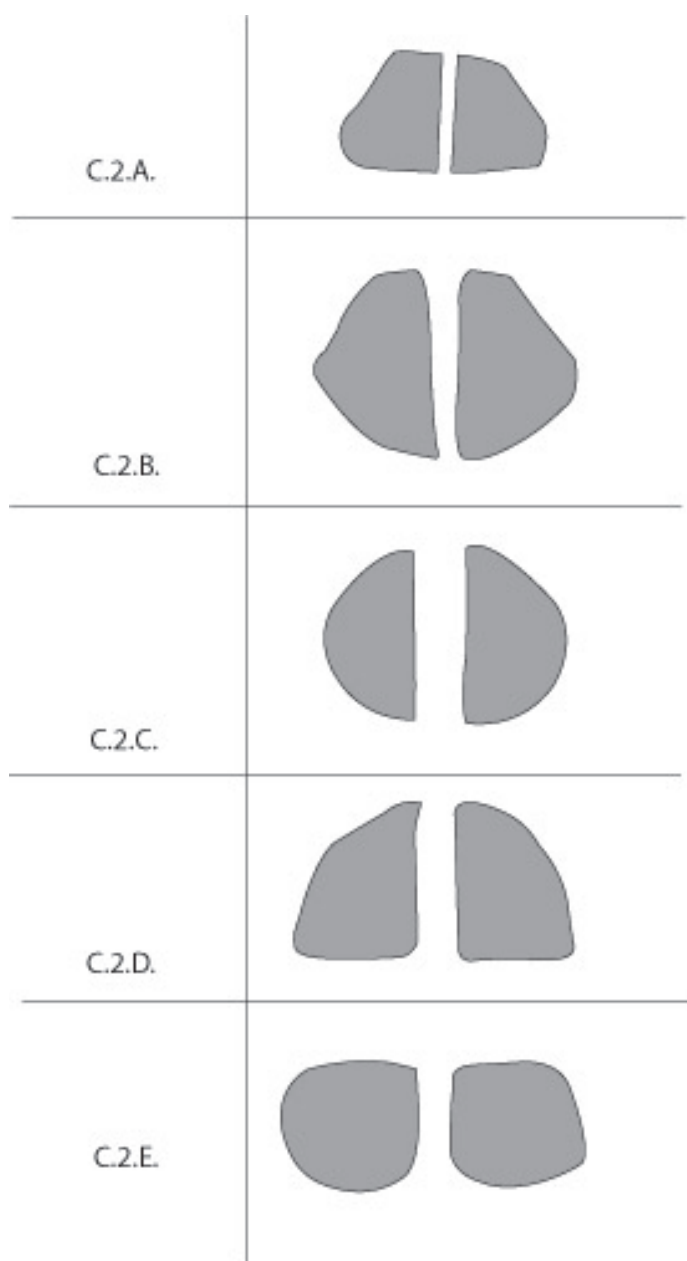


Figura 84 - Quadro síntese formas do tipo C.2.

Comentário

Em primeiro lugar, importa referir que o conjunto de cossoiros de Segóvia não é numeroso quando comparado com os materiais de outros sítios do Alentejo ou Extremadura espanhola, como Vaiamonte, Capote e mesmo Castelo da Lousa.

Por outro lado, os cossoiros de Segóvia parecem corresponder a uma ferramenta utilitária, tendo sido utilizados na sua função primária de fiação, pois todos apresentam um orifício vertical, central e transversal às peças que evidencia acentuadas marcas de desgaste.

A utilização primária destes cossoiros poderá estar relacionada com baixo índice de peças decoradas. Apenas cinco fragmentos (18,5%) apresentam decoração, o que contrasta com o número de exemplares decorados do Capote ou do Castelo da Lousa, que percentualmente correspondem a mais do dobro dos de Segóvia.

Assim, o grupo C.2. parece documentar, inequivocamente, actividades de transformação do linho e da lã em fio, para posterior tecelagem. Esta actividade, dado o número de exemplares recolhidos, parece ser restrita a uma produção local de pequena escala, muito provavelmente para consumo próprio.

Relativamente ao produto manufacturado, desconhece-se evidências de produção de linho no sítio. No que respeita à lã, o estudo da fauna mamalógica recolhida é esclarecedor e evidencia a presença de ovis/capri (Gamito, 1988), sendo possivelmente esta a fonte de matéria prima para fiação.

Por último, importa referir a longa duração destas formas e decorações identificadas em âmbitos cronológicos muito distintos da Idade do Ferro e de época romana, parecendo contudo que as variantes mais finas e ovaladas, bem documentadas no Castelo da Lousa e em Segóvia, poderão corresponder a uma evolução formal de modelos hemisféricos ou troncocónicos já de cronologia romana, dado que esta variante parece ser inexpressiva ou mesmo ausente nos reportórios formais do Capote e de Vaimonte.

7.1.6.4.3. TIPO C.3.

Pesos de rede

Foram recolhidos dois artefactos cerâmicos, em forma de disco circular com uma perfuração central que classificámos, através da análise formal, como pesos de rede.

Os pesos de rede são objectos cerâmicos de tendência circular, maciços com uma ou duas perfurações centrais, destinados à pesca com rede.

Esta técnica, ainda hoje usada nas redes de emalhar, consiste em prender os pesos às extremidades da rede, através da perfuração existente no peso, facilitando a sua submersão. Os pesos permitem que a rede fique esticada e submersa, existindo na extremidade oposta flutuadores, que mantêm a rede esticada à superfície. O peixe, ao passar, fica preso nas malhas da rede, sem se conseguir libertar.

Os vestígios arqueológicos mais evidentes que documentam esta actividade são os pesos de rede, mais frequentes em sítios litorais, como a costa algarvia, por exemplo, em que a pesca desempenha um papel primordial nas actividades económicas (Lourenço, 2010).

A sua presença numa localização interior, como o Castro de Segóvia, terá de ser encarada no âmbito de actividades de pesca fluvial. Neste sentido, a relação de proximidade entre o sítio arqueológico e a ribeira do Caia é fundamental para compreender a presença, embora em número reduzido, destes artefactos no sítio.

Lamentavelmente, não existem outros dados passíveis de serem relacionados com esta actividade, não tendo sido recolhidos restos de fauna ictiológica ou malacológica, nem artefactos metálicos relacionados com a actividade pesqueira, como anzóis.

O facto de estes pesos não possuírem contexto de recolha também não permite relacionar esta actividade com alguma fase concreta de ocupação sítio, atestando-se apenas a sua existência.

Em Segóvia, os pesos identificados apresentam duas tipologias distintas:

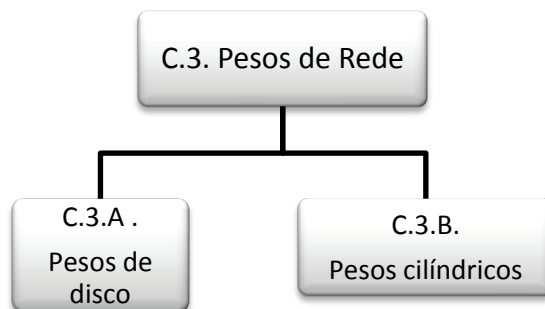


Figura 85-Quadro tipológico do tipo C.3.

Forma C.3.A

Peso de disco

Um fragmento de um peso com 12,4 cm de diâmetro e um orifício central com 3 cm diâmetro constitui o único exemplar recolhido de peso de rede discoidal (v. est. 87, n.1).

Trata-se de um fragmento leve, de grande diâmetro e pouca espessura (27mm) para o qual não lográmos em identificar paralelo. Contudo, a sua morfologia e peso sugerem tratar-se de um elemento de rede de pesca.

Forma C.3.B

Peso cilíndrico

O fragmento número 2 corresponde a um peso de rede cilíndrico com 9,3 cm de diâmetro máximo e 6,3 cm de altura. Esta forma corresponde ao Tipo III de Monte

Molião, forma rara associada a contextos romanos imperiais do sítio (Lourenço, 2010). Também no Castelo da Lousa se documentaram formas análogas, mais ovaladas, com perfis um pouco mais estreitos (Pinto, 2010: n.2. e 3).

Embora o exemplar de Segóvia não apresente contexto de recolha, pelos paralelos estabelecidos parece tratar-se de uma forma produzida durante a ocupação romana.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[973](Estampa 87)-Peso da forma C.3.A. Diâmetro máximo 126mm

2-[1017](Estampa 87)-Peso da forma C.3.B. Diâmetro máximo 92mm



Figura 86- Quadro síntese de formas do tipo C.3.

Comentário

No actual território português, a utilização de pesos de rede remonta pelo menos ao século VIII a.C. e está relacionada a uma ocupação orientalizante de sítios litorais e estuarinos, como Castro Marim e Tavira e surgem habitualmente associados a uma panóplia de artefactos cerâmicos e metálicos, bem como faunísticos que documentam a pesca e consumo de peixe por parte destas populações (Lourenço, 2010: 20).

Alguns investigadores alegam uma utilização multiusos entre a forma clássica dos pesos de tear com uma perfuração e os pesos de rede. O principal argumento em defesa desta teoria parte do pressuposto que seriam necessárias duas perfurações num peso de tear para viabilizar a sua utilização em actividades de tecelagem; contudo estão documentados inúmeros conjuntos de pesos com uma perfuração, em localizações interiores, onde não se regista qualquer actividade pesqueira (vilas romanas).

No caso do Castro de Segóvia parece verosímil aceitar que os pesos de tear, descritos no ponto C.4. pudessem ter sido utilizados noutras actividades. Em todo o caso o número de pesos é inexpressivo e uma proposta de utilização multi-usos carece de dados arqueológicos.

Em todo o caso a presença destes pesos é uma evidência de pesca com rede, actividade corrente no Mediterrâneo a partir de época clássica, documentada através da iconografia (Ponsich, 1988: 33). Conhecem-se várias técnicas de pesca com rede, a maioria das quais implica a utilização de embarcações e de redes de grande dimensão para arrasto. No caso de Segóvia, tendo em conta as dimensões do rio Caia, parece-me que a utilização de uma rede de mão seria o mais provável. Esta técnica também designada por “*hypoché*” consistia na utilização de uma rede de mão, que permitia a captura de pequenos peixes e bivalves (Maganto, 1992: 230).

7.1.6.4.4. TIPO C.4.

Pesos de tear

No Castro de Segóvia, foram recolhidos sete pesos de tear, quatro bordos, um perfil completo e duas peças inteiras.

Trata-se de paralelepípedos manufacturados em cerâmica, maciços, que habitualmente apresentam uma ou duas perfurações na zona superior.

Estes pesos serviam para actividades de tecelagem, processo que se seguia à fiação da lã e do linho. Os pesos cerâmicos eram utilizados para esticar, verticalmente, a teia do tear. Deste modo, o tear vertical de pesos é presença constante desde o Calcolítico (Costeira, 2010, 22), tendo sido utilizado desde a Pré-história.

Os processos de tecelagem são assim documentados indirectamente através dos pesos de tear, dada a perecibilidade das estruturas de tear, feitas de madeira (Alarcão, 2004, 69).

A evolução tipológica deste artefacto é lenta e pouco expressiva ao nível da forma. Em contextos pré-históricos este objecto assume a forma de placa ou de cubo com duas ou quatro perfurações, havendo ainda casos em forma de crescente (Costeira, 2010).

Em contextos Proto-históricos, os pesos de tear assumem uma nova forma paralelepipedica, possuindo habitualmente uma ou duas perfurações na parte superior.

Ao nível formal, os pesos mantêm características semelhantes ao longo da ocupação romana, sendo morfologicamente indistintos quando comparados com pesos de tear da Idade do Ferro.

O funcionamento do tear vertical de pesos é um processo simples e funcional, consistindo numa armação, na qual eram esticados os fios da teia, pares num lado e ímpares no outro, que eram mantidos esticados pelos pesos. Não existia um peso para cada fio da teia, mas vários fios pares prendiam-se a um peso e vários fios ímpares a outro (Alarcão, 2004, 70).

Neste sentido, é importante que o peso deste artefacto seja suficiente para manter os fios esticados sem os partir, sendo por isso importante a presença de uma ou várias perfurações.

No Castro de Segóvia, os pesos provêm de recolhas de superfície ou dos níveis de abandono da última fase de ocupação, não sendo possível atribuir qualquer cronologia através do contexto de recolha.

Não obstante a amostra de pequena dimensão, foi possível observar a presença de duas formas distintas:

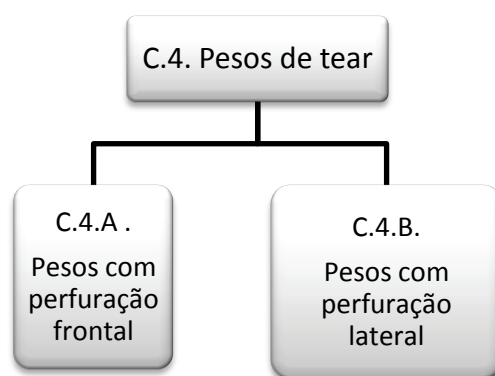


Figura 87- Quadro tipológico do tipo C.4.

Forma C.4.A.

Pesos com perfuração frontal

Corresponde a três fragmentos de pesos paralelepípedicos, com dupla perfuração frontal. Trata-se de uma forma pouco comum em contextos romanos, representando a forma menos abundante no Castro de Segóvia.

No Castelo da Lousa, os dados sugerem que esta forma tenha convivido com a C.4.B. (Pinto, 2010), podendo corresponder as diferentes morfologias a teares ou gramagens de lã diferenciadas.

A falta de contexto dos exemplares de Segóvia não permite atestar se as formas são contemporâneas no sítio.

Forma C.4.B.

Pesos com perfuração lateral

Quatro exemplares (v. estampa 87) correspondem a pesos paralelepípedicos com perfuração lateral. Trata-se de peças ligeiramente maiores e mais pesadas que a forma C.4.A., podendo corresponder a teares de distintas dimensões. Esta forma apresenta paralelo nas formas 3 e 4 Castelo da Lousa, sítio que regista um total de 23 exemplares (Pinto, 2010). Este é um tipo de peso comum em contextos romanos estando igualmente representado em Conímbriga (Alarcão e Etienne, 1979, est LXIII e LXIII).

Dada a existência de uma amostra tão pequena e fragmentada, revelou-se igualmente infrutífero realizar uma análise comparativa do peso real destes objectos.

Catálogo de peças ilustradas:

3-[1018](Estampa 87)-Peso da forma C.4.A.

4-[2007.51.247](Estampa 87)-Peso da forma C.4.A. ?

5-[2007.162.171](Estampa 87)-Peso da forma C.4.B.

6-[5148](Estampa 87)-Peso da forma C.4.B.

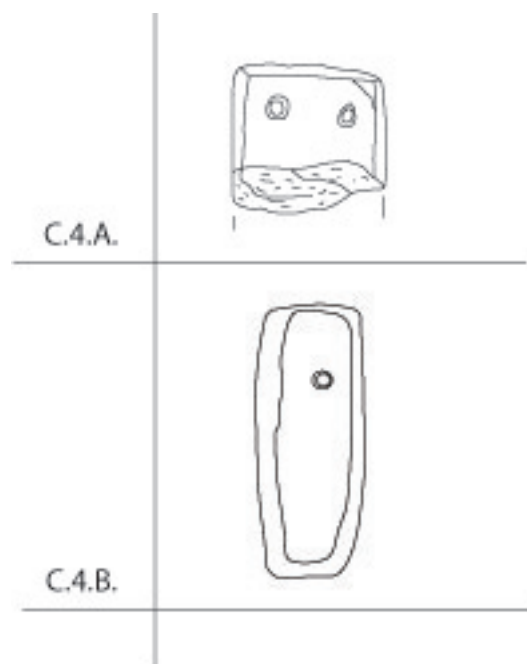


Figura 88 - Quadro síntese formas do tipo C.4.

Comentário

Resta apenas referir que a presença de pesos de tear, cossoiros e de restos de fauna mamalógica de *ovis/capri* sugerem como, já foi referido, a produção local de lã.

Neste sentido, a presença de pesos de tear é um testemunho incontornável da existência de teares verticais, também designados de teares de pesos, estando ausente as variantes piramidais identificadas em distintos locais como Conímbriga ou Castelo da Lousa.

As reduzidas dimensões deste conjunto de pesos e a ausência de contextos estratigráficos seguros não permite outras leituras sobre a presença de variantes com dupla perfuração ou a ausência de perfis piramidais.

7.1.6.5. TIPO C.5

Marcas de jogo

Foram recolhidos sete fragmentos de bojo de recipientes cerâmicos de forma circular que apresentam as arestas boleadas, sugerindo tratar-se de marcas de jogo.

As peças apresentam um diâmetro inferior a 5cm, correspondem a bojos de cerâmica comum de produção manual e a torno. Surgem sempre associadas à última fase de ocupação do sítio.

As marcas de jogo eram utilizadas em jogos de tabuleiro que foram introduzidos na Península Ibérica pelos romanos.

Assim, as marcas de jogo são elementos frequentes em contextos romanos imperiais no extremo ocidente peninsular, sendo o testemunho mais frequente destas actividades lúdicas.

Existindo vários distintos jogos de tabuleiro, são três aqueles utilizam marcas de jogo: o *duodecim scripta* ou *ludus XII scriptorum* (Ponte, 2008, 20), o jogo do soldado ou *ludus latruncularum* e o jogo do moinho ou *tabulae lusoriae* (*Ibidem*, 21-22).

Catálogo de peças ilustradas:

7-[2007.51.1157](Estampa 87)-Marca de jogo forma C.5..Diâmetro 28mm

8-[5177](Estampa 87)-Marca de jogo forma C.5..Diâmetro 33mm

7.1.7. Os grafitos

No decorrer da análise da cerâmica comum de produção local, identificámos um conjunto de grafitos que importa analisar mais detalhadamente.

Os grafitos são muito raros no Castro de Segóvia, surgindo apenas sobre fundos de cerâmica comum de produção local ou regional. Correspondem a um total de três grafitos.

As peças que apresentam esta marcação são taças do tipo A.1.A.1., um fundo de um copo/potinho da forma B.2.B. e um fundo de um grande recipiente de forma fechada do tipo B.6.

1. Grafito em forma de X realizado ante cozedura. Trata-se de uma marca de produção associada, muito provavelmente, ao processo de fabrico

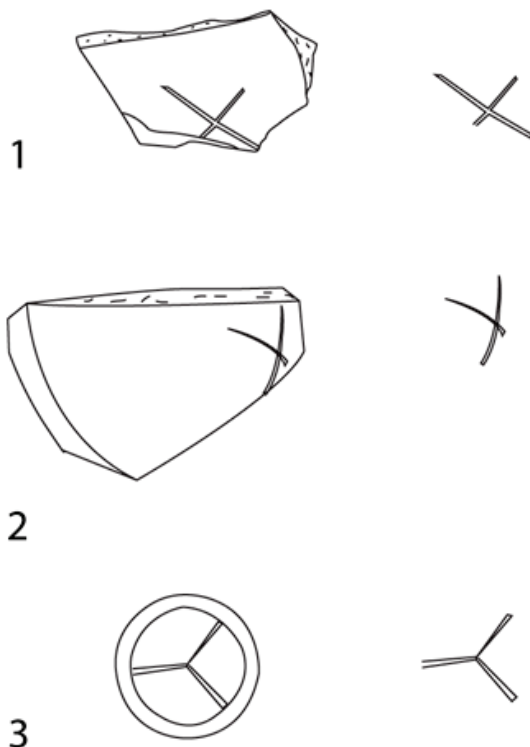


Figura 91- Grafitos do Castro de Segóvia

2. Grafito em forma de X realizado pós-cozedura. Trata-se de uma possível marca de propriedade associada à utilização do recipiente.

3. Grafito em forma de Y realizado pós-cozedura. Trata-se de uma possível marca de propriedade associada à utilização do recipiente.

7.1.8. A cerâmica comum do Castro de Segóvia : Síntese tipológica

A cerâmica comum do Castro de Segóvia é constituída por peças de produção a torno, manual e manual polida e está sub-dividida em formas abertas, fechadas e outras peças.

A tipologia da cerâmica comum apresenta um repertório formal bastante diversificado, com um total de 19 tipos: sete pertencem às formas abertas, sete às formas fechadas e cinco a outras peças.

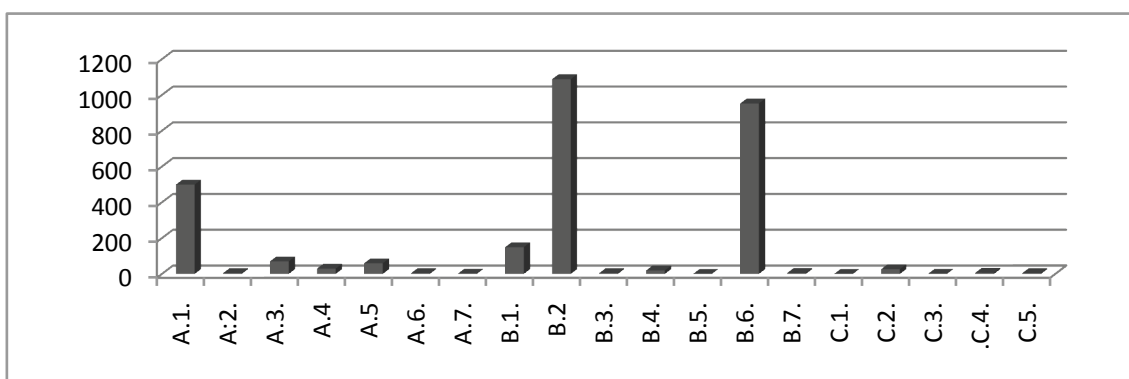


Figura 89-Gráfico das formas de cerâmica comum no Castro de Segóvia.

O gráfico apresentado revela um claro predomínio das formas fechadas, em particular dos potes-panela e grandes recipientes de armazenagem, situação análoga à verificada em outros locais do Alentejo, como o Castelo da Lousa (Pinto, 2010), os níveis fundacionais de Mesas do Castelinho (Estrela, 2010); mas também registada noutras regiões como no Capote (Berrocal Rangel, 1994) ou em Lisboa (Sousa, 2011, 291)

Esta situação recorrente em sítios com distintos horizontes cronológicos balizados na segunda metade do I milénio a.C. parece corresponder à escassez ou mesmo à total ausência de contactos directos com o mundo mediterrâneo, correspondendo a formas indígenas de perfil em S à maior percentagem de recipientes identificados.

Neste sentido, importa referir que análogos horizontes cronológicos de sítios com localização mais meridional, implantados em zonas costeiras ou estuarinas, apresentam um registo artefactual muito distinto, com predomínio de formas abertas de tipo taça ou

tigela. Claro exemplo desta realidade são os conjuntos cerâmicos de Castro Marim e de Faro (Sousa, 2009: 89).

Deste modo, parece que o catalizador das semelhanças formais entre conjuntos cerâmicos de sítios localizados em distintas regiões é a sua implantação mais setentrional, numa faixa compreendida entre a Estremadura portuguesa e a Extremadura espanhola, passando, naturalmente, pelo Alentejo.

Neste sentido, cabe ainda referir que, a par da representação das formas fechadas, uma das principais assimetrias entre esta faixa do Alentejo/"Estremaduras" e o Algarve é o predomínio, no primeiro grupo, das produções locais ou regionais e, no segundo, de cerâmicas importadas (Sousa, 2009).

Pretende-se assim sublinhar a marcada tradição indígena patente no Castro de Segóvia que se manifesta ao longo de toda a diacronia de ocupação. Esta tendência não é estrita de um universo local, ou mesmo regional, mas corresponde a uma área mais abrangente, cuja característica comum é estar à margem da rede de contactos comerciais do mundo mediterrâneo.

Deste modo, a forte presença de produções manuais, toscas ou polidas, registada em Segóvia evindencia uma vez mais uma continuidade das tradições locais e de modos de fazer cerâmica que remontam ao Bronze Final.

Neste sentido, importa referir a presença de um conjunto de formas de tradição do Bronze final, como as taças carenadas, vasos à cardon, e formas de perfil hemisférico ou globular, algumas das quais associadas aos níveis mais antigos do sítio, colocam a hipótese de existência de uma ocupação do Bronze Final no cabeço, anterior à primeira fase de edificação de estruturas.

A escassez de dados não permite desenvolver esta proposta, sendo claro pela análise da cerâmica que a ocupação da Idade do Ferro é tardia, datável entre finais do século IV a.C./sec. III a.C., e está associada à primeira fase urbanística de planta quadrangular do sítio, tendo ocorrido uma (re)ocupação neste momento.

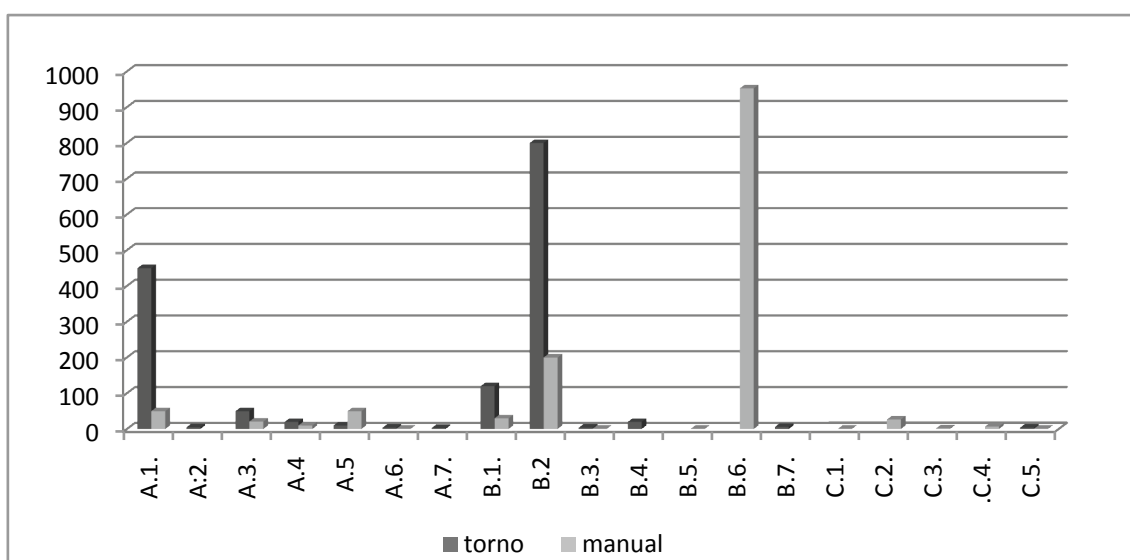


Figura 90- Distribuição de produções a torno e manuais pelos tipos de cerâmica comum identificados no Castro de Segóvia.

As produções manuais estão presentes nas taças, taças carenadas, malgas, tampas, alguidares, no que respeita às formas abertas, bem nos tipos copo/potinho, pote/panela, vasos à chardon, queimadores e grandes recipientes, correspondendo a 49% das produções.

Naturalmente, que uma parte significativa destas produções manuais corresponde a peças montadas a rolo, que integram o grupo dos grandes recipientes, e cuja técnica de produção se mantém até épocas posteriores.

Em todo o caso, a percentagem de produções manuais e a presença dominante de fabricos locais sugerem um universo fechado de produção e consumo, com uma dimensão restrita familiar ou supra familiar, como já foi proposto anteriormente para a designada área céltica do actual território português (Fabião, 1999, 65).

A pequena quantidade de intercâmbios de âmbito regional ou supra regional, que ocorreu esporadicamente ao longo de toda a ocupação do sítio, materializou-se numa repetição de formas de produção local durante longos períodos de tempo.

O reflexo claro dessa repetição formal manifesta-se particularmente nalguns tipos cerâmicos, como o A.1.A. taças/tigelas de perfil simples, que parece corresponder a uma forma de tendência hemisférica, com uma clara continuidade de morfologias de tradição anterior. Também a forma B.2.B. apresenta uma considerável repetição, com

pequenas variações ao nível do bordo. Em ambas, regista-se um longo período de produção, sendo difícil aferir variações formais com um significado cronológico estrito, documentando-se apenas tendências gerais e pormenores evolutivos, como por exemplo os "pés de bolacha", cujos horizontes cronológicos são imprecisos e difíceis de caracterizar.

Não obstante, regista-se a presença de algumas formas exógenas que, embora minoritárias, rompem com os padrões formais instituídos, como os pratos ou as bilhas. Estes, de clara feição mediterrânea, surgem em Segóvia num momento já avançado da sua ocupação, no qual se regista um pequeno, mas significativo, número de peças importadas de proveniência itálica e Bética.

Deste modo, a cronologia da cerâmica importada identificada é contemporânea destas produções, pelo que parece ter sido este o veículo de chegada de novas formas e ideias que embora se materializem apenas numa pequena percentagem de materiais importados, apresentam um reflexo directo nas produções locais, com imitações de taças, pratos e copos inspiradas em protótipos forâneos de cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* e cerâmica de cozinha itálica.

Esta tendência, embora revele algum interesse por estas novas formas, não traduz, necessariamente uma alteração dos hábitos alimentares da população que habitava no Castro de Segóvia. Deste modo, parece que típica dieta mediterrânea, com um significativo consumo de sólidos em recipientes de tipo prato, não foi adoptada por esta comunidade. Neste sentido, refira-se ainda a raridade dos almofarizes e de formas típicas de tacho/panela que revelam, até aos níveis de abandono do sítio, um baixo grau de “aculturação” às tradições romanas.

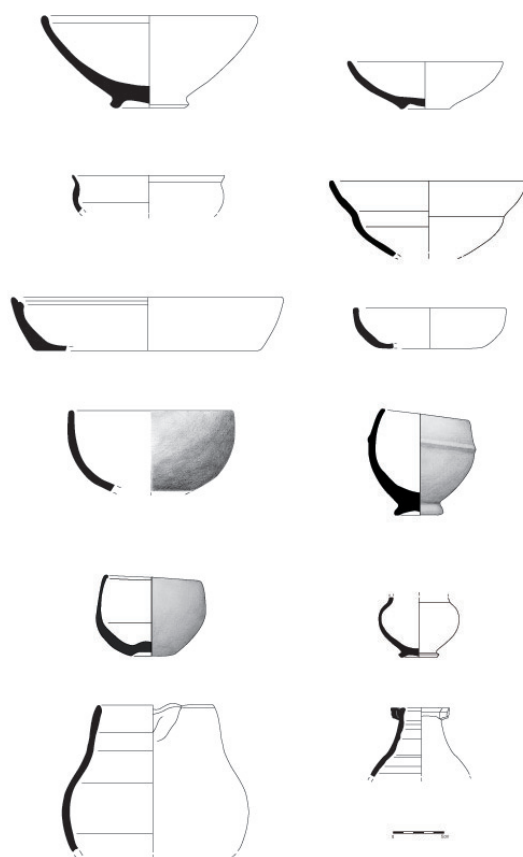


Figura 91- Recipientes de mesa de cerâmica comum do Castro de Segóvia.

Deste modo, a cerâmica de mesa é constituída maioritariamente por taças/tigelas que serviriam de prato e possivelmente malgas de média dimensão em cerâmica manual polida. No que respeita às formas fechadas, os copos/potinhos correspondem a recipientes de beber e os líquidos deveriam ser servidos em jarros ou bilhas.

As formas de cozinha e preparação de alimentos são talvez o grupo funcional mais difícil de definir, sendo composto por potes/panela, tampas, alguidares, malgas e almofarizes, sendo aqui também incluídas formas multiusos, como a taça/tigela, quer na sua possível utilização de preparação de alimentos ou na dupla funcionalidade de taça/tampa.

Os recipientes de armazenamento correspondem a potinhos, potes e talhas de diferentes dimensões, existindo formas ovóides ou globulares de bordo simples. Mas os perfis em S são dominantes no conjunto em qualquer um dos tamanhos observados.

Importa ainda referir a presença de recipientes de transporte e armazenamento tipo B.7., constituído por ânforas, barris e suportes, podendo todas estas formas integrarem o grupo dos recipientes de armazenamento.

Dos tipos identificados, há duas formas cuja associação funcional não é linear: os vasos à chardon que poderão corresponder a um recipiente de mesa ou de armazenamento; o queimador, exemplar único de uma categoria funcional que poderá estar relacionada com o também único elemento coroplástico recolhido no sítio, evocando a presença de artefactos com utilização ritual/votiva.

Por último, no conjunto recolhido, os tipo C.2 a C5 documentam actividades de pesca e transformação de linho ou da lã, de pequena dimensão, muito provavelmente para consumo interno.

7.2. A cerâmica pintada em bandas.

7.2.1. Questões Prévias

Trata-se de cerâmica de produção a torno, que se caracteriza pela aplicação de bandas, frisos ou círculos concêntricos, entre outros, pintados nas paredes dos recipientes.

Corresponde habitualmente a peças com pastas depuradas, de cozedura oxidante, com grande qualidade, revestidas por uma aguada ou engobe de coloração distinta da pasta e rematadas pela aplicação de uma decoração pintada de cor castanha, vermelha ou negra.

No momento da separação dos materiais cerâmicos por categorias, hesitamos quanto à sua inclusão nas cerâmicas comuns de produção local/regional.

Por um lado, o seu evidente carácter local ou regional e os tipos identificados aproximavam este grupo cerâmico ao das cerâmicas comuns, por não possuir nenhum elemento diferenciador no seu modo de produção.

Terá sido provavelmente esta a razão pela qual outros investigadores terão “compilado” estas duas cerâmicas, assumindo que se trata apenas de cerâmica comum decorada (Sousa, 2011, Pinto, 2010).

Contudo, tendo em consideração a realidade em apreço, julgámos essencial a sua análise individualizada. O Castro de Segóvia, ao contrário de outros sítios litorais e estuarinos do actual território português, possui um significativo acervo de cerâmica comum de produção local cuja principal característica são os fabricos grosseiros de pastas pouco depuradas com grandes elementos não plásticos, que lhe conferem um aspecto tosco e rugoso, sendo na maioria das vezes impossível determinar se estamos perante um fabrico manual ou a torno.

Neste sentido, o conjunto de cerâmicas pintadas em bandas destaca-se claramente, por se tratar de uma produção exclusivamente a torno, de cozedura oxidante, com pastas depuradas de qualidade superior à cerâmica comum do sítio.

Para além destes elementos, salienta-se a aplicação de uma aguada de cor bege ou castanha, que reveste a totalidade dos recipientes, inexistente na maioria dos exemplares de cerâmica comum.

De um modo geral, a produção de cerâmica pintada em bandas é endógena à Península Ibérica, apesar de refletir motivos derivados das produções fenícias do oriente, também conhecidas por cerâmica bichrome (Torres Ortiz, 2002: 148). Este tipo de decoração foi largamente difundido no mundo Ibérico, a partir da fase final do período orientalizante.

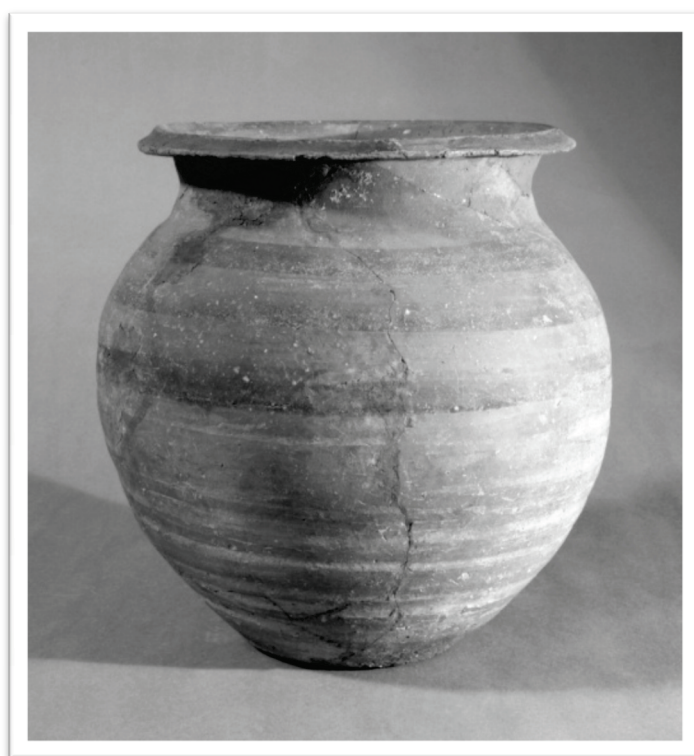


Figura 92- Pote inteiro da forma B.1.A,

Funcionalmente, trata-se de recipientes de transporte e armazenagem, como ânforas e *pithoi*, bem como elementos do mundo funerário de tipo urna "cruz del negro" ou mesmo vasos à "Chardon" (Torres Ortiz, 2002: 149).

Num momento inicial, um cariz votivo e ritual foi associado à utilização destas cerâmicas. Contudo, as amplas balizas cronológicas que esta cerâmica possui e a difusão e disseminação de centros produtores dão origem a uma utilização mais diversificada, que resulta na produção de outras formas do serviço de mesa, como os pratos e as tigelas.

A cerâmica pintada em bandas é conhecida desde o final do século XIX através das escavações de Bonsor (1899) nos Alcores de Carmona, tendo sido alvo de diversos estudos e publicações (Carriazo, 1973).

É Pellicer (1962) quem elaborou o primeiro estudo em que se sistematizaram as produções de cerâmica pintada, através da criação de círculos regionais de produção, incluindo indistintamente materiais orientalizantes e ibéricos, valorizando sempre a matriz orientalizante destas cerâmicas.

No âmbito do estudo da cerâmica pintada em bandas, é referência incontornável o trabalho conjunto de M. Belén Deamos e J. Pereira (1985). Trata-se de um esboço tipológico sobre a cerâmica pintada na Andaluzia num período compreendido entre o século VIII a.C. e o século III a.C.

Não obstante a sua origem, a cerâmica pintada constitui um elemento caracterizador do chamado Ferro II e é frequente na Extremadura e Andaluzia espanholas, regiões que apresentam grandes afinidades ao nível das formas documentadas, bem como na técnica decorativa utilizada (Pereira Sieso, 1988-89).

No Castro de Segóvia, este tipo cerâmico, embora bem representado, não é abundante. Num total de 48 fragmentos, identificaram-se 39 indivíduos (NMI). Deste modo, num universo de mais de 500 fragmentos decorados, a pintura é, sem dúvida, uma das técnicas com menor visibilidade e tradição local, como aliás parece verificar-se noutros locais com análoga cronologia e cultura material como, por exemplo, o Capote (Berrocal Rangel, 1994: 135) ou o Castelo da Lousa com 19 fragmentos com decoração pintada (Pinto, 2010).

No Castro de Segóvia, o repertório formal é bastante vulgar e pouco diversificado, estando representadas apenas três formas distintas: tigelas, pratos e potes. A análise dos elementos pintados permitiu concluir estarmos perante um baixo nível de complexidade e variedade decorativa. A pintura é sempre monocromática, na maioria dos casos com tonalidades vermelhas ou castanhas, registando-se apenas um fragmento com pintura negra.

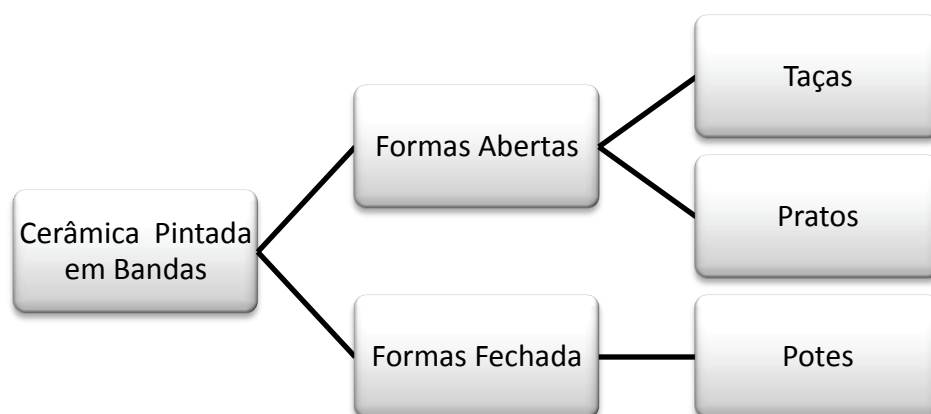


Figura 93- Quadro tipológico da cerâmica pintada em Bandas.

Com exceção do exemplar nº27 (v. estampa 92), que apresenta uma decoração de círculos concêntricos, todos os outros fragmentos apresentam bandas aplicadas sobre o bordo ou paredes do recipiente, não se registrando qualquer outro tipo de decoração.

É curioso assinalar que no Castro de Segóvia, tal como no Capote, não se regista o cruzamento de técnicas decorativas, como estampilhas e bandas (Berrocal Rangel, 1994, 137), elemento que está presente noutros locais do território português, nomeadamente em Garvão (Beirão *et al.*, 1985).

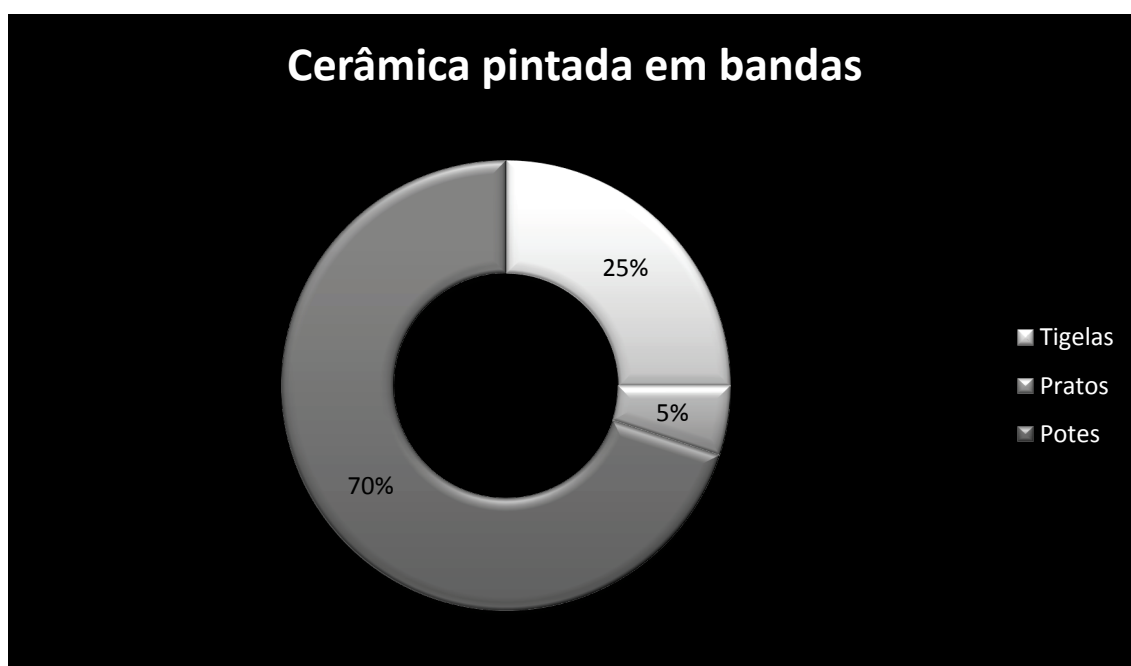


Figura 94- Distribuição percentual das formas de cerâmica pintada em bandas.

Há um claro predomínio das formas fechadas tipo pote sobre as formas abertas tipo prato ou tigela. Deste modo, de um ponto de vista funcional, as formas são maioritariamente de armazenamento, cerca de 70%, sendo as restantes de mesa.

O esboço tipológico que agora apresentamos segue a mesma estrutura utilizada para a cerâmica comum, dividindo-se em grupos de formas abertas e fechadas, tipos e variantes.

7.2.2. Formas Abertas

7.2.2.1. TIPO A.1.

Taças/Tigelas

Forma hemisférica de perfil simples, sem separação visível entre o bordo e a parede. Corresponde à forma *A.1.a.1. Taças-tigelas de bordo simples de cerâmica comum*. O diâmetro e altura dos recipientes são idênticos aos das taças/tigelas de cerâmica comum.

Não foi recolhido nenhum perfil completo desta forma, pelo que não possuímos informação sobre os fundos, que, de acordo com as restantes taças/tigelas recolhidas, poderão ser planos ou anelares.

Identificámos um total de nove fragmentos de cerâmica pintada em bandas. A decoração consiste na aplicação de uma, duas ou três bandas sobre o bordo, de cor vermelho, vermelho-acastanhado ou negro (v. estampa 88). Importa ainda referir que há um fragmento com uma banda pintada a negro na superfície externa, único no conjunto.

Nas taças, a pintura é habitualmente aplicada na face interna para se tornar mais visível ao utilizador, recobrindo por vezes o topo do bordo.

Contudo, três dos exemplares apresentam bandas sobre a face externa, tornando-se difícil observar a pintura se utilizarmos este recipiente como taça.

Esta observação permitiu colocar a hipótese de se tratar de uma tampa ou taça/tampa (estampa 88, n.7-9), embora morfologicamente se trate de formas idênticas.

No que respeita às dimensões, as taças apresentam tamanhos muito variáveis com diâmetros compreendidos entre os 10,4 cm e os 28,2 cm. Contudo, a maioria dos exemplares apresenta diâmetros médios entre os 14 cm e os 19 cm.

Esta forma de bordo simples é bastante frequente em contextos tardios da Idade do Ferro e de época romana republicana no extremo ocidente peninsular, existindo inúmeros paralelos na Andaluzia, como no Cerro Macareno (Pellicer, 1983), em Cástulo (Blasquez e Valiente, 1981), em Pajar de Artillo, Itálica (Luzón, 1973), e na Extremadura espanhola, com o Capote (Berrocal Rangel, 1994). No território português, regista-se em locais como Castro Marim (Arruda, 2000; Gomes e Arruda, 2013:fig 4 e 5) , Monte Molião (Bargão, 2008) , Faro (Sousa, 2009), mas também em Mesas de Castelinho (Estrela, 2010: est 18-n.3991) e no Castelo da Lousa (Pinto, 2010).

Tal como as taças de bordo simples de cerâmica comum, esta forma possui uma longa cronologia de produção e reduzida variação formal, estando documentada em contextos datáveis entre os séculos IV e I a.C.

Por último, no que respeita aos contextos de recolha uma parte dos exemplares foram recolhidos em níveis superficiais, surgindo os restantes em estratos de aterro, associados à Fase 2. Destaca-se a recolha de um exemplar na U.E. [14] da sondagem 1 da escavação 2009, que corresponde a um nível, com abundante cerâmica de armazenagem, de cronologia romana. Não se documentou esta forma em associação à fase mais antiga de ocupação do sítio.

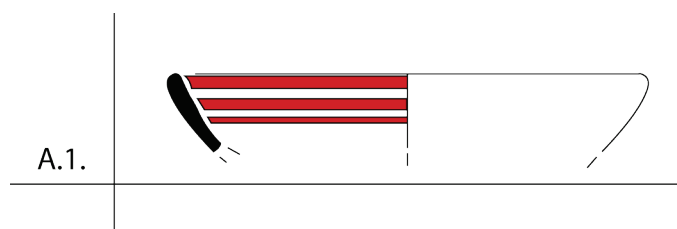


Figura 95 - Forma A.1. Cerâmica pintada em Bandas.

Catálogo de peças ilustradas:

1-[4722](Estampa 88)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha na face interna da forma A.1.Diâmetro 174mm

2-[1462](Estampa 88)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha na face interna da forma A.1.Diâmetro 282mm

3-[2007.51.1946](Estampa 88)-Fragmento de bordo com duas bandas vermelhas na face interna da forma A.1.Diâmetro 102mm

4-[2007.51.1473](Estampa 88)-Fragmento de com duas bandas vermelhas na face interna da forma A.1.Diâmetro 141mm

5-[1580](Estampa 88)-Fragmento de bordo com três bandas vermelhas na face interna da forma A.1.Diâmetro 180mm

6-[1461](Estampa 88)-Fragmento de bordo com três bandas vermelhas na face interna da forma A.1.Diâmetro 192mm

7-[2007.51.707](Estampa 88)-Fragmento de bordo com três bandas vermelhas na face externa da forma A.1.Diâmetro 150mm

8-[2007.51.1800](Estampa 88)-Fragmento de bordo com banda negra na face externa da forma A.1.Diâmetro 189mm

9-[2007.51.376](Estampa 88)-Fragmento de bordo com três bandas castanhas na face externada forma A.1.Diâmetro 186mm

7.2.2.2. TIPO A.2.

Pratos

Os pratos são a forma menos representada, tendo sido possível identificar apenas quatro exemplares, que apresentam perfis esvertidos, paredes finas e uma banda vermelha sobre o bordo. Possuem diâmetros compreendidos entre os 18 cm e os 24,3 cm.

A forma está ausente do repertório da cerâmica comum, dado que todos os pratos são já de tradição romana inspirados em formas itálicas. Neste sentido, poder-se-á considerar

que se trata, a par dos exemplares de cerâmica cinzenta, dos únicos pratos de tradição indígena identificados no sítio.

Estes pratos correspondem à variante II G de Escacena (1986) e à forma 5 de Luzón em Pajar del Artillo, Itálica (1973), estando presentes em muitos outros locais como Cerro Macareno e Niebla, por exemplo (Pereira, 1988).

Elemento formal a sublinhar é a presença de um lábio de tendência horizontal. De acordo com Escacena, esta forma corresponde ao tipo II-A e é característica de ambientes cronológicos mais tardios (Escacena, 1986).

Esta forma apresenta ligeiras variações formais ao nível do bordo, com paralelos no Baixo Alentejo, em Mesas do Castelinho (Estrela, 2010, fig 17-17), no território algarvio, em Monte Molião, Lagos (Bargão, 2008, Fig. 11, 1-2) e em Castro Marim (Gomes e Arruda, 2013: fig.6 forma 1.2), bem como na Andaluzia em Pajar del Artillo, Itálica (Luzón, 1973: Lám. X, A) e Sevilla (García Fernández e González Acuña, 2007: Lám. 3), estando bem documentada em contextos do século IV a II a.C.

O contexto de recolha não é muito esclarecedor, uma vez que ambos os exemplares foram recolhidos no nível 2 do sector B, e estão associados à fase 2.

Deste modo, não obstante a tradição indígena desta forma, não há qualquer indicador claro que registe a utilização de pratos na primeira fase de ocupação, assumindo-se assim a convivência desta forma com importações romanas.

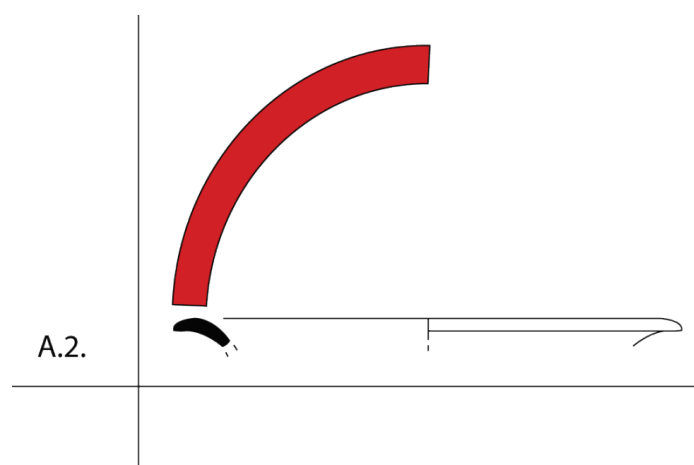


Figura 96- Forma A.2. Cerâmica pintada em Bandas.

Catálogo de peças ilustradas:

10-[2007.51.241](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma A.2.Diâmetro 204mm

11-[2007.51.809](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma A.2.Diâmetro 243mm

12-[E007](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha forma A.2.Diâmetro 180mm

13-[2007.51.1697](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma A.2.Diâmetro 204mm

7.2.3.Formas Fechadas

7.2.3.1. TIPO B.1.

Potes.

A parte mais expressiva do conjunto de cerâmica pintada em bandas é constituída por recipientes fechados de perfil em S, com bocais tendencialmente esvertidos e fundos planos, que designámos por potes.

Esta terminologia está relacionada com a sua funcionalidade. Recorde-se que nos exemplares de cerâmica comum é por vezes difícil proceder a uma separação categórica entre potes e panelas. Contudo, nos exemplares de cerâmica pintada em bandas considerámos tratar-se de recipientes de armazenamento de alimentos sólidos ou líquidos.

A presença de aguadas e de pintura na face externa não se coaduna com a sua inclusão no universo das cerâmicas de cozinha, pois não estão adaptados a uma exposição ao fogo.

Ao nível da decoração, estes recipientes apresentam uma ou várias bandas pintadas sobre a parede externa, sendo frequente a aplicação de uma banda sobre o bordo.

Muitos destes potes estão documentados em contextos funerários e foram utilizados como urnas, como é o caso do Cantamento de la Pepina. (Berrocal Rangel, 1994,110). Em algumas tipologias chegam, inclusive, a ser classificados como urnas, por exemplo o tipo IV de Cabello Caja (1991-92: 111).

Não consideramos esta classificação pertinente no sentido em que urna é uma forma eminentemente funcional, que não tem lugar num contexto de habitat, onde não estão documentadas quaisquer práticas funerárias.

Em todo o caso, e independentemente da nomenclatura, estes recipientes são bastante comuns e encontram-se difundidos no vale médio do Tejo, na Extremadura e Andaluzia espanholas. O âmbito cronológico desta forma é lato, estando a sua produção balizada entre o início da chamada "II Idade do Ferro" e a romanização.

Uma vez mais, os contextos de recolha não são muito esclarecedores, tendo a maioria dos exemplares sido recolhida no sector B, em associação à última fase de ocupação (Fase 2).

Os paralelos são abundantes, e, a título de exemplo, remeto para os materiais de Cerro Macareno (Pellicer Catalán, 1983), de Pajar del Artillo, Itálico (Lúzon, 1973) e Castillo Dona Blanca (Ruiz Mata, 1995).

A capacidade destes recipientes é mediana, com excepção do exemplar nº16 que é enquadrável na categoria dos grandes recipientes.

No conjunto do Castro de Segóvia, estes potes apresentam alguma variação formal, visível ao nível do bordo, documentando-se a presença de duas variantes: bordo exvertido arredondado e bordo de secção triangular.

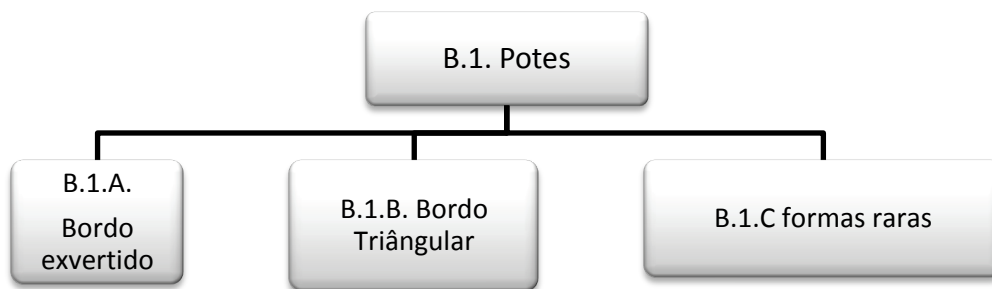


Figura 97- Quadro tipológico do tipo B.1.

Forma B.1.A.

Potes de bordo exvertido arredondado

São potes de colo estrangulado, bordo exvertido e secção arredondada. Trata-se da forma mais frequente, tendo sido recolhido um total de cinco fragmentos desta forma (v. est. 89 e 90), que apresentam uma banda pintada sobre o bordo de cor vermelha.

De um modo geral, os recipientes apresentam dimensões medianas, com diâmetros compreendidos entre os 15 cm e os 27 cm, e apenas um dos exemplares apresenta o perfil completo. Trata-se de um grande recipiente, com 30,3 cm de diâmetros e 46,1 cm de altura, ostenta apenas bandas castanhas sobre a pança. Ao nível do bordo, o fragmento possui um pequeno ressalto na parte superior podendo este elemento evidenciar o uso de uma tampa.

Forma B.1.B.

Potes de bordo pendente e secção triângular

Um conjunto de cinco potes apresenta bordos exvertidos com lábio pendente de secção triangular. Os exemplares apresentam uma banda vermelha ou castanha sobre o bordo, na parede interna, externa ou em ambas.

Morfológicamente, o que distingue esta forma da anterior é a presença de um bordo curto e triangular, com um sulco bem marcado na parte superior.

Ao nível de paralelos formais, esta forma está bem documentada em Beja (Grilo, 2006: Est. LII, n.0183.0034), Mesas de Castelinho (Estrela, 2010) e em Castro Marim, tendo neste último local sido integrada no tipo 8.1. "urnas de colo alto" (Gomes e Arruda, 2013: 47 e fig 12 n.5781), correspondendo o paralelo formal mais aproximado à forma XIII do Capote (Berrocal Rangel, 1994:176-177).

De um modo geral, estes recipientes apresentam horizontes cronológicos balizados entre os finais do século V e o século III a.C., cronologia atestada pelos materiais de Castro Marim (Gomes e Arruda, 2013) ou de Sevilla (García Fernández e González Acuña, 2007). Contudo no Cerro Macareno esta forma está já documentada em contextos romanos (Pellicer Catalán *et al.*, 1983).

Uma destas peças corresponde a um exemplar inteiro de um pote de média dimensão, com 24,3 cm de altura, que apresenta três bandas aplicadas sobre a pança e uma banda sobre o bordo (Est. 91, n.22). O estrangulamento do colo é menos marcado que nos exemplares anteriores e apresenta paralelo bastante aproximado no Capote (Berrocal Rangel, 1994:177 n.155).

No que respeita ao contexto estratigráfico, esta peça foi recolhida num dos níveis mais antigos do sítio, claramente associada à fase I. Contudo os restantes materiais surgem em contextos associados à fase II.

A forma arcaizante do recipiente remete-nos para um horizonte pós-orientalizante extremenho, com paralelos no mundo funerário, correspondendo a um tipo de amplas balizas cronológicas, desde contextos sidéricos de meados do I milénio a.C. até à romanização.

Forma B.1.C.

Formas Raras.

No conjunto dos potes, identificámos quatro formas únicas e raras no conjunto, que correspondem a recipientes de menores dimensões

A peça n.23 corresponde a um pequeno pote com paredes de espessura reduzida com uma banda vermelha na face exterior; o exemplar n.24 apresenta um bordo curto, pouco saliente, sendo o colo apenas uma pequena inflexão entre o bordo e a pança. Em Mesas do Castelinho uma peça semelhante foi recolhida no sector B2 (amb.VII) datada do séc II a.C. (Estrela, 2010: 43).

O bordo n.25 corresponde a um pote de secção trapezoidal, com uma banda vermelha sobre a pança. Lográmos em identificar um paralelo aproximado com a peça n. 3992 de Mesas do Castelinho (*Ibidem*: est 18). Refira-se ainda que, no Castro de Segóvia, se registou apenas mais um pote que não ostenta bandas sobre o bordo (v.estampa 90, n.17).

A peças n.26 corresponde à forma fechada de menores dimensões do conjunto e correponde a um pequeno vaso de colo alto e estrangulado, que aparenta ter uma filiação em formas com pequeno colo estrangulado, de tipo urna.

Por último, a peça 27 corresponde a um pote de colo estrangulado de perfil em S, com 16,6 cm de diâmetro, com paralelo no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: n.24).

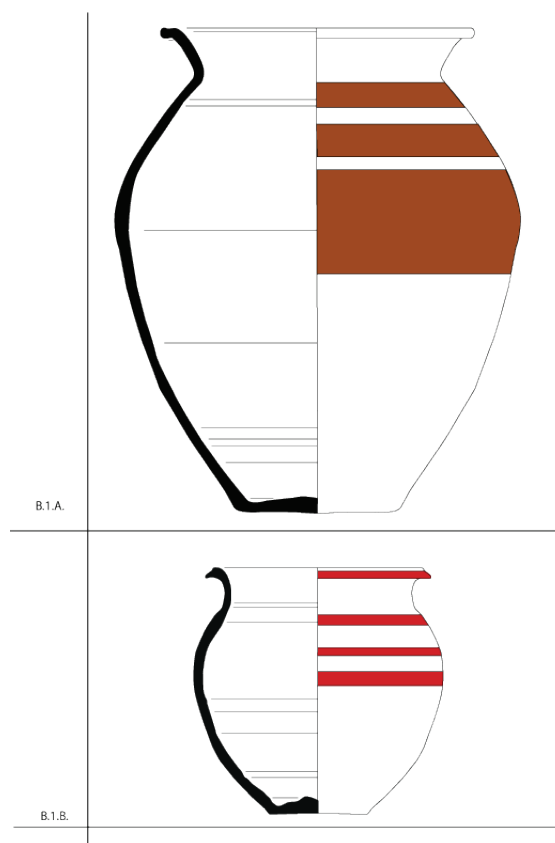


Figura 98 - Forma B.1. Cerâmica pintada em Bandas.

Catálogo de peças ilustradas:

14-[2007.51.294](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.A. Diâmetro 185mm

15-[2007.51.1950](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma A.2.Diâmetro 180mm

16-[2007.51.2066](Estampa 89)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.A. Diâmetro 201mm

17-[2004.48.4](Estampa 90)- Perfil completo, com três bandas castanhas sobre a pança da forma B.1.A. Diâmetro 30,3mm

18-[2007.51.1319](Estampa 90)- Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.A. Diâmetro 153mm

19-[2007.51.2036](Estampa 91)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.B. Diâmetro 150mm

20-[2007.51.1369](Estampa 91)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.B..Diâmetro 183mm

- 21-[2007.51.707](Estampa 91)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma B.1.B:Diâmetro 270mm
- 22-[E008](Estampa 91)-Perfil completo. Bordo com uma banda vermelha e três bandas sobre a pançada forma B.1.B. Diâmetro 225mm
- 23-[2007.51.91](Estampa 92)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma rara 1.Diâmetro 129mm
- 24-[2007.51.364](Estampa 92)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma rara 2.Diâmetro 159mm
- 25-[2007.51.1788](Estampa 92)-Fragmento de bordo com uma banda vermelha da forma rara 3.Diâmetro 162mm
- 26-[2007.51.1565](Estampa 92)-Fragmento de bordo forma rara 4.Diâmetro 87mm
- 27-[2583](Estampa 92)-Fragmento de bordo forma rara 5.Diâmetro 166mm
- 28-[1994](Estampa 92)-Fragmento de bojo com banda concêntricas vermelhas da forma B.1.

Comentário

Em primeiro lugar, importa referir que na cerâmica pintada em bandas dominam as formas fechadas em idêntica proporção à cerâmica comum. Esta evidência é muito provavelmente um reflexo directo das produções locais ou regionais, bem como de hábitos de consumo, fenómeno já explanado na síntese tipológica das cerâmicas comuns do Castro de Segóvia (v.ponto 7.1.8).

A proximidade formal entre a variante B.1.A ,de potes pintados em bandas, com alguns exemplares da forma B.2.C., potes/panelas de cerâmica comum, é grande, tratando-se ambos de produções locais, sendo impossível determinar se alguns dos fragmentos integrados nesta última categoria poderiam ostentar pintura ao nível da pança.

No que respeita a aspectos formais, importa destacar a presença de um conjunto de pratos que é significativa, pois documenta a reprodução local ou regional de protótipos que antecedem a romanização do território, e que se regista neste conjunto de cerâmica pintada e na cerâmica cinzenta fina exumada no sítio.

Assim, a comparação entre análise formal e especificidades de produção indicia que as produções pintadas em bandas apresentam um repertório próprio, distinto das cerâmicas comuns, permitindo assim a sua individualização como categoria cerâmica.

Contudo, a baixa percentagem de produções pintadas em bandas parece reflectir uma produção artesanal de pequena escala, para consumo local. A associação de produções artesanais especializadas é uma explicação relativamente consensual para produções de cerâmicas pintadas em bandas da Baixa Andaluzia e do Algarve (Gomes e Arruda, 2013, 24) já defendida por diferentes investigadores (Niveau, 2004: 190-3; Ferrer Albelda e García Fernández, 2008: 204).

A proximidade formal existente entre os tipos identificados em Segóvia e os repertórios de cerâmicas pintadas do Baixo Alentejo, Algarve e Andaluzia é grande, tendo sido possível estabelecer paralelos para todas as formas identificadas no Castro, exceptuando as consideradas raras.

Pretende-se assim salientar que a cerâmica pintada em bandas não apresenta repertórios formais ou gramáticas decorativas próprias de uma "área celtica" e muito menos "ibérica", mas é primeiramente o reflexo de contactos com uma área mais meridional, designada por alguns autores como "Turdetana" (Escacena Carrasco e Belén, 1994; García Fernández, 2007).

Não sendo o propósito deste trabalho discutir a pertinência da utilização de designações como "céltico" ou "turdenano", importa apenas referir em primeiro lugar que tais denominações são aqui utilizadas apenas como um indicador geográfico, e que a filiação formal da cerâmica pintada em bandas advém de influências culturais estabelecidas, muito possivelmente de forma indirecta, com regiões mais a sul e mais próximas da costa, que sofreram de forma directa e reiterada contactos exógenos com o mundo mediterrâneo.

7.3. A cerâmica cinzenta

7.3.1. Questões prévias

A cerâmica cinzenta corresponde a uma produção sempre realizada a torno de cerâmica fina, habitualmente de mesa, que apresenta como principais características pastas depuradas cinzentas, com cozeduras redutoras, superfícies polidas ou brunidas.

A obtenção deste acabamento e tonalidade requer alguma especialização do ponto de vista tecnológico, dado que para obter uma pasta uniforme cinzenta é necessário criar um ambiente de cozedura redutor. Deste modo, trata-se de fornos cuja câmara de cozedura não possui oxigenação.

Estes fornos, devido à atmosfera redutora, atingem altas temperaturas e são habitualmente compostos por duas câmaras. Apesar deste evidente avanço tecnológico, o escasso número de fornos onde foi atestada a produção destas cerâmicas documenta uma produção de cozedura redutora e oxidante na mesma câmara, sendo a única alteração o procedimento utilizado para obter um resultado e outro (Sanna, 2009: 194; Barceló *et al.*, 1995; Contreras *et al.*, 1983).

Embora a produção cerâmica em ambiente redutor seja conhecida desde a Pré-história, a sua associação a uma produção a torno, com uma evidente standardização de formas, é conhecida, no actual território português, somente a partir do século VIII a.C., atestada em locais com ocupação sidérica como Conímbriga (Correia, 1993), Castro Marim (Arruda, 1999) ou a Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000, 196-205).

A tradição dos acabamentos brunidos, de origem indígena, associada a contextos do Bronze Final, deixa antever múltiplas influências presentes na produção destas cerâmicas.

Os primeiros estudos sobre cerâmica cinzenta foram realizados por Almagro Bach (1949) sobre a cerâmica ampuritana. Com o incremento de escavações e estudos monográficos sobre sítios com ocupação fenícia na Península Ibérica, o manancial de

informação sobre estas cerâmicas aumentou significativamente na segunda metade do século XX (Pellicer, 1962; Schubart *et al.* 1969; Schubart, 1977; Carracco, *et al.* 1979).

O primeiro esboço tipológico que forneceu uma sistematização dos dados conhecidos foi o de Roos (1982), investigadora que defendeu que eram os fenícios quem produzia esta cerâmica, sem contudo excluir uma inspiração indígena da cerâmica brunida.

Não sendo de excluir nenhuma das hipóteses, os investigadores dividem-se quanto a uma atribuição autóctone ou fenícia da origem desta cerâmica, visto estar documentada em sítios indígenas e fenícios.

Em todo o caso, actualmente a hipótese de uma origem fenícia é mais consensual dado que os locais indígenas que apresentam cerâmica cinzenta contam também com materiais importados de origem fenícia (Sanna, 2009: 154).

A cerâmica cinzenta foi produzida durante praticamente todo o I milénio a.C. e tem a sua origem em distintos focos culturais.

As primeiras produções surgem em contextos claramente orientalizantes e podem ser balizadas entre o século VIII e VII a.C. Já no século VI a.C., na zona de Ampúrias há um novo influxo de produções de cerâmica cinzenta motivada pelas influências gregas.

Esta produção está documentada pelo menos até ao final do século I a.C. (Arruda, 1999-2000, 196-197). Nestes momentos finais o repertório formal imita recipientes de verniz negro, como cerâmica campaniense e mesmo outras cerâmicas finas como a *terra sigillata* itálica.

Os momentos tardios da produção da Idade do Ferro e as produções romanas balizadas entre o século I a.C. e inícios da centúria seguinte estão ainda parcamente caracterizadas, resumindo-se a maioria dos dados publicados às imitações de cerâmica campaniense designadas por "campaniense local" (Beltran Lloris *et al.*, 1998: 226) ou simplesmente "imitações cerâmica campaniense de fabrico local/regional" (Fabião, 1998: Est 120).

No que respeita à sua funcionalidade, trata-se primordialmente de recipientes de mesa, onde as formas abertas, como pratos, tigelas e taças carenadas, são predominantes.

Existem, contudo, algumas formas fechadas, como jarros, ou mesmo potes, estas últimas com uma utilização de mesa ou de armazenamento.

O estudo tipológico deste tipo cerâmico não evoluiu significativamente. Os trabalhos de A. Roos (1982) e de A. Caro Bellido (1989) continuam a ser as tipologias de referência utilizadas pela maioria dos investigadores.

No território português, os trabalhos realizados sobre esta temática não são abundantes, salientando-se os trabalhos de Ana Margarida Arruda sobre os fenícios no sul de Portugal (1999-2000), e em particular o artigo sobre as cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa (Arruda, Feitas, Vallejo Sánchez, 2000).

No Castro de Segóvia, foram identificados dois grupos distintos, tanto do ponto de vista formal como dos fabricos. Deste modo, há um primeiro grupo que diz respeito a produções de origem indeterminada, de pastas finas, cinzentas polidas, que reproduzem ou imitam formas de cerâmica campaniense, cuja descrição e caracterização foi realizada no Capítulo 6, sob a designação de cerâmica campaniense de pasta cinzenta.

A separação deste fabrico das produções locais ou regionais foi sobretudo materializada pela ausência de elementos não plásticos, como mica prateada, abundante nas produções locais, mas também pela compactação das pastas e pela ausência de brunimento.

O segundo grupo corresponde às cerâmicas cinzentas finas agora em análise e apresenta características petrográficas análogas às restantes produções locais ou regionais, com cozeduras redutoras e um polimento ou brunimento das superfícies.

No Castro de Segóvia, foram exumados 124 fragmentos de cerâmica cinzenta (bordos, fundos e bojos decorados), dos quais foi possível atribuir uma classificação formal a 122, que se distribuem por sete formas distintas: jarros, potes e um vaso atípico no universo das formas fechadas; taças/tigelas, taças carenadas, pratos e um vaso krateriforme, no que diz respeito às formas abertas.

No que concerne à apresentação de uma tipologia e terminologia cerâmica para esta produção, seguimos os pressupostos metodológicos apresentados para a cerâmica comum (v. ponto 7.3.) e efectuámos, sempre que possível, uma equiparação a outras tipologias de cerâmica cinzenta conhecidas.

O nível de fragmentação do conjunto é muito elevado, o que condicionou a representação gráfica de muitos dos fragmentos. Contudo foram recolhidos alguns perfis completos e um exemplar inteiro.

Ao nível da cronologia, é difícil estabelecer balizas restritas para a maioria dos materiais, dado que a maioria das formas identificadas são comuns às produções de cerâmica a torno e manual do sítio.

Contudo, existem formas que claramente remetem para horizontes culturais da Idade do Ferro, nomeadamente os pratos, jarros, bem como o vaso krateriforme.

Tal como foi realizado para a tipologia de cerâmica comum, também aqui o conjunto é apresentado em formas abertas e fechadas, sequencialmente por formas e variantes.

Tendo em consideração que se trata de uma produção de âmbito local/regional, optámos por estabelecer uma tipologia própria e remeter para outras, de referência, sempre que se justifique.

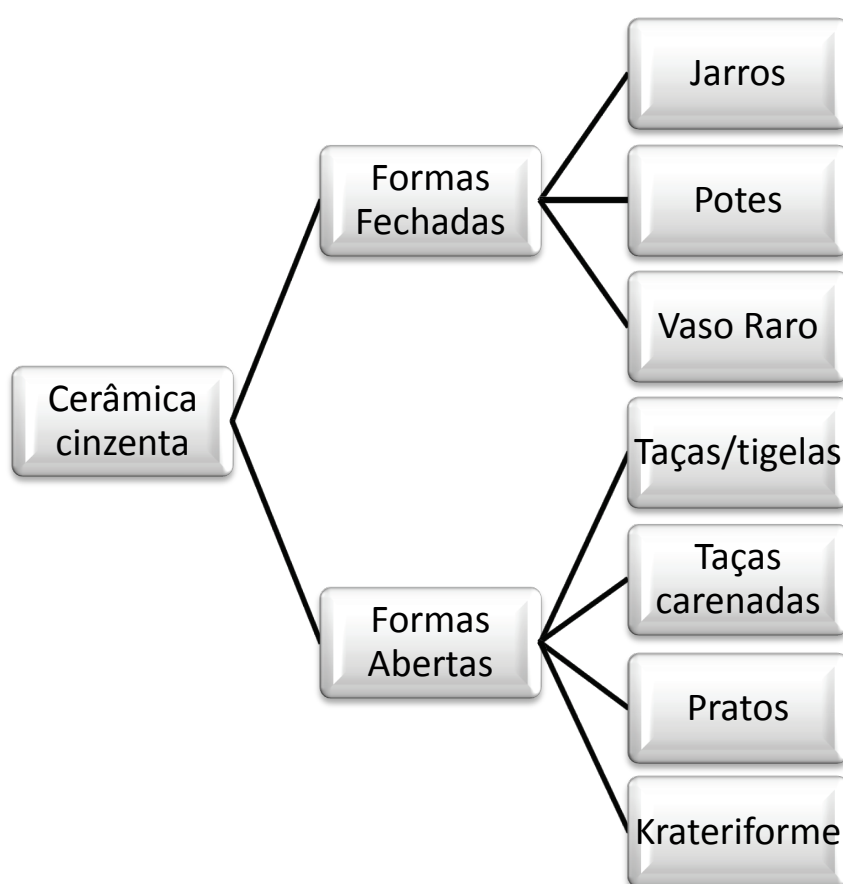


Figura 99- Esquema tipológico das cerâmica cinzenta

7.3.2. Grupo A

Formas Abertas

No conjunto das cerâmicas cinzentas, as formas abertas são minoritárias, como aliás se verifica em todas as outras categorias cerâmicas de produção local ou regional. Identificou-se quatro tipos distintos, entre os quais apenas um não se encontra representado nas restantes produções locais ou regionais do sítio.

Pretende-se assim afirmar que, embora estejamos perante uma produção distinta, facilmente identificável macroscopicamente, ao nível morfo-funcional possui características análogas às formas abertas identificadas na categoria de cerâmica comum.

7.3.2.1. TIPO A.1.

Taças/Tigelas

O tipo A.1. corresponde, tal como na cerâmica comum, a uma forma aberta de média dimensão e de perfil hemisférico, que designamos por Taças/ Tigelas.

Corresponde a uma taça aberta de bordo simples utilizada para servir à mesa ou na preparação de alimentos. No Castro de Segóvia, encontramos esta forma em produções de cerâmica comum, de produção manual e a torno, e em cerâmica pintada em bandas. As taças de bordo simples estão representadas por 31 exemplares e correspondem a 25% do conjunto da cerâmica cinzenta.

Trata-se de uma forma bastante comum de cerâmica cinzenta que surge em quantidades expressivas nos inventários da Idade do Ferro dos sítios do extremo ocidente peninsular

(Arruda, 1999, 198), nomeadamente em Castro Marim (Furtado, 2013: 32), na Sé de Lisboa (Arruda et alii, 2000, P.32), na Rua dos Correeiros (Sousa, 2011: 191, variante 1Ab), em Abul (Mayet & Silva, 2000: 49) ou ainda na Quinta do Almaraz (Cardoso, 1999:123-fig 5 n.1 Henriques, 2006: 47).

Não obstante a sua associação a contextos bem datados da Idade do Ferro, a ampla diacronia de produção desta forma não permite aferir ou estreitar balizas cronológicas, pois as taças de bordo simples de cerâmica cinzenta acompanham toda a diacronia de fabrico deste tipo cerâmico, desde os momentos mais recuados da Idade do Ferro, até à ocupação romana do território, como é o caso dos exemplares do Castelo da Lousa, associados ao fabrico T1 (Pinto, 2010).

As variações formais são pouco marcadas e não têm uma evidente expressão cronológica, resumindo-se ao remate/espessamento dos bordos. Não foi recolhido nenhum exemplar inteiro ou com perfil completo, tendo sido possível associar, embora com algumas reservas, um pé de bolacha ao conjunto (v. est 93 n.7).

Noutros locais do actual território português, foram exumados vários perfis completos e exemplares inteiros, com os bordos de perfil simples ou levemente espessados, sendo possível associar esta forma a fundos planos (Alarcão, 1974: VIII n.s 165-167; Furtado, 2013: est VI, XXII, XXVII) ou a fundos destacados anelares ou com pé de bolacha (Furtado, 2013: XXVI, XLIII, XLVIII, XLIX), verificando-se um claro paralelismo formal entre taças de cerâmica comum e taças de cerâmica cinzenta.

No Castro de Segóvia, cabe destacar a presença de um exemplar decorado, parecendo tratar-se de uma matriz estampilhada quadrangular sem cartela, técnica e padrão decorativo que tem paralelo no Capote, onde corresponde ao grupo T.6.82.1. (Berrocal Rangel, 1994: 111).

Variante A

Identificámos um fragmento que corresponde a uma taça com espessamento externo ao nível do bordo (v. est.93, n.8). O exemplar apresenta um diâmetro de 12 cm e ostenta

um pequena decoração com motivos possivelmente vegetalistas. A decoração é de muito reduzida dimensão e está truncada, dificultando sua descrição. Colocámos a hipótese de se tratar de uma pequena estampilha com um motivo floral.

Trata-se do único exemplar desta forma bem como da única representação deste motivo decorativo para o qual não identificámos paralelo.

A Variante A tem paralelos na Variante A.1.A.2. das taças de cerâmica comum de Segóvia, parecendo tratar-se de uma forma inspirada já em protótipos romanos, estando documentada no conjunto de cerâmicas cinzentas do depósito alto-imperial de Castrejón de Capote (Zarzalejos Prieto,2003: 129 fig 21)

Infelizmente, o contexto de recolha da peça não é esclarecedor relativamente ao seu âmbito cronológico.

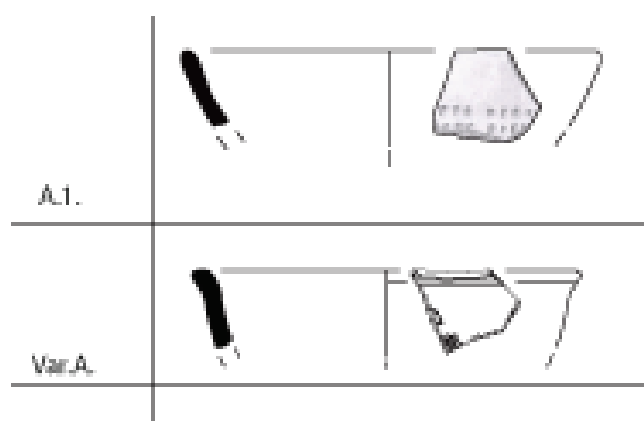


Figura 100 - Forma A.1. Cerâmica cinzenta

Catálogo de peças ilustradas:

- 1- [2007.52.158] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1..Diâmetro de bordo 159mm
- 2- [2007.51.2016] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1.Estampilha quadrangular..Diâmetro de bordo 129mm
- 3- [2007.50.230] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1..Diâmetro de bordo 162mm
- 4- [2007.51.741] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1..Diâmetro de bordo 177mm

5- [2007.52.69] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1..Diâmetro de bordo 246mm

6- [2007.51.1027](Estampa 93)- Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1.. Cer. manual polida. Diâmetro de bordo 204 mm

7- [2007.50.1691](Estampa 93)- Fragmento de bordo da cerâmica cinzenta forma A.1.. Cer. manual polida. Diâmetro de fundo 60 mm

8- [2007.51.1752](Estampa 93)- Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.1. Var A. Cer. manual polida. Pequena estampilha Diâmetro de bordo 120 mm

7.3.2.2. TIPO A.2.

Taças/Malgas Carenadas

Forma aberta de média dimensão, cuja principal característica é possuir uma carena bem marcada na parede do recipiente.

No Castro de Segóvia, foram identificados dois exemplares, que correspondem a esta forma, o que representa 1 % do conjunto de cerâmica cinzenta.

Tal como na forma anterior, em Segóvia este tipo não é exclusivo das produções de cerâmica cinzenta, estando representados em cerâmica manual polida e mesmo na comum a torno.

Ao nível da funcionalidade, trata-se de recipientes utilizados na confecção de alimentos, sendo possível também a sua utilização no serviço de mesa.

Sendo estes recipientes mais profundos que a forma A.1, seriam destinados exclusivamente a conteúdos líquidos ou semi-líquidos, dado que alimentos sólidos poderiam ser consumidos em recipientes tipo prato ou taça/tigela.

Quanto à sua origem, tal como já foi referido (v. taças carenadas de cerâmica comum) para recipientes análogos em cerâmica torno, as formas carenadas têm a sua origem em contextos pré-históricos do Calcolítico e do Bronze Final (Caro Bellido, 1989:136),

sendo esta uma forma vulgar em contextos da chamada Idade do Ferro orientalizante ou pós orientalizante na Península Ibérica, nomeadamente em Castillo de Doña Blanca. (Vallejo Sánchez, 1999: 112-114), Cerro Macareno (Caro Bellido, 1989: 133, forma 16), Conímbriga (Alarção, 1974: est. IX, n.º 175A e 180) ou Sé de Lisboa (Arruda et alii, 2000: tipo 2), apenas para citar alguns exemplos.

Não obstante a filiação indígena desta forma, os exemplares de Segóvia apresentam morfometrias muito distintas das típicas formas sidéricas de cerâmica cinzenta, ou mesmo de engobe vermelho. Assim, considerámos que esta forma se insere num contexto tardio de produção de cerâmica fina análogo ao identificado no depósito imperial do Capote (Zarzalejos Prieto, 2003: 129), ou da ocupação do Castelo da Lousa (Pinto, 2010).

Ao nível da cronologia das taças carenadas, o espectro é uma vez mais amplo, abrangendo toda a Idade do Ferro até à época romana, sendo que a tendência natural é uma diminuição do número de taças carenadas em horizontes mais tardios. Contudo, a escassa amostra e a sua distribuição estratigráfica não permitem aferir se esta tendência está presente no Castro de Segóvia.

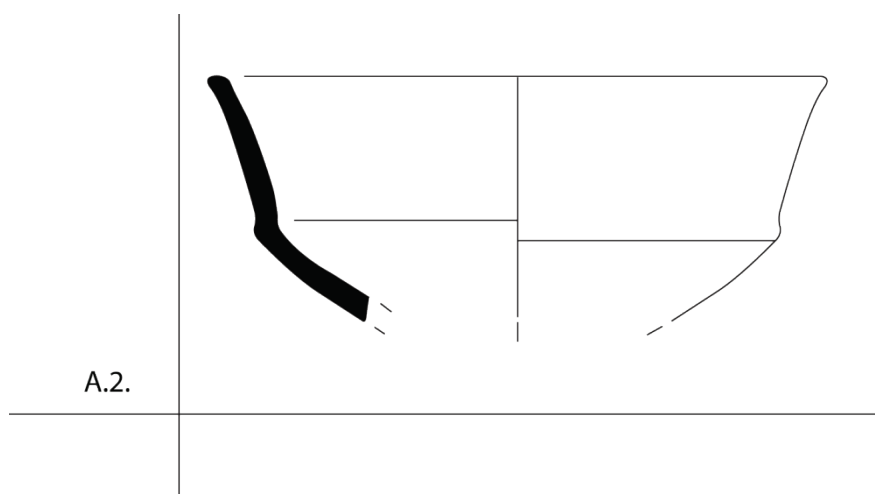


Figura 101 - Forma A.2. Cerâmica cinzenta

Catálogo de peças ilustradas:

1- [2007.51.514] (Estampa 93) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.2..Diâmetro de bordo 252mm

7.3.2.3. TIPO A. 3

Pratos

Do conjunto da cerâmica cinzenta de Segóvia, identificámos cinco fragmentos de prato dos quais apenas dois permitiram a sua representação gráfica, que correspondem a formas abertas de lábio horizontal ou ligeiramente exvertido, que designámos como tipo A.3.

Esta forma está parcamente representada, correspondendo a 4% do conjunto de cerâmica cinzenta. Os pratos em cerâmica cinzenta de Segóvia encontram paralelo em vários sítios do extremo ocidente peninsular, correspondendo à forma III de Castro Marim (Furtado, 2013) à II da Sé de Lisboa (Arruda et alii, 2000: fig 8 n.s 7-9) ou ao pratos e prateis de cerâmica cinzenta fina de Conimbriga (Alarção, 1974: Est VIII 171-174).

No actual território português, os pratos são percentualmente pouco expressivos nos inventários de cerâmica cinzenta fina, sendo, sem excepção, uma forma minoritária. Contudo verifica-se uma significativa variedade morfológica, muito provavelmente resultante da sua produção local ou regional que originou o surgimento de múltiplas variantes com matizes regionais ou mesmo locais, sendo difícil de estabelecer um paralelismo entre a tipologia de distintos sítios.

No que respeita aos pratos de cerâmica cinzenta de Segóvia, a semelhança formal entre estes exemplares e formas análogas de cerâmica pintada em bandas é grande, sobretudo ao nível dos perfis horizontais ou ligeiramente exvertidos (v. estampa 94).

Importa ainda referir os contextos de recolha destes exemplares, de superfície ou níveis superficiais, relacionados com a Fase II do sítio, salientando-se uma vez mais o facto de os pratos de tradição pré-romana não se registarem na fase I.

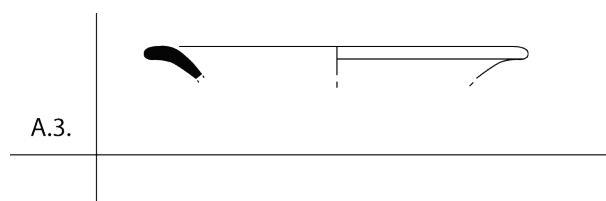


Figura 102 - Forma A.3. de cerâmica cinzenta

Catálogo de peças ilustradas:

9- [1350] (Estampa 94) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.3..Diâmetro de bordo 153mm

10- [2007.51.1299] (Estampa 94) .Fragmento de bordo de cerâmica cinzenta da forma A.3..Diâmetro de bordo 165mm

7.3.2.4. TIPO A. 4

Vaso Krateriforme



Figura 103- Projecção 3D do tipo A.4.

No âmbito das formas abertas de cerâmica cinzenta, o recipiente mais “exótico” é, sem dúvida, o vaso krateriforme. Corresponde a uma “taça” de pé alto, com bordo esvazado curto, em que o diâmetro de bordo é ligeiramente superior ao da pança.

Apresenta duas caneluras no colo e um ressalto bem marcado entre o colo e a pança. O pé também é bem marcado por três molduras (v. est. 94-11).

Naturalmente, que esta forma é bastante sugestiva e apresenta semelhanças com os krateres áticos. Contudo, o vaso está inteiro e não possui asas ou arranques de asa, mostrando cinco caneluras no colo e um ressalto, bem marcado, entre este e a pança, bem como um pé com três molduras (v. est. 94-11). Estas características distanciam esta forma dos Krateres gregos, não parecendo por isso tratar-se de uma imitação, mas antes de uma morfologia inspirada neste tipo de vaso.

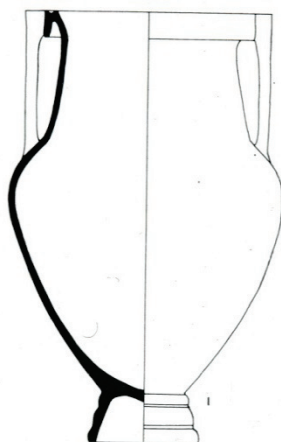


Figura 107 (Page del Pozo, 1984, 214)

Por outro lado, a total ausência de cerâmica ática no sítio, bem como de materiais de cronologia clara dos séculos V e IV a.C., tornam a hipótese de uma inspiração formal directa neste tipo de vaso grego menos plausível.

Não tendo logrado o estabelecimento de um paralelo exacto de âmbito local/regional, julgamos poder relacionar esta forma, embora de modo indirecto, com a "cerâmica celtibérica", no qual existe um grupo constituído por cerâmicas cinzentas e negras fabricadas com pastas muito depuradas e duras (com superfícies polidas ou brunidas), de cronologia tardia.

Estas produções são conhecidas como "Cerâmica celtibérica gris estampilhada". Apesar de assim designadas, predominam as formas lisas, em particular caliciformes, que imitam o repertório metálico, concretamente de prata (Blanco Garcia, 2001).

Ao nível funcional, trata-se de uma forma aberta e bastante profunda que poderá corresponder a um recipiente destinado ao vinho, hipótese aliás já defendida em relação a estes recipientes (Burillo Mozota, 1997, 237).

Os vasos Krateriformes tem paralelo com a forma XI da cerâmica "gris ibérica".

Esta forma surge na bibliografia com diversos nomes, como grandes taças ou urnas. Consideramos que a designação krateriforme é a mais correcta, pois estes recipientes parecem ser idênticos aos vasos ibéricos assim chamados por copiar os modelos gregos, existentes no Levante a partir do século IV a.C.

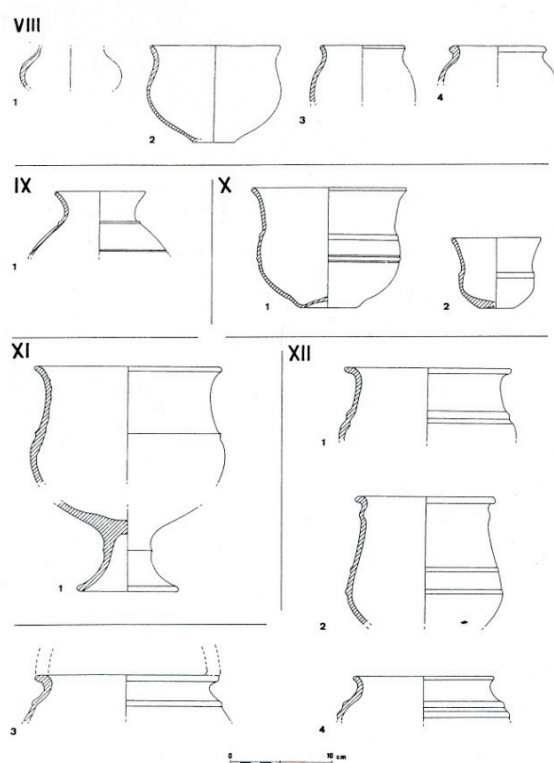


Figura 104- (Blanco e Garcia, 2001: 26)

Os vasos krateriformes correspondem a diferentes tipos do levante espanhol (entre outros, Pereira Sieso, 1987, 1988: 162; Cuadrado e Quesada, 1989: 65-66; Mata e Bonet, 1992: 40), integrando a forma IA e B da tipologia de Wattenberg e a VII da de Saez Mínguez.

Esta forma é mais frequente nas regiões centrais e meridionais do vale do Douro, nomeadamente em Soto de Medinilla, Padilla del Duero, Coca, Montealegre, Segóvia e Cogotas.

A inspiração ou imitação de cerâmicas gregas também está documentada na Andaluzia existindo inclusive um centro produtor em Camposoto, no qual está comprovada a produção de formas gregas com cozeduras redutoras (Gago Vidal *et al.*, 2000). No que respeita ao extremo ocidente peninsular, estas evidências, embora mais parcas, também estão presentes em Santarém, onde foi recolhido uma imitação de um *skiphos* de cerâmica cinzenta, datado do século III a.C. (Arruda, 2000: 157), nas intervenções de S. João da Praça, onde se encontraram dois fragmentos de cerâmica cinzenta que imitam também um *skyphos* ático datado igualmente do século III a.C. (Pimenta, Calado e Leitão, 2013: 718, fig. 6 -52-53) e na Lapa do Fumo, onde se registou a mesma situação, em termos formais e cronológicos (Arruda e Cardoso, 2013: 734).

No contexto da Extremadura espanhola e do Alentejo, podemos encontrar perfis semelhantes ao vaso de Segóvia, em Garvão (Beirão et alii, 1985) ou na necrópole del Raso - Candeleda (Fernandéz Gomes, 1986: tumba 69). Contudo, trata-se de exemplares de cerâmica comum de menores dimensões que apresentam uma secção mais arredondada, sem caneluras visíveis.

Em relação ao contexto de recolha, o vaso surge no quadrado D, nível 6, em associação a cerâmica comum a torno e manual, como grandes recipientes da forma B.6.A.1, copos da forma B.1.B. e um jarro de cerâmica cinzenta do tipo B.3., bem como da forma rara B.2., sendo plausível, pela associação contextual, uma cronologia do século III a.C. para esta forma.

Catálogo de peças ilustradas:

11- [L23] (Estampa 94) .Vaso inteiro de cerâmica cinzenta da forma A.4..Diâmetro de bordo 189mm

7.3.3. - Grupo B.Formas Fechadas

Os vasos fechados de cerâmica cinzenta constituem 64% do conjunto e dividem-se em três tipos distintos: potes, jarros e urnas. Contudo, apenas uma está bem documentada em termos quantitativos, podendo desde já afirmar-se que as formas de armazenagem,

potes, correspondem ao tipo dominante das produções de cerâmica cinzenta, tal como se verific, aliás, também nas cerâmicas comuns e pintadas em bandas.

7.3.3.1. TIPO B.1.

Potes

Os potes representam a forma mais bem documentada das cerâmicas cinzentas, representando 64% do conjunto. Todos os potes de cerâmica cinzenta correspondem a formas de perfil em S de média/grande dimensão, apresentando diâmetros compreendidos entre os 18 e os 28 cm.

As peças apresentam uma significativa variação formal ao nível dos bordos, idêntica à observada nos potes de cerâmica comum e de cerâmica pintada em bandas, registando-se a presença de fragmentos de bordo exvertido horizontal ou pendente, com secções variáveis de perfil triangular, arredondado ou amendoado.

Não foram observados quaisquer motivos decorativos sobre o bordo. Dado o estado fragmentário do conjunto, apenas foi possível identificar a presença de um fragmento decorado ao nível da pança, que corresponde a uma decoração roletada, de pequena dimensão (v.estampa 95-n.13). Além deste fragmento, o conjunto de cerâmica cinzenta apenas revelou um outro exemplar decorado, que corresponde a um bojo ao qual não foi possível associar uma forma. Trata-se de uma decoração estampilhada com um motivo vegetalista, de tipo folha ou espiga (v.estampa 96, n.18).

Os potes de cerâmica cinzenta de Segóvia enquadram-se no tipo XIII do Capote (Berrocal Rangel 1994: 177 fig 61), forma onde são reunidos um conjunto de perfis fechados de cerâmica comum, cerâmica pintada e cerâmica cinzenta. Estas formas apresentam também paralelos com os tipos IV B da Rua dos Coreeiros (Sousa, 2011), ou com V.A e V.B de Castro Marim (Furtado, 2013), documentando uma ampla cronologia de produção (Berrocal Rangel, 1994:179).

Os potes de bordo exvertido horizontal estão igualmente presentes em produções de cerâmica cinzenta fina de Conímbriga, não sendo claro o horizonte cronológico desta produção (Alarcão, 1974: Est XII 269-272A).

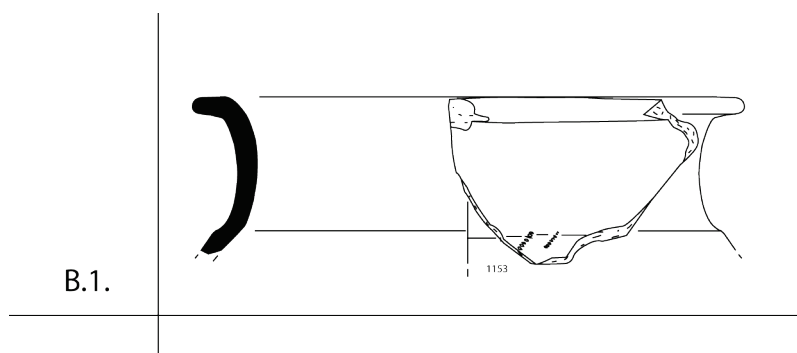


Figura 105- Forma B.1. de cerâmica cinzenta

Catálogo de peças ilustradas:

12-[2007.51.1019](Estampa 95)-Fragmento de bordo da forma B.1.Diâmetro de bordo 282mm

13-[1153](Estampa 95)-Fragmento de bordo da forma B.1.Diâmetro de bordo 219mm

14-[901](Estampa 95)-Fragmento de bordo da forma B.1.Diâmetro de bordo 210mm

15-[1605](Estampa 95)-Fragmento de bordo da forma B.1.Diâmetro de bordo 180mm

7.3.3.2. TIPO B.2.

Vaso de forma rara

Trata-se de um fragmento de bojo de grandes dimensões que apresenta uma pasta e forma de características singulares. É um vaso de perfil globular que exhibe, na face externa, quatro conjuntos de três sulcos cada. Este recipiente não conserva bordo nem fundo, sendo que o elemento indicador da sua funcionalidade se encontra na asa, que é cega, espessada e aplicada na parte lateral do vaso.

De acordo com os paralelos formais encontrados, esta asa teria como principal funcionalidade fechar o recipiente ligando este elemento de apreensão a um outro, colocado, de forma inversa, na tampa.

Esta técnica é muito utilizada em urnas cinerárias da área ibérica, sendo de origem oriental, e surge, de forma recorrente, na cerâmica ibérica pintada, particularmente no período denominado "ibérico antigo". No caso das designadas "urnas de orejetas perforadas", trata-se de um recipiente ovóide ou globular, feito a partir de uma só peça que é cortada em recipiente e tampa antes da cozedura conseguindo uma forma hermética.

Estes recipientes eram fechados com o auxílio de apêndices laterais, normalmente perfurados, situados no bordo da tampa e da urna (Lopez Bravo, 2002: 97).

A forma apresenta uma cronologia lata, entre meados do século VI a.C e finais do século IV a.C., inícios do III a.C., existindo, contudo exemplares mais tardios, que chegam ao século I a.C. (*Ibidem*).

Não obstante a proximidade formal e a presumida funcionalidade do apêndice lateral identificado no exemplar do Castro de Segóvia, trata-se de uma forma atípica, pois o elemento de apreensão que se conserva encontra-se não ao nível do bordo, mas junto à sua pança.

Uma vez mais, no espólio votivo de Garvão (Beirão *et al.*, 1985) foi recolhida uma urna semelhante que conserva asas laterais e simultaneamente apêndices junto ao bordo.

Curiosamente esta forma não surge nos inventários antigos do sítio, mas apresenta uma marcação na peça do quadrado D nível 6, correspondendo ao mesmo contexto de recolha do jarro de cerâmica cinzenta da forma B.3. e do vaso krateriforme da forma A.4.

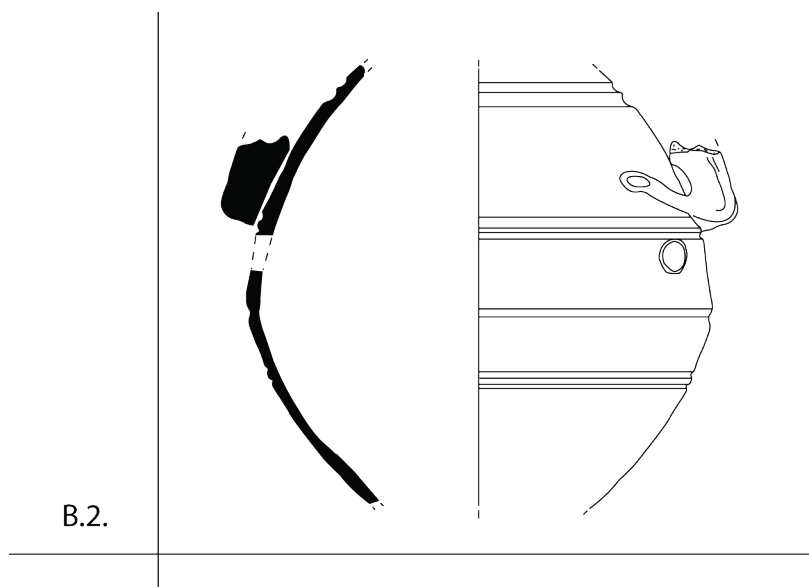


Figura 106- Forma B.2. de cerâmica cinzenta.

Catálogo de peças ilustradas:

16-[72_D6](Estampa 95)-Fragmento de bojo da forma B.2.Diâmetro de máximo 180mm.

7.3.3.3. TIPO B.3.

Jarros

No Castro de Segóvia, recolheram-se dois exemplares de jarros de cerâmica cinzenta, um pequeno fragmento de bordo e um exemplar praticamente inteiro (v.est.96).

Conceptualmente, um jarro é um objecto de uso doméstico, parte integrante da baixela de mesa, que serve para conter e principalmente verter líquidos. Morfologicamente, um jarro é uma forma fechada, afim do pote, munida de um bico vertedor e de uma asa ou pega, implantados em lados opostos do recipiente.

A utilização de um jarro pressupõe o uso de outros recipientes destinados a conter líquidos, como púcaros ou copos (no caso de recipientes de mesa), ou de alguidares,

dado que a sua forma não está adaptada para a ingestão directa, mas apenas para o transvase de líquidos entre recipientes.

Os jarros de cerâmica cinzenta são raros em número de exemplares e sítios, onde se documentam, tendo sido identificados no Moinho da Atalaia Este (Sousa, 2011:381), Outorela 1 (Cardoso, 1990 e 2014: fig 26, n.3) e São João da Praça (Lisboa) (Pimenta, Calado e Leitão, 2005: 13-14), sendo os dois primeiros destes sítios datados do século V a.C. e o último do século III a.C., tendo sido proposta uma evolução formal dos jarros do século III a.C. a partir das variantes mais arcaicas do V a.C. (*Ibidem*).

No caso do jarro de Segóvia, a peça não preserva o bordo, apenas a asa, sendo difícil determinar se corresponde a uma variante trilobada. Contudo, trata-se de uma forma que ostenta uma moldura suave no arranque do colo e cujo estreitamento o aproxima do jarro identificado de S. João da Praça, pelo que julgamos ser este o paralelo mais aproximado (Pimenta, Calado e Leitão, 2005: 14, n.64). A própria datação do século III a.C. parece corresponder à proposta para o vaso krateriforme da forma A.4. que foi recolhido no mesmo contexto, parecendo por esta razão plausível a proposta cronológica apontada para S. João da Praça.

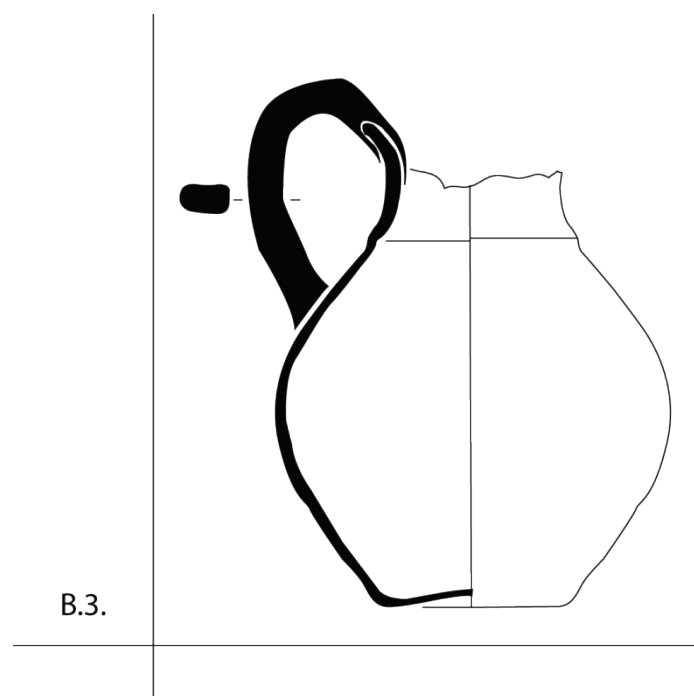


Figura 107- Forma B.3. de cerâmica cinzenta.

Catálogo de peças ilustradas:

16-[72_D6](Estampa 95)-Fragmento de bojo da forma B.2.Diâmetro de máximo 150mm.

Comentário

A cerâmica cinzenta apresenta um conjunto de morfologias diversificadas onde predominam as formas fechadas, tendência verificada em todas as categorias cerâmicas de produção local ou regional identificadas em Segóvia.

Do ponto de vista funcional, as formas representadas correspondem a recipientes de mesa e armazenamento, sendo predominante a expressão numérica desta última categoria.

No que respeita aos tipos identificados, verifica-se uma predominância da taça/tigela de bordo simples, nas formas abertas, e do tipo pote, nas fechadas, fenómeno que, uma vez mais, reflecte as formas maioritárias da cerâmica comum e da pintada em bandas. Contudo, na cerâmica cinzenta estão ausentes recipientes fechados de grande dimensão, bem como formas de tipo copo.

Cabe ainda referir, no âmbito da análise formal, a presença de pratos que correspondem a uma forma de tradição indígena apenas documentada no sítio em níveis tardios, já de época romana.

Lamentavelmente, a ausência de dados estratigráficos seguros para os exemplares do tipo A.3. não permite uma definição estreita de balizas cronológicas para a utilização das formas de tipo prato de tradição indígena, documentadas em cerâmica pintada em bandas e em cerâmica cinzenta. Contudo, tanto a forma A.3. de cerâmica cinzenta como a A.2. de cerâmica pintada em bandas não se registam nos níveis mais antigos identificados, parecendo corresponder a uma produção tardia e minoritária no conjunto

cerâmico, proveniente de recolhas de superfície ou de níveis associados à ocupação romana.

Neste sentido, importa referir a raridade de pratos em sítios como o Capote, onde foi recolhido apenas um exemplar pintado em bandas com um perfil arcaizante, passível de integração na categoria de prato (Berrocal Rangel, 1994: 171, fig 59-Xb). No Castelo da Lousa, a escassez de pratos e a sua clara filiação aos pratos de fundo covo de cronologia romana (Pinto, 2010) parece evidenciar uma difícil e tardia assimilação desta forma por parte das comunidades indígenas.

Assim, embora o prato seja uma forma largamente difundida deste o início da ocupação sidérica orientalizante em áreas mais meridionais do extremo ocidente peninsular, a sua penetração para o interior do território foi realizada de forma lenta e tardia, o que poderá ser o reflexo de vários factores, como a escassez de contactos, ou apenas indirectos, bem como uma distinta dieta alimentar.

O prato, mais do que uma forma de servir à mesa, reflete a introdução de diferentes hábitos de consumo e talvez por esta razão a sua adopção tenha encontrado alguma resistência por parte das comunidades locais.

Por último, há que realçar a presença de um conjunto de formas raras e exóticas (Tipos A.4., B.2. B.3.), curiosamente associadas a um mesmo contexto de recolha (quadrado D, nível 6) que podem ser uma evidência de um possível depósito votivo.

O exotismo do conjunto aliado ao excepcional estado de preservação dos fragmentos sugere esta interpretação, embora não existam dados de escavação que o confirmem.

Assim, a presença de um vaso de tipo urna, associada a um jarro e a um vaso krateriforme, este último funcionalmente relacionado com o consumo de vinho, é bastante sugestiva, particularmente se relacionarmos o espólio no quadrado B, localizado em área anexa (a sul do quadrado D), dado que o nível 6 apresenta o único queimador/vaso calado recolhido no sítio.

A associação de queimadores a contextos votivos ou rituais está amplamente documentada em sítios como o Capote (Berrocal-Rangel, 1994), Garvão (Beirão *et al.*, 1985) ou Vaiamonte (Fabião, 1998: 74-75), tendo sido propostas interpretações que

evidenciam a existência de "práticas colectivas de carácter extraordinário" (*Ibidem*), associadas a conceitos religiosos como "altar" (Barrocal Rangel 1994) ou "santuário" (Beirão *et al.*, 1985), existindo um inegável carácter ritual em todas estas leituras ao qual é perfeitamente plausível associar a presença de libações, bem como o consumo vinho, hipótese sugerida pela leitura do conjunto de cerâmicas cinzentas de Segóvia.

8. Decorações

Os elementos decorativos do Castro de Segóvia são um universo diversificado e complexo. O elevado número de fragmentos decorados, as técnicas decorativas presentes, bem como, a diversidade dos motivos originaram a criação de um capítulo dedicado a esta temática.

A análise das técnicas decorativas agora apresentada incide apenas sobre as cerâmicas de produção local ou regional, incluindo a cerâmica comum, cerâmica pintada em bandas e cerâmica cinzenta.

O conjunto possui matizes locais e regionais que importa caracterizar e analisar. Em primeiro lugar, cabe referir que 91 % das cerâmicas decoradas correspondem a exemplares de cerâmica comum; por outro lado destaca-se que essa percentagem corresponde a decorações que foram realizadas em produções manuais grosseiras e polidas.

No conjunto cerâmico de produção local ou regional, foram identificados cinco tipos de decoração distintos, que podem surgir isoladamente ou numa técnica mista.

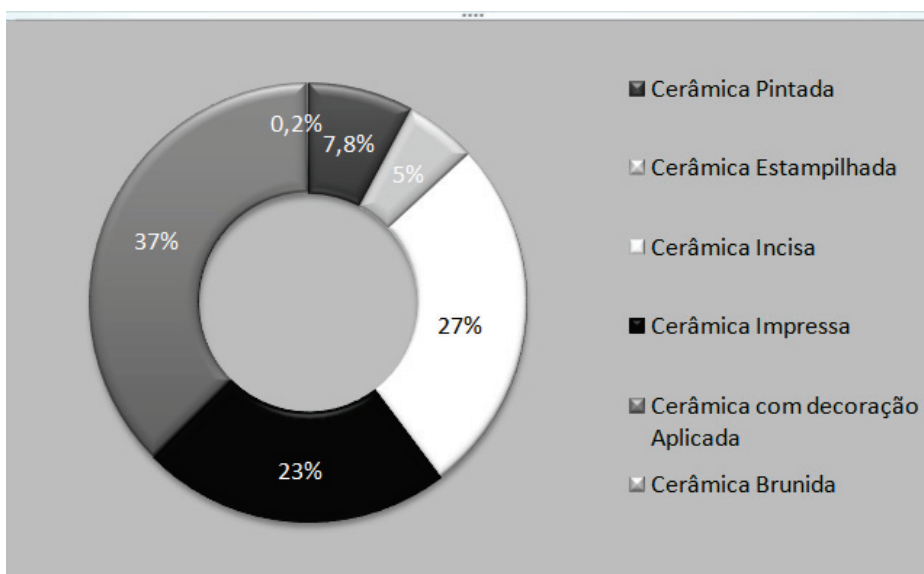


Figura 108 Distribuição dos fragmentos por técnica decorativa.

Importa referir que há um total de 480 fragmentos decorados, que correspondem a cerca de 10% das cerâmicas de produção local ou regional. Trata-se de uma percentagem bastante significativa, tendo em consideração o volume da amostra estudada, o que revela que o recurso a variadas técnicas decorativas foi recorrente ao longo da diacronia de ocupação do sítio.

Este volume de materiais decorados espelha uma tradição regional de uma vasta área, compreendida entre o Alentejo e Extremadura espanhola, na qual múltiplas técnicas de ornamentação de vasos estão documentadas em horizontes cronológicos da segunda metade do primeiro milénio a.C..

Assim, a profusão de técnicas decorativas parece remontar a uma tradição pré-histórica particularmente visível através da análise das decorações impressas e aplicadas.

8.1. Decoração Pintada

A decoração pintada consiste na aplicação de bandas horizontais ou concêntricas de um pigmento de cor nas superfícies interna e/ou externa dos recipientes.

É uma decoração típica de contextos da Idade do Ferro e surge habitualmente sob a forma de bandas ou círculos pintados a negro, vermelho ou castanho.

A pintura pode ser aplicada sobre diferentes suportes cerâmicos, desde cerâmica manual, cerâmica comum, ou mesmo, em momentos já romanos, sobre cerâmica de mesa de tipo campaniense. Embora existam técnicas mistas de conjugação de diferentes decorações, no Castro de Segóvia estas variantes estão ausentes.

Todos os exemplares com decoração pintada inserem-se, sem exceção, no âmbito do que designámos por cerâmica pintada em bandas. Neste sentido, todos os recipientes com esta decoração são produzidos a torno e possuem um acabamento cuidado, com aplicação de aguadas ou engobes de cor clara, em tons de bege ou castanho claro, sobre os quais foi aplicada a pintura.

A análise das formas e a caracterização da pintura foi já descrita no capítulo dedicado à análise morfológica desta categoria cerâmica, e assim importa apenas dizer que as decorações pintadas se diferenciam, pela sua simplicidade, de outros conjuntos exumados em contextos tardios da Idade do Ferro no Alentejo português e na Extremadura espanhola.

Estas decorações de Segóvia encontram paralelo nas pinturas em bandas de vasos de Garvão (Beirão et al., 1985), Capote (Berrocal Rangel, 1994: 135) ou Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 313), idênticas na cor das aguadas e na pintura em tons entre o bege e o castanho/avermelhado. Contudo o repertório de Segóvia apresenta gramáticas decorativas muito simples, resumindo-se à aplicação de bandas pintadas e ao seu acabamento alisado.

Não obstante os paralelos formais estabelecidos, a ausência de elementos compostos de um certo barroquismo, visíveis nas decorações pintadas de Garvão (Beirão *et al.*, 1985),

Capote (Berrocal Rangel, 1994: 136) ou do Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 314) distanciam o horizonte cultural de Segóvia destes outros sítios.

Esta constatação, embora evidente, carece de interpretação, ou seja, falta determinar qual é o seu real significado.

Do grupo das cerâmicas decoradas, a percentagem de materiais com decoração pintada é muito pequena, representando apenas 7,8%.

A escassa variedade decorativa é bem evidente no conjunto, sendo a pintura sempre monócroma, em tons de castanho ou de castanho-avermelhado, com exceção de um exemplar com pintura a negro. De acordo com Berrocal Rangel a pintura monócroma corresponde a um indicador cronológico de momento sidéricos tardios, correspondendo o século III a.C. ao desaparecimento da pintura bicroma (1992:301).

No que respeita aos motivos decorativos, os exemplares apresentam bandas aplicadas sobre a superfície externa, no caso das formas fechadas, e sobre o bordo, ou superfície interna, no caso das formas abertas, exceção feita às peças de tipo taça/tampa, que apresentam pintura sobre a face externa, sendo este o principal indicador do seu modo de utilização. Regista-se apenas um exemplar de forma fechada que apresenta círculos concêntricos sobre a parede externa, cuja forma não foi possível determinar, mas que face ao repertório formal identificado poderá corresponder a uma forma fechada de tipo pote.

	Face interna		Face externa		Face interna e externa	
	Formas fechadas	Formas abertas	Formas fechadas	Formas abertas	Formas abertas	Formas fechadas e abertas
1 Banda						
2 Bandas						
3 Bandas						
4 Bandas						
Cor						

Figura 109- Síntese das decorações pintadas do Castro de Segóvia.

Estes recipientes apresentam uma decoração exclusiva com uma técnica da pintura em bandas, não existindo nenhum fragmento com técnica mista. Assim, podemos concluir que a cerâmica pintada em bandas do Castro de Segóvia, parece corresponder a um tipo cerâmico de produção especializada ou individualizada, diferenciada das restantes cerâmicas e técnicas decorativas, talvez pela exigência de uma especialização na produção ao nível dos acabamentos.

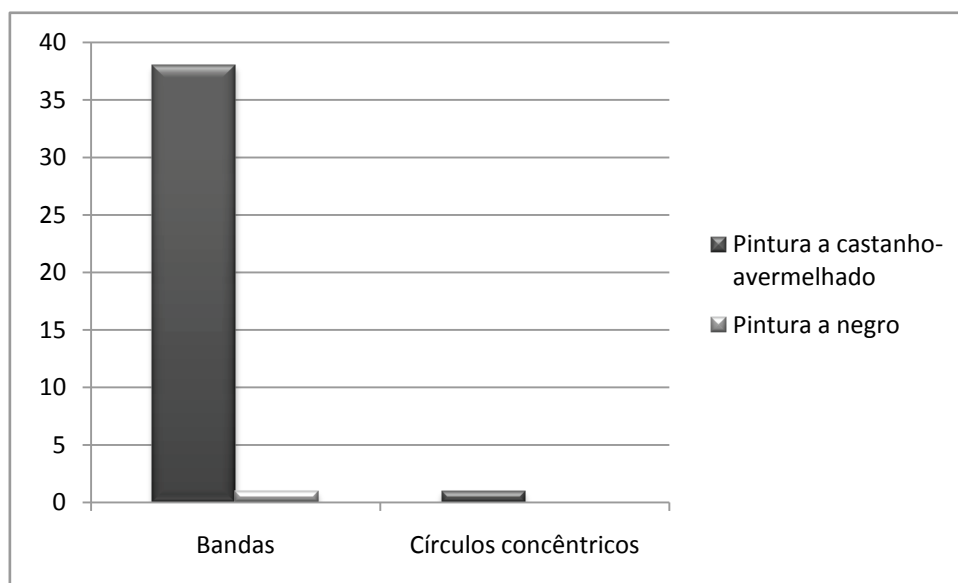


Figura 110- Distribuição das pinturas em bandas por cor e tipo.

Este conjunto, ao nível dos seus fabricos, enquadra-se nos grupos petrográficos locais ou regionais, correspondendo, provavelmente, a uma produção indígena de carácter artesanal, o que poderia, de certo modo, justificar simplicidade nas gramáticas decorativas.

Assim, tal como já foi anteriormente proposto (Fabião, 1988,83), embora em alguns locais tenha ocorrido uma aceitação e inclusão desta técnica decorativa no repertórios indígenas, nomeadamente em Miróbriga (Soares e Silva, 1979) ou Garvão (Beirão *et al.*, 1985: 68), não se trata de uma técnica dominante que tenha sido amplamente assimilada pelas populações locais. A sua presença reflecte contactos com a área ibero/turdetana, onde esta técnica decorativa é dominante (*Ibidem*) (Berrocal-Rangel-1995: 177).

No que respeita ao enquadramento cronológico, esta técnica está presente durante toda a chamada "II Idade do Ferro" e perdura até a um momento tardio da república (Pinto,

2010: 314), caracterizado noutro locais por variantes de bandas vermelhas cor-de-vinho (Berrocal-Rangel, 1994: 109).

No Castro de Segóvia, as cores das bandas cingem-se a vários tons entre o vermelho e o castanho, bem como a um exemplar com pintura a negro, estando ausentes bandas cor de vinho ou violáceas.

No que respeita à cronologia de produção, estas formas surgem associadas à última fase de ocupação do sítio e, neste sentido, parece-me verosímil aceitar a sua convivência com cerâmicas de morfologia romana. Lamentavelmente, muitos dos exemplares não apresentam contexto de recolha, não sendo claro qual o início de produção e utilização desta técnica decorativa no sítio.

8.2.Decoração estampilhada

A decoração estampilhada é talvez a mais importante e a mais complexa de analisar. Trata-se da aplicação de selos ou estampilhas com motivos decorativos vários, tendencialmente de matriz geométrica, aplicados sobre a argila fresca, pressionando a matriz positiva contra o recipiente, deixando uma marca impressa, designada por estampa ou estampilha.

As estampilhas podem assumir diferentes tamanhos e formas. Habitualmente são circulares, quadradas ou retangulares, de dimensões variáveis entre os 1 cm e os 8 cm de largura máxima.

A conhecida cerâmica estampilhada apresenta um marcado cariz indígena nas designadas áreas Lusitano/Vetónico/Celtas (Fabião, 1998: 83), sendo habitualmente aplicada sobre recipientes de cerâmica comum manual ou a torno, de produção local.

Embora em muitos dos sítios onde estas decorações estão documentadas seja referida a sua produção a torno (Arnaud e Gamito, 1974-77; Berrocal Rangel, 1994: 114), certo é que no Castro de Segóvia a sua produção é maioritariamente manual; em pastas toscas e

pouco depuradas em tons castanhos, no caso das cozeduras oxidantes, ou negros nas cozeduras redutoras.

Do conjunto de cerâmica estampilhada de Segóvia, um total de três fragmentos já foram dados à estampa, tendo sido também referidos pelos autores das intervenções no Castro, na única publicação exclusivamente dedicada ao tema das matrizes estampilhadas no território português (Arnaud e Gamito, 1974-77).

O conjunto de cerâmica espampilhada conta com um total de 31 fragmentos, 30 dos quais possibilitaram a sua representação gráfica. Trata-se, à excepção das excisões, da técnica decorativa menos utilizada no sítio. Deste conjunto, apenas três peças são classificáveis do ponto de vista formal (cerca de 13% da amostra), correspondendo a um alguidar da forma A.5., a um grande recipientes da forma B.6.A. de cerâmica comum e a uma taça de cerâmica cinzenta da forma A.1. e A.1.Variante A.

Do ponto de vista da origem das matrizes estampilhadas e do seu significado, não é fundamental uma contabilização exacta da quantidade de produções manuais e a torno. Contudo, parece-me importante sublinhar que a adopção da roda de oleiro pelas populações do interior, reflectida através da percentagem de cerâmicas a torno, é muito escassa, tornando-se uma técnica recorrente apenas durante a ocupação romana deste território.

Esta técnica decorativa estampilhada surge associada a contextos tardios, da chamada "II Idade do Ferro", com uma difusão balizada, grosso modo, entre os séculos V/IV a.C. e o século II/I a.C., convivendo plenamente, na última fase da sua produção, com as primeiras importações itálicas, como está documentado no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 317).

Deste modo, o início da produção da cerâmica estampilhada no sudoeste da Península Ibérica é datada do século IV a.C., pela sua associação contextual a fragmentos de cerâmica ática, como parece ser o caso do Capote (Berrocal Rangel, 1994, 114), ou de Badajoz (Berrocal Rangel, 1992: 301) Esta técnica decorativa perdura até ao século I a.C., como está patente nos materiais do Castelo da Lousa (Pinto, 2010: 317).

Contudo, dentro das balizas acima descritas, as matizes cronológicas são muito discutíveis, e mais difíceis ainda de definir no Castro de Segóvia, dado que cerca de

quarenta por cento da amostra corresponde a recolhas de superfície realizadas em 1969, alegadamente no sítio, e apenas dois fragmentos foram recolhidos em contextos da Idade do Ferro, quadrado B, nível 7 e B nível 5, datáveis do século III a.C. (v. est. 98, n.8 e 12). As peças em questão apresentam grandes estampilhas quadrangulares, com padrões idênticos entre si.

No conjunto de cerâmica estampilhada de Segóvia, os fragmentos são maioritariamente de pequena dimensão, o que dificulta a avaliação da decoração impressa e da profusão decorativa, bem como a sua associação a uma forma específica. Deste modo, em muitos dos exemplares é impossível determinar se o recipiente apresenta um motivo simples, repetido várias vezes, ou motivos compostos, ou mesmo uma técnica mista.

Contudo, na amostra existente, a presença de uma técnica mista, estampilhada e outra, está ausente, tendo sido identificado apenas um fragmento com duas estampilhas de matrizes distintas.

Os motivos decorativos podem dividir-se em motivos geométricos, vegetalistas e indeterminados. Os geométricos são os mais bem representados, podendo dividir-se em quatro tipos: circulares, quadrangulares, composições geométricas.

Motivos circulares- Correspondem, como o próprio nome indica, a estampilhas em forma de círculo, que, no Castro de Segóvia, apresentam diâmetros entre 8mm e os 24mm. O padrão mais frequente são os círculos concêntricos, com dois, três ou quatro aros (v.estampa 97). Documenta-se igualmente estampilhas circulares com motivos radiais, também conhecidos por soliformes ou rosetas (Berrocal Rangel, 1994: fig 33 e 34), ou cruciformes. Importa referir que o único fragmento que ostenta duas estampilhas diferentes corresponde a um padrão de círculos concêntricos, conjugado com uma estampilha circular, de menores dimensões, com um motivo cruciforme (v. estampa 97, n.4).

Os motivos circulares apresentam uma considerável difusão, estando documentados no Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 33 e 34), em Mesas de Castelinho (Fabião, 1998: est 63-II), no Castelo da Lousa, (Pinto, 2010: 427-n.63), em Vaiamonte (Arnaud e Gamito, 1974-77: fig 1), Vilasviejas del Tamuja (Hernandez *et al*, 1989, fig.66), ou Badajoz (Enríquez e Rodríguez, 1988: fig.6), sendo uma gramática decorativa bastante

frequente, particularmente no que respeita aos pequenos círculos e aos concêntricos. O frequente recurso a esta opção decorativa pode dever-se à simplicidade destes padrões, que os tornam versáteis de conjugar e de fácil execução (Berrocal Rangel, 1994:107).

Os motivos circulares são muitas vezes interpretados como representações astrais, solares, como parece ser o caso dos "soliformes" de Cogotas (*Ibidem*).

Motivos quadrangulares- Registam-se sete fragmentos de estampilhas em forma de rectângulo ou quadrado, correspondendo, de um modo geral, a estampilhas de grandes dimensões aplicadas sobre grandes recipientes. Os padrões decorativos são mais variados que nas estampilhas circulares, correspondendo a divisões geométricas de um quadrado em triângulos, losângulos, reticulados ou quadrados concêntricos (v.estampa. 98, n.s 8, 9, 10 e 12). Documentou-se ainda um motivo de espiral ou labirinto, único no conjunto da cerâmica estampilhada, que apresenta paralelo nalguns fragmentos do Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 35 6-7). As impressões de motivos quadrangulares apresentam dimensões variáveis entre 36mm e os 44mm de lado, e parecem corresponder a frisos decorados com estampilhas delimitados por linhas incisas, como se apresenta no registo gráfico das peças 8,9 10 e 12. (v.est. 98.). A este conjunto de motivos, foi possível associar um alguidar do tipo A.5 (v.estampa. 98, n.s 8), bem como uma taça com estampilhas reticuladas da forma A.1., em cerâmica cinzenta (v. estampa 99, n.14), correspondendo o restante conjunto a grandes recipientes de forma indeterminada.

Os motivos quadrangulares apresentam paralelo em Vaimonte (Arnaud e Gamito, 1974-77: fig 2- n.97-96 e 10, Fabião 1998: est 54-1, est 55-1), em Mesas do Castelinho (*Ibidem*: est 60 n.2 e est.61), sendo um dos motivos decorativos mais bem documentados no Capote (Berrocal Rangel. 1994: fig.35 6.5). No Castelo da Lousa, as estampilhas quadrangulares são raras e correspondem a padrões reticulados (Pinto, 2010: estampa CXXVIII n.51 e CXXIX n.57).

Motivos triangulares/escudiformes - Corresponde apenas a três fragmentos estampilhados que são classificados, com algumas reservas, com motivos triangulares. Trata-se de um motivo raro no sítio. Uma das estampilhas apresenta linhas concêntricas triangulares (v. est. 99, n.23), e a outra peça apresenta um padrão reticulado, de pequenos quadrados, delimitado por uma cartela possivelmente triangular (v. est. 99,

n.22). Contudo ambas estampilhas correspondem a fragmentos de pequena dimensão, não sendo visível a totalidade da matriz impressa, podendo assim corresponder a um motivo quadrangular ou composto.

Estas estampilhas escudiformes foram interpretadas como representações de escudos, de forma triangular ou sub-ovalada, conhecidas no Alentejo e Extremadura Espanhola (Arnaud e Gamito, 1974-77 e Rodriguez Díaz, 1989: 86). As estampilhas "escudiformes" de Segóvia encontram paralelo na Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998: est 63, I), no Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 35 6.8), em La Pepina (Rodriguez Díaz e Berrocal Rangel, 1988: fig.18) e no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: estampa CXXXVIII n.55)

Motivos geométricos compostos- Sete fragmentos estampilhados foram enquadrados no conjunto dos motivos geométricos compostos. Esta categoria engloba estampilhas com composições geométricas várias, que não se inscrevem, nem se circunscrevem, a uma única forma geométrica. Assim, trata-se estampilhas arredondadas ou quadrangulares, apresentando composições de losângulos; losângulos-triângulos-círculos, ou losângulos-rectângulos. As estampilhas apresentam uma dimensão variável entre os 20mm e os 38mm, onde os pequenos motivos decorativos são dispostos de forma reticulada, com dimensões entre 2mm a 7 mm. Em algumas peças, a composição decorativa é disposta de um modo um pouco caótico (v.est. 15, 16 e 20), e, por essa razão, nem sempre resulta clara a sua leitura. Identificámos alguns paralelos de motivos reticulados com uma disposição irregular em Vaiamonte (Fabião, 1998: est 59, n.5), bem como no Capote, tendo sido identificado neste último sítio uma semelhança entre matrizes com rectículas triangulares e com losângulos (Berrocal Rangel, 1994: fig.35 6.8., lám. 25 n.1179 e lám 65-2524)

Motivos vegetalistas- Trata-se do grupo menos representado, correspondendo a um exemplar de cerâmica cinzenta, com palmetas (est. 100, n.26) e um outro com óvulos (est. 100, n.27) As palmetas estão bem representadas em cerâmica estampilhada, existindo paralelos em cerâmica cinzenta em Vaiamonte (Fabião, 1998: est 59 n.8), bem como no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: est CXXXIX n.56). A decoração com óvulos regista-se no Capote (Berrocal Rangel 1994: fig.36 6.10) e no Castelo da Lousa (Pinto, 2010: est. CXXVII). Trata-se de um motivo pouco difundido que poderá estar relacionado com técnicas ornamentais metalúrgicas (Gomes e Beirão, 1988:35).

Tanto as palmetas como os óvulos correspondem a motivos decorativos comuns em cerâmicas finas romanas, podendo estar relacionados com a difusão de protótipos metálicos ou cerâmicos, de origem mediterrânea.

Além dos motivos já apresentados, identificámos ainda um exemplar estampilhado com cartela rectangular, de cantos arredondados, cujo motivo é imperceptível (v.est. 100, n.25).

Uma vez mais, as composições decorativas de Segóvia são cabalmente mais simples quando comparadas com outros locais, como o Capote (Berrocal Rangel, 1994), Garvão (Beirão *et al.*, 1985) ou o Castelo da Lousa, onde podemos encontrar estampilhas conjugadas com incisões ou decorações roletadas.(Pinto, 2010)

O conjunto de cerâmica espampilhada de Segóvia parece ser representativo de uma produção regional, com recurso gramáticas decorativas predominantemente geométricas, pouco diversificadas, aplicadas maioritariamente em vasos de grande dimensão.

Neste sentido, a dimensão das estampilhas parece, em primeiro lugar, adequar-se à dimensão dos recipientes, ou seja, em recipientes de grandes são aplicadas estampilhas de grande dimensão.

Sendo os recipientes de média / grande dimensão predominantes no sítio, o reflexo mais natural é que exista também uma significativa percentagem destas formas estampilhadas.






















Grupo	Decoração	Pequena dimensão	Média dimensão	Grande dimensão
Motivos Circulares	Concêntricos			
	Cruciformes			
	Radiais			
Motivos Quadrangulares	Divisões geométricas			   
	Reticulados			
	Espirais			
Motivos geométricos compostos	Losângulos, Triângulos Rectângulos e círculos		  	
Motivos triangulares	Escudiformes			 
Motivos vegetalistas	Palmetas			
	Óvulos			
Motivos Indeterminados				

Figura 111- Quadro de síntese das decorações estampilhadas do Castro de Segóvia

A proposta de associar a dimensão das grandes estampilhas a horizontes cronológicos mais antigos (Fabião, 1998: 81) carece de fundamento, à luz dos dados actualmente disponíveis. A associação formal de estampilhas de grande, média e mesmo pequena dimensão aos níveis fundacionais de Mesas do Castelhinho, passíveis de integração nos grupos I, II e IV de Carlos Fabião (Estrela, 2010: est.32), sugere uma clara convivência

de distintas dimensões e motivos estampilhados em horizontes cronológicos datáveis entre a segunda metade do século IV a.C. e os finais do século III a.C. (*Ibidem*). Neste sentido, recorde-se que as grandes estampilhas de formas geométricas estão também documentadas nos níveis republicanos do Castelo da Lousa (Pinto, 2010), sendo, de acordo com os contextos supra citados, um modelo decorativo que perdura ao longo da segunda metade do primeiro milénio a.C.

Relativamente ao início de produção de cerâmica estampilhada, a proposta cronológica mais recuada anterior ao século V a.C., era até à data, o próprio Castro de Segóvia (Gamito 1981: 35; 1982) contudo, e como já houve oportunidade de referir, esse horizonte cronológico carece de fundamento arqueológico, face à inexistência de materiais datáveis desse período.

Uma cronologia entre finais do século V a.C. e a primeira metade do século IV a.C. foi proposta para as grandes estampilhas circulares e quadrangulares de Mesas de Castelhinho em associação aos níveis fundacionais do sítio (Estrela, 2013). Esta proposta de datação não surge de uma relação contextual directa destas estampilhas a materiais datáveis do século V a.C., mas através da correlação estratigráfica e da integração dos depósitos mais antigos na Fase III do sítio, cuja datação foi aferida pela presença de um fragmento de um pé "em reserva" de uma taça Cástulo (Estrela, 2013: 32-n.3922).

Embora a cronologia apresentada para a Grupo I de cerâmica estampilhada estabelecida por Carlos Fabião seja datada entre o século V e inícios ou meados do século II a.C. (Fabião, 1998: 83), a inexistência de qualquer outro paralelo conhecido de cerâmica estampilhada em horizontes cronológicos do século V a.C. suscita, à luz dos dados actualmente conhecidos, algumas reservas, dado que a única excepção conhecida de estampilhas datáveis do século V a.C., concerne às estampilhas com cavalos da Rua dos Correeiros, que se enquadram num conjunto de materiais de matriz mediterrânea (Sousa, 2011:288). Neste sentido, importa referir que as restantes estampilhas de cavalos conhecidas do Capote e de Badajoz apresentam cronologias mais tardias (Berrocal Rangel, 1992:102 e 301 e 1994:110-112).

A este propósito, importa referir que no conjunto de cerâmica estampilhada de Segóvia não lográmos identificar nenhum exemplar com representação figurativa. Deste modo, embora os autores dos trabalhos de escavação tenham referido a presença de uma

estampilha com a representação de um equídeo (Arnaud e Gamito, 1974-77:194), certo é que essa peça não foi dada à estampa, nem se encontra junto ao acervo cerâmico em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, que tive oportunidade de reunir e ampliar.

Por último, deve ainda sublinhar-se que a utilização da técnica estampilhada permite enquadrar o Castro de Segóvia num âmbito cronológico e cultural patente em alguns outros sítios arqueológicos da Extremadura Espanhola e Alentejo Português.

Catálogo de peças ilustradas:

- 1 [2007.162.36](Estampa 97)-Fragmento de bojo com estampilha circular concêntrica.
- 2 [2007.162.32](Estampa 97)-Fragmento de bojo com duas estampilhas circulares concêntricas.
- 3 [2007.162.35](Estampa 97)-Fragmento de bojo com três estampilhas circulares concêntricas.
- 4 [1569](Estampa 97)-Fragmento de bojo com duas estampilhas, uma circular concêntrica e uma circular cruciforme..
- 5 [2007.50.7](Estampa 97)-Fragmento de bojo com estampilha circular concêntrica.
- 6 [2007.162.40](Estampa 97)-Fragmento de bojo com estampilha circular radial.
- 7 [2007.162.34](Estampa 97)-Fragmento de bojo com estampilha circular radial.
- 8 [2007.51.28](Estampa 98)-Fragmento de bordo da forma A.5. com duas estampilhas quadrangulares.
- 9 [2007.51.106](Estampa 98)-Fragmento de bojo com estampilha quadrangular.
- 10 [2004.42.4](Estampa 98)-Fragmento de bojo com estampilhas quadrangulares, padrão de triângulos, losângulos e círculos.
- 11 [1739](Estampa 98)-Fragmento de bojo com estampilha quadrangular.
- 12 [2004.42.5](Estampa 98)-Fragmento de bojo com três estampilhas quadrangular com triângulos ou formas em X.
- 13 [BIVA1](Estampa 98)-Fragmento de bojo com duas estampilhas quadrangulares.
- 14 [2256](Estampa 98)-Fragmento de bojo com estampilha quadrangular com espirais.
- 15 [2007.51.16](Estampa 99)-Fragmento de bordo da forma A.1. Cerâmica cinzenta com estampilha quadrangular. reticulada.
- 16 [2004.44.11](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto por triângulos, losângulos e círculos. .

- 17 [2004.42.6](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto por triângulos, losângulos e retângulos.
- 18 [2007.51.227](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto por triângulos, retângulos e formas de L. .
- 19 [2432](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto indeterminado
- 20 [2007.162.37](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto por triângulos e losângulos.
- 21 [2007.51.291](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto por triângulos e rectângulos. .
- 22 [2099](Estampa 99)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo geométrico composto indeterminado
- 23 [2007.162.2.](Estampa 100)-Fragmento de bordo da forma B.6.A.1. com estampilha com motivo geométrico indeterminado
- 24 [1995](Estampa 100)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo de aspas.
- 25 [2007.162.47](Estampa 100)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo indeterminado.
- 26 [2007.162.45](Estampa 100)-Fragmento de bojo de cerâmica cinzenta com estampilha com palmeta.
- 27 [2007.162.13](Estampa 100)-Fragmento de bojo com duas estampilhas com motivo de óvulos.
- 28 [2007.162.31](Estampa 100)-Fragmento de bojo com duas estampilhas reticuladas, com motivo de escudiforme.
- 29 [2007.162.42](Estampa 100)-Fragmento de bojo com estampilha com motivo de escudiforme.
- 30 [2007.162.39](Estampa 100)-Fragmento de bojo com duas estampilhas com motivo de escudiforme.

8.3.Decoração excisa e "pseudoexcisa"

A decoração excisa é muito rara no Castro de Segóvia. Identificámos apenas um fragmento com recurso a esta técnica decorativa que corresponde ao queimador/vaso calado da forma B.4. O fragmento apresenta excisões triangulares num padrão compositivo de conjuntos de quatro triângulos que desenhavam quadrados.

As excisões podem ser consideradas eminentemente funcionais, contudo parece evidente que a escolha dos motivos excisos, como por exemplo quadrados ou triângulos, bem como o padrão com que são dispostos, corresponde a opções estritamente decorativas, que variam significativamente de sítio para sítio.

Por este razão, estão documentados, noutros locais, pés com excisões que não apresentam um carácter funcional, mas apenas decorativo.

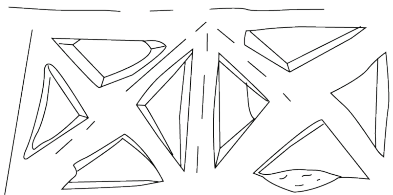
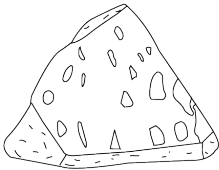
Excisa		Triângulos
Pseudo-excisa		Indeterminada

Figura 112- Quadro de síntese das decorações excisas e pseudo-excisas de Segóvia.

No que respeita aos motivos, as excisões triangulares são conhecidas com múltiplas combinações, noutros locais como no Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 26-2.2), não se conhecendo paralelo para a disposição composta de quatro triângulos formando um quadrado.

Por último, no concerne à técnica decorativa que consiste na remoção de parte da argila da parede de um recipiente, considerámos, com base na subdivisão formal operada para as cerâmicas decorada do Capote (Berrocal, 1994), um fragmento com decoração pseudoexcisa, que corresponde a um bojo de forma indeterminada com pequenos orifícios que não trespassam totalmente a peça. Estas pequenas excisões, ou "pseudoexcisões", não parecem correspondem a uma forma ou padrão determinado, parecendo simplesmente ocupar determinada área, conferindo um aspecto "texturado" ao recipiente. Desconhecemos paralelos para esta decoração

Catálogo de peças ilustradas:

1 [51](Estampa 101)-Fragmento de bojo com pequena pseudo-excisões.

8.4.Decoração incisa

Consiste na realização de incisões sobre a pasta fresca, desenhando motivos decorativos que criam uma composição de linhas. Neste sentido, embora a decoração incisa e a decoração impressa possam ambas ser executadas com recurso a uma ponta metálica, o que as diferencia é o facto de a decoração impressa corresponder à gravação de uma matriz sobre a argila, que poderá ser por exemplo um dedo, ou uma marca biselada ou espatulada, e na decoração incisa a argila fresca é sulcada, desenhando linhas paralelas oblíquas, oblíquas paralelas contrapostas, reticuladas entre outras.

No Castro de Segóvia, esta técnica encontra-se bem documentada, correspondendo a 27 % da cerâmicas decoradas

No conjunto das cerâmicas, incisas forma identificados cinco padrões distintos:

Linhas oblíquas paralelas - corresponde a um motivo bastante frequente, surgindo associado a copos e potes de perfil globular (v.estampa 40). Estas decorações são

habitualmente aplicadas sobre o bordo, ou no cordão plástico sobre a pança (v. estampa 101). Também se verificam aplicações sobre o fundo, embora mais raramente (v. estampa 37, n.53). Esta decoração está presente no Capote, correspondendo ao tipo XX (Berrocal Rangel, 1994: fig 38 e 39), registando-se também em Mesas do Castelinho (Fabião, 1998: est 64)

Linhas oblíquas contrapostas- trata-se de um motivo semelhante ao anterior, formado por uma sequência de linhas oblíquas inclinadas para a esquerda interpolada por outra inclinada para a direita (v. estampa 101). Esta decoração surge associada a potes ovóides de cerâmica manual polida (v. estampa 40). Encontramos paralelos para esta decoração no Castelo da Lousa (Pinto, 2010) e no Capote, onde correspondendo ao motivo 7.4. (Berrocal Rangel, 1994: fig 39).

Linhas verticais paralelas e linhas quebradas- estes dois motivos surgem conjugados numa única peça (v. est. 102, n.11). As restantes apresentam linhas oblíquas quebradas construindo um padrão zigzagueante (v. est. 102). Refira-se ainda que um exemplar de bordo da forma B.2.A. apresenta uma conjugação linhas quebradas e pequenos círculos incisos. A decoração de linhas quebradas está representada nos tipos 7.7. e 7.8. do Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 41 e 42), estando igualmente presente em Vaiamonte (Fabião, 1998: est.37-4).

Reticulados e espigas- as incisões reticuladas apresentam-se apenas sobre aplicações plásticas, pequenos cordões e asas cegas (v. est.102). Todas as rectículas são oblíquas, obedecendo aos padrões de linhas oblíquas já descritos. Os padrões reticulados integram a forma 7.11 do Capote (Berrocal Rangel, 1994: fig 45).

Linhas onduladas- correspondem a uma decoração mais larga e superficial de uma ou de várias linhas paralelas onduladas. Os fragmentos onde este motivo foi identificado correspondem, exclusivamente, a bojos, não sendo possível associar nenhuma forma a este padrão decorativo. As linhas onduladas estão bem representadas no Castelo da Lousa, associadas a formas fechadas de tipo pote, ou grandes recipientes de armazenamento (Pinto, 2010).

No Castro de Segóvia, a decoração incisa é utilizada predominantemente em formas fechadas, de pequena e média dimensão, como copos, púcaros e potinhos, bem como

em potes de média dimensão. As incisões são raras em recipientes grandes e os casos registados consistem em decorações aplicadas sobre cordões plásticos. Regista-se apenas um caso de uma forma aberta com decoração incisa (v.est. 102 n.12), que corresponde a uma taça de bordo simples. As incisões são uma técnica utilizada ao longo de toda a diacronia do sítio, estando presentes desde os níveis da Idade do Ferro até ao final da ocupação romana, registando-se, inclusive, a presença de algumas *tegulae* decoradas com incisões associadas aos níveis de abandono.

Línhas oblíquas paralelas	
Línhas oblíquas paralelas contrapostas	
Línhas verticais paralelas	
Línhas oblíquas quebradas	
Rectículados	
Espigas	
Línhas onduladas	

Figura 113- Síntese dos motivos incisos.

Catálogo de peças ilustradas:

- 2 [1091](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas paralelas.
- 3 [2007.51.451](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas paralelas.
- 4 [1204](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas paralelas.
- 5 [2007.50.11](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas paralelas.

- 6 [2007.51.30](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas paralelas.
- 7 [1887](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas contrapostas.
- 8 [2007.51.11](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas contrapostas.
- 9 [2007.51.15](Estampa 101)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas contrapostas.
- 10 [2007.51.15](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões de linhas oblíquas contrapostas.
- 11 [B5-4](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões de linhas verticais e linhas quebradas.
- 12 [2007.51.1997](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões de linhas verticais e linhas quebradas.
- 13 [2007.50.200](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões de linhas verticais e linhas quebradas.
- 14 [2007.51.420](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões reticuladas.
- 15 [2007.51.108](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões reticuladas.
- 16 [2007.50.1](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões reticuladas.
- 17 [2007.50.10](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões reticuladas.
- 18 [1618](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões reticuladas.
- 19 [1622](Estampa 102)-Fragmento de bojo com incisões em forma de espiga.
- 20 [2007.51.436](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 21 [1361](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 22 [2007.52.8](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 23 [2007.51.27](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 24 [2007.51.17](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 25 [2007.51.142](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 26 [2007.52.7](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 27 [1071](Estampa 103)-Fragmento de bojo com incisões com linhas onduladas.
- 28 [799](Estampa 104)-Fragmento de bojo com incisões.
- 29 [2007.51.367](Estampa 104)-Fragmento de bojo com incisões.
- 30 [805](Estampa 104)-Fragmento de bojo com incisões.
- 31 [806](Estampa 104)-Fragmento de bojo com incisões.

8.5. Decoração impressa

A impressão de marcas sobre a pasta fresca é uma técnica idêntica à cerâmica estampilhada, sendo que o principal elemento diferenciador é a utilização de um conjunto de impressões variadas como roletas, pontas espatuladas ou mesmo os próprios dedos. É uma técnica muito frequente no Castro (representa 23% dos exemplares decorados), muitas vezes utilizada como complemento decorativo de decorações aplicadas.

No que respeita às formas, embora exista um conjunto considerável de fragmentos inclassificáveis, foi possível associar esta técnica decorativa a formas fechadas de tipo copo ou púcaro da forma B.1.A, a potes da forma B.2.A e a grandes recipientes da forma B.6.A.2. e B.6.B. Foram identificados seis grupos de motivos decorativos distintos:

Decoração roletada- É muito rara no sítio, estando documentada em apenas dois fragmentos, um bordo da forma B.1. de cerâmica cinzenta (v. Est 95-13), e um bojo de cerâmica cinzenta decorado com uma grinalda (v. est. 104 n.3). Esta decoração apresenta paralelo em Vaiamonte (Fabião, 1998: est 58), no Capote (Berrocal Rangel 1994:fig.32-5.8.) e no Castelo da Lousa, (Pinto, 2010: est CXXIX, CXXX E CXXXIII). De acordo com vários investigadores, trata-se de uma decoração tardia, bem documentada em contextos republicanos (*Ibidem*), já sob a influência de importações de paredes finas.(Berrocal Rangel, 1992)

Punção circular- apenas um fragmento de bojo de cerâmica comum contém uma superfície pontilhada, parecendo ter sido executada com um pequeno punção circular. Trata-se de uma única peça, sendo este um motivo decorativo muito raro.

Impressões em forma de ferradura- dois fragmentos de bordo de cerâmica manual, apresentam um padrão de impressões em forma de ferradura, que parecem ter sido executadas utilizando as unhas. Motivos semelhantes registam-se no Capote e foram interpretados como ungulações (Berrocal Rangel: 1994: 102)

Impressões espatuladas rectangulares- apenas um fragmento de pé de uma forma fechada de pequena dimensão do tipo B.1. apresenta um espatulado, de remate quadrangular, sobre o pé (v.est. 104-36). Esta técnica está documentada no Capote integrando o grupo 5.4. (Berrocal Rangel, 1994: 102).

Impressões espatuladas biseladas- corresponde ao tipo mais comum das impressões espatuladas, consistindo num sulco de secção triangular com ponta afilada assimétrica. Documentam-se sete fragmentos no sítio com esta decoração. Lamentavelmente, trata-se apenas de fragmentos de bojo, pelo que não foi possível associar nenhuma forma a este motivo decorativo.

Digitações- esta é sem dúvida a técnica de impressão mais utilizada no sítio, correspondendo a cerca de 90% dos fragmentos com decoração impressa. Para além da facilidade de aplicação, importa também referir a rapidez de execução deste tipo de decorações, que utilizam como principal ferramenta os próprios dedos do oleiro. Estas decorações são colocadas sobre os bordos, nos cordões plásticos ou, mais raramente, nas asas cegas. A amostra estudada permitiu observar uma grande variedade de digitações, que podem surgir com maior ou menor dimensão, profundidade e espaçamento (v. est. 106 e 107), existindo peças com frisos digitados assimétricos, inclinados ou com espaçamento muito irregular, fruto de um processo de manufactura de uma falta de standardização da produção.

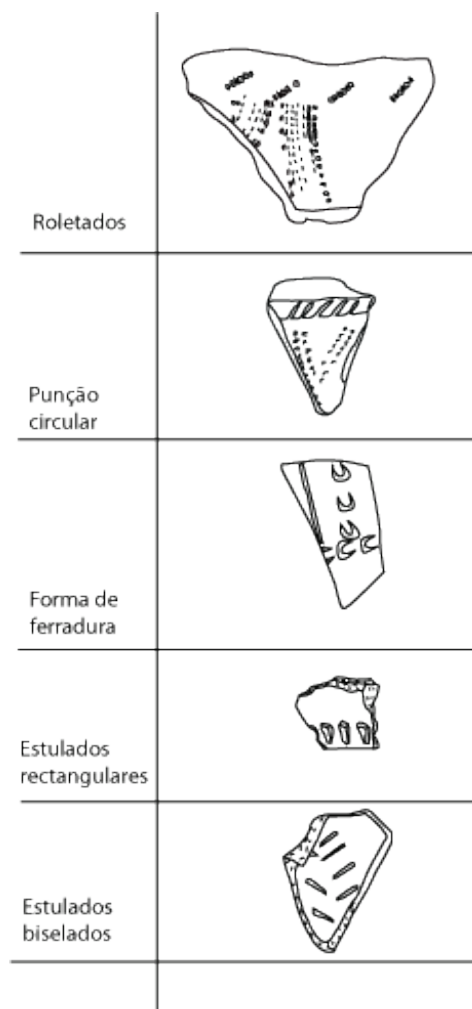


Figura 114- Síntese dos motivos impressos

Catálogo de peças ilustradas:

- 32 [2004.45.5](Estampa 104)-Fragmento de bojo com decoração roletada.
- 33 [2004.45.6](Estampa 104)-Fragmento de bojo com decoração de punção circular.
- 34 [2007.162.44](Estampa 104)-Fragmento de bojo com impressões em forma de ferradura.
- 35 [2007.162.42](Estampa 104)-Fragmento de bojo com impressões em forma de ferradura.
- 36 [2007.162.6](Estampa 104)-Fragmento de fundo/pé com impressões espatuladas rectangulares.
- 37 [1204](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel.
- 38 [1204](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel
- 39 [2007.162.32](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel.

40 [E009](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel

41 [2007.50.9](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel

42 [E010](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel

43 [2007.162.41](Estampa 105)-Fragmento de bojo com impressões espatuladas e bisel

8.6. Decoração aplicada:

Consiste na aplicação de elementos plásticos externos ao recipiente que são colocados após o processo de modelação sobre a pasta fresca. Esta técnica é aplicada, de um modo geral, aos elementos de preensão, como asas ou aletas, mas é também usada exclusivamente como elemento decorativo.

As decorações aplicadas são frequentes em recipientes de cerâmica comum de variadas formas, e podem ser divididas em dois tipos principais: as decorações simples, como mamilos; e as decorações compostas, em que é executada uma decoração incisa ou digitada sobre um cordão plástico.

No Castro de Segóvia, identificámos 214 fragmentos de cerâmica com decoração aplicada sobre formas fechadas, como potes e púcaros e grandes recipientes. Contudo a maioria dos fragmentos corresponde a bojós de grandes vasos (84%), não sendo possível uma atribuição formal segura.

Asas Cegas- é uma designação que corresponde a uma asa sem orifício. Trata-se de uma aplicação de um pequeno rolo de argila, de forma semi-circular ou semi-elíptica, à parede externa do recipiente, criando uma saliência para preensão. No Castro de Segóvia, esta é uma aplicação frequente (6,6, % das decorações aplicadas), exclusiva de recipientes de produção manual, polidos ou alisados, que correspondem a vasos de pequena/média dimensão, de forma globular ou hemisférica. Habitualmente, esta aplicação não apresenta decoração sendo eminentemente funcional, havendo, contudo, exemplares com decoração incisa e digitada (v.est. 108, n.60 e n.67).

Mamilos- identificámos 16 fragmentos mamilados (7,4% do conjunto,) correspondendo maioritariamente a bojos inclassificáveis. Os escassos fragmentos classificáveis são formas globulares, como copos ou pequenos potes (v.est 33 n.1 e est. 40 n.3). Os mamilos surgem normalmente isolados sem outra decoração associada, embora existam exemplares de mamilos duplos e triplos, bem como digitações sobre mamilos (v. est.107 n-58 e 59).

Aplicações quadrangulares- trata-se de um elemento de preensão, semelhante aos mamilos, que se caracteriza por apresentar uma base rectangular bem definida, aplicada a copos ou pequenos potes. Ao contrário dos mamilos, esta aplicação plástica surge com duas, três ou mais aplicações por recipiente, todas colocadas à mesma altura e distribuídas ao longo do diâmetro da peça (v.est.34, n13), parecendo assim evidente uma funcionalidade de preensão para estas aplicações. Não se regista a conjugação de aplicações quadrangulares com qualquer outro motivo decorativo, podendo assim concluir que a sua aplicação é meramente funcional.

Cordões- trata-se da aplicação plástica que surge em maior número, estando formalmente documentada em copos, potes e talhas ou dolia, numa dimensão variável de acordo com o tamanho do recipiente. Os cordões podem apresentar uma secção arredondada, quadrangular ou mesmo triangular, mais ou menos saliente, fruto do próprio processo de manufactura. Se nos recipientes de menor dimensão podemos equacionar o cordão como elemento simultaneamente decorativo e de preensão, esse pressuposto não se aplica aos médios/grandes recipientes. Do ponto de vista das gramáticas decorativas, os cordões são bastante monótonos, apresentando versões simples, sem outra decoração associada (19,6%, da cerâmica aplicada), cordões digitados, que são claramente dominantes (58% das aplicações plásticas) e, por último, cordões com incisões recticuladas, oblíquas paralelas, oblíquas contrapostas e linhas quebradas (8,4 % das decorações aplicadas).








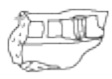





	Mamilos	Cordões	Asas Cegas	Aplicações quadrangulares
Simples				
Digitações				
Impressões				
Incisões				
Duplas				
Triplas				

Figura 115- Quadro síntese dos motivos aplicados.

Catálogo de peças ilustradas:

44 [1558](Estampa 105)-Fragmento de bojo com cordão digitado

45 [2007.51.441](Estampa 105)-Fragmento de bojo com cordão digitado

- 46 [2007.51.250](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado
- 47 [2007.50.2](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 48 [2007.52.19](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 49 [2007.53.1](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 50 [2007.51.22](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 51 [2007.51.344](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 52 [2007.50.194](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 53 [2007.51.330](Estampa 106)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 54 [2007.51.66](Estampa 107)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 55 [2007.51.133](Estampa 107)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 56 [2007.51.126](Estampa 107)-Fragmento de bojo com cordão digitado.
- 57 [2007.51.75](Estampa 107)-Fragmento de bojo com cordão com impressões quadrangulares.
- 58 [2007.51.1974](Estampa 107)-Fragmento de bojo mamilado.
- 59 [5042](Estampa 107)-Fragmento de bojo mamilado.
- 60 [2007.51.1951](Estampa 108)-Fragmento de bojo com asa cega digitada
- 61 [2007.52.39](Estampa 108)-Fragmento de bojo com asa cega.
- 62 [2007.51.318](Estampa 108)-Fragmento de bojo com aplicação quadrangular.
- 63 [2007.51.27](Estampa 108)-Fragmento de bojo com aplicação quadrangular.
- 64 [2007.53.3](Estampa 108)-Fragmento de bojo com aplicação quadrangular.
- 66 [1616](Estampa 108)-Fragmento de bojo com asa cega.
- 67 [2007.50.119](Estampa 108)-Fragmento de bojo com asa cega com decoração incisa recticulada..

8.7. As decorações no quadro das cerâmicas de produção local ou regional no Castro de Segóvia.

Com cerca de 7,5% de cerâmica decorada, importa referir em primeiro lugar que as aplicações plásticas são dominantes, primeiramente sob a forma de cordões digitados, sendo também frequentes os cordões com decoração incisa.

No que respeita ao repertório formal decorado, dominam as formas fechadas de grande dimensão, não se registando decorações sobre as formas abertas de tipo tampa ou almofariz. São muito raras as decorações sobre malgas, alguidares ou pratos, existindo apenas um exemplar decorado em cada um destes tipos.

Neste sentido, é relevante referir que há uma clara relação entre formas fechadas de pequena dimensão de cerâmica manual polida e a aplicação de mamilos ou pequenos elementos de prensão, bem como a aplicação isolada ou sobre cordões plásticos de pequenos motivos incisos e impressos.

Pretende-se assim salientar que aos grandes recipientes estão reservadas as decorações estampilhadas e de grandes cordões digitados ou, mais raramente, com incisões simples oblíquas paralelas, tendência que se deve, muito possivelmente, à facilidade e rapidez de aplicação destas decorações.

Neste sentido, são pouco frequentes ou mesmo pontuais as aplicações digitadas sobre pequenas asas cegas, cordões ou mesmo aplicação de digitações directamente sobre os bordos de pequenos recipientes.

Deste modo, a análise do conjunto de cerâmicas decoradas parece indiciar alguma especialização e relação directa entre tipos cerâmicos/acabamentos e técnicas decorativas, sugerindo alguma especialização na produção e uma filiação em tradições oleiras distintas.

Assim a cerâmica manual polida corresponde a recipientes de pequena e pequena média dimensão que são decorados com mamilos, impressões espatuladas e incisões, e aplicações de pequenos cordões, asas cegas, e ainda aplicações quadrangulares, sendo

excepções a esta "regra" os raros (três) fragmentos com decoração digitada e um único estampilhado (v. est.31 n.16).

A cerâmica manual grosseira corresponde maioritariamente aos médio/grande e grandes recipientes, de forma fechada, que apresentam decorações sobre o bordo ou pança, O repertório decorativo é pouco variado, as decorações sobre os bordos e panças resumem-se a digitações e incisões, bem como à aplicação de estampilhas, cordões incisos ou digitados.

A cerâmica torno corresponde ao tipo menos decorado, resumindo-se a quatro fragmentos de cerâmica cinzenta, às decorações pintadas em bandas, a dois fragmentos de cerâmica comum, a um fragmento de uma malga (v. est. 27 n.17) e a um de uma bilha (v. est. 58, n.28), ambos de inspiração claramente romana.

Em cerâmica cinzenta, registam-se quatro fragmentos decorados, dois estampilhados e dois impressos sendo a aplicação de roleta exclusiva desta categoria cerâmica. A incidência de decorações roletadas em contextos mais tardios, como é o caso do Castelo da Lousa (Pinto, 2010), bem como a possível filiação itálica das impressões, conferem um atributo cronológico tardio a este tipo decorativo bem como a parte do conjunto de cerâmica cinzenta.

9. Artefactos não cerâmicos

O conjunto de artefactos que designámos por "artefactos não cerâmicos" é constituído por espólio lítico, de osso, metálico e vítreo.

Apesar de corresponder apenas a 1,9% do total dos materiais recuperados, trata-se de objectos com uma funcionalidade muito específica, que requerem a utilização de outras matérias-primas mais raras ou de difícil extracção.

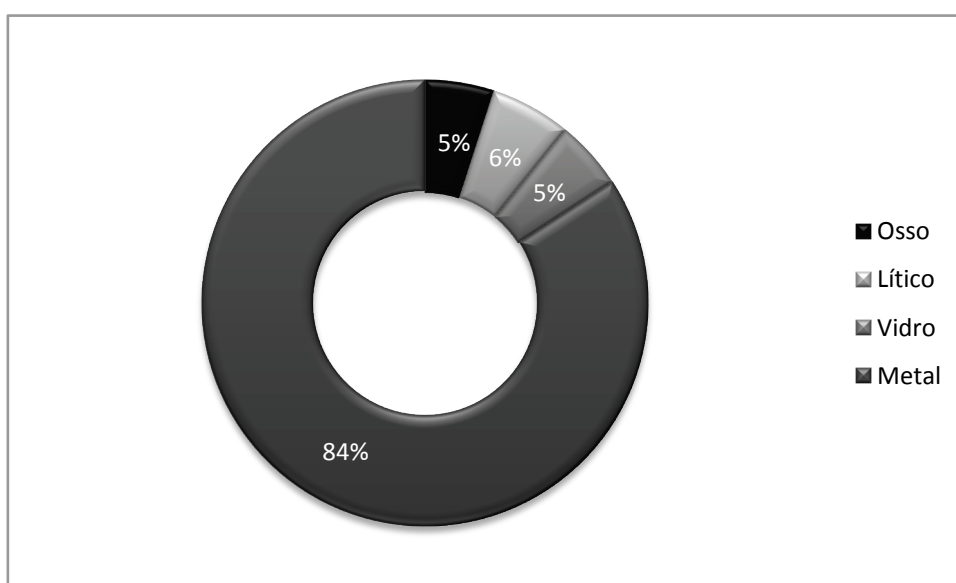


Figura 116 Distribuição percentual dos objectos não cerâmicos por matéria prima.

9.1. Líticos

Os objectos líticos do Castro de Segóvia são pouco frequentes. Os escassos materiais pétreos foram recolhidos à superfície ou estão associados à última fase de ocupação do sítio.

A classificação destes artefactos foi realizada pela associação de forma / funcionalidade, tendo sido, deste modo, identificadas três formas/funcionalidades distintas: pedras de mó, uma conta de colar de pedra e vários percutores. Em cada um destes apartados existem alguns aspectos que importa referir:

9.1.1. Pedras de mó

No Castro de Segóvia foram recolhidos, nas escavações antigas e recentes, vários elementos de mó giratória.

Não se sabe ao certo a origem deste engenho, mas esta tecnologia surge em associação a outros dispositivos, de que a roda de oleiro é um bom exemplo, em contextos peninsulares balizados entre os séculos XII a.C. e VIII a.C..

A mó giratória chega ao extremo ocidente peninsular juntamente com outras inovações tecnológicas provenientes do Mediterrâneo oriental, na 1ª metade do I milénio a.C. A generalização da utilização deste equipamento só terá ocorrido alguns séculos mais tarde com a chegada dos contingentes romanos à península (Vilhena, 2008: 35).

A rapidez na moagem dos cereais, decorrente da utilização do moinho giratório, aumentou a rentabilidade da produção de cereais a partir do final da Idade do Ferro.

As mós são constituídas por dois elementos petreos circulares, um estático (dormente) e um outro móvel (movente).

No Castro de Segóvia, foi possível identificar, na escavação de 2009 a existência de um compartimento, associado à última fase de ocupação, dedicado à moagem de cereais com alguns elementos de mó (dormentes e moventes) encontrados em deposição primária.

Deste modo, embora o processo de funcionamento das mós seja bem conhecido no mundo romano, a evidência arqueológica de Segóvia permitiu documentar os processos de moagem neste local, no qual se regista um compartimento específico para esse efeito denotando uma separação de actividades e uma especialização da produção.

Neste sentido, parece-me importante descrever, para além dos elementos de mó *per si*, toda a estrutura de apoio a que se encontravam associados e sem a qual não funcionariam.

O engenho, implantado no centro do compartimento, é constituído por uma estrutura negativa de forma hemisférica, que foi preenchida por pedras de média e grande dimensão, criando uma base consolidada sobre a qual assentaria o dormente.

Os dois elementos de mó têm cerca de 40 cm de diâmetro e uma espessura variável. O movente apresenta superfícies côncavas, visivelmente erudidas, com uma perfuração central, e o dormente tem uma base plana inferior, e um topo tronco-cónico, com uma depressão central pouco acentuada.

Todos os elementos de mó recolhidos no sítio são feitos de uma pedra de granito de cor cinzenta e apresentam dimensões idênticas.

Quanto à cronologia de utilização deste engenho no sítio, é apenas possível afirmar que foi utilizado durante a ocupação romana, visto que não existem dados contextuais que revelem a sua utilização num momento anterior.

A quantificação do número de mós existentes foi uma tarefa árdua e pouco frutífera, dado existir um número indeterminado de mós recolhidas que se encontram depositadas na reserva da Câmara Municipal de Elvas juntamente com muitos outros elementos pétreos recolhido em sítios arqueológicos da região, tendo-se deste modo perdido o exacto contexto de recolha. A inexistência de marcação em muitos destes materiais não permitiu aferir, com segurança, a sua proveniência.

9.1.2. Percutor

Identificámos um pequeno conjunto de pedras de tendência circular, oval ou elíptica, que apresentam marcas de percussão. São utensílios frequentes não apenas em contextos pré-históricos, mas também em níveis romanos.

No Castro de Segóvia, identificámos quatro fragmentos com estas características (, tendo sido realizado o registo gráfico de uma destas peças, v. estampa 109). São rochas de matriz granítica, roladas, que apresentam habitualmente numa das extremidades uma depressão e um grande número de marcas, pequenas depressões, resultantes do impacto

causado pela batida noutros objectos de pedra, madeira, etc. Usualmente, estes utensílios são de pequena dimensão, passíveis de serem manuseados com uma só mão.

Estes materiais possuem uma ampla cronologia desde a Pré-história até aos nossos dias, não sendo por isso um bom indicador para aferir datações. Quanto à sua funcionalidade, embora seja evidente a sua função, a ausência de um contexto artefactual específico, não permite determinar em que âmbito é que esta ferramenta era utilizada, documentando apenas o uso da matéria-prima local na construção de ferramentas líticas.

9.1.3. Conta de colar

As contas de colar são um objecto de adorno, de pequena dimensão, habitualmente de tendência circular, ovalada ou quadrangular com uma perfuração central.

No Castro de Segóvia, foi identificado um conjunto de contas feitas em diferentes materiais, osso, vidro e apenas uma conta de pedra. As contas de pedra são as mais raras, muito provavelmente por serem as mais difíceis de produzir. O talhe de pedra de pequenas dimensões exige, para além do acesso à matéria-prima, um grande domínio do talhe.

A conta de colar de pedra é de consideráveis dimensões, tem uma forma cúbica, de arestas arredondadas e uma pequena perfuração central. A análise das características da pedra permitiu identificar que esta conta é feita de cornalina, rocha composta por óxido de silício, dura, de cor laranja, ou laranja-avermelhado, tendo um acabamento polido, de grande qualidade.

As contas normalmente surgem em conjunto e em número variável, estão ligadas através de um fio composto por um material perecível que normalmente não subsiste à passagem do tempo, e fazem parte de um fio, colar ou pulseira.

Deste modo, uma conta de colar pode apresentar dimensões variáveis acordo com a matéria-prima. As contas de colar tem uma funcionalidade exclusivamente estética, como peça de adorno, incorporadas em fios ou pulseiras.

Embora existam tendências e padrões, a variedade decorativa é sempre grande e não tem uma correspondência cronológica, funcional ou interpretativa directa. Ou seja, num mesmo momento e espaço podemos encontrar uma grande diversidade formal, cujo significado ao nível da importância ou estatuto de quem utilizava estes adornos é-nos desconhecido, particularmente quando estudamos contextos de habitat em que estas realidades estão associadas a espaços comunitários e não a indivíduos.

Catálogo de peças ilustradas:

1 [82BIIIIB1](Estampa 109)-Percutor cilíndrico com 101mm de diâmetro

2 [2004.45.17](Estampa 109)-Conta cilíndrica de cornalina com 12mm de diâmetro.

9.2. Vidro

No total das intervenções arqueológicas foram recolhidos seis fragmentos de vidro ou de pasta vítrea, que correspondem a dois artefactos distintos: um recipiente e um conjunto de contas de colar.

Em primeiro lugar, importa referir que os fragmentos de vidro foram produzidos com recurso a duas técnicas diferentes: a soflagem e a moldagem.

O vidro é feito a partir de areia vitrificante que é fundida para obtenção da pasta vítrea, elemento no estado líquido composto por vitrificantes fundentes, estabilizantes e outros elementos secundários, como colorantes, descolorantes ou a própria água.

A quantidade de impurezas presentes nas areias contribuem para a obtenção de um vidro opaco ou pouco translúcido, como se verifica no caso das contas de colar.

9.2.1. Taça de bordo espessado reentrante

Trata-se de o único recipiente de vidro exumado no Castro de Segóvia, e corresponde a um bordo e parede de uma taça de vidro amarelo translúcido, com elevada frequência de bolhas.

A paleta cromática do vidro é um indicador cronológico fundamental. Os recipientes verdes ou amarelos não transparentes correspondem a cores tardias associadas a formas do século IV/V d.C. O processo de obtenção de uma cor mais carregada deve-se à constante reciclagem do vidro (Cruz, 2009, 36).

Lográmos em identificar um paralelo no espólio vítreo de Conímbriga. O fragmento 160 (Planche XL) corresponde a um prato esvazado e apresenta grandes semelhanças com o Segobrigense.

Este é o único fragmento de vidro realizado através de soflagem. Corresponde a uma taça, e embora se trate de um fragmento de pequenas dimensões, julgo poder pertencer a um tipo tardio, Isings 117. Esta forma corresponde a uma taça com incisões na parte inferior do corpo, tratando-se de uma forma comum em contextos do século IV d.C. (Isings, 1957).

A confirmar-se esta proposta cronológica este é um dos artefactos mais tardios exumados no sítio, não estando associado a nenhuma ocupação contextual identificada.

9.2.2. Contas de colar de pasta vítrea

Em Segóvia, foram recolhidos cinco fragmentos de contas de colar de pasta vítrea. Este é sem dúvida o material utilizado por excelência na produção destes objectos de adorno. A pasta vítrea é um material leve, resistente e fácil de produzir, quando comparado com o osso ou com a pedra.

Por outro lado, o brilho e a variedade cromática possível com recurso a este material são mais vastos, o que o torna mais atractivo, visto tratar-se de um objecto de adorno. Estas contas são feitas a partir da redução da matéria-prima a uma pasta vítrea, através da técnica de moldagem.

As contas de colar de pasta vítrea surgem pela primeira vez no actual território português em contextos sidéricos orientalizantes, maioritariamente associadas a contextos funerários, onde podem ter tido uma função eminentemente votiva, sobretudo relacionada com indivíduos do género feminino.

Contudo, em espaços de habitat estes objectos também estão presentes, dado que são ornamentos de uso quotidiano e a sua evidência, embora menos expressiva, também se reflecte no espaço doméstico.

Embora surjam aqui designadas como contas de colar de pasta vítrea, não são necessariamente um elemento de colar, embora essa seja a forma mais recorrente na qual são exumadas em contextos funerários. Este elemento de adorno pode igualmente fazer parte de pulseiras, ou brincos e até estarem incorporadas em ornamentos de cabelo (Antunes, 2008, 270).

O âmbito cronológico destas peças é largo, abrangendo um longo período que se estende desde primeira metade do 1º milénio a.C. à antiguidade tardia.

A variedade formal das contas de pasta vítrea é grande, sendo possível encontrar exemplares profusamente decorados. Algumas decorações possuem um significado

cronológico. A tendência geral é de haver uma maior diversidade de cores e de forma em cronologias mais tardias, ou seja: em contextos mais antigos as contas apresentam uma forma simples e uma tonalidade azul, azul esverdeada ou verde, e em contextos mais tardios poderão existir outras cores (como o branco, por exemplo) e formas. No Castro de Segóvia, identificaram-se exemplares simples e decorados:

A variedade cromática das contas deve-se ao seu processo de produção. A atmosfera de fundição das areias vitrificantes é fundamental para determinar a cor, por exemplo, com uma percentagem normal de ferro obtém-se um vidro incolor numa atmosfera oxidante e um verde azeitona numa atmosfera redutora (Xusto Rodríguez, 2001, 101). Por outro lado a adição de algumas substâncias químicas resulta na obtenção de diferentes colorações, por exemplo óxido cúprico, cor azul, óxido ferroso, verde, etc. (Antunes, 2000 e 2008, 172).

Em Segóvia, foram recolhidos quatro contas de colar de pasta vítrea azul. Trata-se de contas circulares ou ovaladas, simples, de cor azul, com um diâmetro variável entre 10mm e 11mm, não possuindo nenhum elemento decorativo. Estas peças foram recolhidas em associação à fase 2

Quanto aos paralelos, as contas anulares de pasta vítrea azul surgem com alguma frequência no actual território português em diferentes contextos cronológicos, nomeadamente em Santarém (Arruda, 2002), Lisboa (Sousa, 2011), Conímbriga (Alarcão, 1976, 231).

Os exemplares decorados são, de um modo geral, menos frequentes. Em Segóvia, recolhemos apenas uma conta decorada. É incolor e galonada, tendo paralelos em exemplares de Conímbriga que surgem associados a níveis de época de Cláudio e de Trajano (Alarcão, 1976, 212, nº327).

Refira-se, a propósito, que uma produção de contas de pasta vítrea foi proposta para Vaiamonte (Fabião, 2001: 202/203) onde se registam mais de 510 exemplares de pasta vítrea de cor azul.

- 3 [2007.45.16](Estampa 109)-Fragmento de bordo de taça de vidro. Diâmetro 160mm
- 4 [2004.45.10](Estampa 109)-Conta cilíndrica azul em pasta vítrea com 10mm de diâmetro.
- 5 [2004.45.14](Estampa 109)-Conta cilíndrica azul em pasta vítrea com 11mm de diâmetro.
- 6 [2004.45.11](Estampa 109)-Conta cilíndrica azul em pasta vítrea com 10mm de diâmetro.
- 7 [2004.45.12](Estampa 109)-Conta gumeada em vidro com 12mm de diâmetro.

9.3. Artefactos de osso

São raros os artefactos de osso recolhidos no Castro de Segóvia. Trata-se apenas seis fragmentos, enquadráveis na classificação funcional de objectos de adorno femininos. Alguns destes artefactos correspondem a peças muito comuns e de amplo espectro cronológico, não sendo possível determinar uma cronologia específica. Outros são de classificação difícil, por se encontrarem em estado fragmentário.

À luz de outros trabalhos sobre objectos de adorno, como a monografia de Conímbriga, separamos os materiais em categorias formais e funcionais:

9.3.1. Alfinete

A peça número 8 (v. estampa 109) corresponde a um alfinete de osso, artefactos também conhecidos no mundo romano como *Actus crinalis*. Fazem parte dos objectos de adorno pessoal feminino desde época pré-romana e tinham como função principal sustentar o cabelo das mulheres.

De um modo geral, os alfinetes têm características comuns próprias: cabeça definida, vástago fusiforme e ponta bicuda.

No Castro de Segóvia foi recolhido um exemplar com estas características gerais, apresentando, contudo um aspecto grosseiro e pouco trabalhado. Tem uma cabeça ovóide que o diferencia do corpo alongado e cilíndrico de secção circular, sendo a ponta em bico arredondado. Toda a peça apresenta um acabamento polido. Foi recolhida à superfície, não possuindo, portanto, contexto estratigráfico de recolha.

Os alfinetes de osso são formas conhecidas em contexto romano, existindo exemplares análogos em Conímbriga (Alarcão et al., 1976: 68-69), Santarém (Arruda e Viegas, 2002:163 n.189) ou Balsa (Nollen, 2005: Est 42 5 a 11).

9.3.2. Cabo de instrumento

A peça número 9, que designámos por cabo, corresponde a uma peça estreita e achatada, com cerca de 19mm de largura, 4mm de espessura e 34mm de comprimento conservado. A base é ligeiramente côncava e toda a peça apresenta um acabamento polido.

Este fragmento apresenta uma das faces decorada com motivos ziguezagueantes, separados por sulcos horizontais.

A peça conserva apenas uma das extremidades, não se sabendo, por isso, como se desenvolvia a forma, percebendo-se apenas que há um estreitamento ao longo da peça.

Dada a sua morfologia, julgamos poder tratar-se de um cabo, talvez de uma pequena arma ou faca. No que concerne a paralelos, identificámos um exemplar afim em Balsa, mais completo que a peça segobrigense, e que foi classificado como uma faca de osso (Nolen, 1995:Est.42, n. 14). Uma vez mais o contexto de recolha é de superfície.

9.3.3. Pendente

Este é dos exemplares que consideramos de difícil classificação. Trata-se de um artefacto cilíndrico, de secção circular, com cerca de 1,3 cm de diâmetro. Na única extremidade conservada, apresenta um orifício central, uma pequena perfuração com cerca de 0,1mm, que atravessa o fragmento em toda a sua largura.

Este último elemento faz supor que o seu uso passaria pela suspensão do artefacto através do orifício, motivo pelo qual propomos a classificação de pendente para esta peça.

Tal como a maioria dos exemplares de osso identificados no sítio, este fragmento não apresenta contexto de recolha, não existindo qualquer indicador cronológico associado.

9.3.4. Contas de colar.

Foram recolhidas três contas de colar de osso, duas inteiras e um fragmento; são circulares e de pequena dimensão. Trata-se de contas muito leves, com um orifício central de dimensões consideráveis tendo em consideração o tamanho das peças.

O osso, embora duro, quando utilizado em contas de colar é extremamente frágil, pois trata-se de peças únicas, sem qualquer junção, em que é aproveitada a forma oca e cilíndrica dos ossos para obter uma pequena conta uniforme.

Estes materiais estão associados à última fase de ocupação do sítio (fase II), mais precisamente ao edifício da área B.

Catálogo de peças ilustradas:

8 [2004.46.11](Estampa 109)-Alfinete em osso com 80mm de comprimento e 5mm de largura.

9 [2004.45.18](Estampa 109)-fragmento de cabo em osso com decoração incisa com 34mm de comprimento conservado e 19mm de largura máxima.

10 [1074](Estampa 109)-Pendente em osso com perfuração circular com 73cm de comprimento e 22mm de largura.

11 [2004.45.13](Estampa 109)-Conta cilíndrica em osso com 6mm de diâmetro.

12 [2004.46.15](Estampa 109)-Conta cilíndrica em osso com 6mm de diâmetro.

13 [2004.45.10](Estampa 109)-Conta cilíndrica em osso com 6mm de diâmetro.

9.4. Metais

9.4.1. Questões prévias

Nas intervenções arqueológicas no Castro de Segóvia, foram recolhidos aproximadamente cerca de uma centena de fragmentos metálicos de cobre/bronze, ferro e chumbo.

Para além destes materiais, há a indicação que, no processo de descoberta do sítio e no decurso das primeiras prospecções, teriam sido recolhidos um conjunto de metais que teria sido enviado para Inglaterra a fim de serem restaurados, mas cujo paradeiro se desconhece.

Para além deste facto, importa referir que os objectos de ferro são o conjunto mais numeroso e o seu avançado grau de oxidação não permitiu o registo gráfico ou análise de grande parte da amostra. Deste modo, o conjunto metálico que se apresenta é composto pelos objectos de cobre/bronze, chumbo e alguns artefactos de ferro, bem como pela coleção numismática, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia.

Não obstante à divisão por tipo de matéria-prima, optámos por recorrer a uma divisão funcional para o conjunto para alguns objectos do conjunto. Assim, agrupámos os bronzes/cobres, o ferro, o chumbo e os numismas, em distintos apartados.

9.4.2. Artefactos de Cobre/Bronze

Identificámos 24 fragmentos de cobre/bronze recolhidos nas campanhas de 1972, 1981, 1982 e 2009, respectivamente. Ao nível funcional, foi possível dividir os artefactos em três grupos distintos: bronzes votivos, objectos de adorno e objectos utilitários do quotidiano

9.4.2.1. Tipo A- Bronze figurativo

Proveniente da intervenção de 2009, e em clara associação a um contexto romano de armazenagem, foi recolhida uma pequena figura de bronze, em excelente estado de conservação, com cerca de 93gr de peso (v. estampa 110).

Trata-se de uma representação antropomórfica feminina, com cerca de 10 cm de altura, em pé, com um diadema ou coroa na cabeça. A peça apresenta uma base/pé plana que permite a sua colocação na vertical. A figura ostenta um espigão saliente na zona das costas que sugere o seu encaixe ou encabamento numa outra peça, talvez de material perecível, que não terá subsistido até aos nossos dias.

Numa primeira análise à difusão dos pequenos bronzes votivos documentados na área "céltica" da Península Ibérica, não lográmos a identificação de um paralelo formal para a peça de Segóvia.

No Alentejo, os bronzes antropomorfos resumem-se às doze figuras de Alcácer do Sal. Recorde-se que duas representam guerreiros, com escudo na mão esquerda, outras duas

ofertantes masculinos e que as restantes oito são orantes masculinos, femininos e andrógenos (Gomes, 2008: 56-65).

Este último grupo apresenta um claro paralelo com um outro conjunto que está depositado no museu de Évora cuja suposta proveniência foi atribuída por Berrocal Rangel ao santuário de S. Miguel da Mota, no Alandroal, e que é constituído por três antropomorfos, dois dos quais homens itifálicos, correspondendo o outro a uma figura feminina. Lamentavelmente a ambos os conjuntos falta contexto, o que não permite saber se são materiais romanos ou pré-romanos (Berrocal Rangel, 1992: 127 e fig.22).

No que respeita à análise da peça, importa salientar que, após registo gráfico e fotográfico detalhado, foi possível perceber que a figura feminina apresenta os braços juntos na zona da cintura e segura uma cabeça de um caprino.

Neste sentido, tornou-se essencial a procura de paralelos na iconografia de bronze do Sudoeste peninsular. Deste modo, as figuras zoomorfas embora se registem em maior número, apresentam um panorama idêntico às antropomorfas, ou seja, a maioria dos exemplares foi recolhido de forma isolada, sem existir contexto de recolha. Verifica-se a ausência de representações de cavalos de metal, no Sado e no Guadiana, existindo uma proliferação exclusiva da representação de touros e principalmente de caprídeos (*Ibidem*: 129). Foi Leite Vasconcelos quem primeiro deu à estampa um conjunto de bronzes zoomorfos com representações de cabras provenientes do Alentejo (Vasconcellos, 1895: 296-300). Neste sentido, destaca-se a presença de duas patas de cabra de bronze no Santuário de Cancho Roano, recolhidas numa sondagem realizada por Maluquer de Motes na esquina nordeste do edifício (Celestino Perez e Zulueta de la Iglecia, 2003: 47 e fig.13). A interpretação então dada por Maluquer foi a de que se tratava de parte de ex-votos a *Ataecina* (Maluquer, 1981: 146) Este espólio documenta, de forma clara, o culto a esta divindade em contexto de meados do I milénio a.C. As propostas interpretativas para este fenómeno possuem naturalmente um carácter votivo.

No que respeita à representação de caprinos, deve começar-se por lembrar que Leite de Vasconcelos defendeu que o sacrificio de cabras seria feito em honra dos deuses lusitanos (Vasconcellos, 1895, Estrabão geo, III, e, 7), hipótese igualmente defendida por outros autores para as representações de touros (Gomes, 1986: 70). Contudo, a

proposta mais consensual vai de encontro a área de dispersão ao culto de Ataegina e à sua associação com o sacrifício de cabras (Berrocal Rangel, 1992:129).

Os testemunhos epigráficos de Ataegina ou Ataecina circunscrevem-se à zona de Cáceres, Badajoz e Toledo (Abascál Palazón, 2002: 53-54). Contudo, a divindade foi por vezes cultuada como Dea Santa (*Ibidem*), tendo surgido hipóteses interpretativas de um sincretismo entre Ataegina e Proserpina, cujo culto se encontra bem atestado na zona de Elvas e Mérida, apresentando o epíteto Dea Santa (Vasconcelos, 1895: 245 e Carneiro, 2014: 91). Neste sentido parecem pertinente as inscrições de Mérida e de Badajoz, onde se regista um sincretismo claro entre as duas divindades Dea Ataecina Turibig(ensis) Proserpina (CIL, 462).

Independentemente do nome da divindade para o qual se conhecem 15 grafias distintas (Abascál Palazón, 2002:54), trata-se de uma divindade tutelar frequentemente associada a topónimia local, estando o seu culto relacionado com práticas agrícolas (*Ibidem*: 55), apesar de ter também atributos da divindade lunar (Garcia Bellido, 1991:73).

Em todo o caso, existem registos de ex-votos zoomorfos em forma de cabra associados indiscutivelmente ao culto de Ataegina, como é o caso dos de Dehesa Zafrilla de Malpartida de Cáceres, onde se registaram duas cabras de bronze soldadas a uma placa com inscrição (Abascál Palazón, 2002: 54, CIL II, 5298), sendo comumente aceite que o uso de ex-votos de bronze em forma de cabra se encontra associado ao culto desta divindade (*Ibidem*: 56).

Tendo em consideração a localização geográfica de Segóvia parece bastante plausível tratar-se de mais uma evidência de culto a Ataegina/Proserpina. Embora o único testemunho epigráfico de Ataegina no actual território português se resuma ao epíteto *D(eae) S(antae)* e *Turibrice(ensi)*, as inscrições provenientes da zona de Beja (Salas Martín e Rosco Madriga, 1993: 85), a proximidade geográfica e a semelhança de epítetos, bem como a presença de ex-votos na zona de Évora e agora também em Sevóvia, parece sugerir tratar-se diferentes designações da divindade ou de duas variantes de um mesmo culto.

No que respeita ao Bronze figurativo de Segóvia, importa sublinhar o carácter singular desta representação, no sentido em que as figurações antropomórficas associadas ao

culto a esta divindade assumem a forma de orantes, como parece ser o caso da inscrição de Malpartida de Cáceres (Abascál Palazón, 2002:56).

Assim, a presença de uma figura feminina que usa um diadema ou coroa na cabeça e segura nas mãos a cabeça de um caprino sugere tratar-se de uma representação da própria divindade.

Esta hipótese é apresentada através do paralelo icnográfico dos ex-votos de cabras bem como da associação geográfica à área de culto de Ataegina e Proserpina. Assim, o facto de na figura se destacar a cabeça alteada e a posição dos braços indicia que não se trata de um orante, mas sim da representação da própria divindade.

Neste sentido, importa por último referir o contexto primário de recolha, sobre um pavimento e dentro de um compartimento destinado à armazenagem que está em área anexa a um outro onde a prática da moagem ficou demonstrada, sendo por esta razão plausível um culto associado à agricultura, hipótese desde há muito defendida por vários investigadores (Vasconcellos, 1895 e Abascál Palazón, 2002:55).

Catálogo de peças ilustradas:

1 [5218](Estampa 110)-Estueta de bronze de figura antropomífrica feminina com 10cm de altura.Peso 92.8 gr

9.4.2.2. Tipo B Objectos de adorno

9.4.2.2.1. Questões prévias

Os objectos de adorno correspondem a um conjunto de objectos 16 fragmentos pertencentes a objectos de uso pessoal, dos quais se destacam as fibulas pelo seu número e estado de preservação.

As fibulas surgem em relativa abundância no Alto Alentejo e na Extremadura espanhola, principalmente se considerarmos o escasso número de necrópoles. De facto, à excepção de Alcácer do Sal, os maiores conjuntos de fibulas provêm de povoados (Berrocal Rangel, 1992:129).

Tanto o número de exemplares como a sua ampla dispersão sugerem que este artefacto tenha sido utilizado como um elemento de vestuário comum, embora de algum prestígio. O factor de elite poderá ser conferido pela ornamentação ou escolha de um metal nobre, como é o caso das fibulas de prata (*Ibidem*).

O estudo tipológico e cronológico das fibulas da área céltica da P.I., realizado por Berrocal Rangel (1992), permitiu reuni-las em dois grandes grupos: anulares hispânicas, tipo La Tène/transmontano/ zoomorfas e tipo Aucissa

As fibulas de tradição local, designadas por anulares hispânicas têm uma presença muito marcada nesta região sendo os exemplares do tipo 4A de quadrado/Ponte 13 A aqueles que tem maior representação, quer em número de sítios quer em exemplares, tendo sido registadas em contextos sobretudo do século V e IV a.C., como é o caso de Alcácer do Sal (Ponte, 1985).

Este grupo é composto pelas variantes A/C e G de Cuadrado, e documenta os momentos mais antigos, que com excepção de uma variante tardia (G), profusamente decorada, apresenta cronologias que variam entre o século V e meados do III a.C.(Berrocal Rangel, 1992:133)

Contrariamente a outros tipos, nestas fíbulas a evolução tipológica apresentada parece indicar uma crescente complexificação, particularmente ao nível das decorações.

Há contudo um outro grupo menos documentado de fíbulas anulares com características mais atípicas

Alguns destes tipos, concretamente o 7 e o 12, possuem cronologias mais antigas, terminando a sua produção ainda no século IV a.C. Deste modo, e segundo alguns autores, trata-se de uma evidência clara de um período de transição entre a I e a II Idade do Ferro, dado que são peças que ostentam ainda alguns traços orientalizantes, possuindo elementos decorativos considerados celtas (*Ibidem*, 134). Bom exemplo desta realidade são, uma vez mais, as fíbulas de Alcácer do Sal (Ponte, 1985).

No segundo grupo de fíbulas, enquadram-se as de tipo La Tène I a III (sendo este último designado por Aucissa, enquadrando-se já num âmbito cronológico claramente romano) e as fíbulas zoomorfas.

Deste grupo o tipo melhor documentado e mais problemático é sem dúvida o tipo Shule 4/ La Tène I.

A alegada origem deste tipo na área Nordeste portuguesa, e por isso apelidado tipo transmontano, deixou fazer sentido a luz dos dados actualmente disponíveis, visto que a sua presença mais a sul é cada vez mais expressiva, tornando-se cada vez mais difícil atribuir uma área de génese para este modelo.

Ao nível da sua evolução, o número de variantes poderá ter vários significados, não sendo linear propor uma evolução cronológica do tipo, uma vez que as tendências regionais, através de distintos moldes, podem ter tido um importante papel na ocorrência destas variações.

A inegável familiaridade entre esta forma e a La Tène I parece evidente. Contudo a hipótese de introdução deste tipo na Península Ibérica, através da Meseta espanhola, torna-se cada vez menos plausível no actual estado dos conhecimentos, dada a raridade desta forma nessa região que dificulta a sustentação dessa teoria.

Ao nível cronológico, alguns autores propõem uma datação entre os séculos IV e III a.C., parecendo, contudo, claro que nalgumas áreas, nomeadamente a Extremadura espanhola e em todo o território português, se verifica uma evidente continuidade e uma adopção deste tipo em contextos romanos republicanos, datáveis, pelo menos, até à segunda metade do século I a.C., como é o caso de Cáceres del Viejo, Castelo da Lousa e Lomba do Canho (Fabião, 1999:112-113).

Em jeito de síntese, podemos dizer que se trata de uma fíbula cujo protótipo é a forma La Tène I, sendo a sua cronologia longa do século IV ao I a.C. não sendo possível, à luz dos dados conhecidos, excatadamente a sua origem.

Ainda no contexto das fíbulas pré-romanas, refira-se o tipo La Tène 2, cuja dispersão é claramente inferior em termos geográfico, e apresenta uma cronologia mais tardia, documentada entre os séculos III e I a.C.

Na área em apreço, esta forma está relativamente bem representada no Capote, em Chibanes, Miróbriga, Castelo da Lousa, Cabeço de Viamonte, entre outros, sendo os contextos conhecidos da segunda metade do século II a.C. consequentemente romano-republicanos.

Contudo, devido à falta de contextos, é impossível precisar o seu momento mais expressivo.

Há uma vasta categoria de fíbulas que ocupa a segunda Idade do Ferro e o início da época romana: as fíbulas zoomorfas. A diversidade de perfis zoomórficos varia consoante a área cultural peninsular.

Recentes estudos interpretativos vêem estes objectos de adorno como elementos de marcada cultura celta, particularmente no território português e na Meseta espanhola.

No Sudoeste peninsular, são conhecidos exemplares em apenas dois locais Cabeço de Vaiamonte e Herdade das Casas, ambos do tipo Ponte 27- Cabré/Moran IV B, cuja cronologia está centrada no século V e IV a.C., apresentando os exemplares portugueses um perfil evoluído, característico de uma fase tardia da produção. No Sudoeste, as fíbulas zoomorfas não se encontram representadas em contextos romanos (Berrocal Rangel, 1992).

O conjunto de fíbulae do Castro de Segóvia insere-se claramente no âmbito da difusão das fíbulae anulares hispânicas e de tipo La Tene, sintetizados por Salete da Ponte (2006) e por Luis Berrocal Rangel (1992).

Os 16 exemplares de objectos de adorno exumados entre as escavações de 1972 e 1982, foram recolhidos exclusivamente dentro do edifício identificado na área B, em diferentes compartimentos.

Assim, embora um dos fragmentos não apresente contexto de recolha, os restantes foram recuperados em níveis de ocupação romanos

9.4.2.2.3. Fíbula em Ómega (Ponte 51 B)

No Castro de Segóvia, identificamos uma fíbula completa, arco e fusilhão, passível de integração no âmbito das fíbulae anulares hispânicas.

As fíbulae anulares tem uma origem pré-romana, existindo variantes de aro fechado e aberto. As fíbulae de aro aberto remontam, segundo Fowler, ao século IV a.C., prolongando-se o seu uso em época romana (Ponte, 2006).

É esta forma que dá origem às típicas fíbulae em ómega romanas. Estas peças são constituídas por dois elementos, o aro e o fusilhão, sendo o aro um elemento aberto, em forma de ómega, de secção variável. O fusilhão é de arco, isto é, está preso ao aro e possui um comprimento sempre superior ao diâmetro máximo do aro, de modo a cumprir a sua funcionalidade.

Dado o seu largo espectro cronológico, a caracterização tipológica das fíbulae anulares hispânicas é determinante para o seu enquadramento cronológico. As fíbulae de aro aberto dividem-se em dois tipos, aro aberto sem terminais virados para o exterior e em ómega.

Assim, as fíbulas anulares em ómega estão agrupadas nas variantes A remate simples e B molduradas, pertencendo estas últimas a um universo cronológico tardio, balizado entre o século I e o século V d.C.

O único exemplar recolhido em Segóvia encontra-se em excelente estado de conservação e é passível de ser integrado na forma Ponte B 51 2.A., na qual as extremidades do arco formam diversas molduras (Ponte 2006, 398). Esta forma está bem documentada no território português particularmente no Norte (Citânia de Briteiros, Monte Mozinho ou Tongobriga), mas também no sul, como no Cabeço de Vaiamonte, Alcácer do Sal, Miróbriga (Ponte, 2006, 403) ou Mesas de Castelinho (Miguez, 2010: Estampa XV-n.11).

9.4.2.2.3. Fíbulas de tipo transmontano (Shule IV h, Ponte 32)

,

No Castro de Segóvia, foram recolhidos dois fragmentos passíveis de integração nesta forma.

Um exemplar de arco em forma de naveta invertida, com as extremidades decoradas por molduras contínuas, uma das quais termina num olhal e a outra num pé curto (v. est. 110, n.2), do qual se desenvolve um apêndice caudal em forma de balustre. Carece de eixo, mola e fusilhão, e é classificável na forma Ponte 32c (Ponte, 2006:450)

Integrámos dois fragmentos de arco em forma de naveta invertida com decoração numa das extremidades com incisões circulares, fragmentado em ambas as extremidades; e um outro fragmento de terminal de eixo de mola bilateral desenvolvida de uma fíbula de tipo Schüle 4h/forma 32 (v. est. 111, n.3 e 4), também designada por tipo transmontano.

Esta designação foi pela primeira vez atribuída por José Fortes, mas actualmente considera-se um fabrico comum e não exclusivo do universo castrejo peninsular, dado que apresenta uma larga dispersão (Berrocal-Rangel, 1992, Fabião, 1998, 109).

Enquadram-se no grupo de modelos com apêndice caudal, sendo a sua estrutura composta por quatro elementos: o arco, o eixo, a mola bilateral e o fusilhão.

O arco assume a forma de uma naveta invertida, as suas extremidades são ornadas por uma série de anéis contínuos. O pé, de dimensões reduzidas, inflecte para o extradorso do arco, transformando-se num apêndice caudal volumoso. Lográmos a identificação de um exemplar idêntico recolhido no Cabeço de Vaiamonte (Santos, 1973: n.23, Ponte, 1985: est1 n.9).

De acordo com as características tipológicas desta forma, foram estabelecidos três grupos formais designados por a,b, e c, cuja diferenciação é realizada essencialmente pelo “recorte morfológico do arco e pela gramática estilística do apêndice caudal” (Ponte, 2006, 273).

O exemplar mais completo de Segóvia integra-se na variante c, visto o arco decorado longitudinalmente por uma moldura relevada. O enquadramento cronológico desta forma é amplo, entre o século IV a.C. e o século I d.C., havendo, contudo, uma particular incidência nos séculos III a II a.C. (Berrocal, 1992: 137), segundo alguns autores, existindo outra proposta mais recente que defende somente cronologias tardias, em torno aos séculos II e I a.C. (Miguez, 2013: 1309, 1310).

Trata-se de um modelo amplamente difundido no âmbito do extremo ocidente peninsular, cujo levantamento detalhado foi recentemente dado à estampa (Miguez, 2013: 1308), com exemplares em Mesas de Castelinho (Míguas, 2010), Vaiamonte (Fabião, 1999), Chibanes (Silva e Soares, 1997: fig.17 n.6) ou Castelo da Lousa (Ponte, 2006:279), apenas para citar alguns exemplos do território alentejano.

9.4.2.2.4. Fíbulas de tipo Nauheim (Ponte 40)

No Castro de Segóvia, foi recolhido um fragmento de arco triangular, rebaixado e alongado, sem decoração, mola bilateral de quatro espiras (v. est.110 n.5). O descanso é

de feição trapezoidal, univazado, enquadrável no tipo Nauheim/Ponte 40, série A variante 2.

Este tipo foi pela primeira vez identificado na necrópole de Bad Nauheim, tendo sido objecto de estudo no início do século XX por Quilling (1903), e corresponde a uma fíbula de mola bilateral com espiras, descanso trapezoidal interior ao arco .

No que respeita ao âmbito cronológico a maioria dos exemplares enquadram-se entre os finais do século II a.C., e inícios do século I a.C. e o século II d.C. A proliferação de variações morfológicas e de decorações permitiram realizar uma sub-divisão em duas séries, A e B e respectivas variantes.

O exemplar de Segóvia enquadra-se no sub tipo A40a.2 com uma cronologia entre os finais do século II, e inícios do século I a.C., bem documentado no extremo ocidente peninsular como em Conímbriga e Collipo, e também na área dita celta, em locais como Miróbriga, ou Vaiamonte (Ponte, 2006, 330).

Um outro exemplar de arco do mesmo tipo apresenta um arco filiforme, sem decoração, de pé curto e trapezoidal que termina em botão. Este fragmento integra-se no tipo Ponte B40 b1. (v.est. 110- n.6)

A série B, tal como a A, integra diferentes subvariantes, mas os exemplares portugueses apresentam características decorativas singelas que fazem supor tratar-se de produções locais ou regionais (Ponte, 2006, 334). Quanto à cronologia desta variante deve dizer-se que ela oscila entre o século I a.C e o I d.C. para os exemplares de Espanha, França e Itália, e entre meados do século I d.C e inícios do século II d.C. para os portugueses. (*Ibidem*).

A variante B 40 b1 está documentada em Conímbriga e no cabeço de Vaiamonte.

9.4.2.2.5. Fíbulas de tipo zoomorfo (Ponte 27)

No Castro de Segóvia foram recolhidos dois fragmentos de fíbula passíveis de integração no tipo Ponte 27 (v. est. 111, n. 7 e 8). As fíbulas zoomórficas portuguesas apresentam um arco figurativo estilizado em que a figuração zoomórfica ocupa o apêndice caudal que se encontra unido ao dorso do arco por meio de fundição em molde ou pela técnica da cera perdida.

Os exemplares de Segóvia apresentam a fusão plena entre estes dois componentes estruturais, o arco e o apêndice caudal, sendo o único outro exemplar conhecido no território português com estas características o do de Vaiamonte. (Ponte, 2006, 252).

De acordo com a caracterização tipológica, este tipo usa um método de fabrico misto: fundição em molde e forja. No que respeita ao âmbito cronológico, o tipo Ponte 27 corresponde ao tipo Cabré e Morán IVb e enquadra-se no vasto grupo de fíbulas da Meseta oriental, estando inserido no período La Tène inicial, associado à II Idade do Ferro. De um modo geral, a cronologia desta forma está balizada entre o século V a.C. e a ocupação romana (*Ibidem*, 254). Contudo a estilização destes exemplares através da fusão do apêndice caudal e do arco permitem propor uma cronologia mais tardia, ente o segundo quartel do IV a.C. e os finais do século III a.C., como se verifica no Douro e na Meseta (Cabré, 1924, Shule, 1969).

9.4.2.2.6. Fíbula Ponte 13/Cuadrado 4 g

Identificámos um fragmento de arco de fíbula como pertencente à forma Ponte 13. Este tipo reúne cinco variantes que compõem a fíbula de naveta. Deste modo, classificámos o arco como pertencente à forma 13 e fíbula de naveta invertida, elipsoidal com uma nervura longitudinal (v. est.111, n.9).

Trata-se de uma forma evoluída do grupo das fíbulas de naveta invertida. De acordo com a proposta cronológica, trata-se de uma produção tardia, entre o século III e o século I a.C. O exemplar mais próximo no território português corresponde ao exemplar de Conímbriga (Ponte, 2006, 435).

9.4.2.2.7. Fíbula de tipo indeterminado

Recolhemos ainda um pequeno fusilhão com cerca de 2 cm de comprimento, de secção quadrangular de uma fíbula de tipo indeterminado (v. est. 111-n.12).

Dadas as suas dimensões parece tratar-se de um fusilhão de uma fíbula, contudo poderá pertencer a uma fivela.

9.4.2.2.8. Outros objectos de adorno

Ainda no que concerne a objectos de adorno, identificámos entre o espólio metálico um fragmento de pulseira, um fragmento de torques e dois anéis de cobre/bronze, inteiros em bom estado de conservação. Ambos apresentam decoração, sendo um deles aberto

Os anéis de bronze estão presentes no extremo ocidente peninsular desde o Bronze final, tendo sido com o aperfeiçoamento do trabalho em bronze, particularmente através da técnica da cera perdida, que, juntamente com os braceletes e torques, surgem os primeiros anéis.

Contudo, a vulgarização da utilização deste objecto de adorno surge apenas em época romana devido à tradição do *anulus pronubis*, vulgo anel de noivado.

No que respeita a paralelos, o Castelo da Lousa apresenta dois anéis semelhantes ao nível da forma e decoração (Ruivo, 2010: est CLXIII), sem ser contudo possível estabelecer um paralelo exacto.

Por último, incluímos, com algumas reservas, dois fragmentos de secção quadrangular de possíveis alfinetes. Contudo ambos se encontram partidos no remate superior, não sendo possível confirmar esta classificação.

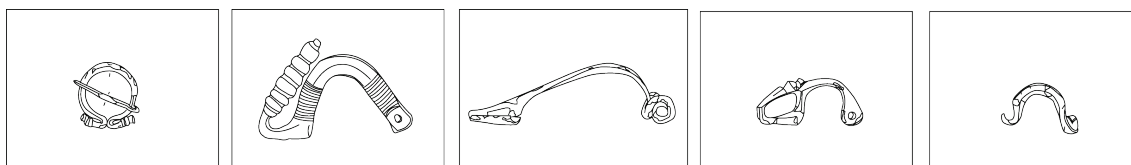


Figura 117- Quadro de síntese das fibulas representadas no Castro de Segóvia

Catálogo de peças ilustradas:

1 [2007.51.117](Estampa 111)- Fíbula anular hispânica de aro aberto moldurado e fusilhão de arco. Comprimento máximo 22mm.

2 [2007.51.183](Estampa 111)- Arco em forma de naveta invertida, com as extremidades decoradas por molduras contínuas, uma das quais termina num olhal e a outra num pé curto. Fíbula de tipo transmontano . Comprimento máximo máximo 56mm.

3 [2007.51.182](Estampa 111)- Arco em forma de naveta invertida com uma das extremidades decoradas por molduras contínuas. Fíbula de tipo transmontano . Comprimento máxima 50mm.

4 [2007.51.171](Estampa 111)- Arco em forma de naveta invertida com uma das extremidades decoradas por molduras contínuas. Fíbula de tipo transmontano . Comprimento máximo 64mm.

5 [2007.162.86](Estampa 111)- fragmento de arco triangular, rebaixado e alongado, sem decoração, mola bilateral de quatro espiras. Fíbula de tipo Nauheim. Comprimento 75mm.

6 [2007.162.169](Estampa 111)- fragmento de arco triangular, rebaixado e alongado, sem decoração, mola bilateral de quatro espiras. Fíbula de tipo Nauheim. Comprimento 67mm.

7 [2007.51.172](Estampa 111)- Arco e o apêndice caudal fundido. Fíbula de tipo zoomorfo. Comprimento 40mm.

8 [2007.51.168](Estampa 111)- fragmento de arco e o apêndice caudal fundido. Fíbula de tipo zoomorfo. Comprimento 42mm.

9 [2007.51.172](Estampa 111)-arco de naveta invertida. Fíbula de tipo Ponte 13. Comprimento 29mm.

10 [2007.51.199](Estampa 111)-fusilhão de fíbula de tipo indeterminado Comprimento 25mm.

11 [2007.51.175](Estampa 112)-Anel aberto com decoração estriada. Diâmetro 17mm.

12 [2007.51.175](Estampa 112)-Anel de secção quadrangular. Diâmetro 19mm.

13 [2007.51.152](Estampa 112)- fragmento de pulseira de secção circular. Comprimento 26mm.

14 [2007.51.180](Estampa 112)- fragmento de bracelete de secção ovalada com remate espessado elíptico. Comprimento 29mm.

15 [2007.51.176](Estampa 112)- fragmento alfinete de secção quadrangular. Comprimento 55mm.

15 [64](Estampa 112)- fragmento alfinete de secção quadrangular. Comprimento 47mm.

9.4.2.2.9. Comentário

No Castro de Segóvia, o conjunto de fíbulas, embora pouco numeroso, é ilustrativo de uma cultura material com claros paralelos regionais.

Foram identificados quatro tipos distintos e respectivas variantes, e, com exceção do exemplar da forma Ponte 13 (classificado com algumas reservas), encontrámos paralelo entre as fíbulas de Segóvia e os materiais de Cabeço de Vaiamonte.

Para além deste evidente enquadramento regional, é bastante clara a coerência cronológica do conjunto. Com exceção da fíbula em Ómega, produzida em horizonte claramente romanos, os restantes materiais são enquadráveis entre a II Idade do Ferro e o período romano republicano. As formas Ponte 13 e Ponte 27 apresentam as cronologias mais antigas, balizadas em torno aos séculos V e IV a.C., apesar de os exemplares de Segóvia representarem as suas variantes mais evolucionadas, com um grande nível de estilização, o que sugere tratar-se de produções mais tardias.

Quanto às fíbulas de tipo Nauheim (Ponte 40), os dois exemplares apresentam cronologias republicanas, em torno aos séculos II/I a.C., embora os paralelos contextuais para o território português apresentados por Ponte para a variante B40b1 apontem para cronologias mais tardias.

Uma proposta do âmbito cronológico mais lato deste conjunto seria entre os finais do século IV, inícios do século III a.C e o século I a.C./I d.C. Contudo a inexistência de outros materiais de cronologia antiga, entenda-se século IV a.C. e a presença de variantes evolucionadas das formas Ponte 13 e Ponte 27 permitem avançar a cronologia para o século III a.C.

9.4.3. Tipo C : Miscelânea de utensílios de uso quotidiano

Reuniu-se neste apartado utensílios de cobre/bronze de utilização doméstica e cosmética, com funcionalidades diversificadas. Embora se trate de materiais com distintas funções, dado o escasso número de fragmentos optámos pela designação mais genérica de utensílios de uso quotidiano. Trata-se de um total de oito fragmentos, três dos quais de difícil classificação.

9.4.3.1. *Poucier*

Elemento associado ao serviço de vinho, o *poucier* corresponde ao elemento horizontal que liga à parte superior de um coador. Devido à fragilidade destas peças, habitualmente regista-se a presença de "doigter" ou "poucier" (Fabião, 1998: 353).

A peça de Segóvia (v. est 112), embora nunca publicada, foi exposta no Museu Nacional de Arqueologia na exposição De Ulisses a Viriato, e, posteriormente, integrada num quadro de difusão desta forma no território nacional, apresentado por Carlos Fabião (*Ibidem*).

A peça apresenta dois "braços" simétricos, cujas extremidade são decoradas por círculos concêntricos. Lógramos identificar um paralelo exacto na peça n.60 do Castelo da Lousa (Ruivo, 2010: estampa CLXIV).

Esta é uma forma exógena, claramente de tradição itálica a sua chega ao extremo ocidente peninsular está relacionada com a presença de contingentes militares romanos no território.

Este artefacto está documentado em diversos sítios do território português, como Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1999, est-104), Mesas de Castelinho (*Ibidem*) ou Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, 495), mas também na Extremadura espanhola a forma é

abundante em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) e em Vilasviejas de Tamuja (Hernandez Hernandez *et al.*, 1989). No que respeita à cronologia, este objecto surge em finais do século II a.C. e perdura até Tibério (Ruivo, 2010, 496).

Esta peça vem claramente atestar o consumo de vinho no Castro de Segóvia, do qual já possuíamos indícios desde a Idade do Ferro, através da presença de vasos Krateriformes, sendo assim provável não apenas o consumo mas também a sua produção.

Relativamente ao significado desta peça no contexto da presença militar no território, impora referir a funcionalidade de Cáceres el Viejo (Ulbert:1984), bem como as hipóteses interpretativas desenhadas para a Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998:364) que colocam a presença de contingentes militares na região, sendo plausível a existência de contactos com as populações locais.

No Castro de Segóvia, a escassez de ânforas vinárias itálicas, de lucernas, que se resumem para o período republicano a um exemplar de cada, bem como a ausência de outros artefactos relacionados com a baixela cerâmica itálica, ou de elementos de equipamento militar ou ainda da presença de um conjunto numismático expressivo, dificultam o estabelecimento de uma proposta de uma presença efectiva de contingentes militares no sítio, colocando-se a hipóteses da existência de contactos com as comunidades militares que ocupavam este território.

Catálogo de peças ilustradas:

17 [2007.51.113](Estampa 112)-Fragmento de Poucier com três decorações a punção com círculos concêntricos. Dimensões largura 58mm e altura 34mm.

9.4.3.2. Armelas de asas de sítula

Em associação ao espólio do Castro de Segóvia, encontravam-se no depósito do Museu Nacional de Arqueologia duas armelas de asa de sítula, de espelho circular em forma de mascarão, delimitado por uma coroa ou orla raidada com sulcos profundos, travessão em forma de meia cana, anel recondo e olhal piriforme.

Em ambos exemplares, são visíveis os olhos e um nariz saliente, apresentando uma das peças uma boca circular. Estas armelas possuem uma decoração raiada, e um dos exemplares tem incisões bem marcadas sobre o travessão.

No que respeita ao enquadramento tipológico, o estudo de Manuela Delgado sobre os elementos de sítulas de bronze de Conímbriga permite enquadrar ambas as armelas de Segóvia no tipo I daquela investigadora, correspondendo a armelas de espelho circular raiado, rosto tosco, travessão em meia cana, ornado por molduras ou incisões. O anel de suspensão de forma circular adquire uma configuração oval, devido ao uso (Delgado, 1970:17-18).

As armelas de sítula de espelho circular estão bem documentadas em Mérida (Castuelo Ruano *et al.*, 1995: 197), na zona de Elvas, na Terrugem e Herdade do Carrão-Vila Fernando (Dias de Deus e Viana, 1955: 569, lam. II 1 n.º 22 y 24 y 572 n.º 19, 20 y 21), bem como num conjunto de outros locais referidos por Manuela Delgado e, mais recentemente, por António Pinto, como Tavira, Santa Vitoria do Ameixal (Estremoz); Amêndoa (Faro); Viana do Castelo; Lameriranche (Torres Novas); Troia, Ajustel, Torre de Palma, Évora, etc. (Delgado, 1970) estando um conjunto considerável destas peças em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Pinto, 2002: est 139-151).



Figura 118- Mapa da difusão das armelas de asa de sítula com decoração antropomorfa segundo Torrecilla Aznar (Castuelo Ruano *et al.*, 1995)

Catálogo de peças ilustradas:

18 [2007.51.153](Estampa 112)-Armela de asa de sítula com travessão em meia cana com incisões horizontais, olhal circular, espelho circular raiado com representação de antropomorfo, cara, olhos e nariz estilizados e grosseiros. Dimensões largura máxima 80mm altura máxima 77mm.

19 [2007.51.181](Estampa 112)-Armela de asa de sítula com travessão em meia cana moldurada, perfuração circular com recoração raiada sob o travessão, olhal circular, espelho circular reticulado com representação de antropomorfo, cara, olhos, nariz e boca estilizados e grosseiros. Dimensões largura máxima 78mm altura máxima 70mm.

9.4.3.3."Limpa unhas"

Uma peça assemelha-se morfológicamente aos designados “limpa-unhas”. Trata-se de um artefacto de pequena dimensão, composto por uma haste com uma inflecção de 45°, rematada na parte superior por uma ponta biforcada, pouco profunda. Corresponde a um utensílio de higiene pessoal, que surge associado a pinças e estojos de cosmética, que se generaliza em época romana (Ward, 1911).

No que respeita a paralelos, trata-se de uma forma mal documentada no actual território português possivelmente por carecer de classificação formal (Pereira, 2008: 105). Encontra-se documentada em níveis da Idade do Ferro e de época romana em Castro Marim (*Ibidem*: n.º 227-estampa XVII e estampa I) e possivelmente em Balsa (Pereira; 1990: 122).

Catálogo de peças ilustradas:

20 [2007.51.179](Estampa 112)- Dois fragmentos de haste com uma inflecção de 45°, rematada na parte superior por uma ponta biforcada. "Limpa-unhas", 30mm de comprimento e 3mm de largura.

9.4.3.4.Alène

Trata-se de um pequeno punção de bico, cujo corpo apresenta a forma de um losângulo característico da Idade do Bronze. É uma peça com uma possível filiação meridional nos punções losângulos do Bronze Inicial, abundantes na área do Languedoc (Leitão e Cardoso, 2014: 355).

No actual território português, esta forma apresenta alguma difusão, tendo sido recolhidos dois exemplares no Monte Novo dos Albardeiros associados a um depósito da Idade do Bronze. (Gonçalves, Valério e Araújo, 2005: Fig 5 e 6), cinco em Vila

Nova de São Pedro, Azambuja, dois no povoado do Alto das Bocas, quatro no Abrigo Grande das Bocas e um na Gruta da Casa da Moura, Óbidos (Carreira, 1994).

No que respeita à cronologia, as datações efectuadas para Bronze do Sudoeste, sobre tecido de linho envolvente de uma “alène” apresentam uma datação a 2 sigma, cujo intervalo é de 2138-1957 cal BC (Mataloto, Martins e Soares, 2013, p. 327).

Relativamente à peça do Castro de Segóvia, uma vez mais o contexto de recolha não é esclarecedor, tendo sido recolhida na escavação de 1982, área B, num nível superficial (nível 1) junto com materiais de cronologia romana.

A presença deste artefacto, a par com as formas carenadas de cerâmica manual polida, vem, uma vez mais sublinhar um conjunto de evidências de uma ocupação da Idade do Bronze, que, embora dissociadas de contexto, atestam uma presença no sítio de comunidades humanas na transição do II para o I milénio a.C., cujos contornos são porém ainda impossíveis de definir, nomeadamente no que se refere à área exacta da ocupação.

Catálogo de peças ilustradas:

21 [2007.51.177](Estampa 112)-Punção de bico de tipo "alène" com 80mm de comprimento e 9mm de largura

9.4.3.5. Objectos de difícil classificação.

Por último, no que respeita aos objectos de bronze registam-se quatro exemplares de difícil classificação. As peças números 22 e 23 parecem corresponder tachas ou rebites decorativos, podendo tratar-se de botões de guarnição, apresentando a última paralelo no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010: n.99). A peça número 25 corresponde a uma placa

rectangular arqueada, com uma pequena abertura rectangular na parte superior, sendo de funcionalidade indeterminada.

Catálogo de peças ilustradas:

22[2007.50.46](Estampa 112)-tacha ou botão em bronze. Diâmetro 12mm

23[2007.50.414](Estampa 112)-rebite ou tacha em bronze. Diâmetro 8mm

24[2007.51.219](Estampa 112)-placa concava rectângular em bronze com abertura quadrangular na parte superior . Comprimento 40mm, largura 14mm.

9.4. Objectos de chumbo

No âmbito do espólio metálico, o chumbo é matéria-prima rara, sendo a pior representada no conjunto, tendo sido recolhidos apenas três fragmentos, com duas formas distintas.

Na Idade do Ferro, a introdução de chumbo simplifica o processo de colagem e permite uma produção de forma mais elaborada, reduzindo o tempo de trabalho (Giumlia-Mair, 2003: 49).

9.4.1. Glandes de Chumbo (*Glandes Plumbae*)

Recolheram-se duas glandes de chumbo, com cerca de 5 cm de comprimento, de perfil hexagonal. Trata-se de projecteis de funda, feitos através de um molde no qual é vertido o chumbo fundido. Os exemplares de Segóvia provêm de dois moldes distintos, com paralelos nos exemplares da Lomba do Canho, Arganil ou do Alto dos Cacos, Almeirim (Guerra, 1987: fig.2. e 3 e Guerra *et alli*, 2014: fig.6-11).

Por norma, todas as glandes de chumbo são produzidas a molde, contudo é possível diferenciar distintos tipos de manufactura, através da morfologia dos projecteis. De acordo com a tipologia de Fontanela Ballesta, os projecteis fusiformes e bicónicos são produzidos com base num molde bivalve e os naviformes, a partir de um único molde (2005).

Uma recente publicação sobre as glandes de chumbo do Alto dos Cacos (Almeirim) coloca a hipótese de terem sido fabricados exemplares de uma forma "alternativa", em molde possivelmente aberto no próprio solo, sobre o qual seria despejado o chumbo (Guerra *et al.*, 2014: 299).

No que respeita a características funcionais, estão documentados diferentes tamanhos de projecteis de funda, sendo os de menores dimensões de chumbo, pois a sua densidade e forma aerodinâmica permitem atingir um maior alcance e velocidade (Fontela Bellesta, 2005: 68). Os exemplares do Castro de Segóvia pesam 42,44gr e 43,77gr respectivamente, o que, exceptuando os exemplares do Alto dos Cacos (Guerra *et al.*, 2014), corresponde ao peso médio dos exemplares recuperados no actual território português, que apresentam valores compreendidos entre os 31 e os 59 gramas.

No que respeita à difusão destas peças pelo actual território português remetemos para o levantamento apresentado para a Lomba do Canho (Guerra, 1987: 170), recentemente actualizado para o Alto dos Cacos (Guerra *et al.*, 2014: 314). No que respeita à área em estudo, o paralelo mais próximo corresponde a Azuaga, Badajoz, estando documentada a sua produção regional (Domergue, 1970).

Estes artefactos são habitualmente associados a ocupações ou instalações de carácter militar, em período tardo-republicano, no extremo ocidente peninsular. A utilização desta arma de arremesso pelos exércitos romanos está abundantemente atestada em acampamentos, como Numância ou a Lomba do Canho, e surge relacionada com períodos de conflito, como as Guerras Sertorianas ou as Guerras Civis (*Ibidem*, e Guerra, 1987), parecendo claro que este tipo de armamento é revelador da presença de tropas romanas ou auxiliares (Quesada, 2008: 17).

Lamentavelmente, o contexto de recolha destes materiais está associado a estratos de aterro superficiais, não sendo possível aferir uma cronologia para o conjunto. Importa

ainda referir que para a fase republicana do sítio não existem evidências no registo arqueológico de nenhum episódio ou abandono violento do sítio, resumindo-se as evidências de armamento a uma ponta de seta de ferro e às duas glândulas de chumbo.

9.4.2. Ponderal

Pesos de balança ou ponderais designam pequenos pesos de pedra, chumbo ou de cobre/bronze destinados a ser utilizados como unidade de medida em balanças. O seu peso e forma são variáveis, existindo exemplares em forma de disco e outros cilíndricos ou tronco-cónicos (Grau Mira e Moratalla Jávega, 2003).

No Castro de Segóvia, foi identificado um peso de forma cilíndrica, com cerca de 5 cm de comprimento, de secção quadrangular, e ponta dobrada, desenhando um gancho, para o qual não lográmos identificação de paralelos formais (v. est. 113).

Quanto ao contexto de recolha, a informação não é esclarecedora, pois foi recuperado num nível superficial do edifício da área B.

Os ponderais são utilizados em trocas comerciais, sendo o seu peso uma unidade ou fracção de unidade de medida, que poderá variar de acordo com o sítio e a sua cronologia. Os primeiros trabalhos publicados sobre estas peças metálicas foram realizados para a área Ibérica por I. Ballater (1930) e Lehmann Haupt (1931), tendo este último investigado defendido a existência de uma unidade de medida de referência de 8gr para estes pesos.

Posteriormente, vários autores desenvolveram trabalhos utilizando o dracma como unidade de medida, estabelecendo um rácio entre este e o peso dos ponderais (Beltran, 1948 e Cuadrado, 1964). Ainda no que respeita ao território espanhol, o trabalho de Garcia-Bellido para os ponderais de Cancho Roano ensaia valores de unidades de medida e o seu rácio (2003:141-145).

Hoje em dia, existem dois valores de referência padronizados entre 7, a 7,75 gramas integráveis no sistema fenício e da Ásia Menor, e de 3,65 gramas unidade de medida grega utilizada a partir da "II Idade do Ferro" (Vilaça, 2003: 248).

O ponderal do Castro de Segóvia apresenta um peso de 59,49 gr colocando-se a hipótese de se tratar de um óctuplo de 7, 4 gr, uma unidade de medida do sistema fenício, parecendo corresponder também à unidade de medida utilizada em Almaraz e Alcácer do Sal (Vilaça, 2011: 148). No território alentejano, apenas um ponderal do Castro dos Ratinhos apresenta um peso de 7gr integrável nesta mesma unidade de medida (Valério *et al.*, 2010), sendo os restantes passíveis de enquadramento na unidade de medida síria, com o peso médio de 9,4 gr (Vilaça, 2011).

Catálogo de peças ilustradas:

25[2007.51.215](Estampa 113)-Glande de chumbo naviforme, Comprimento 51mm. Peso 42,44gr

26[2007.50.35](Estampa 113)-Glande de chumbo bicónica, Comprimento 37mm. Peso 43,49gr

27[2007.50.160](Estampa 113)-Peso cilíndrico com remate em gancho, Comprimento 47mm. Peso 59,49 gr

9.5. Artefactos de Ferro

Com excepção das armas, os utensílios de ferro não possuem um local de destaque na história da investigação. Habitualmente, nas escavações antigas são considerados materiais menores, que são tratados de forma selectiva.

Um dos principais problemas no tratamento destes materiais decorre da falta de contexto estratigráfico. Trata-se de formas simples, com um amplo espectro cronológico o que por si só não permite obter elementos datantes de relevo.

Outro elemento perturbador do estudo destes materiais é a sua elevada erosão, e os problemas de preservação e bom acondicionamento.

Apesar de todas estas dificuldades, estes materiais são um dos melhores, senão o melhor, indicador das actividades económicas desenvolvidas num determinado território.

Dado o seu inalienável carácter funcional, optámos pela apresentação dos dados por actividade económica, isto é, agrupando as ferramentas por funcionalidade, tendo sido identificados artefactos agrícolas e objectos cortantes e perfurantes.

9.5.1.Artefactos Agrícolas e ferragens.

Os artefactos agrícolas estão presentes um pouco por todos os sítios arqueológicos, desde a Pré-história. No que respeita à Idade do Ferro, a principal característica é a utilização de ferro para manufactura destes materiais.

Apesar de não existirem dados absolutos para a quantificação das amostras, a sua recorrente presença e frequência sugerem que uma parte significativa dos recursos sidéricos fosse empregue na manufactura destes materiais. Contudo, a falta de contexto e a longevidade destes materiais, até seguramente à época medieval, impede a realização de qualquer análise interpretativa.

No Castro de Segóvia, identificámos um fragmento de uma enxó (v.est. 113, n. 28), que, embora não se encontre completa, é seguramente de pequena dimensão, apresentando um comprimento máximo de 103mm. Na parte superior, exhibe um orifício de secção circular, com 20mm de diâmetro, parecendo corresponder ao espaço para colocação de um cabo curto, de madeira.

A peça n. 29 corresponde a uma argola de ferro, circular, de grande dimensão, com 85mm de diâmetro máximo e 34mm de largura. Dadas as dimensões da peça poderá tratar-se de um elemento de uma aro de roda de carroça. Contudo, esta classificação é operada com algumas reservas. Identificámos ainda duas argolas que podem pertencer a elementos de sela ou a arreios de cavalo (v.est. 113 n. 30 e 31) e a ponta de um prego, de secção circular (v.est.113-32). Por último, apresenta-se um fragmento cilíndrico, com 5mm de comprimento e 18mm de diâmetro, fragmentado em ambas extremidades, de classificação indeterminada.

Catálogo de peças ilustradas:

28 [2007.50.32](Estampa 113)-enxó de ferro com a lâmina fragmentada, Comprimento 103mm

29 [2007.50.49](Estampa 113)- argola de ferro, circular. Diâmetro 34mm

30 [2007.50.41](Estampa 113)- fragmento de argola de ferro, ovalada de secção circular. Comprimento 41mm

31 [2007.50.38](Estampa 113)- fragmento de argola de ferro, ovalada de secção circular. Comprimento 45mm

32 [2007.50.38](Estampa 113)- ponta de um prego de secção circular 50mm

33 [2007.50.38](Estampa 113)- fragmento tubo cilíndrico. Comprimento

9.5.2. Objectos Cortantes/perfurantes

O conjunto de objectos cortantes e perfurantes é escasso e resume-se a dois fragmentos de classificação segura e um de difícil classificação.

A peça n.º35 corresponde a uma faca de gume estreito de pequenas dimensões. A secção e as pontas apresentam um elevado desgaste, podendo corresponder a uma secção triangular. Foram identificados exemplares semelhantes em Conímbriga (Alarcão, *et al.*, 1979: Planche XLII-n.º 78-79) e Castro Marim (Pereira, 2008, n.460/464).

A peça n. 36 parece corresponder a uma ponta de seta de lâmina plana, que apresenta um paralelo aproximado com peça análoga da Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2014: fig.3 n.5) passível de integração no tipo A.III desde mesmo sítio (Pereira, 2014: 328).

As pontas de seta registam-se também no Castelo da Lousa, (Ruivo, 2010: Est. CLXV n.67) e em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1979, Pl. XVIII e XIX). A mais recente proposta de datação para estas peças baliza a sua utilização entre a 2.^a metade do século II a.C. e o século I a.C. (Pereira, 2014: 228). Contudo, consideramos que para o extremo ocidente peninsular não existem dados para apontar uma cronologia tão recuada, sendo as pontas de seta em contextos da segunda metade do século II a.C. apenas registados na área ibérica, como em Urso (Quesada, 2008: 15-16).

Por último, regista-se um exemplar de difícil classificação (v. est. 113-n.34), que corresponde a uma haste, de secção quadrangular, e extremidade cónica. A peça

apresenta acentuado desgaste, está fragmentada em ambas extremidade, podendo corresponder a um elemento de armamento de tipo dardo ou *pilum*. A ausência de qualquer espigão na zona da haste indicia poder tratar-se de um *pilum*, embora esta última classificação seja realizada com muitas reservas.

Catálogo de peças ilustradas:

34[2007.50.45](Estampa 113)-fragmento de haste de pilum ou dardo Comprimento 85mm.

35[2007.50.32](Estampa 113)-dois fragmentos de faca de gume estreito. Comprimento 71mm.

36[2007.51.206](Estampa 113)- ponta de seta de lâmina plana. Comprimento 59mm.

9.6. O conjunto metálico do Castro de Segóvia

Do espólio metálico apresentado importa, em primeiro lugar, sublinhar a diacronia do conjunto, resgatando-se um âmbito cronológico alargado, desde a Idade do Bronze, até ao alto império.

No que respeita à utilização de matéria-prima, o ferro é sem dúvida o material mais expressivo em termos de peso e de número de fragmentos (54). Contudo, esta afirmação não significa que exista um número abundante de peças, dado que o estado erosionado e frágil do espólio de ferro, dá origem a uma excessiva fragmentação e impossibilita uma classificação tipológica, tendo sido apenas possível classificar nove fragmentos

Do ponto de vista da atribuição formal, os objectos de adorno encontram-se entre os materiais mais bem documentados, com um conjunto de fibulas, anéis, pulseiras e alfinetes de cabelo.

Os horizontes cronológicos deste conjunto de adorno são latos, maioritariamente caracterizados através da classificação formal do conjunto de fibulas, cuja datação é coeva das fase I e II do sítio. Assim, atribuível à fase mais antiga, da Idade do Ferro, apresentam-se um conjunto de fibulas de tipo e zoomorfo, bem como uma fibula de

naveta, Para a fase II, já do período romano resgita-se a presença de fíbulas de tipo transmontano, Nauheim e anular em ômega, sendo esta última de cronologia alto imperial.

Assim, a presença de objectos de adorno femininos e masculinos numa percentagem reduzida e constante ao longo da ocupação do sítio poderá ser uma evidência da presença de uma elite local que se diferencia pela utilização de ornamentos metálicos.

Por outro lado, os materiais de uso quotidiano são escassos e exequando a alêne, que não apresenta contexto primário de recolha, encontram-se claramente associados à última fase da ocupação do sítio. Deste modo, utilização da baixela metálica e de glandes de chumbo parece estar claramente associada à presença de contingentes militares romanos na região, tendo possivelmente chegado ao sítio pela mesma via das trocas comerciais, que resultaram também na presença de um conjunto de cerâmicas importadas, já apresentado e discutido.

Neste sentido, importa sublinhar assim a importância do espólio metálico associado à fase mais antiga, anterior a estes contactos exógenos e ao significado que poderá ser conferido a objectos de adorno com cronologias entre os finais do século IV a.C. e o século II a.C., que, no sítio, são elementos verdadeiramente excepcionais e exóticos.

Por último, cabe ainda discutir a existência de um conjunto de materiais relacionáveis com a presença de contingentes militares na região. Por um lado, a presença de armamento é inegável e está atestada por duas glandes de chumbo e uma ponta de seta, aos quais se poderá associar o pucier correspondendo ao único fragmento de baixela metálica itálica.

Importa salientar a escassez desses materiais indicadores da presença de contingentes militares, num total de quatro fragmentos, bem como a ausência de tantos outros artefactos metálicos e cerâmicos, característicos de contextos militares.

A ausência de pontas de lança, falcatas, punhais, fragmentos de capacete, ponteiros, ou qualquer outro elemento de armamento defensivo ou ofensivo, aliada à escassez de ânforas republicanas e à raridade das ânforas itálicas, bem como a um magro conjunto numismático, no qual os denários de prata estão ausentes, colocam alguma dificuldade numa atribuição categórica de uma função militar, dado que as poucas evidências nesse

sentido contrastam com a abundância do espólio de sítios "vizinhos", aos quais foi atribuída essa funcionalidade, como da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998 e Pereira, 2014) ou Cáceres del Viejo (Ulbert, 1984).

Por esta razão, encara-se com alguma prudência a presença destes materiais, tentando não incorrer em extrapolações de carácter generalista, que, por ora, carecem de dados.

Não sendo discutível as evidências militares, penso que em primeiro lugar importa abordar o seu significado, pois parece-me plausível assumir que numa região com forte presença militar existam contactos e ecos dessa mesma presença em sítios não militarizados.

Deste modo, assumir com base em duas glandes de chumbo e uma ponta de seta uma presença militar efectiva parece-me no mínimo prematuro, pois a permanência de uma guarnição militar em determinado local deixa evidências relacionáveis com hábitos de consumo de populações forâneas, materializáveis no "lixo" que é deixado para trás.

Assim, a ausência de um conjunto considerável de ânforas itálicas documentada em Segóvia e também em Vaimonte (Fabião, 1998), contrasta com os padrões de consumo apresentados para contingentes militares presentes em outros locais do extremo ocidente peninsular, como Lisboa (Pimenta, 2005) , Santarém (Bargão, 2006) ou Chões de Alpompe e carece de leitura e interpretação.

9.7. Numismas

Nas escavações do Castro de Segóvia foram recolhidas oito moedas em ligas de bronze e cobre, provenientes das campanhas de 1972 e de 1982. Uma primeira análise do conjunto permitiu aferir um largo espectro cronológico, sendo as cunhagens mais antigas datadas do século II a.C e a mais recentes do século IV d.C.

Os dados são apresentados sob a forma de um catálogo, onde é efectuada a descrição iconográfica, transcrição da legenda, tipo de moeda, ceca, módulo e cronologia. A apresentação das peças é realizada em estampas através de fotografia à escala 1/1.

No estudo individualizado de cada numisma foi analisando o seu aspecto externo, a liga, o seu diâmetro, o peso, os elementos representados, bem como as legendas presentes, desdobrando as siglas, sempre que foi possível.

A bibliografia consultada para as moedas baseou-se, para as hispano-romanas e libo-fénicia, nos catálogos de F. Burgos (1987) e L. Villaronga (1994), para a moeda de cunhagem romana o RPC 1 (Brunett *et al.*, 1992) e o RIC 1 (Mattingly e Sydenham, 1972), e para o exemplar baixo-imperial o RIC IX (Pearce,1933). Foram ainda consultados outros artigos e publicações sobre exemplares análogos aos presentes na nossa amostragem.

9.7.1. Catálogo

1- [2007.51.188]- Asse

Anverso: Cabeça viril com diadema à direita, à frente mão,

Reverso: Esfinge alada virada à direita, à frente estrela.

Reverso legenda: AMOAT;

Ceca: Castulo/Ibérica;

Cronologia- 150-100 A.C.,

Módulo: 34mm;

Peso:29,71 gr

Referência: (Villaronga Leandro, 1979:76, nº 163, Burgos, 1987: 881: 117).

Asse de cobre cunhado em Cástulo, actual Cazlona, Linares (Jaén). Com esta proveniência conhecem-se cunhagens abundantes, nomeadamente duplo, asses, semisses e quadrantes, registando-se inscrições indígenas e latinas (Villaronga, 1979: 145). A moeda em questão terá sido cunhada em meados do século II a.C., apresentando um desgaste acentuado, nomeadamente no reverso, indiciando uma circulação intensiva após cunhagem.

No anverso apresenta uma cabeça virada à direita, e no reverso uma esfinge e a inscrição Cástulo em caracteres indígenas. O corte é relativamente irregular, apresentando-se boleado. O módulo da moeda indicia o uso do sistema métrico romano, fenómeno bem documentado para outros exemplares desta oficina. O sistema métrico de Cástulo poderá inclusive ter influenciado cecas próximas como Obulco e Ilturir (Villaronga, 1979: 145).

Segundo Crawford, dado que este Asse pesa 27,91 gramas, enquadra-se dentro da média dos Asses de Cástulo que, segundo Villaronga, apresentam um peso de 29,13 gramas (Villaronga 1979:143). Refira-se ainda que a emissão em questão, com uma mão à frente da cabeça do anverso, teve uma larga profusão.

2- [2007.51.186] Asse

Anverso- Busto de Augusto virado à esquerda;

Legenda: TRIB[IBUNICIA] POT[ESTATE].

ReversoLegenda- P[VBLIVS] CARISIVS / [LE]G[ATVS] / A[VG]VSTI;

Ceca: Emerita Augusta;

Cronologia- 25-23 a.C.

Módulo: 26mm;

Peso:9,24 gr

Referência: R.I.C. I 16 ou 21.

Trata-se de uma emissão da fundação de *Emerita Augusta*, estando presente no anverso a titulação obtida por Augusto em 23 a.C., a TRIBUNA POTEST (Villaronga, 1979: 254). No reverso, encontra-se indicado o nome de *Publius Carisius* como *Legatus* de *Emerita Augusta*. A ceca apresenta a métrica do sistema de Augusto, com um peso médio de 10,22 gramas. (Faria, 2001 e Villaronga, 1979:255). O numisma apresenta um ligeiro desgaste na legenda do reverso, bastante menor que o exemplar anterior. Trata-se do numisma de corte mais regular, e diâmetro sempre simétrico, algo que é natural neste período, reflexo da padronização do sistema métrico romano de Augusto.

3.[2007.51.187] Asse

Anverso - Busto para a direita com um diadema de pérolas;

Legenda : D[OMINUS] N[OSTER] THEODO-SIVS P[IVS]F[ELIX] AVG[USTUS]

Reverso: Imperador à esquerda virado à direita, segura um globo na mão esquerda e um estandarte na direita (*Labarum*);

Reverso legenda – GLORIA ROMANORVM. No exergo (...)ANT[IOCHIA].

Ceca – Antiochia;

Cronologia- 392-395 Theodosius I.

Módulo: 20mm;

Peso: 4,71 gr

Referência : RIC. IX 68 (?)

Este numisma apresenta-se isolado cronologicamente relativamente aos outros exemplares. Consiste, genericamente, num AE2 com o tipo GLORIA ROMANORUM

no reverso, também designado por Maiorina. Foi cunhado em Antioquia entre os anos de 392-395d.C. a mando de Teodósio I. Infelizmente não foi possível obter a leitura completa da marca da casa de moeda presente no exergo. Este tipo de reverso foi ainda cunhado por Honório e Arcádio. Tendo sido o último imperador romano a liderar Oriente e Ocidente, não é estranha a iconografia presente no reverso, especificamente o globo, sendo o *labarum* alusivo ao Cristianismo abraçado por este imperador (Pearce, 1933:XLI).

Por último importa referir que o *labarum* é um elemento bastante presente nas cunhagens do século IV, sabendo-se que os estandartes romanos em batalha ostentavam este símbolo, significando que a religião oficial do Império Romano era o Cristianismo (*Ibidem*).

4- [2007.51.189] Semisse

Anverso -. Cabeça viril com diadema e legenda em caracteres indígenas.

Legenda : CN VOC S T F

Reverso-Touro caminhando à direita, crescente lunar em cima ao centro.

Legenda: CN FVL CN F, inscrição ibérica Cástulo;

Ceca Cástulo;

Cronologia- Meados do século II a.C..

Módulo: 21mm;

Peso:6,60 gr

Referências:(Villaronga Leandro, 1994: 332-333 e Burgos, 1987: 898 p. 119)

Exemplar de Castulo, apresenta o nome de dois magistrados, no anverso e reverso, CN.VOC.ST.F e CN. FVL.CN.F respectivamente. Tal como a moeda n.1, também aqui Cástulo surge escrita em caracteres indígenas. A moeda apresenta um corte irregular e um desgaste não muito acentuado.

5- [2007.51.190] Semisse

Anverso -- Cabeça de Apolo à direita

Legenda interna OBVL[CO] e externa NIG;

Reverso: - Touro à direita olhando de lado, em cima crescente lunar;

Ceca- Obulco;

Cronologia- I a.C.;

Módulo: 20mm;

Peso: 4,83 gr

Referência (Villaronga Leandro, 1994: 339 n. 63-64 e Burgos, 1987: 852 ?).

Esta emissão foi cunhada em Obvlco (Procuna, Jaén), no século I a.C. na zona de influência de Cástulo (Villaronga, 1979:231). Trata-se de um semisse, onde no anverso surge a cabeça de Apolo com o cabelo ao estilo dos denários de L. Calpurinius Pio (Crawford, 1974: nº 340) de 90 a.C. e C. Piso L.P. Frugi (*Ibidem*: nº 408) de 67 a.C. (Villaronga, 1979: 231). O peso médio desta emissão é de 12,42 gramas, sendo que o nosso exemplar se integra nestes valores. A moeda apresenta um módulo relativamente irregular, e algum desgaste, tanto no anverso, como no reverso.

No século I a.C., Obulco prossegue com as suas emissões com legendas latinas, sendo que as duas emissões mais importantes são as de semisses com águia e touro. A nossa moeda, integra uma outra emissão, apresentando um peso de 4,83 gramas, um pouco abaixo da média indicada de 12,42 gramas (*Ibidem*: 231). As últimas emissões desta oficina chegam à época de Augusto, integrando já legendas latinas (Burgos,1987:111).

6- [2007.51.191] Asse ?

Anverso --totalmente apagada, anipigrafa

Reverso--totalmente apagada, anepígrafa.

Ceca- Indeterminado

Cronologia- Indeterminada

Módulo: 25mm;

Peso: 32,24 gr

Infelizmente esta moeda encontra-se anepígrafa tanto no anverso como no reverso. Tendo em conta a análise do diâmetro, peso e liga, poderá consistir numa cunhagem do século I a.C.

7- [2007.51.185]Asse

Anverso - Cabeça de Augusto virada à direita.

Reverso -Pax sentada à esquerda segurando cornocópia e caduceu.

Legenda: [P]AX IVL[IA]

Ceca Pax Iulia

Cronologia-27 a.C. 14 a.C.

Módulo: 26mm;

Peso: 15,32 gr

Referências: (RPC 52? Leandro Villaronga,1979:271-1034)

Esta moeda foi cunhada em Pax Julia, que somente emitiu asses, sendo que não são conhecidos muitos exemplares. No reverso encontra-se representada uma figura feminina que, dada a legenda PAX IVL, deverá consistir na Pax, embora lhe falte o elemento que mais a caracteriza, o ramo de oliveira. A moeda deverá datar de 40 a.C. a 14 d. C. (Villaronga,1979:271).

8- [2007.51.33]Semiasse

Anverso -Touro à direita, em cima estrela;

Reverso -Delfim à direita, em cima crescente e ponto. Por debaixo caduceu

Legenda : SDN (líbio fenícia)

Ceca- Asido;

Cronologia- Século II a.C..

Módulo: 20mm;

Peso: 6,30 gr

Referências:(Burgos, 1987:952)

Este numisma foi cunhado em Asido, zona de Medina Sidónia (Cádiz). A legenda do reverso apresenta em caracteres líbio fenícios SDN, algo característico desta ceca (Villaronga, 1979:165). A nossa moeda pertence ao tipo que mais emissão teve, apresentando um touro com estrela no anverso, e um golfinho no reverso.

O nosso exemplar apresenta um peso de 6.30 gramas, um pouco abaixo da média indicada por Villaronga de 7 gramas (*Ibidem*)

9.7.2. Comentário

Trata-se de um pequeno conjunto de moedas, cuja análise permite apenas aferir indicadores da circulação monetária existente, pois o acervo é demasiado escasso para realizar uma análise estatística dos dados.

Num total de oito moedas, somente uma não apresentava leitura, sendo que as restantes aparecem distribuídas por seis casas da moeda, contando Cástulo com dois exemplares.

Cronologicamente, os exemplares mais antigos provêm de Cástulo e Obulco na Ulterior, tendo sido estas também as primeiras casas a cunhar moeda no Sul da Península Ibérica.

Cabe referir que foram recolhidas moedas de cronologia republicana dos séculos II e I a.C., documentando a existência de circulação monetária durante a ocupação republicana do Castro de Segóvia. A presença de cronologias tão recuadas não significa que a circulação dessas moedas tenha ocorrido nesse período, dado que o elevado desgaste patente sugere um período de circulação mais alargado. Deste modo, os escassos materiais romanos de cronologia do século II a.C. existentes no sítio vêm sublinhar a hipótese de uma circulação mais tardia destes numismas, sendo plausível pensar na sua presença em Segóvia apenas no século I a.C.

O final do século I a.C. está caracterizado pela presença de duas moedas que correspondem *grosso modo* à fundação de *Augusta Emerita* (25 a.C.-23a.C.) e *Pax Iulia* (31-27 a.C.) A presença destas moedas não nos causa estranheza pois são reflexo de uma nova organização administrativa promovida por Augusto. A presença destas cunhagens correspondeu certamente a um reflexo directo de âmbito regional dada a proximidade geográfica entre estas cidades, em particular *Emerita*, e Segóvia.

Do século IV d.C. temos somente um exemplar, um *GLORIA ROMANORUM* mandado cunhar por Teodósio I em Antioquia. Esta moeda baixo-imperial poderá estar associada a um conjunto de materiais de análoga cronologia que evidencia uma possível reocupação do Castro em período tardio. Do ponto de vista da circulação monetária, este último momento caracteriza-se por uma desvalorização da moeda ao ritmo do "declínio" do Império, combatido por uma emissão constante de numerário em grande quantidade, correspondendo a moedas de grande difusão.

Por último importa salientar a reduzida utilização de moeda, fenómeno também registado no Castelo da Lousa (Ruivo, 2010:483), estando presentes cecas de grande difusão em qualquer um dos períodos cronológicos documentados.

10. Releituras crono-estratigráficas do Castro e Segóvia.

O sítio arqueológico de Castro de Segóvia reúne um conjunto de dados considerável, bem como um acervo documental que se reporta à cultura material e a anteriores trabalhos arqueológicos executados no sítio.

O estudo desses elementos foi aqui analisado à luz dos actuais paradigmas da investigação científica. Importa referir que as leituras e interpretações esboçadas surgem do intrínseco relacionamento de dados relativo ao património imóvel, a todo o registo artefactual ao qual tivemos acesso, bem como à documentação textual, gráfica e fotográfica recolhida aquando dos trabalhos de campo.

A estes elementos, que contribuíram de forma inequívoca para a reconstituição do passado histórico do sítio, aliámos novos dados de pesquisa, fruto de um trabalho de campo composto por uma vertente de prospecção e uma outra de escavação arqueológica. Estes trabalhos foram orientados no sentido de ajudar a responder a questões interpretativas relativas à funcionalidade do sítio, bem como ao estabelecimento de cronologias relacionadas com o seu faseamento.

Embora tenhamos obtido dados relevantes em ambos os critérios de investigação, os trabalhos por nós realizados foram claramente insuficientes para uma caracterização clara e aprofundada destes elementos em toda a diacronia de ocupação, tendo sido apenas possível aferir relações contextuais seguras, de deposição primária, no que respeita à última fase de ocupação do sítio, de cronologia romana.

No que respeita aos momentos mais antigos, importa referir que embora a maioria dos materiais não possua proveniência estratigráfica ou esteja associada aos níveis mais superficiais, 1 e 2, foi possível identificar, mas apenas na área A escavada em 1972, alguns contextos preservados que caracterizam a designada Fase I.

No seguimento deste pressuposto, o estabelecimento das fases de ocupação agora esboçado resulta do estudo crono-funcional dos próprios artefactos recolhidos nas várias campanhas realizadas no século XX. Naturalmente que este exercício comporta agravados riscos que advêm da leitura "do caco pelo caco" nomeadamente em termos da

precisão cronológica, caracterização no terreno de cada fase de ocupação e da própria longevidade de utilização de técnicas e materiais.

Embora algumas peças do conjunto artefactual possuam elementos cronológicos únicos, funcionando eles próprios como fóssil director, certo é que se trata da excepção à regra. Domina um vasto universo de produções locais, onde se destacam as pastas escuras e grosseiras, cujo espectro cronológico é alargado, tendo em consideração as datações propostas para outros sítios arqueológicos no território envolvente.

10.1. O Bronze Final

Os horizontes cronológicos que tivemos como ponto de partida correspondem à cronologia de referência publicada na bibliografia existente. Assim, a primeira ocupação do sítio foi datada por Teresa Gamito da Idade do Bronze, caracterizada pela presença de cerâmicas de retícula brunida, características do Bronze Final.

Na análise dos materiais exumados, não identificámos a presença de decoração com retícula brunida, apesar de termos encontrado alguns materiais com uma cronologia de produção do Bronze Final, nomeadamente taças-tigelas carenadas do tipo A.1.C.1. e A.1.C.2. com típicos perfis do Bronze final, bem como uma alène de cobre/bronze recolhida em níveis superficiais.

No que respeita ao contexto de recolha, os materiais cerâmicos provêm dos níveis 4 e 6 da Trench AI, área corresponde à face interna da muralha, surgindo as taças carenadas associadas a potes de perfil em S e a um fragmento de um pote com asa de cesta, tendo-se concluído que se trata de materiais residuais, que se encontram, portanto, em deposição secundária. Não é, pois, clara a existência de níveis do Bronze Final, uma vez que a escavação nesta área não prosseguiu em profundidade, não tendo sido atingido o substrato geológico. Contudo, a presença de estratos de aterro junto à fundação da estrutura muralhada foi também documentada na sondagem 2 de 2009. Aqui, os níveis de aterro eram estéreis, sendo constituídos maioritariamente por rocha desagregada, o

que evidencia tratar-se de uma ação antrópica de colmatação e preparação do terreno para a construção da estrutura

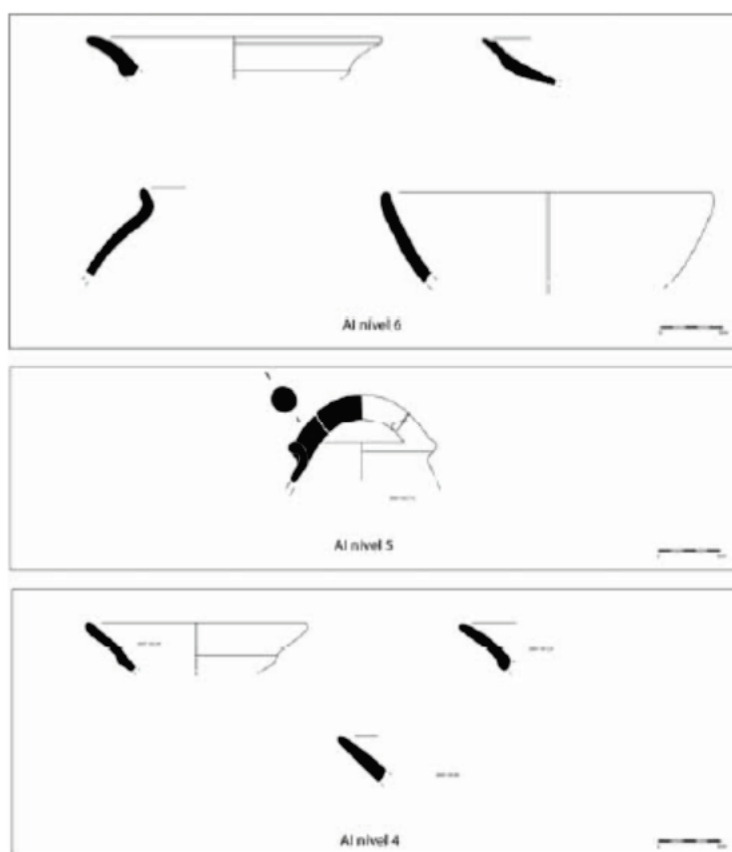


Figura 119- Materiais exumados na Q. A1, níveis 4 a 6, escavações de 1972.

defensiva, que terá implicado a remoção de solos pré-existentes na área envolvente do cabeço. É pois plausível a hipótese de os materiais da Idade do Bronze terem sido retirados do seu contexto primário, aquando dessa construção e colocados em deposição secundária nos níveis de aterro/nivelamento do terreno no perímetro do cabeço.

As estruturas descritas no capítulo quatro correspondem a horizontes cronológicos mais recentes, reflexo de uma plena ortogonalidade, não existindo nenhuma estrutura de planta circular ou estruturas negativas escavadas no substrato rochoso que evidenciem uma ocupação anterior à Idade do Ferro.

Neste sentido as evidências materiais apontam para a existência de uma ocupação do Bronze Final em parte incerta do Castro, que só poderá ser revelada com futuras

intervenções no sítio, sendo claro que à data da ocupação sidérica que pudemos caracterizar trabalho, o sítio se encontrava desabitado.

10.2. A Idade do Ferro

A segunda fase de ocupação referida pelos autores que trabalharam no Castro de Segóvia ao longo das últimas décadas do século XX diz respeito à Idade do Ferro, tendo sido a este período que foi dado um maior relevo, ao nível das publicações apresentadas e dos materiais recuperados.

O sítio arqueológico surge desta forma vinculado a uma arquitectura "castreja" e enquadrado na chamada "II Idade do Ferro do Sudoeste". Neste sentido, e no que respeita ao conjunto artefactual, Teresa Gamito e José Arnaud deram primazia às chamadas cerâmicas estampilhadas, cujo enquadramento cronológico então proposto foi estabelecido contextualmente, através da associação a cerâmicas de verniz negro de proveniência grega.

Na análise e estudo dos materiais recolhidos que pude efectuar no decorrer da investigação no quadro desta dissertação de doutoramento, tive oportunidade de verificar a existência de um conjunto de artefactos passíveis de enquadramento numa ocupação da Idade do Ferro. Contudo, importa referir que as cerâmicas de tipo "Medellín", anteriormente referenciadas por Arnaud e Gamito para os níveis sídericos mais antigos de Segóvia (1977 e 1996), estão ausentes, e não foram identificados quaisquer materiais cerâmicos de cariz orientalizante, realidade, aliás, análoga à verificada na Cabeça de Vaiamonte (Fabião e Guerra, 1987: 45) ou em Castrejón del Capote (Berrocal Rangel, 1989).

No que concerne à presença de cerâmicas gregas, pudemos constatar que toda a cerâmica de verniz negro analisada corresponde, de facto, a cerâmica campaniense e, naturalmente, enquadra-se num horizonte cronológico distinto do exposto na proposta inicial de faseamento para estas cerâmicas.

Sendo as ânforas o principal tipo cerâmico que habitualmente surge associado às importações cerâmicas gregas, importa referir que no Castro de Segóvia não foram identificadas ânforas pré-romanas de importação. Esta realidade encontra, uma vez mais, paralelos na Cabeça de Vaiamonte e em Castrejón del Capote, onde as ânforas importadas estão ausentes, ou perto disso, tendo sido identificado apenas um fragmento em cada um destes locais (Fabião, 1998: 157; Berrocal Rangel, 1994: fig 9).

Neste sentido, importa referir que a hipótese de um comércio conjunto, ou pelo menos operado de forma análoga, entre ânforas, cerâmica grega e artefactos de vidro (Fabião, 1998, vol II: 157) não foi comprovada, dado que foram recolhidas apenas quatro contas de colar de pasta vítrea azul que terão chegado a Segóvia dissociadas do comércio de ânforas e da cerâmica grega.

A presença destes exemplares vítreos poderá ser justificada através da existência de contactos comerciais operados via terrestre. Esta hipótese é corroborada não apenas através dos artefactos de vidro, mas por todo um conjunto de ideias e saberes que se materializam no conjunto artefactual cerâmico através de formas, técnicas e gramáticas decorativas.

Deste modo, a análise tipológica efectuada permitiu estabelecer paralelos com diversos sítios da "Betúria Céltica" e do território vetão, nomeadamente no que respeita à cerâmica estampilhada, aos queimadores e aos barris, bem como a formas afins de vasos celtibéricos, como o recipiente crateriforme de cerâmica cinzenta.

Voltando à questão cronológica, o repertório formal e decorativo das cerâmicas de Segóvia enquadráveis em horizontes da Idade do Ferro apresenta paralelos próximos aos materiais de Castrejón del Capote e aos identificados no depósito votivo de Garvão. Neste sentido, uma primeira análise dos materiais da Idade do Ferro de Segóvia permite o seu enquadramento numa cronologia ampla, balizada entre o século IV a.C. e o século II a.C.

A discussão cronológica não pode ser esgrimida sem trazer à colação alguns artefactos que, pela sua unicidade do ponto de vista formal e tecnológico, contribuem de forma incontornável para o estreitamento das balizas cronológicas desta fase de ocupação.

Em primeiro lugar, há que referir os argumentos *ex-silentio*. A ausência de fósseis directores que indiquem uma ocupação dos séculos V ou IV a.C., marcada pela ausência de cerâmica ática e de ânforas pré-romanas de importação, é um elemento deve ser valorizado. Por um lado, estamos conscientes dos riscos que acarreta a análise deste tipo de argumentos, mas, por outro, assumimos que esta leitura é, e só pode ser, realizada à luz dos dados actualmente conhecidos, identificando presenças e ausências.

Naturalmente, que no momento de pesar os indicadores, é necessária alguma precaução, nomeadamente na formulação de hipóteses apenas baseadas na inexistência de alguns materiais, uma vez que um conjunto é apenas uma amostra, muito fragmentária, de uma determinada realidade passada.

Há ainda que matizar estas ausências no âmbito do enquadramento geográfico do sítio. Lembremos que Segóvia não tem acesso fluvio-marítimo, estando longe dos centros receptores de produtos de proveniência mediterrânea, não sendo, pois, expectável a presença, no sítio, pelo menos em grandes quantidades, de contentores de transporte de tipo ânfora, criados e adaptados para utilização em meio aquático.

O mesmo pressuposto se aplica à presença/ausência de cerâmicas áticas. Trata-se de cerâmica de mesa de produção grega, que continua a ser considerada um produto raro e de luxo em contexto do extremo ocidente peninsular. No quadro de dispersão das cerâmicas gregas no actual território português (Arruda, 1997), há um claro predomínio das zonas litorais e ribeirinhas, a sul do território, sendo mais raros os exemplares recolhidos no interior.

Nos dados mais recentes relativos à presença de cerâmicas gregas no Baixo Alentejo, destacam-se os exemplares do Cerro Furado (Arruda e Lopes, 2014 : 411), da cidade de Beja (Arruda, 1997; 2007, Lopes, 2003; Grilo, 2006), de Serpa (Arruda, 2007), do Castelo de Moura (Arruda, 1997) ou do Castro da Azougada (Rouillard, 1975; 1991), o que mudou um pouco o panorama desta região. Assim, embora exista já um considerável número de sítios onde se recolheu cerâmica grega, estes correspondem a locais do Baixo Alentejo, implantados numa área plausível de difusão comercial de produtos via Guadiana.

Importa referir que no Castro de Segóvia, não existindo indicadores cronológicos claros de uma presença anterior ao século IV a.C., há um conjunto de materiais da Idade do Ferro com características mais arcaizantes, que devem ser considerados os artefactos mais antigos do sítio, associados a momento fundacional ou a uma fase inicial da sua ocupação sidérica.

Neste sentido, a recolha de um fragmento de bordo de um pote-cesta (v. fig.123) está relacionada com uma sequência de contextos deposicionais, identificados em associação à muralha. Embora os dados de escavação não sejam esclarecedores no que concerne à relação estratigráfica entre estes depósitos e as estruturas identificadas na área envolvente, a cronologia de produção destes materiais, atestada por abundantes paralelos na zona do vale do Tejo, Andaluzia e Extremadura espanhola (v. forma B.2.B. p.279), permitiu um enquadramento cronológico em torno à segunda metade do século IV a.C. para esta forma em Segóvia.

Assim, os argumentos em torno às presenças e "ausências", já amplamente discutidos ao longo deste trabalho, permitem propor o início da ocupação sidérica do Castro de Segóvia durante a segunda metade do século IV a.C.

Neste sentido, uma vez mais os dados das escavações de 1972 são reveladores de um conjunto de materiais em excelente estado de preservação, identificados num provável contexto de deposição primária, que parecem corresponder a espólio votivo. As quadrículas anexas B e D apresentam, nos níveis 6 e 7, um conjunto de materiais excepcionais, do ponto de vista formal, únicos no sítio. Trata-se de cerâmica cinzenta, pintada em bandas, manual polida e estampilhada, datável século III a.C., de acordo com paralelos formais estabelecidos para o jarro de cerâmica cinzenta quase completo, da forma B.3.

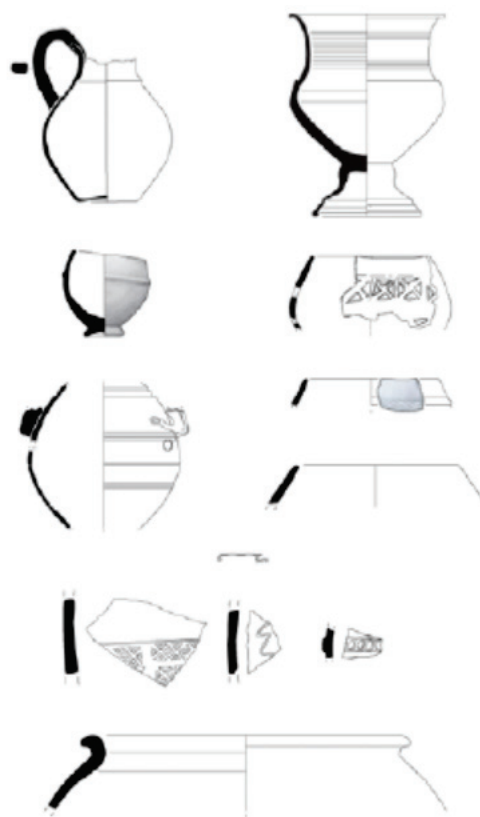


Figura 120- Materiais provenientes das quadrículas D e B, nível 6.

A associação contextual deste jarro ao vaso krateriforme da forma A.4. e a um recipiente fechado de tipo urna, da forma B.2., bem como ao único queimador/vaso calado recolhido no sítio, é bastante sugestiva do ponto de vista interpretativo, sendo plausível pensar num contexto ritual e na existência de libações.

Esta hipótese não surge apenas da leitura deste contexto de deposição primária, ao qual podemos associar um elemento coroplástico ornitomorfo, que faria parte de um recipiente cerâmico, sendo possivelmente utilizado com esta mesma finalidade. Este artefacto, recolhido no nível 8 da mesma quadrícula (D), poderá assim apresentar uma cronologia coeva desta primeira fase de ocupação, datável entre a segunda metade do século IV e o século III a.C.

Naturalmente que o carácter votivo proposto presume a existência de uma ou mais divindades cultuadas, sendo neste sentido particularmente sugestiva a relação estabelecida entre ornitormorfos e o conceito de deusas-mãe, paralelo identificado em âmbito cultural púnico e ibérico já anteriormente referido, bem como na presença de

bronzes ornitomorfos em Turrñuelo (Badajoz), embora com uma cronologia mais recuada.

A este propósito, cabe por fim referir a presença de uma estatueta de bronze, associada à ocupação romana do sítio, e interpretada também ela como uma representação de uma divindade feminina pré-romana, que indicia que o culto e os rituais votivos relacionáveis com divindades femininas caracterizam a identidade da população que habitou o Castro de Segóvia no último terço do I milénio a.C.

A este conjunto de materiais sidéricos associados à primeira fase de ocupação parece corresponder uma arquitectura de planta ortogonal, composta por pequenos compartimentos adossados à muralha, sendo plausível pensar que esta estrutura defensiva constituiu, nesta primeira fase de ocupação, o perímetro da área edificada e, simultaneamente, o principal equipamento defensivo. Relativamente à segunda linha de muralha identificada ainda nos trabalhos de Teresa Gamito, e relocizada nos trabalhos de prospecção de 2009, a ausência de trabalhos de escavação não permitiu aferir a sua cronologia e eventual contemporaneidade entre esta estrutura e a primeira linha de muralha que circunda o cabeço, situação análoga à verificada com o campo de pedras fíncadas, identificado nos trabalhos de 2009. No que respeita à pedras fíncadas, deve ainda referir-se que estas estruturas, que se encontram afastadas dos núcleos de povoamento, sempre, portanto, localizadas extra muros/muralhas, dificilmente apresentam elementos datantes próprios, que permitam o estabelecimento de uma cronologia de construção/utilização. Assim, a eficiência defensiva deste equipamento não é operada de forma isolada, uma vez que está sempre conjugada com outras estruturas defensivas. No que respeita a Segóvia, a complementaridade destes equipamentos defensivos em relação à primeira linha de muralha e ao núcleo habitacional edificado durante a Idade do Ferro sugere que todas estas estruturas estavam em pleno funcionamento durante, pelo menos, a ocupação síderica, que corresponde à fase construtiva 1.

Lamentavelmente, a reduzida área escavada em associação a esta primeira fase arquitectónica, aliada à não conclusão dos trabalhos arqueológicos até ao substrato rochoso, em parte da área A e na sondagem 1 de 2009, não permitem datar, com maior precisão, os níveis fundacionais e a cronologia de construção das estruturas da fase 1, bem como a própria muralha.

Ainda no que concerne a esta primeira fase de ocupação, importa sublinhar a presença de um conjunto de materiais que, pese embora não apresentem contexto relevante de recolha, remontam claramente a uma tradição pré-romana, característica desta região, como as cerâmicas com decoração incisa, estampilhada e com decorações aplicadas, constituindo, em conjunto, uma tradição de ornamentação dos vasos cerâmicos de produção local ou regional que remonta à chamada II Idade do Ferro, num território alargado que compreende hoje parte do Alentejo, Extremadura e Alta Andaluzia espanholas.

Assim, locais como Garvão, Vaiamonte, Capote ou mesmo Mesas do Castelinho e naturalmente Segóvia, embora apresentem repertórios formais e gramáticas decorativas distintas entre si, possuem acentuados paralelismos nos modos de produção cerâmica, com um predomínio das produções manuais ou "toscas", já aqui amplamente discutidas, das quais as formas fechadas são maioritárias, com uma expressiva representação de recipientes de armazenamento e de formas de tipo copo/potinho/púcaro.

Aliado às semelhanças formais, há também um conjunto de técnicas e gramáticas decorativas comuns, que embora surjam como variações e nuances locais apresentam um evidente ar de família que conferem a estas populações um *know-how* comum.

As razões das semelhanças ao nível da cultura material de um tão vasto território poderão relacionar-se com diversos factores, sendo em primeiro lugar de destacar cronologia e a geografia. Todos os locais que revelam este padrão de produção e consumo de cerâmica correspondem a sítios fundados ou reocupados a partir do século IV a.C., sendo a única excepção constituída pelos níveis fundacionais de Mesas de Castelinho, cuja fundação tem vindo a ser datada do final do século V a.C.

Naturalmente que dentro de balizas cronológicas alargadas se regista a presença de tendências distintas, como parece ser o caso das cerâmicas pintadas em bandas bícromas, documentadas no Capote ou na Alcazaba de Badajoz em horizontes cronológicos do século IV e inícios do III a.C., e que estão ausentes em Segóvia (Berrocal Rangel, 1992 e 1994).

Assim, no território em apreço, verifica-se que após o abandono repentino de locais orientalizantes e "pós-orientalizante", que permaneceram ocupados, durante, pelo

menos, os séculos VI e V a.C. (Arruda, 2005: 95), como Cancho Roano ou a Azougada, mas também Alcazaba, Medellín, La Bienvenida, e La Mata (Berrocal Rangel, 1998: 89), há um novo modelo de ocupação do território documentado a partir sobretudo do século IV a.C. , que apresenta características eminentemente defensivas e uma matriz cultural distinta da anterior.

É neste enquadramento cultural e geográfico que se insere a ocupação sidérica do Castro de Segóvia. Deste modo, a evidente diferenciação, observável ao nível da cultura material, entre sítios orientalizantes/"pós-orientalizantes" e estes novos locais, caracterizados pela presença de tradições oleiras indígenas, permite descartar a hipótese de uma relocalização dos primeiros núcleos de povoamento, dado que parece claro tratar-se de outras comunidades que apresentam uma cultura material distinta.

Naturalmente que esta constatação abre, ou melhor, reabre um antigo debate sobre migrações e a presença de populações "celtas" neste território. Sem pretender enveredar pela tese das chegadas de populações indo-europeias à Península Ibérica, cabe referir que a associação de "celtas" à *Baeturia* é desde há muito defendida por alguns autores (Berrocal Rangel 1992, 1994 e 1998) e mais recentemente por Alarcão(2001) e A.M. Arruda (2005).

Neste sentido, cabe referir a existência de um desfasamento cronológico nas hipóteses e interpretação apresentadas que associam as referências dos *Celtici* à *Baeturia*, vindos da Celtibéria e referidos por Plínio (3, 13), a uma cronologia do século V a.C. (Alarcão, 2001: 336 e Arruda, 2005: 97), dado que a cronologia de ocupação dos sítios do Alentejo e da Extremadura espanhola está documentada somente partir de meados do século IV a.C. (Berrocal Rangel, 1998: 90). Esta proposta cronológica em torno ao século V a.C. é relacionável segundo Berrocal Rangel com o período de La Téne B e com as "migrações celtas"(Berrocal Rangel, 1998: 90). Contudo, a fundação de estruturas de tipo Castro com cronologias centradas em meados do século V a.C. apenas está documentada no "território vetão".

Por outro lado, as características defensivas e a cultura material que caracterizam este novo modelo de povoamento estão documentadas num território vasto, que abrange todo o actual Alto Alentejo, parte do Baixo, a Extremadura espanhola, bem como parte das províncias de Castilla, León e La Mancha, cujos limites extravasam qualquer

associação territorial étnica descrita nas fontes clássicas. Assim, por imperativos cronológicos e geográficos parece-me mais pertinente equacionar a proximidade e a possível deslocação de populações do território vetão para sul.

Importa referir, relativamente ao Alentejo e Extremadura espanhola, que todos estes "novos" locais se apresentam desconectados das vias marítimas e portanto das rotas de circulação de produtos mediterrâneos que chegaram ao litoral Peninsular e, especificamente ao sul do actual território português, a partir do século VIII a.C.

Este afastamento dos circuitos comerciais, que durante a segunda metade do I milénio a.C., são desenvolvidos, primordialmente, a partir da região gaditana para as costas algarvias, dota estes sítios, localizados no interior sul do território, de um certo isolamento, que acentua as características próprias da cultura material, ao nível local.

Na prática, assiste-se a uma continuidade na produção de formas, modos de fazer e decorações que perdura desde a fundação destes locais, até à chegada dos contingentes romanos.

A estes factores de isolamento associam-se as características de implantação e defensivas, patentes em Segóvia, mas também num número significativo de “Castros” da chamada Betúria Céltica e da zona ocidental de Cáceres, áreas também designada por território Vetão, que são sem dúvida barreiras quase "intransponíveis" do ponto de vista da acessibilidade e da exploração de recursos, nomeadamente no que respeito a actividades agro-pecuárias e ao acesso aos recursos hídricos.

Neste sentido, os mapas de dispersão deste povoamento com características defensivas revelam que o domínio da paisagem e as boas condições naturais de defesa foram o principal elemento a ser considerado na escolha do local de implantação de sítios como de Segóvia, tendo sido relegados para segundo plano aspectos como a exploração de recursos agrícolas ou o acesso a vias de comunicação.

No caso particular de Segóvia, embora existam solos férteis e uma linha de água, estes se encontram a cerca de 0,5 km da área habitada, cujo actual acesso é uma ladeira íngreme, com topo escarpado.

Apesar destas limitações físicas, as evidências arqueológicas em Segóvia revelam que existiu a exploração de recursos agrícolas e pecuários, bem como de recursos hídricos, materializáveis através da existência de grande número de recipientes de armazenamento de bens alimentares (provavelmente, cereais, azeite, vinho?), presença de ovis-capri e exploração de sub-produtos como a lã, documentada pela presença de faunas, cossoiros e pesos de tear, e por alguns pesos de rede, associáveis, naturalmente, à pesca.

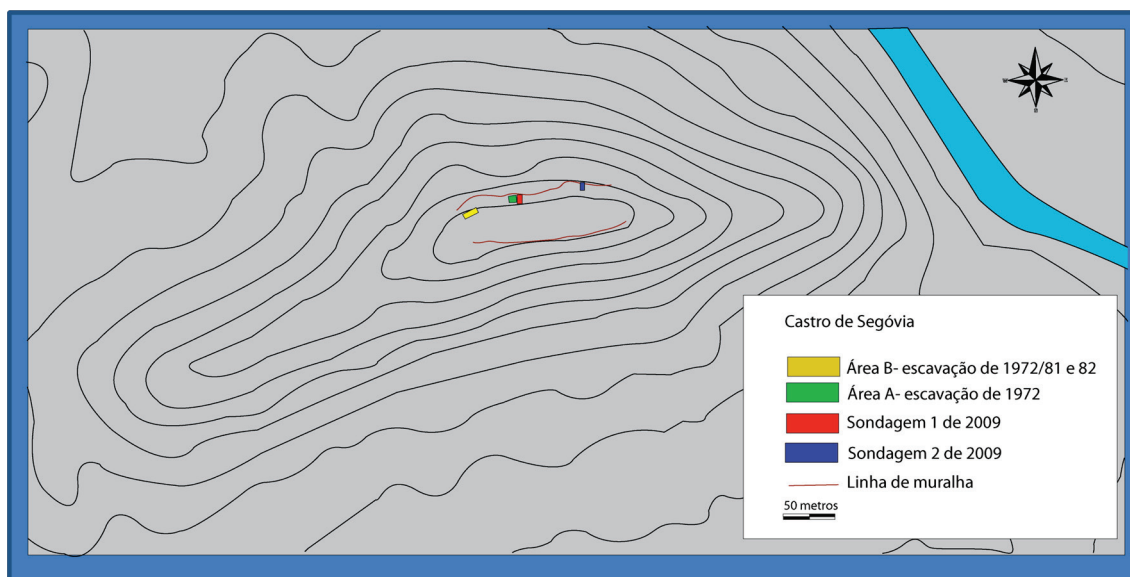


Figura 121- Mapa com a planta topográfica do Castro de Segóvia

A ausência de contexto estratigráfico para boa parte destes materiais não permitiu aferir se todas estas actividades coexistiram ao longo de toda diacronia de ocupação, sendo apenas seguro afirmar que, na fase inicial de construção e ocupação da chamada "II Idade do Ferro", se registam recipientes de armazenagem e cossoiros, evidências indirectas da prática da agro-pecuária.

Parece plausível afirmar que as características orográficas do sítio, aliadas aos equipamentos defensivos identificados, confinaram a área habitada ao interior do perímetro muralhado, numa área aproximada de 1ha.

Deste modo, embora as evidências de exploração agrícola sugiram a existência de eventuais estruturas de apoio em zonas de meia encosta ou de peneplanície, a presença de grandes núcleos de armazenamento localizados no topo do cabeço não sustenta qualquer hipótese de uma extensão do povoamento fora de muralhas.

O esforço de transporte de bens alimentares para armazenamento dentro da área muralhada, a uma cota próxima dos 400 m de altitude, revela que as estruturas defensivas, mais do que um carácter simbólico ou de demarcação territorial, corresponderiam a uma efectiva necessidade defensiva, sentida por esta populações.

Estas características de povoamento permaneceram inalteradas ao longo de toda a Idade do Ferro, nomeadamente através de uma continuada utilização das estruturas adossadas à muralha. Apenas com a ocupação romana do território surge um novo urbanismo, parecendo neste último momento que a muralha terá perdido a sua funcionalidade defensiva.

10.3. A ocupação romana

A ocupação romana do Castro de Segóvia é talvez a mais difícil de caracterizar devido a diversos factores. Em primeiro lugar refira-se a escassez de elementos estratigráficos, reportados nos relatórios de escavação, bem como de trabalhos publicados, relativos a materiais e a contextos desta última fase. Assim, exceptuando uma notícia preliminar sobre recolhas de superfície efectuadas no sítio, que contempla uma breve descrição de um conjunto de materiais romanos (Macartney, Macartney e Arnaud, 1971; 627), a única informação sobre a estratigrafia romana cinge-se ao relatório de escavação de 1972, que atribuiu uma cronologia romana ao edifício escavado no sector B.

Neste sentido, importa ainda referir que o expressivo conjunto de materiais de proveniência "duvidosa" é composto maioritariamente por espólios de cronologia romana, sendo por esta razão escassos os dados fiáveis relativos a este último momento de ocupação.

No que respeita à cronologia destes materiais, importa destacar que foram recolhidos metais, numismas, vidros, cerâmicas e moedas com uma datação lata, entre o século II a.C. e o século IV d.C.

Os materiais cronologia romana mais antigos são escassos e não apresentam contexto estratigráfico associado. Trata-se de um fragmento cerâmica campaniense A da forma Lamb. 33. e de uma lucerna da forma Ricci, datáveis entre segunda metade do século II a.C., inícios do século I, e de três moedas, de cunhagem hispânica, do século II a.C., concretamente um asse e um simiasse de Cástulo e um simiasse de Asido, que correspondem a exemplares com sinais de elevado desgaste, sendo plausível que tivessem circulado durante o século I a.C.

Assim, tanto do ponto de vista estratigráfico como da análise artefactual torna-se evidente que o sítio não forneceu muitos elementos de caracterização do período de transição entre a Idade do Ferro e a época romana, sendo apenas clara a presença de um "novo" urbanismo, datável do século I a.C.

Do ponto de vista arquitectónico, a conjugação de dados estratigráficos relativos aos trabalhos de escavação de 1972 e 2009 permitiu aferir a existência de um conjunto significativo de estruturas de pedra seca, de planta ortogonal, que se desenvolvem ao longo de todo o perímetro Norte do cabeço, paralelamente á muralha, desenhando vários compartimentos. Contudo, não é possível determinar se estamos perante vários edifícios distintos ou um edificado contínuo.

Neste sentido, importa referir que nenhuma das estruturas desta fase foi adossada à muralha e que as estruturas deste edificado atingiriam uma cota muito superior à da própria estrutura defensiva. Assim, é plausível depreender que embora muralha corresponda ao perímetro da área habitada, esta já não possuía uma função defensiva na última fase de construção.

Do ponto de vista estratigráfico, há uma sobreposição de estruturas da fase 2 sobre as da fase 1, com idêntica orientação. Esta realidade é observável apenas nas áreas A de 1972 e na sondagem 1 de 2009, dado que as restantes áreas apresentam uma reduzida potência estratigráfica, documentado apenas estruturas desta última fase.

Embora com uma técnica construtiva semelhante, as estruturas de cronologia romana apresentam um aparelho mais robusto e compreendem compartimentos de maiores dimensões, o que poderá indiciar um aumento efectivo da área edificada do Castro. Estes elementos, aliados à quantidade de fragmentos cerâmicos recolhidos nesta última

fase, permitem admitir uma maior capacidade efectiva de armazenamento e equacionar a presença de uma população em maior número do que na fase precedente.

Neste sentido, cabe referir a presença de um grande compartimento de armazenagem, identificado na sondagem 1 de 2009, composto maioritariamente por recipientes de cerâmica comum do tipo B.6.B.2.. Este espaço de armazenagem encontrava-se coberto por um derrube de *tegulae*, parte integrante da cobertura deste espaço. A presença de *tegulae* foi igualmente identificada nas áreas B e A, intervencionadas em 1972, sendo provavelmente esta a técnica de cobertura utilizada em todo o edificado associado a esta fase de construção. Refira-se ainda, no que respeita aos pavimentos, há apenas registo da utilização de pisos de terra batida

Relativamente ao enquadramento cronológico embora as *tegulae* e os *dolia* surjam comumente associados a cronologias de ocupação alto-imperiais ou posteriores, nomeadamente em estabelecimentos rurais de tipo *villa*, o conjunto de materiais recolhido em associação a estas estruturas forneceu elementos cronológicos relevantes, que permitem recuar esta cronologia para a centúria anterior.

Neste contexto, presença de alguns fragmentos de cerâmica pintada em bandas do tipo B.2, de fragmentos da forma A.4.C de cerâmica comum, com paralelos no Castelo da Lousa, e de um fragmento de ânfora Haltern 70, de perfil arcaico, permite propor uma cronologia de ocupação da segunda metade do século I a.C., e relacionar a utilização de *tegulae* neste local com uma ocupação tardo republicana, fenómeno, também documentado no vale do Tejo (Pimenta, 2013: 35).

Na escavação de 1972, foi identificada uma relação contextual no quadrado B nível 3, no qual foi recolhido um conjunto de potes de cerâmica comum de tipo B.2.C.1., variante A, de cronologia republicana, com paralelos no Castelo da Lousa.

Os restantes materiais de cronologia republicana recolhidos no sítio correspondem a produções do século I a.C., de cerâmica campaniense, cerâmica de paredes finas e ânforas. Trata-se, contudo, de materiais fracamente representados, que surgem descontextualizados ou que possuem uma proveniência duvidosa.

Por último, importa discutir a presença de um conjunto de artefactos metálicos de cronologia romana republicana, que surgem habitualmente relacionados com a presença

de contingentes militares. Um fragmento de *poucier*, duas glandes de chumbo, fíbulas de tipo Shule 4 e Nauheim, uma ponta de seta e um fragmento de um possível *pilum* representam a totalidade da panóplia de artefactos itálicos documentada no sítio, que, como já tive oportunidade de comentar, parece-me claramente insuficiente para afirmar uma presença militar, sendo plausível que estes materiais reflectam apenas contactos com os contingentes militares que ocupavam a região, sem que tenha existido uma efectiva ocupação militar no sítio.

Para além da evidente ausência de equipamento militar defensivo e ofensivo e de uma quantidade significativa de moeda, cabe referir que as restantes importações correspondem a um total de 11 fragmentos de cerâmica campaniense de Cales, 24 fragmentos de cerâmica de paredes finas tardo-republicana e cerca de uma dezena de ânforas do século I a.C., correspondendo sem excepção a materiais muito fragmentados e de pequena dimensão, revelando um padrão de consumo muito distinto do que é habitualmente documentado em acampamentos romanos ou locais com instalação de contingentes militares.

Neste sentido, a proposta de identificação do Castro de Segóvia com a *Segovia* de Floro, interpretando o sítio arqueológico como o "ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório" e, assim, no local onde morreu Hirtoleio (Gamito, 1987: 151), carece, antes de mais de fundamento arqueológico.

Para além de não existirem claras evidências de uma militarização do espaço, os materiais de cronologia romano republicana são maioritariamente datáveis entre meados ou da segunda metade do século I a.C., nomeadamente ânforas de tipo Haltern 70 e Classe 67, paredes finas da forma III e VIII de Mayet, sendo muito escassos os materiais, "contêmporaneos" das Guerras de Sertóriom, datáveis do primeiro quartel do século I a.C., dado que os materiais mais abundantes correspondem a cerâmicas comuns toscas e a torno, de cronologia lata.

Documentou-se ainda um conjunto de materiais de cronologia alto imperial, com uma datação centrada entre a primeira metade do século I e os inícios da centúria seguinte, como paredes finas da forma XXXVII de Mayet, *Terra Sigillata* de produção sugálica, das formas Ritt 8, Drag. 15-17 e Drag. 24-25, Drag 33, Drag 35/36, a par de

produções hispânicas de Celti 7 e Itálicas, forma Conspectus 23, *terra sigillata* decoradas das formas Drag 30 e Drag 37A e B. e ânforas Dressel 2-4 e Dressel 20.

A ausência de materiais típicos do século II d.C. permite supor um abandono do sítio entre finais do século I e inícios do século II. Este fenómeno de abandono de sítios de altura fortificados resulta de um conjunto de factores que advêm de uma pacificação do território e plena integração na romanidade, como o crescimento demográfico, a necessidade de exploração de recursos e o acesso às vias de comunicação, deixando de fazer sentido os critérios defensivos que originaram a escolha e a implantação nestes locais. Neste sentido, refira-se que durante o período romano imperial está documentado para o território alentejano uma extensa rede viária e uma malha densa de povoamento rural, composta por *villae* e por sítios de menores dimensões.

Por último, importa referir que a presença de um pequeno conjunto de materiais de cronologia tardia, lucernas Dressel 30 B e de formas atípicas, um fragmento de ânfora Almagro 51 C, uma moeda Antíioquia do reinado de Teodósio I e de um fragmento de uma taça de vidro da forma Isings 117, sugerem uma possível reocupação do cabeço ou área envolvente no Baixo Império.

BIBLIOGRAFIA:

ABASCAL PALAZÓN, J. M. (2002), Ataecina, in “Religiões da Lvsitânia – Loquuntur saxa”, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

AGUAROD OTAL, C. (1991) - Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.

ALARCÃO, J. (1975) - Fouilles de Conimbriga. V: la céramique commune locale et régionale. Paris: De Boccard.

ALARCÃO, J. (1987) – *Portugal romano*. 4ª Edição revista. Lisboa: Verbo.

ALARCÃO, J. (2001)- Novas perspectivas sobre Lusitanos e outro mundos. Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 4, n.2, p.293-349.

ALARCÃO, J. (2005) - Introdução ao estudo da tecnologia romana. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras de Coimbra.

ALARCÃO, J. (2010)- Os grafitos. In O Castelo da Lousa, Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (Coord.) Studia Lusitana, p.376-400.

ALARCÃO, J. E ALARCÃO, A. (1966) - O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). In Conimbriga V. Coimbra, p.7-105

ALARCÃO, J. [et al.] (1976) - Fouilles de Conimbriga. VI: céramiques diverses et verres. Paris: De Boccard.

ALARCÃO, J., CARVALHO, P. E GONÇALVES, A.(2010) - O Castelo da Lousa, Intervenções arqueológicas de 1997, Studia Lusitana.

ALFAYET, S. (2007) - Usos e contextos de vasos de vasos plásticos zoomorfos na area celtica hispana; verter, sacrificar, alimentar, silbar...SALDVIE, n.7, p. 71-91.

ALMAGRO GORBEA, M. (1965) – La necrópolis celtibérica de «Las Madrigueras» Carrascosa del Campo (Cuenca). Excavaciones Arqueologicas en España, 41, Ministerio de Educación Nacional. Dirección General de Bellas Artes. Servicio Nacional de Excavaciones Arqueologicas.

ALMAGRO-GORBEA, M., LORRIO, A. (1987) – La expansión céltica en la Peninsula Iberica: una aproximación cartográfica. In: I Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Catolico.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1993) – Los Celtas: Hispania y Europa. Actas. Madrid.

ALMAGRO-GORBEA (s.d.) - Los Celtas en la Peninsula Iberica. In. Los Celtas en la Peninsula Iberica. Revista de Arqueologia, p.12-17.

ALMAGRO-GORBEA (1991) - The Celts of the Iberian Peninsula. In Moscati (Ed.) The Celts, 386-405.

ALMAGRO-GORBEA (1992) - La origen de los Celtas en la Península Iberica Protoceltas y Celtas, "Polis", 4, 5-31.

ALMAGRO-GORBEA (1994) - Urbanismos dela Hispania "Celtica". Castros y Oppida del Centro y Occidente de la Peninsula Iberica, in ALMAGRO-GORBEA e MARTIN, A.M: (Eds), 13-75.

ALMAGRO-GORBEA e MARTIN, A.M: Eds (1994) Castros y Oppida en Extremadura. Complutum. Extra 4. Ed. Complutense. Madrid.

ALMAGRO-GORBEA, M, ARTEAGA, O, BLECH, RUIZ MATA, D. HERMANFRID, S. (2001) – Protohistoria de la Península Ibérica. Ariel.

ALMEIDA, M. CARVALHO, A. (1998) - Ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia . volume 1. número 2, p. 137-163

ALONSO, N, JUNYENT, E, LAFUENTE, A, LOPÉZ, B. (2003) – Cheaveaux-de-Frise i fortificació en la primera edad del ferro europea. Edicions de la Universitat de Lleida.

ALVAREZ- SANCHIS, J. (1999) – Los Vettones. Real Academia de História. Madrid. (on line.)

ALVAREZ-SANCHIS, J. (2008) – Vettones Pastores y guerreros en la Edad del Hierro. Museo Arqueologico Regional.

ALVAREZ-SANCHIS, J. (2008) –Antes de los Oppida. Los vettones y la Eddad del Hierro.Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa-Alto Alentejo-Caceres.Memorias 9, p. 45-64

ALVES, C. (2010) - As cerâmicas campanienses de Mesas do Castelinho. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ANTUNES, A. (2000) - Vidros romanos da Alcáçova de Santarém. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 3, pp. 153–199.

ANTUNES, A. (2008) - A oficina vitrea de Parreitas. In BARBOSA, Pedro Gomes, ed. - A região de Alcobaça na Época Romana: a estação arqueológica de Parreitas (Bárrio). Alcobaça: Câmara Municipal; Lisboa: Universidade, pp. 156–337.

ARENEGUI GASCÓ, C. (2001) – *Lixus Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana. Anotaciones sobre su ocupacion Medieval*. in: «Saguntum» Extra 4, Valência, p. 158-168.

ARENA ESTEBAN, J. (1999) – La Edad del Hierro en el sitema ibérico central, España. Bar International Series, 780.

ARNAUD, J. M. (1971) - Os povoados neo-eneolíticos de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa): notícia preliminar. In *II Congresso Nacional de Arqueologia: Coimbra 1970: Actas*. Coimbra, vol. 1, p. 199-222.

ARNAUD, J. M. (1979) - Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora - Escavações de 1971-1972. *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 20, p. 56-100.

ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1974-7) - Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaiamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7-9, p. 165-202.

ARRUDA, A. (1993a) - *O Oriente no Ocidente*. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S., eds. - *História de Portugal*. Ediclube: Amadora. Vol. II, p. 17-44.

ARRUDA, A. (1993b) - A Idade do Ferro no Centro/Sul. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S., eds. - *História de Portugal*. Ediclube: Amadora. Vol. II, p. 45-68.

ARRUDA, A. (1993c) - *A organização política e social*. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S., eds. - *História de Portugal*. Ediclube: Amadora. Vol. II, p. 80-87.

ARRUDA, A. (1993e) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 4 (Os Fenícios no Território Português), p. 193-214.

ARRUDA, A. (1994) - A península de Lisboa entre o Norte Atlântico e o Oriente Mediterrânico. In *Lisboa Subterrânea (Catálogo da Exposição)*. Lisboa, Electa/Museu Nacional de Arqueologia/Lisboa Capital europeia da Cultura '94, p. 52-57.

ARRUDA, A. (1996) - Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: Aproximação a um Modelo Explicativo. In VILLAR, F.; ENCARNACÃO, J. d', eds. - *La Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad, p. 37-50.

ARRUDA, A. (1997) - *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica, seguido por O Corço, a Kilix e Dyonisos (uma breve nota sobre cerâmica e símbolos)*. Lisboa: Colibri (Arqueologia & História Antiga, 2).

ARRUDA, A. (1997) - Conimbriga: Fouilles de 1988-89. 2. Les travaux sur le forum. In *Itinéraires Lusitaniennes*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 13-33.

ARRUDA, A.M. (2000) - *Fenícios e mundo indígena no Centro-Sul de Portugal (séc. VIII-VI a.C.). Em torno às Histórias possíveis*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado.

ARRUDA, A.M. (2000a) - O comércio fenício no território actualmente português. In *Intercambio y comercio Preclásico en el Mediterráneo*. I Coloquio del CEFYP. Madrid: Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 59-77.

ARRUDA, A.M. (2001) - A Idade do Ferro pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 4. 2, p. 207-291.

ARRUDA, A.M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Feniciosy mundo indígena en el centro y sur de Portugal (séc. VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, A.M. (2005) - O Primeiro milénio a.n.e. no centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*, Serie 4, vol 23, p. 9-156.

ARRUDA, A.M. e ALMEIDA, R.R. (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid. Collection de la Casa de Velásquez (65) p.307-337.

ARRUDA, A. M.; CATARINO, H. (1981) -*Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidaís (Marvão)*. Clio. Lisboa. 3, p. 183-188.

ARRUDA, A.M. , CARDOSO, J.L (2013) Ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo Semimbra, Estudos Arqueológicos de Oeiras, 20, p. 731-754.

ARRUDA, A.M , FREITAS, V. (2008) - O Castelo de Castro Marim durante os século VI e V a.n.e. In J. Jimenez Ávila ed. Sidereum Ana I . El rio Guaduiana en Época Post-Orientalizante(Anejos de AEspA, XLVII), Madrid: CSIC, p.429-466.

ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, V. S. (1995) -*Produção e consumo de vinho no território actualmente português durante a Idade do Ferro (Séculos VIII-IV a.C.)*. In *Amar, Sentir, Viver a História - Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Colibri, p. 21-28.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) - O que é a II.^a Idade do Ferro no Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:2, p. 237-257.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 25-59.

ARRUDA, A. SOUSA, E. (2010) -A Gaditanização Do Algarve, Mainake, XXXII (II), p. 951-974.

ARRUDA, A. ; SOUSA, E.; PEREIRA, C.; LOURENÇO, P. (2011)- Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). CONIMBRIGA I, P. 5-32.f

ARRUDA, A.M., VIEGAS, C., ALMEIRA, R. (2002) - De Scallabis a Santarém. Inst. dos Museus e da Conservação, Lisboa

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule: actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 341-349.

ARRUDA, A. M., VIEGAS, C., BARGÃO, P. E PEREIRA, R. (2006), “A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana”, Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados de Pesci- colas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica, Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, 153-176.

ARTEAGA, O. (1997) - Socioeconomía y sociopolítica del iberismo en la alta Andalucía. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 14, p. 93-136.

AUBET, M. E.(1975)- La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla.

AUBET, M.^a E. (1990) - El impacto fenicio en el interior del mediodía peninsular. In *La Cultura tartésica y Extremadura*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses 2), p. 29-44.

AUBET, M.^a E. (1994) -*Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Ed. Crítica.

- AUBET, M.^a E. (2000) - Arquitectura colonial e intercâmbio. In *Fenícios y territorio: Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura, p. 13-45.
- AUBET, M. E.; SERNA, M. R.; ESCACENA, J. L.; RUIZ, M. M. (1983) -*La Mesa de Setefilla. Lora del Río (Sevilla). Campaña de 1979*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- AUBET, M.^a E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A.; PÁRRAGA, M. (1999) -*Cerro del Villar I — El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalhorce y su interacción con el hinterland*. S/l: Junta da Andalucía.
- BALBOA DE PAZ, J. DÍAZ ÁLVAREZ, I , FERNÁNDEZ VÁSQUEZ, V.(2003) – Actas de las Jornadas sobre Castro Ventosa. Patronato del patrimonio cultura Cacabelos.
- BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M.-F.; MONZÓN, S. (1983) -*Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Musée de l'Homme, Laboratoire d'Ethnologie, Département de Technologie Comparée. Éditions du CNRS.
- BALLASTER, I (1930) - Los ponderales de tipo covaltino. Comunicaciones al IV Congreso Nacional de Arqueología
- BANDERA, M.; CHAVES TRISTÁN, F.; FERRER ALBELDA, E.; BERNÁLDEZ SÁNCHEZ, E. (1995) - El yacimiento tartésico de Montemolín. In *Tartessos. 25 Años Después 1968 — 1993*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 315-332.
- BARGÃO, P. (2006) - As importações anfóricas de produção mediterrânea na Alcáçova de Santarém. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. II vols. Policopiado.
- BARGÃO, P. (2008), “Intervenção de emergência na Rua do Monte Molião: primeiras leituras”, *Xelb*, 8, 169-189.
- BARKER, P. (1982) -*Techniques of Archaeological Excavation*. London: Batsford. 2.^a ed.
- BAPTISTA, A. M. (2002) Arte rupestre na área de influência da barragem de Alqueva em Portugal. *Almadán*. Almada. II.^a série. 11, p. 158-164.
- BARROS, L. (1998) -*Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz — Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 4 (Os Fenícios no Território Português), p. 143-181.
- BEIRÃO, C. M. (1973) - Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do País. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. I, p. 193-221.
- BEIRÃO, C. M. (1986) -*Une civilization protohistorique du Sud du Portugal - Ier Âge du Fer*. Paris: De Boccard.
- BEIRÃO, C. M. (1990) - Epigrafia da I.^a Idade do Ferro do sudoeste da Península Ibérica. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 1(Presenças Orientalizantes em Portugal da Pré-História ao Período Romano), p. 107-118.

BEIRÃO, C. M.; CORREIA, V. H. (1991) - A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja). *Conimbriga*. Coimbra. 30, p. 5-11.

BEIRÃO, C. M.; CORREIA, V. H. (1993) - Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In MANGAS, J.; ALVAR, J., eds. -*Homenaje a José M.^a Blázquez*. Madrid: Ediciones Clásicas. Vol. I, p. 285-302.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1980) - A I Idade do Ferro no Sul de Portugal - Epigrafia e Cultura. Lisboa: SEC/MNAE.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1983) - A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 207-266.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1984) - Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Volume d'Hommage au Géologue G. Zbyszewski*. Paris: Ed. Recherche sur les Civilizations, p. 431-468.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1985) - Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)*. Salamanca: Universidad, p. 465-502.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1979) -*As estelas epigrafadas da I.^a Idade do Ferro do Sul de Portugal*, Catálogo de Exposição. Setúbal: M.A.E.D.S.

BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1985) - Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 3, p. 45-136.

BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1987) - Um depósito votivo da II Idade do Ferro, no Sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta. *Studia Paleohispanica (Actas del IV Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas)*. Veleia. Vitoria: Universidade del País Vasco. 2-3, p. 207-221.

BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. (1990) - Las necrópolis ibéricas de Andalucía Occidental. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ANTONA DEL VAL, V., eds. -*Congreso de Arqueología Ibérica. Las Necropolis (Madrid, 1991)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid e Comunidad de Madrid (Serie Varia, 1), p. 509-529. BELTRAN LLORIS, M. (1987) - Problemas cronológicos de la celtiberia aragonesa. In: I Simposio sobre los Celtiberos. Institución Fernando el Catolico.

BELÉN, M., PEREIRA, J (1985) - Ceramica a torno con decoración pintada en Andaluzia. H.A. VII, p.307-360.

BELTRAN LLORIS, F (1990) – La Pietas de Sertório.

BELTRÁN LLORIS, M. (1990) - Guía de la cerámica romana. Zaragoza: Pórtico. CAILLEAUX, A. (s.d.) - Notice sur le code des couleurs des sols. [s.l.]: Boubée.

BELTRAN VILLAGRASA P.(1948) - El ponderarium de covalte y la mina covaltina. Obra completa I, Zaragoza, p, 233-242.

BENDALA GÁLAN; M. (1989) - La génesis de la estructura urbana en la España Antigua. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 26, p. 127-146.

BENDALA GALÁN, M. (1987) – Historia General de España y America. De la Protohistoria a la conquista Romana, RIALP., 1-2, Madrid.

BENDALA GÁLÁN, M. (2000) – Tartesios, iberos y celtas. Pueblos, culturas y colonizadores de la hispania antigua. Temas de hoy.

BENDALA GÁLÁN; M. (2001) - Procesos de poblamiento urbanización y evolución social en Ibéria: una introducción. In BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P., eds. -*Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania. Biblioteca Arqueológica Hispánica*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez, p. 19-28.

BENOIT, F. (1957) – Typologie et Épigraphie amphoriques : Les marques de SEXTIUS. In *Rivista di Studi Liguri* . 23,p.247-285.

BENQUET, L. ; OLMER, F. (2002) – Les amphores. In La Loba (Fuenteobejuna, Corduue, Espagne). *La Mine et la Village Minier Antiques*. Dir. Blásquez Martinez, J.M. ; Domergue, C. ; Sillieres, P.Ausonius-Publications.Memories 7. Bordeaux, p.295-331.

BERROCAL-RANGEL, L. (1988) - Hacia la definición arqueológica de la “Beturia de los Célticos”: la cuenca del Ardila. *Espacio, Tiempo y Forma. Madrid. Série II. Historia Antigua*. Madrid. 1, p. 57-68.

BERROCAL-RANGEL, L. (1989) - El asentamiento “Celtico” de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 16, p. 245-295.

BERROCAL-RANGEL, L. (1989-1990) - Cambio cultural y romanización en el Suroeste Peninsular. *Anas*. Madrid. 2-3, p. 103-122.

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) -*Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. Complutum-Extra, 2.

BERROCAL RANGEL, L. (1994) – El altar prerromano del Castrejón de Capote. Ensayo etnoarqueológico de un ritual céltico en el Suroeste peninsular. Madrid: Universidad Autónoma.

BERROCAL RANGEL, L. (1994a) – Oppida y castros de la Beturia céltica. Complutum,, Nº Extra 4, 1994.

BERROCAL-RANGEL, L. (1994b) - El oppidum de Badajoz. Ocupaciones prehistóricas en la Alcazaba. In ALMAGRO GORBEA, M.; MARTÍN, A. M., eds. -*Castros y oppida en Extremadura*. Madrid: Universidad Complutense, p. 147-187.

BERROCAL-RANGEL, L. (1995) - La Beturia: definición y caracterización de un territorio prerromano. In: *Celtas y Turdulos: La Beturia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Cuadernos Emeritenses; 9), p. 153-204.

BERROCAL-RANGEL, L. (1995b) - Indoeuropeos, Célticos y Celtíberos en el territorio extremeño. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. 4, p. 123-149.

BERROCAL RANGEL, L. (1996)- Fortificación, Guerra y Poblamiento en la Beturia: Consideraciones sobre el Altar de Capote y la conquista del Suroeste, "Revista de Estudios Extremeños", 52, 411-440.

BERROCAL RANGEL, L. (1998)- La Beturia La Baeturia: un territorio prerromano en la baja Extremadura. Edición digital a partir de la de [Badajoz]: Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones, (Colección Arte/arqueología, núm. 20).

BERROCAL RANGEL, L (2003) - El instrumentum textil en Cancho Roano: consideraciones sobre sus fsysayolas, pesay teleres. In Celestino Pérez, S. Ed. -Cancho Roano VIII - Los Materiales arqueológicos I . Mérida Instituto de Arqueología de Mérida(CSIC/Junta de Extremadura, p. 213-397.

BERROCAL-RANGEL, L. (2005)- The Celts of the Southwestern Iberian Peninsula, *Keltoi*, 6, p.481-496.

BERROCAL RANGEL, L (e MORET, P.eds. (2007)- Paisages Fortificados de la Eddad del Hierro. Las murallas protohistóricas de la meseta y la vertente Atlántica en su contexto europeo. Real Academia de la Historia. Casa de Vel+azquez.

BERROCAL RANGEL, L (e MORET, P. (2007 a) - Las fortificaciones Protohistóricas de la Hispania Celtica. Cuestiones a debate. In Berrocal Rangel, L y Moret, P eds Paisages Fortificados de la Eddad del Hierro. Las murallas protohistóricas de la meseta y la vertente Atlántica en su contexto europeo. Real Academia de la Historia. Casa de Vel+azquez.

BERTRAND, G. (1975) - Pour une Histoire écologique de la France rurale. In DUBY, G., ed. -*Histoire de la France rurale*. Paris: Éditions du Seuil. T. I, p. 37-118.

BLAS CORTINA, M.; VILLA VALDÉS A. (2002) – Los poblados fortificados del Noroeste de la Península Ibérica: Formación y desarrollo de la cultura castreña. Coloquios de arqueología en la cuenca del Navia. Ayuntamiento de Navia.

BONET ROSADO, H.; MATA PARREÑO, C. (2001) - Organización del territorio y poblamiento en el País Valenciano entre los siglos VII al II a.C. In BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P., coord. -*Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania. Biblioteca Arqueológica Hispánica*. Madrid: Real Academia de História/Casa de Velázquez. 8, p. 175-186.

BOUBE, J, (1987-88) - les amphores de Sala 1 à l'epoque Mauretaniene. Bulletin D'archeologie Marocaine, 17, p. 183-205

BRAEMER, F. (1982) -*L'Architecture domestique du Levant a l'Age du Fer*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations.

BRAGA, J. M. R.; SOARES, A. M. M. (1981) - Indícios de uma ocupação da segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa. *Arqueologia*. Porto. 4, p. 116-123.

BUCHSENSCHUTZ, O. (1984) – Structures d'habitats et fortifications de l'age du fere en france septentrionale. Memoires de la societe prehistorique française, tome 18.

BURGOS, A. F. (1987) Catalogo General de las moedas Espanolas, Vol.1, Vico & Segarra Vlg., Madrid.

BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London: British Museum Press; Paris: Bibliothèque Nationale.

BURRILLO MOZOTA, F. (1987)- I Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Catolico

BURRILLO MOZOTA, F. (1987)- Sobre la origen de los celtiberos. In: I Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Católico.

BURILLO MOZOTA, F., Pérez casas, J., Sus Giménez, M. (1988) Celtiberos. Diputacion de Zaragoza.

BURILLO MOZOTA, (1998) – Los Celtíberos. Etnias y estados. Critica.

BURRILLO MOZOTA, F. (1995)- Poblamiento Celtiberico. III Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Católico

BURRILLO MOZOTA, F. (1990)- Necropolis Celtiberico. II Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Católico

BURRILLO MOZOTA, F. (1999)- Economia. IV Simposio sobre los Celtíberos. Institución Fernando el Católico.

BURILLO MOZOTA, F. (s.d.) – Los Celtiberos. In. Los Celtas en la Peninsula Iberica. Revista de Arqueologia, p.18-25.

BUCHSENSCHUTZ, O. (2001) - Habitat et société celtique: la tentation urbaine. In BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P., eds. *-Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de Historia/Casa de Velázquez, p. 109-113.

CABELLO CAJA, R. (1991-2) - La cerámica pintada de la II Edad del Hierro en la cuenca media del Tajo. *Norba*. Cáceres. 11-12, p. 99-128.

CABALLERO ZOREDA, L. (1970) - Alconétar en la vía romana de la Plata, Garrovillas (Cáceres). Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Dirección General de Bellas Artes, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

CALADO, M. (1994-1995) - Recintos ciclólicos no Alentejo Central. A Cidade de Évora - Boletim Cultural da Câmara Municipal. Évora. II.ª série. 1, p. 275-285.

CALADO, M. (1997) *-[Évora Pré-Histórica] Um Território Antigo*. In *Évora História e Imaginário*. Évora: Ataegina (Associação de Produções Culturais), p. 11-18.

CALADO, M. (2002) - Povoamento pré e proto-histórico da margem direita do Guadiana. *Al-madan*. Almada. II série. 11, p. 122-127.

CALADO, M.; BAIRINHAS, A. (1994) - O santuário pré-histórico da Horta da Ribeira (Redondo). In *Actas das V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. II, p. 175-178.

CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Vila Viçosa. 1, p. 99-130.

CALADO, M.; BARRADAS, M.; MATALOTO, R (1999) - Povoamento proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães* — volume especial-Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Guimarães. Vol. I, p. 363-386.

CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (2000) - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães — volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia — Centenário da morte de Martins Sarmiento*. Guimarães. Vol. II, p. 759-774.

CALLU, J.P. et alli (1965)- *Thamusida I*. 2º supp. de « Mélanges de l'école Française de Rome et Athenes», Paris, pp.100.

CAMPOS CARRASCO, J.; GÓMEZ TOSCANO, F. (1995) - El territorio onubense durante el Bronce Final. In *Tartessos. 25 Años Después 1968 — 1993*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 137-158.

CAPEL, J. DELGADO CALVO-FLORES, R., PÁRRAGA, J., GUADIOLA, J. (1995) – Identificación de técnicas de manufactura y funcionalidad de vasijas cerámicas en estudios de lámina delgada. *Complutum*, 6, 311-318

CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (1999) - Notas sobre a ocupação proto-histórica na *villa* romana de Freiria. *Revista de Guimarães — volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia — Centenário da morte de Martins Sarmiento*. Guimarães. Vol. II, p. 741-758.

CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região Ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. I (Presenças Orientalizantes em Portugal da Pré-História ao Período Romano), p. 119-134.

CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um Ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.

CARDOSO, J. L. (s/d [1996]) - Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do Território Português. O Testemunho dos Mamíferos. In: ALARCÃO, J., ed. -*De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/ Museu Nacional de Arqueologia, p. 166-169.

CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. L. (1993) - Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'Estuaire du Tage. *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 193-207.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) - Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 4.

CARNEIRO, A. (2014) - Para uma cartografia dos Cultos Religiosos no Alto Alentejo em Época Romana. espaços e paisagens Antiguidade Clássica e heranças Contemporâneas Vol. III, 81-97.

CARO BELLIDO, A. (1989) -*Cerámica gris a torno tartesia*. Cádiz: Universidad.

CAROLLA, L.; BURENS, A.; FRY, S.; NICOL-PICHARD, S. (1998) - Ferme, hameau, village: l'habitat rural protohistorique dans le bassin de l'Aude (IXe s. au Ve s. av. J.-C.). *Recherches récentes sur les établissements ruraux protohistoriques en Gaule méridionale (IXe-IIIe s. av. J.-C.)*. Protohistoire européenne. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, 2, p. 131-157.

CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.

CARRETERO VAQUERO, S. (2000) - El campamento romano del Ala II Flavia en Rosinos de Vidriales (Zamora): la cerámica. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo” Excma. Diputación Provincial.

CARRILERO MILLÁN, M.; LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994) - Ciavieja: un asentamiento de época púnica en el poniente almeriense. In GONZÁLEZ BLANCO, A.; CUNCHILLOS ILARRI, J.; MOLINA MARTOS, M., eds. *-El mundo púnico: historia, sociedad y cultura*. Murcia: Editora Regional de Murcia, p. 251-268.

CARTAILHAC, E. (1986) - Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal. Paris: Reinwald.

CASAS, J.; CASTANYER, P.; NOLLA, J. M.; TREMOLEDA, J. (1990) - Ceràmiques comunes i de producció local d'època romana. I Materials augustals i altoimperials a les comarques orientales de Girona. Girona: Centre d'Investigacions Arqueològiques (Sèrie Monogràfica; 12).

CASSELBERRY, S. (1974) - Further refinement of formulae for determining population from floor area. *World Archaeology*. London. 6, p. 116-122.

CASANDRO CARNICER, J. (2009) – Caracterización del poblamiento de Cogotas I mediante técnicas de S.I.G. Trabajo de Grado. Departamento de Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología. Facultad de Geografía y Historia, Universidade de Salamanca.

CASTAÑOS UGARTE, P. M. (1988) - Estudio de los restos óseos del poblado prerromano de la Villavieja del Castillejo de la Orden (Alcántara, Cáceres). *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. 1, p. 109-112.

CASTUELO RUANO, R, GOMEZ RAMOS, P., TORRECILLA AZNAR, A, ARRIBAS DOMINGUES, R, PANIZO AREAS, I. (1995) - Apliques de Asa de Situlae- con Decoración Antropomorfa Procedentes de la Villa Romana de El Saucedo (Talaviera La Nueva, Toledo). *CuPAUAM* 22, p.125-164.

CELESTINO PÉREZ, S. (1994) - Los altares en forma de “lingote chipriota” de los santuarios de Cancho Roano. *Revista de Estudios Ibéricos*. Madrid. 1, p. 291-309.

CELESTINO PÉREZ, S. (1995) - El Periodo Orientalizante en Extremadura. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. IV, p. 67-89.

CELESTINO PÉREZ, S., ed. (1996) *-El Palacio Santuario de Cancho Roano V - VI - VII. Los Sectores Oeste, Sur y Este*. Badajoz: Junta de Extremadura/B. Gil de Santa Cruz.

CELESTINO PÉREZ, S. (1997) - Santuários, centros comerciales y paisajes sacros. *Quaderns de Prehistoria i A Arqueologia de Castelló*. Castelló. 18, p. 359-389.

CELESTINO PÉREZ, S., ed. (1999) *-El yacimiento protohistórico de Pajares. Villanueva de la Vera. Cáceres. 1. La necrópolis y el tesoro Áureo*. Memorias de Arqueología Extremeña. Mérida: Junta de Extremadura. 3.

CELESTINO PÉREZ, S. (2000) - Intercambio y estructuras comerciales en el interior de la Península Ibérica. In *Intercambio y comercio Preclásico en el Mediterráneo*. I Coloquio del CEFYP. Madrid: Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 137-151.

CELESTINO PÉREZ, S. (2001a) - Los santuarios de Cancho Roano. Del indigenismo al Orientalismo Arquitectónico. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. *-Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CEPO/CSIC, p. 17-56.

CELESTINO PÉREZ, S. (2001b) *-Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra.

CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1993) -*El Palacio-Santuario de Cancho Roano IV. El Sector Norte*. Badajoz, B. Gil Santacruz.

CELESTINO PÉREZ, S.; MARTÍN BAÑÓN, A. (1999) - Las relaciones culturales entre Cogotas y el mediodía peninsular: el yacimiento de Pajares (Villanueva de la Vera, Cáceres). In BALBÍN BEHRMANN, R.; BUENO RAMÍREZ, P., eds. -*Actas II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: Universidad de Alcalá/Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo III, p. 357-363.

CELESTINO PEREZ, S, ZULUETA DE LA IGLESIA, P. (2003) - Los Bronces de Cancho Roano. In Cancho Roano. Materiales arqueológicos II, p.9-124

CERDEÑO M. L., SAGARDOY, T. (2007) – La necropolis celtibérica de Herrería III. Fundación Segeda – Centro de Estudios Celtibéricos.

CERRILLO, E. (1982) - Excavaciones en la villa romana de Santiago de Bencáliz (Cáceres). Noticiario Arqueológico Hispánico. Madrid. 13, p. 169-212.

CHAZELLES, C-A. (1995) - Les origines de la construction en adobe en Extrême-Occident. In *Sur les pas des Grecs en Occident. Études Massaliètes*. Marseille. 4, p. 49-58.

CHAZELLES, C-A.; MAUNÉ, S.; ROPIOT, V.; SÁNCHEZ, C. (1995) - Autour des Oppida de Montlaurès (Narbonne, Aude) et de Saint-Siméon (Pézénas, Hérault): méthodes et résultats d'une recherche sur le territoire vivrier de deux agglomérents protohistoriques (VIe et Ve s. av. n. è). In *Territori polític i territori rural durant l'edat del Ferro a la Mediterrània Occidental*. Girona: Museu de Arqueologia de Catalunya, p. 115-143.

CIPRÉS, P. (1993) - La Sociedad Lusitana y el proceso de conquista por Roma, in SANTOS, J. Indígenas y romanos en el Norte de la Península Ibérica. Universidad del País Vasco, p.119-132.

COFFYN, A. (1995) -*Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: De Boccard.

COLINS, . (1984) – Oppida. Earliest towns north of the Alps. Department of prehistory and archaeology. University of Sheffield.

COLL CONESA, J. (2000) - Aspectos de tecnología de producción de la cerámica Ibérica. In *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibéric. Saguntum — Extra*. Valencia: Universitat. 3 p. 191-209.

COLLS, D. (1987) – *L'epave de la Colonia de Sant Jordi 1 (Majorque)*. Paris. Publications du centre Pierre Paris. Diffusion de Boccard.

CORREIA; M. (1924) - Os povos primitivos da Lusitania. Porto : A. Figueirinhas,390 p.

CORREIA, V. H. (1988) - Um punhal do Bronze Final, de Arraiolos. *Arqueologia*. Porto. 17, p. 201-203.

CORREIA, V. H. (1988-1989) - A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). *Portugalia*. Nova Série. Porto. 9-10, p. 81-92.

CORREIA, V. H. (1990) - A expansão orientalizante na fachada atlântica peninsular: dados conhecidos e perspectivas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 30:1 (Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira), p. 177-193.

CORREIA, V. H. (1993a) - As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33:3-4, p. 351-375.

CORREIA, V. H. (1993b) - Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. IV (Os Fenícios no Território Português), p. 229-283.

CORREIA, V. H. (1995a) - A transição entre o período Orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Ocidental (Portugal). *Celtas y Turdulos: La Beturia*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 9), p. 127-149.

CORREIA, V. H. (1995b) - The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres. In *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia From the Copper Age to the Second Century AD*. London: British Academy, p. 237-262.

CORREIA, V. H. (1996) - *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Ed. ETNOS (PATRIMONIUM / Arqueologia, 1).

CORREIA, Virgílio. Hipólito. (1996 a). O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual, in: J. Alarcão e A.I.P. Santos (eds.), *De Ulisses a Viriato*. O primeiro milénio a.C., Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 101-106.

CORREIA, V. H. (s/d [1996b]) - Os povoados da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In ALARCÃO, J., ed. -*De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 82-87.

CORREIA, V. H. (s/d [1996c]) - *A escrita pré-romana do Sudoeste peninsular*. In ALARCÃO, J., ed. -*De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 88-94.

CORREIA, V. H. (1997) - Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37:3-4, p. 41-85.

CORREIA, V. H. e BURGESS, C. (2004) - Habitats Fortificados da tardia Idade do Ferro e romano republicanos na área de Évora. Quadro geral e problemáticas. In *Defesa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*, en P. Moret y T. Chapa eds. *Torres Atalayas y Casas fortificadas*. Jaén, 53-63.

CORREIA, V. H. (1999) - Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*. Aljustrel. 8, p. 23-31.

CORREIA, V. H. (2001) - Arquitectura Oriental e Orientalizante em território português: uma revisão. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. -*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CE PO/CSIC, p. 57-67.

COSTA, L. (1912) - *Memórias militares de Campo Maior*. Elvas.

CRAWFORD M. H. (1974) - *Roman Republican Coinage*, Cambridge, 2 vol.

CUADRADO DIÁZ, E. (1957) – La fíbula anular hispánica y sus problemas. *Zephyrus*. Salamanca, VIII, p. 5-76.

CUADRADO DIÁZ, E. (1964) - Sobre ponderales ibéricos. VIII, C.N.A. Zaragoza, p. 339-352.

CUADRADO DIAZ, E. (1968) – Excavaciones en la Necropolis celtibérica de Riba de Saelices (Guadalajara). Excavaciones Arqueológicas en España, 60, Ministerio de Educación Nacional. Dirección General de Bellas Artes. Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas.

De Hoz, J. (1986). La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. Manifestaciones religiosas en la Lusitania (Cáceres 1984). Cáceres., pp. 31-49.

DEL AMO, M. 1979- El Castañuelo. Un poblado celtico en la provincia de Huelva. Huelva Arqueologica IV, p. 299-340.

DELGADO, M. (1967) – Terra sigillata clara de Conimbriga. Conimbriga. Coimbra. 6, p. 47 -128.
DELGADO, M. (1968) – Terra sigillata clara de museus do Alentejo e Algarve. Conimbriga. Coimbra. 7, p. 41 -65.

DELGADO, M. (1970) - "Elementos de Sítulas de Bronze de Conímbriga", in Conimbriga, IX. Coimbra:., pág. 10-11

DELGADO, M. (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra 1970), vol. II. Coimbra : Junta Nacional de Educação, p. 403 -420. A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano 620

DELGADO, M. (1976a) – Céramiques Campaniennes et de type campanien. In AAVV – A propos des céramiques de Conimbriga. Table ronde tenue à Conimbriga les 25 -26 -27, Mars 1975. Publ du Centre Pierre Paris. Paris: Diff. E. de Boccard., p. 87 -88.

DELGADO, M. (1976b) – Céramiques Campaniennes et de type campanien, In ALARCÃO, J. ; ÉTIENNE, R., dir. – Fouilles de Conimbriga, VI, Céramiques diverses et verres. Paris: Diff. E. de Boccard, p. 21 -26.

DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, J. ; ÉTIENNE, R., dir. – Fouilles de Conimbriga, VI, Céramiques diverses et verres. Paris: Diff. E. de Boccard, p. 21 -26.
DELGADO, M. (1967) – Terra sigillata clara de Conimbriga. Conimbriga. Coimbra. 6, p. 47 -128. DELGADO, M. (1968) – Terra sigillata clara de museus do Alentejo e Algarve. Conimbriga. Coimbra. 7, p. 41 -65.

DELGADO HERVÁS, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A. (2000) - Las transformaciones del séc. VI a.n.e. en Andalucía: una visión desde las relaciones entre fenicios e indígenas. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios de Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad de Cádiz. Vol. IV, p. 1781-1787.

DEUS, M. ; CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necropole orientalizante no Baixo-Alentejo. In. El Periodo orientalizante, Anejos AESPA XXXV, vol I., 615-618.

DIAS, M. M. A.; COELHO, L. (1971) -*Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóboda - Almodôvar (Primeira Notícia)*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 5, p. 181-190.

DIAS, M. M. A.; COELHO, L. (1983) - Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da Herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 197-206.

DIAS, M. M. A.; BEIRÃO, C. M.; COELHO, L. (1970) - Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, p. 175-219.

DIAS, A D.e VIANA, A. (1955): "Apontamento de estações romanas e visigóticas cia regio de Elvas", nI Congreso Nacional de Arqueologia (Galicia, 1953), Zaragoza.

DIAS, L. E VIEGAS, J. (1976-77)- Necrópole Lusitana Romana de Monte da Sardinha. In Setbal Arqueológica, II-III, p.353-359.

DIAS, V.(2010) - A Cerâmica Campaninense do Monte Molião (Lagos) . Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Univerisdade de Lisboa. Policopiada.

DÍES CUSÍ, E. (2001) - La influencia de la arquitectura fenicia en las arquitecturas indígenas de la Península Ibérica (s. VIII-VII). In RUIZ MATA, D.; CELESTÍNO PÉREZ, S., eds. -*Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CE PO/CSIC, p. 69-121.

DÍES CUSÍ, E.; MATAMOROS DE VILLA, C. (1991) - Introducción al estudio de la Arquitectura púnica de Ibiza. In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma: Consiglio Nazionale delle Recerche. Vol. II, p. 817-824.

DIOGO, A. M. D. (1980) – Marcas de terra sigillata sudgálica em Portugal. GECA, Lisboa. Policopiado.

DIOGO, A. M. D. (1984) – Noções operatórias sobre Terra sigillata itálica e sudgálica em Portugal. Alguns aspectos. Revista de História Económica e Social. Lisboa, 14, p. 49 -65.

DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. (1987) - Cerâmica estampilhada da Idade do Ferro, proveniente de Alcácer do Sal. *Arqueologia*. Porto. 16, p. 95-96.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém). Conimbriga. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, p. 263-281

DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. (1984) - Materiales del período Orientalizante de Campoviejo (Almendralejo, Badajoz). In *Homenaje a Cánovas Pesini*. Badajoz, p. 57-66.

ENRIQUEZ NAVASQUEZ, J. (1988) – Campaña de urgência en la sierra de la Martela (Segura Leon, Badajoz) *Extremadura Arqueologica*, 1, 113-128

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1990) - Sobre algunos poblados del Bronce Final de la provincia de Badajoz. *Norba*. Cáceres. 10, p. 41-57.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1991) - Los restos de la necrópolis de la desembocadura del río Aljucén dentro del contexto Orientalizante Extremeño. In: *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. II, p. 175-183.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J.; DOMINGUEZ DE LA CONCHA, C. (1991) - Restos de una necrópolis Orientalizante en la desembocadura del río Aljucén (Mérida, Badajoz). *Saguntum*. Valência. 24, p. 35-52.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J.; DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. (1984) - Yacimientos pre y protohistóricos de Badajoz y sus alrededores. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. 40:3, p. 565-587.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1988) - Campaña de urgencia en la Sierra de la Martela (Segura de León, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Mérida: Junta da Extremadura. I, p. 113-128.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I. (2001) -*El Risco. Excavación de urgencia en Sierra de Fuentes. (Cáceres) — 1991-1993*. Memorias de Arqueología Extremeña. Mérida: Junta de Extremadura. 4.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J.; VALDÉS, F.; PAVÓN, I.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; LÓPEZ DEL ÁLAMO, P. (1998) -La estratigrafía del “Sector de Puerta de Carros-2 (SPC-2) de Badajoz y el contexto poblacional del “Valle Medio del Guadiana” en la Edad del Hierro. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. -*Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 157-199.

ESCACENA, J. L.; BELÉN, M. (1997) - El poblamiento en Baja Andalucía durante los siglos V-IV a.C. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 14, p. 31-59.

ESCACENA, J. L.; IZQUIERDO DE MONTES, R. (2001) - Oriente en Occidente: arquitectura civil y religiosa en un “bairro fenício” de la *Caura* tartésica. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. -*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CE PO/CSIC, p. 123-157.

ESPARZA ARROYO, A (1985) Los Castros de la Edad del Hierro en el borde noroccidental de la cuenca del Duero (Sector Zamorano). Resumen de la tesis doctoral. Policopiado.

ESPARZA ARROYO, A (1986) Los Castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora. Instituto de Estudios Zamoranos Florian de Ocampo. Diputación de Zamora.

ESPÍ PÉREZ, I.; IBORRAERES, M.; HARO POZO, S. (2000) - El área de almacenaje del poblado Ibero-romano del Cormulló dels Moros (Albocàsser, Castelló). In *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibèric. Saguntum — Extra*. Valencia: Universitat. 3, p. 147-152.

ESTEBAN ORTEGA, J. (1985) - Algunas consideraciones sobre los poblados orientalizantes extremeños. *Norba*. Cáceres. 6, p. 19-28.

ESTRELA, S: (2010) - Os níveis fundacionais da Idade do ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re) construção do povoado. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal). Paris: Diff. E. de Boccard.

EVANS, J.D.(1972)- Preliminary report on the Excavations at Segovia,Campo Maior, Portugal.

FABIÃO, C. (1989) -*Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq, 1).

FABIÃO, C. (1992) -*O Passado proto-histórico e romano*. In MATTOSO, J., ed. -*História de Portugal: Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I, p. 76-299.

FABIÃO, C. (1993) As migrações célticas. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S., eds. -*História de Portugal*. Ediclube: Amadora. Vol. I, p. 72-80.

FABIÃO, C. (1998) – O mundo indígena e a sua romanização em área céltica do território hoje português, Lisboa, s.n., Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Policopiado.

FABIÃO, C. (2001a) - Importações de origem mediterrânea no interior do sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: materiais de Cabeça de Vaiamonte, Monforte. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do colóquio internacional* (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000). Lisboa: Universidade Aberta, p. 197-228.

FABIÃO, C. (2001b) - O povoamento do sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: continuidades e rupturas. In BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P., eds. *-Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez, p. 226-246.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) - Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa: Ed. Delta, p. 287-308.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. II, p. 275-289.

FANJUL PERAZA, A. (2007) - Estudios vários de arqueologia castreña. A propósito de las excavaciones en los castros de Teverga (Astúrias). Teverga [Asturias]: I.E.P.A., D.L.

FARIA, A. (2001), *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia* - Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 4, nº 2.

FLECHER VALLS, D. E MATA PARREÑO, C. (1981)-Aportación al conocimiento de los ponderales ibéricos. SAGUNTUM, 16. Valencia. p.165-175.

FLECHER VALLS, D, SILGO GOUCHE, L.(1995) - Revista do Museu Arqueológico de Murcia. Ejemplar dedicado a: Homenaje a la Dra. D^a Ana María Muñoz Amilibia, p. 271-275

FERNANDES, C.; NETO, F. (1997) - Povoados da Idade do Ferro do concelho do Alandroal: uma aproximação espacial - I. *Al-madan*. Almada. II.^a série. n.^o 6, p. 19-32.

FERNANDES, C.; NETO, F. (1998) - Povoados da Idade do Ferro do concelho do Alandroal: uma aproximação espacial - II. *Al-madan*. Almada. II.^a série. n.^o 7, p. 45-52.

FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.; SAUCEDA PIZARRO, M. I; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1988) - Los poblados calcolítico y prerromano de “Los Castillejos” (Fuente de Cantos, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. 1, p. 69-88.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1993) - El Raso de Candeleda (Ávila). De la prehistoria a la romanización. In *El proceso histórico de la Lusitania Oriental en época prerromana y romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 7), p. 145-188.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1997) -*La necrópolis de la Edad del Hierro de “El Raso” (Candeleda. Ávila)*. “Las Guijas, B”. Zamora: Junta de Castilla y León. Arqueología en Castilla y León, 4.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; ALONSO DE LA SIERRA FERNÁNDEZ, J.; LÓPEZ FERNÁNDEZ, M. T. (1986-1987) - Evolución y Cronología de El Raso (Candeleda, Ávila). *Zephyrus*. Salamanca. 39-40, p. 265-271.

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1987) - Tejada la Vieja. Una ciudad protohistórica. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 10.

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-1989) - Tartesos y Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 11.

FERNÁNDEZ JURADO, J.; GARCÍA SANZ, C. (2001) - Arquitectura orientalizante en Huelva. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. S/l: CE PO/CSIC, p. 159-171.

FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1987) – Los pueblos prerromanos de la fachada atlántica: «Lusitanos y Celticos». RIALP., 1-2, Madrid, p. 331-354.

FERNÁNDEZ-POSSE (2001) – El castro prerromano de El Castrelín de San Juan de Paluezas. Cuadernos de la Fundación Las Médulas.

FERREIRA, O. V. ()- Algumas notas acerca da Pesca na Antiguidade.

FERREIRA, O. da V.; ANDRADE R. F. (1964) – Algumas marcas de oleiro em terra sigillata de Vipasca (Aljustrel). Revista de Guimarães. Guimarães, 74, p. 317 -322. FERREIRA, S.V. (1969) – Marcas de oleiro em território português. O Arqueólogo Português. Lisboa. S. 3. 3, p. 131 -177.

FILIPPE, V. (2010) - As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho, Almodôvar. REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia. volume 13. 2010, pp. 57–88

FONTE, J. (2008) - Sistemas defensivos proto-históricos detrás-os-montes ocidental(norte de Portugal):Cuadernos de estudios Gallegos, IV, n.º 121, enero-diciembre (2008), p. 9-29

FONTELA BALLESA, S. (2005) – Glandes de Honda procedentes de la balalla de Asso. Alberca 3, p.67-84

FREITAS, V. T. (2005), As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. Produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa.

GAGO VIDAL, M. CLAVAÍN GONZALÉZ, I, MUNOZ VICENTE, A., PERDIGONES MORENO, L, FRUTOS Y REYES, G, (2000) - El complejo industrial de salazones de Camposoto.San Fernando, Cádiz: Estudio Preliminar, Habis, 31, Sevilla.

GAMITO, T.J. (1981) – A propósito do Castro de Segóvia(Elvas). Resistência a Roma no Sudoeste Peninsular, "história", 29, 32-43.

GAMITO, T.J. (1982) – A Idade do Ferro no Sul de Portugal problemas e perspectivas, "Arqueologia", 6, 65-78.

GAMITO, T.J. (1982b)- As escavações no Castro de Segóvia- Relatório.de escavação de 1982.

GAMITO, T.J. (1988) - Social Complexity in South West Iberia 800-300 B.C. The Case of Tartessos, Oxford (B.A.R.-I.S., 439).

GAMITO, T. J. (s/d [1996]) - O Castro de Segóvia e a componente céltica em território português. In ALARCÃO, J., ed. -*De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 107-111.

GAMITO, T. J. (1996a) - A cerâmica estampilhada. In ALARCÃO, J., ed. -*De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, p. 112-117.

GAMITO, T. J. (1996b) - O estanho de aluvião e a metalurgia do bronze no Castro do Baldio (Arronches, Portugal). *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 29-50.

GAMITO, T.J. (2005) – The celts in Portugal. *Keltoi*, 6, p.571-605.

GAMURRINI, G.F. (1879) - Les vases étrusco-campaniens. *Gazette Archéologique*. Paris. p. 38-50.

GANCHO, L. (2000) -*O centro oleiro de Redondo: Contributo para o estudo do seu sistema técnico de produção cerâmica*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

GARCÍA ALFONSO, E. (1995-96) - El cortijo de Nina (Teba). Un asentamiento rural de los siglos VI-V a.C. en el noroeste de la provincia de Málaga. *Mainake*. Málaga. 17-18, p. 105-124.

GARCIA ALONSO, F. (1995) - Producción y comercio de cereal en el N.E. de la Península Ibérica entre los siglos VI-III a.C. *Pyrenae*. Barcelona. 26, p. 91-113.

GARCIA ALONSO, F. (2003) - Las cerámicas áticas del Palacio-santuario de Cancho Roano. In CELESTINO, S., ed. -*Cancho Roano VIII: Los materiales arqueológicos*. Vol. I. Mérida, p. 21-194.

GARCIA BELLIDO, M.P. (2003) - Los ponderales y sus funciones económica y religiosa. In Celestino Pérez, S. Ed. -*Cancho Roano VIII - Los Materiales arqueológicos I*. Mérida Instituto de Arqueología de Mérida(CSIC/Junta de Extremadura, p. 125-156

GARCIA BELLITO (1991) - Las religiones orientales en la Península Ibérica. *Testemuños Numismaticos* I. AEA, Madrid, p.37-81.

GARCIA HUERTA, M. (1990) – La edad del Hierro en la Meseta oriental: El Alto Jalon y el Alto Tajo. Tesis doctoral. Editorial de la Universidad Complutense de Madrid.

GARCÍA-HOZ ROSALES, C.; ÁLVAREZ ROJAS, A. (1991) - El Torrejón de Abajo (Cáceres). In *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. II, p. 199-209.

GARCIA RIAZA, E. (2002) – Celtíberos y lusitanos frente a Roma: diplomacia y derecho de guerra. Universidad del País Vasco. Veleia, anejos, series minor 18.

GARCÍA TARGA, J.; MORER DE LLORENS, J.; RIGO JOVELLS, A. (1999) - El Fondo del Roig (Cunit). Un nucli camperol ibéric de la Cossetània. *Miscel.lània Penesdesenca*. Callafell: Institut d'Estudis Penedesencs. 24, p. 179-196.

GARCIA VARGAS, E. (1996) – La Producción Anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de Romanización. in: *«Habis»*, 27, p.49-62.

GARCIA VARGAS, E. (1998) – *La Producción Anforas en la Bahía de Cádiz en la Època Romana (Siglos II a.c.- IV d.c.)*. Sevilla, Editorial Gráficas Sol.

- GIBSON, C.; CORREIA, V.; BURGESS, C. (1998) - Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A Preliminary Report on the Excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0, p. 189-244.
- GOMES, E. (2008) - Os Ex-Votos Proto-Históricos do Castelo de Alcácer do Sal- Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GOMES, F. , ARRUDA, A.M. (2013) . A cerâmica Pintada em Bandas da II Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim, *Revista Onoba*, n.1, p.19-54.
- GOMES, M.V. (1986)- O Touro da Herdade do Corte Pereiro, *TAS*, 1. 59-74.
- GOMES, M. V. (s/d [1992]) - Proto-História do Sul de Portugal. In SILVA, A. C. F.; GOMES, M. V. - *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 101-185 e 240-275.
- GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 4 (Os Fenícios no Território Português), p. 73-107.
- GOMES, M. V. (1997) - Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Vila Viçosa. 1, p. 39-69.
- GOMES, M. V. (2001) - Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no sul de Portugal. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do colóquio internacional* (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000). Lisboa: Universidade Aberta, p. 99-148.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1976-7) - As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel-Beja) - Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 281-343.
- GOMES, S.; BRAZUNA, S.; MACEDO, M. (2002) - Ocupações romanas na margem direita do Guadiana. *Al-madan*. Almada. II.^a série. 11, p. 134-138.
- GÓMEZ BELLARD, C. (1996) - Agricultura fenicio-púnica: algunos problemas y un caso de estudio. *Complutum Extra*. Madrid: Universidad Complutense. 6:1, p. 389-400.
- GOMÉZ FRAILE (2001) – Los celtas en los valles altos del Duero y del Ebro. Memórias del seminário de Historia Antigua VIII. Universidad de Alcalá.
- GONÇALVES, F.; TORRE DE ASSUNÇÃO, C. T. (1970) - Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000 e Notícia Explicativa da Folha 37-A ELVAS. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 50 pág.
- GONÇALVES, F.; TORRE DE ASSUNÇÃO, C.; PINTO COELHO, A. V. (1972) – Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000 e Notícia Explicativa da Folha 33-C CAMPO MAIOR. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 41 pág. Gonçalves, F.; Torre de Assunção, C.
- GONÇALVES, V, VALÉRIO, P., ARAÚJO F. (2005) - The copper archaeometallurgy at Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz Évora. *O Arqueólogo Português* série IV, 23, p.231-255.
- GÓMEZ TOSCANO, F. (1997) -*El final de la Edad del Bronce entre el Guadiana y el Guadalquivir*. Huelva: Universidad.
- GONÇALVES, V. (1989) -*Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC-UNIARCH, 2 vols.

GONÇALVES, V. (1992) - Ler o tempo no espaço. *Livro de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: Centro de Arqueologia e História, p. 17-25.

GONÇALVES, V.; CALADO, M.; ROCHA, L. (1992) - O antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 391-412.

GONZELÉS-ALCALDE, J. (2009) - Una aproximación cultural a los vasos calciformes ibéricos en cuevas-santuario e yacimientos de superficie. *Quad. Pre. Arq.* 27, p. 83-107.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. (2009) “el Palambre” El horizonte Cogotas I de la Edad del bronce y el período tardo antiguo en el valle medio del esla. Grupo Tragsa.

GONZÁLEZ-RODRIGUEZ, R. (1985) - Excavaciones de urgencia en el Cerro Naranja (Jérez de la Frontera, Cádiz). *Anuario Arqueológico de Arqueología*. Sevilla. 3, p. 90-95.

González-Tablas, F. (2008) – Los castros del occidente salmantino. Eddad del hierro y romanización. *Zephyrus*, LXII, Júlio-diciembre, Universidad de Salamanca, p.139-149.

González-Tablas, F. (2009) – Las murallas de las Cogotas y la Mesa de Miranda. Apintes a la arquitectura defensiva de los vettones. *Zephyrus*, LXIV, Júlio-diciembre, Universidad de Salamanca, p.63-79.

GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE, F.; FANO MARTÍNEZ, M.; MARTÍNEZ LIQUINIANO, A. (1991-92) - Materiales inéditos de Sanchorreja procedentes de excavaciones clandestinas: un intento de valorización. *Zephyrus*. Salamanca. 44-45, p. 301-329.

GOUDINEAU, C.; KRUTA, V. (1980) - Les antécédents: y a-t-il une ville protohistorique?. In DUBY, G., ed. *-Histoire de la France Urbaine*. Paris: Éditions du Seuil. T. I, p. 143-235.

GRACIA, F. (1999) - Los graneros sobreelevados en el Mediterráneo Occidental. In *Els productes alimentaris d'origen vegetal a l'edat del Ferro de l'Europa Occidental: de la producció al consum*. Girona: Museu d'Arqueologia, p. 339-349.

GRACIA, F.; MUNILLA, G.; GARCÍA, E (1994) - Models d'anàlisi de l'arquitectura Ibèrica. Espai públic i constructions religioses en medis urbans. *Cota Zero*. Barcelona. 10, p. 90-101.

GRAU MIRA, I, MORTALLA JÁVEGA, J. (2003-2004) - La Regulación del Peso en la contestania ibérica. Contribución al estudio formal y metrologico de las pesas de balanza. *AnMurcia*, 19-20, p.25-54.

GRILO, C. (2006), A Rua do Sembrano e a ocupa- ção pré-romana de Beja, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa

GRINÓ, OMOS E SANCHEZ(1984) Discusion critical al libro de Vigna Page: Imitaciones del Influxo griego en la ceramica ibérica de Valencia., Alicante y Murcia. . *Iberia Graeca*, Serie Arqueológica 1, p.269-304.

GUERRERO AYUSO; V. M. (1991) - El Palacio-Santuário de Cancho Roano (Badajoz) y la comercialización de ánforas indígenas. *Rivisti di Studi Fenici*. Roma. 19:1, p. 49-82.

GUERRA, A. (1987) – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5, p. 161-177.

GUERRA, A. (1995) -*Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

GUERRA, A (1996) - Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual. *A Cidade*. Portalegre. Nova série. 11, p. 7-33.

GUERRA, A., PIMENTA, J., SEQUIRA, - Conjunto de Glandes Plumbeae do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim. CIRA-ARQUEOLOGIA III – ATAS - CONGRESSO CONQUISTA E ROMANIZAÇÃO DO VALE DO TEJO, p. 293-320

GUILBERT, G. (1981) – Hill.fort studies. Leicestre University press.

HARDEN, D. (1981) -*Catalogue of Greek and Roman Glass in the British Museum*. I. London: British Museum.

HAMILTON, D. (1982) – *Alfareria y cerámica*. Ed Ceac, Barcelona.

HARRIS, E. C. (1979) -*Principios de estratigrafía arqueológica*. Barcelona: Crítica.

HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1996) – *Estudio de las relaciones culturales durante la II Edad del Hierro en la cuenca media del Guadiana: la cerámica gris*. Cáceres: Fundicot-Extremadura e Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1970-71) - Excavaciones en el Castro de Vilasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), *Zephyrus*, 21.22.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1993) - El yacimiento de Villasviejas y el proceso de romanización. In *El proceso histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana*. Mérida. (Cuadernos Emeritenses, 7), p. 115-143.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; GALÁN DOMINGO, E. (1996) -*La necrópolis de “El Mercadillo” (Botija, Cáceres)*. Extremadura Arqueológica. Mérida. VI.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. D.; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M. A. (1989) -*Excavaciones en el Castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

HODDER, I. (1984) - New Generation of Spatial Analysis in Archaeology. *Arqueología Espacial*. Teruel. 1, p. 7-24 H

HODDER, I.; ORTON, C. (1976) -*Análisis espacial em Arqueología*. Barcelona: Crítica.

HOUCADE, D.; LOPES, V.; LABARTHE, J.-P. (2003) - Mértola: la muraille de l'âge du Fer. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 175-210.

INIESTA AYERRA, F. (2004) – Materiales de Cogotas I procedentes del caserio de perales. Universidad Autónoma de Madrid. Madrid.

ISINGS, C. (1957) - Roman glass from dated finds. Groningen/Djakarta: Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico (Archaeologica Traiectina; II).

IZQUIERDO DE MONTES, R. (1998) - La cabaña circular en el Mundo Tartésico: consideraciones sobre su uso como indicador étnico. *Zephyrus*. Salamanca. 51, p. 277-288.

JESSON, M. HILL, D. (1971) – The Iron Age and its Hill-forts. University of Southampton. Monograph Series, n.1

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1999) - Los objetos de vidrio procedentes del yacimiento de Pajares: estudio preliminar. In CELESTINO PÉREZ, S., ed. -*El yacimiento protohistórico de Pajares. Villanueva de la Vera. Cáceres. 1. La necrópolis y el tesoro áureo*. Memorias de Arqueología Extremeña. Mérida: Junta de Extremadura, 3, p. 139-153.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1998) - El lecho funerario de época Orientalizante de “El Torrejón de Abajo” (Cáceres). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 39, p. 67-97.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) - Los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana y panorama del Hierro Antiguo del Suroeste peninsular. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. -*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CEPO/CSIC, p. 193-226.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) -El poblado del Castañuelo (Aracena) Y el Post Orientalizante en la Sierra Norte de Huelva. IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Huelva, p.3-33

JIMÉNEZ ÁVILA, J. y DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. 1995: “Materiales Protohistóricos de El Turuñuelo (Mérida, Badajoz)”. *Pyrenae* 26: 131-151.

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GONZÁLEZ CORDERO, A. (1999) - Referencias culturales en la definición del Bronze Final y la Primera Edad del Hierro de la cuenca media del Tago: el yacimiento de Talavera de la Vieja. In BALBÍN-BEHRGMAN, R.; BUENO RAMÍREZ, P., *Actas II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: Universidad de Alcalá/Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo III, p. 181-190.

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2001) - El poblado Orientalizante de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz). Noticia preliminar. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. -*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CEPO/CSIC, p. 227-248.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. E ORTEGA BLANCO, J. (2008) – El poblamiento en llano del Guadiana Medio durante el periodo post-orientalizante. In Jiménez Ávila (ed.), *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante. Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XLVI. Mérida: Junta de Extremadura, Consorcio de Mérida e CSIC, p. 251-281.511

JIMÉNEZ ÁVILA, J., ORTEGA BLANCO, J. E LÓPEZ-GUERRA, A. (2007) – El Poblado de “El Chaparral” (Aljucén) y el asentamiento del Hierro Antiguo en la Comarca de Mérida. In *Excavaciones Arqueológicas en Mérida. Memoria 2002*. Mérida, 8, p. 457-485.

JIMENO, A, REVILLA, M. L., TORRE, J. I., BERZOSA, R., MARTÍNES, J.P. (2002) – Numancia. Guía del Yacimiento. Soria. Asociación de amigos del museo numantino. Junta de Castilla y León.

JIMENO, A.; IGNACIO DE LA TORRE, J., BERZOSA, R. MARTINEZ, J.(2004) - La necrópolis celtibérica de Numancia. Valladolid] : Junta de Castilla-León, D.L.

JOHNSON, M. (2000) -*Teoría arqueológica. Una introducción*. Barcelona: Ariel Historia

LAMBOGLIA, N. (1941) – Terra sigillata chiara. Rivista di studi Liguri. Bordighera. 7, p. 7 -22.

LAMBOGLIA, N. (1950) – Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana (parte prima: campagna di scavo 1938 -194). Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.

- LAMBOGLIA, N. (1952) – Classificazione Preliminare della ceramica campana. In I Congresso Internazionale di Studi Liguri. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, p. 139 -206.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore romane de età repubblicana. Rivista di studi Liguri. Bordighera. 22, p. 252 -260.
- LEHMANN HAUT, K (1931) - Die halbe Goldmeidener Dareikennorme als gebrauchgewicht im alten iberien. Forschungen und Fortschritte, 7 Jarhgang 30, p.34.
- LEITÃO , V. E CARDOSO, J.L. (2014) - O Bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa. O vaso da encosta de Santana. Estudos Arqueológicos de Oeiras 21, Oeiras, Câmara Municipal, p. 349-360
- LIMA, J.F., [1942] (1988) -*Monografia arqueológica de Moura*. Moura: Câmara Municipal.
- LLOBREGAT, E. (1988) - Un conjunto de templos Ibéricos del siglo IV a.C. hallado en las excavaciones de la isla del Campello (Alicante). In *Homenaje a Samuel de los Santos*. Albacete, p. 137-143.
- LÓPEZ AMADOR, J.; BUENA SERRANO, P.; RUIZ GIL, J.; PRADA JUNQUERA, M. (1996) - *Tartessos y Fenicios en Campillo. El Puerto de Santa Maria, Cádiz*. S/l: Francisco Giles Pacheco.
- LÓPEZ BRAVO F., 2002: La urna ibérica de orejetas perforadas. Complutum, 13, 97-116
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1992) - La colonización fenicia en la Península Ibérica: 100 años de investigación. In *La colonización fenicia en el sur de la Península Ibérica. 100 años de investigación*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, p. 11-79.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994) -*Hispania Poena. Los fenicios en la Hispania romana*. Barcelona: Crítica.
- LÓPEZ DOMECH, R. (2000) - Los fenicios en el interior. In *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo. I Coloquio del CEFYP*. Madrid: Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 189-196.
- LOPEZ GARCIA, J.P. (2008) – La arqueología de la arquitectura en la zona centro peninsular. La casa C de la Mesa de Miranda. Tese Salamanca : Universidad de Salamanca, Departamento de Arqueología, Prehistoria e Historia Antigua,
- LOPEZ MONTEAGUDO, G. (1989) – Esculturas zoomorfas celtas de la Peninsula Iberica. Anejos de Archivo Español de arqueologia, X, CSIC.
- LORRIO ALVARADO. J. (1988-89) - Cerámica gris orientalizante de la Necrópolis de Medellín (Badajoz). *Zephyrus*. Salamanca. 41-42, p. 283-314.
- LORRIO ALVARADO, J.(1997) - Los Celtiberos. Extra Complutum 7. Madrid.Alicante.
- LORRIO ALVARADO, J. (2001) - El Poblado y la necropolis de El Molón (Camporrobles. Valência). Los Iberos en la comarca de Requena-Utiel, 151-170.
- LUIS, L.(2003) - As cerâmicas campanienses de Mértola.Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 27.
- LUIS, L.(2010) - A cerâmica Campaminse. In O Castelo da Lousa, Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (Coord.) Studia Lusitana, p. 130-166.

LUZÓN, J. M^a. (1973), Excavaciones en Itálica. La estratigrafía en el Pajar de Artillo, Excavaciones Arqueológicas en España, 78, Madrid.

MACARTNEY, F., MACARTNEY, R. e ARNAUD, J.M. (1971) – Os povoados pré e proto-históricos de Baldio (Arronches) e Serra de Segóvia (Campo Maior) – Notícia Preliminar, in: Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra 1970), vol II, Coimbra, Ministério da Educação Nacional, 627.

MAGANTO, J. M. (1992) - Las técnicas de pesca en antigüedad y su implicación económica en el abastecimiento de las industrias de salazón. CuPAUAM. Madrid. P. 219 a 244.

MAIA, M. (1986) – Neves II e a «Facies» Cultural de Neves-Corvo. *Arquivo de Beja*, 2-3, p. 23-42.

MAIA, M. (1987) -*Algumas reflexões em torno da cultura do Sudoeste*. In *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria-Gasteiz, 1985)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco (*Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 2-3), p. 433-445.

MAIA, M. (1987) - Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria-Gasteiz, 1985)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco (*Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 2-3), p. 223-242.

MAIA, M.^a; CORREA, J. A. (1985) - Inscrição em escritura tartesia (o del SO.) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis*. Sevilla. 16, p. 243-274.

MAIA, M.^a; MAIA, M. (1986) -*Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. s/l: SOMINCOR.

MAIA, M.^a; MAIA, M. (1996) - Arqueologia do couto mineiro de Neves-Corvo. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, p. 82-93.

MAIA, M. (2008) – Reflexões sobre os complexos arquitectónicos de Neves-Corvo. In *Siderum Ana I El rio Guadiana en época post-orientalizante. Anejos de AESPA XLVI*, 353-364

MAIER, J. (1992) - La Necrópolis de "La Cruz Del Negro" (Carmona, Sevilla): Excavaciones de 1900 A 1905. CuPAUAM. 19, p. 95-141

MAÑÁ, J. M. (1951) – Sobre tipología de ánforas púnicas. In *VI Congreso Arqueológico del Sudeste Español*. Cartagena, p. 203-210.

MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) - Aspectos da Proto-História do território português. 1 - Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*. Porto. I, p. 125-148.

MARQUES, J. (2002) - Trabalhos arqueológicos realizados efectuados no Bloco 14. *Al-madan*. Almada. II.^a série. 11, p. 145-151.

MARINÉ ISIDRO, M (2005) – El descubrimiento de los vettones: Los materiales del Museo Arqueológico Nacional. Catálogo de la Exposición. Diputación Provincial de Ávila.

MARTÍN BRAVO, A. (1999) -*Los orígenes de Lusitania: el I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.

MARTÍN BRAVO, A. (2004)- Las casa u el urbanismo. In Celtas y vetones Real Academia de História, p. 122-133.

MARTÍN RUIZ, J. (1995-96) - Indicadores arqueológicos de la presencia indígena en las comunidades fenicias de Andalucía. *Mainake*. Málaga. 17-18, p. 73-90.

MASSARA, F. (1980) – *A técnica da cerâmica ao alcance de todos*. Ed. Vecchi, Barcelona.

MATALOTO, R. (1999) - As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*. Volume Especial -Actas do Congresso de Proto-História Europeia no centenário da Morte de Martins Sarmiento. Vol. I, p. 333-362.

MATALOTO, R. (2000) – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa – ruralidade e povoamento no Iº milénio a.C. do Alentejo Central*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

MATALOTO, R. (2004)- Um Monte da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa.Trabalhos de Arqueologia 37.

MATALOTO, R. (2007) - Viver no campo: a Herdade da Sapatoa (Redondo) e o povoamento rural centro-alentejano em meados do I milénio a.C. REVISTA PORTUGUESA DE Arqueologia. volume 10. número 2., p. 135-160

MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M.; SOARES, A. M. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados tratamento estatístico. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 20, p. 303-338.

MATEUS, J. F.; QUEIROZ, P. (1993) - Os estudos de vegetação quaternária em Portugal; contextos, balanço de resultados, perspectivas. In *O Quaternário em Portugal. Balanço e perspectivas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 105-131.

MATTINGLY H.; SYDENHAM E.A. (1972) – *The Roman Imperial Coinage*, vol. I: Augustus to Vittelius, Londres.

MAUNÉ, S. (1998a) - Un concept, une table-ronde: les établissements ruraux protohistoriques en Gaule méridionale. In *Recherches récentes sur les établissements ruraux protohistoriques en Gaule méridionale (IXe-IIIe s. av. J.-C.)*. Protohistoire européenne. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl. 2, p. 3-8.

MAUNÉ, S. (1998b) - Les établissements ruraux des VIe et Ve s. av. J.-C. en Languedoc central. Études de cas et perspectives. In *Recherches récentes sur les établissements ruraux protohistoriques en Gaule méridionale (IXe-IIIe s. av. J.-C.)*. Protohistoire européenne. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl. 2, p. 45-72.

MAYA, J.L.(1999) – Celtas e iberos en la península Ibérica. Icaria.

MAYA GONZALES, J. L.; Cuesta Toribio, F. (2001) El Castro de la Campa Torres. Período Prerromano. Gijón. Vyp editorial.

MAYET, F (1975) - Les Cerámiques a Parois Fines dans la Peninsule Ibérique. Diffusion E. de Boccard. Paris

- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) - *Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. da (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2001) - O santuário de Abul B. uma presença púnica no Baixo Sado?. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do colóquio internacional* (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000). Lisboa: Universidade Aberta, p. 173-195.
- MAZAR, A. (1980) - The Philistine Sanctuary: Architecture and Cult Objects. *Qedem*. Jerusalem. 12.
- MEZZOLANI, A. (2000) - Strutture abitative puniche in Nord Africa: note per un'analisi funzionale. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios de Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad de Cádiz. Vol. II, p. 817-824.
- MIGUEZ, J. (2010) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso de Mesas do Castelhinho*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- MIGUEZ, J. (2013) - As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, p. 1303-1326.
- MOLINOS MOLINOS, M.; SERRANO, J. L.; COBA, B. (1988) - Excavaciones en el asentamiento de “la Campiña”, Marmolejo, Jaén. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 3, p. 197-203.
- MOLINOS MOLINOS, M.; RÍSQUEZ CUENCA, C.; SERRANO PEÑA, J. L.; MONTILLA PÉREZ, S. (1994) - *Un problema de fronteras en la periferia de Tartessos: las Calañas de Marmolejo (Jaén)*. Jaén: Universidad.
- MONEO, T. (1995) - Santuarios urbanos en el mundo ibérico. *Complutum*. Madrid. 6, p. 245-255.
- MONTERO VITORES, J. (1991) – *Carpetanos y vettones en la Hispania de Ptolomeo. Ciudades y vías romanas en Carpetania y vettonia en época lato imperial*. Tesis Doutoral. Univerisidad de Salamanca.
- MORAIS, R. (2004) - Os almofarizes béticos em Bracara Augusta. In BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L., eds. - *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana* (ss. II a.C. - VII d.C.). Actas del Congresso Internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). Vol. II. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1266), p. 567-70.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Bracara Augusta Escavações Arqueológicas 2.
- MOREL, J. -P. (1981) – *Céramique campanienne: Les formes*. Paris: École Française à Rome.
- MORENA LÓPEZ, J. (1999) - Settlement Pattern in the Guadajoz Region. In CUNLIFFE, B.; FERNÁNDEZ CASTRO, M. - *The Guadajoz Project. The Andalusia in the first millenium B.C*. Oxford: Institute of Archaeology.
- MORENA LÓPEZ, J. (2000) - *Las cerámicas tartésicas con decoración incisa y digitada del Monte Horquera*. Córdoba: Ayuntamiento de Nueva Cartea.

- MORER, J; RIGO, A.; BARRASETAS, E. (1997) - Les intervencions arqueològiques a l'autopista A-16: valoració de conjunt. *Tribuna d'Arqueologia*. Barcelona. 1996-1997, p. 67-98.
- MURILLO REDONDO, J.; MORENA LÓPEZ, J. (1992) - El poblamiento rural en el arroyo de Guadatin: un modelo de ocupación del territorio durante el Bronce Final y el Período Orientalizante en el valle del Guadalquivir. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 3, p. 37-50.
- NIEMEYER, H. G. (1986) - El yacimiento fenicio de Toscanos: urbanística y función. In OLMOS, R; AUBET, M.^a E., eds. -*Los fenicios en la Península Ibérica*. Sabadell: AUSA, p. 109-126.
- NIEMEYER, H. G. (1995) - Phoenician Toscanos as a settlement model? Its urbanistic character in the context of Phoenician expansion and Iberian acculturation. In *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia from the Copper Age to the Second Century AD*. London: British Academy, 86, p. 67-88.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (1999) - La cerámica "tipo Kuass". Avance a la sistematización del taller gaditano. *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilla. 8: p. 115-134.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2000a) - La cerámica roja gaditana de tradición griega (tipo Kuass). Estado de la cuestión. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Proto-História da Península Ibérica*. Porto: A.D.E.C.A.P. (Vila Real, 1999). Vol V: p. 373-388.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2000b) - La producción de cerámicas rojas de tradición griega en la zona de Cádiz. La cerámica de tipo 'Kuass': una nueva perspectiva. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 41: p. 178-196.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2001) - Pozos púnicos en la necrópolis de Cádiz: Evidencias de prácticas rituales funerarias. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XXIX, 1: p. 89-136.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2002/2003) - La cerámica gaditana «tipo Kuass»: ítem cronológico para los contextos tardopúnicos del sur peninsular. *Pyrenae*. Barcelona. 3: p. 175-209.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003a) - Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003b) - El uso ritual de la vajilla cerámica en la necrópolis púnica de Cádiz. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 76: p. 3-30.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2004) - La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Vol. 2: p. 677-689.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; RUIZ MATA, D. (2000) - El poblado de Las Cumbres (Castillo de Doña Blanca): Urbanismo y materiales del s. III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 1995)*. Cádiz: Universidad. Vol. IV: p. 893-903.
- NOGUERAS VEGAS, S. (2000) - Avance preliminar sobre el estudio de la cerámica común de Andújar. *Cudas*. Andújar. 1, p. 69-86.
- NOLEN, J. U. S. (1985) - *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, J. U. S.; CATARINO, H. (1994) - A cerâmica comum local e regional. In NOLEN, J. U. S. - Cerâmicas e vidros de Torres de Ares. Balsa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

NOLEN, J. E DIAS, L (1981) - A necrópole de Santo André: In Conimbriga XX, Coimbra, p.33-180.

NORTON, F. (1986) – *Introdução à tecnologia cerâmica*. Ed. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, A.; SILVA, A. (2000) -*Carta arqueológica do município de Loures*. Loures: Câmara Municipal.

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F.; PEREIRA, B. (1994) -*Construções primitivas em Portugal*. 3.^a edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLMER, F.(2003) – À propos de la consommation du vin en Bourgogne (Ile-Ier s.av.n.è9 deux remarques sur les Dressel 1. *Actas do 2 Colloqui internacional d'arqueologia Romana. El vi a l'antiguitat- Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Museu de Badalona. Monografias Badalonines, nº14,p 465-471.

OLMER, F.(2003) – Les amphores de Bibracte -2 Le commerce di vin chez les Éduen d'après les timbres d'amphores.Coll Bibracte 7.

ORTIZ ROMERO, P.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1998) - Culturas indígenas y romanización en Extremadura: Castros, *Oppida* y recintos ciclópeos. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. -*Extremadura protohistorica: Paleambiente, Economía y Poblamiento*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 247-278.

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1997) -*La cerámica en Arqueología*. Barcelona: Crítica.

OSWALD, F. (1964) – Index of potter stamps on Terra Sigillata. Londres.

PEARCE, J. W. E. (1933) - *The Roman Imperial Coinage*, vol. IX. Valentinian I - Theodosius I, Londres, (reimpr. 1968).

PAÇO, A.; GONÇALVES, J. P. (1962) - Castelo Velho do Degebe (Reguengos de Monsaraz). I - Reconhecimento preliminar. In XXVI Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Secção VII História e Arqueologia (Porto, 1962). Porto, p. 313-316.

PAGE, V. (1984) . Imitaciones del Influxo griego en la ceramica ibérica de Valencia., Alicante y Murcia. Iberia Graeca, Serie Arqueológica I.Madrid

PARVAUX, S. (1968).- La céramique populaire du Haut-Alentejo, Presses Universitaires de France, Paris.

PARREIRA, J, (2009) - As ânforas romanas de Mesas de Castelinho. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PARREIRA, R. (1971-74) - O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo (Beringel, Beja). *Arquivo de Beja*. Beja. 28-32, p. 1-16.

PARREIRA, R. (1983) - O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 149-168.

PARREIRA, R.; SOARES, A. M. (1980) - Zu einigen bronzezeitlichen Höhensiedlungen in SüdPortugal. *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 21, p. 109-130.

PARREIRA, R. (1995) - Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In *A Idade do Bronze em Portugal - discursos de poder*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, p. 131-134. PARREIRA, R.; BERROCAL-RANGEL, L. (1990) - O povoado da II Idade do Ferro da Herdade do Pomar (Ervidel, Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. 29, p. 39-57.

PAVÓN SOLDEVILA, I. (1998) -*El tránsito del II milenio al I milenio a.C. en las cuencas medias de los Ríos Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

PAVÓN SOLDEVILA, I. (1999) - Los albores de la Protohistoria en la “mesopotamia” extremeña: notas para la discusión de un modelo. *Estudios Pré-Históricos*. Viseu. 7, p. 179-212. PELLICER, M. (2000) - El proceso orientalizador en el Occidente ibérico. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 16, p. 89-134.

PEACOCK, D.P.S. (1977)- *Amphorae and the Baetican fish industry*. In: «Antiquaries Journal», 57, p.262-269.

PEACOCK, D.P.S. e WILLIAMS, D.F. (1991)- *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*, London, Longman.

PELLICER CATALÁN, M. (1968) – Las primitivas cerámicas a torno pintadas hispanas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, 41, p. 60-90.

PELLICER CATALÁN, M. (1978), “Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla)”, *Habis*, 9, 365-400.

PELLICER CATALÁN, M. (1982), “Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno”, *Phönizer im Westen* (Niemeyer, H. G., Ed.), Mainz, 337- 406.

PELLICER CATALÁN, M., ESCACENA CARRASCO, J. L. E BENDALA GALÁN, M. (1983), *El Cerro Macareno, Excavaciones Arqueológicas en España*, 124, Madrid.

PENALVER IRIBARRE, X. (2008) – La Edad del Hierro los cascones y sus vecinos. El ultimo milénio anterior a nuestra era. Txertoa Donostia- San Sebastian.

PEREIRA, C (2008) *As Lucernas Romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, G. (1887) -*Documentos históricos da cidade de Évora*. Évora: Typographia Economica de José d’Oliveira.

PEREIRA, G. (1889) - O santuário de Endovélico. *Revista Archeologica*. Lisboa. 3, p. 145-149.

PEREIRA, I. (1993-94) - Casais agrícolas da Idade do Ferro na Foz do Mondego - Figueira da Foz. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 75-85.

Pereira, T.(2008) *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto..* Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pereira, T. (2013) - Por um fio tecnologia a função de um conjunto de cossoiros de Vebeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In. *Arqueologia em Portugal 150 anos*, p.681-691.

PEREIRA, T. (2014) . Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). *CIRA-ARQUEOLOGIA III – ATAS - CONGRESSO CONQUISTA E ROMANIZAÇÃO DO VALE DO TEJO*, p. 322-342

PEREIRA SIESO, J. (1988) - La cerámica ibérica de la cuenca del Guadalquivir. I. Propuesta de clasificación. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 45, p. 143-173.

PÉREZ JORDÁ, G. (2000) - La conservación y la transformación de los productos agrícolas en el Mundo Ibérico. In *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibéric*. Valencia: Universitat, p. 47-68.

PÉREZ MACÍAS, J.A. (1991) -*Castañuelo, los orígenes de la Baeturia céltica*. Huelva: Museu de Huelva/Delegación de Cultura y Medio Ambiente/Junta de Andalucía (Cuaderno Temático; 1).

PÉREZ MACÍAS, J. (1996) - La transición a la Edad del Hierro en el suroeste peninsular. El problema de los *Celtici*. *Spal*. Sevilla. 5, p. 101-114.

PÉREZ MACÍAS, J.; GÓMEZ TOSCANO, F. (1999) - Cronología y significación histórica del poblado de Castañuelo (Aracena, Huelva). In BALBÍN-BEHRMAN, R.; BUENO RAMÍREZ, P., eds. -*Actas II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: Universidad de Alcalá de Henares/Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo III, p. 467-476.

PICÃO, J. (1903) - Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejnos: concelho de Elvas. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.

PICON, M., VICHY, M e CHAPOTAT, G. (1971) – Note sur la composition des céramiques campaniennes de type A et B. *Rei Cretariae Romanae Favtorvm. Acta XIII*. Bélgica: Monaci Baivariorum, p. 82-87.

PIMENTA; J. (2005) As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Trabalhos de Arqueologia Inst. Português de Arqueologia*, Lisboa.

PIMENTA, J. (2013) – Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA; J.CALADO, M, LEITÃO, M. (2013) Novos dados sobre a Ocupação Pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça. In Ana Margarida Arruda ed. *Fenícios e Púnicos por terra e mar*, 2. P. 712-723.

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

PINTO, A (2002) - Bronzes Figurativos Romanos de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,.

PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da A.A.P. (Lisboa, 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. I, p. 147-163.

PINTO, I.V. (1997)- *Dolia* de S. Cucufate et jarres modernes de l'Alentejo. Essai de ethnoarcheologie. In *Itinéraires lusitaniens : trente années de collaboration archéologique luso-française* : actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal, Étienne, R. et Mayet, F.Eds,- E. de Boccard Paris,, p.111-156.

PINTO, I. V. (2003) - A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja). Lisboa: Universidade Lusíada.

PINTO, I.V. (2010) A cerâmica comum. In O Castelo da Lousa, Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (Coord.) Studia Lusitana, p.223-375

PIRES (1901) - Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. O Archeologo Português. Lisboa: Museu Ethnologico Português. 1901. Vol.6, pp. 209-236.

POLOK, M. (2000) – South Gaulish Terra Sigillata with potters stamps from Vechten. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta – Supplementum* 9. Nijmegen.

PONSICH, M. (1988) – Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-economicos de Betica y Tingitana. Madrid: Universidade Complutense.

PONTE, S. (1985) Algumas fíbulas de Alcácer do Sal, "Arqueólogo Português" série IV, 3, p. 137-154.

PONTE, S. (1985a) - As fíbulas de Vaiamonte. Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980) Salamanca, p.137-158.

PONTE, M.S. (1999) - As fíbulas do Bronze Final no Norte e Centro de Portugal: rede de intercâmbios e assimetrias. *Revista de Guimarães — volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia — Centenário da morte de Martins Sarmento*. Guimarães. Vol. II, p. 539-560.

PONTE, S. (2006) Corpus Sugnum das Fíbulas Porto-históricas e Romanas de Portugal. Caleidoscópio.

PONTE, T.(2012)- Em torno às Ocupações Antigas de Garvão. Dissertação de mestrado apresentada à FLUL.

PY, M. (1993)- Dictionaire des Céramiques Antiques (VII^s av.n. e – VII^s de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan). France: Edition de l'Association pour la recherche archéologique en Languedoc oriental.

PY, M. (1993a) - Céramiques à pâte claire récente. Lattara 6. Dicocer – Dictionaire des Céramiques Antiques (VII^s av.n. e – VII^s de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan), p. 222-242.

PY, M. (1993b) - Campanienne A. In PY, M. (dir,) - Lattara 6. Dicocer – Dictionaire des Céramiques Antiques (VII^s av.n. e – VII^s de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan). Lattes, p. 146-150

QUESADA SANZ (2008) - Entre Bastetanos y Turdetanos: Arqueología Ibérica En una zona de fronteras. Ier Congreso Internacional de Arqueología Ibérica Bastetana Madrid 2008, pp. 147-177

QUARESMA, J. C. (1995-1997) - Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. Cira. Vila Franca de Xira. 7, p. 25-46.

QUARESMA, J. C. (2002) -*Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado.

QUARESMA, J. C. (2012) Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados. Estudos e Memórias 4, Uniarq. Lisboa.

RAMON TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat.

REGO, M., GUERRERO, O. E. GÓMEZ, F. (1996) - Una ciudad mediterránea en el contexto en la Edad del Hierro en el Bajo Guadiana. In: Atas das Primeiras Jornadas Transfronteiriças sobre la contienda Hispano-Portuguesa, Aroche. p. 119-132

RIBEIRO, F. N. (1958) – Terra sigillata encontrada nas Represas (Beja), I. Marcas de oleiro. Arquivo de Beja. Beja, 15, p. 71 -87. RIBEIRO, F. N. (1958b) – Terra sigillata encontrada nas Represas (Beja), II. Marcas de oleiro. Arquivo de Beja. Beja, 15, p. 89 -121.

RIBEIRO, O. (1986) -*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. Lisboa: Sá da Costa. 4.^a ed., revista e ampliada.

RIBEIRO, O. (1991) -*Opúsculos geográficos. IV-O Mundo rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, O. (1998) -*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed.-tora. 7.^a Edição.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH (1988) -*Geografia de Portugal: O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Vol. 2.

RIBEIRO, O., H. LAUTENSACH e DAVEAU, S., - Geografia de Portugal, vol I, A posição geográfica e o território, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987, 334 p

RICCI, A. (1985) - Ceramica a pareti sottili. Atlante delle forme ceramiche II. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo. EAA. Roma, 231-357.

RICCI M (1985) - Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane. Revista di Studi Liguri. XXXIX, 168-234.

RODRIGO, E.; CARRERAS, C.; PERA, J., 2014 – La presencia romana en el NE de la Provincia Citerior durante el siglo II A.C. Aproximación Arqueológica a partir de los yacimientos de Can Tacó (Montmeló, Barcelona) y Puig Castellar (Biosca, Lleida). In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueología. p. 191-209.

ROUILLARD, P. (1975) - , “Les coupes attiques a figures rouges du IV^e siècle en Andalousie. M^el Casa Velazquez, XI, p. 21-51

ROUILLARD, P. (1991) - , “Les grecs et la Peninsule Iberique du VIII^e au IV^e siècle avant Jesus Christ. Paris/Madrid, Centre Pierre Paris/Casa de Velazquez Diffusion de Boccard

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1989) - La segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura: problemática y perspectivas en torno al poblamiento. *Saguntum*. Valencia. 22, p. 165-224.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1990) - Continuidad y rotura cultural durante la segunda Edad del Hierro en Extremadura. In *La cultura tartésica y Extremadura*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 2), p. 127-162.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. (1991) -*La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). Campaña 1987*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

RODRIGUEZ DIAZ, A.(1991b) – Dos cortes estratigráficos en el poblado prerromano de la Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*, II.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994a) - Algunas reflexiones sobre el fin de Tartessos en la cuenca media del Guadiana: la crisis del Cuatrocientos y el desarrollo de la Beturia. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 21, p. 9-34.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994b) - El Valle Medio del Guadiana, “Espacio de Frontera” en la Protohistoria del Suroeste (I). *Saguntum*. Valencia. 27, p. 107-124.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995a) - El Valle Medio del Guadiana, “Espacio de Frontera” en la Protohistoria del Suroeste (II). *Saguntum*. Valencia. 28, p. 111-130.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995b) - Territorios y etnias prerromanas en el Guadiana Medio: Aproximación arqueológica a la Beturia Túrdula. In *Celtas y Turdulos: La Beturia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 9), p. 205-254.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995c) - Extremadura prerromana. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. IV, p. 91-121.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995d) - El “problema de la Beturia” en el marco del poblamiento protohistórico del Guadiana Medio. *Extremadura Arqueológica*. V, p. 157-175.

Rodríguez Díaz, A. (2009) – Campesinos y «señores del campo» Tierra y poder en la protohistoria extremeña. *Bellaterra Arqueologia*.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1992) - Necropolis protohistoricas en Extremadura. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ANTONA DEL VAL, V., eds. -*Congreso de Arqueología Ibérica. Las Necropolis (Madrid, 1991)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid e Comunidad de Madrid (Serie Varia, 1), p. 531-562.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (2001) -*Extremadura Tartésica: arqueología de un proceso periférico*. Barcelona: Bellaterra.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; IÑESTA MENA, J. (1984) - “Las Dehesillas”, un yacimiento prerromano en el termino municipal de Higuera de Llerena (Badajoz). *Materiales de superficie. Norba*. Cáceres. 5, p. 17-28.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (1998) - La Mata de Campanario (Badajoz): un nuevo ejemplo de “Arquitectura de Prestigio” en la Cuenca Media del Guadiana. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. -*Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 201-246.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P.; PAVÓN SOLDEVILA, I. (2000) - El complejo arqueológico de la Mata (Campanario, Badajoz) en el contexto socioeconómico del post-orientalizante extremeño. *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibéric. Saguntum — Extra*. Valencia: Universitat, 3, p. 101-107.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN, I. (1999) -*El poblado protohistórico de Aliseda*.

ROMERO CARNICERO, F. (2003) - Piedras Hincadas en el oriente meseteño. Cheveaux-de-frise y fortificació en la Primera Edat del Ferro Europea (Alonso et alii, eds) Lleida, 179-208.

ROOS, A. M. (1982) – Acerca de la antigua cerámica gris a torno de la Península Ibérica. *Ampúrias*. Barcelona, 44, p. 43-70.

RUFETE TOMICO, P. (2002) - El final de Tartessos y el período turdetano en Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 17.

RUIVO, J. (2010)- O espólio metálico. In O Castelo da Lousa, Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (Coord.) Studia Lusitana. 481-517

RUIZ LÓPEZ, I. (2010) - La Circulación Monetaria en el Sur Peninsular durante el Periodo Romano-Republicano, Granada, tesis doctoral, vol.1.

RUIZ LÓPEZ, I. (2013)- Un Conjunto de monedas de Obulco en Arjonilla (Jaén), Numisma 257. Año LXIII.

RUIZ MATA, D. (1993) - Los fenicios de época arcaica - siglos VIII/VII a. C. - en la bahía de Cádiz, Estado de la cuestión. *Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 4 “Os fenícios no território português», p. 23-72.

RUIZ MATA, D. (1995) - Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el tiempo y el espacio tartésico. In *Tartessos. 25 Años Después 1968 – 1993*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 265-313.

RUIZ MATA, D. e PEREZ, C. (1988)-La necrópolis tumular de Las Cumbres: el túmulo I. Puerto de Santa María, Cádiz”, *Revista de Arqueología*, 87, 38-47.

RUIZ MATA, D.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R. (1994) - Consideraciones sobre asentamientos rurales y cerámicas orientalizantes en la campiña gaditana. *Spal*. Sevilla. 3, p. 209-256.

RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. (1995) -*El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. Puerto de Santa María: Ayuntamiento.

RUIZ RODRÍGUEZ, A. (1988) - Reflexiones sobre algunos conceptos de la Arqueología Espacial a partir de una experiencia: iberos en el Alto Guadalquivir. *Arqueología Espacial*. Teruel. 12, p. 157-172.

RUIZ RODRÍGUEZ, A. (1995) - Plaza de Armas de Puente Tablas: New Contributions to the Knowledge of Iberian Town Planning in the Seventh to Fourth Centuries BC. In *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia from the Copper Age to the Second Century AD*. London: British Academy, p. 89-108.

RUIZ RODRÍGUEZ, A.; MOLINOS, M. (1993) -*Los Iberos. Análisis arqueológico de un proceso histórico*. Barcelona: Crítica.

RUIZ ZAPATERO, G.; LORRIO, A. (1986) - Casas redondas y rectangulares de la Edad del Hierro: aproximación a un análisis comparativo del espacio doméstico. *Arqueología Espacial*. Teruel. 9, p. 79-101.

RUIZ-ZAPATERO, G. (S.D.) – Quien eran los Celtas? In. Los Celtas en la Península Iberica. Revista de Arqueología, p.6-11.

SACRISTIAN DE LAMA, J. (1986) – La edad del Hierro en el valle médio del Duero. Rauda (Roa, Burgos) Universidad de Valladolid. Junta de Castilla y Leon.

SÁEZ ROMERO, A.M. (2005): «Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II», *Spal*, 14: 145-177

SALAS MARTÍN, J, ROSCO MADRUGA, J. (1993) - Epigrafía Larina votiva de Santa Lucía del Tampal I (Alcuéscar, Cáceres) - Norba, 13, Revista de História, Cáceres, p. 63-103.

SALINAS DE FRÍAS, M.(1983) – Conquista Y Romanización de Celtiberia.Salamanca : Universidad de Salamanca ; Soria : Museo Numantino de Soria.

SALINAS FRIAS, M. (1986) – La organización tribal de los Vettones Ediciones Universidad de Salamanca. Diputación Provincial de Salamanca.

SALINAS FRIAS, M. (2001) –Los Vettones. Indigenismo y romanización en el Occidente de la Meseta. Ediciones Universidad de Salamanca. Diputación Provincial de Salamanca.

SALVADOR MATEUS, R, PEREIRA, J.A. (2012).- A Necrópole da Carlota (S. Brissos, Beja) no contexto cultural da I Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados Preliminares. In Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste, Almodovar::CM.

SANABRIA MARCOS, P. (2009) – Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa- Alto Alentejo-Cáceres.

SÁNCHEZ, S. [et al.] (2002) - Las cerámicas comunes altoimperiales. In BERNAL, D.; LORENZO, L., eds. - Excavaciones arqueológicas en la villa romana del Puente Grande (Los Altos del Ringo Rango, Los Barrios, Cádiz). Una ventana al conocimiento de la explotación económica de la Bahía de Algeciras entre el s. I y el s. V d.C. Cádiz: Universidad, p. 217-254.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M.^a Á. (1992) - Cerámica común romana de Mérida: estudio preliminar. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SANMARTÍ, J.; BELARTE, C. (2001) - Urbanización y desarrollo de estructuras estatales en la costa de Cataluña. In BERROCAL-RANGEL, L.; GARDES, P., eds. -*Entre Celtas e Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez, p. 161-174.

SANTOS, M. F. (1972) - Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 2^a série, 21. p. 493-511.

SANTOS, F.ANTUNES, A, GRILO C., DEUS, M, (2009) A necrópole da idade do ferro de palhais (beringel, beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo Alentejo. IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Huelva, p.746.804.

- SANTROT, M. H.; SANTROT, J. (1979) - Céramiques communes gallo-romaines d'Aquitaine. Paris: CNRS, p. 110-140.
- SCHMITT, A. (2000) - Étude pétrographique des céramiques phéniciennes d'Abul. In MAYET, F.; SILVA, C. T. - *Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris: De Boccard, p. 265-279.
- SCHÜLE, W. (1961) - Las más antiguas fibulas con pie alto y ballesta. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 2.
- SCHULTEN, A. (1945) *Historia de Numancia*. Editorial Barna. Barcelona
- SCHULTEN, A. (1927) – Numantia. Die Ergebnisse Der Ausgrabungen 1905-1912. Band III - Die Lager Des Scipio . München, Verlag Von F. Bruckmann A.-G..
- SER QUIJANO, G. (2006) – Rota dos Castros e berrões de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro, Mougadouro e Penafiel. Disputación de Ávila, Camara municipal de Penafiel.
- SERRANO RAMOS, E. (1995) - Producciones de cerámicas comunes locales de la Bética. In *Ceràmica comuna romana d'època alto-imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió*. Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies Emporitanes; 8), p. 227-50.
- SERRANO RAMOS, E. (2000) - Cerámica común romana: siglos II a.C. al VII d.C.: materiales importados y de producción local en el territorio malacitano. Málaga: Universidad.
- SHEPARD, A. (1971) – *Ceramics for the archeologist*. Carnegie Institution of Washington, Washiston.
- SILVA, Carlos Tavares da ,(1978) “Ocupação da II Idade do ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)”, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4,-p. 117-132
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.
- SILVA, R. (2005) – As “marcas de Oleiro” em Terra Sigillata da Praça da Figueira: Uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (sec. I a.C.-II d.C.). Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de ciências Sociais da Universidade do Minho. Policopiada.
- SILVA, R. (2013) - A ocupação da Idade do Bronze na Praça da Figueira, (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira II*, p. 40-62
- SILVA, M E OLIVEIRA P. (1999) O estudo tipológico dos Cossoiros do Museu da Sociedade de Martins Sarmento,(Citânia de Briteiros, Castro Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarães*, Volume Especial, II, Guimarães, 1999, pp. 633-659
- SOARES, A:M.M. (2003) O Passo Alto: uma fortificação única do Bronze Final do Sudoeste. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 6. número 2, p. 293-312
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1985) - O Castelo Velho da Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 87-94.
- SOARES, A. M. M.; BRAGA, J. R. (1986) - Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa. *Arquivo de Beja*. Beja. II.^a série. 3, p. 167-198.

SOARES, A. M. M. (1996) - Povoado da Misericórdia (margem esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 103-116.

SOARES, J. (1979) - Cerâmica pré-Romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 159-184.

SOARES, J. (1986) - Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na travessa dos Apóstolos. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, Maio de 1985)*. Lisboa: IPPC, p. 87-101.

SOARES, J.; SILVA, C.T. (1973) - Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, I, p. 245-305.

SOEIRO, T. (1984) - Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. Penafiel. Boletim Municipal de Cultura. Penafiel. 3ª série. 1.

TCHERNIA, A. (1987) – *Le Vin de l'italie Romaine. Essai d'Histoire Économique d'Après les amphores*. Bibliotheque des Écoles Françaises D'Athenes et the Rome.261. École Française de Rome.Paris. Difusion de Boccard.

TORRES ORTIZ, M. (1999) -*Sociedad y mundo funerario en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

TORRES ORTIZ, M. (2008) - VASOS «A CHARDÓN» In. LA NECRÓPOLIS DE MEDELLÍN II. ESTUDIO DE LOS HALLAZGOS. Dir. Almagro-Gorbea..

ULBERT, G (1984) - Ceceres el Viejo. Ein Spatrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura, Berlim (Madrider Beiträge,11).

UNTERMANN, J. (1985). Los teónimos de la region lusitanogallega como fuente de las lenguas indígenas. Actas del III Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa 1980) Salamanca. pp. 343-346.

VALDÉZ FERNANDEZ, F. (1979) - Excavaciones en la Alcazaba de Badajoz. REE, XXXV, II, 337-352.

VALÉRIO P. et alii 2010: «Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the South-Western Iberian Peninsula. A sight from Castro dos Ratinhos», *Journal of Archaeological Science* XXX, 1-9-

VALLEJO SÁNCHEZ, J. (1999) -*Sobre el origen y extensión de la cerámica gris y las producciones occidentales*. Cádiz: Universidad., Policopiado.

VASCONCELLOS, J. L. (1895) - “Castelo Velho” e “Castelinho” do Alandroal. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1, p. 212-213.

VASCONCELOS, L. (1897) - Religiões da Lusitânia, vol II. Lisboa.

VASCONCELLOS, J. L (1913). Religiões da Lusitânia, II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VASCONCELOS, J. L. (1927-29) - Antiguidades do Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª Série, 28, p. 158-200.

- VASCONCELLOS, J. L. (1941) -*Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. III.
- VASCONCELLOS, J. L. (1982) -*Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Vol. V.
- VASCONCELOS, J.L. (1895) - O culto a Proserpina. O Archeologo português, série I, vol 1. P.244-246.
- VASCONCELOS, J.L. (1895b) - Cabrinhas ou bodes de bronze, série I, vol 1. P.296-300
- VEGAS, M. (1964) - Clasificación tipológica preliminar de algunas formas de la cerámica común romana. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria.
- VEGAS, M. (1973) - Cerámica común romana del Mediterráneo occidental. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria.
- VIANA, A. (1950) - Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12:3-4, p. 289-322.
- VIEGAS, C.(2003) – A *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e Comercio. *Trabalhos de Arqueologia* 26, IPA, p.17-22.
- VIEGAS, C. (2003) – Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve, Portugal). In SFECAG Actes du Congrès de Saint –Romain en Gaul. P. 641-646.
- VIEGAS, C. (2004) – A cidade de Ossonoba: importações cerâmicas. In Hispania Romana. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, p.215-225.
- VIEGAS, C. (2005) – A cidade romana de Balsa (Torres de Ares – Tavira) : (1) a terra sigillata. Município de Tavira.
- VIEGAS, C. (2006) – Castro Marim no período romano. Actas do 3º encontro de arqueologia do Algarve, Xelb 6, vol I, p.241-260.
- VIEGAS, C. (2011) - A ocupação romana do Algarve. Estudos & Memórias 3, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- VILAÇA, R. (1995) -*Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR.
- VILAÇA, R. (2000) - Registos e leituras da Pré-História recente e da Proto-História antiga da Beira Interior. In 3º Con-gresso de Arqueologia Peninsular, Vila Real, Set. 1999, Actas: Pré-História Recente da Península Ibérica. Porto: ADECAP, vol. 4, p. 162-182.
- VILAÇA, R. (2003) - Acerca da Existência de ponderias em contextos do Bronze Final/ Ferro Inicial no território português. O Arqueólogo Português. Lisboa. IV: 21, p.245-285.
- VILAÇA, R. (2005), “Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C.” *Lusitanose Romanos no Nordeste da Lusitânia, Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior, 21 e 22 de Outubro de 2004, Guarda, p.13-32.*

VILHENA, J. (2008) – *As pedras lisas. Mós e moagem de cereais da Pré-história à Idade Média*. In J. Vilhena, A. M. Quaresma, A. T. Gonçalves - *A moagem de cereais em Odemira. Da Pré-história à actualidade* (3 vol.). Odemira: Município de Odemira.

VILLARONGA, L. *Numismatica Antigua de Hispania*. Barcelona, 1979.

VILLARONGA, L. *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Barcelona, 1994.

VITALI, D.(2007) Los celtas. Los tesoros de las antiguas civilizaciones. National Geographic.

WAGNER, C. (1993) - Las estructuras del mundo tartésico. In ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J., eds. -*Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra, p. 103-116.

WARD, J. (1911) - Roman Era in Britain. Londres: Methuen & Co. Ltd.

WATTERBERG SANPERE, F. (1983) – Excavaciones en Numancia Camaña de 1963. Monografías del Museo Arqueológico de Valladolid, vol. 5, Dirección Geral de las Bellas Artes y Archivos.

ZARZALEJOS PRIETO, M.(2003)- Las cerámicas grises: Vajilla romana y de tradición indígena. In Depósito alto-imperial de Castrójón de Capote, Berrocal Rangel e Ruiz Triviño Eds..

ZAKIN, R. (1990) – *Ceramics. Mastering the Craft*. A & C Black, cop London..

ESTAMPAS